Mala Direta Postal
360017214-1 DR/PR
Imprensa Oficial
CORREIOS

Diário da JUSTIÇA Paraná

Edição Digitalizada nº 6789 | Curitiba, Terça-feira, 18 de Janeiro de 2005 | Ano XLIX | 72 páginas

Sumário

Poder Judiciário Estadual

Tribunal de Justiça

Atos Da Presidência .....
Secretaria .....
Departamento da Magistratura 03
Departamento Administrativo .....
Departamento Econômico e Financeiro .....
Departamento do Patrimônio 03
Departamento de Informática .....
Departamento de Engenharia e Arquitetura .....
Departamento de Serviços Gerais .....
Departamento Judiciário
Câmaras Cíveis .....
Câmaras Criminais .....
Seção de Preparo .....
Seção de Distribuição .....
Corregedoria da Justiça .....
Conselho da Magistratura .....
Escola da Magistratura 03
Comissão Int. Conc. Promoções .....
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais .....

Tribunal de Alçada

Atos da Presidência 03
Secretaria 03
Departamento Administrativo .....
Departamento Econômico e Financeiro .....
Processo Cível .....
Processo Crime .....
Serviço de Preparo .....
Seção de Distribuiçao .....
Divisão de Registros e Informações .....
Comissão Interna de Concursos e Promoções .....

Comarca da Capital

Cível .....
Crime 04
Fazenda Pública .....
Familia .....
Delitos de Trânsito .....
Execuções Penais .....
Tribunal do Júri .....
Infância e Juventude .....
Registro Publico e Acidentes de Trabalho .....
Precatórias - Cíveis/Criminais 05
Auditoria da Justiça Militar .....
Central de Inquéritos .....
Central de Penas Alternativas .....
Juizados Especiais - Civeis/Criminais 05
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná .....
Concursos .....

Comarcas do Interior

Cível 07
Crime 07
Juizados Especiais 08
Concursos .....

Ministério Público do Estado do Paraná

Conselho Superior do Ministério Público .....
Corregedoria Geral do Ministério Público .....

Poder Judiciário Federal

Ordem dos Advogados do Brasil .....
Justiça Eleitoral 13
Ministério Público Eleitoral .....
Justiça do Trabalho 13
Ministério Público do Trabalho .....
Justiça Militar .....
Justiça Federal 42

Editais Judiciais

Capital 61
Interior 62
Diversos .....

www.dioe.pr.gov.br

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça

PABX - (41) 350-2000 | Relação dos aparelhos de Fac-Símile instalados no centro de protocolo judiciário estadual e arquivo geral do Tribunal de Justiça do Estado: 254-7222 • 254-8977 • 353-5383 • 254-4063. SITE **www.tj.pr.gov.br**

Des. Oto Luiz Sponholz
Presidente

Des. José Antônio Vidal Coelho
Vice - Presidente

Des. Roberto Pacheco Rocha
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Nei Roberto Guimarães
Secretário

Relação dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça, seus desembargadores, dia da semana e local das sessões:

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. Troiano Netto – Presidente
Des. Ulysses Lopes
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
— Sala "Des. Costa Barros" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. Antônio Lopes de Noronha – Presidente
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Hirosê Zeni
— Sala "Des. Costa Barros" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas

3ª CÂMARA CÍVEL
Des Nério Spessato Ferreira - Presidente
Desª. Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Munir Karam
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

4ª CÂMARA CÍVEL
Des. Wanderlei Resende – Presidente
Des. Dilmar Kessler
Des. Idevan Lopes
Des. Sérgio Arenhart
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

5ª CÂMARA CÍVEL
Des. Domingos Ramina – Presidente
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
Des. Waldemir Luiz da Rocha
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

6ª CÂMARA CÍVEL
Des. Ângelo Zattar - Presidente
Des. Milani de Moura
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Duarte Medeiros
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

7ª CÂMARA CÍVEL
Des. Accácio Cambi - Presidente
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Mário Rau
Des. Eraclés Messias
— Sala "Des. Plínio Cachuba" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

8ª CÂMARA CÍVEL
Des. Ivan Bortoleto - Presidente
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Campos Marques
Des. Rafael Augusto Cassetari
— Sala "Des. Plínio Cachuba" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas

9ª CÂMARA CÍVEL
Des. Cunha Ribas - Presidente
Desª. Dulce Maria Cecconi
Des. Miguel Pessoa
Des. Marco Antônio de Moraes Leite
Des. Ruy Cunha Sobrinho
Des. Rosene Arão de Cristo Pereira
Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo
— Sala "Des. Plínio Cachuba" –
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas

I GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Troiano Netto - Presidente
Des. Ulysses Lopes
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Hirosê Zeni
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Primeira e Terceira 5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

II GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Wanderlei Resende – Presidente
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Desª Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Munir Karam
Des. Idevan Lopes
Des. Sérgio Arenhart
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Segunda e Quarta 5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

III GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Ângelo Zattar - Presidente
Des. Milani de Moura
Des. Domingos Ramina
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
Des. Duarte Medeiros
Des. Waldemir Luiz da Rocha
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
Primeira e Terceira 5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

IV GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Accácio Cambi - Presidente
Des. Ivan Bortoleto
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Campos Marques
Des. Mário Rau
Des. Eraclés Messias
Des. Rafael Augusto Cassetari
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
Segunda e Quarta 5ªs-feiras do mês - 13:30 horas

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Tadeu Costa - Presidente
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Clotário Portugal Neto
— Sala Des. "Costa Barros" –
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

2ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Carlos Hoffmann – Presidente
Des. Telmo Cherem
Des. Jesus Sarrão
Des. Leonardo Lustosa
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" – 5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS
Des. Tadeu Costa – Presidente
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Clotário Portugal Neto
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Jesus Sarrão
Des. Leonardo Lustosa
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Primeira e Terceira 4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. J. Vidal Coelho -Vice-Presidente
Des. Pacheco Rocha - Corregedor-Geral
Desª Regina Afonso Portes
Des. Campos Marques
Des. Milani de Moura
Des. Ruy Cunha Sobrinho
Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
3ªs-feiras do mês que antecederem
Sessão Administrativa do Órgão Especial - 08:30 horas

ÓRGÃO ESPECIAL
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. Troiano Netto
Des. Jesus Sarrão
Des. Wanderlei Resende
Des. Tadeu Costa
Des. Accácio Cambi
Des. Pacheco Rocha
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des.Ulysses Lopes
Des. Clotário Portugal Neto
Des. J. Vidal Coelho
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Ângelo Zattar
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Leonardo Lustosa
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Ivan Bortoleto
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Mendonça de Anunciação
Sala "Des. Clotário Portugal" – Primeira e Terceira 6ªs-feiras do mês - Sessão Contenciosa – 08:30 horas. –
Segunda e Quarta 6ªs-feiras do mês – Sessão Administrativa – 08:30 horas

TRIBUNAL PLENO
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. Troiano Netto
Des. Tadeu Costa
Des. Accácio Cambi
Des. Pacheco Rocha
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Ulysses Lopes
Des. Clotário Portugal Neto
Des. J. Vidal Coelho
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Ângelo Zattar
Des. Jesus Sarrão
Des. Wanderlei Resende
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Desª Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Leonardo Lustosa
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Ivan Bortoleto
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Campos Marques
Des. Hirosê Zeni
Des. Milani de Moura
Des. Mário Rau
Des. Domingos Ramina
Des. Eraclés Messias
Des. Munir Karam
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
Des. Idevan Lopes
Des. Sérgio Arenhart
Des. Rafael Augusto Cassetari
Des. Duarte Medeiros
Des. Waldemir Luiz da Rocha
Des. Cunha Ribas
Desª. Dulce Maria Cecconi
Des. Miguel Pessoa
Des. Marco Antonio de Moraes Leite
Des. Ruy Cunha Sobrinho
Des. Rosene Arão de Cristo Pereira
Des. Lauro Augusto Fabrício Melo

Sala "Des. Clotário Portugal" – Sessões realizadas mediante convocação.

Tribunal de Alçada

PABX: - (41) 3017-2525 FAX: Departamento Judiciário: 3017-2916 / 30172918

Juiz João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

Juiz Tufi Maron Filho
Vice-Presidente

Bel. Alcibiades de Almeida Faria Neto
Secretário

COMPOSIÇÃO DAS SESSÕES DE JULGAMENTO
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Ronald Schulman – **Presidente**
Juiz Paulo Roberto Hapner
Juiz Marcos de Luca Fanchin
Juiz Leonel Cunha
Juiz Antonio de Sá Ravagnani
Sala "Des. Aurélio Feijó"
Terças-feiras

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Edson Vidal Pinto - **Presidente**
Juiz José Simões Teixeira
Juiz Glademir Vidal Antunes Panizzi
Juiz Toshiharu Yokomizo
Juiz José Maurício Pinto de Almeida
"Sala Des. Haroldo Costa Pinto"
Quartas-feiras

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Hamilton Mussi Corrêa - **Presidente**
Juiz Hayton Lee Swain Filho
Juiz Jurandyr Souza Júnior
Juiz Luiz Carlos Gabardo
Juiz Paulo Cezar Bellio
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Terças-feiras

QUARTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Mendes Silva - **Presidente**
Juiz Costa Barros
Juiz Lauro Laertes de Oliveira
Juiz Valter Ressel
Juiz Silvio Vericundo Fernandes Dias
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Quartas-feiras

QUINTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Arno Knoerr – **Presidente**
Juíza Maria Mércis Gomes Aniceto
Juiz Renato Naves Barcellos
Juiz Fernando Wolff Bodziak
Juiz Jucimar Novochadlo
Sala "Des. Luiz Viel"
Quartas-feiras

SEXTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Carvílio da Silveira Filho
Juíza Anny Mary Kuss
Juiz Paulo Habith
Juiz Miguel Kfouri Neto
Juiz Ruy Francisco Thomaz
Sala "Des. Luiz Viel"
Terças-feiras

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Prestes Mattar - **Presidente**
Juiz Eugênio Achille Grandinetti
Juiz Carlos Mansur Arida
Juiz Shiroshi Yendo
Juiz Guilherme Luiz Gomes
Sala "Des. Aurélio Feijó"
Quartas-feiras

OITAVA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juíza Rosana Fachin - **Presidente**
Juiz Antenor Demeterco Junior
Juiz Paulo Roberto Vasconcelos
Juiz Dimas Ortêncio de Melo
Juiz Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
Sala "Des. Haroldo da Costa Pinto"
Terças-feiras

NONA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Antonio Renato Strapasson - **Presidente**
Juiz Luiz Lopes
Juiz Nilson Mizuta
Juiz Wilde Pugliese
Juiz José Augusto Gomes Aniceto
Juiz Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"
Terças-feiras

DÉCIMA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Macedo Pacheco - **Presidente**
Juiz Lauri Caetano da Silva
Juiz Guido Döbeli
Juiz Luiz Mateus de Lima
Juiz Cláudio de Andrade
Cargo Vago
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"
Quintas-feiras

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Rogério Coelho - **Presidente**
Juiz Marques Cury
Juiz Rogério Kanayama
Juiz Noeval de Quadros
Sala "Des. Haroldo da Costa Pinto"
Quintas-feiras

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Ronald Juarez Moro – **Presidente**
Juiz Luiz Zarpelon
Juiz João Kopytowski
Juiz Edvino Bochnia
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Quintas - Feiras

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Eduardo Fagundes – **Presidente**
Juíza Maria José Teixeira
Juiz Jorge Wagih Massad
Juíza Sônia Regina de Castro
Sala "Des. Luiz Viel"
Quintas-feiras

QUARTA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Lídio J. R. de Macedo - **Presidente**
Juiz Marcus Vinícius de Lacerda Costa
Juiz Antonio Martelozzo
Juiz Arquelau Araújo Ribas
Sala "Des. Aurélio Feijó"
Quintas-feiras

GRUPOS DE CÂMARAS CRIMINAIS
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

1º GRUPO - 1ª E 3ª CÂMARAS CRIMINAIS
1ª E 3ª Quartas-feiras
Juiz Rogério Coelho - **Presidente**
Juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes
Juiz Marques Cury
Juíza Maria José Teixeira
Juiz Jorge Massad
Juíza Sônia Regina de Castro
Juiz Rogério Kanayama
Juiz Noeval de Quadros
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"

2º GRUPO - 2ª E 4ª CÂMARAS CRIMINAIS
2ª E 4ª Quartas-feiras
Juiz Lídio J. R. de Macedo - **Presidente**
Juiz Marcus Vinícius de Lacerda Costa
Juiz Ronald Juarez Moro
Juiz Antonio Martelozzo
Juiz Luiz Zarpelon
Juiz João Kopytowski
Juiz Edvino Bochnia
Juiz Arquelau Araújo Ribas
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"

O TRIBUNAL PLENO E O ORGÃO ESPECIAL FUNCIONARÃO MEDIANTE CONVOCAÇÃO DO PRESIDENTE.
Horario regimental para início das sessões ordinárias: 13h30min.
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS E O GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, FUNCIONARÃO MEDIANTE CONVOCAÇÃO DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES, ÀS SEGUNDAS-FEIRAS.
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

Diário da JUSTIÇA Paraná

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Diretor - Presidente
João Carlos de Almeida Formighieri

Diretor Administrativo-Financeiro
Ailtom Fucilini Quintana

Rua dos Funcionários 1645 - Cabral
CEP 80035 050
Caixa Postal nº 1182
CEP 80001 970
Informações PABX 313-3200

Telefones

Setor	Telefones		Fax
Assinaturas	313-3207	313-3234	313-3236
Biblioteca	313-3252	313-3285	
Faturamento e Cobrança	313-3242	313-3243	313-3295
Orçamentos Gráficos	313-3206	313-3222	313-3208
Venda de Materiais	313-3265		
Publicações-Diário Oficial e Com. Ind. e Serviços	313-3213	313-3219	313-3276
Publicações-Diário da Justiça	313-3214	313-3217	313-3215

Tabela de Preços

Publicações
Centímetro (1) da Coluna 18,00

Envio de matérias: **www.dioe.pr.gov.br**

Números Avulsos

Diário da Justiça

Sem Remessa Postal 2,50
Com Remessa Postal 5,00

Assinaturas Diário da Justiça

Sem remessa postal

Semestral ..... Balcão/Malote 225,00
Anual ..... Balcão/Malote 375,00

Com remessa postal

Semestral 400,00
Anual 732,00

Tribunal de Justiça

Departamento da Magistratura

PORTARIA Nº 0085-D.M.
O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 3340/2005, resolve "ad referendum" do egrégio Órgão Especial
C O N C E D E R
ao Desembargador OTO LUIZ SPONHOLZ, Presidente deste Tribunal de Justiça, 30 (trinta) dias de férias, alusivos ao 1º período de 2005, a serem usufruídos a partir de 12 de janeiro do ano em curso.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
J. VIDAL COELHO
Vice-Presidente

Departamento do Patrimônio

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA

RESENHA Nº 04/2005

Resenha da sessão de julgamento realizada aos onze dias do mês de janeiro de 2005, na sede do Departamento do Patrimônio.

PROTOCOLO Nº 164.338/2004
CONCORRÊNCIA Nº 17/2004

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA O PRÉDIO ANEXO AO PALÁCIO DE JUSTIÇA.

A Comissão, à unanimidade de votos, **RESOLVE:**

I – Reconsiderar a decisão de fls. 245/248 para **classificar** todas as empresas participantes;

II – Julgar vencedora da Concorrência nº 17/2004, atendendo o critério de menor preço, a empresa JULIO FIORI & CIA. LTDA. pelo valor de R$81.397,39 (oitenta e um mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos);

III – Sugerir a adjudicação à empresa vencedora para o fornecimento dos bens permanentes licitados no presente procedimento.

Após decorrido o prazo recursal, à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente.

Curitiba, 13 de janeiro de 2005.

MARCO ANTÔNIO PANISSON
Presidente da Comissão de Julgamento de Licitações nas Modalidades de Tomada de Preços e Concorrência

RELAÇÃO Nº 06/2005

PROTOCOLO Nº: 123007/2000
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.
DESPACHO: I - Tendo em vista o contido no presente protocolado, notadamente na informação nº 11/2004, da Seção de Arrecadação do Funrejus, AUTORIZO a prorrogação do contrato firmado com a empresa CORREIA MANSANI & CIA LTDA., que tem por objeto a exploração dos serviços de cantina no Fórum da Comarca de Ponta Grossa, para viger até 31 de dezembro de 2005, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; II – Comunique-se; III – Publique-se; Em 11 de janeiro de 2005. (Presidente).

RELAÇÃO Nº 07/2005

PROTOCOLO Nº: 19266/1999.
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.
DESPACHO: I - Tendo em vista o contido no presente protocolado, notadamente na informação nº 871/2004 da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio, bem como na informação nº 010/2005 da Seção de Arrecadação do Funrejus, AUTORIZO a prorrogação do contrato firmado com a empresa VÂNIA LAVORATO MONTANARI, que tem por objeto a exploração dos serviços de cantina no Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu, para viger até 31 de dezembro de 2005, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; II – Comunique-se; III – Publique-se; Em 11 de janeiro de 2005. (Presidente).

RELAÇÃO Nº 08/2005

PROTOCOLO Nº: 23730/2004
INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA.
DESPACHO: (TOMADA DE PREÇOS Nº 28/2004). I – DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa POSITIVO INFORMÁTICA LTDA., restando desclassificada do presente certame a empresa CASA DO COMPUTADOR PRODUTOS PARA INFORMÁTICA LTDA., pelos fundamentos da decisão de fls. 294 *usque* 296, por mim rubricadas, da Comissão de Julgamento de Licitações nas modalidades de Tomada de Preços e Concorrência, que acolho; II – Considerando que restaram desclassificadas as 02 (duas) únicas empresas participantes desta fase (técnica) do certame, ao Departamento do Patrimônio para promover a instauração de novo procedimento; III – Cientifique-se o Departamento de Informática e publique-se. Em 11 de janeiro de 2005.

RELAÇÃO Nº 09/2005

PROTOCOLO Nº: 122374/2004.
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.
DESPACHO: I – Tendo em vista que o contrato constante no presente expediente, notadamente na informação nº 24/2005, da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio, DECLARO EXTINTO a partir de 31/12/2004, o contrato firmado com a empresa HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., cujo objeto consiste na prestação de serviços gerais de garçons e garçonetes em prédios do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. II - Publique-se; III – Ao Departamento Econômico e Financeiro, para as providências cabíveis. Em 11 de janeiro de 2005.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO SECRETARIA
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 01/2005.

CONTRATO: de compra, venda e garantia de 358 (trezentos e cinqüenta e oito) microcomputadores.

EXPEDIENTE: protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob nº 114595/2003.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

CONTRATADA: EMPRESA POSITIVO INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: aquisição de 358 (trezentos e cinqüenta e oito) microcomputadores, em conformidade com as exigências previamente estabelecidas no procedimento licitacional na modalidade de Concorrência nº 01/2004. O valor do presente contrato é de R$ 1.706.088,38 (um milhão, setecentos e seis mil, oitenta e oito reais e trinta e oito centavos).

CUSTEIO DE DESPESAS: dotação orçamentária do Tribunal de Justiça do Paraná para o exercício de 2004, através do elemento 4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente e 4.4.90.52.14 – Aparelhos, Equipamentos de Informática e Software, conforme nota de empenho nº 05600000400253-5, emitida pelo Funrejus – Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, em 16/12/2004.

FORO: Comarca de Curitiba.
Em 11 de janeiro de 2005.

ÁLVARO SÉRGIO RINCOSKI FARIA
Diretor do Departamento do Patrimônio
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 02/2005.

CONTRATO: de prestação de serviços.

EXPEDIENTE: protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob nº 85285/2004.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

CONTRATADA: HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

OBJETO: prestação de serviços de garçons e garçonetes (compreendida, quando necessária, a execução de serviços gerais de cantina) em prédios do Tribunal de Justiça em Curitiba. Para a execução dos serviços contratados o *Contratante* pagará à *Contratada*, mensalmente o valor total de R$ 32.274,84 (trinta e dois mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

CUSTEIO DE DESPESAS: dotação orçamentária do Tribunal de Justiça do Paraná para o exercício de 2004, através do elemento 3.3.90.37.04, conforme nota de empenho nº 04225/2004, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro da Secretaria do Tribunal de Justiça em 16 de dezembro de 2004.

FORO: Comarca de Curitiba.
Em 12 de janeiro de 2005.

ÁLVARO SÉRGIO RINCOSKI FARIA
Diretor do Departamento do Patrimônio

Divisão do Conselho da Magistratura

DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA

Relação nº 01/2005

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

01 - DESPACHO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ROBERTO PACHECO ROCHA,** CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, RELATOR NOS AUTOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2004.42814-8**
ACUSADO: **J.P.G.C.**
ADVOGADOS: **SERGIO ANTONIO NEIVA VIEIRA e ANA PAULA RIBAS VIEIRA**
FLS: 465/469
"...Ante a inexistência de provas acima de qualquer dúvida razoável de que o Acusado J. P. G. C. tenha praticado os ilícitos funcionais descritos na portaria inaugural, julgo improcedentes as imputações. P.R.I. Promovam-se as anotações necessárias. Curitiba, 10 de janeiro de 2005. **Des. Roberto Pacheco Rocha."**

02 - DESPACHO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ROBERTO PACHECO ROCHA,** CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, RELATOR NOS AUTOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2004.17965-2**
ACUSADO: **E.C.S.**
ADVOGADOS:**MARCO ANTONIO RIBAS**
FLS: 126/127
"...Diante do exposto, acolho a prefacial e **julgo extinta a punibilidade** da agente delegada E. C. S., com fulcro no art. 208, inc. I, do CODJ. P.R.I.Promovam-se as anotações necessárias. Curitiba, 10 de janeiro de 2005. **Des. Roberto Pacheco Rocha**."

03 - DESPACHO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ROBERTO PACHECO ROCHA,** CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, RELATOR NOS AUTOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2002.458-1**
ACUSADO: **P.C.I.**
ADVOGADOS: **ANTENOR DEMETERCO NETO , ANTONIO CLAUDIO DE FIGUEIREDO DEMETERCO e CARLOS ALBERTO DE CARVALHO FOGGIATO**
FLS: 226/228
"... Diante do exposto, **julgo extinta a punibilidade** de P. C. I., com fulcro no art. 177, inc. I, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Promovam-se as anotações necessárias. Curitiba, 10 de janeiro de 2005. **Des. Roberto Pacheco Rocha."**

Tribunal de Alçada

Atos da Presidência

P O R T A R I A Nº 004/2005
O Juiz Presidente em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 3.182/2005, resolve
A U T O R I Z A R
o Dr. **Edvino Bochnia**, Juiz deste Tribunal, a usufruir 3 (três) meses de licença especial concedida pela Portaria nº 137/2004, por não haver se afastado de suas funções no qüinqüênio ininterrupto compreendido entre 19 de fevereiro de 1998 e 18 de fevereiro de 2003, a partir de 1º de fevereiro de 2005, com fundamento no inciso I, do artigo 39, do Regimento Interno deste Tribunal de Alçada, bem como, no inciso VI, do artigo 89, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e artigos 247, parágrafo único, e 249, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.
Tufi Maron Filho
Presidente em exercício

Secretaria

ORDEM DE SERVIÇO Nº 107/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 1.798/2005, resolve
A U T O R I Z A R
Marco Aurélio Bastos, matrícula nº 5.737, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, a usufruir 10 (dez) dias restantes de férias alusivas ao exercício de 2003, interrompidas pela Ordem de Serviço n° 173/2004, a partir de 17 de janeiro de 2005.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 108/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 507/2005, resolve
I N T E R R O M P E R
por necessidade do serviço e a partir de 04 de janeiro de 2005, as férias alusivas ao exercício de 2005 de **Adriana Cristina Morel Cordeiro**, matrícula nº 5.985, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, concedidas pela Ordem de Serviço nº 951/2004, assegurando-lhe o direito de usufruir 29 (vinte e nove) dias restantes em época oportuna, com fundamento no artigo 149, § 3º, da Lei Estadual nº 6.174/70.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 109/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 1.583/2005, resolve
I N T E R R O M P E R
por necessidade do serviço e a partir de 05 de janeiro de 2005, as férias alusivas ao exercício de 2004 de **João Eugênio Saporski Lopes**, matrícula nº 5.822, Assessor Judiciário símbolo DAS-4 deste Tribunal, do gabinete da Juiz Paulo Habith, concedidas pela Ordem de Serviço nº 1.023/2004, assegurando-lhe o direito de usufruir os 28 (vinte e oito) dias restantes em época oportuna, de acordo com o art. 149, § 3º, da Lei Estadual nº 6.174/70.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 110/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 922/2005, resolve
I N T E R R O M P E R
por necessidade do serviço e a partir de 04 de janeiro de 2005, as férias alusivas ao exercício de 2004 de **Cinara Cristina Bassetti Habith**, matrícula nº 5.643, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, ora à disposição deste Tribunal, ocupante do cargo em comissão de Assessor Judiciário símbolo DAS-4 deste Tribunal, do gabinete do Juiz Robson Marques Cury, concedidas pela Ordem de Serviço nº 1.012/2004, assegurando-lhe o direito de usufruir os 29 (vinte e nove) dias restantes em época oportuna, de acordo com o art. 149, § 3º, da Lei Estadual nº 6.174/70.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 111/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 2.344/2005, resolve
A U T O R I Z A R
Paulo Roberto Roggenbaum, matrícula nº 5.929, Motorista nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, a usufruir 29 (vinte e nove) dias restantes de férias alusivas ao exercício de 2004, interrompidas pela Ordem de Serviço n° 989/2004, a partir de 09 de fevereiro de 2005.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 112/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 2.616/2005, resolve
A U T O R I Z A R
Larissa Vicelli Jacob, matrícula nº 6.058, Eletrotécnico símbolo 2-C deste Tribunal, a usufruir 23 (vinte e três) dias restantes das férias alusivas ao exercício de 2004, interrompidas pela Ordem de Serviço n° 1.025/2004, a partir de 17 de janeiro de 2005.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 113/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 2.391/2005, resolve
I N T E R R O M P E R
por necessidade do serviço e a partir de 04 de janeiro de 2005, as férias alusivas ao exercício de 2005 de **Cesar Augusto Bredow**, matrícula nº 5.703, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, ora à disposição deste Tribunal, concedidas pela Ordem de Serviço nº 850/2004, assegurando-lhe o direito de usufruir 29 (vinte e nove) dias restantes em época oportuna, com fundamento no artigo 149, § 3º, da Lei Estadual nº 6.174/70.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 114/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 2.250/2005, resolve
A U T O R I Z A R
Marcio Luiz Zendron, matrícula nº 368, Técnico Judiciário nível D-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, a usufruir 29 (vinte e nove) dias restantes de férias alusivas ao exercício de 2003, suspensas pela Ordem de Serviço n° 006/2003, a partir de 07 de janeiro de 2005.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 115/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve
I N T E R R O M P E R
por necessidade do serviço e a partir de 4 de janeiro de 2005, as férias alusivas ao exercício de 2005 de **Neusa Maria Dantas**, matrícula nº 5.498, Oficial Judiciário nível B-9 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, concedidas pela Ordem de Serviço nº 730/2004, assegurando-lhe o direito de usufruir 29 (vinte e nove) dias restantes em época oportuna, com fundamento no artigo 149, § 3º, da Lei Estadual nº 6.174/70.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 116/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 3.351/2005, resolve
C O N C E D E R
a **Graziela Pinto Maia**, matrícula nº 5.214, Assessor Jurídico nível F-9 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, 30 (trinta) dias de férias alusivas ao exercício de 2005, a partir de 07 de março de 2005, com fundamento no art. 34, inciso X, da Constituição Estadual.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 117/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 3.274/2005, resolve
C O N C E D E R
a **Jacir Baron**, matrícula nº 6.116, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, ora à disposição deste Tribunal, 30 (trinta) dias de férias alusivas ao exercício de 2005, a partir de 1º de fevereiro de 2005, com fundamento no art. 34, inciso X, da Constituição Estadual.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 118/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 3.437/2005, resolve
C O N C E D E R
a **Andrey Marzanatti Bornia**, matrícula nº 5.580, Assessor Judiciário símbolo DAS-4 deste Tribunal, do gabinete do Juiz Lídio José Rotoli de Macedo, 30 (trinta) dias de férias alusivas ao exercício de 2005, a partir de 1º de fevereiro de 2005, com fundamento no art. 34, inciso X da Constituição Estadual.
Cu**ritiba, 12 de janeiro de 2005.**
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO Nº 119/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve
I N T E R R O M P E R
por necessidade do serviço e a partir de 11 de janeiro de 2005, as férias alusivas ao exercício de 2005 de **Christiana Tosin Mercer**, matrícula nº 5.893, Assessor Judiciário símbolo DAS-4 deste Tribunal, do gabinete do Juiz Toshiharu Yokomizo, concedidas pela Ordem de Serviço nº 078/2005, assegurando-lhe o direito de usufruir os 29 (vinte e nove) dias restantes em época oportuna, de acordo com o art. 149, § 3º,da Lei Estadual nº 6.174/70.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

ORDEM DE SERVIÇO N° 120/2005
A Secretária em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve
L O T A R
Hayton Lee Swain Neto, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, ora à disposição deste Tribunal, no gabinete do Juiz Hayton Lee Swain Filho, a partir de 27 de dezembro de 2004.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
Isabel Jacomel
Secretária em exercício

Comarca da Capital

Crime

1ª Vara Criminal

Relação"fe Publicação de Acórdãos da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

01 RECURSO DE APELAÇÃO 2002/003
Autos originários 2001.10021-011ª Vara Criminal
Recurso Crime 0191644-5 TAPR
APELANTE PAULO RICARDO RAMOS DA SILVA
ADVOGADO PAULO RICARDO RAMOS DA SILVA
APELANTE ELIAS AUGUSTO REINADIN
RICARDO RAVAZZANI
MARIA JOSÉ ALVES CORDEIRO
ADVOGADOS RENÉ ARIEL DOTTI
BENO FRAGA BRANDÃO
APELADOS OS MESMOS
JUIZ RELATOR JOSÉ CARLOS DALÁCQUA

ACORDAM os Juízes integrantes da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação, mantendo-se a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, nos termos do voto do Relator.

02 RECURSO DE APELAÇÃO 2002/004
Autos originários 1998.5381-64ª Vara Criminal
Apelação Criminal 0185401-3 TAPR
APELANTE IVAN PORCIÚNCULA
ADVOGADO LANDES PEREIRA PORCIÚNCULA
APELADO JOSÉ ROBERTO BASTOS OLIVA
ADVOGADO BENO FRAGA BRANDÃO
JUIZ RELATOR MARCOS SÉRGIO GALLIANO DAROS

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – CÔMPUTO DO PERÍODO DECORRIDO ENTRE A DATA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL E O JULGAMENTO DO RECURSO.
Transcorridos mais de 2 (dois) anos entre a data do recebimento da denúncia e a sentença que condenou o primeiro apelante à pena de 3 (três) meses de detenção, mais multa, com substituição por pena restritiva de direito, impõe-se acolher a argüição de extinção da punibilidade do agente, pela ocorrência da prescrição intercorrente.

ACORDAM os Juízes integrantes da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação, mantendo-se a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, nos termos do voto do Relator.

03 RECURSO DE APELAÇÃO 2002/005
Autos originários 2000.3812-1 - Vara Criminal
Apelação Criminal 0187676-8 - TAPR
APELANTE DIVA ALVES DE MORAIS SILVEIRA
ADVOGADAS ANA PAULA LOPES DA COSTA
ANNELISE JUSTUS
JULIENE PEROZIN GAROFANI
APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO
INTERESSADO ENIO NETH DE GOES
JUIZ RELATOR MARCOS SÉRGIO GALLIANO DAROS

QUEIXA CRIME – COCNCEITO – CRIMES CONTRA A HONRA – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO – DECADÊNCIA DECRETADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
A queixa é a equivalente da denúncia, pela qual se instaura a ação penal, devendo conter, na sua forma, os mesmos requisitos desta (art. 41 e 43 do CPP), e só se diferenciam, formalmente, pelo subscritor: a denúncia é oferecida pelo membro do Ministério Público, e a queixa é intentada pelo particular ofendido, através de procurador com poderes expressos (Prof. Júlio Fabrini Mirabete).
A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença, vale dizer, pela pena in abstrato, opera-se em quatro (4) anos, se o máximo da pena é igual a um (1) ano ou, sendo superior, não exceda a dois (2) – Código Penal, artigo 109, inciso V.
A decadência, forma de extinção da punibilidade (Código Penal, artigo 107, inciso IV), deve ser decretada de ofício, a teor do que dispõe o artigo 61 do Código de Processo Penal.

ACORDAM os Juízes integrantes da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação, mantendo-se a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, nos termos do voto do Relator.

04 RECURSO DE APELAÇÃO 2002/006
Ação Penal 2000.7736-4 -2ª Vara Criminal
Apelação Criminal 0184509-0 - TAPR
APELANTE CHAMPAGNAT VEÍCULOS LTDA
ADVOGADA PRISCILLA PLACHA SÁ
APELADO PATRÍCIA CRISTINA MATUCHEWSKI
ADVOGADO CELSO DA SILVA LABRES
JUIZ RELATOR JOSÉ CARLOS DALÁCQUA

ACORDAM os Juízes integrantes da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação, mantendo-se a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, nos termos do voto do Relator.

05 RECRUSO DE APELAÇÃO 2003/013
Autos originários 1999.1222-4 - 11ª Vara Criminal de Curitiba
Apelação Criminal 0231780 – 0 - TAPR
APELANTE AILTON DOS SANTOS BONFIM
ADVOGADA LÚCIA MARIA BELONI CORRÊA DIAS
APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO
JUIZ RELATOR JOSÉ CARLOS DALÁCQUA

ACORDAM os Juízes integrantes da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de votos, em DAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação, anulando-se a sentença monocrática para absolver o apelante AILTON DOS SANTOS BONFIM, nos termos do voto do Relator.

06 RECURSO DE APELAÇÃO 2004/003
Ação Penal 1999.2478-8 - 8ª Vara Criminal
Apelação Criminal 0187897-7 - TAPR
APELANTE CLÁUDIO DA SILVA (réu preso)
ADVOGADO MARLON CESAR SIMÕES
APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO
JUIZ RELATOR JOSÉ CARLOS DALÁCQUA

ACORDAM os Juízes integrantes da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação, mantendo-se a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, nos termos do voto do Relator.

07 RECURSO DE APELAÇÃO 2004/004
Autos originários 2000.7173-0 - 4ª Vara Criminal
Recurso Crime Sentido Estrito 0248162-3 -TAPR
APELANTE FLÁVIO LUIZ CANTELLI
ADVOGADO DÁLIO ZIPPIN FILHO
APELADO JOÃO CARLOS DE LIMA
ADVOGADO JOÃO CARLOS DE LIMA
JUIZ RELATOR FRANCISCO EDUARDO GONZAGA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Juízes integrantes da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação, com remessa dos autos ao Juízo da 4ª Vara Criminal da Capital, nos termos do voto do Relator.

08 RECURSO DE APELAÇÃO 2004/005
Autos originários 1999.0007-2 - 5ª Vara Criminal
Recurso Crime Sentido Estrito 0182.563-6 - TAPR
APELANTE JOVINO PORTELA
ADVOGADO VÂNIA MARIA FORLIN (Defensora Pública)
APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO
JUIZ RELATOR ROGÉRIO RIBAS

APELAÇÃO CRIMINAL . TÓXICOS. USO PRÓPRIO.
1.Declinação da competência recursal pelo E. Tribunal de Alçada do Paraná. Art. 16 da Lei de Tóxicos. Competência para julgamento transferida ao Juizado Especial, diante da entrada em vigência da Lei nº 10.259/01, que ampliou o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo. Aceitação da declinatória, e conhecimento do recurso.
2.Condenação. Prova suficiente. Manutenção. Dosimetria penal. Pena base exacerbada, diante da análise do art. 59 do Código Penal. Redução das penas ao mínimo legal. Recurso provido para esse fim.
3.Prescrição retroativa. Reconhecimento. Extinção da punibilidade decretada ex officio.

ACORDAM os Juízes integrantes da Turma Recursal Criminal da 1ª Região do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de votos, em DAR PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso da Defesa para reduzir as penas ao mínimo legal, declarando ainda a extinção da punibilidade do réu JOVINO PORTELA, em face da prescrição retroativa, resultando rescindida a condenação em todos os seus efeitos, nos termos do voto do Relator.

ADVOGADO	ORDEM	RECURSO
ANA PAULA LOPES DA COSTA	02	2002.005
ANNELISE JUSTUS	02	2002.005
BENO FRAGA BRANDÃO	01	2002.003
BENO FRAGA BRANDÃO	03	2002.004
CELSO DA SILVA LABRES	04	2002.006
DÁLIO ZIPPIN FILHO	07	2004.004
JOÃO CARLOS DE LIMA	07	2004.004
JULIENE PEROZIN GAROFANI	02	2002.005
LANDES PEREIRA PORCIÚNCULA	03	2002.004
LÚCIA MARIA BELONI CORRÊA DIAS	05	2003.013
MARLON CESAR SIMÕES	06	2004.003
PAULO RICARDO RAMOS DA SILVA	01	2002.003
PRISCILLA PLACHA SÁ	04	2002.006
RENÉ ARIEL DOTTI	01	2002.003
VÂNIA MARIA FORLIN	08	2004.005

3ª Vara Criminal

COMARCA DE CURITIBA
TERCEIRA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. MARCIO JOSE TOKARS

INTIMACAO DOS ADVOGADOS
RELACAO NR. 001/2005

01 ACAO PENAL NRO.: 1999.0008015-7
REU: ARI BATISTA DA SILVA.
ADV: BENEDITO DE PAULA .
OBJETO: TOMAR CIENCIA DO DESPACHO DE FLS. 524

02 ACAO PENAL NRO.: 2004.0000106-3
REU: GUATAZARA LUIZ PEDRO,MARIA STOROZ.
ADV: TANIA PODGURSKI, VICTOR ANDRE COTRIN DA SILVA.
OBJETO: CUMPRIR DESPACHO DE FLS. 372 "QUERENDO ADITAR AS ALEGACOES
FINAIS NO PRAZO DE CINCO DIAS"

03 ACAO PENAL NRO.: 2004.0002658-9
REU: JULIANO DE LIMA FONSECA.
ADV: DAVID DANIEL LOPES, ALVADIR FACHIN.
OBJETO: AUDIENCIA DE TESTEMUNHA DE ACUSACAO EM 11/02/2005, AS 14:45
HORAS

04 ACAO PENAL NRO.: 2004.0004113-8
REU: NEVITON PRETTI CAETANO,CLAUDINEI DE SOUZA ALEXANDRE,JOSE
DINIZ,EDSON SILVESTRE.
ADV: CAIO FORTES MATHEUS, SANDRA REGINA RANGEL SILVEIRA, LOUISE
DA COSTA SILVA GUARNICA, NEUDI FERNANDES.
OBJETO: DEFERIDO O PEDIDO DE VISTA DOS AUTOS PARA ALEGACOES FINAIS
NO PRAZO DE 24 HORAS.

05 ACAO PENAL NRO.: 2004.0004158-8
REU: HUMBERTO GOMES DA SILVA,OSMARIO JOSE MULAZANI FILHO,PEDRO
DOS SANTOS.
ADV: JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR.
OBJETO: AUDIENCIA DE INSTRUCAO E JULGAMENTO EM 11/02/2005, AS 16:30
HORAS

06 ACAO PENAL NRO.: 2004.0005301-2
REU: MARCOS QUINTANA DOS SANTOS.
ADV: ECLEIA M. MARTINS RIBAS.
OBJETO: AUDIENCIA DE TESTEMUNHA DE ACUSACAO EM 28/02/2005, AS 16:40
HORAS

07 ACAO PENAL NRO.: 2004.0005978-9
REU: TIAGO ANTUNES VERGES.
ADV: GLACILENE ANTONIO RODRIGUES REOLON.
OBJETO: AUDIENCIA DE TESTEMUNHA DE ACUSACAO EM 16/02/2005, AS 15:00
HORAS

08 ACAO PENAL NRO.: 2004.0010327-3
REU: ROSANGELA NUNES FERREIRA,ORLANDO VIEIRA,CELIA SOARES DA
SILVA PRISSAK,EVANDRO NUNES.
ADV: LUIA FELIP CALLADO MACIEL.
OBJETO: AUDIENCIA DE CONCIALIACAO EM 18/03/2005, AS 16:30 HORAS

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
ALVADIR FACHIN	03	2004.0002658-9
BENEDITO DE PAULA	01	1999.0008015-7
CAIO FORTES MATHEUS	04	2004.0004113-8
DAVID DANIEL LOPES	03	2004.0002658-9
ECLEIA M. MARTINS RIBAS	06	2004.0005301-2
GLACILENE ANTONIO RODRIGUES REOLON	07	2004.0005978-9
JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR	05	2004.0004158-8
LOUISE DA COSTA SILVA GUARNICA	04	2004.0004113-8
LUIA FELIP CALLADO MACIEL	08	2004.0010327-3
NEUDI FERNANDES	04	2004.0004113-8
SANDRA REGINA RANGEL SILVEIRA	04	2004.0004113-8
TANIA PODGURSKI	02	004.0000106-3
VICTOR ANDRE COTRIN DA SILVA	02	2004.0000106-3

4ª Vara Criminal

COMARCA DE CURITIBA
QUARTA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. EDVINO BOCHNIA

INTIMACAO DOS ADVOGADOS
RELACAO NR. 053/2004

01 ACAO PENAL NRO.: 2001.0000762-7
REU: JOAO MACULINA DOS SANTOS.
ADV: DR DIRCEU APARECIDO VIEIRA.
OBJETO: INTIMA-LO DA EXPEDICAO DE CARTA PRECATORIA A COMARCA DE
FAZENDA RIO GRANDE PARA QUE A TESTEMUNHA LA RESIDENTE SEJA INQUIRIDA

02 ACAO PENAL NRO.: 2002.0004969-0
REU: PEDRO PITARCH FORCADELL.
ADV: DR JOSE VALTER RODRIGUES.
OBJETO: INTIMA-LO QUE FOI EXPEDIDA CARTA PRECATORIA A SAO JOSE DOS
PINHAIS PARA QUE A TESTEMUNHA DE DEFESA LA RESIDENTE SEJA INQUIRIDA

03 ACAO PENAL NRO.: 2003.0003002-9
REU: CAMILA DO CARMO.
ADV: DR ARIBERT JOAO RANNOW.
OBJETO: INTIMA-LOM DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 02/02/2005, AS 16.00 HS PARA OUVIDA DE TESTEMUNHA DE DEFESA

04 ACAO PENAL NRO.: 2003.0012402-3
REU: CELSO COELHO GONCALVES.
ADV: DRA TANIA MARA PODGURKI.
OBJETO: INTIMA-LA QUE FOI DESIGNADO O DIA 10/03/2005 AS 15:45 HORAS PARA A AUDIJNCIA DE INQUIRICAO DE TESTEMUNHAS DE DEFESA

05 ACAO PENAL NRO.: 2004.0000487-9
REU: CRISTIANO DE LARA CASTELHANO.
ADV: DR. LAERSO DA ROSA VIEIRA.
OBJETO: INTIMA-LO DA SENTENCA, PROFERIDA EM 15/12/2004, QUE CONDENOU
O REU A PENA DE 03 ANOS E 04 MESES DE RECLUSAO, EM REGIME INTEGRALMENTE FECHADO E PAGAMENTO DE 50 DIAS-MULTA

06 ACAO PENAL NRO.: 2004.0000735-5
REU: JEFFERSON COELHO DE ANDRADE.
ADV: DRA SANDRA REGINA RANGEL SILVEIRA.
OBJETO: INTIMA-LA QUE POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI DENEGADO O HC, COM REMOCAO DO PACIENTE PARA O COMPLEXO MEDICO PENAL.

07 ACAO PENAL NRO.: 2004.0006635-1
REU: ELSON FERREIRA.
ADV: DRA. MARIA ETERNA VIDAL.
OBJETO: INTIMA-LA DA SENTENCA, PROFERIDA EM 14/12/2004, QUE CONDENOU O REU A PENA DE 01 ANO E 04 MESES DE RELUSAO, SUBSTITUIDA POR UMA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS E PAGAMENTO DE 10 DIAS-MULTA

08 ACAO PENAL NRO.: 2004.0007452-4
REU: RENIVALDO JOSE PUPO.
ADV: DR MARCELO AUGUSTO PEREIRA DE CAMARGO.
OBJETO: INTIMA-LO PARA QUE SE MANIFESTE NA FORMA DO ART 384 PARAG. UNICO DO C.P.P., DENTRO DO PRAZO LEGAL.

09 ACAO PENAL NRO.: 2004.0007513-0
REU: CLEOMAR LUIS DA SILVA.
ADV: DR. JOSE CARLOS DE OLIVEIRA.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 17/01/2005, AS 16:00 HORAS PARA AUDIENCIA DE INQUIRICAO DA TESTEMUNHA EDNA

10 ACAO PENAL NRO.: 2004.0008620-4
REU: ZENILDA TEREZINHA TURRA DE FREITAS.
ADV: DR DIOGO ANTONIO MACIEL BELLO.
OBJETO: INTIMA-LO QUE FOI DESIGNADO O DIA 23/02/2005 AS 14:45 HORAS PARA A AUDIENCIA DE INSTRUCAO E JULGAMENTO.

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
DR ARIBERT JOAO RANNOW	03	2003.0003002-9
DR DIOGO ANTONIO MACIEL BELLO	10	2004.0008620-4
DR DIRCEU APARECIDO VIEIRA	01	2001.0000762-7
DR JOSE VALTER RODRIGUES	02	2002.0004969-0
DR MARCELO AUGUSTO PEREIRA DE CAMARGO	08	2004.0007452-4
DR. JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	09	2004.0007513-0
DR. LAERSO DA ROSA VIEIRA	05	2004.0000487-9
DRA SANDRA REGINA RANGEL SILVEIRA	06	2004.0000735-5
DRA TANIA MARA PODGURKI	04	2003.0012402-3
DRA. MARIA ETERNA VIDAL	07	2004.0006635-1

11ª Vara Criminal

COMARCA DE CURITIBA
DECIMA PRIMEIRA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. DAVI PINTO DE ALMEIDA

INTIMACAO DOS ADVOGADOS
RELACAO NR. 001/2005

01 ACAO PENAL NRO.: 1996.0001284-9
REU: ECLEA MARIA MARTINS RIBAS.
ADV: DRA. ECLEA MARIA MARTINS RIBAS.
OBJETO: Fica intimado para a audiencia de inquiricao de testemunha de acusacao para o dia 28.02.2005, as 16:30 horas

02 ACAO PENAL NRO.: 1997.0002726-0
REU: EMERSON ROBERT TAVARES,VERA LUCIA TEIXEIRA LEITE.
ADV: DR FABIANO ANSELMO WEBER.
OBJETO: Fica intimado para a audiencia de inquiricao de testemunha de acusacao para o dia 14.02.2005, as 15:00 horas

03 ACAO PENAL NRO.: 1997.0005748-8
REU: EDSON FOGACA.
ADV: DR GILMAR FERNANDO DE CRISTO.
OBJETO: Fica intimado para apresentar alegacoes finais, no prazo do art. 500 do CPP.

04 ACAO PENAL NRO.: 2000.0005752-5
REU: EVERALDO CORREA,JOSE MIGUEL MACHADO,ALEXANDRE CARLOS DOS
SANTOS,VALDERI DE FREITAS.
ADV: DRS JOAQUIM ROCHA - NADIA DE SOUZA IBRAHIM-LUCIANA HASS.
OBJETO: Ficam intimados para a aud. d einq. de test. de acusacao para o dia 21.02.2005, as 15;00 horas, bem como da exp. de preca. a Sao Jose dos Pinhais para la ser ouvida a testemunha Jos'i Carlos de Oliveira

05 ACAO PENAL NRO.: 2000.0006366-5
REU: SILVIO LIMA DA SILVA.
ADV: DR FREDERCIO OTTO LEODEGAR KILLIAN.
OBJETO: Fica intimado para a audiencia de inquiricao de testemunhas de defesa para o dia 28.02.2005, as 15:30 horas

06 ACAO PENAL NRO.: 2000.0009834-5
REU: JOSE CARLOS DE SOUZA.
ADV: DR. FERNANDO JOSE CURI STABEN.
OBJETO: Fica intimado pra a aud. de inq. de testemunhas de defesa para o dia 22.02.2005, as 15:30 horas, devendo trazer as testemunhas

07 ACAO PENAL NRO.: 2000.0010490-6
REU: ADRIANO FABIENSKI.
ADV: DR. NIVALDO MORAN.
OBJETO: Fica intiamdo para aud. de inq. de testemunhas de defesa para o dia 14.02.2005, as 15:30 hs. bem como de exped. de precatorias a Guaratuba e Faz. Rio Grande, para la serme ouvidas testemunhas de defesa

08 ACAO PENAL NRO.: 2001.0005173-1
REU: SERGIO MORO,JUDITE BORBA MORO.
ADV: DRAS DANIELE KARAM PUCCI DE SOUZA E VIVIANE AMORIM CASTILHO.
OBJETO: Ficam intimadas para a audiencia de inquiricao de testemunhas de defesa para o dia 02.03.2005, as 13:15 horas

09 ACAO PENAL NRO.: 2001.0006231-8
REU: VILSON ALVES DA SILVA,DANIEL JORGE.
ADV: DR ANTONIO HENRIQUE RABELLO DE MELLO.
OBJETO: Fica intimado para a audiencia de inquiricao de testemunhas de defesa para o dia 22.02.2005, as 13:30 horas

10 ACAO PENAL NRO.: 2001.0006633-0
REU: OSNILDO JOSE CARDOSO DE LIMA.
ADV: DR. CLAUDINEI SZYMCZAK.
OBJETO: Fica intimado para a audiencia de inquiricao de testemunhas de defesa para o dia 23.02.2005, as 15:30 horas

11 ACAO PENAL NRO.: 2001.0010029-5
REU: ALCEU CORDEIRO JUNIOR.
ADV: DR. ROOSEVELT ARRAES.
OBJETO: Fica intimado para a audiencia de inquiricao de testemunhas de acusacao para o dia 28.02.2005, as 14:30 horas

12 ACAO PENAL NRO.: 2001.0011049-5
REU: ALEX BATISTA DE OLIVEIRA.
ADV: DRA DEBORA MARIA CESAR DE ALBUQUERQUE.
OBJETO: Fica intimada para apresentar alegacoes finais, no prazo de lei.

13 ACAO PENAL NRO.: 2002.0008583-2
REU: ARNALDO HAIN FILHO,FABIO ROCHA DE SIQUEIRA,MARCELO PIRES
ALVES.
ADV: DRAS REGINA LUCIA WERKA XAVIER DE FRANCA - GENI WERKA-PEDRO
PAULO DE MACEDO LINO.
OBJETO: Ficam intimados da audiencia de Inquiricao de testemunhas de acusacao para o dia 22.02.2005, as 13:15 horas

14 ACAO PENAL NRO.: 2002.0008627-8
REU: ADEMIR RIBEIRO PEREIRA,VERONICA RODRIGUES PEREIRA.
ADV: DRS CARLOS HENRIQUE KAMINSKI - ROMEU AUGUSTO SIMON JUNIOR.
OBJETO: Ficam intimados para a audiencia de inquiricao de testemunhas de acusacao para o dia 22.01.2005, as 16:30 horas

15 ACAO PENAL NRO.: 2003.0002591-2
REU: JEFERSON COELHO DE ANDRADE,CLAUDIO RATTON.
ADV: DRS. AROLDO ANTONIO GLOMB E SANDRA REGINA RANGEL SILVEIRA.
OBJETO: Ficam intimados para a audiencia de inquiricao de testemunhas de acusacao para o dia 20.01.205, as 13:15 horas

16 ACAO PENAL NRO.: 2003.0002995-0
REU: RODRIGO CARVALHO NEDEFF.
ADV: DR MAURILUCIO ALVES SOUZA.
OBJETO: Fica intimado para a audiencia de inquiricao de testemunhas de acusacao para o dia 15.02.2005, as 14:00 horas

17 ACAO PENAL NRO.: 2003.0010113-9
REU: SERGIO ANTUNES,MARCIO APARECIDO MARTINS,RICARDO MARIANO.
ADV: DRA ADALGISA MENDES, DR. NIVALDO MORAN E DR GLAUCO SANSON SILVA.
OBJETO: Ficam intimados para apresentarem as alegacoes finais, no prazo de lei.

18 ACAO PENAL NRO.: 2004.0004140-5
REU: JULIO CESAR MAGALHAES.
ADV: DR DIOCLECIO ALVES DE OLIVEIRA.
OBJETO: Fica intimado a apresentar as alegacoes finais, no prazo de lei.

19 ACAO PENAL NRO.: 2004.0005251-2
REU: MARCIO DOS SANTOS,ALISSON FERNANDO DA SILVA,ELEDSON GOMES
DA SILVA,ALESSANDRO DOS SANTOS SILVA.
ADV: DRS. MARCO ANTONIO GERMANO-NILTON RIBEIRO DE SOUZA -MARIO
LUCIO MONTEIRO FILHO - FRANCISCO AFFONSO DE CAMARGO BELTRAO.
OBJETO: Ficam cientes de que os autos supra citados foram remetidos a Justica Federal

20 ACAO PENAL NRO.: 2004.0005766-2
REU: OSMAR ANTUNES DE OLIVEIRA.
ADV: DR GERALDO DE OLIVEIRA.
OBJETO: CPP.

21 ACAO PENAL NRO.: 2004.0006799-4
REU: GILBERTO JOSE SEVERO DA SILVA.
ADV: DR FABIO ROGERIO B. F. DOS SANTOS.
OBJETO: fica intmado a comparecer em cartorio para cientificar-se da r. sentenca.

22 ACAO PENAL NRO.: 2004.0008289-6
REU: WAGNER LUIZ ANDRADE,ADRIANO DA SILVA.
ADV: DRS. DANIEL ALCANTARA SOARES E ECLEIA M. RIBAS.
OBJETO: Ficam intimados para a audiencia de inquiricao de testemunhas de acusacao para o dia 19.01.2005, as 15:15 horas

23 ACAO PENAL NRO.: 2004.0011577-8
REU: GILSON GELVAN DA LUZ.
ADV: DRA DEBORA MARIA CESAR DE ALBUQUERQUE.
OBJETO: Fica intimada para apresentar defesa preliminar da lei de t'oxicos, no prazo de 10 (dez) dias.

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
DR ANTONIO HENRIQUE RABELLO DE MELLO	09	2001.0006231-8
DR DIOCLECIO ALVES DE OLIVEIRA	18	2004.0004140-5
DR FABIANO ANSELMO WEBER	02	1997.0002726-0
DR FABIO ROGERIO B. F. DOS SANTOS	21	2004.0006799-4
DR FREDERCIO OTTO LEODEGAR KILLIAN	05	2000.0006366-5
DR GERALDO DE OLIVEIRA	20	2004.0005766-2
DR GILMAR FERNANDO DE CRISTO	03	1997.0005748-8
DR MAURILUCIO ALVES SOUZA	16	2003.0002995-0
DR. CLAUDINEI SZYMCZAK	10	2001.0006633-0
DR. FERNANDO JOSE CURI STABEN	06	2000.0009834-5
DR. NIVALDO MORAN	07	2000.0010490-6
DR. NIVALDO MORAN E DR GLAUCO SANSON SILVA	17	2003.0010113-9
DR. ROOSEVELT ARRAES	11	2001.0010029-5
DRA ADALGISA MENDES	17	2003.0010113-9
DRA DEBORA MARIA CESAR DE ALBUQUERQUE	12	2001.0011049-5
DRA DEBORA MARIA CESAR DE ALBUQUERQUE	23	2004.0011577-8
DRA. ECLEA MARIA MARTINS RIBAS	01	1996.0001284-9
DRAS DANIELE KARAM PUCCI DE SOUZA E VIVIANE A	08	2001.0005173-1
DRAS REGINA LUCIA WERKA XAVIER DE FRANCA - GE	13	2002.0008583-2
DRS CARLOS HENRIQUE KAMINSKI - ROMEU AUGUSTO	14	2002.0008627-8
DRS JOAQUIM ROCHA - NADIA DE SOUZA IBRAHIM-LU	04	2000.0005752-5
DRS. AROLDO ANTONIO GLOMB E SANDRA REGINA RAN	15	2003.0002591-2
DRS. DANIEL ALCANTARA SOARES E ECLEIA M. RIBA	22	2004.0008289-6
DRS. MARCO ANTONIO GERMANO-NILTON RIBEIRO DE	19	2004.0005251-2

Precatórias Cíveis/Criminais

VARA DE CARTA PRECATORIA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA
RELACAO No. 2/2005.
JUIZ(A) DE DIREITO: ROSICLER MARIA MIGUEL VIGNA MANDORLO.

01) C.P. 2004.4607-9 20037488. Comarca de PONTA GROSSA-2a.-PR x reu WILIAM MOCELIN e Outros. Audiencia de INQUIRICAO DE TESTEMUNHA DE DEFESA dia 16.02.2005, as 15:30 h, em Ctba.
ADV. ANTONIO FRANCISCO MOLINA.

02) C.P. 2004.4637-8 129/04. Comarca de GUAIRA-UNICA-PR x reu PEDRO FERNANDES DE OLIVEIRA e Outros. Audiencia de INQUIRICAO DE TESTEMUNHA DE DEFESA dia 16.02.2005, as 14:50 h, em Ctba.
ADV. RONALDO CAMILO, LUIZ CLAUDIO NUNES DE LOURENCO, EDMAR JOSE CHAGAS.

03) C.P. 2004.5616-2 65/00. Comarca de PINHAO-UNICA-PR x reu ERONDI DE OLIVEIRA SOARES e Outros. Audiencia de INQUIRICAO DE TESTEMUNHA DE DEFESA dia 02.03.2005, as 15:00 h, em Ctba.
ADV. FABIO F. DECKER, EDUARDO BASTOS DE BARROS, JOSE VIRGILIO CASTELO B. ROCHA NETO, MIGUEL NICOLAU JUNIOR.

04) C.P. 2005.13-9 20046009. Comarca de ARAUCARIA-UNICA-PR x reu EDER OLIVEIRA DOS SANTOS e Outro. Audiencia de INQUIRICAO DE TESTEMUNHA DE ACUSACAO dia 21.02.2005, as 13:50 h, em Ctba.
ADV. LUIZ ALBERTO GLASER, RICARDO
ALBERTO ESCHER.

05) C.P. 2005.29-9 20045274. Comarca de CAMPO LARGO-UNICA-PR x reu FABIANO VIEIRA e Outros. Audiencia de INQUIRICAO DE TESTEMUNHA DE DEFESA dia 21.02.2005, as 14:30 h, em Ctba.
ADV. BORTOLO C. ESCORSIM, WILMAR ALOISIO PEREIRA DOS SANTOS.

06) C.P. 2005.42-0 38/04. Comarca de CURIUVA-UNICA-PR x reu PAULO MORAES e Outro. Audiencia de INQUIRICAO DE TESTEMUNHA DE ACUSACAO dia 21.02.2005, as 15:10 h, em Ctba.
ADV. ANDRE LUIZ G. SALVADOR, SUZANA TOMOE YUYAMA.

07) C.P. 2005.116-6 76/01. Comarca de OSVALDO CRUZ-2a.-SP x eu FABIANO VINICIUS ALEXECHEVZ. Audiencia de OUTROS dia 04.02.2005, as 14:45 h, no JUIZO DEPRECANTE.
ADV. REINALDO COSTA MITCZUK.

08) C.P. 2005.126-2 322/97. Comarca de CAPAO BONITO-1a.-SP x reu JOAO BATISTA LOPES . INTIMAR A DOUTO DEFESA, QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE EM CARTORIO COM VISTA PARA MANIFESTAÇÃO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE PRECLUSÃO, COM RELAÇÃO A TESTEMUNHAS ARROLADAS EM COMUM ALEXANDRE LOUZADA TOURINHO, ANTE A NÃO LOCALIZAÇÃO E ROQUE MENDES DE QUEIROZ, CONHECIDO COMO ROQUE, UMA VEZ QUE CONFORME CERTIDÃO DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA O MESMO E PESSOA FALECIDA.
ADV. SERGIO VILARIM DE SOUZA, RUBENS MERCURIO JUNIOR.

Juizados Especiais

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Civeis
COMARCA DE CURITIBA - CENTRAL
2º Juizado Especial Cível
Relação Nº : 002/2005

001 1999.0015080-0/0 - Execução de Título Judicial MARILDA JOSANE WILCZEK X THARSON ASANUMA ORANDES DA GRACA (E OUTRO) Retirar Certidão de Dívida Adv(s) JOSE LUIZ CARDOZO LAPA

002 2001.0002100-8/0 - Processo de Conhecimento SIMONE TEREZINHA KRAMER X SUPERMERCADOS EXTRA - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO Manifestar-se sobre o pagamento efetuado Adv(s) GILBERTO VILAS BOAS, STELA MARLENE SCHWERZ

003 2001.0005684-7/0 - Processo de Conhecimento AMERICO DE LIMA X COPLAVEN-COMERCIO DE VEICULOS NACIONAIS S/C LTDA Retirar Certidão de Dívida Adv(s) IVONE STRUCK

004 2001.0019177-9/0 - Processo de Conhecimento RAQUEL GRASSI X C&A MODAS MAGAZINE LTDA Manifestar-se sobre o pagamento efetuado Adv(s) ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO , SANDRO BALDUINO MORAIS

005 2002.0002836-3/0 - Processo de Conhecimento MELANIE KLEIN (E OUTRO) X EDITORA GLOBO (E OUTRO) Manifestar-se sobre o pagamento efetuado Adv(s) ITAMAR LUIZ MONTEIRO CORTES, RODRIGO GARCIA SANT ANNA BEVILAQUA, SERGIO DE LIMA CONTER FILHO

006 2002.0007436-5/0 - Processo de Conhecimento ARIALBA DE FREITAS X ALDACIR DUARTE DE SOUZA cumprir a decisão, sob pena de execução e penhora de bens Adv(s) ANTONIO FRANCISCO MOLINA

007 2002.0007494-2/0 - Processo de Conhecimento VILMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA X BANCO SANTANDER ...JULGO PROCEDENTES os embargos à execução para DECLARAR NULA a citação da embargante/reclamada no processo de conhecimento, e por conseguinte os atos praticados posteriormente à citação. P.R.I. .... Adv(s) CLEVERSON DE SOUZA, LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA, ALBERTO SILVA GOMES

008 2002.0008115-9/0 - Processo de Conhecimento CLEBER PIMENTA DE MATOS X TELEPAR CELULAR Retirar Certidão de Dívida Adv(s) FABRICIO FABIAN PEREIRA, CARLOS EDUARDO DE SOUZA LOBO, MÔNICA PIMENTEL

009 2002.0012154-1/0 - Processo de Conhecimento JOSE GEORGES FATTOUCH X NILTON ANTONIO FREITAS FORBECK (E OUTRO) Intimação do procurador para devolver os autos em cartório no prazo de 24 horas, sob as penas do art. 196 do CPC Adv(s) JOAO BELMIRO DOS SANTOS

010 2002.0014756-7/0 - Processo de Conhecimento FAUSTINO PEREIRA DE CARVALHO X JOSE SOARES MALTA Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) GIOVANI SCHLICKMANN

011 2002.0016551-4/0 - Processo de Conhecimento APARECIDA PROENCA DO NASCIMENTO X IMOBILIARIA VISA IMOVEIS(na pessoa do sócio Valdecir Mileno) Intimação que houve equivoco na intimação publicada na relação 01/05 estando a mesma totalemente sem efeito, pelo que a intimação correta contém o seguinte: I) Homologo, por sentença, a decisão do douto Juiz Leigo, de fls. 60/62 nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95 Adv(s) MARINO GALVAO, KELYN MEDEIROS DA SILVEIRA

012 2002.0017389-4/0 - Processo de Conhecimento MARIA EMILIA GUIMARAES LOVATO SANTOS X BANCO BRADESCO S.A 1.pelo art. 60 da Lei nº 8.971/95 menção não é feita à pessoa física, descabendo, outrossim, fazer interpretação extensiva à se abarcar, como se lucros cessantes fosse, a indenização por danos morais. Logo, descabida a pretensão de fls. 56/57. 2. Para pagamento da reclamante, expeça-se o alvará. 3. Caso nada mais seja pleiteado, deverá então ser o feito arquivado, com as baixas de estilo. Adv(s) DR. DANIEL HACHEM

013 2002.0020472-2/0 - Processo de Conhecimento MAURA SANTOS RIBEIRO X TRADECASH ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 21/03/2005, às 19:00 horas. Adv(s) ANGELA MARIA MARCELO

014 2002.0023748-5/0 - Processo de Conhecimento MARCELO MAGNUS CASQUILHA DE ANDRADE X EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 14/03/2005, às 19:45 horas. Adv(s) ARLINDO FERREIRA DE SOUZA, RENATO DA SILVA OLIVEIRA

015 2002.0025097-0/0 - Processo de Conhecimento JANETE DOS SANTOS X D.S. CORRETORA DE IMOVEIS (E OUTRO) Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 10/03/2005, às 15:00 horas. Adv(s) LUIZ CARLOS J ARBUGERI FILHO, LEONI JOSE GALLI

016 2002.0026830-5/0 - Processo de Conhecimento ANA TEIXEIRA DA SILVA X LOSANGO PROMOTORA DE VENDAS LTDA (E OUTRO) Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 10/03/2005, às 14:00 horas. Adv(s) SIMONE STOIANI NERCOLINI, MARIA WROBEL SCHATZ, CARMEN GLORIA ARRIAGA ANDRIOLI

017 2003.0001641-7/0 - Execução Título Extrajudicial LUIZ ROBERTO CORREA X ISMARIO BEZERRA JUNIOR Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY, MAURICIO SAGBONI MONTANHA TEIXEIRA

018 2003.0002664-3/0 - Processo de Conhecimento IVAN CLAUDIO DOS SANTOS (E OUTRO) X CACILDA REGUEL DA LUZ (E OUTRO) Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 02/03/2005, às 15:30 horas. Adv(s) MARCOS MONTENEGRO DE OLIVEIRA, VIRGINIA FERNANDES

019 2003.0004395-6/0 - Processo de Conhecimento CLEBER WAGNER CAMARGO X COPEL DISTR. DE ENERGIA ELÉTRICA Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 02/03/2005, às 15:00 horas. Adv(s) ERONDI SILVERIO DOS SANTOS, REJANE MARA S. D´ALMEIDA

020 2003.0005743-7/0 - Processo de Conhecimento ANA CARMEN DE OLIVEIRA X BRASIL TELECOM TELEPAR S/A I) Homologo, por sentença, a decisão do douto Juiz leigo, de fls. 145/146 nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Adv(s) JOAO CARLOS LORUSSO, SERGIO ROBERTO VOSGERAU

021 2003.0008791-5/0 - Processo de Conhecimento MARCELO ALVES DIAS X BANCO ITAÚ SA (E OUTRO) Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/03/2005, às 14:00 horas. Adv(s) ANTONIO CELESTINO TONELOTO, GASTAO FERNANDO PAES DE BARROS JUNIOR, FABIO RENATO SANTANA

022 2003.0011594-5/0 - Processo de Conhecimento JOMAR STRAZZER VALENÇA X JOSE APARECIDO ALVES Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17/02/2005, às 14:30 horas. Adv(s) CARLOS ROBERTO DE MATOS

023 2003.0012015-9/0 - Processo de Conhecimento SEBASTIAO B. CARVALHO (E OUTRO) X COPEL DISTRIBUICAO S/A Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 04/02/2005, às 15:30 horas. Adv(s) IRA NEVES JARDIM

024 2003.0012042-6/0 - Processo de Conhecimento JOSÉ ROSA X ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA JARDIM UNIÃO Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 14/03/2005, às 19:45 horas. Adv(s) INGRID KUNTZE

025 2003.0012167-7/0 - Processo de Conhecimento NELIA BEILNER X BANCO CREDIBANCO S/A Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 08/03/2005, às 15:30 horas. Adv(s) RODRIGO FERREIRA

026 2003.0012201-0/0 - Processo de Conhecimento WANDERLEI AGAPE VIEIRA X TONY EDEN SOARES DA ROCHA Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15/02/2005, às 15:30 horas. Adv(s) SERGIO LUIS DOS SANTOS, DR. TONY EDEN SOARES DA ROCHA

027 2003.0012905-8/0 - Processo de Conhecimento PAULO FERNANDO PAULUK X BRASIL TELECOM S.A. Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 16/02/2005, às 15:00 horas. Adv(s) PAULO FERNANDO PAULUK, REGIS GRITTEM ZULTANSKI

028 2003.0013117-1/0 - Processo de Conhecimento CLAUDIA REGINA ZAMPIERI X CENTRO OXFORD DE IDIOMAS Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 21/03/2005, às 15:00 horas. Adv(s) IVO BERNARDINO CARDOSO

029 2003.0013146-2/0 - Processo de Conhecimento ANTONIO ALVES RIBEIRO X CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MAGNÓLIA Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 24/02/2005, às 15:00 horas. Adv(s) NEWTON CASTRO, IDERALDO JOSE APPI

030 2003.0013236-1/0 - Processo de Conhecimento ROMÁRIO PACHECO X CARREFUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 23/02/2005, às 15:00 horas. Adv(s) DRA. SIMONE ZONARI LETCHACOSKI

031 2003.0013320-0/0 - Processo de Conhecimento ELSON JOSE DE MOURA TORRES X UNIBANCO S/A - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 25/02/2005, às 15:00 horas. Adv(s) ELADIO PINHEIRO LIMA JUNIOR, RODRIGO FERREIRA

032 2003.0014152-5/0 - Processo de Conhecimento RICARDO BRUSTOLIN X MARCIANO MOROZOWSKI (E OUTRO) Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 10/03/2005, às 15:30 horas. Adv(s) CHARLES MICHEL LIMA DIAS, HERCULES LUIZ, LUIZ ALBERTO ZIOLKOWSKI

033 2003.0014826-0/0 - Processo de Conhecimento ÉLIO PRIMO CUSSOLIN X EMBRATEL Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 31/03/2005, às 15:30 horas. Adv(s) ARLINDO FERREIRA DE SOUZA

034 2003.0016302-9/0 - Processo de Conhecimento FLAVIO CENSI X CCV- ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA Intimação para a audiência de instrução e julgamento

designada para o dia 30/03/2005, às 15:00 horas. Adv(s) BRAULIO ROBERTO SCHMIDT

035 2003.0020683-1/0 - Processo de Conhecimento HERLANDER PAULO SANTOS PEREIRA X CONDOMINIO EDIFICIO CURITIBA TRADE CENTER Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 04/02/2005, às 14:00 horas. Adv(s) ANTONIO LUIZ PEREIRA JUNIOR

036 2003.0026191-3/0 - Processo de Conhecimento GIOVANNA SIMONE STRUCK GUAREZI X ALFA FINANCEIRA SA I) Homologo, por sentença, a decisão do douto Juiz Leigo, de fls.42/43 nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Adv(s) IVONE STRUCK, FABRÍCIO KAVA, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER, DR. LUIZ RODRIGUES WAMBIER, IZABELA CRISTINA RUCKER CURI

037 2003.0027913-9/0 - Execução Título Extrajudicial JORGE BORNIA X MARCELO RENCK LORENÇO Informar o correto endereço da parte requerido no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) DARLISA DA SILVA

038 2004.0000412-2/0 - Processo de Conhecimento ANDREA MARI CUELLAR TRAMUJAS X CREDICARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 08/03/2005, às 14:45 horas. Adv(s) SERGIO NEY CUELLAR TRAMUJAS

039 2004.0003167-3/0 - Processo de Conhecimento DANIEL TAKESHI SUZUKI X EDILSON BERWANGER Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 14/03/2005, às 19:00 horas. Adv(s) LUCIANA HAAG ALVIM REZENDE, FRANKLIN PAULA MENDES

040 2004.0004513-0/0 - Processo de Conhecimento BENEDITO BARBOSA DE ARAUJO X BRASIL TELECOM S/A. (E OUTRO) Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 14/03/2005, às 19:30 horas. Adv(s) TELMA ELIZE MIOTO ANDRIOLI

041 2004.0005041-9/0 - Processo de Conhecimento RICARDO MONTANHINI X GLOBAL VILLAGE TELECOM GVT Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 21/03/2005, às 19:15 horas. Adv(s) VERA LUCIA SVOBODA MAGALHAES

042 2004.0005817-7/0 - Processo de Conhecimento OLICI DAS NEVES LOPES X ARNALDO FERREIRA MULLER Pagar o valor do débito no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens Adv(s) FABIANO LOPES, ARNALDO FERREIRA MULLER

043 2004.0006432-9/0 - Processo de Conhecimento WILLIAM HAMILTON MOREIRA ALVES X IBI ADMINISTRADORA E PROMOTORA Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 09/03/2005, às 20:00 horas. Adv(s) WILLIAM HAMILTON MOREIRA ALVES

044 2004.0007987-1/0 - Processo de Conhecimento ANDRE LUIS PICANCO CARRARO X FRANCISCO UBIRAJARA CAMARGO FADEL (E OUTRO) Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 14/03/2005, às 20:00 horas. Adv(s) THAIS DOS SANTOS SILVA

045 2004.0008749-0/0 - Processo de Conhecimento JEANICE LARISSA RICABOM (E OUTRO) X NORUEGA ASSESSORIA IMOBILIARIA Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 16/03/2005, às 19:30 horas. Adv(s) GISELE RICABOM, BRASIL PARANA DE CRISTO II

046 2004.0009106-0/0 - Processo de Conhecimento EDOEL ROCHA X EVANDRO JOSE RIBEIRO DA SILVA Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 14/03/2005, às 19:30 horas. Adv(s) EDOEL ROCHA

047 2004.0009870-6/0 - Processo de Conhecimento DANIELA BRANDT SANTOS X BRASIL TELECOM S/A (E OUTROS) I) A decisão esta sujeita a regular recurso, não podendo ser modificada pelo próprio juízo, quanto a extinção do feito. II) quanto a justificativa, para isenção de custas, defiro prazo de 10 dias a autora para apresentação de original. Adv(s) DANIELA BRANDT SANTOS, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, TELMA ELIZE MIOTO ANDRIOLI

048 2004.0010071-4/0 - Processo de Conhecimento CLEVERSON WEIBER X COPEL Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 21/03/2005, às 19:15 horas. Adv(s) IRA NEVES JARDIM

049 2004.0010268-6/0 - Processo de Conhecimento JEAN FREDERICK MASCHIO X BANCO BRADESCO S/A Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 14/03/2005, às 19:45 horas. Adv(s) ANSELMO MASCHIO

050 2004.0010497-7/0 - Processo de Conhecimento VIVIANE SCHEROEDER (E OUTRO) X RESTAURANTE MAGGIORE -/ CENTRO GASTRONOMICO ALA A Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 21/03/2005, às 14:00 horas. Adv(s) LUIZ ROBERTO ROMANO

051 2004.0010691-6/0 - Processo de Conhecimento ELISEU DA SILVA SERAFIM X ERICSON DO BRASIL Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 14/03/2005, às 19:15 horas. Adv(s) ARLINDO FERREIRA DE SOUZA, RODRIG0 CARDOSO DE SOUZA

052 2004.0012201-6/0 - Processo de Conhecimento NACIFF KUBRUSLY X UNIMED CURITIBA Intimação para a audiência deinstrução e julgamento designada para o dia 21/03/2005, às 19:15 horas. Adv(s) EGON BOCKMANN MOREIRA, CLAUDIA TOSIN KUBRUSLY, EDUARDO BATISTEL RAMOS

053 2004.0012230-7/0 - Processo de Conhecimento GERSON BERGER NASSAR X FININVEST - SR IVO LUZ Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/03/2005, às 15:00 horas. Adv(s) CAMILE SANTOS DE SOUZA

054 2004.0012437-0/0 - Processo de Conhecimento VALCINEIA APARAECIDA DOS PASSOS X SOLUÇÃO CONDOMINIO S/C LTDA (E OUTRO) Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 14/03/2005, às 19:45 horas. Adv(s) DANILO EMILIO BERNARTT

055 2004.0013231-8/0 - Processo de Conhecimento SUELI DO ROCIO CAVALLI COSTA X FININVEST S/A NEGÓCIOS DE VAREJO Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 14/03/2005, às 19:45 horas. Adv(s) FRANCIELI LAHUD DE LIMA

056 2004.0013608-8/0 - Processo de Conhecimento LUIS CARLOS DE ALMEIDA (E OUTRO) X CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (E OUTRO) Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 14/03/2005, às 20:00 horas. Adv(s) CELIA REGINA MARCON

057 2004.0014541-8/0 - Processo de Conhecimento JOSE EDGAR CARDOSO X BANCO ITAU S/A Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17/03/2005, às 16:00 horas. Adv(s) ANE PATRICIA CHEMIM BRANCO, ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA

058 2004.0014706-3/0 - Processo de Conhecimento JEANE LUIZA BERWANGER X DIRECTV E P.J. GALAXY BRASIL LTDA Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 14/03/2005, às 19:30horas. Adv(s) ANGELA RIBEIRO VILLATORE, RENATA DORCE ARMONIA

059 2004.0014888-4/0 - Processo de Conhecimento VERA LUCIA DE SIQUEIRA X JOAO CARLOS DE SOUZA SALGADO Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) ANTONIO PELLIZZETTI

060 2004.0015256-7/0 - Processo de Conhecimento JURUA SILVERIO DOS SANTOS X EMPRESA DE ONIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S.A (E OUTRO) Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 09/03/2005, às 19:00 horas. Adv(s) Dr. JACKSON NILO DE PAULA

061 2004.0015687-1/0 - Processo de Conhecimento ZENILDA DOS SANTOS X BRASIL TELECOM S/A. Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 10/03/2005, às 16:00 horas. Adv(s) SILVIA ASSUNÇÃO D. ALVES

062 2004.0015695-9/0 - Processo de Conhecimento ROSEMERI DE CASTRO SPELTZ X COPEL DISTRIBUICAO S/A Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 01/02/2005, às 14:45 horas. Adv(s) REJANE MARA S. D´ALMEIDA

063 2004.0015783-4/0 - Processo de Conhecimento MIRALDO DAVI X IMS-IMOVEIS LTDA (E OUTRO) Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 21/03/2005, às 19:30 horas. Adv(s) JOAO CARLOS KREFETA

064 2004.0015802-5/0 - Processo de Conhecimento AIRTON GONÇALVES MACHADO X COPEL DISTRIBUIÇAO S/A Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 16/03/2005, às 16:00 horas. Adv(s) REJANE MARA S. D´ALMEIDA

065 2004.0015876-9/0 - Processo de Conhecimento JUCINEI SORZI X JUSSARA DALCOMUNE Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 14/03/2005, às 20:00 horas. Adv(s) ALESSANDRO AGNOLIN

066 2004.0015878-2/0 - Processo de Conhecimento ARNALDO FERREIRA MULLER X WAGNER NEVES DE CARVALHO Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15/03/2005, às 15:30 horas. Adv(s) ARNALDO FERREIRA MULLER

067 2004.0016285-7/0 - Processo de Conhecimento FRANCISCO PAULO GUERETA X EMBRATEL I) Homologo, por sentença, a decisão do douto Juiz Leigo, de fls. 18 nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Adv(s) ARLINDO FERREIRA DE SOUZA

068 2004.0016334-0/0 - Processo de Conhecimento AUGUSTINHO PINTO DA SILVA X COPEL DISTRIBUIÇAO S.A Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 09/03/2005, às 16:00 horas. Adv(s) IRA NEVES JARDIM

069 2004.0016467-9/0 - Processo de Conhecimento JOCELINO RODRIGUES DE ALMEIDA X ADRIANO MARCIO DE SOUZA HIPOLITO Intimação para a audiência de conciliação designada para o dia 21/03/2005, às 19:00 horas. Adv(s) ERIKA LIRIA MATSUGANO

070 2004.0016703-6/0 - Processo de Conhecimento JOSIANE CHRUSCIELSKI X OVIDIO GARCEZ Intimação para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 07/03/2005, às 20:30 horas. Adv(s) ROBERTO CORDEIRO, VANESSA SIMIONATO

071 2004.0016725-1/0 - Processo de Conhecimento VANDERLEI SANTOS SILVA X FACULDADE DOM BOSCO LTDA I) Homologo, por sentença, a decisão do douto Juiz leigo, de fls.40/41 nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Adv(s) ALEXANDRE BILIERI, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, CRISTIANE VIEIRA DO NASCIMENTO

072 2004.0017541-5/0 - Processo de Conhecimento ANNA DA SILVA GIL X SOFT VIDEO SOM E IMAGEM LTDA (E OUTROS) I) Homologo, por sentença, a decisão do douto Juiz Leigo, de fls. 113 nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Adv(s) ANA CAROLINA ROHR, FERNANDA LOPES MARTINS, PRYSCILLA ANTUNES DA MOTA PAES

073 2004.0019796-7/0 - Processo de Conhecimento LORENI APARECIDA DE PAULA X ANTONIA JOSE DOS SANTOS Intimação para a audiência de conciliação redesignada para o dia 14/03/2005, às 19:45 horas. Adv(s) LURDES MARIA SOKOLOWSKI

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
ARNALDO FERREIRA MULLER	042	2004.0005817-7/0
ARNALDO FERREIRA MULLER	066	2004.0015878-2/0
IVO BERNARDINO CARDOSO	028	2003.0013117-1/0
ALBERTO SILVA GOMES	007	2002.0007494-2/0
ALESSANDRO AGNOLIN	065	2004.0015876-9/0
ALEXANDRE BILIERI	071	2004.0016725-1/0
ANA CAROLINA ROHR	072	2004.0017541-5/0
ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO	004	2001.0019177-9/0
ANE PATRICIA CHEMIM BRANCO	057	2004.0014541-8/0
ANGELA MARIA MARCELO	013	2002.0020472-2/0
ANGELA RIBEIRO VILLATORE	058	2004.0014706-3/0
ANSELMO MASCHIO	049	2004.0010268-6/0
ANTONIO CELESTINO TONELOTO	021	2003.0008791-5/0
ANTONIO FRANCISCO MOLINA	006	2002.0007436-5/0
ANTONIO LUIZ PEREIRA JUNIOR	035	2003.0020683-1/0
ANTONIO PELLIZZETTI	059	2004.0014888-4/0
ARISTIDES ALBERTO TIZZOT FRANCA	057	2004.0014541-8/0
ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	014	2002.0023748-5/0
ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	033	2003.0014826-0/0
ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	051	2004.0010691-6/0
ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	067	2004.0016285-7/0
BRASIL PARANA DE CRISTO II	045	2004.0008749-0/0
BRAULIO ROBERTO SCHMIDT	034	2003.0016302-9/0
CAMILE SANTOS DE SOUZA	053	2004.0012230-7/0
CARLOS EDUARDO DE SOUZA LOBO	008	2002.0008115-9/0
CARLOS ROBERTO DE MATOS	022	2003.0011594-5/0
CARMEN GLORIA ARRIAGA ANDRIOLI	016	2002.0026830-5/0
CELIA REGINA MARCON	056	2004.0013608-8/0
CHARLES MICHEL LIMA DIAS	032	2003.0014152-5/0
CLAUDIA TOSIN KUBRUSLY	052	2004.0012201-6/0
CLEVERSON DE SOUZA	007	2002.0007494-2/0
CRISTIANE VIEIRA DO NASCIMENTO	071	2004.0016725-1/0
DANIELA BRANDT SANTOS	047	2004.0009870-6/0
DANILO EMILIO BERNARTT	054	2004.0012437-0/0
DARLISA DA SILVA	037	2003.0027913-9/0
DR. DANIEL HACHEM	012	2002.0017389-4/0
Dr. JACKSON NILO DE PAULA	060	2004.0015256-7/0
DR. LUIZ RODRIGUES WAMBIER	036	2003.0026191-3/0
DR. TONY EDEN SOARES DA ROCHA	026	2003.0012201-0/0
DRA. SIMONE ZONARI LETCHACOSKI	030	2003.0013236-1/0
EDOEL ROCHA	046	2004.0009106-0/0
EDUARDO BATISTEL RAMOS	052	2004.0012201-6/0
EGON BOCKMANN MOREIRA	052	2004.0012201-6/0
ELADIO PINHEIRO LIMA JUNIOR	031	2003.0013320-0/0
ERIKA LIRIA MATSUGANO	069	2004.0016467-9/0
ERONDI SILVERIO DOS SANTOS	019	2003.0004395-6/0
FABIANO LOPES	042	2004.0005817-7/0
FABIO RENATO SANTANA	021	2003.0008791-5/0
FABRICIO FABIAN PEREIRA	008	2002.0008115-9/0
FABRÍCIO KAVA	036	2003.0026191-3/0
FERNANDA LOPES MARTINS	072	2004.0017541-5/0
FRANCIELI LAHUD DE LIMA	055	2004.0013231-8/0
FRANKLIN PAULA MENDES	039	2004.0003167-3/0
GASTAO FERNANDO PAES DE BARROS JUNIOR	021	2003.0008791-5/0
GILBERTO VILAS BOAS	002	2001.0002100-8/0
GIOVANI SCHLICKMANN	010	2002.0014756-7/0
GISELE RICABOM	045	2004.0008749-0/0
HERCULES LUIZ	032	2003.0014152-5/0
IDERALDO JOSE APPI	029	2003.0013146-2/0
INGRID KUNTZE	024	2003.0012042-6/0
IRA NEVES JARDIM	023	2003.0012015-9/0
IRA NEVES JARDIM	048	2004.0010071-4/0
IRA NEVES JARDIM	068	2004.0016334-0/0
ITAMAR LUIZ MONTEIRO CORTES	005	2002.0002836-3/0
IVONE STRUCK	003	2001.0005684-7/0
IVONE STRUCK	036	2003.0026191-3/0
IZABELA CRISTINA RUCKER CURI	036	2003.0026191-3/0
JAIME OLIVEIRA PENTEADO	071	2004.0016725-1/0
JOAO BELMIRO DOS SANTOS	009	2002.0012154-1/0
JOAO CARLOS KREFETA	063	2004.0015783-4/0
JOAO CARLOS LORUSSO	020	2003.0005743-7/0
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO	047	2004.0009870-6/0
JOSE LUIZ CARDOZO LAPA	001	1999.0015080-0/0
KELYN MEDEIROS DA SILVEIRA	011	2002.0016551-4/0
LEONI JOSE GALLI	015	2002.0025097-0/0
LUCIANA HAAG ALVIM REZENDE	039	2004.0003167-3/0
LUIZ ALBERTO ZIOLKOWSKI	032	2003.0014152-5/0
LUIZ CARLOS J ARBUGERI FILHO	015	2002.0025097-0/0
LUIZ GONZAGA MOREIRA CORREIA	007	2002.0007494-2/0
LUIZ ROBERTO ROMANO	050	2004.0010497-7/0
LURDES MARIA SOKOLOWSKI	073	2004.0019796-7/0
MARCOS MONTENEGRO DE OLIVEIRA	018	2003.0002664-3/0
MARIA WROBEL SCHATZ	016	2002.0026830-5/0
MARINO GALVAO	011	2002.0016551-4/0
MAURICIO SAGBONI MONTANHA TEIXEIRA	017	2003.0001641-7/0
MÔNICA PIMENTEL	008	2002.0008115-9/0
NEWTON CASTRO	029	2003.0013146-2/0
OSCAR MASSIMILIANO MAZUCO GODOY	017	2003.0001641-7/0
PAULO FERNANDO PAULUK	027	2003.0012905-8/0
PRYSCILLA ANTUNES DA MOTA PAES	072	2004.0017541-5/0
REGIS GRITTEM ZULTANSKI	027	2003.0012905-8/0
REJANE MARA S. D´ALMEIDA	019	2003.0004395-6/0
REJANE MARA S. D´ALMEIDA	062	2004.0015695-9/0
REJANE MARA S. D´ALMEIDA	064	2004.0015802-5/0
RENATA DORCE ARMONIA	058	2004.0014706-3/0
RENATO DA SILVA OLIVEIRA	014	2002.0023748-5/0
ROBERTO CORDEIRO	070	2004.0016703-6/0
RODRIG0 CARDOSO DE SOUZA	051	2004.0010691-6/0
RODRIGO FERREIRA	025	2003.0012167-7/0
RODRIGO FERREIRA	031	2003.0013320-0/0
RODRIGO GARCIA SANT ANNA BEVILAQUA	005	2002.0002836-3/0
SANDRO BALDUINO MORAIS	004	2001.0019177-9/0
SERGIO DE LIMA CONTER FILHO	005	2002.0002836-3/0
SERGIO LUIS DOS SANTOS	026	2003.0012201-0/0
SERGIO NEY CUELLAR TRAMUJAS	038	2004.0000412-2/0
SERGIO ROBERTO VOSGERAU	020	2003.0005743-7/0
SILVIA ASSUNÇÃO D. ALVES	061	2004.0015687-1/0
SIMONE STOIANI NERCOLINI	016	2002.0026830-5/0
STELA MARLENE SCHWERZ	002	2001.0002100-8/0
TELMA ELIZE MIOTO ANDRIOLI	040	2004.0004513-0/0
TELMA ELIZE MIOTO ANDRIOLI	047	2004.0009870-6/0
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER	036	2003.0026191-3/0
THAIS DOS SANTOS SILVA	044	2004.0007987-1/0
VANESSA SIMIONATO	070	2004.0016703-6/0
VERA LUCIA SVOBODA MAGALHAES	041	2004.0005041-9/0
VIRGINIA FERNANDES	018	2003.0002664-3/0
WILLIAM HAMILTON MOREIRA ALVES	043	2004.0006432-9/0

COMARCA DE CURITIBA, Estado do Paraná
Juizado Especial Cível
Publicação de Acórdãos do Juizado Especial Cível
2ª TURMA RECURSAL CÍVEL

001 RECURSO2002.0000409-1/0 - Ação Originária - 2001.0000344-1/0
RECORRENTE BANCO MERIDIONAL
ADVOGADOLEONARDO KOVARA BOARETTO
CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER
RECORRIDO ANA PAULA RIBEIRO
ADVOGADOLUIZ ALBERTO GONCALVES
JUIZ RELATORDr. Gil Francisco de Paula Xavier F. Guerra
Acórdão publ. no Diário da Justiça em 07/11/2003, nº 6493, pg 144

002 RECURSO2003.0000001-6/0 - Ação Originária - 2001.0003780-0/0
RECORRENTEEMBRATEL- EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES
ADVOGADOMICHELE PATRICIA ROVARIS
RODRIG0 CARDOSO DE SOUZA
RECORRIDOIVAM DE JESUS DOS SANTOS
ADVOGADO NEUDI FERNANDES
SAYRO MARK MARTINS CAETANO
JUIZ RELATORDr. Gil Francisco de Paula Xavier F. Guerra
JUIZADO ESPECIAL - COMPETÊNCIA - CAUSAS DE MENOR COMPLEXIDADE -HIPÓTESE EM QUE A LIDE PODE SER DIRIMIDA INDEPENDENTE DE EXAME TÉCNICO - AVALIAÇÃO PELO JULGADOR - DECADÊNCIA - DEFEITO DO SERVIÇO - NÃO CARACTERIZAÇÃO DA DECADÊNCIA - ÔNUS DA PROVA QUE RECAI NA PESSOA DO FORNECEDOR - APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS OBTIDOS PELO SISTEMA INFORMATIZADO PRÓPRIO, COM CONFERÊNCIA DE BILHETAGEM FIRMADA POR EMPREGADO DA RÉ - PROVA BASTANTE - NEGATIVA ISOLADA DO FORNECEDOR - RECURSO PROVIDO.

ACORDAM os juizes integrantes da 1ª Turma Recusal da 1ª Região do Foro Central da
Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por UNANIMIDADE de
votos, em DAR PROVIMENTO ao recurso, para o fim de REFORMAR a decisão singular,
para julgar improcedente a reclamação,quanto ao pedido contraposto, vota por
rejeitá-lo, uma vez que formulado por pessoa jurídica, nos termos do voto do
Relator.

003 RECURSO2003.0000017-8/0 - Ação Originária - 2001.0021557-0/0
RECORRENTE JOAQUIM LOPES
ADVOGADO JOAQUIM LOPES
RECORRENTERENATE THEREZA JACOBS LOPES
ADVOGADO JOAQUIM LOPES
RECORRIDO JOANA D ARC NOGUEIRA
ADVOGADOANELISE NOGUEIRA REGINATO
RECORRIDOANELISE NOGUEIRA REGINATO
ADVOGADOANELISE NOGUEIRA REGINATO
JUIZ RELATOR Dr. Rogerio Ribas
RESPONSABILIDADE CIVIL. Reparação de danos decorrentes de acidente de veículos.
Recurso alegando nulidade da sentença em face da inobservância do art. 275 do
Código de Processo Civil. Descabimento da alegação, por aplicável o rito da Lei nº
9099/95. Desinteresse pela degravação da prova testemunhal. Preclusão.
Impossibilidade de discussão da sentença com base naquela prova por não ter sido
providenciada a degravação . Sentença bem fundamentada, que entendeu desnecessária
perícia ou outras modalidades de prova. Ausência de nulidade ou cerceamento.
Recurso desprovido.

ACORDAM os Juízes integrantes da Segunda Turma Recursal Cível da 1ª Região, do
Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por
UNANIMIDADE de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a decisão
monocrática por seus próprios fundamentos, nos termos do voto do Relator.

004 RECURSO2003.0000233-2/0 - Ação Originária - 1999.0009630-0/0
RECORRENTE PAULO BORGO NEVES
ADVOGADO LINEU FERREIRA RIBAS
JOSÉ AMILTON CHMULEK
RECORRIDO IVO ROBERTO IVANKIU
ADVOGADODENISE DUARTE SILVA MOREIRA
JUIZ RELATOR Dr. Horácio Ribas Teixeira
RECURSO INOMINADO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - NOTA PROMISSÓRIA - TÍTULO LÍQUIDO, CERTO

E EXIGÍVEL - AUSÊNCIA DE PROVA DE PAGAMENTO DA DÍVIDA E DE ASSINATURA DO TÍTULO EM BRANCO - RECURSO DESPROVIDO.

ACORDAM os Juízes integrantes da Segunda Turma Recursal Cível da 1ª Região, do
Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por
UNANIMIDADE de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a sentença
recorrida, nos termos do voto do Relator.

005 RECURSO2003.0000369-6/0 - Ação Originária - 2000.0007733-0/0
RECORRENTE MARCOS SCHREINER
ADVOGADORONE MARCOS BRANDALIZE
RECORRIDO TERESA CRISTINA BETTINI
ADVOGADO GENI REGINA DA SILVA
JUIZ RELATORDr. Gil Francisco de Paula Xavier F. Guerra
RECURSO INOMINADO. EXECUÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. CITAÇÃO PELO CORREIO. O AVISO DE RECEBIMENTO (AR), PARA CITAÇÃO DEVE SER ENTREGUE AO RECLAMADO (PESSOA FÍSICA), E
POR ELE FIRMADO, SENDO NULO O ATO QUANDO ASSIM NÃO SE PROCEDER, NOTADAMENTE, SE ENTREGUE EM LOCAL DIVERSO DO SEU ENDEREÇO, O QUAL ESTÁ INDICADO DE FORMA BASTANTE
CLARA NOS AUTOS. RECURSO PROVIDO.

ACORDAM os Juízes integrantes da Segunda Turma Recursal Cível da 1ª Região, do
Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por
UNANIMIDADE de votos, em DAR PROVIMENTO ao recurso, para anular a decisão singular
desde a citação inclusive, nos termos do voto do Relator.

006 RECURSO2003.0000482-5/0 - Ação Originária - 2001.0000344-1/0
EMBARGANTEBANCO SANTANDER MERIDIONAL BRASIL S.A
ADVOGADOCARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER
TARCISIO ARAUJO KROETZ
MARCIO AUGUSTO VERBOSKI
EMBARGADO ANA PAULA RIBEIRO
ADVOGADOLUIZ ALBERTO GONCALVES
FLAVIO W. LINS
JUIZ RELATORDr. Gil Francisco de Paula Xavier F. Guerra
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE - RECURSO DESPROVIDO.

ACORDAM os Juízes integrantes da Segunda Turma Recursal Cível da 1ª Região, do Foro
Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por
UNANIMIDADE de votos, em REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto do
Relator.

007 RECURSO2004.0000096-9/0 - Ação Originária - 2001.0022878-8/0
EMBARGANTEFININVEST S.A. NEGÓCIOS DE VAREJO
ADVOGADOJOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA
FRANCIELI LAHUD DE LIMA
DENISE KUNG BRUEL
CRISTINA TRENTO
CAMILE SANTOS DE SOUZA
EMBARGADOADMILSON APARECIDO DO VALE
ADVOGADOGIOVANI RODRIGUES DE OLIVEIRA
JUIZ RELATORDr. Gil Francisco de Paula Xavier F. Guerra
PROCESSUAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RECURSO OBJETIVANDO A INVERSÃO
TOTAL DO "DECISUM" - PROVIMENTO PARCIAL PARA REDUZIR MODICAMENTE A VERBA
INDENIZATÓRIA - RECORRENTE VENCIDO NO ÂMAGO DA PRETENSÃO, CUJO OBJETO É A
INDENIZAÇÃO, INDEPENDENTE DA MAJORAÇÃO IMPOSTA - RESPONSABILIDADE PELAS CUSTAS
PROCESSUAIS E HONORÁRIOS - EMBARGOS REJEITADOS.

ACORDAM os Juízes integrantes da Segunda Turma Recursal Cível da 1ª Região, do Foro
Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por
UNANIMIDADE de votos, em REJEITAR os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.

008 RECURSO2004.0000112-4/0 - Ação Originária - 2001.0002897-5/0
EMBARGANTEDARIACY HELENA OLIVEIRA MOREIRA
ADVOGADO CLESTER LEAL STADLER
EMBARGADOFININVEST S/A NEGOCIOS DE VAREJO
ADVOGADOJOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA
DENISE KUNG BRUEL
JUIZ RELATORDr. Gil Francisco de Paula Xavier F. Guerra
PROCESSUAL - EMBARGOS DE DECLARATÓRIOS - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO SOBRE PRELIMINAR
VENTILADA NO RECURSO - CARACTERIZAÇÃO - FALTA DE APRECIAÇÃO DA ALEGAÇÃO DE DESERÇÃO
QUE, OUTROSSIM, VERIFICOU-SE DE FORMA EFETIVA - DEPÓSITO DAS DESPESAS RECURSAIS
FORA DO PRAZO - EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITO MODIFICATIVO.

ACORDAM os Juízes integrantes da Segunda Turma Recursal Cível da 1ª Região, do
Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, por
UNANIMIDADE de votos, em ACOLHER os Embargos de Declaração, com efetio modificativo
para pronunciar deserto o recurso interposto pela Recorrente/Embargada, nos termos
do voto do Relator.

ADVOGADO	ORDEM	RECURSO
ANELISE NOGUEIRA REGINATO	003	2003.0000017-8/0
ANELISE NOGUEIRA REGINATO	003	2003.0000017-8/0
CAMILE SANTOS DE SOUZA	007	2004.0000096-9/0
CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER	001	2002.0000409-1/0
CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER	006	2003.0000482-5/0
CLESTER LEAL STADLER	008	2004.0000112-4/0
CRISTINA TRENTO	007	2004.0000096-9/0
DENISE DUARTE SILVA MOREIRA	004	2003.0000233-2/0
DENISE KUNG BRUEL	007	2004.0000096-9/0
DENISE KUNG BRUEL	008	2004.0000112-4/0
FLAVIO W. LINS	006	2003.0000482-5/0
FRANCIELI LAHUD DE LIMA	007	2004.0000096-9/0
GENI REGINA DA SILVA	005	2003.0000369-6/0
GIOVANI RODRIGUES DE OLIVEIRA	007	2004.0000096-9/0
JOAQUIM LOPES	003	2003.0000017-8/0
JOAQUIM LOPES	003	2003.0000017-8/0
JOSÉ AMILTON CHMULEK	004	2003.0000233-2/0
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA	007	2004.0000096-9/0
JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA	008	2004.0000112-4/0
LEONARDO KOVARA BOARETTO	001	2002.0000409-1/0
LINEU FERREIRA RIBAS	004	2003.0000233-2/0
LUIZ ALBERTO GONCALVES	001	2002.0000409-1/0
LUIZ ALBERTO GONCALVES	006	2003.0000482-5/0
MARCIO AUGUSTO VERBOSKI	006	2003.0000482-5/0
MICHELE PATRICIA ROVARIS	002	2003.0000001-6/0
NEUDI FERNANDES	002	2003.0000001-6/0
RODRIG0 CARDOSO DE SOUZA	002	2003.0000001-6/0
RONE MARCOS BRANDALIZE	005	2003.0000369-6/0
SAYRO MARK MARTINS CAETANO	002	2003.0000001-6/0
TARCISIO ARAUJO KROETZ	006	2003.0000482-5/0

Comarcas do Interior

Cível

Araucária

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA
COMARCA DE ARAUCÁRIA/PR
Juíza de Direito: Doutora Maria Cristina Franco Chaves.
RELAÇÃO Nº 001/2005

Ação de Divórcio nº 428/03 – requerente José Carlos Ramos e requerida Dulcineia Sobral Ramos – Despacho: "Defiro as provas requeridas pelas partes e designo audiência de conciliação, instrução e julgamento, para a data de 03/05/2005 às 14:00 hs. As partes deverão trazer suas testemunhas independente de intimação. Int.". – Advogado: DRA. MIRIAM KLAHOLD, OAB/PR 17.175.

Ação de Revisão de Alimentos nº 82/01 Autora: Josiane Marcon de Andrade e Requerido: Delosmar David Fruet. Despacho: "Intime-se a parte ré para depositar a metade do valor dos honorários periciais, em quarenta e oito horas, sob pena de presumir-se a desistência da prova. Advogado: Dr. Michel Saliba de Oliveira.

Ação deRevisão de Alimenmtos nº 364/04 – Azutora M.M.B., reprs. Por Mirian da C. Marcondes e Requerido: Marcos Rodrigues de Barros. Desopacho: A revisão pode ocorrer a qualquer época, porém deve ser demonstrada a necessidade dos alimentados e a possibilidade do alimentante (CC., artigo 400). Desta forma, deixo de conceder liminarmente os alimentos." Advogada: Dra. Sihame Maluf Shibli Carmona.

Ação de Execução de Alimentos nº 33/2003 – Autor S.G.A D., representado por sua mãe Nilza Aparecida S. Pinto e Requerido: Sergio Antonio Druzik. Sentença: "Tendo em vista a sentença de fls. 80/81, a qual homologou o acordo realizado nos autos nº 87/03, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérigo, fundamento no art. 267, inciso VI do C.P.C. Int." Advogadas: Dra. Sônia Regina S. Silveira e Dra. Zenice Mota Cardozo

Ação de Exoneração de Alimentos nº 623/04 Autor Almir Telles e Requerida: Daiana B. Telles. Sentença: "Julgo procedente o pedido formulado na inicial para exonerar o autor do pagamento de pensão alimentícia." Advogado: Dr. Floresba Paim Vieira.

Ação de Alimentos nº 251/97 Autora: C.S. A representada por sua mãe: Dilma de Oliveira S. da Rosa e Requerido: Zilton Atamanczuk. Sentença: "Julgo parcialmente procedente o pedido de Alimentos, de forma de FIXAR OS DEFINITIVOS EM 1,5 SALÁRIOS MÍNIMOS – mês a mês, à filha, a ser pago preferencialmente através de depósito em conta poupança a ser aberta pela mãe da autora. Pela sucumbência recíproca condeno a parte autora no pagamento de 60% e o réu 40% das custas processuais. Advogados: Dr. Pedro Lilito Franceschi e Dr. Marcos Aurélio Carneiro.

Ação de Conv. Da separação em Divórcio nº 471/00 : Autora Zelma de J. Pereira e Requerido: Clovis João Batista. Despacho: "Quanto ao pedido de fls. 48, a parte interessada deverá ajuizar ação própria. Int. Advogado: Dr. José da Costa Valim Filho.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA
COMARCA DE ARAUCÁRIA/PR
Juíza de Direito: Doutora Maria Cristina Franco Chaves.
RELAÇÃO Nº 002/2005

Ação de Separação Judicial nº 650/04 Autora Regina Leal da Silva e Requerido Antonio Wagner da Silva. Despacho: "O pedido de fls. 22/23, será analisado após a apresentação da contestação. Advogadas: Dra Luciana Cordeiro Distéfano de Oliveira e Dra. Carolina Guidoti Lorenzett.

Ação de Exoneração de Alimentos nº 429/04 – Autor: Alberto José Martans e Requeridos E.H.C.S., e outro representados por Silvana da S. Cordeiro Martnas. Sentença: "Tendo em vista a sentença nos autos 98/90, a qual homologou o acordo, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito (art. 267 inc. IV do C.P.C.) Advogado: Dr. Marco Antonio Ribas.

Ação de Execução de Alimentos nº 98/90 Autora:Silvana Cordeiro da S. Martans e Requerido Alberto José Martans. Sentença: "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado e em conseqüência julgo extinto o processo com julgamento de mérito." Advogados: Dra. Fabiana Batista de Oliveira Pedrozo e Dr. Marco Antonio Ribas.

Ação de alimentos nº 355/02 Autores: M.U.M. e outros, representados por Jorgina Silva Machado e Requerido Néri Ulises Messias Machado: Sentença:"Considerando que o requerido devidamente citado, não compareceu e nem apresentou justificativa, decreto-lhe a revelia e condeno-o ao pagamento de pensão alimentícia a seu filho o valor de um (01) salário mínimo mensal, a partir da citação. Condeno ainda ao pagamento das custas processuais." Advogado: Dr. Ismael da Silva Matos.

Ação de Alteração de Clausula nº 26/03 Autor: Nilton Sebastião Claudino e Requerida Neuza de Oliveira Silva. Sentença: "Homologo, para que produza seus jurídicos efeito o acordo de fls. 46/47. julgo extinto o processo, com julgamento de mérito, na forma do art. 269. inc. III do C.P.C." Advogados: Dr. Ismael da Silva Matos e Dr. José Tadeu Saliba.

Ação de Execução de Alimentos nº 310/98 Autores: L.K. e outra, representados por sua mãe Neide Regina Gondek e requerido João Edson Kampa. Sentença : "Homologo para que produza seu jurídicos e legais efeito o acordo de fls. 202/207, e julgo extinto o processo, com julgamento de mérito com base no art. 269, inc.II do C.P.C." Advogados: Dr. Democles Paulo Machado e Dr. Luiz Fernando Chemim.

Ação de Divórcio nº 327/04 Autora: Paulina Wilçack Wujcik e Requerido: Augusto Wujcik. Sentença: Homologo o acordo de fls. 02/06 e 16 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos e decreto o divórcio do casal. Custas na forma da lei."Advogado: Dr. Dicesar Beches Vieira e Dr. Floresba Pain Vieira.

Ação de Dissolução de União Estável nº 332/02: Autora Rosemilda Gomes de Lima e Requerido: Valdinei Santos Madureira. Sentença: "Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 10/11, julgo extinto o processo, com julgamento de mérito, art. 269, III do C.P.C. Advogado: Dr. Gilberti Gomes de Lima.

Ação de Alimentos nº 98/2004: Autora> P.C.F.S., representada por sua mãe Elisangela C.Ferreira e Requerido: Lauro Erminio do Santos. Sentença: "Considerando que o requerido devidamente citado não compareceu e nem apresentou justificativa, condeno-o ao pagamento de alimentos no valor de 01 (um) salário Mínimo mensal, a partir da citação, condeno-o ainda ao pagamento da custas processuais." Advogado: Dr. Rodrigo Agustini e Dr. Roosevelt Arraes.

Crime

Foz do Iguaçu

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
2ª VARA CRIMINAL
Juíza de Direito Designada: Daniele Miola
Escrivã: Rosângela Aparecida Gottlieb Monzon
RELAÇÃO 004/2005

ADVOGADO	Nº DE ORDEM	AUTOS
Amália Noti	04	P.C. 2002.1321-4
Indianara Alves de Quadros	08	P.C. 2000.248-0
Juliana Panayo de Mello Aguiar	06	P.C. 1999.1056-3
Jusilei Soleide Matick	03	P.C. 2000.594-3
Marcelo George Ferrari	07	P.C. 2002.1060-6
Roberto Schimanski	05	P.C. 1999.1057-1
Sérgio Bond Reis	02	P.C. 1998.239-9
Washington Luiz Stelle Teixeira	01	P.C. 2004.3489-4

1. P.C. 2004.3489-4 – R. David Imesi e Freitas e outros – manifestar-se na fase do artigo 499 do CPP – Adv. Washington Luiz Stelle Teixeira.

2. P.C. 1998.239-9 – R Adelcio Pereira Alves – designado o dia 18/02/2005, às 13h30min., para a inquirição das testemunhas Paulo Soares e Pedro Valmor do Nascimento – Adv. Sérgio Bond Reis.

3. P.C. 2000.594-3 – R. Vanderlei Muniz – designado o dia 17/02/2005, às 16h10min para inquirição das testemunhas arroladas na denúncia – Adv. Jusilei Soleide Matick.

4. P.C. 2001.1321-4 – R. Fábio Ferreira Aguiar – extinta a punibilidade do réu com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei 9.099/95 – Adv. Amália Noti.

5. P.C. 1999.1057-1 – R. Clayton Meirelles - extinta a punibilidade do réu com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei 9.099/95 – Adv. Roberto Chimanski

6. P.C. 1999.1056-3 – R. Darcilio Vieira de Amorim - extinta a punibilidade do réu com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei 9.099/95 – Adv. Juliana Penayo de Mello Aguiar.

7. P.C. 2002.1060-6 – R. Isaque Lopes – designado o dia 24/02/2005, às 14h15min para inquirição das testemunhas arroladas na denúncia – Adv. Marcelo George Ferrari.

8. P.C. 2000.248-0 – R. Marino Gonzalez Aquilera e outro – "1. Defiro o requerimento de fls. 96/97. Depreque-se a fiscalização das condições do benefício à Comarca de Cuiabá, salvo no que diz respeito ao pagamento das cestas básicas, que deverão ser entregues conforme termo de fls. 94. Intime-se a defensora do réu para que comprove a entrega da primeira cesta. 2. Requisitem-se informações acerca da rogatória expedida. Foz do Iguaçu, 19 de novembro de 2004. (ass) Gláucio Marcos Simões. Juiz de Direito." – Adv. Indianara Alves de Quadros.

Guarapuava

COMARCA DE GUARAPUAVA, PR.
2ª VARA CRIMINAL
JUIZ DE DIREITO, AUSTREGÉSILO TREVISAN
RELAÇÃO N. 02/05
RÉU PRESO

ADVOGADOS:
ELCIO JOSE MELHEM(6)
JAYME ABDANUR(5)
JOÃO RIBEIRO(3)
LUCIANE MELHEM KARASINSKI(4)
MARCOS ANTONIO BETTEGA (1)
MIGUEL NICOLAU JUNIOR(2)

1.PROCESSO CRIMINAL 2004.807-9. Antonio Barbosa e o.Audiência de testemunhas de defesa em 19.01.05, às 14:00 horas.ADVOGADO MARCOS ANTONIO BETTEGA.

2. PROCESSO CRIMINAL 2004.807-9. Jaroslau Kática e o. Audiência de testemunhas de defesa em 19.01.05, às 14:00 horas. ADVOGADO MIGUEL NICOLAU JUNIOR.

3. PROCESSO CRIMINAL 2004.807-9. Nelson Geteski e o. Audiência de testemunhas de defesa em 19.01.05, às 1400 horas. ADVOGADO JOÃO RIBEIRO.

4. PROCESSO CRIMINAL 2004.807-9. Ayrton de Freitas e o. Audiência de testemunhas de defesa em 19.01.05, às 14:00 horas. ADVOGADO LUCIANE MELHEM KARASINSKI.

5. PROCESSO CRIMINAL 2004.807-9. Elio Vieira da Rocha e o. Audiência de testemunhas de defesa em 19.01.05, às 14:00 horas. ADVOGADO JAYME ABDANUR.

6. PROCESSO CRIMINAL 2004.807-9. Elio Vieira da Rocha e o. Audiência de testemunhas de defesa em 19.01.05, às 14:00 horas. ADVOGADO ELCIO JOSE MELHEM.

Pinhais

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL
JUIZ: DR. EDUARDO NOVACKI
RELAÇÃO Nº 03/2005

ADVOGADOS
Dr. José Geraldo Nascimento;
Dr. Elias Henrique da Silva;
Dr. Izalvi Barreto da Silva;
Dr. Irineu Soares;
Dra. Alyne P. De Oliveira Richter

01 – Processo Crime n.º 183/2004 – MARCOS ANTONIO PIRROTTI /ANTONIO SERGIO RODRIGUES – "Para interrogatório dos denunciados foi designado o dia 25/01/2005 às 15h00min" – Adv. Dr. José Geraldo Nascimento / Dr. Elias Henrique da Silva;

02 – Carta Precatória nº 679/2004 – SOLANGE PEREIRA DA SILVA - "Para interrogatório da ré, foi designado o dia 25/01/2004, às 16h30min" - Adv. Dr. Izalvi Barreto da Silva;

03 – Processo Crime n.º 142/2004 – SÉRGIO APARECIDO CORDEIRO – "Para oitiva das testemunhas arroladas pela defesa foi designado o dia 26/01/2005 às 15 horas" – Adv. Dr. Irineu Soares;

04 – Pedido de Liberdade Provisória n.º 030/2005 – ANDERSON ALVES PEREIRA – "...Considerando-se que em data de 12/01/2005 foi concedida a liberdade provisória ao requerente em outro procedimento, a inicial foi indeferida por falta de interesse de agir" – Adv. Dra. Alyne P. De Oliveira Richter;

05– Pedido de Habeas Corpus n.º 016/2005 – ANDERSON ALVES PEREIRA – "Denegada a ordem pleiteada, por ser regular o flagrante lavrado em relação ao paciente. Condedida ao paciente a liberdade provisória sem fiança, mediante termo de compromisso" – Adv. Dra. Alyne P. De Oliveira Richter;

Pinhão

COMARCA DE PINHÃO – ESTADO DO PARANÁ
CARTORIO: OFICIO CRIMINAL
JUIZ DE DIREITO: MAURO MONTEIRO MONDIN
RELAÇÃO NÚMERO: 003/2004

Advogado	Nº de Ordem
ANDRE DOS SANTOS DAMA	001
ARISTOTELES RONDON GOMES PEREIRA	006
AURELIANO JOSE DE AREDES	022
CARLOS ROQUE COLLA	018

DAISE ROSA MALACARIO 003
ELCIO JOSE MELHEN 002
008
013
030
ELISABETH M. SPENGLER 018
ERALDO FERREIRA DE LIMA 009
014
015
017
018
023
024
GUSTAVO ALEXANDRE GARCIA 016
JOSÉ AMORITI TRINCO RIBEIRO 018
021
LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA 010
LUIZ CLAUDIO SEBRENSKI 030
LUIZ FERNANDO GARCIA CAMPOS 028
MAURO ANDRE KRUPP 018
027
MILTON LUIZ S. TIEPOLO 025
MIGUEL NICOLAU JUNIOR 001
004
018
019
024
ODIR ANTONIO GOTARDO 005
007
011
017
018
020
026
029
PAULO ROBERTO CARNEIRO PACENKO 012
ROMEU FELCHAK 017
SAMUEL XALÃO 030
TEREZINHA ELINEI DE OLIVEIRA 001
VIRGILIO C. B. ROCHA NETO 001

001. PROCESSO CRIME -0065/2000- ERONDI DE OLIVEIRA SOARES E OUTROS. Expedida Carta Precatória à Comarca de Curitiba-Pr, para inquirição das testemunhas de defesa Ari Ferreira Fontana e Leocadio Casanova. ADVS. MIGUEL NICOLAU JUNIOR, VIRGILIO C. B. ROCHA NETO E OUTROS, TEREZINHA E. OLIVEIRA E OUTROS e ANDRE DOS SANTOS DAMAS E OUTROS.

002. PROCESSO CRIME –005/2001- MARTIN HELENO SEKULA FILHO E OUTRO. Designado o dia 24/02/2005, às 13:30 horas, para oitiva da testemunha de acusação Sidney Carlos de Oliveira. ADVS. ELCIO JOSE MELHEN.

003. PROCESSO CRIME –024/2000- ELI MARTINS PEREIRA. Designado o dia 10/02/2005 às 15:00 horas, para oitiva das testemunhas de acusação. ADVS. DAISE ROSA MALACARIO.

004. PROCESSO CRIME –012/1998- CELSO BORCATES CAMARGO. Designado o dia 14/02/2005, às 16:30 horas, para audiência admonitória. ADVS. MIGUEL NICOLAU JUNIOR.

005. PROCESSO CRIME –036/2002- JOSE MIRANDA DE SOUZA. Designado o dia 01/03/2005, às 13:15 horas, para realização do Julgamento pelo Tribunal do Júri e dia 04/02/2005, às 13:00 horas para o sorteio de jurados. ADVS. DR. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS.

006. PROCESSO CRIME –077/1999A- FREDERICO KIRSCHNER. Designado o dia 22/02/2005, às 14:30 horas para audiência de oitiva das testemunhas de defesa. ADVS. ARISTOTELES RONDON GOMES PEREIRA E OUTROS.

007. PROCESSO CRIME –039/2002- ARISTEU JOSE CAVALHEIRO. Designado o dia 04/03/2005, às 13:15 horas para oitiva da vítima. ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS.

008. PROCESSO CRIME –004/1992- ILIAS BERTOLDO. Designado o dia 13/04/2005, às 13:30 horas, para Julgamento pelo Tribunal do Júri, e 04/03/2005, às 13:00 para sorteio de jurados. ADVS. ELCIO JOSÉ MELHEN E OUTROS.

009. PROCESSO CRIME –018/2004- JORGE DE PAULA PROENÇA. Designado o dia 22/02/2005, às 15:30 horas para oitiva das testemunhas de acusação. ADVS. ERALDO FERREIRA DE LIMA.

010. PROCESSO CRIME -071/1995- MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA. Expedida Carta Precatória para cumprimento e fiscalização à Comarca de Fazenda Rio Grande-Pr. ADVS. LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA E OUTROS.

011. PROCESSO CRIME –012/2003- JACIR JOSE DE LIMA DE RAMOS. Manifestação da defesa no prazo do art. 499 do Código de Processo Penal. ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS.

012. PROCESSO CRIME –016/2002- JAIME LUIZ ZANDONAI. Manifestação da defesa no prazo do art. 499 do Código de Processo Penal. ADVS. PAULO ROBERTO CARNEIRO PACENKO.

013. PROCESSO CRIME –021/1993- MARCOS AURELIO DAMBROSKI. Parte final da sentença de fls. 277/278: "... É o relatório. Fundamento e decido. Diz o artigo 118 da Lei de Execução Penal que: Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeira à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I – praticar fato definido como crime doloso ou falta grave; II - ... No caso em questão temos que o réu chegou a ser preso em flagrante, sendo que, apesar de não ter confessado, o depoimento da vítima (fls 263/266) é fato suficiente para convencer o juízo de que o réu praticou fato definido como crime doloso, não havendo justificativa para sua conduta, o que é causa de regressão de regime. Assim sendo, nos termos do art. 118, inciso I, da Lei de Execução Penal, determino que haja a regressão do regime aberto para o regime semi-aberto, referente ao cumprimento da pena imposta ao condenado MARCOS AURÉLIO DAMBROSKI nestes autos". ADVS. ELCIO JOSE MELHEN E OUTROS.

014. PROCESSO CRIME –057/1997- NEORALDO OLIVEIRA GOMES. À defesa para que apresente eventuais provas, diante da desclassificação da conduta do réu. ADVS. ERALDO FERREIRA DE LIMA.

015. QUEIXA CRIME –030/2004- LUIZ FREITAS DE ANDRADE X MARINEU RODRIGO A. DE OLIVEIRA E OUTRO. Ao querelante para que em 10 dias recolha o valor da taxa judiciária referente ao FUNREJUS, conforme item 2.3.3.1 do Código de Normas da Justiça do Estado do Paraná. ADVS. ERALDO FERREIRA DE LIMA.

016. QUEIXA CRIME –029/2004- ANTENOR HEMMIG JUNIOR X INDUSTRIAS JOAO JOSE ZATTAR S/A. Ao querelante para que em 10 dias recolha o valor da taxa judiciária referente ao FUNREJUS, conforme item 2.3.3.1 do Código de Normas da Justiça do Estado do Paraná. ADVS. GUSTAVO ALEXANDRE GARCIA.

017. À Defesa para que no prazo legal apresente suas RAZÕES DE APELAÇÃO, nos autos abaixo relacionados, respectivamente:
a)PROCESSO CRIME –020/2000- ARISTIDES NATALINO DE LARA. ADVS. ROMEU FELCHAK E OUTROS;
b)PROCESSO CRIME –006/2003- NEURACI DE JESUS FERREIRA e OUTROS. ADVS. ERALDO FERREIRA DE LIMA e ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS.

018. À Defesa para que no prazo legal apresente suas ALEGAÇÕES FINAIS, nos autos abaixo relacionados, respectivamente:
a) PROCESSO CRIME –004/2003- SEIHEI OSHIRO E OUTRO. ADVS. JOSÉ AMORITI T. RIBEIRO E OUTRO;
b) PROCESSO CRIME –013/2002- VANDERLEI VERA E OUTRO. ADVS. ELISABETH M. SPENGLER;
c) PROCESSO CRIME –003/2003- ALVACI JOSE ALVES E OUTROS. ADVS. MIGUEL NICOLAU JUNIOR;
d) PROCESSO CRIME –018/2000- SEBASTIÃO FERREIRA ALMEIDA E OUTRO. ADVS. ERALDO FERREIRA DE LIMA;
e) PROCESSO CRIME –001/2003- DIVONSIR CORREIA. ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS;
f) PROCESSO CRIME –037/2003- PEDRO DOMINGUES CARDOSO. ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS;
g) PROCESSO CRIME –026/2002- WILSON FERREIRA ANTUNES E OUTRO. ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS;
h) PROCESSO CRIME –017/2004- LOREVAL FERREIRA. ADVS. MAURO ANDRE KRUPP E OUTROS;
i) PROCESSO CRIME – 007/2001- ANTONIO COSSA SOBRINHO. ADVS. CARLOS ROQUE COLLA E OUTROS;
j) PROCESSO CRIME –008/2003- OLIVERIO DAS NEVES MAZOROVICZ E OUTRO. ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS;

019. PROCESSO CRIME – 0063/1999- JOSÉ CARLOS CASSOLI E OUTRO. Designado o dia 02/03/2005 às 10:15 horas, para audiência de oitiva da testemunha de acusação no Juízo Deprecado de Vilhena-Rondonia. ADVS. DR. MIGUEL NICOLAU JUNIOR.

020. PROCESSO CRIME – 014/2000- ANTONIO DA SILVA LEITE. Designado o dia 31/03/2005, às 13:30 horas para Julgamento pelo Tribunal do júri e dia 04/02/2005, às 13:00 horas para sorteio de jurados. ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS.

021. PROCESSO CRIME DO JUIZADO –014/2003- JOSE VALDECIR ALVES. Designado o dia 09/02/2005, às 17:30 horas para audiência admonitória. ADVS. JOSÉ AMORITI TRINCO RIBEIRO.

022. PROCESSO CRIME –016/1998- ITAMAR JOSE GIACOMETTI. Ao defensor, para que no prazo de 10 dias, apresente procuração com poderes específicos para que possa fazer o levantamento da fiança. ADVS. AURELIANO JOSE DE AREDES.

023. PROCESSO CRIME –002/2004- RAIMUNDO DOS SANTOS E OUTRO. Manifestação da defesa no prazo do art. 499 do Código de Processo Penal. ADVS. ERALDO FERREIRA DE LIMA.

024. PROCESSO CRIME –005/2004- MARCELO CARLETI E OUTROS. Designado o dia 25/02/2005, às 13:45 horas para oitiva das testemunhas de defesa. ADVS. MIGUEL NICOLAU JUNIOR e ERALDO FERREIRA DE LIMA.

025. PROCESSO CRIME –028/2002- IDIVONZIR DA LUZ. Ao assistente de acusação para no prazo legal oferecer as alegações finais. ADVS. MILTON LUIZ DOS SANTOS TIEPOLO.

026. PROCESSO CRIME –055/1999- JOSE MARIA CECILIO. Ao defensor para junte prova idônea (certidão de nascimento, de casamento, R.G.) da idade do réu para quiçá beneficia-lo com o prazo prescricional reduzido (art. 115 Código Penal). ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS.

027. PROCESSO CRIME –027/2002- VALMIR CHAGAS DA CRUZ. Designado o dia 18/05/2005, às 14:00 horas para oitiva da testemunha de acusação. ADVS. MAURO ANDRE KRUPP E OUTROS.

028. PROCESSO CRIME –016/2004- IVO ANTONIO MACHADO DA ROSA E OUTROS. Designado o dia 23/02/2005, às 15:10 horas, para oitiva da testemunha de acusação Marino Kutianski, no Juízo Deprecado de Irati-Pr. ADVS. LUIZ FERNANDO GARCIA CAMPOS.

029. PROCESSO CRIME –021/2002- REINALDO DE LARA. Designado o dia 01/03/2005, às 16:45 horas, para oitiva da testemunha de acusação Jose Antonio Garcia, no Juízo Deprecado de Arapongas-Pr. ADVS. ODIR ANTONIO GOTARDO E OUTROS.

30. AOS ADVOGADOS ABAIXO RELACIONADOS PARA QUE DEVOLVAM EM CARTÓRIO OS AUTOS DESCRITOS, NO PRAZO DE 24 HORAS, SOB AS PENAS DA LEI (art. 196 do CPC):

Nº E NATUREZA	NOME	DATA/CARGA	ADVOGADO
050/2000-Proc. Crime	ORACIDES C. DOS SANTOS	07/08/2003	Elcio J. Melhen
046/1999-Proc. Crime	LAERTES LEO DE OLIVEIRA	03/10/2003	Samuel F. Xalão
058/2002-Proc. Crime	GERSON LUIZ DE LIMA	14/06/2004	Elcio J. Melhen
049/2001-Proc. Crime	JORGE JUAREZ HOFFMANN	16/08/2004	Luiz C. Sebrenski

Toledo

COMARCA DE TOLEDO – PARANÁ
VARA CRIMINAL
JUÍZ DE DIREITO DESIGNADO: RODRIGO RODRIGUES DIAS

ÍNDICE NOMINAL DOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA RELAÇÃO Nº 01/2005.

1 - DR. DANIEL ALEXANDRE BEAL
2 – DRª LETICIA JASINSKI RODRIGUES
3 – DR. JOMAH HUSSEIN ALI MOHD RABAH
4 – DR. DELMAR MARINO HOFFMANN
5 – DRª ROSELI LUZETTE MERELES COLMAN
6 – DR. LEANDRO R. NESELLO
7 – DR. JORGE NEI SANTOS AMARANTE

1. Pedido de Revogação de Prisão Preventiva nº 2004.1400-1 – Requerente: Adenizio Alves de Oliveira – Intimá-los do indeferimento do pedido.
Advs: Daniel Alexandre Beal e Letícia Jasinski Rodrigues.

2. Processo Crime nº 2004.684-0 – Réu: Irio Wayhs – Intimá-lo do indeferimento do pedido de relaxamento de prisão em flagrante, bem como, da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 25 de Janeiro de 2005, às 13:30 horas, neste Juízo.
Adv: Jomah Hussein Ali Mohd Rabah.

3. Processo Crime nº 2003.451-9 – Réu: Fábio Júnior Pereira – Intimá-lo do indeferimento do pedido de fls. 98/99.
Adv: Delmar Marino Hoffmann.

4. Processo Crime nº 2004.872-9 – Réu: Jeferson João da Silva – Intimar a defensora Drª Roseli Luzette Mereles Colman da r. Senten

5. Pedido de Liberdade Provisória n.º 2005.03-7 – Réu: João Luiz de Azevedo Coutinho – Intimá-lo para esclarecer a razão da disparidade entre os endereços informados na Policia e o declinado nos autos mencionados, bem como, para juntar aos autos comprovante de licita mais recente, tendo em vista que o apresentado foi expedido a mais de um ano, dentro do prazo legal.
Adv.: Leandro R. Nesello.

6. Processo Crime n.º 2004.0911-3 – Réu: Tiago Rodrigo da Rocha – Intimá-lo para apresentar as alegações finais referentes ao mencionado réu, dentro do prazo legal.
Adv.: Leandro R. Nesello.

7. Processo Crime n.º 2004.1432-0 – Réu: Vilson da Silva Orides – Intimá-lo acerca da designação do interrogatório do réu, a ser realizado no dia 26/01/05 às 16:30 horas.
Adv.: DR. Jorge Nei Santos Amarante.

8. Pedido de Restituição nº 2005.04-5 – Requerente: Ercilio Antonio Gomes dos Santos. Intimá-lo do indeferimento do pedido.
Adv.: Leandro R. Nesello.

COMARCA DE TOLEDO - PARANÁ
VARA CRIMINAL
JUÍZA DE DIREITO DESIGNADA: LUCIANA LOPES DO AMARAL

ÍNDICE NOMINAL DOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA RELAÇÃO Nº 59/2004.

1 - DR. DELMAR MARINO HOFFMANN
2 – DR. GETÚLIO MARCONDES
3 – DR. LEDOCIR ANHOLETO
4 – DR. DELMAR MARINO HOFFMANN
5 – DR. JOSÉ GERALDO CANDIDO
6 – DR. CARLOS EDUARDO VILA REAL

1. Processo Crime nº 2004.643-2 – Réu: Cristiano Hainoski da Silva – Intimá-lo para que apresente as alegações finais, no prazo legal. Adv.: Delmar Marino Hoffmann.

2. Processo Crime nº 2003.32-7 – Réu: Estela Aparecida da Silva – Intimá-lo do deferimento do pedido de isenção de pagamento de custas processuais. Adv.: Getúlio Marcondes.

3. Pedido de Restituição nº 2004.1187-8 – Requerente: Antônio Rodrigues, Antônio Rodrigues Filho e Paganini Construções e Engenharia Ltda – Intimá-lo da decisão que determinou que referidos autos aguardem a conclusão do Inquérito Policial nº 2004.1387-0. Adv.: Ledocir Anholeto.

4. Processo Crime n.º 2004.029-9 – Réu: Luiz Gonçalino Queiroz – Intimá-lo para apresentarem alegações finais, no prazo legal. Adv.: Delmar Marino Hoffmann.

5. Processo Crime n.º 2004.0491-0 – Réu(s): Agnaldo Cezar de Souza, Francisco Cristaldo e Miguel Rosa de Souza – Intimá-lo para apresentar o réu Miguel Rosa de Souza conforme petição de fls. 232, na audfiência designada para o dia 10/03/2005, às 13:30 horaspara a oitiva das testemunhas arroladas pela defesa. Adv.: José Geraldo Candido.

6. Carta Precatória n.º 2005.07-0 – Réu(s): Aparecido Ponciano Alves – Intimá-lo acerca da data designada para a realização de audiência para inquirição da testemunha arrolada na denúncia, ZORAIDE BATISTELA PARRA, a qual realizar-se-á no dia 26 de janeiro de 2005, às 14:00 horas. Adv.: Carlos Eduardo Vila Real.

Umuarama

COMARCA DE UMUARAMA
RELAÇÃO N. 01/05
PRIMEIRA VARA CRIMINAL
JUIZ DE DIREITO: FREDERICO MENDES JUNIOR

Índice

Advogado	Nº Ordem
CARLOS ALBERTO MALIZIAM	10
CESAR ALAOR BOTURA	04
EDILSON MAGRINELLI	10
HAMILTON MARIANO	02
LUCIANO GAIOSKI HAMILTON MARIANO	10
MARIO HENRIQUE RODRIGUES BASSI	07
MARIO HENRIQUE RODRIGUES BASSI	10
NEYDE BEGO BUENO	09
PAULO CESAR DE SOUZA	06
Ronaldo Camilo	01
Ronaldo Camilo	03
Ronaldo Camilo	05
Ronaldo Camilo	08
RONALDO CAMILO	10

01. Processo-crime – 167/04 – Sergio Pereira e outro – Inquirição de testemunhas de acusação e defesa para o dia 05 de janeiro de 2.005, às 13:30 horas – Adv. RONADO CAMILO

02. Livramento Condicional – 433/04 – Sebastião Ferreira da Silva – Indeferido – Adv. HAMILTON MARIANO

03. Pedido de Providência – 485/04 – Douglas Batista da Silva – A defesa, no tríduo, indicar o processo que está o réu condenado – Adv. RONALDO CAMILO

04. Processo-crime – 134/04 – Silvano Rodrigues Neves Junior – Instrução e Julgamento para o dia 20 de janeiro de 2.005, às 13:30 horas – Adv. CESAR ALAOR BOTURA

05. Processo-crime – 178/04 – Vera Lúcia de Souza Carneiro e outro - Instrução e Julgamento para o dia 19.01.05, às 13:30 horas – Adv. RONALDO CAMILO

06. Pedido de Degravação – 459/04 – Célio Batista Martins Filho – A defesa, em cinco dias, manifestar sobre o petitório de f. 07/09 – Adv. PAULO CESAR DE SOUZA

07. Processo-crime – 181/04 – Guilherme Machado dos Santos – A defesa, em três dias, apresentar defesa preliminar, sob pena de ser nomeado outro – Adv. MARIO HENRIQUE RODRIGUES BASSI

08. Processo-crime – 177/04 – Josuel Rocha Filho – Instrução e julgamento para o dia 25.01.05 , às 13:30 horas – Adv. RONALDO CAMILO

09. Precatória – 387/04 – Cianorte, PR. – Processo-crime – 179/04 – Marcos Rodrigues da Silva – Inquirição de testemunha de acusação para o dia 20 de Janeiro de 2.005, às 16:30 horas – Adva. NEYDE BEGO BUENO

10. Processo-crime – 136/04 – Aguinaldo Candido Sampaio e outro – Instrução e julgamento para o dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, quando serão inquiridas as testemunhas de acusação – Expedição de precatórias à Comarca de Cruzeiro do Oeste, PR., e Guaira, PR., para inquirição de testemunhas de acusação – Adv. LUCIANO GAIOSKI, CARLOS ALBERTO MALIZIAM, RONALDO CAMILO, MARIO HENRIQUE RODRIGUES BASSI e EDILSON MAGRINELLI e HAMILTON MARIANO

Juizados Especiais

Arapongas

COMARCA DE ARAPONGAS
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
Relação nº 01/05

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
Dr.(a) Adalberto Fonsatti	53	2018/03
Dr.(a) Adalberto Fonsatti	57	261/04
Dr.(a) Adriano Jamusse	03	1532/03
Dr.(a) Adriano Jamusse	06	1908/03
Dr.(a) Adriano Scolari de Araújo	15	151/03
Dr.(a) Adriano Scolari de Araújo	75	236/02
Dr.(a) Alexander Campos de Lima	27	343/02
Dr.(a) Alexandre da Silva Moraes	81	1072/04
Dr.(a) Alexandre da Silva Moraes	82	974/04
Dr.(a) Alexandre Sutkus de Oliveira	08	510/04

Dr.(a) Alexandre Sutkus de Oliveira	45	512/04
Dr.(a) Alexandre Sutkus de Oliveira	65	1639/04
Dr.(a) Alfeu Caetano Moraes	58	1217/04
Dr.(a) André Luiz Donega Verri	24	176/04
Dr.(a) Ângela Elisa Ramos	69	511/04
Dr.(a) Antônio Cláudio Maximiano	42	1587/04
Dr.(a) Antônio Cláudio Maximiniano	11	1580/04
Dr.(a) Antônio Renato Breda	57	261/04
Dr.(a) Aparecido Donizete Gomes	20	1116/02
Dr.(a) Aparecido Donizete Gomes	86	1808/03
Dr.(a) Carlos José Fragoso	77	247/97
Dr.(a) Claudemar Aparecido Magri	18	492/04
Dr.(a) Claudemar Aparecido Magri	19	505/04
Dr.(a) Cláudia Rodrigues	52	710/04
Dr.(a) Cleber Ricardo Ballan	14	1077/04
Dr.(a) Cleber Ricardo Ballan	67	1020/04
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	29	1480/04
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	30	1481/04
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	31	1168/02
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	32	1259/03
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	33	1173/03
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	34	1266/03
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	35	1377/02
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	36	577/01
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	64	592/02
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	70	1019/04
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	73	357/00
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	78	1515/03
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	88	43/04
Dr.(a) Denise de Pinho Tavares Filla	89	1012/04
Dr.(a) Diogo Scolari de Araújo	21	233/04
Dr.(a) Dirceu de Almeida Rezende	66	1670/04
Dr.(a) Eder Luiz David	54	622/04
Dr.(a) Emília Moribe Nakadomari	54	622/04
Dr.(a) Fábio Renato Santana	80	1056/04
Dr.(a) Fabrício Luis Torri	68	277/04
Dr.(a) Fernando Augusto Sartori	44	1723/03
Dr.(a) Fernando C. M. Borges	81	1072/04
Dr.(a) Fidelis Cangussú Rodrigues Jr.	55	204/04
Dr.(a) Geovania Tatibana de Souza	68	277/04
Dr.(a) Gilberto Flávio Monarim	28	83/99
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	46	1995/03
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	48	1892/03
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	49	716/03
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	50	334/03
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	60	333/03
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	61	587/04
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	62	592/04
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	63	1996/03
Dr.(a) Gisele Veríssimo Paes	71	1394/03
Dr.(a) Ivan Fonçatti	04	128/04
Dr.(a) Ivan Sérgio Ribeiro	51	703/04
Dr.(a) Ivan Sérgio Ribeiro	55	204/04
Dr.(a) Ivan Sérgio Ribeiro	76	870/04
Dr.(a) João Francisco Gonçalves	39	681/04
Dr.(a) João Marcelo M. Bandeira	51	703/04
Dr.(a) José Flávio Egydio de Carvalho	80	1056/04
Dr.(a) José Renato Bononi	25	1318/04
Dr.(a) José Renato Bononi	43	1491/04
Dr.(a) Kariza Xavier Vitor Zambrano	80	1056/04
Dr.(a) Leonel Eduardo de Araújo	72	70/99
Dr.(a) Luciana A. Tozzatto de Almeida	87	1628/04
Dr.(a) Luciane Regina Rossini Farth	59	1366/04
Dr.(a) Luis G. Vanis Turchiari	25	1318/04
Dr.(a) Luís Ségio Rufato Júnior	56	2058/03
Dr.(a) Luiz Antônio Sartorio	22	1123/04
Dr.(a) Luiz Antônio Sartorio	82	974/04
Dr.(a) Luiz Antônio Sartorio	84	2157/03
Dr.(a) Luiz Carlos G. Chacon	02	1451/04
Dr.(a) Marcelo Paulo S. Marchi	13	2161/03
Dr.(a) Márcio Vinhas Barretto	79	1910/03
Dr.(a) Maria Luiza Baccaro	67	1020/04
Dr.(a) Mário da Silva Guerra Filho	01	624/04
Dr.(a) Mário da Silva Guerra Filho	05	308/04
Dr.(a) Mário da Silva Guerra Filho	37	197/04
Dr.(a) Mário da Silva Guerra Filho	40	191/04
Dr.(a) Mário da Silva Guerra Filho	41	189/04
Dr.(a) Mário da Silva Guerra Filho	58	1217/04
Dr.(a) Mário da Silva Guerra Filho	85	290/04
Dr.(a) Mário da Silva Guerra Filho	90	1046/04
Dr.(a) Miguel Lioggi Netto	52	710/04
Dr.(a) Moacir Borges Júnior	67	1020/04
Dr.(a) Moacir Júnior Carnevalle	10	1549/04
Dr.(a) Odenir Vital Barbosa	66	1670/04
Dr.(a) Oduwaldo de Souza Calixto	56	2058/03
Dr.(a) Osvaldo Damião Veiga Filho	16	63/99
Dr.(a) Osvaldo Damião Veiga Filho	28	83/99
Dr.(a) Osvaldo Damião Veiga Filho	74	1167/04
Dr.(a) Osvaldo Damião Veiga Filho	75	236/02
Dr.(a) Oswaldo Damião Veiga Filho	57	261/04
Dr.(a) Patrícia Ayub da Costa	83	1692/04
Dr.(a) Pedro Carlos Delmont Pais	09	1636/04
Dr.(a) Pedro Carlos Delmont Pais	59	1366/04
Dr.(a) Renata Lopes Kronitzky	52	710/04
Dr.(a) Ricardo de Abreu Arambul	69	511/04
Dr.(a) Roberto Laffranchi	12	2151/03
Dr.(a) Rubens Paes	47	1658/03
Dr.(a) Rudi de Oliveira	07	1629/04
Dr.(a) Silvia Roberta Costa Sequinel	54	622/04
Dr.(a) Silvonei S. Zaghini	38	505/00
Dr.(a) Silvonei Sérgio Zaghini	23	110/03
Dr.(a) Teresa Sumie Yoshida	26	1075/02
Dr.(a) Teruo Jorge Hirano	53	2018/03
Dr.(a) Vanderlei Carlos Sartori Jr.	17	205/04

INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS ACIMA INDIVIDUALIZADOS ACERCA DAS SENTENÇAS E DESPACHOS PROFERIDOS NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS.

01 624/04 Execução de Título Extrajudicial- ELISÂNGELA DE OLIVEIRA ROBERTO X JULIANA M. MENDES INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.13: "A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95". Adv(s) Mário da Silva Guerra Filho.

02 1451/04 Ação de Indenização por Danos Morais C/C Pedido de Tutela Antecipada- AVELINO DE OLIVEIRA X PEDRO FULGÊNCIO FILHO & CIA LTDA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.36: "A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95". Adv(s) Luiz Carlos G. Chacon.

03 1532/03 Ação de Cobrança- SUPERMERCADO TAPERAÇÚ LTDA-ME X ALMIR BORGI INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.29: "A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95". Adv(s) Adriano Jamusse.

04 128/04 Execução de Título Extrajudicial- MÓVEIS FERRARI LTDA. X KENNEDY MIYOSHI HIGUCHI INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.18: "A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95". Adv(s) Ivan Fonçatti.

05 308/04 Ação de Cobrança- LEONARDO CAIRRÃO X ANGELA CRISTINA RIBEIRO DE OLIVEIRA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.16: "A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95". Adv(s) Mário Silva Guerra Filho.

06 1908/03 Ação de Cobrança- SUELY APARECIDA DA ROCHA X EVERSON FERNANDO BUZÃO INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.26: "A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95". Adv(s) Adriano Jamusse.

07 1629/04 Ação de Indenização por Danos Moral e Material- VICTOR HUGO CAVALHERI E PATRÍCIA SUHIRARA CAVALHERI X VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A-VASP INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.71: "Tendo em vista que a parte requerente não compareceu à audiência, julgo extinta a presente Reclamação, sem o julgamento do mérito, consoante o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno a parte requerente no pagamento das custas processuais, na forma do artigo 1º, alínia "b", da Resolução nº 3, de 09 de abril de 1.999, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que trata da extinção motivada pelo não comparecimento do autor." Adv(s) Rudi de Oliveira.

08 510/04 Execução de Título Extrajudicial- RAPHAEL ESPER SCHNEIDER X FÁBIO HENRIQUE GUMIERI INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.20: "Indefiro o pedido de fls. 19, face o contido na certidão de fls. 17verso. Decorrido o prazo para indicação de bens, julgo extinto os presentes autos, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95. " Adv(s) Alexander Sutkus de Oliveira.

09 1636/04 Execução de Título Extrajudicial- PEDRO CARLOS DELMONT PAIS X FERNANDO DE SANTANA LAUTON INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.19: "Tendo em vista que a parte requerente não compareceu à audiência, julgo extinta a presente Reclamação, sem o julgamento do mérito, consoante o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno a parte requerente no pagamento das custas processuais, na forma do artigo 1º, alínia "b", da Resolução nº 3, de 09 de abril de 1.999, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que trata da extinção motivada pelo não comparecimento do autor." Adv(s) Pedro Carlos Delmont Pais.

10 1549/04 Ação de Cobrança C/C Execução de Cláusula Contratual- JUCELI APARECIDA DA SILVA E ODAIR AFONSO DA SILVA X CENTROPAR-CENTRO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL DO PARANÁ INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.28: "A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95". Adv(s) Moacir Júior Carnevalle.

11 1580/04 Ação de Cobrança- VANILDE BONANCINI SERIZOL X ITAÚ SEGUROS S/A INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. SENTENÇA DE FLS.30: "Tendo em vista que a parte requerente não compareceu à audiência, julgo extinta a presente Reclamação, sem o julgamento do mérito, consoante o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno a parte requerente no pagamento das custas processuais, na forma do artigo 1º, alínia "b", da Resolução nº 3, de 09 de abril de 1.999, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que trata da extinção motivada pelo não comparecimento do autor." Adv(s) Antônio Cláudio Maximiniano.

12 2151/03 Ação de Repetição de Indébito- JOÃO LUIZ PASCHOAL X UNOPAR- UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ INTIMAÇÃO DA PARTE RECORRIDA PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.54: "Preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos, recebo o presente recurso. Intime-se o recorrido para, no prazo de 10 (dez) dias, ofertar as contra-razões, atendendo-se ao preceito do art. 42, parágrafo 3º da Lei 9.099/95." Adv(s) Roberto Laffranchi.

13 2161/03 Execução de Título Extrajudicial- SASSARIKANDO MODA INFANTIL LTDA. X JOSÉ DÉCIO CASTANHO DIAS INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.22: "A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95". Adv(s) Marcelo Paulo Sautchuk Marchi.

14 1077/04 Ação de Cobrança- EXIBE PROPAGANDA LTDA. X DÊNIS NASCIMENTO SILVA E VAGNER NASCIMENTO SILVA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL DA R. SENTENÇA DE FLS. 24: "Devidamente citada para a audiência de conciliação, a parte Requerida deixou de comparecer sem motivo justificado e contestarem a presente Reclamação, tornando-se, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, revel e confesso quanto aos fatos alegados pela parte requerente, acarretando, com isso, o julgamento da lide. Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial, condenado a parte requerida a apagar a importância de R$ 4.322,63 com correção e juros a partir da citação. Transitada em julgado a sentença, tem o requerente o prazo de trinta dias para executá-la." Adv(s) Dr. Cleber Ricardo Ballan.

15 151/03 Execução de Contrato- ADRIANO SCOLARI DE ARAÚJO X IVONE DO NASCIMENTO CONFECÇÕES ME INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL DO R. DESPACHO DE FLS. 50: "Manifeste-se o exequente em cinco dias." Adv(s) Adriano Scolari de Araújo.

16 63/99 Ação de Reparação de Danos- LUIZ CARLOS ALEXANDRINI X JOSÉ LOMBARDI, HELTON LOMBARDI E VANESSA CARLA AMORIM DOS SANTOS INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.165: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95." Adv(s) Osvaldo Damião Veiga Filho.

17 205/04 Execução de Título Extrajudicial- MARCILENE GARCIA MADEIRA X VALDEVIR ANTÔNIO DA SILVA INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.18: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Providencie o endereço, atual da parte requerida, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95" Adv(s) Vanderlei Carlos Sartori Júnior.

18 492/04 Execução de Título Extrajudicial- NEIRI DAVANSO & CIA LTDA-ME X VICENTE DAMIÃO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.16: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95." Adv(s) Claudemar Aparecido Magri.

19 505/04 Execução de Título Extrajudicial- NEIRI DAVANSO &CIA Ltda- ME X GLACIANA DAMIÃO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.16: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95." Adv(s) Claudemar Aparecido Magri.

20 1116/02 Ação de Cobrança- INÁCIO MARTINS X JOSÉ CARLOS DA SILVA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.48: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Providencie o endereço, atual da parte requerida, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95" Adv(s) Aparecido Donizete Gomes.

21 233/04 Execução de Título Extrajudicial- DARCY SEGUNDINO VENDRAMETTO X JAQUELINE STAWINSKI RODRIGUES INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.14: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95." Adv(s) Diogo Scolari de Araújo.

22 1123/04 Ação de Cobrança- ARTUR LUX X GETÚLIO GUADAGNINI HOMEM INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.11: "Devidamente citada para a audiência de conciliação, a parte Requerida deixou de comparecer sem motivo justificado e contestarem a presente Reclamação, tornando-se, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, revel e confesso quanto aos fatos alegados pela parte requerente, acarretando, com isso, o julgamento da lide. Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial, condenado a parte requerida a apagar a importância de R$ 1.605,00, com correção e juros a partir da citação. Transitada em julgado a sentença, tem o requerente o prazo de trinta dias para executá-la." Adv(s) Luiz Antônio Sartorio.

23 110/03 Execução de Título Extrajudicial- EVANDRO CESAR LUKIANOU X FERNANDO VALERIANO DOMINGOS INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.57: "Ante o retorno da Carta Precatória, manifeste-se o exequente no prazo de cinco dias sob pena de extinção". Adv(s) Silvonei Sérgio Zaghini.

24 176/04 Ação de Cobrança- ERCÍLIA DA SILVA MARTAURO X MAX WILLIAN PRADO INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.30: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Providencie o endereço, atual da parte requerida, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95" Adv(s) André Luiz Donega Verri.

25 1318/04 Ação de Indenização por Danos Morais C/C Pedido de Liminar- MÁRCIA MARIA DA SILVA X TIM SUL S/A INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.72/77: "...ISTO POSTO julgo PROCEDENTE o pedido inicial de Márcia Maria da Silva, para CONDENAR a ré Tim Sul S/A, ao pagamento de danos morais no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reis), acrescidos de juros legais e correção monetária, a partir do evento danoso." Adv(s) José Renato Bononi, Luis Guilherme Vanis Turchiari.

26 1075/02 Ação de Despejo C/C Cobrança de Alugueres em Atraso- JOSIANE PIVETA SPERANDIO X WILSON ESTRES DOS SANTOS INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.39: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95" Adv(s) Teresa Sumie Yoshida.

27 343/02 Execução de Título Executivo Extrajudicial- JOÃO LUIZ ZAGHINI X ADEMIR AFONSO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.41: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95" Adv(s) Alexander Campos de Lima.

28 83/99 Execução- ABDO NEHME TANNOURI X MÁRCIO ALBERTO CORTEZZI INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DO R. DESPACHO DE FLS.83: "Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95" Adv(s) Gilberto Flávio Monarim, Osvaldo Damião Veiga Filho.

29 1480/04 Ação de Cobrança- ANDRÉIA NUNES RIBEIRO CAMARGO X MÁRCIA REGINA DA SILVA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL DA R. SENTENÇA DE FLS. 21: "Devidamente citada para a audiência de conciliação, a parte Requerida deixou de comparecer sem motivo justificado e contestarem a presente Reclamação, tornando-se, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, revel e confesso quanto aos fatos alegados pela parte requerente, acarretando, com isso, o julgamento da lide. Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial, condenado a parte requerida a apagar a importância de R$ 342,16 com correção e juros a partir da citação. Fica excluída a cobrança de honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Transitada em julgado a sentença, tem o requerente o prazo de trinta dias para executá-la." Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

30 1481/04 Ação de Cobrança- ANDRÉIA NUNES RIBEIRO CAMARGO X SIDINEY JESUINO DE SOUZA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL DA R. SENTENÇA DE FLS. 14: "Devidamente citada para a audiência de conciliação, a parte Requerida deixou de comparecer sem motivo justificado e contestarem a presente Reclamação, tornando-se, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, revel e confesso quanto aos fatos alegados pela parte requerente, acarretando, com isso, o julgamento da lide. Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial, condenado a parte requerida a apagar a importância de R$ 107,91 com correção e juros a partir da citação. Fica excluída a cobrança de honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Transitada em julgado a sentença, tem o requerente o prazo de trinta

dias para executá-la.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

31 1168/02 Ação de Cobrança- JURANDIR DE ANDRADE X CARLOS ALBERTO PADOVANI INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.24: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

32 1259/03 Execução de Título Extrajudicial- RODRIGUES E CERATTI LTDA-ME X ANDRÉ TEIXEIRA INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.48: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

33 1173/03 Execução de Título Extrajudicial- TUCANNOS-IND. E COM. DE ROUPAS LTDA X LUCIANE APARECIDA RAMOS INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.32: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

34 1266/03 Execução de Título Extrajudicial- LANIER TADEU GARCIA DE PAULA x KELLY RODRIGUES MARIGO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.38: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

35 1377/02 Ação de Cobrança- RODRIGUES E CERATTI LTDA-ME X CLEUZA MARIA OSSUMA DOS SANTOS INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.: “Tendo em vista a penhora realizada às fls. 34, não tendo a parte executada oferecido embargos do devedor no prazo legal, a fim de buscar o meio mais rápido e eficaz para solução do litígio, manifeste-se o requerente sobre a adoção de uma das medidas do art. 53 parágrafo 2º da Lei 9.099/95 (dação em pagamento ou imediata adjudicação do bem penhorado).” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

36 577/01 Execução de Título Executivo Extrajudicial- IVONE BORGES DE OLIVEIRA FARIA X ADRIANA ISAURA CIANFA DAMASCENO INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.52: “Proceda-se a adjudicação dos bens penhorados às fls. 34 e 44, ao credor pelo valor da avaliação, mediante a expedição da carta competente, bem como, do mandado de entrega. Para prosseguimento do feito, intime o credor para que indique bens passíveis de penhora no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, vez que os bens de propriedade do requerido encontram-se relacionados às fls. 31 v, sendo os mesmos impenhoráveis.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

37 197/04 Ação de Cobrança- ANTÔNIO SILVA DE ABREU X JOSIANE CONTATO DE OLIVEIRA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.17: “Tendo em vista que a parte requerente não compareceu à audiência, julgo extinta a presente Reclamação, sem o julgamento do mérito, consoante o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno a parte requerente no pagamento das custas processuais, na forma do artigo 1º, alínia “b”, da Resolução nº 3, de 09 de abril de 1.999, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que trata da extinção motivada pelo não comparecimento do autor.” Adv(s) Mário da Silva Guerra Filho.

38 505/00 Ação de Cobrança- ISMAEL MOROSOV FILHO X HERMENEGILDO APARECIDO PIASSI INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.194: “Ante a não interposição de embargos do devedor, a fim de buscar o meio mais rápido e eficaz para solução do litígio, manifeste-se o requerente sobre a adoção de uma das medidas do art. 53 parágrafo 2º da Lei 9.099/95 (dação em pagamento ou imediata adjudicação do bem penhorado).” Adv(s) Silvonei S. Zaghini.

39 681/04 Ação de Execução de Título Extrajudicial- MARIA HELENA RIBEIRO DE ALCÃNTARA X MARIA JOSÉ HONJO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.16: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Providencie o endereço, atual da parte requerida, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95” Adv(s) João Francisco Gonçalves.

40 191/04 Ação de Cobrança- ANTÔNIO SILVA DE ABREU X JULIANA MORENO MENDES INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.17: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95.” Adv(s) Mário da Silva Guerra Filho.

41 189/04 Ação de Cobrança- ANTÔNIO SILVA DE ABREU X DORALICE COELHO DA SILVA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.13: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Providencie o endereço, atual da parte requerida, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95” Adv(s) Mário da Silva Guerra Filho.

42 1587/04 Ação de Cobrança- HERMINIA GATTI DOMINGUES X ITAÚ SEGUROS S/A INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.30: “Tendo em vista que a parte requerente não compareceu à audiência, julgo extinta a presente Reclamação, sem o julgamento do mérito, consoante o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno a parte requerente no pagamento das custas processuais, na forma do artigo 1º, alínia “b”, da Resolução nº 3, de 09 de abril de 1.999, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que trata da extinção motivada pelo não comparecimento do autor.” Adv(s) Antônio Cláudio Maximiniano.

43 1491/04 Execução de Título Extrajudicial- CÍRIO FERRONATO X ED WILSON TOTTI DE SOUZA INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.18: “Tendo em vista que a parte requerente não compareceu à audiência, somente tendo comparecido seu procurador, julgo extinta a presente Reclamação, sem o julgamento do mérito, consoante o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno a parte requerente no pagamento das custas processuais, na forma do artigo 1º, alínia “b”, da Resolução nº 3, de 09 de abril de 1.999, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que trata da extinção motivada pelo não comparecimento do autor.” Adv(s) José Renato Bononi.

44 1723/03 Execução de Título Extrajudicial- JÚLIA DE AZEVEDO RODRIGUES X ALESSANDRO ENUMO RODRIGUES INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.30: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Fernando Augusto Sartori.

45 512/04 Execução de Título Extrajudicial- MARTA APARECIDA FULGENCIO RABITO X EMÍLIA NAKAGAWA MORISHITA INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.21: “A inércia do requerente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Diante do exposto e face o contido na certidão acima, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 267, III, do CPC, c/c artigo 51, parágrafo 1º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Alexandre Sutkus de Oliveira.

46 1995/03 Execução de Título Extrajudicial- DANIELA SOLANGE DELFINA FERREIRA DE OLIVEIRA X ANDREZA A. R. BORGES INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.17: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto os presentes autos, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Gisele Veríssimo Paes.

47 1658/03 Execução de Título Extrajudicial- MELISSA YAMADA TAMANAHA X DAIANA PAULA CURTI CEVASSI INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.18: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Rubens Paes.

48 1892/03 Execução de Título Extrajudicial- DARCY VITÓRIO SOLTYS & CIA LTDA X GRAZIELA SIMON INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.25: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Gisele Veríssimo Paes.

49 716/03 Execução- FAGOTTI MÓVEIS LTDA. X CELSO SCHUKS MARTINS INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.32: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Gisele Veríssimo Paes.

50 334/03 Ação de Cobrança- FAGOTTI MÓVEIS LTDA. X EDSON PANTALEÃO DA SILVA E HARRYSON BENKENDORF EDUARDO INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.39: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Diante do exposto e face o contido na certidão acima, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Gisele Veríssimo Paes.

51 703/04 Ação de Indenização por Danos Morais C/C Pedido Liminar- ADILSON FERNANDO GOMES MOLINA X TELEMAR S/A INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.62/65: “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar a empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A a arcar com o pagamento em favor da parte autora da quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação (art. 406 do Código Civil), e correção monetária pelo INPC/IBGE, a contar da data do dia 02/04/2004 (adotando como critério a data da inclusão indevida – fl.13)”. Adv(s) Ivan Sérgio Ribeiro, João Marcelo M. Bandeira.

52 710/04 Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais- PRISCILA VERGINIA MARUCCI & CIA LTDA X FÁBRICA DE ESPUMAS E COLCHÕES NORTE PARANÁ INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.64/65: “ANTE O EXPOSTO, julgo improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação.” Adv(s) Miguel Lioggi Netto, Cláudia Rodrigues, Renata Lopes Kronitzky.

53 2018/03 Ação Ordinária de Cobrança- ARILTO ROCHA DA ROSA X MÓVEIS GORRIÃO – IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.64/65: “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para o fim de condenar a parte reclamada ao pagamento, em favor do autor, da quantia de R$ 2.916,60 (dois mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês – a contar da data da citação, e correção monetária pelo INPC/IBGE – a contar do dia 09 de outubro de 2003 (trinta dias depois da entrega das peças pelo autor). Julgo improcedente o pedido contraposto formulado pelo reclamado, nos termos da fundamentação.” Adv(s) Teruo Jorge Hirano, Adalberto Fonsatti.

54 622/04 Ação de Reparação de Danos Morais C/C Pedido Liminar- ANTÔNIO LÚCIO NONIS X EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.98/102: “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar a empresa EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A a arcar com o pagamento em favor da parte autora da quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação (art. 406 do Código Civil), e correção monetária pelo INPC/IBGE, a contar da data do dia 26/12/2002 (adotando como critério a data da inclusão indevida – fl.20)”. Adv(s) Eder Luis David, Emília Moribe Nakadomari, Silvia Roberta Costa Sequinel.

55 204/04 Ação de Indenização Por Danos Morais C/C Pedido de Liminar- ELIZIEL MAGALHÃES X EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.66/70: “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar a empresa EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A a arcar com o pagamento em favor da parte autora da quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação (art. 406 do Código Civil), e correção monetária pelo INPC/IBGE, a contar da data do dia 23/12/2003 (adotando como critério a data da inclusão indevida – fl.08)”. Adv(s) Ivan Sérgio Ribeiro, Fidelis Cangussú Rodrigues Júnior.

56 2058/03 Ação de Indenização Por Danos Materiais- SUELI MARIA DA SILVA E MERCEDES SIQUEIRA DA SILVA X CASA DE SHOW CABANA INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.86: “ANTE O EXPOSTO, conheço dos embargos de declaração, mas nego-lhes provimento, nos termos acima expressos”. Adv(s) Oduwaldo de Souza Calixto, Luís Sérgio Rufato Júnior.

57 261/04 Ação de Indenização Por Danos Morais C/ Pedido de Tutela Antecipada- EDUARDO ANTÔNIO CECHINEL X ATIVOS S/A SECURIT INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.128/130: “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar a empresa ATIVOS S/A SECURITI a arcar com o pagamento em favor da parte autora da quantia de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação (art. 406 do Código Civil), e correção monetária pelo INPC/IBGE, a contar da data da inclusão indevida (09/11/2003 – conforme documento de fls.09”. Adv(s) Osvaldo Damião Veiga Filho, Antônio Renato Breda, Adalberto Fosnatti.

58 1217/04 Ação de Cobrança C/C Perdas e Danos- OSVALDO BATISTA LORITO X REINALDO SKREPEC INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.17: “Via de conseqüência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO E CONDENO a parte demandada a pagar: A) a importância de R$2.000,00 (dois mil reais) ao reclamante, o qual será tido como quitado caso comprove a regularização no pagamento dos débitos referentes ao lote de terras nº06, da Quadra 11, situado no Conjunto Habitacional Jardim Padre Bernardo Merckel, acrescidos de correção monetária e juros de mora a partir da citação; B) a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais por ter dado ensejo a inscrição do nome do reclamante nos cadastros de devedores inadimplentes, acrescidos de correção monetária e juros de mora a partir da citação”. Adv(s) Mário da Silva Guerra Filho, Alfeu Caetano Moraes.

59 1366/04 Ação de Cobrança de Diferenças de Seguro- ROSINEI WOEHL DE AZEVEDO SANTOS X VERA CRUZ SEGURADORA INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.69/70: “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar a empresa VERA CRUZ SEGURADORA a pagar em favor da autora o valor correspondente a quarenta salários mínimos vigentes à época de falecimento do marido da autora, com o direito de deduzir desta quantia o montante confessamente já recebido pela autora (R$6.754,01). Determino a inclusão, no valor a ser recebido, de juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do CC/2002) e correção monetária pelo INPC/IBGE, ambos desde a data da citação”. Adv(s) Pedro Carlos Delmont Pais, Luciane Regina Rossini Farth.

60 333/03 Execução de Título Extrajudicial- FAGOTTI MÓVEIS LTDA. X ROSELI MARTINS CAMPOS INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.25: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Diante do exposto e face o contido na certidão acima, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Gisele Veríssimo Paes.

61 587/04 Execução de Título Extrajudicial- ROSELI PABLOS SUSUKI X ANDRÉIA RODRIGUES DE SOUZA INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.17: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Diante do exposto e face o contido na certidão acima, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Gisele Veríssimo Paes.

62 592/04 Execução de Título Extrajudicial- ROSELI PABLOS SUSUKI X CRISTIANA REGINA DE OLIVEIRA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.14: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Diante do exposto e face o contido na certidão acima, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Gisele Veríssimo Paes.

63 1996/03 Execução de Título Extrajudicial- DANIELA SOLANGE DELFINA FERREIRA DE OLIVEIRA X INÊS RAMOS DE ANDRADE INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.18: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Diante do exposto e face o contido na certidão acima, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95. ” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

65 1639/04 Ação de Cobrança- JAIR BEZERRA GUEDES X EMÍLIA NAKAGAWA MORISHITA E MAURO MORISHITA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.11: “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para o fim de condenar os reclamados a efetuarem o pagamento da quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais) em favor dos reclamantes, acrescida de juros de mora de 1% ao mês (art. 406 do Código Civil), a contar da data da citação, e correção monetária pelo INPC/IBGE, a contar do mês de fevereiro de 2004.” Adv(s) Alexandre Sutkus de Oliveira.

66 1670/04 Ação de Exoneração de Fiança- JAIR RIBEIRO E MARIA CÉLIA FONSECA RIBEIRO X FRANCISCA GUTIERRES FARIAS INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.21/24: “ISTO POSTO julgo PROCEDENTE o pedido inicial, para declarar os autores Jair Ribeiro e Maria Célia Fonseca Ribeiro exonerados da fiança prestada a Maria Aparecida Ferriera Capozze em contrato de locação realizado com a ré Francisca Gutierres Farias.” Adv(s) Odenir Vital Barbosa, Dirceu de Almeida Rezende.

67 1020/04 Ação de Indenização Por Danos Morais- EXIBE PROPAGANDA X STAMP DOOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.88/89: “ANTE O EXPOSTO, julgo improcedente o pedido inicial, nos termos da fundamentação acima”. Adv(s) Cleber Ricardo Ballan, Maria Luiza Baccaro, Moacir Borges Júnior.

68 277/04 Reclamação- JOSEBEL CASSIANO DE ALMEIDA X CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.84/86: “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar a empresa CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA. a arcar com o pagamento em favor da parte autora da quantia de R$ 1.000,00 (um mil e quinhentos reais), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação (artigo 406 do Código Civil) e correção monetária pelo INPC/IBGE , a contar

da data do dia 16/02/2004, sete dias depois do pagamento da primeira parcela (adotando como critério delimitador da razoabilidade a ser conferida para a exclusão do nome do devedor após a regularização de sua situação frente ao credor).” Adv(s) Fabrício Luis Torri, Geovania Tatibana de Souza.

69 511/04 Ação de Cobrança- JANE TACARI X SOLANGE MACHADO DE CAMARGO INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.33/34: “Por todo o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido inicial para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R$200,00, acrescida de juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), desde a citação.” Adv(s) Ricardo de Abreu Arambul, Ângela Elisa Ramos.

70 1019/04 Ação de Cobrança- LANIER TADEU GARCIA DE PAULA X MAICON DOUGLAS BIELESKI INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE POR SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.21/22: “Devidamente citada para a audiência de conciliação (fls.13) a parte requerida deixou de comparecer sem motivo justificado e contestar a presente reclamação, tornando-se nos termos do artigo 20, da Lei 9099/95, revel e confesso aos fatos alegados pela parte requerente, acarretando, com isso , o julgamento antecipado da lide. Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial,condenando a parte requerida a pagar a importância de R$ 219,08 (duzentos e dezenove reais e oito centavos), com a correção e juros a partir da citação.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

71 1394/03 Execução de Título Extrajudicial- FAGOTTI MÓVEIS LTDA X MARIA MADALENA PEREIRA DO NASCIMENTO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.25: “Indefiro o pedido de fls. 24, os bens pretendidos são impenhoráveis face a sua funcionalidade no lar, conforme entendimento exposado no Rec. Nº 77/98 – Embargos à Execução nº 173/98 – Comarca de Rolândia – Ac. 81 unânime – Rel. Délcio Miranda da Rocha – j. em 21/12/98. ...Decorrido o prazo para indicação de outros bens, julgo extinto os presentes autos, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9099/95.” Adv(s) Gisele Veríssimo Paes.

72 70/99 Ação Monitória- VALTER MARQUES DE OLIVEIRA X JOSÉ CARLOS ALARCON INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.169: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Providencie o endereço, atual da parte requerida, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95” Adv(s) Leonel Eduardo de Araújo.

73 357/00 Ação de Indenização- APARECIDA SILVA PINTO X ILDA QUALHOTO DE DEUS, JORGE DOS SANTOS SAMPAIO E SILVIA HELENA DE FREITAS INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.275: “Intime-se o credor para que indique bens penhoráveis no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4° da Lei 9099/95” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

74 1167/04 Embargos de Terceiros- LARTES OSTI X JOSÉ MILTON SANCHES LOPES INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.17: “Ante a interposição de embargos de terceiro, manifeste-se o exequente/embargado em dez dias.” Adv(s) Osvaldo Damião Veiga Filho.

75 236/02 Execução de Contrato- JOSÉ MILTON SANCHES LOPES X DUPINIK IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DO R. DESPACHO DE FLS.50: “Aguarde-se a decisão dos embargos de terceiro.” Adv(s) Osvaldo Damião Veiga Filho, Adriano Scolari de Araújo.

76 870/04 Ação de Cobrança- MÁRCIA SORPREZO X ADILSON DE MORAES INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.11: “A inércia do exequente não se coaduna com os princípios informativos dos Juizados Especiais. Os processos não podem se eternizar à espera de providências que competia ao interessado tomar no momento oportuno. Esgotados os meios processuais admitidos pela Lei dos Juizados Especiais para realização do ato citatório, conforme prescreve o artigo 18 do mesmo Códex, julgo extinto o feito, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95”. Adv(s) Mário da Silva Guerra Filho.

77 247/97 Infração Penal- RUBENARA FRANCO DA COSTA X ELISIANE DEPOLI INTIMAÇÃO DA AUTORA DO FATO PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.91: “1 Dos autos, notadamente do teor do acórdão de fls.42/45 e do despacho de fls 54, resta a autora do fato comprovar apenas o exercício profissional lícito, nada havendo que se falar em pena pecuniária, conforme a petição de fls. 70/71. 2 Assim sendo, intime-se para, no prazo de 48 horas, comprovar a condição factante. 3 Após, vista ao M.P.” Adv(s) Carlos José Fragoso.

78 1515/03 Ação de Cobrança- MOLINA E BOVO LTDA X S. L. REZENDE LTDA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.36: “Por tais fundamentos indefiro a pretensão de fl. 34.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

79 1910/03 Indenização por Danos Morais C/ Antecipação de Tutela- ANTÔNIO ROQUE DOS SANTOS X TELEMAR NORTE LESTE S/A INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.168: “Tendo em vista que o prazo para recurso nos Juizados Especiais conta-se da ciência da sentença art. 42 caput da Lei 9.099/95 e do recebimento do “AR”, não da sua respectiva juntada nos autos, consoante Enunciado nº13 do Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais, a parte requerida protocolou o recurso extemporaneamente, razão pela qual, denego-o por intempestivo.” Adv(s) Marcio Vinhas Barreto.

80 1056/04 Ação de Indenização Por Danos Morais- ELVIS LEANDRO PAVANELI X UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.47/49 : “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar o UNIBANCO- UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A, a arcar com o pagamento em favor da parte autora da quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação (art. 406 do Código Civil), e correção monetária pelo INPC/IBGE, a contar da data da manutenção indevida (24/12/04- conforme documento de fl. 15).” Adv(s) Fábio Renato Santana, José Flávio Egydio de Carvalho, Kariza Xavier Vitor Zambrano.

81 1072/04 Ação de Indenização Por Danos Morais- EDIVALDO DE MOURA X BANCO PANAMERICANO INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.31/32 : “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar o BANCO PANAMERICANO, a arcar com o pagamento em favor da parte autora da quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação (art. 406 do Código Civil), e correção monetária pelo INPC/IBGE, a contar da data da inclusão indevida (12/04/04- conforme documento de fl. 09)” Adv(s) Fernando C. M. Borges, Alexandre da Silva Moraes.

82 974/04 Ação de Indenização C/C Pedido de Antecipação de Tutela- EDNA MARIA JUSTINO X BANCO PANAMERICANO S/A INTIMAÇÃO DAS PARTES POR SEUS PROCURADORES JUDICIAIS, DA R. SENTENÇA DE FLS.46/47 : “ANTE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, para condenar o BANCO PANAMERICANO, a arcar com o pagamento em favor da parte autora da quantia de R$5.000,00 (cinco mil reais), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da data da citação (art. 406 do Código Civil), e correção monetária pelo INPC/IBGE, a contar da data da inclusão indevida (05/05/04- conforme documento de fl. 11).” Adv(s) Luiz Antônio Sartorio, Alexandre da Silva Moraes.

83 1692/04 Ação de Cobrança- HELMUT BAER JÚNIOR X ANDREA FERREIRA DO PRADO CANASSA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL DA R. SENTENÇA DE FLS. 12: “Devidamente citada para a audiência de conciliação, a parte Requerida deixou de comparecer sem motivo justificado e contestarem a presente Reclamação, tornando-se, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, revel e confesso quanto aos fatos alegados pela parte requerente, acarretando, com isso, o julgamento da lide. Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial, condenado a parte requerida a apagar a importância de R$ 2.706,13 com correção e juros a partir da citação. Transitada em julgado a sentença, tem o requerente o prazo de trinta dias para executá-la.” Adv(s) Patrícia Ayub da Costa.

84 2157/03 Ação de Cobrança- ARTUR LUX X LACÍ DO AMARAL INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL DO R. DESPACHO DE FLS.27: “Ante a petição de fls. 26, defiro a suspensão do feito até 29/12/04, findo o prazo, manifeste-se o requerente, independentemente de intimação.” Adv(s) Luiz Antônio Sartorio.

85 290/04 Ação de Cobrança- EDVAR CÉSAR CONTATO X JOEL EGEA PEREIRA INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.24: “Intime-se o credor a se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça. Não havendo bens penhoráveis indique-os no prazo de cinco dias sob pena de extinção, com fulcro no artigo 53, parágrafo 4º da Lei 9.099/95. ” Adv(s) Mário da Silva Guerra Filho.

86 1808/03 Ação de Execução- NELSON GUIDONI X ROGÉRIO FARINON ROSA INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.25: “Ante o retorno da Carta Precatória, manifeste-se o exequente em cinco dias” Adv(s) Aparecido Donizete Gomes.

87 1628/04 Ação Sumária de Cobrança- FERNANDO ZULIAN X MARIA APARECIDA NUCINI BRITO E ROSANA NUCINI BRITO INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.22: “Defiro o pedido de fl.19, para o fim de conferir o prazo de cinco dias à parte interessada para informar a este Juizado o atual endereço da reclamada ali mencionada, esclarecendo que sua inércia importará em extinção do processo” Adv(s) Luciana A. Tozatto de Almeida.

88 43/04 Execução de Título Extrajudicial- LANIER TADEU GARCIA DE PAULA X OZIRIS URIAS RIBEIRO INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.: “Intime-se a Advogada da parte exequente para especificar o bem que pretende ver penhorado (marca, modelo, cor e onde se encontra), no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, na forma do art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

89 1012/04 Execução de Título Extrajudicial- FUGANTI & FUGANTI LTDA-ME X CLAUDETE FERNANDES DE SOUZA INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DO R. DESPACHO DE FLS.24: “Defiro o pedido de suspensão, nos termos do art. 792 do Código de Processo Civil, até o dia 11 de setembro de 2005. Decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se a parte interessada em cinco dias, independentemente de nova intimação, com a advertência de que o decurso do prazo sem qualquer manifestação importará em extinção do feito.” Adv(s) Denise de Pinho Tavares Filla.

90 1046/04 Ação de Indenização por Dano Moral e Material- MICHELE SUREK CARDOSO X ASSOCIAÇÃO DOS FISCAIS FAZENDÁRIOS DO PARANÁ INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE PELO SEU PROCURADOR JUDICIAL, DA R. SENTENÇA DE FLS.41: “Tendo em vista que a parte requerente não compareceu à audiência, julgo extinta a presente Reclamação, sem o julgamento do mérito, consoante o disposto no artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno a parte requerente no pagamento das custas processuais, na forma do artigo 1º, alínea “b”, da Resolução nº 3, de 09 de abril de 1.999, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que trata da extinção motivada pelo não comparecimento do autor.” Adv(s) Mário da Silva Guerra Filho.

Paranavaí

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE PARANAVAÍ – PARANÁ
JUIZ DE DIREITO – DR. EMIL TOMÁS GONÇALVES - SECRETÁRIA – CRISTIANE DA SILVA VELOSO.
RELAÇÃO Nº 038/2004

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM
ADRIANO ANHÊ MORAN	20
ALANA MARCHAND RENAUD	27
ALCEU LUIZ PILLONETTO	07
ALDREY FABIANO AZEVEDO	12
ALÍCIO MALAVAZI	04
ANA ELISA VIEIRA NAVARRO	01
ANACLÉA VALÉRIA DE OLIVEIRA SCHWANKE	22
ANDERSON PIZZÓLIO LUCAS	09
ANTONIO MARCOS SOLERA	21
ARI DE SOUZA FREIRE	24
ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	09
ARNALDO T. SEGURA PEREIRA	03
BEATRIZ HELENA PEREIRA LEITE MASCARENHAS	02
CARLOS ANTONIO MAZZIN VANTINI	09
CIBELE NOGUEIRA DA ROCHA	17
EDILSON AVELAR SILVA	05
EDIVAL MURADOR	20
EDMAR JOSÉ CHAGAS	29
FÁBIO LUIS FRANCO	02
FÁBIO LUIS FRANCO	23, 28
FÁBIO VILELA EUZÉBIO	05
FERNANDA FERNANDES MIRANDA	15, 16
FREDERICO AUGUSTO TELES	18
GILSON JOSÉ DOS SANTOS	27
HAMILTON JOSÉ OLIVEIRA	25, 26
HÉLEN MARIA FERREIRA	13, 14
HERMETO BOTELHO NETO	08
ILDA DA CONCEIÇÃO PEREIRA MADEIRAS	27
JOÃO HENRIQUE ERNESTO DE ANDRADE	31
JUAREZ LOPES FRANÇA	06
JUNIOR CEZAR NUNES DE FREITAS	25
LAÉRCIO PEDRO DE OLIVEIRA	20
LAURI TRENTINI	04
LUIS GUILHERME PEGORARO	17
LUIZ A. HOAICK RODRIGUES	03
LUIZ ALCEU GOMES BETTEGA	13
LUZIMAR CIRÍACO DA SILVA	31
MARCELINO F. ALONSO TRUCILLO	17
MARCELO ADRIANO CAMPANER	15
MARCOS ANTONIO LUCAS DE LIMA	24
MARCOS JORGE CATALAN	12
MARCOS ROBERTO GOMES DA SILVA	15
MARIA LAURETE DE SOUZA CHAGAS	29
MARILEIDE MARCHI MORAES	23, 28
MÁRIO SERGIO GARCIA	33
MAYCOLN ROGÉRIO LEAL TRENTINI	04, 18
ORLANDO ALEXANDRINO	10
ORLANDO GONTIJO DE OLIVEIRA	02
OSCAR IVAN PRUX	20
OSVALDO BENEDITO BUNIOTTI	21
PATRÍCIA DE MOURA LEAL	06
PATRÍCIA DE MOURA LEAL	22
PATRÍCIA DE SOUZA FREIRE COSTA	24
PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	23, 28
PEDRO JOSÉ JORQUEIRA LAGO	09
RENATO BENVINDO FRATA	19, 30
RENATO LACROIX LEAL	10
ROBERTO NOBORU IAMAGURO	32
RODRIGO CARDOSO DE SOUZA	01, 09
ROGÉRIA DA SILVA GUEDES	18
ROMEU LUIZ BOGONI	18
SILVIA ROBERTA COSTA SEQUINEL	01
SUELI SANDRA AGOSTINHO RODRIGUES BOTTA	17
SUZY MARA BARBOSA CAPEL	11
TELSON JOSÉ FERNANDES	15, 16
VIVALDA SUELI BORGES CARNEIRO	04
WAGNER DE MELO VOLPATO	19, 30
WALDEMIR RONALDO CORRÊA	04
WILLIAM CEZAR DUARTE	20

01 – 184/01 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – MARINA FONSECA X EMBRATEL – EMPRESA BRASIL. TELECOMUNICAÇÕES – “1 – Atualize-se o débito (art. 52, II da Lei 9.099/95) – quanto ao pedido contraposto julgado procedente – e, em seguida, intime-se a parte condenada (autora) para, em 03 dias, cumprir voluntariamente a sentença, sob pena de execução forçada que, em se tratando de título judicial, prescinde da iniciativa da parte credora.... 2 – Não havendo cumprimento voluntário, inicie-se a execução, com expedição de mandado de penhora e intimação para embargos...”. ADV. DRA. SILVIA ROBERTA COSTA SEQUINEL. ADV. DR. RODRIGO CARDOSO DE SOUZA. ADV. DRA.ANA ELISA VIEIRA NAVARRO.
02 – 530/02 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – ORLANDO GONTIJO DE OLIVEIRA X DURATEX COMERCIAL EXPORTADORA S/A – “ Homologo o acordo a fls. 172. Arquivem-se”. ADV. DR. FÁBIO LUIS FRANCO. ADV. DRA. BEATRIZ HELENA PEREIRA LEITE MASCARENHAS. ADV. DR. ORLANDO GONTIJO DE OLIVEIRA.

03 – 532/02 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – JOSÉ RODRIGUES NOVAES SOBRINHO X ISSEI MAEZAWA – “Homologo a transação celebrada e, com fulcro no art. 794, II, do CPC, julgo extinta a presente execução. Sem custas e honorários. Oportunamente, arquivem-se”. ADV. DR. LUIZ A. HOAICK RODRIGUES. ADV. DR. ARNALDO T. SEGURA PEREIRA.

04 – 310/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – ANTONIO JOSÉ SOARES FUZARIO X DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA – “Manifestem-se as partes, no prazo comum de 05 dias, sobre o contido a fls. 171. Se nada for requerido, ao Ilmo Dr. Juiz Instrutor para prolação de sentença, dispensados memoriais das partes”. ADV. DR. MAYCOLN ROGÉRIO LEAL TRENTINI. ADV. DR. LAURI TRENTINI. ADV. DR. ALÍCIO MALAVAZI. ADV. DRA. VIVALDA SUELI BORGES CARNEIRO. ADV. DR. WALDEMIR RONALDO CORRÊA.

05 – 660/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – AILTON ANTUNES DA SILVA X HSBC BANK BRASIL S/A - Ao Recorrido (Autor) para manifestar-se, no prazo legal, sobre recurso de fls. 39/43. ADV. DR. EDILSON AVELAR SILVA. ADV. DR. FÁBIO VILELA EUZÉBIO.

06 – 721/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – ANTONIO DONIZETE RAMOS X BRASIL TELECOM S/A – Ao recorrido (Autor) para manifestar-se, no prazo legal, sobre recurso de fls.196 A 207. ADV. DR. JUAREZ LOPES FRANÇA. ADV. DRA. PATRÍCIA DE MOURA LEAL.

07 – 336/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO - JOSÉ ANTONIO ENOUT REIS NAVES X FRANCISCO CARLOS BISPO DOS SANTOS E OUTRA – “Com fulcro no art. 22, par. Único, combinado com o art. 41, ambos da lei 9.099/95, Homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes...Não havendo reclamação em 10 dias após o trânsito em julgado, arquivem-se”. ADV. DR. ALCEU LUIZ PILLONETTO.

08 – 582/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – ADÃO FERREIRA DA SILVA X FERNANDO SANTANA BARBOSA - “Com fulcro no art. 22, par. Único, combinado com o art. 41, ambos da lei 9.099/95, Homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes...Não havendo reclamação em 10 dias após o trânsito em julgado, arquivem-se”. ADV. DR. HERMETO BOTELHO NETO.

09 – 611/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – CLAUDIA VANESSA DOS SANTOS PEREIRA X VERA CRUZ SEGURADORA S/A – “... Posto isso, com fulcro no art. 51, caput, da Lei 9.099/95, combinado com o art. 267, VI do CPC, julgo extinto o processo sem apreciação de mérito, por carência de ação (ilegitimidade passiva para a causa). Sem custas... Autorizo a retirada de documentos originais que tenham sido juntados pelas partes, mediante recibo lavrado por termo nos autos. Oportunamente, arquivem-se”. ADV. DR. CARLOS ANTONIO MAZZIN VANTINI. ADV. DR. ARLINDO FERREIRA DE SOUZA. ADV. DR. RODRIGO CARDOSO DE SOUZA. ADV. DR. ANDERSON PIZZÓLIO LUCAS. ADV. DR. PEDRO JOSÉ JORQUEIRA LAGO.

10 – 632/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – VALDECY BERNARDINI DOS SANTOS X SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A – “Dê-se ciência aos interessados e se for o caso, ao Juiz Instrutor (retorno ofício a Fenaseg). ADV. DR. RENATO LACROIX LEAL. ADV. DR. ORLANDO ALEXANDRINO.

11 – PROCESSOS DE CONHECIMENTO: 666/04 - ROSÂNGELA CARVALHO CAPEL X BRASIL TELECOM S/A;
669/04 – REGINA MILANI MAJEVSKI X BRASIL TELECOM S/A;
670/04 – LUCINEIA VIANA OLIVEIRA GRANEIRO X BRASIL TELECOM S/A.
“I - Indefiro o requerimento de liminar, em caráter de antecipação de tutela, eis que, além de não se haver, por enquanto, grande probabilidade de êxito na demanda (probabilidade) – haja vista o princípio da manutenção da equação econômico-financeira, assegurado às hipóteses de concessão ou permissão para exploração de serviços públicos – há, a meu ver, perigo de irreversibilidade do provimento bem como ausência de perigo da demora (posto que há anos a parte autora vem pagando a referida denominada assinatura básica), o que impede a concessão da tutela antecipada (art. 273, par. 2º do CPC)...II – Cite-se e intimem-se, com as advertências legais... para audiência de conciliação, instrução e julgamento... a ser presidida por um dos ilustres Drs. Juízes Instrutores”. ADV. DRA. SUZY MARA BARBOSA CAPEL.

12 – 388/01 – PROCESSO DE EXECUÇÃO – VANIR GONÇALVES PINTO X ALPHA CLUB – “1 – oficie-se ao juízo deprecado solicitando, em 10 dias, informações sobre os autos em que se efetuou a penhora no rosto, inclusive se já é possível o levantamento da quantia penhorada (ou se, ainda, é litigioso o crédito). Indefiro o requerido a fls. 61-3 pelo exeqüente, haja vista que na execução por carta (art. 658 do CPC) é da competência funcional (e, portanto, absoluta) do juízo deprecado, decidir sobre a penhora e demais atos da execução. Assim, sem dúvida, não cabe a este juízo contrariar decisão daquele em relação ao momento em que se deva dar o pagamento ao credor (última fase da execução)...”. ADV. DR. MARCOS JORGE CATALAN. ADV. DR. ALDREY FABIANO AZEVEDO.

13 – 296/02 – PROCESSO DE CONHECIMENTO (EM EXECUÇÃO) – LUCIANO BARROS X ARAUCÁRIA A ADM. DE CONSÓRCIOS S/C LTDA – “Com fulcro no art. 794, II do CPC, julgo extinta a presente execução... sem custas e honorários... Oportunamente, arquivem-se...”. ADV. DRA HÉLEN MARIA FERREIRA. ADV. DR. LUIZ ALCEU GOMES BET

TEGA.

14 – 297/02 – PROCESSO DE CONHECIMENTO (EM EXECUÇÃO)– LUCIANO BARROS X CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA – "Indefiro o requerido a fls. 104-5, haja vista que não consta na carta precatória expedida (fls. 100) que haveria audiência de conciliação, posto que, embora não vedada por lei, é dispensável em se tratando de execução de título judicial. Oficie-se ao Juízo deprecado solicitando informações sobre o cumprimento da carta precatória..." ADV. DRA. HÉLEN MARIA FERREIRA.

15 – 372/02 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – NOEL DA SILVA JUNIOR X BRASIL TELECOM S/A – "Dê-se ciência às partes do retorno dos autos da E. Turma Recursal. Após, decorrido o prazo de 10 dias e nada sendo requerido, arquivem-se os autos...". ADV. DR. MARCOS ROBERTO GOMES DA SILVA. ADV. DR. MARCELO ADRIANO CAMPANER. ADV. DR. TELSON JOSE FERNANDES. ADV. DRA. FERNANDA FERNANDES MIRANDA.

16 – 567/02 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – CONDOMÍNIO RESIDENCIAAL DELTAVILLE X CARLOS DA COSTA FLORÊNCIO – "1. Homologo a respeitável decisão do ilustre Dr. Juiz Instrutor...", a seguir parcialmente transcrita: "... 1 – Os embargos não merecem ser acolhidos, porque intempestivos; 2 – Com efeito, a sentença foi prolatada em audiência de instrução e julgamento realizada em 03/02/04, onde as partes já saíram intimadas da mesma; 3 0 Na oportunidade o ora embargante se opôs à assinatura do termo, conforme certidão de fls. 83, mesmo estando presente ao ato...Assim, por todo o exposto, rejeito, pois, o recurso formulado de fls. 104/107...". ADV. DRA. FERNANDA FERNANDES MIRANDA. ADV. DR. TELSON JOSÉ FERNANDES.

17 – 313/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – RODRIGO LUIZ ZUANAZI X BANCO BRADESCO S/A – "1- Atualize-se o débito-R$ 484,10- (art. 52, II da Lei 9.099/95) e, em seguida, intime-se a parte ré para, em 03 dias, cumprir voluntariamente a sentença, sob pena de execução forçada que, em se tratando de título judicial, prescinde da iniciativa da parte credora...". ADV. DRA. SUELI SANDRA AGOSTINHO RODRIGUES BOTTA. ADV. DRA. CIBELE NOGUEIRA DA ROCHA. ADV. DR. MARCELINO F. ALONSO TRUCILLO. ADV. DR. LUIS GUILHERME PEGORARO.

18 – 323/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – JUCILENE EISING X LUPERCIO APARECIDO LOPES E OUTRA – "...3- Sendo tempestivos interposição e preparo do recurso, cumpra o disposto no art. 42, par. 2º da Lei 9.099/95. 4 -Decorrido o prazo para resposta, com ou sem ela, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal... 5- Extraia-se carta de sentença para execução provisória, se requerido…". ADV. DR.MAYCOLN ROGÉRIO LEAL TRENTINI. ADV. DRA. ROGÉRIA DA SILVA GUEDES. ADV. DR. ROMEU LUIZ BOGONI. ADV. DR. FREDERICO AUGUSTO TELES

19 – 445/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – ELCI PETERS X BANCO ITAÚ S/A – "... III – Ante o exposto, indefiro o requerimento de benefício retroativo de gratuidade formulado pelo Recorrente. Não satisfeito voluntariamente o pagamento das custas processuais (exceto as relativas do recurso em si) no prazo do art. 42, par. 1º da Lei 9.099/95 contado, excepcionalmente, da data e horário da ciência desta decisão, julgo deserto o recurso, devendo-se certificar o trânsito em julgado da sentença. Satisfeito o preparo no prazo legal, cumpra-se o determinado no par. 2º do art. 42, da Lei 9.099/95 e, em seguida remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. Mesmo se julgado deserto neste juízo, o recurso deve ser remetido à Turma Recursal, se requerido, posto que ao juízo de primeiro grau não é dado obstar a apreciação do juízo de admissibilidade pelo juízo de segundo grau". ADV. DR. RENATO BENVINDO FRATA. ADV. DRA. WAGNER DE MELO VOLPATO.

20 – 475/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – ALZIRA MIRANDA X VALDAR MÓVEIS e OUTRA–"1 – Homologo, com fulcro no art. 40 da Lei 9.099/95, a judiciosa sentença prolatada pelo Ilmo Dr. Juiz Instrutor...2 – Com supedâneo no mesmo dispositivo legal, altero, porém, somente a taxa de juros moratórios, tendo em vista que a partir de 12 de janeiro de 2003 (data de início da vigência da Lei 10.406, de 10-1-2002 – novo Código civil) os juros legais moratórios devem ser aplicados à taxa de 12 % ao ano, nos termos do art. 406 do novo Código Civil, combinado com o art. 161, par. 1º do CTN. Transitada em julgado, intimem-se os vencidos para cumprimento da decisão, em 48 horas, sob pena de execução forçada. 3 – Oportunamente, arquivem-se". Sentença a seguir parcialmente transcrita: "... diante de todo o exposto, julgo procedente o pedido inicial, condenando aos réus ao pagamento de R$ 1.530,00, valor esse correspondente a 5 vezes o valor levado a registro pelos demandados, a título de dano moral. Sobre o valor, deve incidir juros moratórios legais... De conseqüência, julgo extinto o processo com julgamento de mérito...". ADV. DR. LAÉRCIO PEDRO DE OLIVEIRA. ADV. DR. WILLIAM CEZAR DUARTE. ADV. DR. ADRIANO ANHÊ MORAN. ADV. DR. EDIVAL MURADOR. ADV. DR. OSCAR IVAN PRUX.

21 – 511/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – MARIO SCHARF X OSVALDO NOBREGA GONÇALVES - "1 – Homologo, com fulcro no art. 40 da Lei 9.099/95, a judiciosa sentença prolatada pela Ilma. Dra. Juíza Instrutora...2 – Com supedâneo no mesmo dispositivo legal, altero, porém, o dispositivo somente para explicitar os índices de correção monetária (média entre o INPC?IBGE e o IGD/DI, nos termos do Dec.1.544/95 e da Lei 9.069/95) e a taxa de juros moratórios, tendo em vista que a partir de 12 de janeiro de 2003 (data de início da vigência da Lei 10.406, de 10-1-2002 – novo Código civil) os juros legais moratórios devem ser aplicados à taxa de 12 % ao ano, nos termos do art. 406 do novo Código Civil, combinado com o art. 161, par. 1º do CTN. Transitada em julgado, intimem-se os vencidos para cumprimento da decisão, em 48 horas, sob pena de execução forçada. 3 – Oportunamente, arquivem-se". Sentença a seguir parcialmente transcrita: "... pelo exposto, julgo procedente o pedido do autor, nos termos do 186 e 927 do Código civil, condenando o réu ao pagamento pleiteado na inicial no valor de R$ 758,36, devidamente corrigidos nos termos da lei... Conseqüentemente julgo extinto o processo com julgamento de mérito... sem custas...". ADV. DR. OSVALDO BENEDITO BUNIOTTI. ADV. DR. ANTONIO MARCOS SOLERA.

22 – 545/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – VALMIR DE JESUS BERNARDI X BANCO ABN AMRO REAL S/A – Ao autor para, no prazo legal, manifestar-se sobre o Recurso Inominado às fls. 112-125. ADV. DRA. PATRÍCIA DE MOURA LEAL. ADV. DRA. ANACLÉA VALÉRIA DE OLIVEIRA SCHWANKE.

23 – 694/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – DIOMAR ROSA DOS SANTOS X BANCO BANESTADO S/A – "... III – Posto isso, conheço do recurso de embargos de declaração para, no mérito, dar-lhe provimento, ao fito de acrescentar à sua fundamentação que: A meu ver não tem razão o réu ao afirmar que a caderneta de poupança da autora, por ter aniversário posterior a 15 de janeiro de 1989, estaria submetida ao índice determinado pela lei 7.730/89, e não ao IPC. É que, pelo documento a fls. 16, sua conta foi aberta antes de 15/01/89, e somente em caso contrário é que não teria direito ao índice IPC. Nesse sentido... No mais, permanece a sentença como está...". ADV. DR. PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ. ADV. DRA. MARILEIDE MARCHI MORAES. ADV. DR. FÁBIO LUIS FRANCO.

24 – 630/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – MARIA LEILA LUCAS DE LIMA X JOSÉ LUIZ PICCININ – "... Pelo exposto, julgo procedente o pedido e condeno a parte Ré a pagar à parte Autora quantia equivalente a 15 salários mínimos, com correção monetária pelo INPC/IBGE e juros moratórios legais de 12% ao ano (art. 406 do Código Civil), ambos a partir da data do evento danoso (04/08/03). Sem custas e honorários. Após o trânsito em julgado, deve a parte ré cumprir a decisão em 48 horas, sob pena de execução forçada...". ADV. DR. MARCOS ANTONIO LUCAS DE LIMA. ADV. DR. ARI DE SOUZA FREIRE. ADV. DRA. PATRICIA DE SOUZA FREIRE COSTA.

25 – 677/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – HERMELINDA SANTANA E OUTROS X COPEL – "Dê-se ciência às partes do retorno dos autos da E. Turma Recursal. Após, decorrido o prazo de 10 dias e nada sendo requerido, arquivem-se os autos...". ADV. DR. JUNIOR CEZAR NUNES DE FREITAS. ADV. DR. HAMILTON JOSÉ OLIVEIRA.

26 – PROCESSOS DE CONHECIMENTO –
687/03 - LUIZ CARLOS JACOVOZI X COPEL;
744/03 – JOAQUIM CARDOSO PRATES X COPEL – "Dê-se ciência às partes do retorno dos autos da E. Turma Recursal. Após, decorrido o prazo de 10 dias e nada sendo requerido, arquivem-se os autos...". ADV. DR. HAMILTON JOSÉ OLIVEIRA.

27 – 711/03 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – DENILSON RODRIGUES FELIZARDO X CATSUMI SHIROSHIMA – "1. Homologo, com fulcro no art. 40 da Lei 9.099/95, a bem fundamentada sentença prolatada pelo Ilmo. Dr. Juiz Instrutor. 2. A justificativa de fls. 44-6 não pode ser acolhida, haja vista ser intempestiva bem como não idônea à comprovação da impossibilidade absoluta de comparecimento. Saliento, ainda, que o autor se encontrava intimado da data da audiência desde o dia 16/03/04, conforme termo a fls. 29. 3. Transitada esta em julgado, e pagas as custas e despesas processuais a que foi condenado o autor, autorizo a retirada de eventuais documentos originais por ele acostados aos autos, mediante recibo.. comunique-se ao Ofício Distribuidor para os fins do art. 28 do CPC. Oportunamente, arquivem-se". Sentença parcialmente transcrita: "... Julgo extinto o processo nos termos do art. 51, inciso 1º da Lei 9.099/95 e condeno a parte autora das custas processuais...". ADV. DR. GILSON JOSÉ DOS SANTOS. ADV. DRA. ALANA MARCHAND RENAUD. ADV. DRA. ILDA DA CONCEIÇÃO PEREIRA MADEIRAS.

28 – 114/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – JORGE DANIEL BRUNING X BANCO BANESTADO S/A – "1. Certificada a tempestividade da interposição e do preparo do recurso, cumpra-se o disposto no art. 42, par. 2º da Lei 9.099/95. 2. Decorrido o prazo para resposta, com ou sem ela, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal...". ADV. DR. PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ. ADV. DRA. MARILEIDE MARCHI MORAES. ADV. DR. FÁBIO LUIS FRANCO.

29 – 175/04 – PROCESSO DE EXECUÇÃO – MOHAMAD HUSSEIN JAHA X RIVALDO FREIRES DA SILVA – Ao Exeqüente para, no prazo legal, manifestar-se sobre nomeação de bens às fls. 20/22. ADV. DRA. MARIA LAURETE DE SOUZA CHAGAS. ADV. DR. EDMAR JOSÉ CHAGAS.

30 – 495/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – YANKEE CONFECÇÕES LTDA X ATUAL EMBALAGENS LTDA – "... Posto isso, julgo procedentes os pedidos formulados pela autora, com extinção do processo com apreciação de mérito (art. 269, I, do CPC), ao fito de: a) Decretar nulidade da duplicata emitida pela ré (emitente-endossante)contra a autora (sacada), a que se referem os documentos a fls. 09 e 10; b) Determinar o cancelamento do protesto a que se refere a certidão a fls. 10 (n. 699/04, de 14/07/04, do Ofício de protesto de títulos cuja titular é a Ilma Sra. Solange de Fátima Porto Machado, ressalvados os emolumentos devidos para cumprimento do mandado, nos termos do par. 4º do art. 26, da Lei 9.492/97 (Lei de Protesto de Títulos de Crédito); c) Condenar a ré a pagar à autora, a título de indenização por dano moral, importância equivalente a 05 vezes o valor da duplicada levada a protesto (R$ 792,50), com correção monetária e juros legais a partir da data do evento danoso – lavratura do protesto -, isto é, 09/06/04, conforme certidão a fls. 10.... Sem necessidade de se aguardar o trânsito em julgado desta, oficie-se ao Ofício de Protestos – COM URGÊNCIA – comunicando-se a determinação de imediato cancelamento do protesto... Deixo de condenar a parte ré ao pagamento de custas e honorários... Transitada esta em julgado, salvo manifestação em contrário da autora ou comprovação do cumprimento pela ré, em 05 dias, inicie-se a execução, observado o disposto no art. 52, II da Lei 9.099/95. Oportunamente, arquivem-se". ADV. DR. RENATO BENVINDO FRATA. ADV. DR. WAGNER DE MELO VOLPATO.

31 – 511/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – JOVELINA DE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE X SEBASTIÃO CESAR MOREIRA DIAS DAS NEVES – "Intime-se a autora para, no decêndio legal e sob pena de extinção, juntar certidão de propriedade imobiliária, posto que se trata de documentos essencial á propositura de ação reivindicatória...". ADV. DR. JOÃO HENRIQUE ERNESTO DE ANDRADE. ADV. DR. LUZIMAR CIRÍACO DA SILVA.

32 – PROCESSOS DE CONHECIMENTO –
749/04 – CECÍLIA KAZUKO IAMAGURO X BRASIL TELECOM S/A;
751/04 – MARCOS TERUO YAMAGUTO X BRASIL TELECOM S/A – "Intime-se o autor para, no prazo legal, emendar a petição inicial, sob pena de extinção, a fim de: - apresentar pedido mediato determinado (não se trata de hipótese em que se admite o pedido genérico – art. 14, par. 2º, da Lei 9.099/95 – haja vista que a extensão da obrigação depende apenas de cálculos e juros e correção monetária sobre os valores a serem restituídos), tendo em vista impossibilidade de prolação de sentença ilíquida (art. 38, par. Único, da Lei 9.099/95) bem como inexistência de processo de liquidação de sentença no âmbito do JEC; - corrigir o valor da causa conforme o pedido determinado; - instruir o pedido com as faturas de consumo de prestação de serviço telefônico devidamente quitadas, relativas a todo o período cuja restituição é pleiteada... – esclarecer as datas de início de vigência do contrato de objeto da lide; - informar que fatos exata e discriminadamente pretende sejam comprovados com a exibição de documentos ou, se não forem exibidos e for julgada ilegítima a recusa, pleiteia sejam considerados verdadeiros, nos termos dos arts. 356, I e II do CPC. Decorrido o decêndio legal, voltem conclusos". ADV. DR. ROBERTO NOBORU IAMAGURO.

33 – 792/04 – PROCESSO DE EXECUÇÃO – ILGA NIEHUES FERNANDES X NORBERTO JOSÉ MAFFER JUNIOR – "... Assim, intime-se a parte Exeqüente para, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento juntar aos autos o título executivo original, não sendo aceita fotocópia, ainda que esteja autenticada...". ADV. DR. MÁRIO SERGIO GARCIA.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE PARANAVAÍ – PARANÁ
JUIZ DE DIREITO – DR. EMIL TOMÁS GONÇALVES - SECRETÁRIA – CRISTIANE DA SILVA VELOSO.
RELAÇÃO Nº 039/2004

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM
ADILSON DE CASTRO JUNIOR	08
ADRIANA APARECIDA MARTINEZ	13
ALBERTO LUIZ P. FILHO	11
ALCEU LUIZ PILLONETTO	03
ALCIDES DOS SANTOS	04
ALCINDO DE SOUZA FRANCO	07
ANA ELISA VIEIRA NAVARRO	07
ANDERSON ROSSINI PEREIRA	02
ANDRÉ RICARDO FRANCO	05, 10
ANTONIO DE JESUS MORIGGI	12
ANTONIO MARCOS SOLERA	02
ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	08, 09, 13
CARLOS ANTONIO MAZZIN VANTINI	07, 08, 09, 13
EDSON JACINTO DA SILVA	04
ELTON FELIPE CARVALHO	12
FÁBIO LUIS FRANCO	05, 07, 10
LAÉRCIO PEDRO DE OLIVEIRA	04, 05, 06
LAURI TRENTINI	08, 09, 10
MAYCOLN ROGÉRIO LEAL TRENTINI	10
MOISÉS ANTÔNIO AGOSTINHO	01
NILSON GONÇALVES COSTA	03
RODRIGO CARDOSO DE SOUZA	08, 09, 13
SILVIA ROBERTA COSTA SEQUINEL	07
VIVIANE RAMAJO P. O. DESTRO	11
WILLIAM CEZAR DUARTE	04, 05

01 – 65/97 – PROCESSO DE EXECUÇÃO – JOSÉ REINALDO RODRIGUES X MARIA JÚLIA BRAGA – "... Ante o exposto, notifiquem-se os Srs. Oficial de Justiça e Depositário Público para, em 10 dias, informarem se os bens entregues estavam no mesmo estado em que foram penhorados e depositados ou, em caso contrário, se os danos verificados aparentam decorrer de má conservação pela depositária ou se são oriundos da deterioração natural. Sobre o alegado a fls. 53, bem como no contido nas informações acima determinadas, manifeste-se a executada, querendo, em 05 dias. Nesse mesmo prazo, manifeste-se o exeqüente sobre a informações dos Srs. Oficial de Justiça e Depositário Público". ADV. DR. MOISÉS ANTÔNIO AGOSTINHO.

02 – 086/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – APARECIDA IRENI DE CAMPOS FERRAREZI X GERALDA MOTA MORAES E OUTRO – "Homologo, com fulcro no art. 40 da Lei 9.099/95, a bem fundamentada sentença prolatada pelo (a) Ilmo (a) Instrutor (a). Transitada em julgado, deve a parte sucumbente cumprir a decisão em 48 horas, sob pena de execução forçada. Oportunamente, arquivem-se". Sentença parcialmente transcrita: "... Julgo procedente em todos os seus precisos termos a postulação da autora, para condenar os réus, no importe de R$ 5.330,00 a ser atualizado na forma da lei, pelo ato de reparação de dano ilícito. Por outro lado devidamente intimados de todos os termos processuais, não compareceram a predita audiência, pelo que decreto a revelia...Sem custas e honorários...". ADV. DR. ANTONIO MARCOS SOLERA. ADV. DR. ANDERSON ROSSINI PEREIRA.

03 – 127/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – MARIA ROSA PEREIRA DA SILVA X DIPASAL LTDA – "... Posto isso, julgo procedente o pedido, para condenar a ré a outorgar, em favor da autora, a escritura definitiva de compra e venda do imóvel objeto do feito, no prazo de 30 dias, sob pena de produzir esta decisão o mesmo efeito dessa escritura (arts. 639 e 641 do CPC0, através de inscrição, por mandado, a ser cumprido pelo Sr. Oficial de Registro de Imóveis, valendo como título aquisitivo do imóvel, satisfeitas as obrigações fiscais. Expeça-se mandado de averbação, se necessário. Sem custas e honorários. Oportunamente, arquivem-se...". ADV. DR. NILSON GONÇALVES COSTA. ADV. DR. ALCEU LUIZ PILLONETTO.

04 – PROCESSOS DE COM HECIMENTO:
286/04 – CLEVERSON ALBERTO LIMAS X RICARDO JOTA CHAB;
287/04 – ALDACIR ARAÚJO CHAVES X RICARDO JOTA CHAB – "Homologo, com fulcro no art. 40 da Lei 9.099/95, a bem fundamentada sentença prolatada pelo (a) Ilmo (a) Instrutor (a). Oportunamente, arquivem-se". Sentença parcialmente transcrita: "... Declaro, pois, o reconhecimento da incompetência absoluta deste Juizado, na forma da norma acima citada. Por conexão a de reconhecer também a extinção da ação proposta de cobrança, pelos mesmos fundamentos...". ADV. DR. WILLIAM CEZAR DUARTE. ADV. DR. EDSON JACINTO DA SILVA. ADV. DR. LAÉRCIO PEDRO DE OLIVEIRA. ADV. DR. ALCIDES DOS SANTOS.

05 – 292/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – MARIA APARECIDA DE SOUZA ZANNI X BANCO BANESTADO S/A – "... Posto isso, conheço do recurso de embargos de declaração para, no mérito, dar-lhe provimento, ao fito de declarar, o dispositivo, em consonância com a fundamentação contida a fls. 67, nos seguintes termos: Pelo exposto, considerando que as cadernetas de poupança da parte autora (conforme documentos a fls. 11-8) possuíam aniversário posterior a 15/01/89, julgo improcedente o pedido formulado na petição inicial. Sem custas e honorários... Após o trânsito em julgado, arquivem-se...". ADV. DR. FÁBIO LUIS FRANCO. ADV. DR. ANDRÉ RICARDO FRANCO. ADV. DR. LAÉRCIO PEDRO DE OLIVEIRA. ADV. DR. WILLIAM CEZAR DUARTE.

06 – 387/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – CLAUDINEY GONÇALVES CASADO X FRANCISCO JOSPE PONTES IVANTES – "... Posto isso, com base no art. 51, caput, da Lei 9.099/95, combinado com o art. 295, III e V, este do CPC, sendo caso de indeferimento da petição inicial, julgo o processo extinto sem apreciação de mérito, o que faço com fulcro, também, no art. 267, IV e VI do CPC, por carência de ação e ausência de pressuposto processual objetivo. Sem custas... Autorizo a retirada de documentos originais juntados pela parte autora – desde que transitada em julgado esta ou, renuncie expressamente ao direito de recorrer -, mediante recito lavrado nos autos...". ADV. DR. LAÉRCIO PEDRO DE OLIVEIRA.

07 – 548/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – ALUISIO ANTONIO MEYER X EMBRATEL LTDA – "1. DEFIRO o requerimento de reunião dos processos – desde que o outro também esteja em trâmite neste JEC ... A reunião, portanto, é conveniente para se evitar decisões conflitantes. 2. INDEFIRO o requerimento de requisição de histórico a respeito dos usuários da linha telefônica objeto da lide, perante a empresa "Telefônica", posto que tal informação, em princípio, pode ser obtida diretamente pela ré. 3. REJEITO a preliminar de ilegitimidade passiva para a causa, eis que, ainda que tenha ocorrido erro ou irregular contratação por parte da empresa de telefonia local, tendo a EMBRATEL – ora ré – promovido a inclusão dos dados cadastrais do autor no SCPC, não pode se escusar de responder por tal conduta se comprovada que indevida...ADV. DR. FÁBIO LUIS FRANCO. ADV. DR. ALCINDO DE SOUZA FRANCO. ADV. DRA. ANA ELISA VIEIRA NAVARRO. ADV. DRA. SILVIA ROBERTA COSTA SEQUINEL. ADV. DR. CARLOS ANTÔNIO MAZZIN VANTINI.

08 – PROCESSOS DE CONHECIMENTO:
564/04 - NADIR PIMENTA X VERA CRUZ SEGURADORA;
566/04 – IZILDA COSSATO BARATELLA X VERA CRUZ SEGURADORA S/A;
565/04 – MICHELE FABIANA FARIA X VERA CRUZ SEGURADORA;
569/04 – JOALDI JACINTO DE ALMEIDA E OUTRA X VERA CRUZ SEGURADORA S/A – "... Posto isso, com fulcro no art. 51, caput, da lei 9.099/95, combinado com o art. 267, VI do CPC, julgo extinto o processo sem apreciação de mérito, por carência de ação (ilegitimidade passiva para a causa). Sem custas... transitada em julgado – inclusive por renúncia expressa ao direito de recorrer... – autorizo a retirada de documentos originais pelas partes que a juntaram, mediante recibo... Oportunamente, arquivem-se...". ADV. DR. LAURI TRENTINI. ADV. DR. ADILSON DE CASTRO JUNIOR. ADV. DR. CARLOS ANTÔNIO MAZZIN VANTINI. ADV. DR. ARLINDO FERREIRA DE SOUZA. ADV. DR. RODRIGO CARDOSO DE SOUZA.

09 – 567/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – IVONE MARIA FERREIRA X VERA CRUZ SEGURADORA S/A – "... Posto isso, julgo procedente o pedido da autora, com conseqüente extinção do processo com apreciação de mérito (art.l 269, I, do CPC), ao fito de condenar a ré a indenizar àquela (beneficiária nos termos do art. 4º da Lei 6.194/74) a diferença não paga do valor devido a título de seguro obrigatório – DPVAT – por morte em acidente de trânsito, equivalente a 2,48 salários mínimos vigentes na data do pagamento (29/01/02 – R$ 180,00), isto é, R$ 446,40, importância esta que deve se acrescida de correção monetária e juros moratórios legais – conforme termo inicial, taxas e índices expostos na fundamentação – até a data do efetivo pagamento. Sem custas e honorários... transitada este em julgado, e não noticiado, em 03 dias, o cumprimento da decisão, inicie-se a execução...". ADV. DR. LAURI TRENTINI. ADV. DR. CARLOS ANTÔNIO MAZZIN VANTINI. ADV.

DR. ARLINDO FERREIRA DE SOUZA. ADV. DR. RODRIGO CARDOSO DE SOUZA.

10 – 600/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – ELIEZER AMÂNCIO DOS SANTOS X BANCO DO BRASIL S/A – "... Posto isso, com fulcro no art. 267, VIII do CPC, julgo extinto o processo sem apreciação de mérito, pela desistência da ação, manifestada no termo a fls. 30... condeno o autor ao pagamento das custas processuais e aos honorários advocatícios – fixados estes, com base no art. 20 do CPC, em 10% do valor do pedido, com correção monetária pela média entre o INPC/UBGE e o IGP/DI e juros moratórios legais de 12% ao ano, a partir da data da citação -, com base no art. 55, caput, da lei nº 9.099/95... OBS: novo pedido entre as mesmas partes deverá se submeter ao disposto no art. 268 do CPC, o que deverá ser certificado... Após o trânsito em julgado, e pagas as custas, autorizo eventual retirada de documentos originais juntados pelo autor, mediante recibo nos autos... Oportunamente, arquivem-se". ADV. DR. MAYCOLN ROGÉRIO LEAL TRENTINI. ADV. DR. LAURI TRENTINI. ADV. DR. FÁBIO LUIS FRANCO. ADV. DR. ANDRÉ RICARDO FRANCO.

11 – 635/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – SANDRA REGINA DIAS GONÇALVES X SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO -"Homologo, com fulcro no art. 40 da Lei 9.099/95, a bem fundamentada sentença prolatada pelo (a) Ilmo (a) Instrutor (a). Com supedâneo no mesmo dispositivo legal, altero, porém, o dispositivo somente para explicitar os índices de correção monetária (média entre o INPC/IBGE e o IGP/DI, nos termos do Dec. 1.544/95 e da Lei 9.099/95) e a taxa de juros moratórios, tendo em vista que a partir de 12 de janeiro de 2003 (data de início da vigência da Lei 10/406, de 10/01/02 – novo Código Civil) os juros legais moratórios devem ser aplicados à taxa de 12% ao ano, nos termos do art. 406 do novo Código Civil combinado com o art. 161, Par. 1º, do CTN. Transitada em julgado, intime-se o vencido para cumprimento da decisão em 48 horas, sob pena de execução forçada. Oportunamente, arquivem-se". Sentença parcialmente transcrita: "...Pelo exposto, decreto a revelia da ré e julgo procedente o pedido formulado pela autora, condenando a ré ao pagamento do valor de R$ 650,00, acrescidos de correção monetária e juros de mora a serem contados a partir da citação". ADV. DR. VIVIANE RAMAJO P. O. DESTRO. ADV. DR. ALBERTO LUIZ P. FILHO.

12 – 686/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – PAVPLAST IND. COM. DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA X BANCO BANESTADO S/A E OUTRO - "Homologo, com fulcro no art. 40 da Lei 9.099/95, a bem fundamentada sentença prolatada pelo (a) Ilmo (a) Instrutor (a). Transitada em julgado, arquivem-se". Sentença parcialmente transcrita: "...Desta forma, tendo em vista os argumentos ora apresentados, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, I, do CPC, c/c art. 51, II da Lei 9.099/95". ADV. DR. ELTON FELIPE CARVALHO. ADV. DR. ANTONIO DE JESUS MORIGGI.

13 – 699/04 – PROCESSO DE CONHECIMENTO – VIVIANE APARECIDA DE SIQUEIRA X SULINA SEGURADORA S/A -"... Posto isso, julgo procedente o pedido da autora, com conseqüente extinção do processo com apreciação de mérito (art.l 269, I, do CPC), ao fito de condenar a ré a indenizar àquela (beneficiária nos termos do art. 4º da Lei 6.194/74) a diferença não paga do valor devido a título de seguro obrigatório – DPVAT – por morte em acidente de trânsito, equivalente a 2,48 salários mínimos vigentes na data do pagamento (29/01/02 – R$ 180,00), isto é, R$ 446,40, importância esta que deve se acrescida de correção monetária e juros moratórios legais – conforme termo inicial, taxas e índices expostos na fundamentação – até a data do efetivo pagamento. Sem custas e honorários... transitada este em julgado, e não noticiado, em 03 dias, o cumprimento da decisão, inicie-se a execução...". ADV. DRA. ADRIANA APARECIDA MARTINEZ. ADV. DR. CARLOS ANTÔNIO MAZZIN VANTINI. ADV. DR. ARLINDO FERREIRA DE SOUZA. ADV. DR. RODRIGO CARDOSO DE SOUZA.

Poder Judiciário Federal

Justiça Eleitoral

P O R T A R I A Nº 012/2005

O DESEMBARGADOR MOACIR GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXVI, do Regimento Interno deste Tribunal, de conformidade com o disposto na Resolução nº 410/2002 – TRE de 09.05.2002 e na Resolução nº 415/2004-TRE de 01.04.2004 e o contido no protocolado nº 27.847/2004-TRE,

R E S O L V E

D E S I G N A R "PRO TEMPORE" o Doutor MARCIO GERON, Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos da Comarca de CAPANEMA, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, atender os serviços da 165ª Zona Eleitoral da Comarca de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, a contar de 04.12.2004, até a assunção do Juiz de Direito Titular ou Juiz Substituto da respectiva Seção Judiciária.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, aos 12 de janeiro de 2005.

a-Des.MOACIR GUIMARÃES
Presidente

Justiça do Trabalho

Varas do Trabalho da Capital

4ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 1/2005
PRAZO DE 20 DIAS.

Processo: 004 RT 22526 / 2002
Autor...: EDUARDO MELLO DE BARROS
Rés.....: ASPAC ASSES PARANAENSE COB EMPRESARIAL S/C LTDA. E OUTRO

O Doutor Rubens Edgard Tiemann, Juiz do Trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que se está intimando a ré ASPAC ASSESSORIA PARANAENSE COBRANÇA EMPRESARIAL S/C LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, para comparecer à audiência de instrução a ser realizada na 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita à Av. Vicente Machado, 400 - 8º piso - Curitiba PR, no dia 21.03.2005, às 14h, nos autos do processo supracitado, sob as penas da lei.
O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta Vara.

Curitiba, 07 de janeiro de 2005.

Divino Julian Rubens Edgard Tiemann
Diretor de Secretaria Juiz do Trabalho

4ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 184/2004
PRAZO DE 20 DIAS.

Processo: 004 RT 14393 / 2004
Autor...: JOSIAS FRANCISCO ROMANO
Réus.....: BOA COZINHA COMES E BEBES REFEICOES S/C LTDA
ANTONIO SERGIO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
GRACIOSA COUNTRY CLUBE

O Doutor Rubens Edgard Tiemann, Juiz do Trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que se está notificando o réu ANTONIO SERGIO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, atualmente em lugar incerto e não sabido, da propositura da ação supra e para comparecer à audiência a realizar-se no dia 07.03.2005, às 11h, na sala de audiências da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400, 8º piso, Curitiba-PR, quando poderão apresentar suas respostas, sendo-lhes facultado designar preposto, na forma prevista no § 1º, do art. 843, da CLT.
O inteiro teor da inicial se encontra à disposição, na Secretaria da Vara.
O não comparecimento importará revelia e confissão quanto à matéria de fato.
O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta Vara.

Curitiba, 16 de dezembro de 2004.

Divino Julian Rubens Edgard Tiemann
Diretor de Secretaria Juiz do Trabalho

4ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 2/2005

Processo: 004 CPE 02605 / 1998
Autor...: SÔNIA SOLANGE GOMES DA SILVA
Réu.....: LOCADORA CURITIBA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

O Doutor José Mario Kohler, Juiz do Trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que se está intimando os réus LOCADORA CURITIBA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA., JOÃO DE OLIVERIA FRANCO NETO, JOFF CONSTRUÇÃO CIVIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, JOFRAN VEÍCULOS LTDA e JOFN ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, atualmente em lugar incerto e não sabido, DE QUE FORAM DESIGNADOS OS DIAS 11.02.2005 e 04.03.2005, AS 10h, PARA A REALIZAÇÃO DE HASTA PUBLICA, E QUE ESTA SOMENTE SERA SUSPENSA COM A COMPROVAÇÃO TEMPESTIVA DO PAGAMENTO DE TODOS OS VALORES DEVIDOS NA EXECUÇÃO , INCLUSIVE DESPESAS PROCESSUAIS E HONORARIOS DE LEILOEIRO, BEM COMO DE QUE O PRAZO PARA OPOSIÇÃO DE QUAISQUER MEDIDAS CONTRA OS ATOS EXPROPRIATORIOS FLUIRÃO EM 5 DIAS APOS A HASTA, INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO E DE QUE PODERÃO REQUERER CERTIDÃO NEGATIVA DE VENDA, AO TERMINO DA HASTA, DIRETAMENTE AO LEILOEIRO. ENDEREÇO DO LEILOEIRO E DA HASTA PÚBLICA: RUA SYLVANO ALVES DA ROCHA, 262ª – CIC – CURITIBA - PR.
O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta Vara.

Curitiba, 13 de janeiro de 2005.

Divino JulianJosé Mário Kohler
Diretor de Secretaria Juiz do Trabalho

08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO, 400, 3º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00004-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0008-ET 000073-2001-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDUARDO MARTINIC SA
Réu: MARIA VILMA DE SOUZA POLAK
Advogado(s): ALCIR SPERANDIO-PR16751
INTIME-SE O EMBARGANTE PARA QUE, RECOLHA AS CUSTAS REFERENTE AO AGRAVO DE PETIÇÃO

PROCESSO TRT-PR 0008-CS 000156-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADILSON LEOPOLDINO
Réu: ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS-PR5435
JUSSARA OLIVEIRA LIMA KADRI-PR12382
SANDRA CALABRESE SIMAO-PR13271

I-Anote-se na autuação da reclamada Rede, a expressão "em liquidação".
II-Garantida a execução pelo depósito efetuada pela ALL América Logística (fls. 582), aguarde-se o prazo para interposição de embargos a execução.
III-Decorrido o prazo, sem apresentação do referido embargos, certifique-se e aguarde-se a baixa dos autos principais, dando ciência às partes.

PROCESSO TRT-PR 0008-CS 000354-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JORGE LUIZ DE OLIVEIRA
Réu: BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): NEI PEREIRA DE CARVALHO-PR17900
INTIME-SE O AUTOR A CONTRA-MINUTAR OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 000419-1989-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FATIMA TEREZINHA DE ALMEIDA PILONI
Réu: BRDE BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
Advogado(s): DALTON LEMKE-PR5594
JOSE LUCIO GLOMB-PR6838
VISTAS ÀS PARTES DAS ATUALIZAÇÕES EFETUADAS PELA SECRETARIA DA VARA

PROCESSO TRT-PR 0008-PS 000445-2002-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELISANGELA NATAR DE SOUZA SANTOS
Réu: A CASSIANE COMÉRCIO DE MASSAS LTDA
Advogado(s): MARIO CELSO BILEK-PR14903
MANIFESTE-SE O EXEQÜENTE, QUANTO A CERTIDÃO NEGATIVA DE FLS. 10 DA CPE, EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE FLS. 72

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 000619-1991-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE CARLOS GONCALVES
Réu: PAULO ROBERTO PALMEIRO FRANCO
SAR ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
TRANSPORTES ROD E TERRAPL DEMBICKI LTDA
Advogado(s): RUY GASTAO DE ANDRADE AZEVEDO-PR23287

Intime-se o executado para que informe, em cinco dias, o locativo onde se encontram os bens nomeados à penhora (fls.489), sob as penas do art.600, IV do CPC.

PROCESSO TRT-PR 0008-CS 000932-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDIONOR BRIGANO
Réu: BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
MANIESTE-SE A RECLAMADA QUANTO AOS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO CONTADOR

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 000984-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLINHOS DOMINGOS DE PAULA
Réu: INCOGAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
Advogado(s): CARLOS VANDERLEI MUHLSTEDT-PR16540

Primeiramente, cumpra-se o procurador de fls. 150, que cientificou o mandante da renúncia, nos termos do artigo 45 do CPC.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 001123-1991-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JESSE DE MARINS
Réu: ANTONIO FERNANDES DA CUNHA NETO
DER DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ENGEMIN ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA
JOSE ANTONIO URROZ LOPES
JUSSARA ALBINI SALGADO
ROGERIO PINTO MUNIZ
Advogado(s): GERALDO ROBERTO CORREA VAZ DA SILVA-PR5750

Por celeridade processual, proceda-se à consulta do locativo do sócio do executado junto aos convênios COPEL e DETRAN.
Positivo, repita-se o ato de fls.459.
Negativo, manifeste-se o exeqüente para requerer o que entender de direito, em dez dias.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 001544-1996-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VALDINEI APARECIDO DE MACEDO
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PRESTO LABOR ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PESSOAL LTDA
Advogado(s): JOSE LUCIO GLOMB-PR6838
ROGERIO MARTINS CAVALLI-PR13321

Digam às partes, no prazo de cinco dias, quanto ao certificado às fls. 686, bemo como para juntada, no mesmo prazo, das peças para reconstituição dos volumes faltantes.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 001562-2001-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARCIA REGINA VEZQUE DOS SANTOS
Réu: ROBERT BOSCH LTDA
Advogado(s): IVO HARRY CELLI JUNIOR-PR10229
INTIME-SE O AUTOR A CONTRA-MINUTAR A IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 001986-1990-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VALDIR FERREIRA DA SILVA
Réu: JOSE GOMES CORREIA
PARIS ADMINISTRACAO E CONSERVACAO S-C. LTDA.
Advogado(s): RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ-PR12867
MANIFESTE-SE O EXEQÜENTE, ACERCA DO CERTIFICADO ÀS FLS. 120, PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

PROCESSO TRT-PR 0008-PS 002587-2002-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FLAVIA RENATA GORI
Réu: FARMACIA COMENDADOR LTDA
FARMACIA OAK LTDA
Advogado(s): BABYTON PASETTI-PR27173
MANIFESTE-SE O EXEQÜENTE, ACERCA DO CERTIFICADO ÀS FLS. 103.

PROCESSO TRT-PR 0008-PS 003284-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIZ ROBERTO PINHEIRO
Réu: SOCIEDADE DAS LETRAS GRAFICA E EDITORA LTDA
Advogado(s): EDSON MASSARO POSTALLI-PR16715
MANIFESTE-SE O EXEQÜENTE SOBRE O CERTIFICADO ÀS FLS. 115

PROCESSO TRT-PR 0008-PS 003342-2002-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUCIMARA DE OLIVEIRA
Réu: VESTIN INDÚSTRIA DE VESTUARIO LTDA
Advogado(s): IVAN RIBAS-PR4394
MANIFESTE-SE O EXEQÜENTE ACERCA DO CERTIFICADO ÀS FLS. 77.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 003402-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GILSON VANELO
Réu: TAISS TEIXEIRA MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA (ME)
Advogado(s): ELENI APARECIDA DE OLIVEIRA MAURO-PR22671
MANIFESTE-SE O EXEQÜENTE ACERCA DO CERTIFICADO ÀS FLS. 195.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 003537-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VILMAR LUIZ VICENTIN
Réu: KAUAY OPERADORA TURISTICA LTDA
Advogado(s): GERALDO CARLOS DA SILVA-PR6631
MANIFESTE-SE O EXEQÜENTE ACERCA DO CERTIFICADO ÀS FLS. 59.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 004090-2001-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA VIRGINIA MELLO FRANCZAK
Réu: MASSA FALIDA HOSPITAL E MATERNIDADE VILA HAUER LTDA
Advogado(s): DANIELE LUCY LOPES DE SEHLI-PR22987

Aguarde-se por sessenta dias, após oficie-se reiterando o pedido de fls. 620.
Ciência ao exeqüente.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 004252-1998-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RAFAEL HAURELHUK
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): MOACYR FACHINELLO-PR18991
INTIME-SE A RÉ A CONTRA-MINUTAR A IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 004447-2000-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ISRAEL LUIZ KINDRASKI
Réu: SINDICATO ESTABELECIMENTOS SERV FUNERARIOS PR
Advogado(s): ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO-PR3625
JAIR APARECIDO AVANSI-PR18727

Prossiga-se a execução, designando-se leilão.
Intimem-se.

PROCESSO TRT-PR 0008-CS 004898-1999-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OSMANI PEICHARQUE
Réu: FERROVIA SUL ATLANTICO S-A
REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A (EM LIQUIDACAO)
Advogado(s): MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO-PR29015
INTIME-SE A 2ª RECLAMADA PARA JUNTADA DOS DOCUMENTOS FALTANTES REQUERIDOS PELO CONTADOR E RELACIONADOS PELO RECLAMANTE ÀS FLS. 541.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 005282-1997-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR

Autor: JURANDIR DIAS DE SOUZA
Réu: EDIFICACAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ENGTEX ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
JOSE LUIZ DE ALMEIDA TIZZOT
Advogado(s): VALTER PIOLOGO-PR19344
INTIME-SE O EXEQÜENTE PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006302-1998-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSSINI JOSE DE OLIVEIRA
Réu: TECMON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
Advogado(s): DOMICELA TRYBUS STANCZYK PAIOLA-PR14305

Previamente ao bloqueio de contas da executada junto ao convênio Bacen-Jud, necessária a citação da executada e-ou sócios, o que não ocorreu até a presente data.
Nesta esteira, informe o exeqüente o locativo para realização da citação, em dez dias.
Silente, retornem ao arquivo provisório.

PROCESSO TRT-PR 0008-PS 006304-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NELSI FERREIRA DOS SANTOS
Réu: CRISTINA GABARBO MARTINS MERCALDO
Advogado(s): CARLOS DELAI-PR20237
MANIFESTE-SE O EXEQÜENTE, QUANTO AO BEM NOMEADO A PENHORA PELA EXECUTADA.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006372-2002-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: AILTON APARECIDO MARCH
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): ISAIAS ZELA FILHO-PR8866
INDALECIO GOMES NETO-PR23465

Homologo o acordo, entabulado pelas partes às fls. 277-301, restritivamente em relação às verbas postuladas nestes autos, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, exceto quanto a discriminação de verbas, para as quais prevalece o constante da r.decisão, proporcionalmente, bem como termos ajustados nos autos PS 2054-2003 (cópia às fls.328-329).
Custas pelos reclamados, no importe de R$ 510,00, calculadas sobre o valor da transação (fls.334-349), que deverão ser comprovadas em DEZ DIAS.
O reclamado deverá comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias no mesmo prazo acima deferido.
Após, intime-se o INSS.
No silêncio, liberem-se ao reclamado os depósitos recursais de fls.186 e 243, expeçam-se os ofícios de praxe e arquivem-se os autos.
Ciência às partes.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006392-2002-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELZA ZOALDINA FELICIO
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): ISAIAS ZELA FILHO-PR8866
INDALECIO GOMES NETO-PR23465

Aguarde a juntada pelas partes da petição de acordo noticiada às fls. 258.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006513-1996-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO SERGIO RUAS PETRI
Réu: DIAGTEC TECNOLOGIA E SISTEMAS EM TELEINFORMATICA LTDA
Advogado(s): SUMAYA CHEDE CANSINI-PR18925

Vistas ao exeqüente, pelo prazo de dez dias, das informações de fls. 319, requerendo o que entender de direito.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006538-2000-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROBERTO GODOY DE LIMA
Réu: CONDOMINIO CONJUNTO RESIDENCIAL CAROLINA
Advogado(s): OLINTO ROBERTO TERRA-PR7574

Intime-se a procuradora do autor, favorecida na GR de fls.79, para agendamento da remessa da referida guia de retirada ao banco.
Feito e após a juntada aos autos da GR devidamente autenticada, arquivem-se, como já determinado às fls.117, III.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006746-2001-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MABEL DE OLIVEIRA CAMPOS
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
INTIME-SE A EXECUTADA PARA JUNTADA DOS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO CONTADOR

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006794-2002-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SALETE SUZANA BONAFINI
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): ISAIAS ZELA FILHO-PR8866
INDALECIO GOMES NETO-PR23465

Primeiramente, manifestem-se as partes acerca do demonstrativo de valores pagos ao reclamante SEBASTIÃO ASCENDINO DE ALMEIDA, porquanto não colacionado aos autos, em que pese o termo de transação judicial de fls.282.
Após, voltem conclusos.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006944-2000-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PEDRO PEREIRA MAIA JUNIOR
Réu: HSBC SEGUROS BRASIL S-A
Advogado(s): TOBIAS DE MACEDO-PR21667
INTIME-SE O EXECUTADO A COMPROVAR O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA AINDA DEVIDO, ACRESCIDO DE JUROS E MULTA, TENDO EM VISTA O VALOR DEVIDO CONFORME CÁLCULOS HOMOLOGADOS (FLS.616) É R$ 72.569,25, EM 30-11-2000, E FOI COMPROVADO ÀS FLS. 705 O RECOLHIMENTO DE R$ 63.028,30, SOB PENA DE SER UTILIZADO O DEPÓSITO EXISTENTE NOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 007097-2000-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: APARECIDA DE PAULA MARTINS
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
INTIME-SE O PROCURADOR DA EXEQÜENTE PARA QUE, NO PRAZO DE CINCO DIAS, INFORME O NÚMERO DO CPF DE SUA CONSTITUINTE.

PROCESSO TRT-PR 0008-PS 007396-2001-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE TADEU CORDOVA
Réu: JUCELIA REGINA BOJAN CUNHA
MARIA DE FATIMA MONTALDI MANTOVANELLI
SAR ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
Advogado(s): CELINA GALEB NITSCHKE-PR10467
INTIME-SE O RÉU PARA OS EFEITOS DO ART. 884 DA CLT

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 007518-2001-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RENATO MARQUES DE MORAES
Réu: FERNANDES HERNANDES & CIA LTDA
Advogado(s): ANTONIO CARLOS DOS SANTOS ROMAO-PR16427
SERGIO LUIZ DA ROCHA POMBO-PR18933
CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 111-112

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 008262-2000-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VICENTE LUIZ DA SILVA
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
INTIME-SE O AUTOR A CONTRA-MINUTAR O AGRAVO DE PETIÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 008283-2000-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO DE ANDRADE VIEIRA
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
INTIME-SE O AUTOR A CONTRA-MINUTAR O AGRAVO DE PETIÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 008284-2000-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANDREIA RIBEIRO DOS SANTOS
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
INTIME-SE O AUTOR A CONTRA-MINUTAR O AGRAVO DE PETIÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 008289-2000-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIA DA SILVA
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
INTIME-SE O PROCURADOR DA EXEQÜENTE, PARA QUE, INFORME O NÚMERO DO CPF DE SUA CONSTITUINTE.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 008331-2002-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARLI FURTADO
Réu: HOSPITAL E MATERNIDADE VILA HAUER LTDA
Advogado(s): JULIO MITSUO FUJIKI-PR29126
CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS. 125

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 008339-2000-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUCELIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
INTIME-SE O AUTOR A CONTRA-MINUTAR O AGRAVO DE PETIÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 008584-2000-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO GOMES DA SILVA
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
INTIME-SE O AUTOR A CONTRA-MINUTAR O AGRAVO DE PETIÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 008878-2000-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELIZABET RETHKA
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
INTIME-SE O AUTOR A CONTRA-MINUTAR O AGRAVO DE PETIÇÃO, QUERENDO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 010267-1999-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ARMANDO LUIZ BRAZ DA SILVA
Réu: MARCUS VINICIUS CHAVES DE OLIVEIRA
MV CHAVES DE OLIVEIRA & CIA LTDA
Advogado(s): DANIELA BRANDT SANTOS-PR26354
INTIME-SE O EXEQÜENTE PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 012159-2002-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDEMIR PEREIRA DOS SANTOS
Réu: ROYAL PALACE BINGO DIVERSOES LTDA
ROYAL PROMOCOES E EVENTOS E JOGOS LTDA
Advogado(s): PAULO ROBERTO MAGNABOSCO-PR21496
INTIME-SE O EXEQÜENTE PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 013100-2001-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO CORREIA NETTO
Réu: AGRO COMERCIAL MARANA LTDA
ANA MARLY FERREIRA DEVENS
COMERCIAL AGRICOLA UMBARA LTDA
JANDIR LUIZ DEVENS
JUACIR DEVENS
MARCELO LEANDRO DEVENS
Advogado(s): MARIO GREGORIO BARZ JUNIOR-PR30036

Incabível na Justiça do Trabalho a figura da exceção de pré-executividade.
Por não garantido o juízo até a presente data, indefiro o processamento.
Intimem-se.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 014038-2001-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SIDNEI DE OLIVEIRA TAVARES
Réu: BRASIL TELECOM S-A
IECSA GTA TELECOMUNICACOES LTDA
Advogado(s): ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE-PR8227
MARIA ISABEL BARTH COSTAMILAN-PR19468
ANANIAS CEZAR TEIXEIRA-PR25976
GR EXPEDIDA EM NOME DO AUTOR NOS AUTOS SUPRA

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 014728-1997-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE DOS SANTOS RAMOS
Réu: ELECTROLUX DO BRASIL S-A
Advogado(s): MIRIAM DE FATIMA KNOPIK-PR11616
MAURO JOSELITO BORDIN-PR15755
GR EXPEDIDA EM NOME DO AUTOR NOS AUTOS SUPRA

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018314-2000-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JULIO CESAR DA SILVA
Réu: SPAIPA S-A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Advogado(s): DARVIN FOCHT-PR18477
SIMONE FONSECA ESMANHOTTO-PR20934
GR EXPEDIDA EM NOME DO AUTOR, NOS AUTOS SUPRA

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018769-2001-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELISIA PEREIRA ROCHA
Réu: ASSOCIACAO DO DEFICIENTE MOTOR
Advogado(s): WALDEMAR PONTE DURA-PR12416
FERNANDA ANDREAZZA-PR22749
GR EXPEDIDA EM NOME DO AUTOR NOS AUTOS SUPRA

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018975-2002-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OSNI RIBEIRO FERREIRA
Réu: PAULO CESAR SOLL MACEDO
PAULO GENESIO MALICHESKI
Advogado(s): VALDOMIRO SANTIN-PR18272
SERGIO BATISTA HENRICHS-PR18459
GR EXPEDIDA EM NOME DO AUTOR NOS AUTOS SUPRA

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 029217-1998-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CEZAR AUGUSTO MORAES BOLZAN
Réu: CLUBE CURITIBANO
Advogado(s): MARCO ANTONIO MAIA CORREA-PR5011
GELSON AREND-PR9431
GR EXPEDIDA EM NOME DO AUTOR NOS AUTOS SUPRA

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 032654-1995-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MAURO NUNES
Réu: ROBERT BOSCH LTDA
Advogado(s): JOSE NAZARENO GOULART-PR10075
ALEXANDRE E. ROCHA-PR24495
GUIA DE RETIRADA EXPEDIDA EM NOME DO AUTOS, NOS AUTOS SUPRA

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-20776/2004, RT-20770/2004, RT-20759/2004, em que são reclamantes, respectivamente, JOSE FERREIRA PINTO, LUCIMAR DA SILVA TOLEDO, LAURINDO AMBROZINI CHIOSSI

VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 17 (dezessete) de março de 2005, das 13h00min às 13h10min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-20958/2004, RT-20965/2004, RT-21156/2004, RT-21158/2004, RT-20930/2004, em que são reclamantes, respectivamente, JOSÉ ROBERTO FERREIRA DE AGUIAR, ALFREDO RODRIGUES NETO, SILVIO RODRIGUES AGUIAR, JOSÉ VALDIR CORREA MACHADO e EDINA RIBEIRO DE CARVALHO MEDEIROS.

VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 31 (trinta e um) de março de 2005, das 13h00min às 13h20min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-20724/2004, RT-20682/2004, RT-20726/2004, RT-20888/2004, RT-20777/2004, RT-20818/2004, RT-20778/2004, em que são reclamantes, respectivamente, MARCELO LUIZ DUARTE DA SILVA, EUCLIDES FLORIANO, MIZAEL VIDAL DE PAULA, ADRIANO JOSÉ MOCELIN, LUIZ ADRIANE POMPEU DA SILVA, VALMIR ALVES e LUCIANO ROGÉRIO DE MELLO.
VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 21 (vinte e um) de março de 2005, das 13h05min às 13h35min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-20886/2004, RT-20781/2004, RT-20780/2004, RT-20779/2004, RT-20804/2004, RT-20803/2004, RT-20802/2004, RT-20801/2004, em que são reclamantes, respectivamente, ANDRÉ LUIZ GUIMARÃES, JOÃO CARLOS DOS SANTOS, MÁRCIO FERREIRA DAS NEVES, JOVENTINO CARLOS DOS SANTOS, GERSON JOSÉ PARANHOS, JOSÉ ODÁLIO DA SILVA, ALEX SANDRO DOS SANTOS e ADEMIR NUNES DE JESUS.
VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara

do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 29 (vinte e nove) de março de 2005, das 13h00min às 13h35min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-20887/2004, RT-20885/2004, RT-20812/2004, RT-20820/200, RT-20819/2004, RT-20792/2004, RT-20791/2004, RT-20793/2004, em que são reclamantes, respectivamente, NELSON MARTINS JUNIOR, JOÃO ANDRÉ FIORANI DE ALMEIDA, MARCIO POSSE FONSECA DUARTE, EVAIR JOSE HOFFMAN DOS SANTOS, MILTON CESAR MOREIRA, HAROLDO CRISTÓVÃO CARNEIRO, AGENOR FONSECA DOS SANTOS, FABIO CLAUBER DA SILVEIRA VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 30 (trinta) de março de 2005, das 13h00min às 13h40min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: PS-5713/2004, em que é reclamante, MAXCIONIR DE MAGALHÃES.
VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 3º andar, NC, para audiência UNA (relativa a reclamação em procedimento sumaríssimo constante de cópia existente em Secretaria), que será realizada no dia 03 (três) de fevereiro de 2005, às 17h00min**,** quando poderão apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhes facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. Nessa audiência deverão oferecer todas as provas que julgarem necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 2 (duas), que deverão ser trazidas independentemente de intimação, devendo a parte comprovar, por escrito, que foram convidadas, sob pena de ser indeferida a intimação das que deixarem de comparecer.
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-20911/2004, RT-20912/2004, RT-20910/2004, RT-20915/2004, RT-20909/2004, RT-20916/2004, RT-20913/2004, RT-21385/2004, RT-20917/2004, RT-20914/2004, em que são reclamantes, respectivamente, MARCO ANTONIO TRZECIAK, MARCELO APARECIDO CAMARGO, MARCELO ANGELO, GERSON PELISSER, ILVACIRIO MARTINS, JORGE PEREIRA, ADIR ROCHA ROSARIO, RICARDO DUARTE GUIMARÃES, AGRAS TEIXEIRA DE ARAÚJO, RAYMUNDO CELESTINO DOS SANTOS VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 02 (dois) de fevereiro de 2005, das 10h30min às 10h39min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: PS-5671/2004, em que é reclamante, ELIZEU AUGUSTO FERREIRA.
VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 3º andar, NC, para audiência UNA (relativa a reclamação em procedimento sumaríssimo constante de cópia existente em Secretaria), que será realizada no dia 01 (um) de fevereiro de 2005, às 16h50min**,** quando poderão apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhes facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. Nessa audiência deverão oferecer todas as provas que julgarem necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 2 (duas), que deverão ser trazidas independentemente de intimação, devendo a parte comprovar, por escrito, que foram convidadas, sob pena de ser indeferida a intimação das que deixarem de comparecer.
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO, 400, 2º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00001-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000033-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALEXANDRA ESTEVES BONFIM
Réu: COMPANHIA NACIONAL DE CALL CENTER
TIM TELEPAR CELULAR
Advogado(s): SANDRA CALABRESE SIMAO-PR13271
AIRTON JOSE MALAFAIA-PR19091
Foi interposto Recurso Ordinário pela parte contrária, podendo oferecer contra-razões no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-EAEJ 000042-2001-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JAQUELINE DO NASIMENTO ALCANTARA
Réu: PLOTARE BUREAU DE SERVICOS E COMPUTACAO GRAFICA E PLOTAGEM LTDA
Advogado(s): ALCEU MARCZYNSKI-PR21143
Foram designados os dias 04 E 18.02.2005, ÀS 14 HORAS, à Rua Jacarezinho, 1257, P. B. castro Leilões, para realização de PRAÇA-LEILÃO dos bens penhorados nos autos supra, ficando o V. Sa. cientificado de que o prazo para apresentação de embargos ou recursos, fluirão CINCO DIAS após as datas designadas para praça e leilão, independente de intimação.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000308-2002-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IVANETE FERREIRA BUENO
Réu: BANSERVIS S-C LTDA
ESTADO DO PARANA (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO)
Advogado(s): DENISE FILIPPETTO-PR17946
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do executado, para a devida citação.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000461-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDINEI JOSE DA SILVA
Réu: ELECTROLUX DO BRASIL S-A
SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTACAO DE MERCADORIAS EM GERAL DE CURITIBA
Advogado(s): RAIMUNDO FIRMINO DOS SANTOS-PR18924
EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-PR19471
ELOA DOS SANTOS MARQUES-PR32048
... o Juízo HOMOLOGA a conciliação nos estritos termos da petição juntada. O silêncio da parte autora em cinco dias, contados do vencimento, presumirá o adimplemento da obrigação. Custas pelo autor, dispensadas. Defere-se o desentranhamento dos documentos jutnados, mediante recibo nos autos. As re´s comprovarão os recolhimentos previdenciários até 30 dias do pagamento da última parcela doa cordo, inclusive quanto a parte do autor, sob pena de execução.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000861-2003-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDIA BEVILAQUA
Réu: MIMOS E DENGOS
Advogado(s): LUIZ DIAS-PR9878
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do executado, para a devida citação.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000932-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADEIDES PINTO DE SOUZA
Réu: PORT SERV SERVICOS TERCERIZADOS LTDA (ME)
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
Depositar a CTPS da autora para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000933-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSELI DE LARA
Réu: PORT SERV SERVICOS TERCERIZADOS LTDA (ME)
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
Depositar a CTPS da autora para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000934-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSELI DE FATIMA RODRIGUES D´OLIVEIRA
Réu: PORT SERV SERVICOS TERCERIZADOS LTDA (ME)
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ALEXANDRE NISHIMURA-PR28471
Depositar a CTPS da autora para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000936-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JANETE TERESINHA GONCALVES
Réu: PORT SERV SERVICOS TERCERIZADOS LTDA (ME)
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
Depositar a CTPS da autora para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000959-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LEONOR WOITKIV
Réu: PORT SERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA (ME)
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
Depositar a CTPS da autora para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000960-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ISABEL MARTINS DE LIMA SIQUEIRA
Réu: PORT SERV SERVICOS TERCERIZADOS LTDA (ME)
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
Depositar a CTPS da autora para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000961-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADRIENE PINTO DE SOUZA
Réu: PORT SERV SERVICOS TERCERIZADOS LTDA (ME)
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
Depositar a CTPS da autora para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 001121-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADRIANA PEREIRA
Réu: AKICALCE CALCADOS LTDA
Advogado(s): MARCIUS FONTOURA LASS-PR21471
ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO-PR27120
Encontra-se a disposição da autora, junto à CEF, guia de retirada n.470301-2004 e à disposição da ré, guia n. 470370-2004, para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001269-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GERSON LUIZ PACHALA
Réu: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
SENFF PARATI S-A
Advogado(s): MARCO ANTONIO PEIXOTO-PR26913
ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO-PR29192
Foi interposto Recurso Ordinário pela parte contrária, podendo oferecer contra-razões no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-CPE 001843-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RONALDO BITTENCOURT COMASSETO
Réu: REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A (EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL)
Advogado(s): JOEL BERTO-PR25055
Quitar o débito, em CINCO DIAS, sob pena de os bens penhorados irem à hasta pública, ocasião em que serão acrescidas as despesas para tanto. No silêncio, prossiga-se com a hasta pública dos bens penhorados.

PROCESSO TRT-PR 0014-CPE 001846-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JULIO CESAR DA SILVA ARAUJO
Réu: REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A (EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL)
Advogado(s): JOEL BERTO-PR25055
Quitar o débito, em CINCO DIAS, sob pena de os bens penhorados irem à hasta pública, ocasião em que serão acrescidas as despesas para tanto. No silêncio, prossiga-se com a hasta pública dos bens penhorados.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 002214-2003-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GERALDO FRANCISCO MINIKOVSKI
Réu: SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA
Advogado(s): ANA BEATRIZ RAMALHO DE OLIVEIRA-PR23010
ADIA-SE o encerramento da instrução para o dia 24.02.2005, às 08h22min.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 002390-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALVINO KRAUS
Réu: VALDECIR MORAES
Advogado(s): JOSE ANTONIO LEYTON DUCHEN-PR19764
Intime-se o autor a esclarecer se sua CTPS foi entregue, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 002435-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDUARDO FERRARI
Réu: BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
Foi interposto Recurso Ordinário pela parte contrária, podendo oferecer contra-razões no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 002885-2001-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DORIVAL FERREIRA JUNIOR
Réu: MCE REPRESENTACOES E RECURSOS HUMANOS LTDA
Advogado(s): PAULO ROBERTO PEREIRA-PR21468
Indefere-se a expedição de ofício à Receita Federal... Indicar bens passíveis de penhora, em DEZ DIAS, sob pena de arquivamento provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003116-2003-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANDREIA MESSIAS DE SOUZA
Réu: SUDCOOP COOPERATIVA CENTRAL AGROPECUARIA SUDOESTE
Advogado(s): JOAO BATISTA MENDES LUSTOSA-PR18212
MAURO HERZOG-PR29424
Vistas às partes pelo prazo sucessivo de DEZ DIAS. Autor: 19 a 28-01-2005. Réu: 31-01 a 10-02-2005.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003127-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JUNIOR HENRIQUE PEDRO
Réu: CAPITAL LIMPEZA E CONSERVACAO S-C LTDA
ESTADO DO PARANA (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO)
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
MARIA JOSEANE FRONCZAK DA CUNHA-PR23039
Foi interposto Recurso Ordinário pelo Estado do Paraná, podendo oferecer contra-razões no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 003294-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SUELI STEIGER DA SILVA
Réu: ANA MARIA DA SILVA PETLA (ME)
Advogado(s): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-PR18715
ADEMIR DA SILVA-PR25410
... O juízo HOMOLOGA o acordo de fls., nos estritos termos da petição juntada. O silêncio da parte autora em 05 dias, contados do vencimento, presumirá o adimplemento da obrigação. Custas pelo autor dispensadas. Defere-se o desentranhamento dos documentos jutnados pelas partes. A reclamada comprovará os recolhimentos previdenciários até 30 dias do pagamento da última parcela do acordo, inclusive quanto a parte da autora, sob pena de execução. Cumprido, arquivem-se.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003498-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CELSO SIDINEI GIRARDI
Réu: AURORA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S-A (EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL)
HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
PIRES SERVICOS DE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Advogado(s): PAULO ROGERIO DE MOURA E CLARO-PR13625
LUIZ CLAUDIO CORDEIRO BISCAIA-PR17982
TOBIAS DE MACEDO-PR21667
Foi interposto Recurso Ordinário pelo autor, podendo oferecer contra-razões no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 003871-2001-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO SERGIO REDIVO
Réu: JOSE MARIANO DE TOLEDO COSTA FILHO

Advogado(s): JOAO HORTMANN-PR6277
ROBSON ADRIANO DE OLIVEIRA-PR28228
Foram designados os dias 04.02.2005 e 18.02.2005, às 14:00 horas, à Rua Jacarezinho, 1257, P. B. castro Leilões, para realização de PRAÇA-LEILÃO dos bens penhorados nos autos supra, ficando V. Sa. cientificado de que o prazo para apresentação de embargos ou recursos, fluirão CINCO DIAS após as datas designadas para praça e leilão, independente de intimação.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 003901-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GILMAR DOS SANTOS
Réu: DANIELE M BCHARA
NATERCIA RODRIGUES BCHARA
Advogado(s): IRIA REGINA MARCHIORI-PR12239
Intime-se a executada para os fins do art. 884 da CLT.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 004827-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLEVERSON ANTONIO DE CASTRO
Réu: BRASIL TELECOM S-A
IECSA GTA ENGENHARIA E TELECOMUNICACOES LTDA
RDF SERVICOS DE CONSTRUCAO E INSTALACAO DE REDE TELEFONICA LTDA
Advogado(s): RITA DE CASSIA DA CUNHA-PR22893
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço da PRIMEIRA réclamada, para a devida intimação, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito sem exame do mérito.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 004867-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO ROBERTO DE ANDRADE
Réu: METROPOLITANA VIGILANCIA COMERCIAL E INDÚSTRIAL LTDA
Advogado(s): LAMARTINE BRAGA CORTES FILHO-PR9352
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, guia de retirada n. 493165-2004, para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 004945-2002-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LAMARTINE SANDER CRUZ DOS SANTOS
Réu: BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
TEOFILO LUIZ DOS SANTOS NETO-PR21504
HOMOLOGO o acordo de fls.. O silêncio da parte autora em 05 DIAS, presumir-se-á cumprido o acordo. Custas (2% sobre o valor do acordo) e demais despesas pela reclamada, que deverão ser pagas em cinco dias, sob pena de execução. Eventuais valores já recolhidos deverão ser abatidos. Não há valores devidos a título de contribuição previdenciária, diante do caráter indenizatório das parcelas declaradas. Cumprido, arquivem-se, liberando-se à ré o depósito recursal.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 005360-2001-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE NILSO DA SILVA
Réu: VITTZER ENGENHARIA MONTAGENS E FISCALIZACAO LTDA
Advogado(s): MARCOS ANTONIO J SILIO-PR14404
Apresentar, em 10 DIAS, sob pena de arquivamento provisório, os endereços dos sócios para a intimação do despacho de fl. 126.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 005453-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LEANDRO MARTINS
Réu: MERCEARIA TUDO AZUL LTDA
Advogado(s): MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA-PR33041
Considerando que a presente demanda enquadra-se no Procedimento Sumaríssimo e que não foi cumprido o disposto no artigo 852B, I, CLT, extingue-se o feito sem exame do mérito, determinando-se o arquivamento dos autos. Custas pelo autor, dispensadas. Defere-se o desentranhamento dos documentos juntados.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 005510-2003-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: TACITO ROBERTO APOLONIO
Réu: COLOMBO MAINETTI & CIA LTDA
Advogado(s): DALTON LEMKE-PR5594
MARCO ANTONIO ANDRAUS-PR26193
Foi designada audiência para oitiva da testemunha Denise REgina, junto à Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, para o dia 18.04.2005, às 10h30min.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 005693-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDER BONIFACIO
Réu: FABRICA BAR LTDA
Advogado(s): CRISTY HADDAD FIGUEIRA-PR24621
Engana-se o exequente, pois o despacho de fl. 67 é claro ao afirmar que o executado deve ser citado e que restou indeferido o pedido do exequente, restando, por óbvio, rejeitado o pedido de que seja considerada citada a executada.Arquivem-se, provisoriamente.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 005925-2003-(2 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO XAVIER DA MOTA
Réu: ALTAIR BARBOSA DE SOUZA & CIA LTDA
GERO ENGENHARIA E GERENCIAMENTO
Advogado(s): NEWTON WALDIR BERGAMO-PR22630
Apresentar a CTPS do autor, em 48 HORAS, para as devidas retificações.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 005928-2002-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADRIANE SZPATOWSKI SCHMIDLIN
Réu: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CURITIBA
Advogado(s): JAN SZPATOWSKI-PR5253
VALDIR NUNES PALMEIRA-PR29393
Foi interposto Recurso Ordinário pela parte contrária, podendo oferecer contra-razões no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 006214-2002-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALEXANDRA DE LIMA
Réu: RAINBOW DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Advogado(s): ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR-PR17699
Foram designados os dias 04.02.2005 e 18.02.2005, às 14:00 horas, à Rua Jacarezinho, 1257, P. B. castro Leilões, para realização de PRAÇA-LEILÃO dos bens penhorados nos autos supra, ficando V. Sa. cientificado de que o prazo para apresentação de embargos ou recursos, fluirão CINCO DIAS após as datas designadas para praça e leilão, independente de intimação.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 006696-2003-(2 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: APARECIDA GONCALVES
Réu: MAURICIO ROBERTO DE OLIVEIRA
ZELI ODETE DE OLIVEIRA
Advogado(s): MAGDA REJANE CRUZ SANTOS-PR17910
Apresentar a CTPS da autora, em 48 HORAS, para as devidas anotações.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 006740-2000-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SERGIO DE LUCAS
Réu: INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
LIMPTEC SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): MARCUS ELY SOARES DOS REIS-PR20777
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, posto desta justiça, guia de retirada para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 006892-2001-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: REGINA HELENA RIBEIRO
Réu: DENISE MARIA GAISSLER MOREIRA
Advogado(s): MARICLEA DO ROCIO SANTOS-PR13209
Encontra-se a disposição da reclamada, junto à CEF, posto desta justiça, guia de retirada n. 500311-2004, para levantamento de valores (R$ 394,39).

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 007106-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LEOCADIO JOSE FERREIRA MAGALHAES
Réu: BUCK ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS LTDA
PLENAVENTURA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
Advogado(s): LUIZ ANTONIO ABAGGE-PR12613
JAIRO LOPES DE OLIVEIRA-PR13803
PAULO VALTAIR RIBAS DA CRUZ-PR21483
TOTALMENTE PROCEDENTES os embargos de declaração opostos pela primeira ré.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 007343-2001-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LINEU GOMES DE BARROS
Réu: GUILHERME FRANCISCO MELLO MEIRELLES
PRE ESCOLA PRIMEIRA INFANCIA S-C LTDA
Advogado(s): JOAQUIM TRAMUJAS NETO-PR25447
Indefiro a expedição do ofício requerido pelo exequente, devendo a própria parte alegar sua condição financeira junto a tal órgão. Reporto-me ao despacho de fl.94, parte final.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 007498-1999-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SAULO SIRLANO FIGUEIRA
Réu: INDÚSTRIA DE TUBOS PINHAIS LTDA
Advogado(s): WALDOMIRO FERREIRA FILHO-PR5961
ALAISIS FERREIRA LOPES-PR12129

HOMOLOGO o acordo de fls. Custas e demais despesas já apuradas, pela reclamada, que deverão ser pagas em cinco dias (inclusive contribuições previdenciárias), sob pena de prosseguimento da execução.Cumprido, arquivem-se, liberando-se .eventuais penhoras.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 007674-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSANGELA DOS SANTOS GUIMARAES
Réu: EDSON LUIZ GOMES DA SILVA
Advogado(s): SUMAYA CHEDE CANSINI-PR18925
Depositar a CTPS da autora para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 007691-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DONIZETE PEREIRA DA MOTTA
Réu: TI BRASIL IND E COM LTDA
Advogado(s): IVAIR CARLOS DA SILVA-PR19838
OSNIR MAYER-PR22584
O juízo HOMOLOGA a conciliação nos estritos termos da petição juntada. O silêncio da parte autora em 05 DIAS, contados do vencimento, presumirá o adimplemento da obrigação. Custas pela RECLAMADA, no importe de R$ 805,00, que deverão ser recolhidas em 05 DIAS, com comprovação nos autos. Defere-se o desentranhamento dos documentos juntados pelas partes. A ré comprovará os recolhimentos previdenciários até 30 dias do pagamento da última parcela do acordo, inclusive quanto a parte do autor, sob pena de execução. Cumprido, arquivem-se.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 007716-1998-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO PYPCAK
Réu: CELSO ROBERTO NOVAKOWSKI
CESAR ROGERIO NOVAKOWSKI
DICENTER DISTRIBUIDORA CENTRAL DE ARMARINHOS LTDA
Advogado(s): RODRIGO BROWN DE OLIVEIRA-PR21774
Indicar bens passíveis de penhora, em DEZ DIAS, sob pena de arquivamento provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 008020-2001-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SIDNEY CIPRIANO DA SILVA
Réu: ALFA GESSO DECORACOES
Advogado(s): AGOSTINHO BONIN JUNIOR-PR8341

Indicar bens passíveis de penhora, em DEZ DIAS, sob pena de arquivamento provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 009169-2001-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: WALDIR VITALIS
Réu: PANAISA AGROINDÚSTRIAL S-A
Advogado(s): LOURIVAL BARAO MARQUES-PR9109
Indefere-se a expedição de ofício à Receita Federal... Reporto-me ao despacho de fls. 221, item 2.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 011327-2002-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VERA LUCIA TAQUES ZATTAR
Réu: BANCO DO ESTADO DO PARANA S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-PR6405
ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
Foi designado o dia 22.02.2005, às 10:00 horas, para instalação dos trabalhos periciais com visita ao setor de recursos humanos do réu, sito à rua Carlos de Carvalho, 603, 1o. andar, nesta capital.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 012074-1997-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANGELA APARECIDA PACHECO VEIGA
Réu: INDÚSTRIA DE LA E PALHA DE ACO SOFIA LTDA
Advogado(s): RODRIGO GUIMARAES-PR21748
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do executado, sob pena de arquivamento provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 014051-2003-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VITORIO MARAFON JUNIOR
Réu: BLACKAUT BAR E RESTAURANTE LTDA
Advogado(s): RANKA DIRIANGEM SANDINO DA GAMA-PR18541
Intime-se o executado de que se não houver remição da execução, em 10 DIAS, será designada hasta pública, sendo que a partir de então, serão agregadas despesas à conta eral, especialmente despesas de remoção e honorários do leiloeiro.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 014663-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALCEU BONETTO
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): CIRO CECCATTO-PR11852
MAURICIO GOMES DA SILVA-PR13409
... corrige-se de ofício, erro material verificado no termo de audiencia de fl. 124, onde constou: foram apregoados os litigantes Ivaldo Cavallari e outros (7) reclamantes, deveria ter constado: foram apregoados os litigantes Alceu Bonetto e outros (7) reclamantes.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 016752-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MENOR RICARDO MASSOLIN
Réu: MARIA DA GRACA DUARTE
NELSON DUARTE
PRETY CABELEIREIROS LTDA
Advogado(s): ARNOLDO DA SILVA FILHO-PR25720
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço das reclamadas, para a devida intimação, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 017028-2002-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE LUIZ DO ROSARIO
Réu: UNILEVER BESTFOODS BRASIL LTDA
Advogado(s): NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO-PR20218
Em que pese o item 2 do acordo, esclareçam as partes se mantêm o pedido de homologação do acordo noticiado, eis que este juízo não homologará o não reconhecimento do vínculo empregatício, diante do teor da sentença de fls. 315-326. Prazo de 10 DIAS. No silêncio das partes, decorrido o prazo supra, os autos serão remetidos ao TRT para prosseguimento, na forma do item 2 do acordo (fl.416).

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 017129-2001-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARCIO JOSE MATOSO DE LARA
Réu: NOVA PORTUGUESA SISTEMAS DE TERCEIRIZACAO LTDA
VICTOR TREVISAN JUNIOR
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA-PR9759
Indicar bens passíveis de penhora, em DEZ DIAS, sob pena de arquivamento provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 017737-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE GAUDINO DA SILVA
Réu: SIDMAR ELETRO LTDA (ME)
Advogado(s): JOSE INACIO COSTA FILHO-PR13715
Defere-se a emenda à inicial, devendo apresentar cópia da emenda para intimação da reclamada.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 017832-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO CESAR FERRELLI JUNIOR
Réu: LUSSEM CARGAS E ENCOMENDAS LTDA (ME)
PLUMA CONFORTO E TURISMO S-A
Advogado(s): JOAOZINHO SANTANA-PR23034
Emendar a inicial, em 10 DIAS, apresentando o competente instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 018019-2004-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIZ EDUARDO DE ARAUJO CINTRA CARPINELLI
Réu: BANCO SANTOS S-A
Advogado(s): RAFAEL FADEL BRAZ-PR23014
A audiência anteriormente designada para o dia 21.07.05, foi ANTECIPADA para o dia 17-02-2005, às 10h15min, mantidas as cominações legais.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 018785-2001-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIZ CESAR GONZALES
Réu: MONSENHOR FAST GRILL LTDA
NOVA AURORA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Advogado(s): JEFFERSON LUIZ TRYBUS-PR21670
Para a consulta junto ao Bacen da empresa Monsenhor Fast Grill Ltda., deverá o exequente informar o correto número do CNPJ, noprzo de 10 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 018948-2002-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOACIR MACHADO DE CASTRO
Réu: SIEMENS LTDA
Advogado(s): ALAISIS FERREIRA LOPES-PR12129
DJALMA LUIZ VIEIRA FILHO-PR18231

HOMOLOGO o acordo de fls. Custas (2% sobre o valor do acordo) e demais despesas processuais pela reclamada, que deverão ser pagas em cinco dias, sob pena de prosseguimento da execução. Os valores já recolhidos às fls. 1148 deverão ser abatidos. Cumprido, arquivem-se, liberando-se à ré o depósito recursal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 019175-1999-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EUZA APARECIDA ORTIZ
Réu: LAMISUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAMINAS LTDA
Advogado(s): KATIA REGINA ROCHA RAMOS-PR21481
TOBIAS DE MACEDO-PR21667
Vistas às partes, pelo prazo de 05 DIAS. Autor: 19 a 24.01.05-Réu: 25 a 31.01.05.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 019347-2002-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OSMAIR LUIZ PEREIRA
Réu: DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA PANARELLO LTDA
Advogado(s): ANANIAS CEZAR TEIXEIRA-PR25976
Vistas dos cálculos de liquidação à parte contrária para manifestação, em DEZ DIAS, sendo que em caso de divergência deverá apresentar os seus cálculos. No mesmo prazo, poderá comprovar sua filiação ao SIMPLES, se for o caso.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 020332-2004-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OLIVINO DOS SANTOS
Réu: PARANA CLUBE
Advogado(s): WALDEMAR HESSE-PR23222
Foi designada audiência inicial para o dia 26.01.2005, às 13h25min.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 020515-1994-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO DOS SANTOS SILVA
Réu: FRANCISCO FERREIRA CARDOSO
AUTO PECAS CARDOSO LTDA
Advogado(s): CLEUSA SOUZA DA SILVA-PR20908
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do executado, para a devida citação.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 020524-2003-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: BEATRIZ DE LIMA REMONATO
Réu: ANDRE MURILO CARVALHO
ARTE SUL COMÉRCIO DE OBJETOS E OBRAS DE ARTE LTDA
EDITORA GRAFICA VIRTUAL LTDA
EDITORA JORNAL LTDA (ME)
ELDA LIMA MARQUES
JOSUE ROQUE MARQUES
MARCIA SAYURI MAYASMI
Advogado(s): NELSON KNOB-PR24534
Apresentar seus cálculos de liquidação, em DEZ DIAS, inclusive os valores devidos ao INSS e juntar a CTPS para as devidas anotações. O valor referente ao seguro desemprego deverá ser apurado, eis que não localizadas as rés.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 021208-2000-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IRACEMA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
Réu: ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA SAZA LATTES
Advogado(s): ALEXANDRE LIPKA-PR27297
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, posto desta justiça, guia de retirada n. 320163-2004, para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 021919-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE VALDEMIR AGNER
Réu: CIMA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
Advogado(s): RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ-PR12867
Depositar a CTPS do autor para as devidas anotações, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 022014-1999-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DARCI LUIZ DE OLIVEIRA
Réu: DELARA TRANSPORTES LTDA
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS-PR5435
JOEL BERTO-PR25055
Vistas às partes, pelo prazo sucessivo de 05 DIAS. Autor: 19 a 24.01.05-Ré: 25 a 31.01.05.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 023318-2000-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JEFFERSON RAUTH

Réu: BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
Vistas dos cálculos readequados pelo perito, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 024663-1999-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ARMANDINHO NUNES
Réu: JACY PORFIRIO DA SILVA
REVESTIMENTO SAO SILVESTRE S-C LTDA (ME)
Advogado(s): EDGAR JOSE DOS SANTOS-PR29698
Foram apresentados embargos à execução pelo segundo réu, podendo oferecer contraminuta no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 024924-2000-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELCIO ZAP
Réu: ELCIO MARCHIORATO (ME)
Advogado(s): LUCIANE MARIA JANTSCH-PR25963
Intime-se o executado para os fins do artigo 884 da CLT, mesmo não garantida a execução, sendo que no silêncio os bens serão levados à hasta pública.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 025068-1992-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDSON DE ALMEIDA
Réu: A B LOSS & CIA LTDA
INDÚSTRIA DE CONSERVAS KORMANN LTDA
Advogado(s): OLIMPIO PAULO FILHO-PR5815
Esclarecer quais as parcelas não foram quitadas, para que seja dado início à execução, no prazo de CINCO DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 026270-1998-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OSMAR JOSE RAULINO
Réu: LEILOMAK COMÉRCIO DE MAQUINAS E MOTORES INDÚSTRIAIS LTDA
Advogado(s): MIRIAN CIPRIANI GOMES-PR16759
Foi efetuada a penhora de R$ 3.361,45 junto à CEF, podendo oferecer embargos à execução no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 026409-1998-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OSCAR LUCIANO BETTIO
Réu: BANCO HSBC BAMERINDUS S-A
UMUARAMA COMUNICACOES E MARKETING LTDA
Advogado(s): TOBIAS DE MACEDO-PR21667
Encontram-se a sua disposição junto à CEF, guias de retirada n. 462101 e 462116-2004, para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 026793-1999-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROMEU FOLTRAN
Réu: COPEL TELECOMUNICACOES S-A
FUNDACAO COPEL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
Advogado(s): HEITOR WOLFF JUNIOR-PR9726
Intime-se a reclamada a apresentar os documentos requeridos pelo perito, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 030723-1996-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDIVALDO JOSE PEREIRA
Réu: ALVARO LUIZ BERTUZZI
CASARTE COMÉRCIO E MANUFATURA DE MATERIAIS TECNICOS E ARTISTICOS LTDA
CILMARA XAVIER BASTOS WABESKY
FERNANDA ARIANE DOS SANTOS
HELENA XAVIER BASTOS WABESKI
JOSE LUIZ PINTO WABESKI
TAYCOPY COPIADORA LTDA
Advogado(s): OTAVIO ERNESTO MARCHESINI-PR21389
Para uma melhor análise do pedido de penhora do imóvel, apresente o exequente, em 10 DIAS, cópia atualizada da matrícula do referido imóvel junto ao CRI.

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 032155-1997-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADALBERTO LECH
Réu: FERROVIA SUL ATLANTICO S-A
REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A
Advogado(s): MARCO AURELIO GUIMARAES-PR22181
Foi efetuada a penhora de R$ 42.838,57 junto ao Banco ABN AMRO REAL, podendo oferecer embargos à execução no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 032308-1997-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: BERNADINO COLACO DE OLIVEIRA FILHO
Réu: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Advogado(s): MARCELO MOKWA DOS SANTOS-PR22724
LAVITO UTATA WATANABE-PR23642
Vistas às partes, pelo prazo de 05 DIAS. Autor:19 a 24-01-205-Réu: 25 a 31-01-2005.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 033428-1997-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VAGNER IRINEU
Réu: MNEMOHOUSE CURSOS DE IDIOMAS LTDA (SUCESSORA DE INDEPENDENCE ENSINO DE IDIOMAS LTDA)
ROGERIO OLIVEIA ANDRADE
Advogado(s): RICARDO MARCELO FONSECA-PR18328
Já foi diligenciado no endereço informado, havendo informação de que o executado mudou-se (fl.197). Desta forma, aguarde-se no arquivo provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 035761-1995-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RUI CEZAR DOS REIS
Réu: BANCO DO ESTADO DO PARANA S-A
BANESTADO S-A INFORMATICA
Advogado(s): EDSON ANTONIO FLEITH-PR16001
INDALECIO GOMES NETO-PR23465
Vistas às partes, pelo rpazo de 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 039510-1996-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IVAIR DOS SANTOS
Réu: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Advogado(s): MAURO JOSELITO BORDIN-PR15755
ANTONIO GERALDO SCUPINARI-PR15956
Encontram-se a disposição da ré, junto à CEF, guia de retirada n. 441379-2004 e à disposição da autora, guias de retirada n. 441307 e 441347-2004, para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 040468-1996-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RENY JOSE RAMOS SANTOS
Réu: BANCO EXCEL ECONOMICO S-A
Advogado(s): MIRIAN APARECIDA GONCALVES-PR11944
RAFAEL FADEL BRAZ-PR23014
Vistas dos cálculos às partes, pelo prazo sucessivo de 05 DIAS. Autor: 19 a 24.01.2005-Réu: 25 a 31.01.2005.

15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO, 400, 1º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00011-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010007-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CRISTIANO SOARES DOS REIS
Réu: BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ESTADO DO PARANA (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO)
SERVICO SOCIAL AUTONOMO PARANAEDUCACAO
Advogado(s): LILIAN FATIMA MORO NOVAK-PR7648
LEA SILVIA TOLEDO SILVA PISSAIA-PR26854
DAMIANA TRYBUS-PR28968
AUDIENCIA FOI ADIADA PARA O DIA 24-02-2005, AS 13h15min.

15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO, 400, 1º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00001-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0015-ACPg 000032-2004-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: COPEL DISTRIBUIÇÃO S-A
Réu: DALTON MARIANO DA FONSECA
Advogado(s): DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA THEIS-PR26276
CONCEDIDO MAIS 30 DIAS PARA A APRESENTACAO DO DOCUMENTO REQUERIDO PELO INSS.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 000089-2003-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROMEIA RODRIGUES FERREIRA
Réu: OSVALDINA DE OLIVEIRA
Advogado(s): ZORAIA OLIVEIRA TRINDADE PASTRE-PR24512
INFORMAR O ATUAL E CORRETO ENDEREÇO DA RECLAMADA.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 000382-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROZALIA DA SILVA AMARAL
Réu: EDSON JACOMELI BOY
S I D COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA
SIDINEI JACOMELI BOY
Advogado(s): RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ-PR12867
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE AS CERTIDOES DE FLS. 76 E 77.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 000552-2004-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DAVID CELESTE BENEDITO DOS SANTOS
Réu: AARGAU ELETROMETALURGICA LTDA
Advogado(s): RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ-PR12867
AGUARDANDO A APRESENTACAO, PELO AUTOR, DOS DOCUMENTOS REFERIDOS A FL. 23.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 000631-2000-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELIZABETH KIYOKO YAMAMOTO
Réu: DAVI CHIARETTI
FARMAMED DROGARIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS
Advogado(s): AQUILE ANDERLE-PR17677
VISTAS DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS NOS AUTOS, DEVENDO MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 001460-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA
Réu: BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
Advogado(s): FABIANE CHRISTINA HOLOWKA-PR26972
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 96.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 001531-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSIELE PENCAL
Réu: BRILHANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ACO LTDA
Advogado(s): ALESSANDRO MESTRINER FELIPE-PR29257
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 154.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 001731-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MICHELE MARIA FERREIRA
Réu: CIRINEU DE MEDEIROS
MARCIO MIOTTO
UTOPIA BAR LTDA
Advogado(s): CRISTY HADDAD FIGUEIRA-PR24621
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DO REU, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 001756-2000-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE CARLOS NOVAES
Réu: ZAMPIERI QUADROS & CIA LTDA
Advogado(s): EDILANIO ROGERIO DE ABREU-PR17768
ANTE A AUSENCIA DE MANIFESTACAO SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 001758-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CELIA REGINA CASSILHA
Réu: F F LACERDA CONFECCOES LTDA
Advogado(s): CIZALE DALL'AGNOL BASSETTI-PR14802
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 103.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 002047-2000-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: APARECIDO MARTINS DE ARAUJO
Réu: METALURGICA UNIDA LTDA
Advogado(s): IZABEL AMALIA GOSCINSCKI-PR22161
MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 002206-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELIANE GALVAO CAVALCANTE PINHEIRO
Réu: SKROCH E SOUZA & CIA LTDA
Advogado(s): SUELY TEREZINHA BLACA-PR18015
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DOS REUS, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 002229-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VALDECIR LOURENCO DA SILVA
Réu: CIDADELA S-A
Advogado(s): MARCELO ZANON SIMAO-PR29029
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 002432-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANDREIA DURIGAN
Réu: MEGA SHOES COMÉRCIO DE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
PLANETA JOVEM COMÉRCIO DE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
SULA COMÉRCIO DE CALCADOS LTDA
TAISIS COMÉRCIO DE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Advogado(s): MAURICIO PIRAGIBE SANTIAGO-PR34139
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 121.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 002625-2003-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: KLEBER FERREIRA
Réu: ELISEU GONCALVES DA SILVA
LEADER ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS LTDA
MARYLICE APARECIDA KUGLER BATISTA DA SILVA
SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Advogado(s): DULCINEA MARQUES-PR11297
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 002822-2000-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DEVONSIR REINALDO WISNIEWSKI JUNIOR
Réu: XEROX DO BRASIL LTDA
Advogado(s): VANESSA MOURA BRASIL BAPTISTA CALDAS-PR28384
COMPROVAR A ALTERACAO DA DENOMINACAO DA RE.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 002823-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ARNALDO DOMINGUES
Réu: SILVIO GONCALVES
Advogado(s): ANA PAULA BARRANCO SARAIVA DO BRASIL-PR20121
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 61.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 003137-2003-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELIO OLIVEIRA LOPES
Réu: JOCKEY CLUB DO PARANA
Advogado(s): LUIZ CARLOS-PR20136
APRESENTAR OS EXTRATOS REQUERIDOS PELO CONTADOR DO JUIZO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 003167-2004-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GERSON FARIA
Réu: BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
APRESENTAR OS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELA PARTE AUTORA NA PETIÇÃO DE FLS. 564-565, SOB AS PENAS DO ART. 359 DO CPC.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 003201-2003-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO ROGERIO PEREZ
Réu: ZONATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA
Advogado(s): ALIDO DEPINE-PR6178
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 39.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 003458-1997-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ARLINDO CARLOS ROBETTI BONFIM
Réu: DISBEI DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS IGUACU LTDA
JOVITA CISLINSKI
MARCIO MARTINS
RONDA SERVICE S-C LTDA
SANDRO DONIZETE BARAGAO
Advogado(s): SORAYA REGINA PEREIRA-PR19354
CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FL. 501, DEVENDO REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO PROVISORIO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 003612-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUCIMEIRE GABRIEL DE OLIVEIRA ALMEIDA SANTOS
Réu: JUBILO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA
Advogado(s): SANDRO LUNARD NICOLADELI-PR22372
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 004078-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IRENE PEREIRA DOS SANTOS ABREU
Réu: EDNA ZENI
FERNANDO ANTONIO BARTOLOMEI NEVES
Advogado(s): SANDRO LUNARD NICOLADELI-PR22372
INFORMAR O ATUAL E CORRETO ENDEREÇO DOS EXECUTADOS, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO PROVISO

RIO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 004159-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LOURDES MONTEFERRANTE DA SILVA
Réu: BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
Advogado(s): ROSANA MARIA VIDOLIN MARQUES-PR23025
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 131.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 004420-1994-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OCTAVIO MEIER
Réu: CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL S-A ELETROSUL
Advogado(s): RICARDO DE QUEIROZ DUARTE-PR11241
AUTOS A DISPOSICAO DA RE POR 30 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 004566-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GILDA TERESA DOS SANTOS
Réu: ASSOCIACAO DOS MORADORES DO JARDIM ITALIA
Advogado(s): LUIZ CARLOS-PR20136
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 67.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 005268-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JORGE LUIZ WEIGERT
Réu: ADJ COMÉRCIO E REPRESENTACOES DE INFORMATICA LTDA
MICROTEC SISTEMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S-A
Advogado(s): SUMAYA CHEDE CANSINI-PR18925
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 203.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 005483-2004-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARICILENI GOMES
Réu: MAURICIO SCHIMIDT
MONDO BIRRI LTDA
Advogado(s): DENISE ADRIANE LIRA-PR17616
INFORMAR O ATUAL E CORRETO ENDEREÇO DOS RECLAMADOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 005819-2003-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JEAN PERICLES PEREIRA
Réu: ALTECHNA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESQUADRIAS DE ALUMINIO E VIDROS LTDA
Advogado(s): RONEY OSVALDO GUERREIRO MAGALDI-PR23428
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO NEGATIVA DE FL. 07 DA CARTA PRECATORIA, DEVENDO REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 005958-1996-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIANO FARINHUK
Réu: LEOTRIL COMÉRCIO DE TRILHOS DE FERRO LTDA
Advogado(s): DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR-PR14558
A PENHORA DE ATIVOS FINANCEIROS CONSTRITOU APENAS PEQUENO VALOR (FL. 453) DEVENDO O AUTOR MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 006067-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DEJAIR DE PAULA
Réu: PRESTADORA DE SERVICOS SILVA S-C LTDA
Advogado(s): ISIONE STEENBOCK FIM-PR19396
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 006076-1999-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE RODRIGUES PIRES JUNIOR
Réu: ACADEMIA ABS CENTER LTDA (ME)
Advogado(s): JOSE DE JESUS GONCALVES BAMBIL-PR11093
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 188.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 006104-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SERGIO APARECIDO DE LIMA
Réu: DBB DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BOHEMIA LTDA
LINCOLN SANTOS DE ARAUJO
MARLENE ROMAGNOLE DE ARAUJO
Advogado(s): MARCELO ANTONIO OHRENN MARTINS-PR21422
REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, VISANDO A CITACAO DOS 2 E 3 REUS.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 006108-2003-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NATHALY STHEFFANY YANNE MULLER SCHELLIN
Réu: DCA DISTRIBUIDORA DE COMMODITIES ACUCAREIRA E ALCOOLEIRA LTDA
Advogado(s): IVO DYNIEWICZ-PR18347
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 41.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 006401-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: INAIA TEREZINHA BOAVENTURA DOS REMEDIOS
Réu: IVAI ENGENHARIA DE OBRAS S-A
M B R OBRAS COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA LTDA
Advogado(s): JAIR APARECIDO AVANSI-PR18727
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 131.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 007040-2004-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIS MACIEL
Réu: ASSOPAR EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA
Advogado(s): SAYRO MARK MARTINS CAETANO-PR32721
APRESENTAR OS DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO AUTOR ATRAVES DA PETIÇÃO DE FLS. 92 E SEGUINTES, SOB AS PENAS DO ART. 359 DO CPC.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 007194-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DINARTE DUCATE
Réu: MARIA JULIETA GASPARIN DOS SANTOS RESTAURANTE PALATAR LTDA
WILSON RENATO CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado(s): LISSANDRA REGINA RECKZIEGEL-PR24727
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 007204-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELISABETE FONTOURA DE LIZ
Réu: MARIA JULIETA GASPARIN DOS SANTOS RESTAURANTE PALATAR LTDA
WILSON RENATO CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado(s): LISSANDRA REGINA RECKZIEGEL-PR24727
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DOS REUS, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 007210-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NELSON GOLTZ
Réu: MARIA JULIETA GASPARIN DOS SANTOS RESTAURANTE PALATAR LTDA
WILSON RENATO CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado(s): LISSANDRA REGINA RECKZIEGEL-PR24727
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DOS REUS, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 007351-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SUELI HELENA ENDLER FROGUEL
Réu: VISUAL SERVICOS TECNICOS EM SEGUROS LTDA
Advogado(s): GILBERTO GAESKI-PR21838
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RECLAMADA, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.
PROCESSO TRT-PR 0015-PS 007758-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: BEATRIZ AMARAL BENTO SIQUEIRA
Réu: ADJ COMÉRCIO E REPRESENTACAO DE INFORMATICA LTDA
MICROTEC SISTEMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S-A
Advogado(s): SUMAYA CHEDE CANSINI-PR18925
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 137.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 008201-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GISLAINE DA GLORIA GONCALVES SOARES DE LIMA
Réu: CIAPLAST IND E COM DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
Advogado(s): CLAUDIO ROBERTO ANDRADE DE PROENCA-PR31416
APRESENTAR A ULTIMA ALTERACAO CONTRATUAL DA RE, SE HOUVER.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 008429-2000-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EMERSON CORDEIRO REIS
Réu: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS S-A
Advogado(s): WALDOMIRO FERREIRA FILHO-PR5961
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 506.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009001-1996-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LEONI MENDES DA SILVA
Réu: EDELIR PELLIZZETTI
ROSSELA ROSALIA PELLIZZETTI
SAL E ACUCAR COMÉRCIO DE DOCES LTDA
Advogado(s): ROBERTO BARRANCO-PR4281
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA 3 RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009158-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANGELIN ANTONIO GASPERIN
Réu: ERNANI MORENO SILVA
EVELISE TABORDA RIBAS
EVERALDO SILVA
MAURICIO TABORDA RIBAS
AUTO POSTO SOLAR LTDA
AUTO POSTO VIA LACTEA LTDA
BANDEIRA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
CITYPARK COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA
COSMICA ADMINISTRACAO PARTICIPACAO EMPREENDIMENTOS E INVESTIMENTOS LTDA
POSTO VAL PARAISO LTDA
Advogado(s): ELISABETE FERREIRA PUNDECK-PR14087
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE AS CERTIDOES DE FLS. 291-293.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009176-2004-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PEDRO LUIS MELECHENKO
Réu: FASTER ROAD EXPRESS LTDA
ITD TRANSPORTES LTDA
Advogado(s): JOSE EDEMAR HIRT-SP22246
ALBERTO AUGUSTO DE POLI-PR22775
CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA-PR33172
CIÊNCIA, AS PARTES, DAS DELIBERACOES DE FL. 132.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009246-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO DIAS
Réu: A NOVA ARTESANI COMÉRCIO DE MOLDURAS LTDA
Advogado(s): MARIA ISABEL BARTH COSTAMILAN-PR19468
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE AS CERTIDOES DE FLS. 80 E 88.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009330-2000-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GILMAR DANELUZ
Réu: MADEIREIRA MALENZA LTDA
MATOPAR MADEIRAS MATO GROSSO PARANA LTDA
Advogado(s): ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO-PR27120
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA 2 RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009560-1999-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FRANCISCO LUCAS DA CUNHA
Réu: SINDICATO DOS SERVICOS PUBLICOS E DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO ESTADO DO PARANA
Advogado(s): LUIZ DO NASCIMENTO LIMA-PR24576
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009742-1995-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO HOINSKI
Réu: EMBRASEG EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA S-C LTDA
IVANA VALERIA PONESTKE
VICENTE RIBEIRO DO PRADO
Advogado(s): ALBERTO AUGUSTO DE POLI-PR22775
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.
PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010172-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO MARIA MARCONDES
Réu: PITTHAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado(s): VALDOMIRO SANTIN-PR18272
SAO COMPLETAMENTE DESNECESSARIAS AS PROVIDENCIAS REQUERIDAS PELO AUTOR AS FLS. 157-158, TENDO EM VISTA QUE A RE JA FOI CITADA (FLS. 150-151). AGUARDA-SE NOVA PROVOCACAO DO AUTOR.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010285-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE GEPERT
Réu: ELITE SEGUE CORRETAGEM DE SEGURO LTDA
Advogado(s): ELENI APARECIDA DE OLIVEIRA MAURO-PR22671
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 84.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010935-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: REINALDO HENRIQUE DA SILVA
Réu: JOSE GONCALVES DA SILVA
Advogado(s): JOAOZINHO SANTANA-PR23034
MANIFESTAR-SE SOBRE A CERTIDÃO NEGATIVA DE FL. 06 DA CARTA PRECATORIA, DEVENDO REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 011080-1999-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DULCIANE GARCIA PINHEIRO
Réu: ANA MARIA STIER PORTELLA
CARLOS ALBERTO DA SILVA CARNEIRO FILHO
CARNEIRO & STIER LTDA
Advogado(s): GELSON BARBIERI-PR17510
A 1 RE, MASSA FALIDA, AINDA NAO FOI CITADA, DEVENDO A AUTORA INFORMAR O ENDEREÇO DO SINDICO, A FIM DE POSSIBILITAR A REALIZACAO DO ATO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 011092-2000-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARINES DO NASCIMENTO WALTER
Réu: ACTA PRIMA LTDA
Advogado(s): INES ROSOLEM-PR19205
MANIFESTAR-SE SOBRE A CARTA PRECATORIA APENSADA A CONTRACAPA, REQUERENDO O QUE ENTENDER DE DIREITO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 011212-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIO LUIS RODNISKI GUREI
Réu: F 43 PROJETOS E TELECOMUNICACOES LTDA
FAG TELECOMUNICACOES LTDA
Advogado(s): JOSMAR GOMES DE ALMEIDA-PR15873
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 235.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 011723-1997-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADEMIR FERNANDES
Réu: PAPBOX INDÚSTRIA DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA
Advogado(s): MITSUYO FUGIMOTO-PR12645
A DISPOSICAO NA CEF-AGENCIA FORUM TRABALHISTA-GUIA DE RETIRADA N. 377311-2004. AINDA, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO PROVISORIO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 013291-2003-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Réu: PEPSICO DO BRASIL LTDA
Advogado(s): MARCIA REGINA MORSELLI-PR25827
CONSIDERANDO QUE O JUIZO NAO DISPOE DE PERITOS PARA A REALIZACAO DOS TRABALHOS, GRATUITAMENTE, RESTA PREJUDICADO O REQUERIMENTO FORMULADO PELO AUTOR. DEFERIDA, CONTUDO, A DILACAO DE PRAZO REQUERIDA PELO AUTOR, PODENDO REALIZAR O DEPOSITO ALUSIVO A ANTECIPACAO DAS DESPESAS DO PERITO, EM 30 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 014875-1994-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELENA DOS REIS SILVA
Réu: TROPICAL LIMPEZA, CONSERVACAO E SERVIICOS S-C LTDA
Advogado(s): MARIA REGINA DISCINI-PR11606
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DA RE, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 015109-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUCIA DEMCZUK
Réu: CENTRO MEDICO SANTA ANA S-C LTDA
Advogado(s): GERSON WISTUBA-PR15220
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 261.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 016060-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MOISES BOGANICA
Réu: ROGERIO PEDROZIN
Advogado(s): FABIANO KRAUSE DE FREITAS-PR25170
VISTAS DOS ATOS PRATICADOS NA CARTA PRECATO-

RIA, EM APENSO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 016208-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DIRCE APARECIDA DOS SANTOS
Réu: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES VILA IZABEL LTDA
Advogado(s): ALCEU MARCZYNSKI-PR21143
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 241.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 016727-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDINO ALVES CORDEIRO
Réu: VIAPLAN ENGENHARIA LTDA
Advogado(s): LUIZ GONZAGA STREHL-SP135813
DIANTE DA AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE O BLOQUEIO EFETUADO A FL. 176 ATE A PRESENTE DATA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO VISANDO O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO PROVISORIO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 017059-1999-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALTAIR MENEZES FERREIRA JUNIOR
Réu: MARIA DE FATIMA MONTALDI MANTOVANELLI
PAULO ROBERTO PALMEIRO FRANCO
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
SAR ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
Advogado(s): FABIANO KRAUSE DE FREITAS-PR25170
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DO REU, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 017067-1997-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROBISON SIQUEIRA DE CAMARGO
Réu: LUIZ CARLOS DA CRUZ
OZIRES DA CRUZ & CIA LTDA
OZIRIS DA CRUZ
Advogado(s): ALIDO DEPINE-PR6178
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 169.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 017706-2001-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ESTER MAXIMIANO DA SILVA
Réu: LINEALUX ELETROMETALURGICA LTDA
Advogado(s): VALDOMIRO CZAIKOWSKI NETO-PR11682
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE AS CERTIDOES DE FLS. 83, 88 E 89.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 017960-2002-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE DE SOUZA OLIVEIRA
Réu: JOSE MARCOS VELOSO BRAGA
LUIS CARLOS VELOSO BRAGA
VELOSO BRAGA CONFECCOES LTDA(TOP´S MODAS)
Advogado(s): NILDA LOURENCO-PR18281
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FLS. 84-85.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 017986-1999-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EVA APARECIDA DOS SANTOS
Réu: ROBERTO RIBAS
SOCIEDADE HIPICA PARANAENSE
Advogado(s): MAXIMILIANO NAGL GARCEZ-PR20792
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 018230-2000-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA APARECIDA DOS SANTOS
Réu: CEZAR LUIZ SEVERIANO
HIGA & ROSSI LTDA
JANETE MARIA WEIL SEVERIANO
Advogado(s): LISSANDRA REGINA RECKZIEGEL-PR24727
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DOS REUS, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 018269-1997-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VICENZA MIONI FUGA
Réu: ANCILON DOROTEU RODRIGUES
MARIANA GUIMARAES VILLELA
NEUZA RIBEIRO CORDEIRO
ROSANA GUIMARAES VILLELA
VILLELA GUIMARAES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA
Advogado(s): ALBERTO AUGUSTO DE POLI-PR22775
ANTE A AUSENCIA DE INFORMACOES SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DOS REUS, MANIFESTAR-SE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 018470-2003-(30 dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO MAURI VIANA D´ASSUNCAO
Réu: TECNOPISO SERVICOS LTDA
Advogado(s): PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM-PR28247
CIÊNCIA E MANIFESTACAO SOBRE A CERTIDÃO DE FL. 109.

16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO ,400, 1º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00002-2005

FICAM OS ADVOGADOS ABAIXO RELACIONADOS INTIMADOS PARA, NO PRAZO INDICADO, PROVIDENCIAREM E-OU TOMAREM CIÊNCIA DO QUE SEGUE DESCRITO NOS SEGUINTES PROCESSOS:

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018503-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OSMIR LOPES DE CARVALHO
Réu: CONSTRUTORA FONTANIVE LTDA
Advogado(s): ANNA PAOLA SOARES QUADROS-PR30074
COMPROVAR O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA, NA FORMA REQUERIDA PELO INSS, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018515-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: HELIZIONEL CESAR DE SOUZA
Réu: OSWALDO ARISTIDES
Advogado(s): MARCELO COLLEONE-PR30224

1. Apresente o réu, em 10 dias, os documentos para a realização da perícia grafodocumentoscópica, conforme determinação de fls. 29.
2. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018564-2001-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDNA PERES
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
MANIFESTAR-SE ACERCA DE PETIÇÃO JUNTADA

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018665-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO TOMBOLATO
Réu: PLASTICOS DO PARANA LTDA
Advogado(s): MARCIA MARIA MARCELINO-PR25270
CONFIRMAR SE O ENDEREÇO DA TESTEMUNHA LOCALIZA-SE NA CIDADE DE PIRACICABA-SP.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018727-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LICEIA DE SOUZA
Réu: DAGBERTO LEMES
SILVANE DE OLIVEIRA LEMES
Advogado(s): ENILSON LUIZ WILLE-PR17842

Diante do contido na certidão de fls. 37, de que a Sra. Oficial de Justiça não localizou o número do imóvel, informe a parte autora, em 10 dias, se pretende acompanhar a servidora na realização da diligência.
Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018727-2004-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA BARROS
Réu: BERG INTERPRISE LTDA
Advogado(s): DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS-PR31639

1. Regularize a parte autora, em 10 dias, a petição inicial, diante da ausência de assinatura do signatário, sob pena de indeferimento.
2. No silêncio, venham os autos à mesa.
3. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018774-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SONIA MARIA GODOY
Réu: EBV EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILANCIA LTDA
Advogado(s): JOSENEY CARNEIRO-PR23016
APRESENTAR OS CACULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018811-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ARUDACI ALVES
Réu: AGNALDO PAIM PEDRO
Advogado(s): PATRICIA DARINA CAMENAR-PR26202
COMPROVAR O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA, NA FORMA REQUERIDA PELO INSS, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018928-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MICHELE SIMONE CARDOSO
Réu: APTUS SERVICOS ESPECIAIS LTDA
ASSESSORIA EMPRESARIAL APTUS LTDA
ATTO TELEINFORMATICA LTDA
A7 TELECOM LTDA
ICS INSTITUTO CURITIBA DE SAUDE
Advogado(s): FRANCOIS JUNIOR GNOATTO-PR32926
DEFERIDA PRORROCAO PELO PRAZO ACIMA

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019028-1999-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RICARDO PENG
Réu: SEXTA BASICA PRODUCOES GRAFICAS S-C LTDA
Advogado(s): PIRATAN ARAUJO FILHO-PR7490

Intime-se a reclamada para, no prazo de 10 dias, promover o recolhimento das custas processuais e da contribuição previdenciária devida, sob pena de prosseguimento.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019113-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DENILSON RIOS VAZ
Réu: SENTINELA VIGILANCIA S-C LTDA
Advogado(s): INES ROSOLEM-PR19205
APRESENTAR OS CACULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019193-2000-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: WANDERLEI SPERKA
Réu: IRMAOS MAUAD LTDA
IRMAUAD AGROPASTORIL LTDA
IRMAUAD SEGURANCA S-C LTDA
Advogado(s): MIRIAN CIPRIANI GOMES-PR16759
MANIFESTAR-SE SOBRE O CALCULO APRESENTADO APRESENTANDO SUA CONTA CIRCUNSTANCIADA, EM CASO DE DIVERGENCIA, INCLUSIVE OS VALORES REFERENTES AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019235-1997-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLARINDO BISPO DA CRUZ
Réu: ALPS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Advogado(s): VICENTE DE PAULO ESTEVEZ VIEIRA-PR17488
APRESENTAR OS CACULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA DE AMBAS AS PARTES, SOB PENA DE INDEFERIMENTO

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019245-1996-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MAURICIO DONIAK
Réu: ABS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS PARTICIPACOES E SERVICOS S-A
BANCO BRADESCO S-A
Advogado(s): EMIR MARIA SECCO DA COSTA-PR11988
MANIFESTAR-SE SOBRE O INTERESSE EM LEVANTAR O CREDITO EXISTENTE NESTES AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019296-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE FRANCISCO RIBEIRO
Réu: HOTEL ATLANTA LTDA
Advogado(s): REGIANE ANTUNES DEQUECHE-PR17361
APRESENTAR A CTPS PARA ANOTACOES

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019328-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: AQUELLE MIRANDA
Réu: AZ SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA
Advogado(s): JOSE JORGE TOBIAS DE SANTANA-PR18279
DEFERIDA PRORROGACAO PELO PRAZO ACIMA

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019884-1999-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE ANTONIO BALZER
Réu: LEMOS DANOVA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
Advogado(s): ADILSON CORREIA-PR18548

1. Julga-se subsistente a penhora e homologa-se a avaliação.
2. Intime-se a executada, de que, se no prazo de 10 dias, não houver remição da execução, será designada hasta pública, com expedição de autorização judicial para remoção dos bens penhorados. A partir de então, serão imediatamente agregadas novas despesas processuais à conta geral, na forma dos artigos 19 e parágrafo único do artigo 20 do CPC, especialmente despesas de remoção e honorários do leiloeiro, arbitrados com amparo no artigo 705, IV, do CPC, devidos pela parte executada, nas hipóteses de remição ou transação posteriores à inclusão no edital de leilão.
3. Na ausência de manifestação, oficiem-se os juízos da 1ª Vara Federal, processo 97.26847-0 (fls. 244, verso-R.6-51.196) e 3ª Vara de Execuções Fiscais, processo 96-4998-0 (fls. 245-R.10-51.196), dando ciência da penhora realizada sobre o imóvel matriculado sob nº 51.196, do 9º CRI desta capital, solicitando-se informações sobre a situação do referido imóvel nos respectivos autos.
4. Após, expeça-se autorização judicial para a realização de hasta pública.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 020061-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IZA DE LOURDES ANDOLFATO DE MOURA
Réu: ASSOCIACAO DOS MENINOS DE CURITIBA
Advogado(s): JOSE VICENTE DA SILVA-PR18380
COMPROVAR O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA, NA FORMA REQUERIDA PELO INSS, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 020429-1998-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: AGENOR DOS SANTOS
Réu: POPASA POTINGA PAPEIS S-A
Advogado(s): JOAO BATISTA MENDES LUSTOSA-PR18212
MANIFESTAR-SE ACERCA DE OFICIO JUNTADO

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 020434-1998-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SETEMBRINO DOS SANTOS
Réu: POPASA POTINGA PAPEIS S-A
Advogado(s): JOAO BATISTA MENDES LUSTOSA-PR18212
MANIFESTAR-SE ACERCA DE PETIÇÃO JUNTADA

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 020711-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VALTER DE OLIVEIRA
Réu: PLANALTO MANUTENCAO E MONTAGENS LTDA
Advogado(s): CARLOS ROBERTO STEUCK-PR18366
APRESENTAR OS CACULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA DE AMBAS AS PARTES. C

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 020934-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADALIO CORREA MENDES
Réu: TECHGRAN BENEFICIAMENTO DE PEDRAS LTDA
Advogado(s): ODETE DE FATIMA PADILHA DE ALMEIDA-PR26509
COMPROVAR O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA, NA FORMA REQUERIDA PELO INSS, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 020961-2001-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADRIANA ARAUJO MOURA
Réu: EDITORA GLOBO S-A
SETE DISTRIBUIDORA EDITORIAL LTDA
Advogado(s): SOLAINE MARIA BARBIERI-PR25350

1. Junte-se a carta precatória.
2. Manifeste-se a parte autora, em 10 dias, quanto ao alegado pela executada na petição juntada às fls. 08-09 da deprecata.
3. Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
4. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021248-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA ODETE FRAGOSO LOURENCAO
Réu: ANGELA ARCE GOMES
BENTO ARCE GOMES
DANIELA ARCE GOMES
NEIVA ARCE GOMES
Advogado(s): ANGELA BENGHI-PR16082

1. Por se tratar de execução definitiva, proceda-se o bloqueio de crédito on line nas contas correntes existentes no Intime-se a procuradora legal das reclamadas do teor do item 3, do despacho de fls. 117.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021312-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RAQUEL DE PROENCA
Réu: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CURITIBA
Advogado(s): MIRIAM DE FATIMA KNOPIK-PR11616

1. Deposite a reclamante, em 10 dias, a 1ª parcela relativa ao depósito prévio dos honorários periciais.
2. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-CS 021465-1997-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PEDRO PAULO DA SILVA
Réu: RFFSA REDE FERROVIARIA FEDERAL-LIQUIDAÇÃO
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS-PR5435

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar-se quanto ao bem oferecido à penhora pela ré.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021484-2002-(10 dias)

Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALEXSANDRO RUIZ RODA
Réu: SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Advogado(s): ARNOLDO DA SILVA FILHO-PR25720
APRESENTAR SEUS CALCULOS DE LIQUIDACAO, DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE COM RELACAO A EVENTUAIS PARCELAS PREVIDENCIARIAS E FISCAIS

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021693-1996-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CRISTIANE ROSA LIMA WERNECK
Réu: BRASAUTO BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
PARTSIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S-A
REMI JOAO ZARTH
Advogado(s): CRISTIANO JOSE BARATTO-PR22343

1. Junte-se a deprecata.
2. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar-se quanto aos bens indicados à penhora pela ré.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021758-2001-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO NERI DE FREITAS ALVES
Réu: GLAUCIA CAMARGO ASSUNCAO
Advogado(s): PEDRO RAYMUNDO CHANDELIER-PR10839

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, comparecer em Secretaria e retirar a sua CTPS, mediante recibo nos autos, bem como requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021759-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VALDECIR LUIZ BERTONCELLI
Réu: WOHNHAUS ENGENHARIA CIVIL LTDA
Advogado(s): MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA-PR22717

1. Julga-se subsistente a penhora e homologa-se a avaliação.
2. Intime-se a executada, de que, se no prazo de 10 dias, não houver remição da execução, será designada hasta pública, com expedição de autorização judicial para remoção dos bens penhorados. A partir de então, serão imediatamente agregadas novas despesas processuais à conta geral, na forma dos artigos 19 e parágrafo único do artigo 20 do CPC, especialmente despesas de remoção e honorários do leiloeiro, arbitrados com amparo no artigo 705, IV, do CPC, devidos pela parte executada, nas hipóteses de remição ou transação posteriores à inclusão no edital de leilão.
3. Na ausência de manifestação, à hasta pública, com a expedição da respectiva autorização judicial ao leiloeiro.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021766-2000-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIO JACINTO SANTI
Réu: MGE EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA
SOCIEDADE UNIAO JUVENTUS
Advogado(s): VITORIO KARAN-PR18663
SE NAO HOUVER REMICAO DA EXECUCAO, SERA DESIGNADA HASTA PUBLICA, COM EXPEDICAO DE AUTORIZACAO JUDICIAL. A PARTIR DE ENTAO NOVAS DESPESAS PROCESSUAIS SERAO AGREGADAS A CONTA GERAL

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021821-1996-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIO PAULO DA SILVA
Réu: ABEL HERINGER NOGUEIRA
NOGUEIRA & HERINGER LTDA
Advogado(s): EDSON JOSE DA SILVA-PR18755
MANIFESTAR-SE ACERCA DE OFICIO JUNTADO

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021911-1997-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LEONARDO LEITE PINTO
Réu: M H FOOD COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Advogado(s): TOBIAS DE MACEDO-PR21667

1. Pela derradeira vez, intime-se a ré para que cumpra o determinado no despacho de fls. 581, no prazo de 10 dias.
2. No silêncio, à hasta pública.
3. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 021916-2001-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE ALEXSANDRO BERGONSE
Réu: COMPANHIA EBX EXPRESS BRASIL
Advogado(s): CAMILA MONTEIRO HUERTAS-SP184035
MANIFESTAR-SE SOBRE O CALCULO APRESENTADO APRESENTANDO SUA CONTA CIRCUNSTANCIADA, EM CASO DE DIVERGENCIA, INCLUSIVE OS VALORES REFERENTES AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 022185-2001-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NILTON LINS
Réu: CELIA RENATA MORETTO VALENTINI
VALENTINI REPRESENTACOES COMERCIAIS S-C LTDA
Advogado(s): MARCUS ELY SOARES DOS REIS-PR20777

1. Por tratar-se de informação protegida por sigilo fiscal, determina-se o encaminhamento das cópias das declarações de bens à Direção do Fórum, a fim de que permaneçam arquivadas em local próprio.
2. Após, intime-se o advogado da parte autora para, no prazo de 10 dias, entrar em contato com a Assistente da Direção do Fórum, na sala própria instalada no térreo deste prédio, no horário das 14 às 18h, a fim de que tenha vista das cópias das declarações de bens relativa à contribuinte CELIA RENATA MORETTO VALENTINI e seu cônjuge FRANCISCO VALENTINI NETO.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 022203-2000-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: HELIO SOLANO DA SILVA
Réu: SOCIEDADE UNIAO JUVENTUS
Advogado(s): VITORIO KARAN-PR18663

1. Julga-se subsistente a penhora e homologa-se a avaliação.
2. Intime-se a executada, de que, se no prazo de 10 dias, não houver remição da execução, será designada hasta pública, com expedição de autorização judicial para remoção dos bens penhorados. A partir de então, serão imediatamente agregadas novas despesas processuais à conta geral, na forma dos artigos 19 e parágrafo único do artigo 20 do CPC, especialmente despesas de remoção e honorários do leiloeiro, arbitrados com amparo no artigo 705, IV, do CPC, devidos pela parte executada, nas hipóteses de remição ou transação posteriores à inclusão no edital de leilão.
3. Na ausência de manifestação, à hasta pública, com a expedição da respectiva autorização judicial ao leiloeiro.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 022216-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SEBASTIAO CARLOS GARANHANI
Réu: CIDADELA S-A
Advogado(s): MARCELO KOVALHUK-PR15334

1. Apresente a parte autora, em 10 dias, a cópia da matrícula individual do imóvel indicado à penhora na petição retro, sob pena de indeferimento.
2. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 022258-1996-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MAGDIEL RUBENS FERRAZ
Réu: ANITA DE JESUS DE OLIVEIRA
BIRH BANCO INTERNACIONAL DE RH
MARIA SALETE DE MORAES ALVES
Advogado(s): ALCIONE ROBERTO TOSCAN-PR16729
INDICAR OUTROS BENS PASSIVEIS DE CONSTRICAO, SOB PENA DE SUSPENSAO DO FEITO.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 022431-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARILZA IZABEL PEDROSO JACOB
Réu: CLIMBER WAY EQUIPAMENTOS
Advogado(s): ALCEU BOLLIS-PR7685
COMPROVAR O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA, NA FORMA REQUERIDA PELO INSS, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 039883-1996-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: HERALDO JOSE LOPES DE SOUZA
Réu: MASSA FALIDA SID INFORMATICA S-A
Advogado(s): DENISE FILIPPETTO-PR17946

Informe a parte autora, em 10 dias, o endereço da 2ª Vara Cível da Comarca de São Paulo-SP, a fim de que seja expedido o ofício requerido na petição retro.
Intime-se.

18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV. VICENTE MACHADO, 400, 5º PISO, ANEXO
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00003-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0652-ET 000251-2004-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IONE TEREZINHA LUFT SIMIONI
Réu: SONIA JURACI MEURER
Advogado(s): JOSE CARLOS FARAH-PR6549
AMAURY CHAGAS COUTINHO JUNIOR-PR32474
SENTENÇA PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-ET 000316-2003-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARCO AURELIO GUEDES NASTARI
Réu: GLACI FERREIRA DE ALMEIDA
Advogado(s): WALDOMIRO FERREIRA FILHO-PR5961
MAURO SERGIO GUEDES NASTARI-PR27802
SENTENÇA PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 000374-2004-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO SELLA DA ROCHA
Réu: XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
XEROX DO BRASIL LTDA
Advogado(s): JOSE ROBERTO SPINA-PR11697
ROSIMEIRI GOMES BASILIO-PR26627
SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-PS 000616-2004-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ZENAIDE RIBEIRO
Réu: SUPERMERCADO ESSENCIAL LTDA
Advogado(s): CARLOS ROBERTO CARDOSO JACINTO-PR24674
CLAUDIO ROGERIO TEODORO DE OLIVEIRA-PR34067
SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-CS 000627-2003-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GUSTAVO ALBERTO SUAREZ DAS CHAGAS
Réu: EDITORA GAZETA DO POVO LTDA
Advogado(s): LISIMAR VALVERDE PEREIRA-PR12338
ODERCI JOSE BEGA-PR14813
SENTENÇA DE EMBARGOS A EXECUÇÃO PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 002563-1999-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: UZIER FRANCO DO PARAIZO
Réu: COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
FUNDACAO COPEL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA SOCIAL
Advogado(s): ANA LETICIA FELLER-PR30259
MAURICIO PIRAGIBE SANTIAGO-PR34139
SENTENÇA DE EMBARGOS A EXECUÇÃO PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 002575-2000-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIZ DOLORES GARCIA
Réu: NEW HUBNER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA
Advogado(s): PEDRO PAULO PAMPLONA-PR4660
SELMA ELIANA DE PAULA ASSIS-PR17761
SENTENÇA DE EMBARGOS A EXECUÇÃO PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-PS 003513-2004-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NINFA BOEING DA SILVA
Réu: SANTA ROSA (ME)
Advogado(s): CRISTY HADDAD FIGUEIRA-PR24621
SENTENÇA PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 008130-2004-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LAISSE DE VITO
Réu: BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
SENTENÇA PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 013583-2002-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO GONCALVES DA COSTA
Réu: PEDRO DO CARMO SANTOS
Advogado(s): ALEXANDRE GONCALVES RIBAS-PR28635
OLINTO ROBERTO TERRA-PR28929
SENTENÇA PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 016533-2004-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IRIO TREVIZANI
Réu: EMERSON SETTI
GRUPO NICRON
SETTI SEGURANCA ELETRONICA
Advogado(s): LORIVAL FAVORETTO-PR20021
ALEXANDRE FURTADO DA SILVA-PR23966
VERIDIANA BRUSCHZ LOMBARDI-PR26885
SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 019895-2001-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADILBERTO CALABROZ
Réu: BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
BANESTADO S-A ADMINISTRADORA DE CARTOES
BANESTADO S-A CORRETORA DE SEGUROS
BANESTADO S-A CREDITO IMOBILIARIO
CAPITALIZA EMPRESA DE CAPITALIZACAO S-A
COMPANHIA DE SEGUROS GRALHA AZUL
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
ADRIANA MARIA HOPFER BRITO ZILLI-PR17112
SENTENÇA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE PROFERIDA.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 024797-1996-(8 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO PAIVA
Réu: TROMBINI PAPEL E EMBALAGENS S-A
Advogado(s): ZORAIDE SANT'ANA LIMA-PR12529
TOBIAS DE MACEDO-PR21667
SENTENÇA DE EMBARGOS A EXECUÇÃO PROFERIDA.

Varas do Trabalho do Interior

Ponta Grossa

1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa - PR
Rua Valério Ronchi, 150 - Uvaranas
Fone (042) 235-1964

EDITAL N.º 01/2005 – CITAÇÃO - AUDIÊNCIA INICIAL

A Excelentíssima Juíza da 1.ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a tantos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, extraído dos autos do processo RT n.º 2119/2004, entre partes LUCIANO JOSE GUZZONI, autor e 1) COTRASA Comércio de Transportes e Veículos Ltda, primeira ré; e 2) APTUS Trabalho Temporário Ltda, segunda ré, em que se está CITANDO a SEGUNDA RÉ, APTUS Trabalho Temporário Ltda, ora em local incerto e não sabido, para comparecer perante a 1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa - PR, situada na Rua Valério Ronchi, 150, Uvaranas, em Ponta Grossa - PR, à AUDIÊNCIA INICIAL designada para o dia 31/01/2005, às 14h00, quando poderá apresentar sua defesa (art. 847 da CLT), sendo-lhe facultado designar preposto na forma prevista no art. 843 da CLT. Nessa audiência, deverá oferecer as provas que julgar necessárias, constante de documentos, sob as penas do artigo 359 do CPC. O não comparecimento da ré, importará em revelia e confissão quanto a matéria de fato. E, para que não se alegue ignorância, é passado o presente Edital, que, devidamente assinado, será publicado na Imprensa Oficial e afixado no lugar de costume na sede desta 1ª Vara do Trabalho. Dado e passado nesta cidade de Ponta Grossa – PR, em 07 de janeiro de 2005. Eu, Rosanita Batista de Almeida Baggio - Analista Judiciária, digitei. E eu, ___ Gilberto Zulian, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevo .

GIANA MALUCELLI TOZETTO
Juíza Titular

São José dos Pinhais

VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
RUA JOAQUIM NABUCO 2176
83005160 SAO JOSE DOS PINHAIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00443-2005

Ficam os advogados abaixo nominados, intimados para a perícia designada

PROCESSO TRT-PR 0670-RT 001049-2002 - (1 dias)
LOCAL ATUAL : VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
Autor : ROSANE CRISTINA MUELLER TEIXEIRA
Réu : BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA
ADV(S) : MARIA LUISA BELLOTTI PAGNOCCA - PR19314
VANESSA KARAM DE CHUERI SANCHES - PR31083
DATA DA PERÍCIA:
A perícia será realizada no dia 26-01-2005 às 18h00min. no consultório do Dr. BENNY CAMLOT, situadoà Av. JOÃO GUALBERTO, 1988 - centro - CURITIBA.

Tribunal Regional da 9ª Região

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 02-2005

De ordem do Exmº Juiz Presidente do E. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, são publicados os seguintes acórdãos:

TRT-PR-00633-1988-003-09-42-9-ACO-00881-2005
Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: FERNANDO EIZO ONO
Agravante(s): UNIAO
Agravado(s): EXMO SR JUIZ PRESIDENTE DO E. TRT 9ª REGIÃO
ADVOGADO(S): GISELE HATSCHBACH BITTENCOURT
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo regimental interposto pela União Federal e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado.

TRT-PR-01403-1988-002-09-00-0-ACO-00896-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA-UFPR
Agravado(s): ADELINA ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ROSANGELA PIEDADE BIENTIVOGLIO SANTOS-VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de não conhecimento argüida em contraminuta e, por igual votação, CONHECER do agravo de petição da executada. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas, para o agravante, isentas (art. 790-A, inc. I, da CLT). **EMENTA:** Débitos. Atualizações. Descontos fiscais. Coisa julgada. Havendo decisão transitada em julgado que rejeitou pedido para que se procedessem os descontos fiscais, incabível a atualização dos valores recolhidos independentemente de comando, sob pena de ofensa a coisa julgada.

TRT-PR-01254-1989-025-09-00-4-ACO-00808-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT UMUARAMA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): MARIA ISABEL ANDRÉUS RODRIGUES SILVA
ADVOGADO(S): CARLOS ROBERTO SCALASSARA-LUCIANE MARIA GERVASIO
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição, por incabível. Custas inalteradas.

TRT-PR-01235-1990-002-09-00-8-ACO-00822-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): FUNDACAO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA-IBGE-UNIAO
Agravado(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS-EUGENIO GARCIA
ADVOGADO(S): GISELE HATSCHBACH BITTENCOURT-JOSE ANTUNES MOREIRA-JOSE LUCIO GLOMB-SIDNEI SOARES DI BACCO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da União, mas não do agravo do IBGE, sob pena de ofensa ao princípio da unirrecorribilidade. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para determinar o cálculo das contribuições previdenciárias sobre o total de verbas salariais apuradas na condenação, mês a mês, nos termos do fundamentado. Custas, para a agravante, isentas (art. 790-A, inc. I, da CLT). **EMENTA:** Descontos previdenciários. Coisa julgada. Silente a sentença ou o acórdão, quanto aos descontos previdenciários e fiscais, inexiste coisa julgada, sendo possível autorizá-los na fase de execução (OJ-EX-SE TRT 9ª Região nº 08-RA-SE 1-4-DJPR 14.05.04).

TRT-PR-00994-1991-010-09-00-9-ACO-00841-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): UNIAO
Agravado(s): AGILSON DIAS STANGUE
ADVOGADO(S): CARLOS ALBERTO DOMINGUES FAGUNDES-GISELE HATSCHBACH BITTENCOURT-JULIETA GRACIELA M AFARA SALDANHA ROCHA-MARIA GOMES SAMPAIO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do Agravo de Petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Sem custas (art. 790-A, I, da CLT). **EMENTA:** FAZENDA PÚBLICA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRAZO. INCONSTITUCIONALIDADE. A alteração de norma processual por meio de medida provisória padece de manifesta inconstitucionalidade. Além de não se revestir da relevância e urgência exigidas pelo caput do art. 62 da Constituição Federal, a matéria é objeto de expressa vedação, por força do inciso I, alínea a, inseridos pela Emenda Constitucional 32-01. Assim, o prazo para a Fazenda Pública interpor embargos à execução mantém a regência pelo art. 730 do CPC, sem que se cogite da ampliação para trinta dias contida na medida provisória. Agravo de Petição a que se nega provimento.

TRT-PR-12076-1992-008-09-00-7-ACO-00706-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS NOS ESTADOS DO PARANA E SANTA CATARINA
Agravado(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANA APARECIDA ROCHA-EUCLIDES ALCIDES ROCHA-JOAO LUIZ FERNANDES JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos agravos de petição e, por igual votação, REJEITAR a preliminar de nulidade da decisão agravada, argüida pela executada. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao agravo da executada, examinado preferencialmente, para, nos termos da fundamentação: a) excluir dos cálculos de liquidação a incidência da multa do FGTS sobre as horas extras e reflexos; b) estabelecer que a integração da verba "passivo trabalhista", na base de cálculo das horas extras, somente deve ocorrer a partir de 1991; c) fixar em trinta (30) dias o prazo para a executada juntar os TRCT dos empregados-substituídos que tiveram seus contratos de trabalho rescindidos; e, d) determinar sejam efetuados os descontos previdenciários e fiscais, aqueles mês a mês e estes pelo valor total da execução, calculados ao final. Por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao agravo do exeqüente para, nos termos da fundamentação, determinar a elaboração dos cálculos quanto ao substituído Luiz Paulo David. Custas, pela executada, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final, sem prejuízo das já contadas.

TRT-PR-00513-1994-025-09-00-7-ACO-00829-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT UMUARAMA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): VILSON ANTONIO DOS SANTOS ARAUJO
Agravado(s): DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DER
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ-CUSTODIA SOUZA DOS SANTOS CORTEZ-RAQUEL CRISTINA BALDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, DETERMINAR a renumeração dos autos a partir de fl.920, exclusive. Por igual votação, CONHECER do agravo e, no mérito, sem divergência de votos, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei.

TRT-PR-07182-1994-004-09-40-0-ACO-00857-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 19785-2004
EMBARGANTE UNIAO
Agravante(s): UNIAO
Agravado(s): EMILIA CORREA CHAGAS
ADVOGADO(S): GISELE HATSCHBACH BITTENCOURT-JOSE ADAIR DOS SANTOS-MARIA ANA DUBRINI DOS SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-18180-1994-014-09-00-9-ACO-00901-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): BRASIL TELECOM S-A
Agravado(s): ANA MIRIAM NOBRE DA SILVA
ADVOGADO(S): ANANIAS CEZAR TEIXEIRA-GERALDO ROBERTO CORREA VAZ DA SILVA-GIOVANI DA SILVA-JULIO CESAR ABRÉU DAS NEVES-ROBERTO CEZAR VAZ DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de não conhecimento por ausência de delimitação de valores argüida pelo exeqüente em contraminuta. Por igual votação, CONHECER do agravo de petição da executada e, no mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o excelentíssimo juiz Roberto Dala Barba, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos do fundamentado. Custas, pela executada, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Abatimento de horas extras pagas. Critério. Valores pagos a mais em um mês não podem ser abatidos das importâncias devidas em período diverso, sob pena de violação à regra do art. 459 da CLT. Inteligência das OJ´s EX SE 09 e 10 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

TRT-PR-00363-1995-053-09-00-1-ACO-00856-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT LARANJEIRAS DO SUL-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): UNIAO
Agravado(s): SEBASTIAO VITALINO CANDIDO
ADVOGADO(S): CERES PACZKOSKI BAITALA-NEMORA PELLISSARI LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inexistentes.

TRT-PR-00761-1995-053-09-00-8-ACO-00858-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT LARANJEIRAS DO SUL-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 23429-2004
EMBARGANTE UNIAO
Agravante(s): UNIAO
Agravado(s): RENATO JOSE NASCIMENTO
ADVOGADO(S): ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA-CERES PACZKOSKI BAITALA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-00797-1995-655-09-00-3-ACO-00801-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ASSIS CHATEAUBRIAND-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): PROFORTE S-A TRANSPORTE DE VALORES
ADVOGADO(S): FABIANA GUANCINO PERSICOTTI-LUCIANO EHLKE RODRIGUES-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas processuais pela agravada, no importe de R$ 44,26, dispensadas nos termos do artigo 790-A, da CLT.

TRT-PR-01269-1995-023-09-00-8-ACO-00753-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA
Agravante(s): ESPOLIO DE JOAQUIM DUARTE MOLEIRINHO
Agravado(s): ISAIAS DA SILVA
ADVOGADO(S): APARECIDO DONIZETTI ANDREOTTI-EDILSON AVELAR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do Agravo de Petição, por irregularidade de representação e por ilegitimidade de parte. Custas inalteradas.

TRT-PR-02004-1995-654-09-00-4-ACO-00802-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): TRANSPORTADORA CONTATTO LTDA
Agravado(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
ADVOGADO(S): GELSON AREND-JAMIL NABOR CALEFFI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas processuais no importe de R$ 44,26, ao final, pela executada (artigo 789-A, IV, da CLT).

TRT-PR-14791-1995-006-09-00-4-ACO-00584-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 25822-2004
EMBARGANTE OSNI ZANELLA JUNIOR
Recorrente(s): OSNI ZANELLA JUNIOR-CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF
Recorrido(s): OS MESMOS IT COMPANHIA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA
ADVOGADO(S): CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA-EDSON ANTONIO FLEITH-MOACYR FACHINELLO-PERICLES PESSOA SALAZAR FILHO-PRISCILA PRADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, suprir a omissão aventada, sem acarretar efeito modificativo ao julgado.

TRT-PR-01115-1996-658-09-00-0-ACO-00846-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): UNIAO
Agravado(s): PASCOAL SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-GERSON ANTONIO BALUTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e da contraminuta e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-40176-1996-011-09-43-2-ACO-00817-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO(S): SILVANA ZANETTI OSANAM DE OLIVEIRA-VALMIR PALU
DECISÃO: por unanimidade de votos CONHECER do agravo, repelindo a preliminar invocada em contraminuta. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para determinar seja cobrada a alíquota de 3% a título de SAT, tudo nos termos da fundamentação. Custas inexistentes.

TRT-PR-01787-1997-658-09-00-6-ACO-00810-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): PINHEIRO & SANTOS LTDA
ADVOGADO(S): MARCOS APOLLONI NEUMANN-ROSANO AUGUSTO KAMMERS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO, a fim de determinar a execução de contribuições previdenciárias, pela diferença, conforme cálculos já homologados, nos termos da fundamentação. Custas, para o agravante, isentas (Art. 790-A, inc. I, da CLT).

TRT-PR-02978-1997-095-09-00-6-ACO-00904-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
EMBARGADO V. Acordão n. 23660-2004
EMBARGANTE BRINK´S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): BRINK´S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
ADVOGADO(S): JULIANA ALVES DE ARAUJO-LUIZ RICARDO BERLEZE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos declaratórios da executada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. **EMENTA:** Contribuições previdenciárias. Acordo após o trânsito em julgado. Base de cálculo. A transação realizada pelas partes na fase de execução não produz qualquer efeito jurídico em relação às contribuições previdenciárias que foram constituídas anteriormente, através de decisão já transitada em julgado. As partes não podem dispor de crédito pertencente a outrem, no caso, o INSS. Os artigos 841, 844 e 850 do novo Código Civil não permitem que se alegue, no caso, contrariedade ao artigo 5º, II, da CF.

TRT-PR-00059-1998-669-09-40-6-ACO-00696-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA
Agravante(s): COMÉRCIO DE BEBIDAS PACCOLA LTDA
Agravado(s): BELMIRO FERREIRA PINTO
ADVOGADO(S): EDUARDO FERNANDO LACHIMIA-JOSE ROBERTO BEFFA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição da executada, por deficiência na formação. Custas nos termos do artigo 789-A da CLT.

TRT-PR-01574-1998-016-09-00-4-ACO-00531-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 20778-2004
EMBARGANTE RUBENS BEIRA
Agravante(s): RUBENS BEIRA
Agravado(s): VIACAO GRACIOSA LTDA
ADVOGADO(S): ALINE FABIANA CAMPOS PEREIRA-ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA-DOMICELA TRYBUS STANCZYK PAIOLA-LEO MARCOS PAIOLA-SILVIA LOURDES SOUZA DE BUENO GIZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01944-1998-071-09-00-5-ACO-00754-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA
Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Agravado(s): CARLOS CARVALHO COSTA
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS CASTELLON VILLAR-ROSELI HYEDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da reclamada. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, deferir o pedido de expedição de ofício à Delegacia da Receita Federal para restituição das custas processuais recolhidas na reclamação trabalhista. Sem custas.

TRT-PR-05659-1998-661-09-41-2-ACO-00911-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): MUNICIPIO DE MANDAGUARI
Agravado(s): EXMO SR JUIZ Relator DR LUIZ EDUARDO GUNTHER
ADVOGADO(S): FRANCISCO GONCALVES ANDREOLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao agravo regimental, nos termos do fundamentado. **EMENTA:** Agravo regimental. Confirmação de despacho que denega seguimento a agravo de petição em exceção de pré-executividade. Por ser a decisão de exceção de pré-executividade interlocutória, afeta a incidente da execução, não comporta recurso imediato. É bem verdade que o agravo de petição é o recurso específico contra decisão do juiz na execução (art. 897, a da CLT), mas restrito à hipótese de decisão terminativa ou definitiva do feito e somente admitido após o julgamento dos embargos do executado ou impugnação dos cálculos do exeqüente (art. 884 da CLT). Incabível contra decisão proferida antes mesmo da garantia do juízo. Agravo Regimental a que se nega provimento, mantendo-se a decisão agravada.

TRT-PR-12409-1998-007-09-41-4-ACO-00701-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Agravado(s): BENJAMIN ANTONIO MALUCELLI FILHO
ADVOGADO(S): FABIANO LUIZ SEGATO-VALMIR PALU
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-17078-1998-002-09-00-0-ACO-00618-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 21492-2004
EMBARGANTE HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
INPACEL INDUSTRIA DE PAPEL ARAPOTI S-A
Recorrente(s): INPACEL INDUSTRIA DE PAPEL ARAPOTI S-A-HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO-JOSE CARLOS SIQUEIRA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CHRISTIANE BACICHETI-DIOGO FADEL BRAZ-NALINLE M A O ALENCAR-NELTO LUIZ RENZETTI-PAULO MADEIRA-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade devotos, CONHECER DE AMBOS OS EMBARGOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE HSBC BANK BRASIL S-A-BANCO MÚLTIPLO para prestar esclarecimentos. Por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE INPACEL INDÚSTRIA DE PAPEL ARAPOTI S-A, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00128-1999-022-09-00-5-ACO-00552-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT PARANAGUA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 24570-2004
EMBARGANTE ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-
APPA
Recorrente(s): GASPAR BUDAL-ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-APPA
Recorrido(s): OS MESMOS SINDICATO DOS TRABALHADORES DE BLOCO NA MANUTENCAO LIMPEZA PORTOS EMBARCACOES TERMIN PRIVATIVOS RETR
ADVOGADO(S): ATHOS PEDROSO-LUIZ CARLOS LEANDRO FILHO-MARINEIDE SPALUTO CESAR-PAULO ALFREDO DAMASCENO FERREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA, por ir-

regularidade de representação.

TRT-PR-00180-1999-672-09-00-7-ACO-00800-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT WENCESLAU BRAZ-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
ADVOGADO(S): JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA GUZZIVERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para que o agravante recolha a importância apontada pelo INSS, nos termos da fundamentação. Custas processuais pelo agravado, no importe de R$ 44,26, dispensadas, nos termos do artigo 790-A, IV, da CLT.

TRT-PR-06958-1999-019-09-00-3-ACO-00703-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): ALESSANDRO VICTORELLI
Agravado(s): DECIO DE OLIVEIRA SILVA BICUDO
ADVOGADO(S): DURVAL ANTONIO SGARIONI JUNIOR-ELIZANDRO MARCOS PELLIN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas, pelo embargante, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, sem prejuízo das já contadas.

TRT-PR-16591-1999-016-09-00-7-ACO-00704-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): LUIZ ANTONIO DOS SANTOS CONFECCOES-ME
Agravado(s): THEREZINHA RECKTENWALD
ADVOGADO(S): FABIO TAVARES TORQUATO-ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, por igual votação, REJEITAR a preliminar de não cabimento, argüida em contraminuta pela exeqüente. No mérito, sem divergência de votos, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, reputando cabível a exceção de pré-executividade, determinar o retorno dos autos à MMª Vara de
Origem a fim de que examine o pedido da executada, como entender de direito. Custas inalteradas.

TRT-PR-21258-1999-008-09-40-0-ACO-00899-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): ESTACIONAMENTO SANTA RITA LTDA
Agravado(s): ARMANDO DA SILVA PEREIRA FILHO
ADVOGADO(S): AIRTON PEDRO DOS SANTOS-ROGERIO POPLADE CERCAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do executado. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para determinar o retorno dos autos à Origem para análise dos embargos, nos termos do fundamentado. Sem custas, por ora. **EMENTA:** Embargos à execução. Cabimento. Acordo na execução. Homologado acordo, na execução, exsurge para as partes o direito de embargar, pois não se está diante de acordo do art. 831, parágrafo único, da CLT, a atrair a hipótese de rescisória (Súmula nº 259-TST), sabendo-se, frise-se, que agravo de petição só pode ser interposto depois dos embargos à execução (pelo devedor), consoante artigos 884 e 897, "a", da CLT.

TRT-PR-25134-1999-009-09-40-0-ACO-00909-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): ANA CRISTINA DA COSTA NASCIMENTO
Agravado(s): EXMO SR JUIZ Relator DR LUIZ EDUARDO GUNTHER
ADVOGADO(S): PATRICIA TOSTES POLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao agravo regimental em decisão monocrática, nos termos do fundamentado. Sem custas. **EMENTA:** Agravo regimental. Decisão monocrática que denega seguimento a agravo de petição. Se o despacho agravado apenas atende ao que a própria exeqüente antes manifestou pretender, nada mencionando, na oportunidade, a respeito de assunto novel, sustentado só posteriormente, no agravo de petição, este recurso, de fato, mostra-se incabível, por dissociar-se do fundamento antecedente. Agravo regimental a que se nega provimento, mantendo-se a decisão monocrática.

TRT-PR-31035-1999-003-09-00-4-ACO-00700-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): VALIANTI ALIMENTOS LTDA
Agravado(s): ELIEL AFONSO PEREIRA
ADVOGADO(S): CLECI TEREZINHA MUXFELDT-LUCIANO GUIMARAES PIAZZETTA-PAULO ROBERTO PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas, pela executada, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final, sem prejuízo das já contadas.

TRT-PR-89086-1999-021-09-00-7-ACO-00898-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): JOSE SIDNEI THOMAZ
Agravado(s): FRIGORIFICO CENTRAL LTDA-FRIGORIFICO NOROESTE LTDA
ADVOGADO(S): APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES-EDILSON AVELAR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar nova reavaliação do bem penhorado. Custas inexistentes. **EMENTA:** Execução. Reavaliação de bem penhorado pelo Oficial de Justiça. Não obstante a fé pública de que é detentor o serventuário da justiça, restando demonstrado que o valor atribuído ao imóvel penhorado, em reavaliação, está em desconformidade com avaliação oficial anterior, sem que haja motivos circunstanciais para a discrepância, impõe-se novo avaliamento, agora por perito.

TRT-PR-00463-2000-670-09-00-0-ACO-00596-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 22814-2004
EMBARGANTE VOLKSWAGEM DO BRASIL LTDA
Recorrente(s): ANDERSON SOARES DEMBICKI
Recorrido(s): VOLKSWAGEM DO BRASIL LTDA
ADVOGADO(S): JOAO DOMINGOS CARDOSO-JOSE CARLOS MATEUS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para prestar esclarecimentos, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00764-2000-663-09-00-6-ACO-00527-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 22799-2004
EMBARGANTE CINIRA GARCIA LOPES
Agravante(s): CINIRA GARCIA LOPES-SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Agravado(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JUNIOR-ELEAZAR FERREIRA-JACQUELINE FERREIRA EMERICK MATOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-02726-2000-660-09-00-9-ACO-00816-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): PLUMA CONFORTO E TURISMO S-A
ADVOGADO(S): LEOPOLDO LOPES SOBRINHO-LUCIANO DELL'AGNOLO KUHN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, determinar o prosseguimento da execução da contribuição previdenciária devida pela ré, incidente sobre o valor total do acordo celebrado com o autor, abatidas as quantias já recolhidas sob o mesmo título. Custas inalteradas.

TRT-PR-03613-2000-071-09-00-5-ACO-00811-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): RADIO CIDADE DE CASCAVEL
ADVOGADO(S): ADILSON MIRANDA GASPARELLI-JURACI ANTONIO BORTOLOTTO-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do INSS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inexistentes.

TRT-PR-06228-2000-019-09-00-7-ACO-00903-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA
Agravado(s): JOSE APARECIDO CORREIA
ADVOGADO(S): LUIZ HENRIQUE VIEIRA-SANDRA ROSEMARY RODRIGUES DOS SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas, pela agravante, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Reflexos das extraordinárias sobre aviso prévio indenizado. Procedimento para o cálculo. A base dos reflexos das horas extraordinárias considera a média física dos últimos doze meses de contrato, a ser multiplicada pelo valor da hora extra do mês da rescisão contratual. Inteligência dos arts. 490 e 478 da CLT.

TRT-PR-17895-2000-004-09-00-6-ACO-00686-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
Recorrente(s): HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA
Recorrido(s): OSVALDO MARTINS DOMINGUES
ADVOGADO(S): CARLOS ALBERTO DA SILVA-JOAO CARLOS REGIS-LUIZ ALBERTO GONCALVES-SILVANE BUSINI POTRICH
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ, assim como das contra-razões. No mérito, por igual votação, EM DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) determinar seja observado o entendimento constante da OJ 23 da SDI-I do TST e b) determinar a dedução das contribuições previdenciárias sobre o total da condenação, observado o limite máximo do salário de contribuição. Custas inalteradas.

TRT-PR-21935-2000-002-09-00-1-ACO-00732-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): JOSE ELOIR GODOIS DE FREITAS
Recorrido(s): POSTO ESPIRITO SANTO LTDA-CIRO RENATO SANTANA DE ARAUJO-POSTO DE SERVICOS ZANGAO LTDA-OTTO SCHERNER & CIA LTDA-POSTO ESPANHA-ANTONIO TAKATOSHI AOKI-LUIZ CARLOS MANFIL DE SOUZA-CARISTOM CAOBIANCO-MARCIO AUGUSTO CAOBIANCO-AUTO POSTO ROCA GRANDE-COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS MC LTDA-POSTO NOVA ORLEANS LTDA
ADVOGADO(S): ANA CRISTINA TAVARNARO PEREIRA-CELIA DO ROCIO DE PAULA-EUCLIDES ROBERTO FACCHI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-24167-2000-008-09-01-9-ACO-00702-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): BANCO BANESTADO S-A
Agravado(s): LUIZA MIYOKO NODA
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-GUSTAVO MOREIRA GORSKI-INDALECIO GOMES NETO-INES MARIA MARZINEK
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-28004-2000-002-09-00-4-ACO-00907-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): FUNDACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Recorrido(s): MARIA DO ROCIO LOPES DOS SANTOS
ADVOGADO(S): JULIANE CANCELLI BOMBONATTO-LUIZ ANTONIO ABAGGE-MARIA LUCIA ARAUJO NOGUEIRA
DECISÃO: recolocado o processo em julgamento, por maioria de votos, EM ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ e correlatas contra-razões. No mérito, por maioria de votos, EM DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para: a) determinar que a correção monetária referente a salário em sentido estrito incida a partir do mês seguinte ao da prestação do trabalho observando-se, quanto às demais prestações, a época em que se tornaram legalmente exigíveis; e b) fixar os critérios para efetivação dos descontos fiscais, vencida parcialmente a Exma. Juíza Sueli Gil El Rafihi. Custas inalteradas. **EMENTA:** COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA-ARTIGO 652-D DA CLT-DESOBRIGATORIEDADE DE SUBMISSÃO-RESPEITO AO ARTIGO 5º, XXXV, DA CF-A Lei nº 9.958-2000, ao inserir o artigo 625-D na CLT, não tratou a matéria de forma impositiva, embora o texto legal utilize o verbo nesse tempo. Com efeito, quando o legislador diz "qualquer demanda", o faz de forma a enfatizar que não há restrição quanto ao tipo de demanda que "pode" ser apresentada à Comissão de Conciliação Prévia. Difícil imaginar que referida expressão queira significar que "toda demanda" de natureza trabalhista devesse ser submetida à CCP. Diz-se isso levando-se em consideração a utilidade da medida, pois, ao impor medidas inúteis, a Lei tornar-se-ia obstrutiva dos direitos dos cidadãos. A passagem ou não pela Comissão deve levar em consideração a vontade subjetiva dos sujeitos envolvidos, sob pena de ferimento do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição de 1988. Tanto é verdade que o Legislador não especificou nenhuma conseqüência caso as partes não submetessem sua demanda à CCP. Além disso, o credor não sequer obrigado a fazer acordo, e nem mesmo negociá-lo, uma vez que possui o inegável direito subjetivo de impor, ao devedor, a integralidade de seu crédito, encaminhando ao Judiciário sua pretensão.

TRT-PR-28824-2000-012-09-00-3-ACO-00600-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 23563-2004
EMBARGANTE REAL EXPRESSO LTDA
Recorrente(s): VALDECIR BATISTA DE SOUZA
Recorrido(s): REAL EXPRESSO LTDA
ADVOGADO(S): LUCIANE ROSA KANIGOSKI-SUZEL CRISTIANE KOIALANSKAS HAMAMOTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-28946-2000-008-09-00-0-ACO-00511-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 21241-2004
EMBARGANTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agravante(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agravado(s): ANECY MICHELE ZAMBONI
ADVOGADO(S): GUILHERME KIRTSCHIG-MOACYR FACHINELLO-PAULO IVAN LORENTZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para sanar a contradição relativa ao abatimento de horas extras pretendido, sem, contudo, alterar a decisão.

TRT-PR-00103-2001-670-09-00-0-ACO-00768-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): NUTRIMENTAL S-A INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Recorrido(s): PAULO CESAR TEODORO
ADVOGADO(S): DANILO EMILIO BERNARTT-FLAVIO DIONISIO BERNARTT-HELIO GOMES COELHO JUNIOR-JACQUELINE PIERRI-JOSE NAZARENO GOULART
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ, bem como das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, na forma da fundamentação, reconhecer que o autor, no que tange ao trabalho de segunda à sexta, encerrava sua jornada, todos os dias, às 17h00. Custas inalteradas. **EMENTA:** PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA DAS PRESTAÇÕES-COMUTATIVIDADE-HORAS EXTRAS-TRABALHO EXTERNO-CONFISSÃO DE QUE O TRABALHADOR NÃO CONSEGUIRIA TERMINAR O SERVIÇO DURANTE A JORNADA NORMAL DE TRABALHO-Ainda que o trabalho seja externo, devidas são as horas extras, com fundamento no princípio da equivalência das prestações, quando restar demonstrado que o autor não conseguiria fazer o serviço" durante a jornada normal de trabalho. Ocorre que o contrato de emprego tem como uma de suas características a comutatividade, e o salário normal não quita, obviamente, o trabalho excedente ao limite legal.

TRT-PR-00302-2001-656-09-00-1-ACO-00717-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT CASTRO-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
Recorrente(s): PINCEIS TIGRE S-A-TEREZINHA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDISON JOSE IUCKSCH-LAURES JOAQUIM PISNISK
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORINÁRIO DA RÉ e ADESIVO DA AUTORA, bem como das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DA AUTORA, analisado preferencialmente, para: I-deferir uma multa convencional por instrumento coletivo violado, observando-se o período imprescrito; e II-excluir os honorários advocatícios a que fora condenada. Por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ para: I-determinar como base de cálculo do adicional de insalubridade o piso salarial da categoria e, II-excluir da condenação os honorários advocatícios. Tudo nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-00535-2001-656-09-00-4-ACO-00662-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT CASTRO-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): IGUACU CELULOSE PAPEL S-A-DANIEL GIMENEZ
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANGELA NAIRA BELINSKI-NELTO LUIZ RENZETTI-ROBERTO BARRANCO-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS, DA RECLAMADA E DO RECLAMANTE e das contra-razões apresentadas. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) limitar os reflexos do adicional noturno nas horas extras, apenas àquelas cumpridas no período noturno; b) afastar os honorários advocatícios deferidos; c) estabelecer que a atualização monetária seja procedida com base nos índices fixados para o mês subseqüente ao trabalhado, quanto aos salários; d) autorizar a retenção das contribuições previdenciárias do crédito obreiro, mês a mês, e a dedução fiscal sobre o total da condenação tributável. Por maioria de votos, parcialmente vencidos os Exmos. Juízes Benedito Xavier da Silva e Ubirajara Carlos Mendes, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) acrescer horas extras além da 6ª diária e 36ª hora semanal (não cumulativamente) e reflexos, desde o período imprescrito até 30 de setembro de 1997; b) acrescer à condenação 40 minutos de horas extras "in itinere" e reflexos; c) excluir os honorários de sucumbência atribuídos ao autor. Custas inalteradas.

TRT-PR-00679-2001-089-09-40-7-ACO-00880-2005
Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: FERNANDO EIZO ONO
Agravante(s): MUNICIPIO DE KALORE
Agravado(s): EXMO SR JUIZ PRESIDENTE DO E. TRT 9ª REGIÃO
ADVOGADO(S): SANDRO HENRIQUE TROVAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo regimental interposto pelo Município de Kaloré e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado.

TRT-PR-00725-2001-653-09-00-2-ACO-00759-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAPONGAS-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA-SEBASTIAO BONIFACIO DOS SANTOS
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-MARCOS EUGENIO-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RÉ para autorizar descontos fiscais e explicitar os seus critérios de incidência dos descontos previdenciários e fiscais. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR para deferir diferenças de pagamento de horas extras, relativamente ao período posterior a julho-2000. Por unanimidade de votos, condenar, ainda, a ré em multa por litigância de má-fé, tudo nos termos da fundamentação. Custas acrescidas, sobre o valor provisoriamente arbitrado de R$1.000,00, no importe de R$20,00.

TRT-PR-00978-2001-025-09-00-8-ACO-00848-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT UMUARAMA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): GIRLENE DA SILVA ANDRADE MASSON-MUNICIPIO DE ALTONIA-REMESSA EX OFFICIO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE ANTONIO TRENTO-WAGNER KIYOSHI DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS e das contra-razões, mas NÃO CONHECER DA REMESSA DE OFÍCIO, com fundamento na Súmula nº 303, a, do TST. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO ,analisado preferencialmente, para excluir a determinação de expedição de ofício à Delegacia de Polícia. Por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01101-2001-670-09-00-8-ACO-00571-2005

Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 19114-2004
EMBARGANTE ANTONIO ORTIZ TORRES
Recorrente(s): EDGAR BERLEZE & CIA LTDA
Recorrido(s): ANTONIO ORTIZ TORRES
ADVOGADO(S): CARLOS VANDERLEI MUHLSTEDT-ENILSON LUIZ WILLE
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO do Reclamante. No mérito, sem divergência de votos, EM NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01108-2001-670-09-00-0-ACO-00680-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): J BERTI & CIA LTDA
Recorrido(s): LUIZ CARLOS DA SILVA
ADVOGADO(S): JOSE CARLOS ALVES SILVA-KARLA NEMES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, assim como das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Relator), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) determinar o desconto de vale-transporte que cabe ao empregado, nos termos da lei; b) restringir a condenação ao cumprimento da obrigação de fazer, qual seja, entregar as guias para o saque das parcelas do seguro-desemprego e, na impossibilidade de o Autor receber o benefício, seja a Reclamada responsável pelo pagamento da indenização substitutiva determinada na sentença. Custas, pela Reclamada, no importe de R$ 176,00, calculadas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 8.800,00

TRT-PR-01172-2001-022-09-00-8-ACO-00799-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT PARANAGUA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): OTILIO DOS SANTOS SILVA-ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-APPA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CRISTIANO EVERSON BUENO-GERALDO HASSAN-TATIANA LAZZARETTI ZEMPULSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA, APPA, para determinar que os descontos fiscais incidam sobre o valor total da condenação, observadas as diretrizes da fundamentação. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas

TRT-PR-01439-2001-022-09-00-7-ACO-00554-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT PARANAGUA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 23445-2004
EMBARGANTE ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-
APPA
Recorrente(s): ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-APPA-JOSE OTAVIO SILVA DE SOUZA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CRISTIANO EVERSON BUENO-ROBERTO TSUGUIO TANIZAKI-TATIANA LAZZARETTI ZEMPULSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, declarar prequestionada a matéria.

TRT-PR-01491-2001-022-09-00-3-ACO-00882-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT PARANAGUA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): MUNICIPIO DE PARANAGUA
Recorrido(s): VALCENIR ANDERSON ALVES
ADVOGADO(S): FRANCISCO CARLOS FANINE-REGINA MITSUE TABUSHI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", por incabível. Por igual votação, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, por intempestivo, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** REMESSA "EX OFFICIO" – NÃO CONHECIMENTO – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 303 DO TST-É incabível a remessa necessária, quando a condenação for inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, por aplicação do disposto no Enunciado 303 do TST cuja redação toma por base o disposto no artigo 475, e parágrafos 2º e 3º, do CPC. As hipóteses destes parágrafos não guardam qualquer relação de interdependência entre si. Assim, também, não se conhece de remessa "ex officio" de causas cuja decisão estiver em consonância com o plenário do STF, Súmula do STF ou do TST, ou Orientação Jurisprudencial do TST, ainda que a condenação ultrapasse os 60 (sessenta) salários mínimos (o 3º do artigo 475 do CPC).

TRT-PR-01517-2001-670-09-00-6-ACO-00863-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): PETRUCIO CANDIDO DA SILVA
Recorrido(s): MONTANA INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA
ADVOGADO(S): MARIA MERCEDES UBA-ROSANA VIDOLIN MARQUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, mas não das contra-razões, por intempestivas. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para: a) deferir os benefícios da justiça gratuita; b) condenar a reclamada ao pagamento do adicional de horas extras, para aquelas trabalhadas além de 8 h diárias e 44 h semanais, calculadas não cumulativamente, e as trabalhadas em feriados, sem compensação, durante todo o período; c) acrescer à condenação a indenização por dano moral, nos termos da fundamentação. Custas pela reclamada, de R$30,00, apuradas pelo valor arbitrado provisoriamente à condenação, no importe de R$1.500,00. **EMENTA:** DANO MORAL-RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR-ARTIGO 927 DO NOVO CÓDIGO CIVIL-ATIVIDADE DE RISCO-ACIDENTE DE TRABALHO Partindo da tese da responsabilidade objetiva, tem-se que, quando o empregador exerce atividade de risco, o mesmo é responsável pelo dano, independentemente de prova da sua culpa, isto porque, conforme preceitua o artigo 927 parágrafo único do Código Civil: "haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados e, lei, ou quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem." Certo que nos autos, a atividade desenvolvida pelo empregador envolve risco para com os direitos do empregado, em razão de que os testes elétricos realizados nos produtos fabricados envolvem possibilidade de curtos circuitos, que podem sem dúvida alguma causar danos ao trabalhador. Ademais, percebe-se ainda que a empresa não exigia utilização de EPI, o que sem dúvida teria abrandado os danos sofridos pelo autor.

TRT-PR-02581-2001-024-09-00-4-ACO-00561-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 23968-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO MARCIO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): MARCIO XAVIER DA SILVA-BANCO BANESTADO S-A E OUTROS 2
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALFREDO SCHWENNING-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-JOAO LUIS VIEIRA TEIXEIRA-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS RECLAMADOS E DO RECLAMANTE. No mérito, por igual votação, EM DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS RECLAMADOS, apenas para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação. Por igual votação, EM DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE para sanar omissões referentes à reintegração e promoções, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-03524-2001-513-09-00-0-ACO-00565-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 24973-2004
EMBARGANTE SELMI & CIA LTDA
Recorrente(s): JOSMAR PAULINO DA SILVA-SELMI & CIA LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FERNANDA MICHELLE KHATER FONTES BRITO-GISELE ANDREA MARTINS NOGUEIRA-GUSTAVO PESSOA FAZOLO-JULIANO TOMANAGA-MEIRE REGINA PALLA FONTES-ROSANGELA KHATER
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO da Reclamada. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração para, sanando a omissão apontada, determinar a inclusão do processo em pauta para julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Ré em 13-08-2004 (fls. 471-476), nos termos da fundamentação.

TRT-PR-04235-2001-021-09-00-1-ACO-00539-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 24079-2004
EMBARGANTE MARCOS AURELIO ZANATTA
Recorrente(s): MARCOS AURELIO ZANATTA-EMPRESA JORNALISTICA FOLHA DE LONDRINA LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES-APARECIDO DONIZETTI ANDREOTTI-ISABEL CRISTINA MELO SALDAN-SILVANIA MARIA BOLZON-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, em prestar-lhes os devidos esclarecimentos.

TRT-PR-04395-2001-012-09-00-0-ACO-00691-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL-ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A-LUIZ ROBERTO DE LIMA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANA SILVIA VOSS-JOAO AUGUSTO DA SILVA-SANDRA CALABRESE SIMAO-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS e das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Dirceu Pinto Junior (Revisor), NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DAS RECLAMADAS, analisados em conjunto, nos termos da fundamentação; sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) deferir o pedido de reintegração no emprego, com pagamento de salários, desde despedimento até efetiva reintegração (nas mesmas funções e condições então vigentes); b) acrescer à condenação 1h30min por semana, como extras, pela participação em reuniões, durante todo o período imprescrito. Custas de R$1.000,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$50.000,00.

TRT-PR-04709-2001-004-09-00-0-ACO-00864-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO-SENFF PARATI S-A-CAROLINE DA CONCEICAO NOVITZKI
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO-MARCELO CRISSANTO MALLIN-ODILA VOIDELO-STELA MARLENE SCHWERZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA 1ª RECLAMADA (COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO), DA RECLAMANTE E DA 2ª RECLAMADA (SENFF PARATI S-A), bem como as contra-razões da 1ª Reclamada. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA 1ª RECLAMADA, analisado preferencialmente, para, nos termos da fundamentação: a) determinar a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 23 da SBDI-1 do TST; b) determinar que os descontos de imposto de renda sejam calculados ao final e sobre o valor total dos créditos tributáveis; c) alterar critério da correção monetária; por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Eneida Cornel (Revisora), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) declarar a nulidade da demissão da Reclamante, convertendo-a em dispensa sem justa causa, acrescendo-se à condenação as seguintes parcelas: aviso prévio (30 dias); 01-12 de férias e respectiva gratificação de 1-3 decorrente da projeção ficta do aviso prévio;) 01-12 de 13º salário decorrente da projeção ficta do aviso prévio; multa de 40% incidente sobre os depósitos constantes na conta vinculada da Reclamante; entrega de termo de rescisão contratual, com código 01, para saque dos depósitos constantes na conta vinculada; fornecimento de guias do seguro-desemprego, sob pena de pagamento de indenização equivalente; por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA 2ª RECLAMADA, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-05823-2001-004-09-00-7-ACO-00590-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 21502-2004
EMBARGANTE ROBERT BOSCH LTDA
IARA FELICIANO DOS SANTOS
Recorrente(s): IARA FELICIANO DOS SANTOS-ROBERT BOSCH LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ABNER PEREIRA DA SILVA-ALEXANDRE EUCLIDES ROCHA-CARLOS AFONSO GONCALVES GOMES COELHO-MARCO ANTONIO CESAR VILLATORE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DO RÉU para corrigir erro material e declarar que a ação foi ajuizada antes de esgotar-se o prazo de estabilidade por doença relacionada ao trabalho e, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DA AUTORA para acrescer fundamentos ao acórdão, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-08037-2001-016-09-00-1-ACO-00900-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): ALDA HAQUE KOVALCZYWSKI
Agravado(s): HOSPITAL E MATERNIDADE VILA HAUER LTDA
ADVOGADO(S): CARMEN SILVIA ARRATA-MARION DE BASTOS KUSTER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da exeqüente e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas, pela agravante, inexistentes. **EMENTA:** Massa Falida. Penhora anterior à decretação da falência. Em que pese a constrição judicial sobre imóvel de propriedade da empresa devedora ocorrido antes de decretada a falência, a execução do crédito trabalhista deve ser processada perante o Juízo Falimentar, declarando-se a incompetência da Justiça do Trabalho (OJ EX SE 48-RA-SE 1-2004. DJPR 14.05.04)

TRT-PR-13717-2001-001-09-00-8-ACO-00574-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
EMBARGADO V. Acordão n. 17418-2004
EMBARGANTE SANDRA KELLY DUTRA DE MORAES
Recorrente(s): SANDRA KELLY DUTRA DE MORAES
Recorrido(s): ROMA COLOR COMÉRCIO DE MATERIAIS FOTOGRAFICOS LTDA
ADVOGADO(S): MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA-THAIS PERRONE PEREIRA DA COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar reflexos das horas extras em RSR e, após, em aviso prévio, férias com 1-3, 13o salário e FGTS (11,2%).

TRT-PR-15228-2001-016-09-00-0-ACO-00636-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: JOSE APARECIDO DOS SANTOS
Recorrente(s): BANCO BCN S-A
Recorrido(s): ERAIME SADI SCHMIDT
ADVOGADO(S): MURILO RAMON-RODRIGO THOMAZINHO COMAR
DECISÃO: por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Relator, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RÉU; no mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Relator, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação determinar a: a) observância do Enunciado 340 à época em que a reclamante recebeu comissões; b) incidência do imposto de renda a ser retido na fonte sobre a totalidade dos créditos tributáveis da condenação, observados os critérios de cálculo previstos nas normas regulamentares do tributo. Custas inalteradas.

TRT-PR-15428-2001-002-09-00-0-ACO-00737-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): NEW HUBNER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA-ROBSON DE FRANCA SOUZA
Recorrido(s): OS MESMOS ASSESSORIA EMPRESARIAL APTUS LTDA
ADVOGADO(S): IARA BEATRIZ CERQUEIRA LIMA-LUCIANO GUIMARAES PIAZZETTA-PAULO ROBERTO PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, por igual votação, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA 1ª RECLAMADA, por deserto. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE para: declarar nulos os atos processuais praticados a partir da audiência de fl. 199, determinando o retorno dos autos à origem. Tudo nos termos da fundamentação. Sem custas, por ora.

TRT-PR-15509-2001-012-09-00-7-ACO-00786-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): LUIZ ANTONIO GAI-RENNER SAYERLACK S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO-LINCOLN LUIZ HERRERA ROCHA-MARCO AURELIO GUIMARAES-SANDRA CALABRESE SIMAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ E DO AUTOR e correlatas contra-razões. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR. Sem divergências de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ para: fixar os critérios para efetivação dos descontos previdenciários, e para autorizar os descontos fiscais. Custas inalteradas. **EMENTA:** TRABALHO EXTERNO-CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO-EXCEÇÃO DO INCISO I DO ARTIGO 62 DA CLT-A aplicação do artigo 62, I da CLT envolve a análise de provas da existência de mecanismos de controle de horário, caso a caso. Se a prova indica que o empregado poderia se ativar livremente ante o plano de visitas vez que ausente qualquer controle ou cobrança pelo empregador, e ausentes elementos que indiquem que a jornada fosse constantemente fiscalizada, os limites identificados à plena liberdade na ingerência da jornada diária, não tem o dom de afastar a presunção legal que decorre do artigo 62, I, do Texto Consolidado.

TRT-PR-16911-2001-016-09-00-4-ACO-00654-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): JOSE ANTONIO ALVES
Recorrido(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
ADVOGADO(S): ILDE HELENA GURKEWICZ-LEO MARCOS PAIOLA-SILVIA LOURDES SOUZA DE BUENO GIZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões da Reclamada. No mérito, sem divergência de votos votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) deferir pagamento de adicional de periculosidade e reflexos; b) atribuir ônus dos honorários periciais à Reclamada. Custas pela Reclamada, no valor de R$ 540,00, na forma da lei.

TRT-PR-17244-2001-004-09-00-7-ACO-00555-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25009-2004
EMBARGANTE ALESSANDRO CESAR GARCIA
Recorrente(s): ALESSANDRO CESAR GARCIA
Recorrido(s): VIEIRA BIANCO & CIA LTDA
ADVOGADO(S): FRANCISCO CUNHA SOUZA FILHO-LEANDRA MONTENEGRO CAMPANHOLO-PAULO ROBERTO PEREIRA-VANESSA GROGER
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO AUTOR. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação.

TRT-PR-17265-2001-007-09-00-1-ACO-00616-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24679-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A E OUTROS
LUDOVICO SERGIO KUCZKOWSKI
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outro-LUDOVICO SERGIO KUCZKOWSKI-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-INES ESTANISLAVA PUCCI-JAQUELINE TEREZINHA SANTOS LISOTTI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS EMBARGOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DO RÉUS, para prestar esclarecimentos e, por igual votação, DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR para esclarecer a data de adoção do eletrônico, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-17267-2001-651-09-00-8-ACO-00620-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 21493-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A E OUTROS
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outros(02)-CICERO DIAS DA SILVA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-INDALECIO GOMES NETO-LETICIA DANIELE SIMM-ODERCI JOSE BEGA-PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM-TATIANE RAQUEL BASTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS RÉUS para acrescer fundamentos ao acórdão e, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DO AUTOR para corrigir erro material e acrescer fundamentos ao julgado, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-17820-2001-007-09-00-5-ACO-00733-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): EMERSON FRANCISCO SIMOES
Recorrido(s): MARINHO RESTAURANTE BAR LTDA
ADVOGADO(S): ALBERTO MANENTI-ROSANE LOYOLA BASSO-SAMUEL GELSON CARDOSO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO, para, nos termos da fundamentação, fixar a indenização substitutiva do seguro-desemprego em R$846,00 (oitocentos e quarenta e seis reais). Custas, pela reclamada, acrescidas em R$16,92, sobre o valor acrescido à condenação, de R$846,00.

TRT-PR-18134-2001-009-09-00-4-ACO-00591-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24681-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): ANTONIO VALDOMIRO VOLPATO
ADVOGADO(S): DOUGLAS WAYSS-EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-ISAIAS ZELA FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-18269-2001-002-09-00-5-ACO-00621-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 21062-2004
EMBARGANTE COPEL TRANSMISSAO S-A
Recorrente(s): COPEL TRANSMISSAO S-A-ENNIO MARQUES VIANNA NETO
Recorrido(s): OS MESMOS FUNDACAO COPEL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
ADVOGADO(S): CHRISTIAN SCHRAMM JORGE-CRISTINA KAKAWA-EROS GIL PETERS-IRINEU JOSE PETERS-IRINEU PETERS-JOSIEL VACISKI BARBOSA-MARCELO MARCO BERTOLDI-RAFAEL GUSTAVO PALUMBO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-18362-2001-003-09-00-6-ACO-00614-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24641-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outros(02)-MARIO NELSON CARMINATI GREIN-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS MENDES ALCANTARA-EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-GUSTAVO MOREIRA GORSKI-INDALECIO GOMES NETO-ODERCI JOSE BEGA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para acrescer fundamentos ao acórdão, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-18505-2001-652-09-00-9-ACO-00617-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 21504-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrente(s): WILSON GANEM
Recorrido(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
ADVOGADO(S): INDALECIO GOMES NETO-MARIANNE SILVA MALVEZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO e condenar os embargantes ao pagamento de multa, em razão do caráter manifestamente protelatório da medida oposta, no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único do Código de Processo Civil e da fundamentação.

TRT-PR-18553-2001-005-09-00-0-ACO-00587-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 22994-2004
EMBARGANTE FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
BANCO BANESTADO S-A
Recorrente(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrido(s): SANDRA SIQUEIRA
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-JACQUELINE PIERRI-MARIANNE SILVA MALVEZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO e condenar os embargantes ao pagamento de multa, em razão do caráter manifestamente protelatório da medida oposta, no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único do Código de Processo Civil e da fundamentação.

TRT-PR-18557-2001-003-09-00-6-ACO-00761-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Recorrente(s): ODIVANIR DOS ANJOS MAIA-Recurso Adesivo-BRASIL TELECOM S-A-BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-FLAVIO DIONISIO BERNARTT-INDALECIO GOMES NETO-JOSE NAZARENO GOULART-REGINA MARIA ROSENAU
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-18617-2001-016-09-00-7-ACO-00715-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): MASSA FALIDA DE MULTIPLAN ADMINISTRADORA NACIONAL DE CONSORCIOS LTDA-SINDICO: MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES
Recorrido(s): VALDINEI VITO-MOVELBRAS COMÉRCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
ADVOGADO(S): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-MARCIO GUBERT DE OLIVEIRA-RITA MARIA NEIMEYER LAMARAO DE PAULA SOAREZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA e das contra-razões do Reclamante. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-18699-2001-004-09-00-0-ACO-00725-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): ALISSON SCHEFER
Recorrido(s): ERONI MARIA RODRIGUES
ADVOGADO(S): ALMIR TADEU BOTELHO-SILVIO CESAR MICHELETTI
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ e correlatas contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para: a) excluir o vínculo de emprego reconhecido com a parte Ré e consectários decorrentes; b) afastar a determinação de expedição de oficio ao Ministério Público Federal para a apuração de crime de falso testemunho das Sras. Helena Felix Gaspar e Claudice Maki Soares. Custas invertidas, dispensadas.

TRT-PR-18943-2001-651-09-00-0-ACO-00588-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24686-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
CARMELITA MARIA BERTHIER SILVEIRA
Recorrente(s): CARMELITA MARIA BERTHIER SILVEIRA
Recorrido(s): BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-FABIANO NEGRISOLI-INDALECIO GOMES NETO-LEANDRO HERLEINN MURI-PATRICK ROCHA DE CARVALHO-WILSON RAMOS FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS PARTES. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RÉ e, por igual votação, DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA AUTORA para suprir omissão e deferir o pagamento de reflexos da gratificação TCS no FGTS, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-18955-2001-006-09-00-1-ACO-00592-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 21506-2004
EMBARGANTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-INFOCOOP SERVICOS COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS DE PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
Recorrido(s): MARISA DIAS RIATO
ADVOGADO(S): ALEXANDRE DALLA VECCHIA-BERNARDO MOREIRA DOS SANTOS MACEDO-CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR-MARILU HAUER DE OLIVEIRA-RENATA RAJA GABAGLIA-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-20175-2001-002-09-00-6-ACO-00575-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25005-2004
EMBARGANTE ISDRALIT INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrente(s): JOSE DO NASCIMENTO-ISDRALIT INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALEXANDRE LIPKA-CASSIANO RICARDO REGIS-JOAO CARLOS REGIS-MARCELO VIEIRA DE PAULA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO da Reclamada. No mérito, sem divergência de votos, EM NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-20263-2001-011-09-00-9-ACO-00734-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): TECDATA SERVICOS LTDA-VANESSA ANTUNES PEREIRA-GELRE TRABALHO TEMPORARIO S-A
ADVOGADO(S): ANANIAS CEZAR TEIXEIRA-FABRICIO MAGGI RÉUSING-GIOVANI DA SILVA-JAIRO LOPES DE OLIVEIRA-SANDRO LUNARD NICOLADELI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA 1ª RECLAMADA (Brasil Telecom) e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-20485-2001-006-09-00-6-ACO-00772-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): CARLOS ALBERTO MARQUES FERREIRA NUNES-BANESTADO S-A CORRETORA DE CAMBIO TITULOS E VALORES MOBILIARIOS
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANALU RIESEMBERG GLEICH-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-JAMIL NABOR CALEFFI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA E DO RECLAMANTE. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, para fixar o intervalo do reclamante em 1h diária, bem como excluir da condenação o pagamento de horas extras e reflexos pela violação do intervalo intrajornada. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** BANCO BANESTADO S-A e BANCO ITAÚ S-A – APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – RESCISÃO CONTRATUAL – PRESCRIÇÃO-A aposentadoria por invalidez não é causa de extinção do contrato de trabalho, permanecendo ele suspenso até que o empregado recupere a capacidade de trabalho. É o que dispõe o artigo 475 e o 1º, da CLT. No entanto, uma vez rescindido o contrato de trabalho, aplica-se a prescrição bienal e qüinqüenal previstas no art. 7º, XXIX, "a" da CF-88, contadas a partir do ajuizamento da ação (OJ nº 204 da SDI do C. TST), para postular a nulidade do ato de demissão e-ou quaisquer outros direitos decorrentes do contrato. Tal entendimento não viola o art. 119 do novo CCB.

TRT-PR-20489-2001-012-09-00-6-ACO-00719-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S-A-OSWALDO DA SILVA REGO-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO(S): ARLINDO MENEZES MOLINA-MARILIA MARIA PAESE-NIVALDO MIGLIOZZI-VILMA MARINITA MARTINS
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR OS RECURSOS DO 1º RECLAMADO e DO AUTOR, e as contra-razões respectivas. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO 1º RECLAMADO para excluir da condenação o pagamento de diferenças salariais decorrentes de redução de promoções. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, tudo nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-20962-2001-015-09-00-4-ACO-00633-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): JOAO CARLOS WINTERS-BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S-A BANESPA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FABIANA MEYENBERG VIEIRA-MARCELO RODRIGUES-PAULO ANDRE CARDOSO BOTTO JACON
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, analisado preferencialmente; por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Relator), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) determinar a retificação da CTPS do Reclamante, a fim de constar como data de saída 28.11.2001, face à projeção do aviso prévio indenizado; b) acrescer horas extras, por supressão de intervalo intrajornada; c) deferir o pagamento da multa prevista na cláusula 78a do ACT 2000-2001; d) determinar a entrega ao Autor das guias necessárias à habilitação no programa do seguro-desemprego, sob pena de pagamento de indenização substitutiva; e) deferir as diferenças de multa de 40% do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários de que trata a Lei Complementar nº 110-2001; f) conceder ao Autor os benefícios da assistência judiciária gratuita.Custas complementares, pelo Reclamado, no importe de R$ 120,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 6.000,00.

TRT-PR-21532-2001-004-09-00-6-ACO-00572-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25226-2004
EMBARGANTE DANIELLI DE LIMA DA LUZ
Recorrente(s): DANIELLI DE LIMA DA LUZ-C&A MODAS LTDA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS CORDEIRO-JOAO ROBERTO SANTOS REGNIER-JORGE ANTONIO NASSAR CAPRARO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA AUTORA. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS para prestar esclarecimentos.

TRT-PR-21552-2001-002-09-00-4-ACO-00639-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): CARLOS VITOR WESSOLOVSKI-Recurso Adesivo-BANCO BRADESCO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-FABIO RICARDO FERRARI-LEILA CRISTINA ROJAS GAVILAN VERA-ODUVALDO ELOY DA SILVA ROCHA-RODRIGO THOMAZINHO COMAR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO E ADESIVO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação: a) excluir o sábado como dia de repouso semanal remunerado a partir de 01.09.2000, para fins de reflexos das horas extras; b) autorizar a retenção dos valores devidos à Previdência Social dos créditos do Reclamante; c) determinar a retenção dos valores a título de imposto sobre a renda, autorizando tal desconto sobre os créditos do Reclamante e; d) determinar a incidência da atualização monetária a partir da data do vencimento da obrigação que, em relação às parcelas de caráter mensal, corresponde ao mês seguinte ao da prestação dos serviços; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) reconhecer que a jornada fixada na sentença foi praticada durante todo o período imprescrito; b) deferir o pagamento de diferenças da multa de 40% do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários; c) condenar o Reclamado ao pagamento de uma multa convencional por instrumento normativo violado prevista nas CCT de 96-97, 97-98, 98-99, 99-00.Custas, pelo Reclamado, no importe de R$ 400,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 20.000,00.

TRT-PR-22731-2001-009-09-00-3-ACO-00585-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 22836-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A E OUTROS
Recorrente(s): ARMANDO LUIZ SPOSITO-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO-JOSE LUCIO GLOMB
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL apenas para prestar esclarecimentos e acrescer fundamentos ao v. acórdão.

TRT-PR-23066-2001-652-09-00-6-ACO-00535-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 23969-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A E OUTRO
Recorrente(s): LAISSE DE VITO-Recurso Adesivo-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALVARO EIJI NAKASHIMA-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-MONICA CARARO BREMER
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO apenas para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-51736-2001-022-09-00-3-ACO-00676-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT PARANAGUA-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): MAURO TEIXEIRA e outros-ÓRGÃO DE GESTAO DE MAO-DE-OBRA DO SERVICO PORTUARIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUA E ANTONINA OGMO-PR-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS AGENCIA MARITIMA ORION LTDA
ADVOGADO(S): ALBERTO MANENTI-JEFFERSON DE ALMEIDA BORGES-ROGERIO DE PAULA ALVES-SANDRA APARECIDA STOROZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER dos recursos ordinários em procedimento sumaríssimo, principal dos autores e adesivo do 2º reclamado, das contra-razões, eis que regularmente apresentados, bem como dos documentos de fls. 218-222, trazidos com as contra-razões do 2º reclamado, mero subsídio jurisprudencial. Sem divergência de votos, EM REJEITAR A PRELIMINAR de deserção (argüida em contra-razões, pelos autores)-totalmente incabível a alegação de que o 2º reclamado deixou de efetuar o depósito recursal, posto que a condenação ao pagamento das custas foi dirigida aos reclamantes, as quais foram dispensadas, em vista da total improcedência dos pedidos. No mérito, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Rosalie Michaele Bacila Batista, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA 2ª RÉ, analisado preferencialmente, declarando que as razões de decidir são as da sentença, onde confirmada (litigância de má-fé), mais as seguintes: prescrição bienal-reformulando entendimento anteriormente adotado, este i. Relator, ante o recente posicionamento desta E. Turma, neste caso, vota no sentido de que o contrato de trabalho, formado entre trabalhador portuário e o tomador dos serviços, está sujeito à prescrição bienal, devendo ser ajuizada a ação no prazo máximo de 2 anos após cumprido o objeto da prestação dos serviços. Ao contrário do alegado pelos recorridos, não há prova de que há identidade de pedidos entre a presente ação e aquela arquivada em 13-12-99, tendo em vista que os documentos de fls. 14-15 não demonstram qual era o pedido desta. Portanto, os autores não se desincubiram de seu ônus. Assim, considerando que a hipótese em apreço tem como fundamento os descontos ocorridos nos anos de 1997 e 1998 e, como somente foi ajuizada em 28-11-2001, impõe-se declarar a prescrição dos direitos dos reclamantes. Neste sentido: "TRABALHADOR AVULSO PRESCRIÇÃO TERMO INICIAL. A Constituição Federal, no art. 7º, XXXIV, garante a igualdade de direitos entre o trabalhador avulso e o com vínculo empregatício. O trabalhador avulso é aquele que presta serviços a diversas empresas, sem a formação de vínculo de emprego, tendo como intermediador obrigatório o Órgão de Gestão de Mão-de-Obra OGMO, conforme o disposto na Lei nº 8.630-93. O Órgão de Gestão de Mão-de-obra, portanto, constitui-se em mero responsável pela arrecadação e repasse da remuneração dos trabalhadores, enquanto que o vínculo contratual se dá diretamente entre o avulso e o tomador dos serviços, de forma que, cumprido seu objeto, nova contratação adquire

contornos de independência da anterior, daí o termo inicial para efeito da prescrição. Impõe-se, pois, a sua aplicação bienal, declarando-se prescritos os direitos decorrentes de contratações que tenham se extinguido até o limite de dois anos antes da propositura da ação. Recurso de revista provido" (Proc. TST nº RR-1417-2001-001-13-00.4, publ. DJ 17-9-2004). Por conseqüência, resta prejudicado o recurso dos autores. Custas inalteradas.

TRT-PR-71195-2001-011-09-00-6-ACO-00525-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 16363-2004
EMBARGANTE REALGAS COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA E
OUTROS
Agravante(s): REALGAS COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
Agravado(s): VILSON FERREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(S): LINEU MIGUEL GOMES-VILSON GUDOSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, EM NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00178-2002-022-09-00-9-ACO-00562-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT PARANAGUA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
EMBARGADO V. Acordão n. 24572-2004
EMBARGANTE ANTONIO MARCOS NASCIMENTO SCHMIDT
Recorrente(s): ANTONIO MARCOS NASCIMENTO SCHMIDT-ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-APPA
Recorrido(s): OS MESMOS SINDICATO DOS TRABALHADORES DE BLOCO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DE LIMPEZA HIGIENE E MANUTENCAO DOS PORTOS TERMINAIS PRIVADOS E RETROPORTO EM GERAL DO ESTADO DO PARANA
ADVOGADO(S): CRISTIANO EVERSON BUENO-NORIMAR JOAO HENDGES-TATIANA LAZZARETTI ZEMPULSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO AUTOR e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, apenas para prestar os esclarecimentos constantes na fundamentação.

TRT-PR-00320-2002-661-09-00-0-ACO-00602-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21490-2004
EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S-A
Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S-A-CELINA KAZUMI YOSHIZAWA-Recurso Adesivo(RECURSO ADESIVO)
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): BEATRIZ FERREIRA DA COSTA HAUARE-NILSON CEREZINI-WALTER DA COSTA-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00345-2002-091-09-00-6-ACO-00598-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT CAMPO MOURAO-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
EMBARGADO V. Acordão n. 23776-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): MAURO FIORIN
ADVOGADO(S): ANA SILVIA VOSS-GUSTAVO MOREIRA GORSKI-MARCIA PAIVA LOPES-NILSON CEREZINI-SILVANIA MARIA BOLZON
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para imprimir efeito modificativo à decisão embargada e acrescer ao dispositivo o provimento parcial ao recurso dos réus para que as verbas rescisórias sejam abatidas dos valores que o autor receberá pela reintegração no emprego, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00431-2002-653-09-00-1-ACO-00601-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAPONGAS-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21642-2004
EMBARGANTE NORTOX S-A
Recorrente(s): REINALDO BARBOSA-NORTOX S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARA DENISE VASSELAI-MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO-PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM-SERGIO EDUARDO CANELLA-ZENO SIMM
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para prestar os esclarecimentos constantes do item III da fundamentação.

TRT-PR-00461-2002-089-09-00-9-ACO-00537-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
EMBARGADO V. Acordão n. 15567-2004
EMBARGANTE FUNDACAO COPEL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
Recorrente(s): OSNY MATHIAS HOFFMANN
Recorrido(s): COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL-FUNDACAO COPEL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
ADVOGADO(S): DENISE CANOVA-EROS GIL PETERS-IRINEU JOSE PETERS-IRINEU PETERS-JOBERSON FERNANDO DE LIMA SILVA-WILSON LEITE DE MORAIS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração da 2ª reclamada e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) determinar a inclusão, na conclusão do acórdão, da condenação solidária entre as reclamadas; b) acrescer fundamentos ao acórdão, quanto à contribuição sobre diferenças.

TRT-PR-00463-2002-670-09-00-2-ACO-00738-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): KND AUTOMOTIVO SERVICOS DE LOGISTICA LTDA
Recorrido(s): SIDIONIR BARBOSA DA CRUZ
ADVOGADO(S): EDSON HAUAGGE-ENRICO MIGUEL NICHETTI-JOAOZINHO SANTANA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00511-2002-093-09-00-7-ACO-00831-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT CORNELIO PROCOPIO-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): REGINALDO REZENDE DOS SANTOS-MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE-REMESSA EX OFFICIO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JAIME COMAR-MONICA RIBEIRO BONESI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO RECLAMANTE E DO RECLAMADO e das contra-razões apresentadas. Por igual votação, NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, por incabível. Sem divergência de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade, por cerceamento de defesa. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO VOLUNTÁRIO DO MUNICÍPIO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação: a) afastar o adicional de 50% sobre as horas extras e reflexos, bem como as horas de sobreaviso deferidas; b) determinar que o adicional de insalubridade seja calculado sobre o salário mínimo. Por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00581-2002-662-09-00-6-ACO-00862-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Recorrente(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO-ROBERTO CARLOS VERDINELLI
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FERNANDA MACIOSKI-JAQUELINE CRISTINA GEROTTI-MARINA D'AMICO PEDRIALI-NILSON CEREZINI-VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RÉU e, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO AUTOR para: a) determinar a integração salarial dos prêmios, com reflexos em repousos semanais remunerados e inclusão na base de cálculo das horas extras, nos meses em que há registro do pagamento da parcela; b) acrescer à condenação o pagamento de horas extras, com adicional de 50%, pelo trabalho em 9 (nove) sábados, durante o ano de 1999, considerada a jornada das 8:00 às 12:00h; c) estabelecer que o autor fruía de intervalo de uma hora, entre o início do período imprescrito e até maio de 1997, de 40 minutos entre junho de 1997 e março de 1998, e de uma hora desde 1º de abril de 1998 até o final do contrato, tudo nos termos da fundamentação. Custas, pelo réu, no importe de R$600,00, em razão do acréscimo provisório de R$30.000,00 à condenação.

TRT-PR-00584-2002-091-09-00-6-ACO-00661-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT CAMPO MOURAO-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outro-MAURO FIORIN
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLA SIQUEROLO-INDALECIO GOMES NETO-MARIA ROSA PAZ BARATEIRO VIGNOTO-NILSON CEREZINI-SIBELE FERIOLI CSUCSULY-SILVANIA MARIA BOLZON-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos recursos ordinários de ambas as partes, bem como das contra-razões, pois regularmente apresentados. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS para, nos termos da fundamentação: a) excluir da condenação o pagamento dos reflexos de adicional de transferência em abono assiduidade e licença-prêmio; b) determinar que o sábado não seja considerado dia de repouso semanal remunerado para fins de reflexos das comissões, bem como excluir da condenação o pagamento dos reflexos de adicional de transferência em abono assiduidade e licença-prêmio; c) excluir da condenação o pagamento das horas extras e reflexos, consoante dispõe o artigo 62, II da CLT e o Enunciado nº 287 do C. TST; d) excluir da condenação o pagamento da multa normativa. Por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00596-2002-093-09-00-3-ACO-00663-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT CORNELIO PROCOPIO-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIÃO DE CORNELIO PROCOPIO
Recorrido(s): COOPERATIVA AGROPECUARIA DO MEDIO PARANAPANEMA-COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA ZONA DE CORNELIO PROCOPIO LTDA-ANTONIO CANDIDO
ADVOGADO(S): ALBERTO DE PAULA MACHADO-GUSTAVO PEREIRA FARAH-JOSE CARLOS FARAH-JUAREZ FERREIRA-MONICA RIBEIRO BONESI-OSVALDO ALENCAR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA 3ª RECLAMADA e das contra-razões apresentadas pelo autor, bem assim do subsídio jurisprudencial de fls. 422-427 e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, para limitar a base de cálculo do adicional de insalubridade ao salário-profissional do autor, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00623-2002-022-09-00-0-ACO-00712-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT PARANAGUA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): OLIVIO CAMPOS
Recorrido(s): JOSE MARCOS PESSA
ADVOGADO(S): LOURIVALDO DA SILVA JUNIOR-NIVALDO LUCAS FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00653-2002-025-09-00-6-ACO-00689-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT UMUARAMA-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A-POLISERVICE SISTEMAS DE SEGURANCA S-C LTDA
Recorrido(s): FERMINO VIEIRA MARTINS
ADVOGADO(S): EVERALDO BERALDO-INDALECIO GOMES NETO-JEFERSON CRAVOL BARBOSA-SILVANIA MARIA BOLZON
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RECLAMADAS e das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RÉS (analisados em conjunto) para, nos termos da fundamentação: a) afastar a aplicabilidade dos instrumentos coletivos relativos ao vigilante transportador de valores e excluir da condenação o pagamento de diferenças salariais e o adicional de risco de vida e reflexos; b) afastar as multas convencionais deferidas; c) autorizar a dedução fiscal sobre o total das verbas tributáveis devidas ao autor, declarando que deve ser abatida do crédito do autor. Custas inalteradas.

TRT-PR-00729-2002-073-09-00-7-ACO-00530-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT IVAIPORÃ-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 22834-2004
EMBARGANTE ESPOLIO DE OSVALDO LUIZ
Agravante(s): ESPOLIO DE OSVALDO LUIZ
Agravado(s): PAULO SERGIO PEDROSO FRANCA
ADVOGADO(S): JOSE CLEMENTE MARTINS-LUCIANA BETONI PAVANELLO-SANDRA CRISTINA MARTINS NOGUEIRA G PAULA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00803-2002-653-09-01-2-ACO-00538-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ARAPONGAS-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 22034-2004
EMBARGANTE SEBASTIAO MARTINS DA SILVA
Agravante(s): BANCO SANTANDER MERIDIONAL S-A-SEBASTIAO MARTINS DA SILVA-Recurso Adesivo
Agravado(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELSON LEMUCCHE TAZAWA-ELTON LUIZ DE CARVALHO-MARCUS VINICIUS SASS TOLOTO-VALDEMAR WAGNER JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL apenas para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00848-2002-658-09-00-6-ACO-00804-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): AUTOESTE VEICULOS LTDA
ADVOGADO(S): ADILSON MIRANDA GASPARELLI-SERGIO VULPINI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do INSS. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para reformar a decisão de primeiro grau e determinar a execução da parcela previdenciária segundo os valores apresentados nos cálculos homologados, autorizando o abatimento de valores comprovadamente recolhidos sob o mesmo título, e conferindo à ré oportunidade de ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, inclusive para manifestar-se sobre os cálculos do Sr. Contador, tudo nos termos da fundamentação. Custas inexistentes. **EMENTA:** EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TRANSAÇÃO. LIMITES. As partes podem, em princípio, exercitar livremente a vontade e entabular acordo para pôr fim à demanda. Essa autonomia, porém, encontra limites no interesse público envolvido na necessidade de verter contribuições à Previdência Social, além do comando da lei civil que impede que as partes, na conciliação, disponham de interesses de terceiros. Celebrado o acordo depois do trânsito em julgado de sentença que já delimitara a base de incidência das parcelas previdenciárias, não é dado às partes ignorar os parâmetros da decisão judicial e fixar base diversa que acarrete inegável prejuízo ao órgão previdenciário. Agravo de petição provido para determinar a execução da parcela previdenciária segundo valores constantes dos cálculos homologados pelo Juízo da execução.

TRT-PR-00866-2002-670-09-00-1-ACO-00605-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21730-2004
EMBARGANTE TETRABRAS COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E PECAS LTDA
Recorrente(s): TETRABRAS COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E PECAS LTDA
Recorrido(s): RENIVAL EVANGELISTA BARGUENA
ADVOGADO(S): JAIME PEGO SIQUEIRA-JOAOZINHO SANTANA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00913-2002-654-09-00-8-ACO-00625-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): EDEVALDO LUIZ AVANTE-MASA DECOR LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALESSANDRO MESTRINER FELIPE-FERNANDO ROGERIO PINHEIRO DA COSTA-GUSTAVO PEREIRA FARAH
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação diferenças reflexas de repousos semanais remunerados e feriados; b) deferir os benefícios da assistência judiciária gratuita. Por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, excluir da condenação a devolução dos descontos sob a rubrica "assistência médica". Custas inalteradas.

TRT-PR-00930-2002-095-09-00-1-ACO-00847-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): MARIONICE EDUARDO RODRIGUES
Recorrido(s): ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA-MUNICIPIO DE FOZ DO IGUACU
ADVOGADO(S): DECIO RIBEIRO JUNIOR-ELIZEU LUCIANO DE ALMEIDA FURQUIM-FLAVIO RAMOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, deferindo os benefícios da assistência judiciária ao Reclamante, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, na forma e pelos critérios definidos na fundamentação: a) reconhecer a responsabilidade subsidiária do segundo Reclamado; b) condenar os Reclamados no pagamento de horas extras, com reflexos e incidência do FGTS, acrescido da multa de 40%. Custas invertidas, pelos Reclamados, no importe de R$ 40,00, calculadas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 2.000,00, sendo isento o segundo Reclamado (art. 790-A, CLT).

TRT-PR-00957-2002-664-09-00-5-ACO-00533-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 05ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
EMBARGADO V. Acordão n. 24513-2004
EMBARGANTE WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S-A
Recorrente(s): WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S-A-JOAO NORATO-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS PRINCIPAL VIGILANCIA S-C LTDA
ADVOGADO(S): LILLIAN SIMONE BONETI-LUIZ ANTONIO BERTOCCO-SYMONE VIEIRA DE ALMEIDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA SEGUNDA RÉ. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO e, em face do caráter protelatório da medida, condeno-a ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 538 do CPC, no importe de 1% sobre o valor da causa, revertida em favor do Autor.

TRT-PR-01009-2002-092-09-00-7-ACO-00834-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT CIANORTE-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): MUNICIPIO DE JUSSARA
Recorrido(s): DUGUILDA FERREIRA LEANDRO-JUSSARA LIMPEZA LTDA
ADVOGADO(S): DEOLINDO ANTONIO NOVO-JOSE CARNEIRO BASILIO SOBRINHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DO SEGUNDO RECLAMADO, DA REMESSA DE OFÍCIO e das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO E À REMESSA, analisados de forma conjunta, para, na forma da fundamentação: a) restringir a indenização decorrente do dano moral em R$ 100.000,00, mantendo-se os critérios para atualização já estabelecidos pelo Juízo de origem; b) excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios; c) isentar o Município Reclamado do pagamento das custas processuais. Isento de custas o segundo Reclamado e mantida quanto à primeira Reclamada.

TRT-PR-01036-2002-654-09-00-2-ACO-00608-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21489-2004
EMBARGANTE PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS
Recorrente(s): RAFAEL MAURICIO HAUER
Recorrido(s): PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS
ADVOGADO(S): JOSMAR PEREIRA SEBRENSKI-JOSMAR SEBRENSKI-PAULO ROBERTO CHIQUITA-ROBERTO CHIQUITA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01050-2002-654-09-00-6-ACO-00693-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR

Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): NADALIN DAL PUBEL
Recorrido(s): CONSTRUTORA NHO QUIM LTDA-CHACARA NHO QUIM DE SUINOCULTURA LTDA
ADVOGADO(S): ARCENDINO ANTONIO SOUZA JUNIOR-HENDERSON VILAS BOAS BARANIUK-TOMAZ DA CONCEICAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões das Reclamadas. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01156-2002-659-09-00-1-ACO-00776-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT GUARAPUAVA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): ELZA CZAR BARBOSA & CIA LTDA-BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA
Recorrido(s): ANTONIO BARBOSA
ADVOGADO(S): ISMAEL LUIS DA SILVA-JOZILDO MOREIRA-NERILDA BITTENCOURT VENDRAME-ROSANGELA APARECIDA DE MELO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA, mas NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA, por deserto. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) excluir da condenação a multa prevista no art. 477, da CLT; b) determinar que a reclamada forneça as guias necessárias ao percebimento do seguro-desemprego, no prazo de dez dias após o trânsito em julgado da decisão, sob pena de pagamento de indenização substitutiva. Custas inalteradas. **EMENTA:** RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA-DEPÓSITO EFETUADO PELA PRIMEIRA RECLAMADA – PEDIDO DE EXCLUSÃO DA LIDE-NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA-DESERÇÃO. Não se conhece do recurso ordinário da segunda reclamada, por deserto, na medida em que não procedeu ao necessário depósito recursal e ao recolhimento das custas processuais devidas. O depósito realizado pela primeira demandada não aproveita a Segunda ré, haja vista a primeira postular a exclusão da lide por ilegitimidade passiva "ad causam", hipótese que, se deferida, implicaria na falta de garantia à execução (Orientação Jurisprudencial 190, da SDI-I, do C. TST).

TRT-PR-01233-2002-670-09-00-0-ACO-00803-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Recorrido(s): COMPENSADOS BONARDI LTDA
ADVOGADO(S): DARLAN RODRIGUES BITTENCOURT-LUIZ GUILHERME CAVALCANTI MADER SUNYE
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO APELO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – De se negar provimento ao apelo do INSS, quando se insurge contra decisão homologatória de acordo, onde declarou-se a natureza jurídica das parcelas avençadas. Inexistindo recolhimento previdenciário a ser efetuado, ou comprovadamente recolhidas as importâncias devidas à Previdência, acaba, o INSS, por retardar o arquivamento do feito, carecendo de sustentáculo a insurgência manifestada.

TRT-PR-01537-2002-005-09-00-0-ACO-00657-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): RUTH FIALA-INSTITUTO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSITENCIA SOCIAL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE DE JESUS GONCALVES BAMBIL-RAFAEL WOBETO DE ARAUJO-UMBERTO GIOTTO NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA E DO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE, analisado preferencialmente, para, nos termos da fundamentação: a) reconhecer a existência de um único contrato de trabalho no período de 01.04.91 a 08.12.99 e afastar a prescrição bienal declarada quanto ao período anterior à aposentadoria (22.07.97); b) determinar que as diferenças salariais decorrentes da supressão da parcela "biênio" sejam calculadas à razão de 27% do salário base da Autora; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, nos termos da fundamentação Custas de R$40,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$2.000,00.

TRT-PR-01669-2002-024-09-00-0-ACO-00827-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): RONALDO CESAR FERNANDES DE PAULA
Recorrido(s): INSTITUTO DE SAUDE DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): ANGELA NAIRA BELINSKI-MARCIO HENRIQUE MARTINS DE REZENDE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO. Sem divergência de votos, NÃO CONHECER DA REMESSA OFICIAL, por incabível. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, para determinar a inclusão do abono na base de cálculo das horas extras, bem como a devolução do valor de R$ 290,00, descontado do seu salário, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02002-2002-069-09-00-5-ACO-00869-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA ISEPR
Recorrido(s): ELZA APARECIDA GAVLIK
ADVOGADO(S): MARIO ROBERTO JAGHER-OMAR SFAIR-PAULO YVES TEMPORAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, assim como das contra-razões. Por igual votação, NÃO CONHECER DA REMESSA OFICIAL, por incabível. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencidos os Exmos. Juízes Rosalie Michaele Bacila Batista e Ubirajara Carlos Mendes, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO para: a) restringir a condenação em horas extras ao pagamento das excedentes da 44ª semanal quando do labor pela reclamante segundo o regime 12X36; b) excluir da base de cálculo das horas extras as parcelas adicional de insalubridade, gratificação de atividade especial (GAE), bem como as demais "verbas consignadas nos recibos"; e c) excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral, bem como os valores do FGTS, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02099-2002-069-09-00-6-ACO-00872-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA ISEPR
Recorrido(s): ALEXANDRE KAZUO NAKANO
ADVOGADO(S): MARIO ROBERTO JAGHER-OMAR SFAIR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO mas não conhecer das contra-razões, por intempestivas. Por igual votação, CONHECER DA REMESSA OFICIAL. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencidos os Exmos. Juízes Rosalie Michaele Bacila Batista e Ubirajara Carlos Mendes, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO E À REMESSA OFICIAL, analisados em conjunto para: a) excluir a condenação o pagamento da indenização por dano moral; e b) afastar a concessão da justiça gratuita, julgando-se, ao final, a improcedência da reclamatória, restando prejudicada a análise da insurgência do reclamado voltada ao critério de atualização monetária da parcela deferida, bem assim os demais aspectos relativos aos parâmetros fixados na condenação, tudo nos termos da fundamentação. Custas invertidas (TST, Enunciado 25), pelo reclamante, no importe de R$ 180,00, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R$ 9.000, 00.

TRT-PR-02147-2002-069-09-00-6-ACO-00871-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA ISEPR
Recorrido(s): JOSEFINA NAVARRO SOLER DEMEZUK
ADVOGADO(S): MARIO ROBERTO JAGHER-OMAR SFAIR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, mas não conhecer das contra-razões, por intempestivas. Por igual votação, NÃO CONHECER DA REMESSA OFICIAL, por incabível. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencidos os Exmos. Juízes Rosalie Michaele Bacila Batista e Ubirajara Carlos Mendes, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO para: a) restringir a condenação em horas extras ao pagamento das excedentes da 44ª semanal, b) excluir da base de cálculo das horas extras as parcelas adicional de insalubridade, gratificação de atividade especial (GAE), bem como as demais "verbas consignadas nos recibos"; c) excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral, bem como os valores do FGTS, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02148-2002-069-09-00-0-ACO-00870-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA ISEPR
Recorrido(s): JAMIL RODRIGUES
ADVOGADO(S): OMAR SFAIR-PAULO YVES TEMPORAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO mas não conhecer das contra-razões, por intempestivas. Por igual votação, CONHECER DA REMESSA OFICIAL. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencidos os Exmos. Juízes Rosalie Michaele Bacila Batista e Ubirajara Carlos Mendes, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO E À REMESSA OFICIAL, analisados em conjunto, para: a) excluir da base de cálculo das horas extras as parcelas adicional de insalubridade, gratificação de atividade especial (GAE), bem como as demais "verbas consignadas nos recibos"; b) excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral, bem como os valores do FGTS; e c) determinar a incidência dos descontos previdenciários e fiscais consoante os critérios definidos, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02352-2002-071-09-00-8-ACO-00697-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA
Agravante(s): BRASIL TELECOM S-A
Agravado(s): HESLON FAUSTINO CORDEIRO
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-NEUSA LANZARINI DA ROSA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e, por igual votação, REJEITAR as preliminares argüidas. No mérito, sem divergência de votos, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) determinar seja observada a jornada de trabalho fixada no título exeqüendo para o mês de maio-01, e não a média encontrada nos cartões-ponto colacionados; e, b) determinar seja deduzido do valor referente à indenização pela não concessão do vale-transporte no mês de janeiro-2001, a quota parte do reclamante. Custas, ao final, na forma do art. 789-A da CLT.

TRT-PR-02613-2002-021-09-00-3-ACO-00778-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Recorrido(s): LUIS GERALDO ROSA JUNIOR
ADVOGADO(S): FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ-NEWTON DORNELES SARATT-RUI CARLOS APARECIDO PICOLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO 1º RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO (fls. 498-499), porém NÃO CONHECER DO 2º RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO (fls. 514-528), em razão da preclusão consumativa. No mérito, por maioria de votos, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para: 1) autorizar os descontos previdenciários e fiscais do crédito do reclamante conforme os critérios fixados; 2) determinar que a correção monetária referente a salário em sentido estrito incida a partir do mês seguinte ao da prestação do trabalho, observando-se, quanto às demais prestações, a época em que se tornaram legalmente exigíveis, na forma da fundamentação, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Revisor. Custas inalteradas. **EMENTA:** ADMISSIBILIDADE-RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO DUAS VEZES-NÃO CONHECIMENTO DO 2º RECURSO-PRECLUSÃO CONSUMATIVA-A interposição do primeiro recurso ordinário implica em preclusão consumativa do ato de recorrer do reclamado. Este, portanto, não poderia recorrer novamente. Neste caso, quando o reclamado interpôs o seu primeiro recurso ordinário perdeu o seu direito processual de recorrer novamente, em razão da consumação-prática do próprio ato.

TRT-PR-02681-2002-007-09-00-6-ACO-00547-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 24075-2004
EMBARGANTE ADILSON JOSE HAMMERSCHMIDT
Recorrente(s): ADILSON JOSE HAMMERSCHMIDT-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS MENDES ALCANTARA-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-MADELON RAVAZZI HEYLMANN-ODERCI JOSE BEGA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para: 1) prestar esclarecimentos; 2) sanar omissão do v. Acórdão, determinando que conste no dispositivo o seguinte provimento do recurso ordinário do reclamante: "acrescer à condenação o pagamento de horas extras (hora + adicional) e reflexos por violação do intervalo intrajornada", na forma da fundamentação.

TRT-PR-02869-2002-015-09-00-9-ACO-00698-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): MARIA ISABEL NUNES
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-MARCELO ZANON SIMAO-ROMEU AFONSO BARROS SCHUTZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, sem divergência de votos, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) excluir o padrão salarial do paradigma apontado Edson de Souza Lima para o cálculo das diferenças salariais; b) determinar a dedução das contribuições fiscais de maneira única, pelo total dos rendimentos tributáveis. Custas inalteradas.

TRT-PR-02924-2002-021-09-00-2-ACO-00687-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): NEUZELINO ALVES DE SOUZA
Recorrido(s): AGROPECUARIA SANTA TEREZINHA S-A
ADVOGADO(S): HENRIQUE WILLIAN BEGO SOARES-TANIA CHRISTINA C GONCALVES DE PAULA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, bem como da contraminuta apresentada pelas reclamadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, conceder os benefícios da gratuidade da justiça, isentando o agravante do recolhimento das custas processuais e determinar o regular processamento do recurso ordinário de fls. 176-179. Sem divergência de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, afastar a coisa julgada, determinando a devolução dos autos à Vara de Origem, para análise do pedido exordial. Custas inalteradas, por ora.

TRT-PR-03634-2002-664-09-00-3-ACO-00576-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 05ª VT LONDRINA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25001-2004
EMBARGANTE MARTA JANETE DE OLIVEIRA MODESTO
Recorrente(s): MARTA JANETE DE OLIVEIRA MODESTO-UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALBERTO DE PAULA MACHADO-MARCIA VIANNA-NEWTON DORNELES SARATT-OSVALDO ALENCAR SILVA-SUSANA MATEUS DE ALMEIDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA AUTORA. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS para prestar esclarecimentos.

TRT-PR-03680-2002-011-09-00-8-ACO-00532-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
EMBARGADO V. Acordão n. 23810-2004
EMBARGANTE COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Recorrente(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Recorrido(s): JAIR DE SOUZA AMORIM
ADVOGADO(S): ADILSON DE CASTRO JUNIOR-ARTHUR KLASSEN
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RÉ. No mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO para prestar esclarecimentos, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-03886-2002-002-09-00-7-ACO-00553-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 21349-2004
EMBARGANTE COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Recorrente(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO-SANDRO DI CARLO CORDEIRO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALBERTO MANENTI-ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO-ROSANE LOYOLA BASSO-SILVIA ELISABETH NAIME
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para fins de prequestionamento, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-04278-2002-003-09-00-6-ACO-00637-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: JOSE APARECIDO DOS SANTOS
Recorrente(s): LAUDIR DE OLIVEIRA SLOMPO-Recurso Adesivo-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO-JOANA MARIA PERES COLHADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RÉUS E DO ADESIVO DO AUTOR, bem assim, das contra-razões, rejeitando a prefacial de deserção; no mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DOS RÉUS para, na forma da fundamentação: a) declarar prescrito o direito de ação quanto aos créditos exigíveis anteriormente a 11-3-1997; b) reconhecer a litigância de má-fé dos réus quanto ao pedido de revisão do julgado quanto à participação nos lucros, condenando-os por litigância de má-fé, ao pagamento da indenização prevista no art. 18 do CPC em valor correspondente a 20% sobre o valor da PLR deferido na sentença; c) reconhecer o autor como exercente de função de confiança nos moldes do artigo 224, o 2º, da CLT, no período não-prescrito, limitando as horas extraordinárias às prestadas em excesso à oitava diária; d) determinar a incidência do imposto de renda a ser retido na fonte sobre a totalidade dos créditos salariais tributáveis da condenação, observados os critérios de cálculo previstos nas normas regulamentares do tributo; e) determinar a observância dos critérios acima definidos quanto à contribuição previdenciária a cargo do empregado; f) determinar a adoção do índice de correção monetária do mês da exigibilidade de cada verba; por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Relator, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO AUTOR para, na forma da fundamentação, acrescer à condenação: a) a devolução dos valores descontados a título de "S.G. Azul VG." até 9 de janeiro de 2001; e b) diferenças salariais e reflexos derivadas do desvio funcional. Custas inalteradas.

TRT-PR-04956-2002-019-09-40-0-ACO-00758-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): ASSOCIACAO DO PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA APUEL
Agravado(s): RONIVALDO NASCIMENTO
ADVOGADO(S): ALBERTO DE PAULA MACHADO-MARIA ISABEL PUNTEL-WILSON LOPES DA CONCEICAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inexistentes.

TRT-PR-05238-2002-016-09-00-8-ACO-00645-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): MANOEL DA COSTA LIMA-EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S-A EMBRATEL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLOS GELENSKI NETO-FLAVIO OBINO FILHO-GUSTAVO VILLAR MELLO GUIMARAES-HELOISA DOURADO-PAULO SERGIO JOAO-SANDRO LUNARD NICOLADELI-SIMONE CHAPIESKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO RECLAMANTE E DA RECLAMADA, bem como das contra-razões do Reclamante. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMADA, analisado preferencialmente, para, nos termos da fundamentação, declarar a nulidade da rescisão contratual e condenar a Reclamada a reintegrar o Reclamante ao emprego, com o pagamento dos consectários legais; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) reduzir os plantões de sobreaviso para um, de 24 horas, a cada 02 meses; b) determinar que as deduções de contribuição previdenciária e imposto de renda sejam efetuadas ao final e sobre o valor total dos créditos tributáveis.

TRT-PR-05270-2002-003-09-00-7-ACO-00542-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 24929-2004
EMBARGANTE ROSANGELA TERESINHA AVER
Recorrente(s): ROSANGELA TERESINHA AVER-Recurso Adesivo-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL, para prestar esclarecimentos, na forma da fundamentação.

TRT-PR-05443-2002-015-09-00-7-ACO-00763-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): HELIO APARECIDO DE OLIVEIRA
Recorrido(s): GETAMA INDUSTRIA DE COZINHAS LTDA

ADVOGADO(S): IVO HARRY CELLI JUNIOR-SAMIRA DE FATIMA NABBOUH ABRÉU
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** EX-EMPREGADOR QUE CONFIRMA, VIA TELEFONE, A EXISTÊNCIA DE AÇÃO TRABALHISTA-IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM AS CHAMADAS "LISTAS NEGRAS"-ATO ILÍCITO-INOCORRÊNCIA DE DANO MORAL: Inexistindo norma legal (art. 5o, inciso II, da CF-88) obrigando quem quer que seja a omitir-se de informar que mantém demanda judicial com a pessoa objeto do pedido de informações, por decorrência não comete ato ilícito-pressuposto da configuração de dano moral-ex-empregador que confirma a existência de ação trabalhista proposta pelo ora autor. Por outra face, a conduta da ré não poderia ser confundida, tampouco equiparada, com aqueles casos em que o empregador faz "lista negra", ou encaminha o nome do trabalhador para bancos de dados, casos estes, sim, manifestamente ilícitos, nos quais há a busca deliberada de se tolher do ex-empregado o direito de trabalho e de auto-sustento.

TRT-PR-05637-2002-652-09-00-1-ACO-00536-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 23804-2004
EMBARGANTE RENATO FERNANDES LOURENCO
Recorrente(s): SIEMENS LTDA
Recorrido(s): RENATO FERNANDES LOURENCO
ADVOGADO(S): ALAISIS FERREIRA LOPES-DJALMA LUIZ VIEIRA FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO apenas para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-06080-2002-011-09-00-1-ACO-00731-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ELECTROLUX DO BRASIL S-A
Recorrido(s): VALDECI CARLOS ALBERTINI
ADVOGADO(S): ADALBERTO CARAMORI PETRY-CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-JACKSON LUIZ DEIP-MAURICIO DAL'NEGRO CARVALHO-PAULO ROBERTO KOEHLER SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-06129-2002-651-09-00-4-ACO-00814-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA
ADVOGADO(S): MARILU HAUER DE OLIVEIRA-SILVANA ZANETTI OSANAM DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para reconhecer a competência e determinar que a Justiça do Trabalho execute as parcelas devidas à terceiros, nos termos da fundamentação. Custas inexistentes.

TRT-PR-06216-2002-651-09-00-1-ACO-00563-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
EMBARGADO V. Acordão n. 23814-2004
EMBARGANTE MARIA CRISTINA DE ARAUJO
Recorrente(s): MARIA CRISTINA DE ARAUJO-BASICO DO BRASIL COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALESSANDRO HENRIQUE BETONI-ALI ZRAIK JUNIOR-WALDOMIRO FERREIRA FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA AUTORA. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO e, em face do caráter protelatório da medida, condeno-a ao pagamento da multa prevista no parágrafo único do artigo 538 do CPC, no importe de 1% sobre o valor da causa, revertida em favor da Ré.

TRT-PR-06313-2002-651-09-00-4-ACO-00720-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Recorrido(s): AMAURI POTCZYK
ADVOGADO(S): LEO MARCOS PAIOLA-MARINEIDE SPALUTO CESAR-SILMARA DO ROCIO DA SILVA GUIMARAES-SILVIA LOURDES SOUZA DE BUENO GIZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos da fundamentação, para: a) excluir os minutos residuais do cômputo da jornada de trabalho, nos termos do entendimento da Orientação Jurisprudencial nº 23 da SDI-I do TST; b) determinar que a retenção do imposto de renda deve ser realizada com base na totalidade dos valores pagos no mesmo mês e na correspondente alíquota, independentemente dos períodos aos quais se refiram. Custas inalteradas.

TRT-PR-06529-2002-007-09-00-2-ACO-00699-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): FRANCISCO BEDNASCKI-Recurso Adesivo-HSBC SEGURO SAUDE S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALFREDO BOCCHI BARBALHO-FABIO FREITAS MINARDI-FLAVIO CARDOSO GAMA-GEORGE RICARDO MAZUCHOWSKI-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DO RÉU E ADESIVO DO AUTOR e correlatas contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RÉU para: a) declarar prescrito o direito de ação quanto aos haveres exigíveis anteriormente a 12.04.1997; b) excluir da condenação as diferenças a título de prêmio desligamento; c) determinar a observância do horário de encerramento registrado no cartão ponto do mês de abril de 1997; d) restringir a condenação quanto ao intervalo intrajornada aos dias ou meses em que ausente a marcação do tempo usufruído para este fim, mantidos os critérios da r. sentença; e) excluir o FGTS sobre as férias quitadas na rescisão contratual; f) determinar que a correção monetária referente a salário em sentido estrito incida a partir do mês seguinte ao da prestação do trabalho, observando-se, quanto às demais prestações, a época em que se tornaram legalmente exigíveis; g) fixar os critérios para efetivação dos descontos fiscais. Sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO AUTOR para: a) fixar início da jornada, de segunda a sexta, durante o período imprescrito, às 7h30; b) deferir a aplicação do adicional de 60% para as horas extras que excedam duas diárias; c) deferir diferenças salariais proporcionalmente a 10 dias por mês do salário do substituído a serem apuradas em face do salário recebido pelo autor em relação a este mesmo período, devidas de junho de 1999 até fevereiro de 2000. Em relação às férias do substituído, as diferenças foram deferidas integralmente, portanto, excluam-se estes períodos dos critérios acima. Custas reduzidas sobre o valor provisoriamente arbitrado de R$ 20.000,00.

TRT-PR-08360-2002-004-09-00-6-ACO-00630-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Recorrido(s): MARCIO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ANGELO GIOVANNI LEONI-NEWTON DORNELES SARATT
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO e das contra-razões do Reclamante. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) limitar a condenação ao pagamento de diferenças salariais por equiparação a 100% da remuneração do autor; b) restringir condenação em diferenças salariais; c) excluir da condenação a devolução dos descontos efetuados sob os títulos Contribuição Trevo e Seguro de Vida; d) determinar que os descontos do imposto de renda sejam calculados ao final e sobre o valor total dos créditos tributáveis do Reclamante. Custas inalteradas.

TRT-PR-08810-2002-007-09-00-0-ACO-00782-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): APARECIDA FRANCISCA RODRIGUES
Recorrido(s): FIT SERVICE SERVICOS GERAIS E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO(S): ALEXANDRE NISHIMURA-ALVARO EIJI NAKASHIMA-PATRICIA ODIA FERREIRA DO AMARAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** HORAS EXTRAS – ÔNUS DA PROVA. Por ser fato constitutivo de seu direito, caberia à reclamante comprovar a manipulação dos controles de jornada. Não logrou êxito através da prova oral produzida. Recurso da reclamante a que se nega provimento.

TRT-PR-09604-2002-652-09-00-0-ACO-00894-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): VILMAR PAULINHO RACHELLE
Recorrido(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
ADVOGADO(S): GEORGE RICARDO MAZUCHOWSKI-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO-NASSER AHMAD ALLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, condenar o reclamado ao pagamento de: a) indenização do período de estabilidade provisória reconhecido; b) honorários assistenciais. Custas pelo reclamado, no importe de R$ 520,00, calculadas sobre o valor provisório arbitrado à condenação em R$ 26.000,00.

TRT-PR-10378-2002-651-09-00-4-ACO-00770-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): TANIA MARA SCHMEKEL
Recorrido(s): NAIRAMA CONFECCOES LTDA
ADVOGADO(S): ALZIR PEREIRA SABBAG-CARLOS EDUARDO GRISARD-SOLAINE MARIA BARBIERI
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DA AUTORA. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** ARTIGO 477 DA CLT-MULTA-DIFERENÇAS JUDICIAIS-O artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho dispõe sobre o pagamento de multa por atraso no pagamento de verbas rescisórias, e não por pagamento insuficiente. Portanto, quando as diferenças pleiteadas derivarem de matéria controvertida nos autos, não há que se falar em pagamento da multa prevista no mencionado dispositivo legal. Assim, a multa do parágrafo 8º do artigo 477 da CLT somente incide na hipótese do empregador deliberadamente não pagar ao empregado as verbas rescisórias, e não é devida quando há posterior reconhecimento judicial de diferenças.

TRT-PR-10526-2002-015-09-00-8-ACO-00652-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): HIRA REGINA VAZ DE LIMA-Recurso Adesivo-PIRES SERVICOS GERAIS A BANCOS E EMPRESAS LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS TROMBINI EMBALAGENS LTDA
ADVOGADO(S): DANIEL FERREIRA-DIOGO FADEL BRAZ-FERNANDO LUIZ RODRIGUES-LUIZ CLAUDIO CORDEIRO BISCAIA-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA para, na forma da fundamentação, determinar que os descontos de imposto de renda sejam calculados ao final e sobre o valor total dos créditos tributáveis da Reclamante; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-10583-2002-009-09-00-5-ACO-00729-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA
Recorrido(s): OSMAIR THOME DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ADRIANA BITTENCOURT PEREIRA LOPEZ HEREK-LUIZ ALBERTO GONCALVES
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO DA RECLAMADA e as contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para: a) expungir da condenação a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil; b) reconhecer que foi motivada a dispensa do Autor, excluindo da condenação as verbas decorrentes, elencadas à fl. 167 da sentença de fundo; c) reconhecer como válido o sistema de compensação de jornada levado a efeito pela Empresa, determinando que sejam consideradas como extras as horas excedentes da 44ª semanal, permanecem inalterados os demais parâmetros da sentença; d) afastar a incidência do adicional noturno sobre a hora diurna; e) excluir da condenação a devolução de descontos a título de associação; e f) determinar que sejam deduzidas as contribuições fiscais de responsabilidade do Reclamante, observado o "regime de caixa" para tais descontos, tudo nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-10634-2002-008-09-00-2-ACO-00567-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25002-2004
EMBARGANTE BANCO SANTANDER BRASIL S-A
Recorrente(s): BANCO SANTANDER BRASIL S-A
Recorrido(s): EDSON MORAES DA SILVA
ADVOGADO(S): FABIO RICARDO FERRARI-VALDEMAR WAGNER JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PELA RÉ. No mérito, por igual votação, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO aos embargos, tão-somente para prestar os esclarecimentos solicitados.

TRT-PR-10766-2002-007-09-00-8-ACO-00730-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): FASAMED COMÉRCIO FARMACEUTICO S-A
Recorrido(s): VERA LUCIA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(S): DALVA MARLI MENARIM-FERNANDA BARAUNA DUARTE MEDEIROS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para: a) determinar a observação da previsão contida no art. 58, o 1º, da CLT e na OJ SDI nº 23; b) excluir a determinação de comprovação dos depósitos do FGTS, sob pena de execução direta; c) determinar a retenção fiscal sobre o total dos créditos tributáveis devidos à reclamante, quando os valores se tornarem devidos, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-11380-2002-001-09-00-5-ACO-00611-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21732-2004
EMBARGANTE FUNDACAO ECUMENICA DE PROTECAO AO EXCEPCIONAL FEPE
Recorrente(s): FUNDACAO ECUMENICA DE PROTECAO AO EXCEPCIONAL FEPE-HAEDY BEATRIX HILLING-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS CORDEIRO-RAFAEL WOBETO DE ARAUJO-UMBERTO GIOTTO NETO-VANESSA QUEIROZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-11799-2002-012-09-00-0-ACO-00573-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
EMBARGADO V. Acordão n. 22788-2004
EMBARGANTE GLECI TEREZINHA MUCZFELDT MARTINS DE SIQUEIRA
Recorrente(s): SPAIPA S-A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Recorrido(s): GLECI TEREZINHA MUCZFELDT MARTINS DE SIQUEIRA
ADVOGADO(S): MIRIAN APARECIDA GONCALVES-NASSER AHMAD ALLAN-SIMONE FONSECA ESMANHOTTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-12133-2002-016-09-00-5-ACO-00721-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): PROSEGUR BRASIL S-A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA-PAULO CESAR DE SA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JUSSARA OSIK-SUSANA MATEUS DE ALMEIDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR OS RECURSOS ORDINÁRIOS DE AUTOR e RÉ e correlatas contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR para: a) deferir as diferenças salariais de janeiro de 1999 a outubro de 1999, conforme parâmetros da fundamentação, determinando que a Ré proceda à retificação da CTPS do Autor; b) deferir o adicional de risco de 20% a partir de janeiro de 1999, com repercussões conforme fundamentação; c) deferir reflexos decorrentes do pagamento do descumprimento dos descansos intervalares. Sem divergências de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ. Custas inalteradas.

TRT-PR-12427-2002-012-09-00-1-ACO-00788-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Recorrente(s): MARIA TERESA ARAUJO MENDONCA KASAI-COMPANHIA DE SEGUROS GRALHA AZUL-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-MADELON RAVAZZI HEYLMANN-WAGNER PIROLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIO E ADESIVO, bem como das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para: a)determinar a devolução dos descontos efetuados a título de seguro saúde e seguro pré-hospitalar; b) condenar a reclamada a comprovar o recolhimento do FGTS das verbas pagas durante a contratualidade, sob pena de execução pelo valor equivalente; c) deferir as diferenças do FGTS, apuradas em liquidação de sentença, observada a prescrição trintenária, na esteira do que preconiza a OJ 301 da SDI-1 e a Súmula 362, ambas do C. TST, nos termos da fundamentação, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Relator. Sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMADA para: a)determinar à compensação de eventuais valores pagos a título de horas extras, dentro do próprio mês; b)determinar as deduções fiscais sobre o total dos rendimentos, inclusive sobre os juros de mora, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** ENQUADRAMENTO SINDICAL. O fato da empregadora contar em seu quadro funcional, com empregados de diferentes profissões, não afasta a aplicação da regra geral contida em nosso ordenamento jurídico-o 2º do art. 511 da CLT-, qual seja, de que o enquadramento sindical é dado pela atividade preponderante da empresa.

TRT-PR-12586-2002-012-09-00-6-ACO-00660-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SIM ESTEARINA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-MASSA FALIDA DE COMPANHIA ESTEARINA PARANAENSE-SINDICO: CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO
Recorrido(s): PEDRO JOSE DE CARVALHO
ADVOGADO(S): ANDREIA CANDIDA VITOR-CARLOS CESAR LESSKIU-CARLOS ROBERTO CLARO-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO-MARCELO RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA 1ª RECLAMADA, mas NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA 2ª RECLAMADA, porque deserto, e não conhecer das contra-razões porque intempestivas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA 1.ª RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: 1) determinar a aplicação da OJ-SDI-I nº 23, do C. TST; 2) fixar que as retenções fiscais devem incidir sobre a totalidade dos créditos tributáveis do Reclamante. Custas inalteradas.

TRT-PR-12603-2002-013-09-00-1-ACO-00570-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25010-2004
EMBARGANTE MASSA FALIDA DE COMPANHIA ESTEARINA PARANAENSE
Recorrente(s): SINDICO: CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO-MASSA FALIDA DE COMPANHIA ESTEARINA PARANAENSE
Recorrido(s): ODAIR SOHACZWKI
ADVOGADO(S): ANDREIA CANDIDA VITOR-CINTIA MARA GUILHERME-FERNANDO LUIZ RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RÉ. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS para prestar esclarecimentos.

TRT-PR-12705-2002-009-09-00-8-ACO-00635-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): FABIANO PAGLIOSA DE ANDRADE
Recorrido(s): FERNANDO HICKZ
ADVOGADO(S): HELOISA HELENA PADILHA-LUIZ HECKE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Márcio Dionisio Gapski (Relator), NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-12824-2002-001-09-00-0-ACO-00779-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): NOEMIA COSTA
Recorrido(s): LFKM SERVICOS DE REFEICOES COLETIVAS LTDA
ADVOGADO(S): ALESSANDRO MARCOS BRIANEZI-CRISTY HADDAD FIGUEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RE-

CURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, eis que satisfeitos os pressupostos de admissibilidade. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação: a) determinar a retificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social da autora, para que conste o início do labor em 15-08-2000; b) acrescer à condenação as verbas trabalhistas decorrentes do período sem registro: 13o salário, férias acrescidas de 1-3 e FGTS; c) determinar que o cálculo do intervalo intrajornada seja efetuado considerando-se o período correspondente acrescido do adicional de 50%, e não apenas este. Custas acrescidas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R$ 800,00, no importe de R$ 16,00. **EMENTA:** INTERVALO INTRAJORNADA – FORMA DE PAGAMENTO. O descumprimento ao intervalo previsto no caput do artigo 71, da CLT, implica em labor não regular, devendo ser remunerado como extraordinário, nos termos do o 4º do citado artigo da Consolidação Trabalhista. Não é devido apenas o adicional, posto preceituar o dito parágrafo que o empregador fica obrigado a "... remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo cinqüenta por cento ...". Deve a reclamada pagar pelo período correspondente em valor acrescido do adicional indicado (50%) e não apenas este. Recurso da reclamante a que se dá provimento.

TRT-PR-14204-2002-001-09-00-5-ACO-00859-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): MARIO LUIZ DE SOUZA
ADVOGADO(S): CARLOS ANTONIO VARGAS-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO. No mérito, recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para: a) determinar que, na apuração das horas extras, sejam desprezados os minutos anteriores e posteriores à jornada normal, se não excedentes de cinco minutos, considerados separadamente; b) excluir da condenação o pagamento de auxílio alimentação correspondente ao aviso prévio indenizado; c) determinar que os descontos fiscais incidam de uma só vez, sobre o total da execução, deduzida a parcela previdenciária; d) determinar que a correção monetária, quanto aos salários, seja feita pelos índices do mês subseqüente ao mês de prestação dos serviços, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** NORMA COLETIVA. COMPARAÇÃO. CRITÉRIO OBJETIVO. Ao analisar instrumentos coletivos que contenham previsões aplicáveis a uma mesma categoria de trabalhadores, deve-se estabelecer comparação entre institutos, de forma a preservar a unidade conceitual e orgânica de cada negociação. Nessa linha de raciocínio, o conjunto que se deve considerar para estabelecer a comparação é apenas aquele integrado pelas normas referentes à mesma matéria, contidas em cada um dos textos que não podem ser dissociados sem perda de sua harmonia interior. Com esse procedimento, evita-se causar prejuízo ao trabalhador quando um dos instrumentos aplicáveis seja absolutamente omisso a respeito de matéria tratado no outro. Há que se ponderar que existem hipóteses nas quais se mostra ilógico aplicar o critério conglobado de comparação, se, afinal, um dos instrumentos silenciou a respeito do benefício expressamente fixado no outro. Recurso a que se nega provimento, no particular, mantendo a condenação ao pagamento dos reajustes salariais previstos em CCT para períodos em que o ACT não tratou da matéria. COMPENSAÇÃO. NATUREZA DAS VERBAS. PERÍODO DE APURAÇÃO. A compensação, no Direito do Trabalho, só é admitida entre parcelas de idêntica natureza e que se compensem nos mesmos períodos de competência. O critério de compensação global representa risco de prejuízos ao empregado, que tem, no art. 459 da CLT, a garantia de que o pagamento do salário não ultrapassará o período do mês trabalhado. Riscos existem, também, ao empregador, ao sujeitá-lo a pagar além do valor devido, como nas hipóteses em que, por questões sazonais, a demanda do mercado justifica adicional de horas extras superior ao de épocas normais, como o final de aNº Recurso a que se nega provimento, no particular, para manter o critério de compensação no próprio mês de realização das horas extras.

TRT-PR-14525-2002-012-09-00-3-ACO-00603-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 23938-2004
EMBARGANTE MARIA ANTONIETA SOUTO SILVEIRA MELLO
FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
Recorrente(s): MARIA ANTONIETA SOUTO SILVEIRA MELLO-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): OS MESMOS FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO(S): ANTONIO DILSON PEREIRA-EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-EDUARDO FERNANDO PINTO MARCOS-FABIO RICARDO FERRARI-GUILHERME KIRTSCHIG-MOACYR FACHINELLO-ODUVALDO ELOY DA SILVA ROCHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA 2ª RECLAMADA para acrescer ao acórdão embargado os esclarecimentos constantes da fundamentação.

TRT-PR-14639-2002-008-09-00-4-ACO-00735-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): GILSON ANTONIO DA SILVA-Recurso Adesivo-CAFE DAMASCO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALINE FABIANA CAMPOS PEREIRA-FERNANDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, por intempestivo e, em conseqüência, NÃO CONHECER DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, que segue a mesma sorte do recurso principal. Tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-14768-2002-009-09-00-9-ACO-00658-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): SANDRO CESAR SOARES-SIEMENS LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALAISIS FERREIRA LOPES-PAULO CESAR BULOTAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS, assim como das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Relator), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) determinar a integração das diárias ao salário do autor (excetuadas aquelas que não ultrapassem o patamar de 50%), durante todo o período imprescrito; b) condenar a Reclamada ao pagamento simples, de forma a complementar a dobra legal relativa às férias, dos períodos aquisitivos de 96-97, 98-99 e 99-00; sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação alterar critério de retenção do imposto de renda. Custas, pela Reclamada, no importe de R$ 250,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 12.500,00.

TRT-PR-14860-2002-003-09-00-0-ACO-00589-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 22997-2004
EMBARGANTE JOSE GERALDO DE NOVAES
SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S-A
Recorrente(s): JOSE GERALDO DE NOVAES
Recorrido(s): SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S-A
ADVOGADO(S): ODERCI JOSE BEGA-SERGIO LUIZ FERNANDES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS PARTES e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para acrescer fundamentos ao acórdão, sem, no entanto, imprimir efeito modificativo ao julgado, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-14891-2002-005-09-00-4-ACO-00655-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): JOSE GERALDO DE NOVAES
Recorrido(s): TV ESPLANADA DO PARANA LTDA
ADVOGADO(S): ODERCI JOSE BEGA-SERGIO LUIZ FERNANDES
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, porque deserto, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-15027-2002-652-09-00-6-ACO-00789-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): SOCIEDADE EQUATORIAL DE COMUNICACOES LTDA
Recorrido(s): WASHINGTON FIDELIS BARROS DE LARA
ADVOGADO(S): CHRISTIANE BACICHETI-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-LUIZ GUSTAVO CORREA-THAIS PERRONE PEREIRA DA COSTA BRIANEZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** REPÓRTER FOTOGRÁFICO – ENQUADRAMENTO COMO JORNALISTA-O fato do reclamante somente produzir fotografias não lhe retira a qualidade de jornalista, uma vez que as suas fotografias inegavelmente tinham caráter jornalístico. Assim, para que o autor fosse enquadrado como repórter fotográfico, não era necessário que produzisse textos. É equivocada a visão da reclamada de que jornalista é somente aquele que produz textos. A notícia não é veiculada apenas por meio de palavras, mas também por meio de imagens. E é aqui que se insere o fotojornalismo, área de atuação do reclamante. Base legal: artigo 302, caput, da CLT; artigos 2º, "j", e 6º, "i", do Decreto-Lei nº 972-1969; artigos 2º, X, e 11, IX, do Decreto nº 83.284-1979.

TRT-PR-15374-2002-008-09-00-1-ACO-00787-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA INFRAERO-VALDINEI LIMA PEREIRA
Recorrido(s): OS MESMOS POLISERVICE SISTEMAS DE SEGURANCA S-C LTDA-EURO IMPORT VEICULOS LTDA
ADVOGADO(S): ADILSON MENAS FIDELIS-JOAO DE FREITAS MIRANDA-JOSE LUCIO GLOMB-JOSE MARCOS ALMEIDA-LUCIANA PEREZ GUIMARAES DA COSTA-MARCELO JOSE CISCATO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, determinar a integração do adicional noturno para fins de apuração das horas extras e reflexos. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA. Custas inalteradas. **EMENTA:** HORAS EXTRAS-ADICIONAL NOTURNO-INTEGRAÇÃO. A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso IX, prevê que a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do trabalho diurNº Sendo assim, a integração do adicional noturno na base de cálculo das horas extras não implica em pagamento em duplicidade. Inteligência da Orientação Jurisprudencial nº 97, da SDI-I, do
C.TST. Decisão reformada.

TRT-PR-15405-2002-012-09-00-3-ACO-00577-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 19939-2004
EMBARGANTE DIRETRIZ FEIRAS E EVENTOS LTDA
Recorrente(s): CARLOS ALBERTO DA SILVA
Recorrido(s): DIRETRIZ FEIRAS E EVENTOS LTDA
ADVOGADO(S): FRANCISCO CUNHA SOUZA FILHO-JOSE PASTORE
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para prestar esclarecimentos e para, sanando a omissão apontada, arbitrar provisoriamente o valor da condenação em R$ 5.000,00, com custas no importe de R$ 100,00, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-15593-2002-014-09-00-2-ACO-00619-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 22821-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Recorrente(s): VALDOMIRO ALVES DA SILVA
Recorrido(s): BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO-NASSER AHMAD ALLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-15596-2002-011-09-00-7-ACO-00615-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24683-2004
EMBARGANTE BANCO MAXINVEST S-A
Recorrente(s): ADEMIR GUEDES
Recorrido(s): BANCO MAXINVEST S-A
ADVOGADO(S): NASSER AHMAD ALLAN-SONIA MARIA SCHROEDER VIEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL, sem imprimir efeito modificativo à decisão, para acrescer ao acórdão critérios para apuração de horas extras antes de setembro de 1996 e integrá-lo com esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-15615-2002-003-09-00-0-ACO-00623-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 17256-2004
EMBARGANTE BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S-A EDVAN SOARES
Recorrente(s): EDVAN SOARES-Recurso Adesivo-BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FABIANA MEYENBERG VIEIRA-FABIO FREITAS MINARDI-JOAO LUIS VIEIRA TEIXEIRA-SERGIO LUIZ BARBOSA PETROCHINSKI-SERGIO LUIZ MOREIRA DOS SANTOS DAL'LIN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS EMBARGOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RÉU para acrescer fundamentos ao acórdão e, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DO AUTOR para acrescer fundamentos ao acórdão e para, nos termos do art. 879-A, parágrafo único, da CLT, corrigir erro material, quanto à data da dispensa, detectada no tópico PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – TRANSAÇÃO, para onde se lê "28.03.1982" passe-se a ler "28.03.2002", tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-15644-2002-004-09-00-9-ACO-00641-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS S-A
Recorrido(s): LEILANE PETRILLO BELLINTANI
ADVOGADO(S): LUCIANA PISA QUEIROZ-MARILU HAUER DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões da Reclamante. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-15790-2002-014-09-00-1-ACO-00628-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): LE BLANC REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Recorrido(s): LIZEW CANEDO DA SILVA
ADVOGADO(S): CARLOS ROBERTO CARDOSO JACINTO-SERGIO LUIZ DA ROCHA POMBO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) determinar a apuração das horas extras com base nos cartões de ponto a partir de setembro de 1998; b) determinar a incidência da correção monetária a partir da exigibilidade das verbas deferidas, sendo o mês seguinte ao da prestação de serviços quanto aos salários; c) autorizar os descontos previdenciários e de imposto de renda dos créditos do Reclamante. Custas inalteradas.

TRT-PR-16501-2002-005-09-00-0-ACO-00713-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Recorrente(s): WILSON FERNANDES DE SOUZA-Recurso Adesivo-BANCO ITAU S-A
Recorrido(s): OS MESMOS BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ANDREA CARLA ALVARENGA DE LIMA-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-JOSE LUCIO GLOMB-MADELON RAVAZZI HEYLMANN
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, por inexistente e, em conseqüência, NÃO CONHECER DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, uma vez que este segue a sorte do principal (art. 500, III, do CPC, de aplicação subsidiária), nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-16502-2002-012-09-00-3-ACO-00594-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24642-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Recorrente(s): DENISE BORGES KASCHENSKI-Recurso Adesivo-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANA CAROLINA MULLER MOREIRA DE CARVALHO-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-JOSE LUCIO GLOMB
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO e, com base no art. 538, parágrafo único do CPC, condenar os embargantes ao pagamento de multa por oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-17444-2002-006-09-00-3-ACO-00736-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): EBV EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILANCIA LTDA
Recorrido(s): BANCO ITAU S-A-DENILTON OLIVEIRA DO CARMO
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-BRAS RICARDO COLOMBO-FLAVIO WARUMBY LINS-LUIZ ALBERTO GONCALVES-MARCIA PICANCO PROCKMANN-MARLON NUNES MENDES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-18189-2002-013-09-00-4-ACO-00566-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25234-2004
EMBARGANTE HEVERTON MONTANARI
Recorrente(s): BANCO BRADESCO S-A-HEVERTON MONTANARI
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO DILSON PICOLO FILHO-EVANDRO LUIS PEZOTI-RODRIGO THOMAZINHO COMAR
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR os embargos de declaração do autor. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS para sanar a omissão relativa à alegação de deserção, bem como prestar esclarecimentos, declarando prequestionada a matéria constante dos embargos. Tudo na forma da fundamentação.

TRT-PR-18267-2002-651-09-00-6-ACO-00622-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 21818-2004
EMBARGANTE URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S-A
Recorrente(s): URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S-A
Recorrido(s): FRANCISCO PAULO SALAMONE
ADVOGADO(S): JULIANA MARTINS PEREIRA-LETICIA ARAUJO LEONI MELEO-SANDRA REGINA PRADO-SIDNEY MARTINS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para acrescer fundamentos ao acórdão, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-18333-2002-013-09-00-2-ACO-00624-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 22833-2004
EMBARGANTE HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Recorrente(s): JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR-HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALBERTO MANENTI-FABIO FREITAS MINARDI-JEFFERSON RAMOS BRANDAO-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO-MARCIO JONES SUTTILE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL apenas para prestar esclarecimentos e acrescer fundamentos ao v. Acórdão.

TRT-PR-18528-2002-004-09-00-1-ACO-00651-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Recorrido(s): PATRICIA RODRIGUES DE MACEDO
ADVOGADO(S): ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO-CASSIO ARIEL MORO-RAUL ANIZ ASSAD-STELA MARLENE SCHWERZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões do Reclamante. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) para reconhecer a responsabilidade solidária das Reclamadas pelos débitos decorrentes do contrato de emprego em discussão; b) determinar que na apuração de horas extras seja observada a OJ 23 SDI do E. TST e art. 58, o 1º da CLT; c) determinar que os descontos do imposto de renda sejam calculados sobre o valor total dos créditos tributáveis do Reclamante. Custas inalteradas.

TRT-PR-18578-2002-005-09-00-5-ACO-00593-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA

Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24643-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outro-MARCOS SOUZA E SILVA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-LUIZ ZANZARINI NETTO-MADELON RAVAZZI HEYLMANN-MARIA LUCIA ZANZARINI-MAURO DALARME-MONICA CARARO BREMER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para acrescer à parte dispositiva do acórdão a determinação para que a correção monetária, quanto aos salários, seja feita pelos índices correspondentes ao mês subseqüente ao vencido, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-19054-2002-010-09-00-7-ACO-00586-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24678-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A-CELSO AUGUSTO LOURENCO CANUTO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLOS GELENSKI NETO-EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-MARCIA JOKOWISKI-ROMEU AFONSO BARROS SCHUTZ-SANDRO LUNARD NICOLADELI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para acrescer fundamentos ao acórdão e integrá-lo com esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-19223-2002-007-09-00-6-ACO-00707-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): RONEI DA CRUZ
Recorrido(s): TRANSPORTADORA RODOMODAL LTDA
ADVOGADO(S): JAEME GONCALVES DOS SANTOS-JAMES WAHL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para: a) condenar a reclamada ao pagamento da multa prevista no art. 9º da Lei 7.238-84; b) condenar a reclamada ao pagamento de horas extras e reflexos. Tudo nos termos da fundamentação. Custas invertidas, pela reclamada, sobre o valor arbitrado de R$5.000,00, no importe de R$100,00.

TRT-PR-19785-2002-001-09-00-1-ACO-00599-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 24644-2004
EMBARGANTE ARCOM S-A
VERGILIO MEDEIROS DOS SANTOS
Recorrente(s): VERGILIO MEDEIROS DOS SANTOS-ARCOM S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CHRISTIANE BACICHETI-DIOGO FADEL BRAZ-NELTO LUIZ RENZETTI-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS PARTES. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO AUTOR para sanar contradição e determinar que sobre as diárias sejam apuradas horas extras integrais, com divisor 220 e, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RÉ para prestar esclarecimentos, sem modificação do julgado, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-20151-2002-013-09-00-1-ACO-00597-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 21043-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): MARCIA LUZIA DOMAKOSKI FIX
ADVOGADO(S): CARLOS ANTONIO VARGAS-EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS RÉUS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO e, sem divergência, CONDENÁ-LOS no pagamento de multa por litigância de má-fé, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-20195-2002-652-09-00-3-ACO-00595-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
EMBARGADO V. Acordão n. 22995-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
Recorrente(s): LUIS FILIPE JAOLINO ALVES PINTO
Recorrido(s): BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-FABIO SALLES VIANNA-INDALECIO GOMES NETO-PAULA SALDANHA JAOLINO FONSECA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para prestar esclarecimentos, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-20258-2002-012-09-00-3-ACO-00722-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): EDITORA GAZETA DO POVO LTDA
Recorrido(s): ALICE MARIA RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO(S): ALISSON ROGERIO GUERRA-CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-FABIANO SILVEIRA ABAGGE-MAURO JOSE AUACHE
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ e correlatas contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para homologar o acordo no tocante à discriminação de parcelas do item "C" de fl. 373. Custas inalteradas fixadas nos termos do inciso I e o 3º do artigo 789 da CLT.

TRT-PR-20376-2002-004-09-00-7-ACO-00632-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): JOAO CARLOS FRONCHAK-Recurso Adesivo-ENIND ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FERNANDO ANTONIO ZETOLA-LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA E DO RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, alterar critério de incidência do imposto de renda; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-20487-2002-008-09-00-9-ACO-00540-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 24104-2004
EMBARGANTE MUSTAFA ALI KANSO
Recorrente(s): MUSTAFA ALI KANSO
Recorrido(s): SOCIEDADE EDUCACIONAL POSITIVO LTDA
ADVOGADO(S): CARLA CIENDRA COSTA-DANIELE LUCY LOPES DE SEHLI-JOSE AFFONSO DALLEGRAVE NETO-SABRINA ZEIN
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, prestar-lhes os devidos esclarecimentos.

TRT-PR-20654-2002-013-09-00-7-ACO-00564-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
EMBARGADO V. Acordão n. 24346-2004
EMBARGANTE CORALPREV CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Recorrente(s): CORALPREV CORRETORA DE SEGUROS LTDA-INSTITUTO ASSISTENCIAL DOS ADVOGADO(S) DO PARANA IASAPAR –
Recorrido(s): GLADIS SCHOFFEL
ADVOGADO(S): ALBERTO AUGUSTO DE POLI-ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO-ANDRE LUIZ NUNES DA SILVA-JORGE LUIZ BORGES-LINCOLN LUIZ HERRERA ROCHA **DECISÃO:** por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA PRIMEIRA RÉ e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para prestar os esclarecimentos constantes na fundamentação.

TRT-PR-20986-2002-015-09-00-4-ACO-00708-2005Órgão-Julgador-2A.TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ALTAIR HENKEL DA SILVA-MOTAM INDUSTRIA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FERNANDO LUIZ RODRIGUES-JAMIL FERNANDO DE MIRA FILHO-MARIA ISABEL BARTH COSTAMILAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMADO para determinar que as retenções fiscais incidam sobre a totalidade dos créditos tributáveis do autor. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para acrescer à condenação horas extras e reflexos, levando-se em conta a fixação de nova base de cálculo, inclusive, tudo na forma da fundamentação. Custas acrescidas, sobre o valor arbitrado à condenação de R$2.500,00, no importe de R$50,00.

TRT-PR-21440-2002-010-09-40-3-ACO-00582-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 23276-2004
EMBARGANTE CLUBE CURITIBANO
Recorrente(s): LUCIANO BERGO DOS SANTOS
Recorrido(s): CLUBE CURITIBANO
ADVOGADO(S): LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO-VALDOMIRO CZAIKOWSKI NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-21466-2002-001-09-00-6-ACO-00716-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): ESCAPAMENTOS PORTAO LTDA
Recorrido(s): ANGELICA D´ANHAIA
ADVOGADO(S): RAUL ANIZ ASSAD-VALDIR NUNES PALMEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, assim como das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) excluir multa por atraso no pagamento das verbas da rescisão; b) autorizar a dedução do imposto de renda incidente sobre o crédito da Autora; c) determinar que atualização monetária incida a partir da exigibilidade das verbas deferidas. Custas inalteradas.

TRT-PR-21672-2002-013-09-00-6-ACO-00550-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 21428-2004
EMBARGANTE FERNANDO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Recorrente(s): FERNANDO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Recorrido(s): SMA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S-A
ADVOGADO(S): CRISTIANE BIENTINEZ SPRADA-JACK FERNANDO RIBEIRO DE LUNA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-21788-2002-010-09-00-6-ACO-00534-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 25178-2004
EMBARGANTE MARLENE DE FATIMA DE SOUZA LIMA
Recorrente(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A-MARLENE DE FATIMA DE SOUZA LIMA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FRANCISCO CARLOS JORGE-SILVIA LOURDES SOUZA DE BUENO GIZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-22195-2002-005-09-00-1-ACO-00609-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21507-2004
EMBARGANTE CONDOMINIO EDIFICIO SHANNON
Recorrente(s): MARIA JOSE GINO
Recorrido(s): CONDOMINIO EDIFICIO SHANNON
ADVOGADO(S): DANIEL LISBOA-ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI-SOLAINE MARIA BARBIERI-VANESSA KARAM DE CHUEIRI SANCHES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-22686-2002-011-09-00-4-ACO-00579-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25018-2004
EMBARGANTE DORIA CONSTRUCOES CIVIS LTDA
Recorrente(s): VILMAR MENDES FERNANDES-Recurso Adesivo-DORIA CONSTRUCOES CIVIS LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS PAULO DINIZ FERREIRA DA LUZ-ME
ADVOGADO(S): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-MARCIO GUBERT DE OLIVEIRA-NUREDIN AHMAD ALLAN-VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO da Reclamada. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR-LHES PROVIMENTO AOS EMBARGOS para prestar os esclarecimentos solicitados, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-52521-2002-018-09-00-1-ACO-00524-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 22499-2004
EMBARGANTE PURAS DO BRASIL S-A
Recorrente(s): PURAS DO BRASIL S-A-LUCIA MARIA DIAS DA COSTA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS DIXIE TOGA S-A
ADVOGADO(S): JOSE ANTONIO ANDRE-JULIANA DA CUNHA RODRIGUES-NELSON KNOB-VALERIA ZULMIRA CINESI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-52823-2002-012-09-00-1-ACO-00809-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): ASTRID ZGODA PACHECO
ADVOGADO(S): ALICE DE ANGELO M D GHISI-VALQUIRIA LAZZARI DE LIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para determinar que seja incluído na execução o valor indicado pelo INSS, à fl. 106, referente à contribuição previdenciária devida sobre verbas pagas em período em que houve reconhecimento do vínculo empregatício, ressalvado o direito executada de se manifestar sobre os cálculos e a possibilidade de compensar valores comprovadamente recolhidos à época, tudo nos termos da fundamentação. Custas dispensadas, na forma do artigo 790-A, I, da CLT.

TRT-PR-71066-2002-513-09-40-7-ACO-00631-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): JOAO LUIZ BATISTA FILHO
Agravado(s): CARLOS ROBERTO MAIONI GRANDE
ADVOGADO(S): JORGE LUIS RIBEIRO REZENDE-OLGA MACHADO KAISER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de instrumento do terceiro embargante. No mérito, por maioria de votos, vencido o excelentíssimo juiz Luiz Celso Napp (relator), Luiz Eduardo Gunther e Roberto Dala Barba, DAR LHE PROVIMENTO para afastar a deserção quanto ao recolhimento das custas judiciais com espeque nas OJs 17 e 104 da SE desta Corte, aprovadas em 21.05.04, pela RA 02-04, determinando a autuação do agravo de petição, de acordo com o artigo 109, o 3º, do RI. Quanto ao agravo de petição, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei, ao final.

TRT-PR-86295-2002-006-09-00-2-ACO-00529-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 21330-2004
EMBARGANTE INDUSTRIAS TODESCHINI S-A
Agravante(s): INDUSTRIAS TODESCHINI S-A
Agravado(s): TANIA VIDAL DE ALMEIDA
ADVOGADO(S): PAULO ROBERTO LOPES-RENATA STRAPASSON-ROLAND KLASSEN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para prestar os esclarecimentos necessários, não acolhendo, no entanto, à pretensão do embargante quanto ao pedido de juntada dos extratos do FGTS, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-98901-2002-014-09-00-7-ACO-00581-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 16425-2004
EMBARGANTE ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
Recorrente(s): ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A-MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): HELIO GOMES COELHO JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00007-2003-014-09-00-6-ACO-00646-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): SERGIO ALVES POLICARPO
Recorrido(s): OCEANICA PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA-MARCELO ABAGE
ADVOGADO(S): MARILU HAUER DE OLIVEIRA-MOACIR TADEU FURTADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e não conhecer das contra-razões das Reclamadas, concedendo ao Reclamante os benefícios da assistência judiciária, isentando-o do pagamento das custas processuais. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00023-2003-654-09-00-7-ACO-00548-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 25922-2004
EMBARGANTE PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS
Recorrente(s): ANILTON KWIATKOWSKI MAYER E OUTROS 19-PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADO(S): ADONIS GALILEU DOS SANTOS-ARNO APOLINARIO JUNIOR-CHRISTIAN MARCELLO MANAS-JULIO CESAR ABRÉU DAS NEVES-ROBERTO CHIQUITA-SIDNEI MACHADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA PETROBRAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, sanando omissão, fixar o valor provisório da causa em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), invertendo-se o ônus para as reclamadas, num importe de custas de R$ 300,00 (trezentos reais).

TRT-PR-00024-2003-654-09-00-1-ACO-00549-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 25924-2004
EMBARGANTE PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS
Recorrente(s): ROGER LEON COQUEREL-PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADO(S): ADONIS GALILEU DOS SANTOS-ARNO APOLINARIO JUNIOR-CHRISTIAN MARCELLO MANAS-JULIO CESAR ABRÉU DAS NEVES-ROBERTO CHIQUITA-SIDNEI MACHADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA PETROBRAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, sanando omissão, fixar o valor provisório da causa em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), invertendo-se o ônus para as reclamadas, num importe de custas de R$ 300,00 (trezentos reais).

TRT-PR-00027-2003-654-09-00-5-ACO-00583-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 25923-2004
EMBARGANTE PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS
Recorrente(s): ALFREDO MOREIRA FILHO e outros(19)-PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS

ADVOGADO(S): ADONIS GALILEU DOS SANTOS-ARNO APOLINARIO JUNIOR-CHRISTIAN MARCELLO MANAS-JULIO CESAR ABRÉU DAS NEVES-ROBERTO CHIQUITA-SIDNEI MACHADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA PETROBRAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, sanando omissão, fixar o valor provisório da causa em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), invertendo-se o ônus para as reclamadas, num importe de custas de R$ 300,00 (trezentos reais).

TRT-PR-00032-2003-656-09-00-0-ACO-00551-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT CASTRO-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 25514-2004
EMBARGANTE PINCEIS TIGRE S-A
Recorrente(s): PINCEIS TIGRE S-A-DARCI BRANDT DA CRUZ-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDISON JOSE IUCKSCH-LAURES JOAQUIM PISNISK
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação suprir a omissão apontada.

TRT-PR-00055-2003-069-09-00-2-ACO-00876-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA ISEPR
Recorrido(s): ERIETE ONEIDA COVATTI
ADVOGADO(S): CESAR AUGUSTO RAMOS GRADELA-OMAR SFAIR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, assim como das contra-razões. Sem divergência de votos, NÃO CONHECER DA REMESSA OFICIAL, por incabível. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencidos os Exmos. Juízes Rosalie Michaele Bacila Batista e Ubirajara Carlos Mendes, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO para: a) excluir da condenação o pagamento do intervalo intrajornada; b) excluir da base de cálculo das horas extras as parcelas adicional de insalubridade, gratificação de atividade especial (GAE), bem como as demais "verbas consignadas nos recibos"; e c) excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral, bem como os valores do FGTS, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00056-2003-069-09-00-7-ACO-00873-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA ISEPR
Recorrido(s): NELSI STORMOSKI FERREIRA
ADVOGADO(S): MARIO ROBERTO JAGHER-OMAR SFAIR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, mas não conhecer das contra-razões, por intempestivas. Por igual votação, CONHECER DA REMESSA OFICIAL. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencidos os Exmos. Juízes Rosalie Michaele Bacila Batista e Ubirajara Carlos Mendes, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO E À REMESSA OFICIAL, analisados em conjunto, para: a) restringir a condenação ao pagamento de horas extras apenas às excedentes da 44ª hora semanal quando do labor pela reclamante segundo o regime 12X36; b) excluir da base de cálculo das horas extras as parcelas adicional de insalubridade, gratificação de atividade especial (GAE), bem como as demais "verbas consignadas nos recibos"; c) excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral, bem como os valores do FGTS; e d) determinar a incidência dos descontos previdenciários e fiscais consoante os critérios definidos, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00077-2003-654-09-00-2-ACO-00813-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Recorrido(s): VIACAO TINDIQUERA LTDA
ADVOGADO(S): ADALBERTO CARAMORI PETRY-LUIZ GUILHERME CAVALCANTI MADER SUNYE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, assim como das contra-razões apresentadas pela Reclamada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00120-2003-669-09-00-9-ACO-00744-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A-THIAGO HIGINO APARECIDO RAVAGNANI-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS IECSA-GTA TELECOMUNICACOES LTDA-FORMATEL FORMACAO EM TELEFONIA E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
ADVOGADO(S): ANA LUCIA RODRIGUES-JULIANO TOMANAGA-WALTER JOSE DE FONTES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA 3ª RÉ. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO AUTOR, para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação: a) o reembolso das despesas efetuadas com combustível; b) o pagamento da multa do artigo 467 da CLT. Custas acrescidas em R$80,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, de R$4.000,00.

TRT-PR-00145-2003-671-09-00-9-ACO-00627-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT TELEMACO BORBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): TREVISAN & FERNANDES LTDA-VALDERICO SEBASTIAO DOS SANTOS GONCALVES-KLABIN S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): DINIZAR DOMINGUES-DONIZETE GELINSKI-JOAQUIM MIRO-LUIS HENRIQUE LOPES DE SOUZA-MAURICIO DE OLIVEIRA GUIMARAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RECLAMADAS E DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS RECURSOS DAS RECLAMADAS para, nos termos da fundamentação, autorizar os descontos previdenciários e de imposto sobre a renda dos créditos do Reclamante; por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Lauremi Camaroski (Revisor), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) determinar a integração do valor pago a título de aluguel, considerando o valor bruto constante dos recibos, abatidas as despesas do Reclamante (vales, adiantamentos e refeição) e; b) determinar que o adicional de periculosidade deve incidir também sobre o "aluguel de moto-serra".

TRT-PR-00170-2003-023-09-00-0-ACO-00634-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): MANOEL RAIMUNDO GOMES BARBOSA
Recorrido(s): CONSTRUA CONSTRUCOES CIVIS LTDA
ADVOGADO(S): ERIC COSTA CANDIDO-MAURO LUCIO RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, mas não das contra-razões, por intempestivas. No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Márcio Dionisio Gapski (Relator), NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00173-2003-069-09-00-0-ACO-00874-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA ISEPR
Recorrido(s): SILVIA DE CASSIA LYRIO
ADVOGADO(S): OMAR SFAIR-PAULO YVES TEMPORAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, assim como das contra-razões. Por igual votação, NÃO CONHECER DA REMESSA OFICIAL, por incabível. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencidos os Exmos. Juízes Rosalie Michaele Bacila Batista e Ubirajara Carlos Mendes, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO para: a) excluir da condenação o pagamento do intervalo intrajornada; b) excluir da base de cálculo das horas extras as parcelas adicional de insalubridade, gratificação de atividade especial (GAE), bem como as demais "verbas consignadas nos recibos"; e c) excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral, bem como os valores do FGTS, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00186-2003-653-09-00-3-ACO-00647-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAPONGAS-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): NUTRIARA ALIMENTOS LTDA
Recorrido(s): CARLOS HENRIQUE MOTTA
ADVOGADO(S): APARECIDA NEIVA ORMELEZ-KARINE SAYURI OLIVEIRA DA ROCHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões do Reclamante. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Relator) e com ressalvas da Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert, quanto à fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) determinar que os juros de mora sejam computados a partir do ajuizamento da ação e sobre o capital corrigido, conforme artigos 883 da CLT e 39 da Lei nº 8.177-91 e Súmula nº 200 do C. TST; b) excluir da condenação a indenização suplementar para recomposição do crédito do Reclamante. Custas inalteradas.

TRT-PR-00219-2003-666-09-00-1-ACO-00739-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT JAGUARIAIVA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): JOAO CARLOS DOLENSE VASCO
Recorrido(s): INPACEL INDUSTRIA DE PAPEL ARAPOTI S-A
ADVOGADO(S): ADERLAN ANGELO CAMARGO-PAULO MADEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para acrescer à condenação o pagamento de horas extras decorrentes da supressão do intervalo intrajornada e reflexos. Custas acrescidas sobre o valor de R$2.000,00, no importe de R$40,00.

TRT-PR-00234-2003-023-09-00-2-ACO-00695-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
Recorrente(s): BANCO ITAU S-A
Recorrido(s): JOAQUIM DA COSTA PATRICIO
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-LAURI TRENTINI-SILVANIA MARIA BOLZON
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RÉU. No mérito, por maioria de votos, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação: I – excluir da condenação o pagamento de horas extras e reflexos, relativos ao período de janeiro-2001 até a rescisão contratual; II– determinar o abatimento global dos valores recebidos, observando-se apenas a equivalência dos títulos; III – excluir da condenação a devolução dos descontos a título de "FUNBEP-CONTRIB" e "FUNBEP S-13"; e IV-restringir a condenação ao pagamento de uma multa convencional, prevista na cláusula 79ª do ACT 99-00, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Ney Fernando Olivé Malhadas. Custas na forma da lei.

TRT-PR-00237-2003-017-09-00-4-ACO-00855-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT JACAREZINHO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): MUNICIPIO DE JACAREZINHO-REMESSA EX OFFICIO-LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELIANA CRISTINA BITTENCOURT-LUIZ FERNANDO BALIELO ROSSI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS, mas NÃO CONHECER DA REMESSA DE OFÍCIO, nos termos da Súmula 303, a, do E. TST. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação, afastar condenação ao pagamento de diferenças salariais; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) incluir na condenação as diferenças dos depósitos do FGTS sobre as parcelas pagas ao longo de todo o vínculo; b) deferir, a partir de novembro-2001, em parcelas vencidas e vincendas, diferenças de horas extras e reflexos, observando os critérios e limites fixados na fundamentação. Custas pelo Reclamado de R$ 100,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R$ 5.000,00, de cujo pagamento está isento (art. 790-A, da CLT).

TRT-PR-00269-2003-671-09-00-4-ACO-00897-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT TELEMACO BORBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Recorrente(s): MUNICIPIO DE SAPOPEMA-JOSE DIAS-CAIXA ECONOMICA FE DERAL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FABIO ANTONIO MAXIMIANO DE SOUZA-JOAO ALBERTO DA SILVA BORGES-NEWTON MAURICIO FRANCO RODRIGUES-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS DAS PARTES. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA CEF, para declará-la parte ilegítima ad causam, excluindo-a da lide, extingüindo-se o processo sem julgamento do mérito quanto a ela, nos termos do art. 267, VI, do CPC, nos termos do fundamentado. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE, nos termos dos fundamentos. Por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO MUNICÍPIO-RECLAMADO para afastar a sua condenação em honorários periciais, nos termos do fundamentado. Custas inalteradas. **EMENTA:** 1. Diferenças de FGTS. CEF. Ilegitimidade passiva ad causam A Caixa Econômica Federal, constitui-se, apenas, o órgão gestor do FGTS, não sendo parte legítima para integrar a ação, ainda mais se a controvérsia reside apenas em diferenças de depósitos do FGTS, estabelecendo, a Lei 8.036-90 (parágrafo único do artigo 25), apenas, seja notificada da propositura da reclamatória. 2. Prescrição bienal. Regime Jurídico Único. Extinção do contrato de trabalho. A transformação do regime de natureza celetista em regime jurídico estatutário implica na extinção do vínculo empregatício existente entre o empregado e o órgão público, conforme Orientação Jurisprudencial 128 SDI-1 do C. TST. Ultrapassado o biênio quanto ao pedido de diferenças de depósitos do FGTS, prescrito o direito de ação (artigo 7º, XXIX, da CF-88).

TRT-PR-00281-2003-671-09-00-9-ACO-00838-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT TELEMACO BORBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): MUNICIPIO DE SAPOPEMA-REMESSA EX OFFICIO-JOSE MENINO PEREIRA-Recurso Adesivo-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FABIO ANTONIO MAXIMIANO DE SOUZA-FRANCISCO CARLOS RIBEIRO-JOAO ALBERTO DA SILVA BORGES-NEWTON MAURICIO FRANCO RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DAS RECLAMADAS E A REMESSA EX OFFICIO para afastar os honorários periciais atribuídos aos recorrentes, devendo os mesmos serem suportados pelo reclamante, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00324-2003-020-09-00-4-ACO-00545-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT MARINGA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 24078-2004
EMBARGANTE TGV TRANSPORTADORA DE VALORES E VIGILANCIA LTDA
Recorrente(s): TGV TRANSPORTADORA DE VALORES E VIGILANCIA LTDA-REGINALDO DE LIMA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): LAMARTINE BRAGA CORTES FILHO-REGINA MARIA BASSI CARVALHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) prestar esclarecimentos; b) sanar a omissão apontada.

TRT-PR-00342-2003-053-09-00-7-ACO-00543-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT LARANJEIRAS DO SUL-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 25256-2004
EMBARGANTE JOSE OLINTO DE SOUZA
Recorrente(s): FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S-A
Recorrido(s): JOSE OLINTO DE SOUZA
ADVOGADO(S): ALAISIS FERREIRA LOPES-ELTON LUIZ DE CARVALHO-JULIO CESAR DA COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para prestar esclarecimentos.

TRT-PR-00358-2003-019-09-00-9-ACO-00740-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): VALDIVINO CHAVES DA SILVA
Recorrido(s): MAURILIO AGUILERA
ADVOGADO(S): ELITON ARAUJO CARNEIRO-GUSTAVO RIBEIRO DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para declarar a competência territorial do MM. Juízo da 2a VT Londrina, PR, para instruir e julgar o feito. Tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00361-2003-094-09-00-9-ACO-00690-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT FRANCISCO BELTRÃO-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-VANIA LUCIA ROSA FAUST-Recurso Adesivo-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO DILSON PEREIRA-RENATO LUIZ OTTONI GUEDES-SANDRA RITA MENEGATTI DE LIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS 1ª e 2ª RÉS, DO RECURSO ADESIVO DA AUTORA e das contra-razões apresentadas, bem como dos subsídios jurisprudenciais de fls. 298-299. No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DAS 1ª E 2ª RECLAMADAS. Sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, deferir as diferenças pleiteadas, decorrentes da correção monetária dos expurgos inflacionários sobre a reserva da poupança. Custas inalteradas.

TRT-PR-00371-2003-666-09-00-4-ACO-00805-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT JAGUARIAIVA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Recorrente(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Recorrido(s): GN COMÉRCIO DE MADEIRAS E SERVICOS LTDA
ADVOGADO(S): CARLOS SCHAEFER MEHRET-MARCUS VINICIUS XAVIER DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO INSS, porque regularmente interposto e, por igual votação, EXTINGUIR o processo sem julgamento do mérito, por perda de objeto, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei. **EMENTA:** RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO – EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – O recolhimento pela reclamada do valor apresentado pelo INSS acarreta a perda do objeto da ação e faz desaparecer o interesse de agir do órgão previdenciário, devendo, por isso, ser o processo extinto sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

TRT-PR-00377-2003-666-09-00-1-ACO-00649-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT JAGUARIAIVA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): MARCOS MACIEL STINGLIN-ME
Recorrido(s): ADEMAR NATALICIO
ADVOGADO(S): ROBERTO BALBELA-SERGIO VILARIM DE SOUZA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação: Custas inalteradas.

TRT-PR-00387-2003-093-09-00-0-ACO-00850-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT CORNELIO PROCOPIO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): JANDIRA GOMES DE MATOS-MUNICIPIO DE CORNELIO PROCOPIO-Recurso Adesivo-REMESSA EX OFFICIO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CESAR AUGUSTO MORENO-EMERSON CARAZZAI FONSECA-ENI DOMINGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE E ADESIVO DO RECLAMADO, mas não conhecer das contra-razões do Reclamado, porque intempestivas e NÃO CONHECER DA REMESSA DE OFÍCIO, com fundamento na Súmula nº 303, a, do TST. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) incluir na condenação, a título indenizatório, aviso prévio de 30 dias, FGTS sobre as parcelas pagas no interregno de 12.08.97 a 30.04.2001 e a multa de 40%, multa prevista no artigo 477, o 8o da CLT; b) excluir a determinação de descontos de imposto sobre a renda; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMADO. Custas, pelo Reclamado, no importe de R$ 60,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 3.000,00, dispensadas (art. 790-A da CLT).

TRT-PR-00394-2003-669-09-00-8-ACO-00879-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): MUNICIPIO DE ROLANDIA-REMESSA EX OFFICIO-CARLOS ENRIQUE RIBEIRO-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALVARO PESENTI-FABIANO MARANHAO RODRIGUES GOMES-MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DO RECLAMADO E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões, mas NÃO CONHECER DA REMESSA DE OFÍCIO, por incabível. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMADO; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, elastecer a con-

denação em horas extras. Custas pelo Reclamado no valor de R$ 60,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, ora arbitrado em R$ 3.000,00, de cujo recolhimento fica isento, nos termos do art. 790-A da CLT.

TRT-PR-00396-2003-669-09-00-7-ACO-00741-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): NEUSA APARECIDA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos do fundamentado: a) declarar a prescrição considerando a data do ajuizamento da ação; b) autorizar os descontos previdenciários e fiscais do crédito; c) limitar os honorários assistenciais em 15% do valor da condenação; c) determinar que a atualização monetária, quanto aos salários, ocorra a partir do mês subseqüente ao vencido. Custas inalteradas.

TRT-PR-00398-2003-669-09-00-6-ACO-00742-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): CELMA FERREIRA MARQUES BARBOZA
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos do fundamentado: a) declarar a prescrição considerando a data do ajuizamento da ação; b) autorizar os descontos previdenciários e fiscais do crédito; c) limitar os honorários assistenciais em 15% do valor da condenação; c) determinar que a atualização monetária, quanto aos salários, ocorra a partir do mês subseqüente ao vencido. Custas inalteradas.

TRT-PR-00436-2003-658-09-00-7-ACO-00905-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
Recorrente(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Recorrido(s): HUSSEIN HAMOUD
ADVOGADO(S): ROSANO AUGUSTO KAMMERS
DECISÃO: por unanimidade de votos, DETERMINAR QUE OS AUTOS SEJAM REAUTUADOS COMO AGRAVO DE PETIÇÃO E, APÓS, A REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO A UM DOS JUÍZES QUE INTEGRAM A SEÇÃO ESPECIALIZADA, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00442-2003-656-09-00-1-ACO-00650-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT CASTRO-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): ANDRE GOMES SILVESTRE
Recorrido(s): CELSO LUIZ AUGUSTAT
ADVOGADO(S): ANDRE GOMES SILVESTRE-JOSE NERCI MIRANDA SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, excluir da condenação: a) a multa prevista no art. 477, o 8º, da CLT; b) as quotas do salário-família; c) o pagamento de honorários advocatícios em favor do Reclamante. Custas inalteradas.

TRT-PR-00451-2003-068-09-00-3-ACO-00604-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21518-2004
EMBARGANTE CHURRASCARIA PARMA GRILL LTDA
Recorrente(s): IVETE BOLIGON TROMBETA
Recorrido(s): CHURRASCARIA PARMA GRILL LTDA
ADVOGADO(S): CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR-JAIME ALBERTO STOCKMANNS-LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00479-2003-654-09-00-7-ACO-00644-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): INCEPA REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-MAURI ANTONIO CAMPEZE-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CASSIO ARIEL MORO-DOUGLAS WAYSS-EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, restringir condenação de horas extras decorrentes da violação do intervalo intrajornada; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) ampliar condenação relativa a diferenças de horas extras deferidas, com reflexos, inclusive referentes a violação de intervalo intrajornada; b) deferir diferenças de adicional noturno e reflexos; c) conceder ao Reclamante os benefícios da justiça gratuita. Custas pela Reclamada, no importe de R$ 50,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 2500,00..

TRT-PR-00499-2003-669-09-00-7-ACO-00746-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): CRISTIANE DOS SANTOS NERES
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos do fundamentado: a) declarar a prescrição considerando a data do ajuizamento da ação; b) autorizar os descontos previdenciários e fiscais do crédito; c) limitar os honorários assistenciais em 15% do valor da condenação; c) determinar que a atualização monetária, quanto aos salários, ocorra a partir do mês subseqüente ao vencido. Custas inalteradas.

TRT-PR-00502-2003-669-09-00-2-ACO-00747-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): MARIA RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos do fundamentado: a) declarar a prescrição considerando a data do ajuizamento da ação; b) autorizar os descontos previdenciários e fiscais do crédito; c) limitar os honorários assistenciais em 15% do valor da condenação; c) determinar que a atualização monetária, quanto aos salários, ocorra a partir do mês subseqüente ao vencido. Custas inalteradas.

TRT-PR-00505-2003-089-09-00-1-ACO-00743-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): AMADEU FRANCISCO DE LIMA FILHO
ADVOGADO(S): ANA LUCIA RODRIGUES-CARINA DO CARMO CASTILHO-CIRINEU DIAS-SANDRA REGINA RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para excluir da condenação a determinação no sentido de que a recorrente, ao início da execução, indique bens das demais reclamadas. Tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00513-2003-094-09-00-3-ACO-00613-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT FRANCISCO BELTRÃO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21520-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
Recorrente(s): ARTUR DE MIRANDA
Recorrido(s): ITIBRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA-BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): CLAUDIA ALESSANDRA BILACHI-INDALECIO GOMES NETO-MARCIA SANDRA TUMELERO DE BONA-NILCE REGINA TOMAZETO VIEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00556-2003-096-09-00-1-ACO-00806-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT GUARAPUAVA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Recorrido(s): MAYCON TOSIN
ADVOGADO(S): VALTER SCHAEFER MEHRET
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO INSS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei.

TRT-PR-00561-2003-023-09-00-4-ACO-00826-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): ANIZIA LEONTINA RIGODANZO CANUTO
Recorrido(s): MUNICIPIO DE PARANAVAI
ADVOGADO(S): GILSON JOSE DOS SANTOS-RITA DE CASSIA BASSI BONFIM-ZULEIDE BARBOSA VILACA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e das contra-razões. Por igual votação, ACOLHER A PRELIMINAR DE COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO para, nos termos da fundamentação, declarar a competência desta Justiça Especializada para julgar a presente demanda, devendo os autos retornarem à Vara de
Origem para instrução do feito e o seu julgamento de mérito como bem entender, ficando sobrestado o feito em relação aos demais temas. Custas invertidas, na forma do Enunciado 25 do C. TST.

TRT-PR-00562-2003-023-09-00-9-ACO-00828-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): TAMIO OKIMOTO
Recorrido(s): MUNICIPIO DE PARANAVAI
ADVOGADO(S): JOAO EGIDIO DA SILVA-RITA DE CASSIA BASSI BONFIM-ZULEIDE BARBOSA VILACA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e das contra-razões. Por igual votação, ACOLHER A PRELIMINAR DE COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO para, nos termos da fundamentação, declarar a competência desta Justiça Especializada para julgar a presente demanda, devendo os autos retornarem à Vara de
Origem para instrução do feito e o seu julgamento de mérito como bem entender, ficando sobrestado o feito em relação aos demais temas. Custas invertidas, na forma do Enunciado 25 do C. TST.

TRT-PR-00564-2003-026-09-00-7-ACO-00757-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT UNIAO DA VITORIA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Recorrente(s): VEICULOS MALLON LTDA
Recorrido(s): EDISON PAULINO DA COSTA
ADVOGADO(S): ALESSANDRO DE CARLO ZIEMANN-ENIO GERALDO CANDIDO NOGARA-MONICA SCULTETUS KRAUSS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para determinar que as diferenças salariais sejam apuradas apenas entre os salários recebidos e o piso salarial fixado em novembro-2002, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00565-2003-670-09-00-9-ACO-00835-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: DIRCEU PINTO JUNIOR
Agravante(s): PEDRO PRUCHAKI DA SILVA
Agravado(s):
MUNICIPIO DE AGUDOS DO SUL
ADVOGADO(S): CARLOS VANDERLEI MUHLSTEDT-MARCELO LINHARES FREHSE
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, por incabível, nos termos da fundamentação. Custas nos termos da Lei nº 10.537-02, ao final, sem prejuízo das já contadas.

TRT-PR-00574-2003-661-09-00-9-ACO-00607-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 22223-2004
EMBARGANTE ANTONIA RAIMUNDA DA SILVA PAIVA
Recorrente(s): ANTONIA RAIMUNDA DA SILVA PAIVA-COMPANHIA AGRICOLA E PECUARIA LINCOLN JUNQUEIRA e outro
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANGELA REGINA FERREIRA APARICIO-CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE-MARCIA REGINA RODACOSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00575-2003-020-09-00-9-ACO-00612-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT MARINGA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21517-2004
EMBARGANTE EDITE FERREIRA TORRES
Recorrente(s): EDITE FERREIRA TORRES-Recurso Adesivo(RECURSO ADESIVO)-USINA ALTO ALEGRE S-A ACUCAR E ALCOOL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANGELA REGINA FERREIRA APARICIO-CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE-MARCIA REGINA RODACOSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00586-2003-654-09-00-5-ACO-00610-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 21478-2004
EMBARGANTE NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
Recorrente(s): NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA-RONALDO COSTA LOPES-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALI MUSTAFA ATYEH-JEFFERSON AUGUSTO KRAINER-OLIMPIO PAULO FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00588-2003-018-09-00-1-ACO-00541-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 25210-2004
EMBARGANTE JAIME ANDRADE
Recorrente(s): JAIME ANDRADE
Recorrido(s): VEGA ENGENHARIA AMBIENTAL S-A
ADVOGADO(S): LIANA YURI FUKUDA-MARCOS LEATE-PEDRO PAULO PEDROSA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, em prestar-lhes os devidos esclarecimentos.

TRT-PR-00591-2003-019-09-00-1-ACO-00648-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
Recorrente(s): PADO S-A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA-ISAIAS FERREIRA DA SILVA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLOS EDUARDO MADI-JULIANO TOMANAGA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DA RÉ e DO AUTOR, assim como das contra-razões apresentadas. No mérito, por igual votação, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ para, nos termos da fundamentação: a) declarar prescritos eventuais direitos exigíveis antes de 19.02.98; b) determinar que a apuração das horas extras seja efetuada levando-se em conta as laboradas além da 8ª diária e 44ª semanal, de forma não cumulativa; c) determinar que quando da apuração das horas extras seja observada a Orientação Jurisprudencial 23 da SDI do C. TST. Sem divergência de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação as horas extras referentes ao período de junho-2000 a agosto-2001, a serem apuradas em consonância com a Orientação Jurisprudencial 220, da SDI, do C. TST. Custas inalteradas.

TRT-PR-00662-2003-072-09-00-5-ACO-00895-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT PATO BRANCO-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): MARINA CORTES ABDALA
Recorrido(s): MUNICIPIO DE ITAPEJARA D´OESTE
ADVOGADO(S): CLECI MARIA DARTORA-RODRIGO LONGO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, na forma da fundamentação. Sem divergência de votos, DECLARAR, ex officio, a nulidade contratual entre as partes no período de 14-02-2002 a 28-02-2003, pelo labor no "Programa Saúde da Família", por falta de concurso público (art. 37, II da CF-88). Por igual votação, DETERMINAR, ex officio, que a Secretaria desta E. Turma expeça ofício ao Ministério Público do Estado do Paraná, para os fins previstos no artigo 37, parágrafo 2º da CF-88, devendo ser encaminhadas as seguintes peças: petição inicial; contrato administrativo, defesas, sentença, decisão de embargos de declaração, recurso ordinário, contra-razões, parecer do MPT, certidão de trânsito em julgado do v. Acórdão, se houver; que com o trânsito em julgado e o retorno dos autos ao Juízo de Origem, este expeça ofício ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, incluindo, além das citadas, também as seguintes peças: certidão de trânsito em julgado do v. Acórdão e o cálculo de liquidação, devidamente homologado, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** MUNICÍPIO DE ITAPEJARA DO OESTE – LABOR NO "PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA" COMO MÉDICA – NULIDADE CONTRATUAL – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS- Restou incontroverso que a reclamante foi contratada no período de fev-2002 a fev-2003, como "médica", pelo Hospital do Sindicato dos Trabalhadores de Itapejara do Oeste, entidade subvencionada pelo Município reclamado através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapejara do Oeste. Cabe ao juiz declarar a nulidade contratual por falta de concurso público (art. 37, II da CF-88), de ofício, quando conhecedor do ato, conforme prescreve o parágrafo único do art. 146, parágrafo único do Código Civil de 1916 (art. 168, parágrafo único do novo CCB). Deve-se, ainda, determinar a expedição de ofícios, extraindo as peças necessárias dos autos, tanto ao Ministério Público Estadual, bem como ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para os fins previstos no artigo 37, parágrafo 2º da CF-88.

TRT-PR-00681-2003-069-09-00-9-ACO-00884-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): ESTADO DO PARANA-GILSON ADORYAN
Recorrido(s): OS MESMOS INAP INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRACAO PRISIONAL S-C LTDA
ADVOGADO(S): ADRIANA ZILIO MAXIMIANO-LUCIANO BRAGA CORTES-NEUSA LANZARINI DA ROSA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e DO RECLAMADO. Por igual votação, DETERMINAR a reautuação dos autos para excluir a remessa "ex officio". No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO (analisado preferencialmente). Por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, para acrescer à condenação o pagamento de horas extras além da 8ª diária e 44ª semanal (de forma não cumulativa), do início contratual até 15-03-2002, na forma da fundamentação. Custas acrescidas pelo valor arbitrado da condenação em R$ 2.300,00, no importe de R$ 46,00. **EMENTA:** ESTABELECIMENTO PRISIONAL-AUXILIAR DE ENFERMAGEM-CATEGORIA DIFERENCIADA—APLICAÇÃO DA OJ Nº 55 DA SDI-1 DO TST – Tratando-se o empregador de empresa que administra a execução dos serviços de estabelecimento prisional, não está obrigada a cumprir as Convenções Coletivas de Trabalho de categoria profissional diferenciada de "auxiliar de enfermagem" que se enquadra o seu empregado, tendo em vista que o instrumento normativo trazido pelo reclamante foi celebrado apenas com o Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde. Aplica-se o entendimento da OJ nº 55 da SDI-1 do C. TST que determina: "Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria".

TRT-PR-00717-2003-068-09-40-2-ACO-00727-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Agravante(s): DISMAR DISTRIBUIDORA MARINGA DE ELETRODOMESTICOS LTDA
Agravado(s): BENJAMIN DALLAGNOL
ADVOGADO(S): DARIO GENARI-DAYRO GENARI-DINO COSTACURTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR O AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RÉU, assim como a contraminuta do Autor. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00765-2003-021-09-00-2-ACO-00840-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): AMAURI BATISTA RODRIGUES-MUNICIPIO DE MANDAGUARI-REMESSA EX OFFICIO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARIA GECILDA RAMOS-MARLENE DE CASTRO MARDEGAM-ROSSANA MOREIRA GOMES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS

RECURSOS ORDINÁRIOS DO RECLAMANTE E DO RECLAMADO, bem como das contra-razões apresentadas, mas NÃO CONHECER DA REMESSA DE OFÍCIO, nem dos documentos de fls. 333-337. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMADO, analisado preferencialmente, para, na forma da fundamentação, excluir da condenação o pagamento das custas processuais; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas isentas.

TRT-PR-00825-2003-071-09-00-3-ACO-00812-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Recorrido(s): CDL CAMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE CASCAVEL LTDA
ADVOGADO(S): ALEXANDRE VETTORELLO-ROSANO AUGUSTO KAMMERS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inexistentes.

TRT-PR-00864-2003-026-09-00-6-ACO-00723-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT UNIAO DA VITORIA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): CASIMIRO OKONSKI-ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
Recorrido(s): OS MESMOS REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO(S): ENIO GERALDO CANDIDO NOGARA-JOAO AUGUSTO DA SILVA-SANDRA CALABRESE SIMAO-VALDIR GEHLEN
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR OS RECURSOS e as contra-razões respectivas. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA 2ª RECLAMADA, nos termos da fundamentação. Custas dispensadas.

TRT-PR-00890-2003-071-09-00-9-ACO-00860-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): DORALICE RANGHETTI MENEZES-BANCO ITAU S-A e outro-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-DALTRO MARCELO MARONEZI-HELOISA INEZ DE JESUS-LEIR TADEU DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Marco Antonio Vianna Mansur, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA AUTORA para determinar a sua reintegração no emprego, com o pagamento de salários vencidos e demais vantagens da categoria, desde a data da resilição até a efetiva reintegração no emprego, que se dará após o trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo da integração das verbas salariais deferidas, objeto da presente ação, o pagamento dos valores referentes à participação nos lucros da empresa e para deferir os reajustes previstos em CCTs, postulados na inicial, conforme fundamentação. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DOS RÉUS, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00912-2003-657-09-00-3-ACO-00656-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): ATAIDE LEAL DOS SANTOS
Recorrido(s): CIMENTO RIO BRANCO S-A-AMJR CONSULTORIA PROJETOS E OBRAS LTDA
ADVOGADO(S): FRANCISCO PAULO SMITEK SOBIERAY-JOSE CARLOS BUSATTO-RITA DE CASSIA TENCZUK
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões da 2ª Reclamada. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Relator), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, condenar a Reclamada ao pagamento de aviso prévio, 2-12 de 13º salário e 2-12 de férias acrescidas de um terço, além do FGTS com multa de 40%. Custas de R$12,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$600,00.

TRT-PR-00917-2003-657-09-00-6-ACO-00755-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): VANDERLEI VAZ DE ARAUJO
Recorrido(s): CIMENTO RIO BRANCO S-A-AMJR CONSULTORIA PROJETOS E OBRAS LTDA
ADVOGADO(S): FRANCISCO PAULO SMITEK SOBIERAY-JOSE CARLOS BUSATTO-RITA DE CASSIA TENCZUK
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DO AUTOR e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00922-2003-004-09-00-4-ACO-00568-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25015-2004
EMBARGANTE DIGIDATA CONSULTORIA E SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE
DADOS LTDA
Recorrente(s): RITA DE CASSIA DE ANDRADE-DIGIDATA CONSULTORIA E SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): BERNARDO MOREIRA DOS SANTOS MACEDO-CELIO PEREIRA OLIVEIRA NETO-CRISTIANE TEORO DO CARMO AMARAL-FABIANA CRISTINA VIOLATO MARTINS-LUIZ FELIPE HAJ MUSSI-MOACIR SALMORIA-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA PRIMEIRA RÉ. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR-LHES PROVIMENTO para sanar as omissões apontadas, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00958-2003-657-09-00-2-ACO-00843-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): JOSE PAULA CORDEIRO
Recorrido(s): MUNICIPIO DE ITAPERUCU
ADVOGADO(S): LEIA MARIA FARIA MELECH-RITA DE CASSIA TENCZUK
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, porém EM NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", por incabível. No mérito, por igual votação, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, para acrescer a condenação o pagamento do FGTS sobre as verbas salariais recebidas durante a relação contratual de 24-08-01 até 06-08-02. Sem divergência de votos, EM DETERMINAR, ex officio, que a Secretaria desta Turma expeça ofício ao Ministério Público do Estado do Paraná, para os fins previstos no artigo 37, parágrafo 2º da CF-88, devendo ser encaminhadas as seguintes peças: petição inicial; contrato administrativo, defesas, sentença, decisão de embargos de declaração, recurso ordinário, contra-razões, parecer do MPT, certidão de trânsito em julgado do v. Acórdão, se houver; que com o trânsito em julgado e o retorno dos autos ao Juízo de Origem, este expeça ofício ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, incluindo, além das citadas, também as seguintes peças: certidão de trânsito em julgado do v. Acórdão e o cálculo de liquidação, devidamente homologado, na forma da fundamentação. Custas acrescidas pelo valor arbitrado da condenação em R$ 4.000,00, no importe de R$ 80,00. **EMENTA:** MUNICÍPIO – ADMISSÃO SEM CONCURSO PÚBLICO – FGTS – O contrato trabalhista é nulo por falta de concurso público (art. 37, II da CF-88), sendo aplicável ao caso o artigo 19-A da Lei nº 8.036-90, com a nova redação dada pela medida provisória nº 2.164-40-01, sendo devido o FGTS a partir da vigência da lei, ou seja, 24-08-01.

TRT-PR-00962-2003-654-09-00-1-ACO-00580-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25183-2004
EMBARGANTE LUIZ CARLOS LOYOLA MISTRONGUE
Recorrente(s): LUIZ CARLOS LOYOLA MISTRONGUE
Recorrido(s): ULTRAFERTIL S-A
ADVOGADO(S): ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA-FABIANA CRISTINA VIOLATO MARTINS-LUIZ FELIPE HAJ MUSSI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RÉ. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO, tão-somente para prestar os esclarecimentos solicitados, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00983-2003-021-09-00-7-ACO-00845-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Agravante(s): ALESSANDRA SALLA
Agravado(s):
MUNICIPIO DE MANDAGUARI
ADVOGADO(S): FATIMA MIRIAM BORTOT-MARIA GECILDA RAMOS-NILCE NEIDE TEIXEIRA-ROSSANA MOREIRA GOMES
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO e, no mérito, por igual votação, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** EXCESSO DE RECLAMANTES LITISCONSÓRCIO ATIVO EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO COM FULCRO NO ARTIGO 267, I, DO CPC INDEVIDA – Ainda que se entenda que o litisconsórcio ativo comprometeria a rápida solução do litígio (entendimento do qual não compartilho), o juízo a quo deveria ter aplicado, no mínimo, o parágrafo único do artigo 46 do CPC e determinado a limitação do litisconsórcio, excluindo sujeitos do pólo ativo, tantos quanto entendesse necessário para uma rápida solução do litígio (ainda que restasse apenas uma reclamante), mas não ter determinado a extinção do processo sem julgamento do mérito para todas as reclamantes, com base no artigo 267, I, do CPC (indeferimento da petição inicial). Não é o caso de aplicação deste dispositivo legal. O artigo 295 do CPC lista em numerus clausus as hipóteses de indeferimento da petição inicial. A causa alegada pelo juízo de primeiro grau (excesso de reclamantes no litisconsórcio ativo) não se encontra contemplada nestas hipóteses. Ademais, in casu, é perfeitamente possível a formação do litisconsórcio ativo, nos termos dos artigos 842 da CLT e 46, II e IV, do CPC, já que, para todas as reclamantes, existe identidade de matéria, qual seja, a comprovação (sob pena de pagamento direto do valor correspondente) dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS e a liberação dos mesmos (em razão da mudança do regime), com o pagamento da multa de 40%.

TRT-PR-00991-2003-654-09-00-3-ACO-00569-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25219-2004
EMBARGANTE INDUSTRIA NACIONAL DE ACOS LAMINADOS INAL S-A
Recorrente(s): FABIO PADILHA DOS SANTOS
Recorrido(s): DSD CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA-INDUSTRIA NACIONAL DE ACOS LAMINADOS INAL S-A
ADVOGADO(S): HENDERSON VILAS BOAS BARANIUK-MARSELHA CRISTINA BOSSARDI DE CARVALHO-TOMAZ DA CONCEICAO-WILLIAM MUSSAK MONTEIRO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PELA RÉ. No mérito, por igual votação, EM DAR PROVIMENTO aos embargos, para, na forma da fundamentação, retificar a parte dispositiva do v. acórdão.

TRT-PR-00995-2003-019-09-00-5-ACO-00638-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): VALDECI ANTONIO DUTRA
Recorrido(s): MILENIA AGRO CIÊNCIAS S-A-ADRIANA CATHARINO DARGUEL DE PAULA
ADVOGADO(S): BETHANIA DE CASTRO MARCONI-CASSIO NAGASAWA TANAKA-MARCELA DIAS AMORIM
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, declarar a responsabilidade subsidiária da segunda Reclamada pelos créditos decorrentes da presente ação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01032-2003-654-09-00-5-ACO-00745-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): FLAVIO RIBEIRO
Recorrido(s): TERRACOM ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(S): ISMAEL DA SILVA MATOS-LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-MARCIO GUBERT DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para majorar a condenação em horas extras e reflexos. Tudo nos termos da fundamentação. Custas, pela reclamada e no valor de R$20,00, calculadas sobre o importe acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$1.000,00.

TRT-PR-01042-2003-654-09-00-0-ACO-00750-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): FRANCISCO DE AMURIM
Recorrido(s): SDM SUL ENGENHARIA LTDA-TEC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO(S): ANA MARIA CITTI-LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-MARCIO GUBERT DE OLIVEIRA-MIRALVA APARECIDA MACHADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para: a) declarar a nulidade da compensação realizada e condenar as rés ao pagamento, como extras, das horas excedentes da 8ª diária e 44ª semanal, de forma não cumulativa; b) reconhecer a unicidade contratual e condenar a 2ª ré a retificar a CTPS do autor, sob pena de fazê-lo a Secretaria da Vara de Origem; c) acrescer à condenação o pagamento de verbas rescisórias e da multa do art. 477 da CLT. Custas acrescidas sobre o valor arbitrado de R$4.500,00, no importe de R$90,00.

TRT-PR-01052-2003-654-09-00-6-ACO-00751-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ISAIAS DA SILVA DO NASCIMENTO
Recorrido(s): INDUSTRIA NACIONAL DE ACOS LAMINADOS INAL S-A-DSD CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
ADVOGADO(S): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-MARCIO GUBERT DE OLIVEIRA-MARSELHA CRISTINA BOSSARDI DE CARVALHO-WILLIAM MUSSAK MONTEIRO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01116-2003-069-09-00-9-ACO-00771-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): MARAJA INDUSTRIA & COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.
Recorrido(s): JAQUICELI MARINHO
ADVOGADO(S): MARCIA SANDRA TUMELERO-NAMUR DANIEL VANZIN-VALDIR VANZIN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** HORAS EXTRAS-APURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO-CARTÕES PONTO-INVALIDADE. A prova oral contraria as anotações constantes dos cartões ponto. Impõe-se a invalidação destes documentos como representativos da jornada de trabalho. Mantida a sentença que arbitrou a jornada com base na média dos depoimentos.

TRT-PR-01307-2003-660-09-00-2-ACO-00854-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): MARIA ANTONIETA SPIOGIRIM BITTAR-INSTITUTO DE SAUDE DE PONTA GROSSA-REMESSA EX OFFICIO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-MARCIO HENRIQUE MARTINS DE REZENDE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS E DA REMESSA "EX OFFICIO". No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação diferenças de horas extras, em face dos adicionais previstos em acordo coletivo e ratificados pela Lei Municipal 6.247-99 e fixar o divisor para as horas extras, em 200, sempre observando os reflexos e demais parâmetros estabelecidos na sentença recorrida. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO DO RECLAMADO e à REMESSA "EX OFFICIO", nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01310-2003-009-09-00-0-ACO-00659-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): NADIR MARCIANO DE OLIVEIRA-Recurso Adesivo-IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CURITIBA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FABIANO ARCHEGAS-JOELCIO FLAVIANO NIELS-ODERCI JOSE BEGA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS e das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Relator), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, determinar a apuração do imposto de renda sobre o valor total dos créditos tributáveis; por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Dirceu Pinto Junior (Revisor), NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE, nos termos da fundamentação Custas inalteradas.

TRT-PR-01362-2003-662-09-00-5-ACO-00606-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 23274-2004
EMBARGANTE SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
Recorrente(s): ODAIR LUIS DALMASI
Recorrido(s): SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO(S): DALCI GAIO-MIRIAM PERSIA DE SOUZA-MURILO CLEVE MACHADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01412-2003-654-09-00-0-ACO-00760-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): MARLENE DE JESUS PIONTKIEVICZ ROSA
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-MADELON RAVAZZI HEYLMANN
DECISÃO: recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO e, por igual votação, REJEITAR as preliminares. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para afastar a condenação em diferenças salariais relativas ao reajuste previsto em norma coletiva para os meses de setembro, outubro e novembro de 2000, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01467-2003-659-09-00-1-ACO-00780-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT GUARAPUAVA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): CIRLETE MARIA RIBEIRO
Recorrido(s): BITTENCOURT E ABRÉU LTDA
ADVOGADO(S): JAYME ABDANUR-SAULO FRANCISCO RODRIGUES DOURADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** COMISSÕES "EXTRA FOLHA" – ÔNUS DA PROVA. Por ser fato constitutivo de seu direito, caberia à reclamante comprovar o pagamento das comissões desde o início do pacto laboral, e não somente a partir de janeiro-2001 (art. 818, da CLT, c-c art. 333, I, do CPC). Não logrou êxito através da prova oral produzida. Recurso da reclamante a que se nega provimento.

TRT-PR-01770-2003-664-09-00-0-ACO-00837-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT LONDRINA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): MARIA DE MELO MENDES-MUNICIPIO DE LONDRINA-REMESSA EX OFFICIO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JORGE CUSTODIO FERREIRA-RITA DE CASSIA MAISTRO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DE AMBAS AS PARTES e das contra-razões da Reclamante, mas NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", por incabível, nos termos do Enunciado nº 303, do C. TST. No mérito, recolocado o processo em julgamento, sem divergência de votos, e tendo a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Relatora) reformulado seu voto, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, condenar o Município Réu a pagar ao Autor, a título indenizatório, referente ao período de 05-12-1988 (observando-se a prescrição das verbas exigíveis até 12-05-1998) a 27-04-2003 (com projeção do aviso prévio e como se contrato de trabalho fosse): a) aviso prévio; b) 13º salários integrais de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002 e 04-12 de 2003; c) férias integrais e em dobro do período 1996-1997, 1997-1998, 1998-1999, 1999-2000, 2000-2001, 2001-2002 e, de forma simples, 2001-2002 e 05-12 de férias proporcionais do período 2002-2003, todas acrescidas do 1-3 constitucional; d) FGTS mais multa de 40%; e) multa do artigo 477 da CLT; f) seguro-desemprego; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01796-2003-513-09-00-7-ACO-00710-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ENSEG SERVICOS DE ENGENHARIA E SEGURANCA LTDA
Recorrido(s): LUIZ CARLOS DE ALMEIDA
ADVOGADO(S): IVO ALVES DE ANDRADE-LUIS DANIEL ALENCAR-VALERIA CRISTINA DOS SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01805-2003-095-09-00-0-ACO-00653-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR

Recorrente(s): CARLOS ALBERTO KOPPER
Recorrido(s): RUDDER SEGURANCA LTDA
ADVOGADO(S): NORMA BEATRIZ DE OLIVEIRA BRITO-PAULO EDUARDO MORENO DIAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões da Reclamada. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, deferir: a) o pagamento, como extra, de todos os elastecimentos da oitava hora diária, do tempo não compreendido nestes elastecimentos mas que implicava em excesso da quadragésima quarta hora semanal, bem como do intervalo intrajornada não concedido, com reflexos; b) os benefícios da justiça gratuita, determinando a devolução do valor das custas recolhidas pelo Autor. Custas invertidas, pela Reclamada, de R$60,00, calculadas sobre o valor arbitrado à condenação, de R$3.000,00. Custas na forma da lei.

TRT-PR-01876-2003-008-09-00-6-ACO-00889-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S-A
Recorrido(s): RINALDO ANTONIO SILVEIRA
ADVOGADO(S): EDUARDO CORDEIRO NASCIMENTO-LETICIA ARAUJO LEONI MELEO-LUDOVINA LUCIANE DERING-SIDNEY MARTINS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: 1) determinar que a correção monetária, referente a salário em sentido estrito, incida a partir do mês seguinte ao da prestação do trabalho, observando-se, quanto às demais parcelas, a época em que se tornaram legalmente exigíveis; 2) autorizar os descontos fiscais. Custas reduzidas, pela reclamada, no importe de R$ 68,00, calculadas sobre R$ 3.400,00, valor ora arbitrado à condenação. **EMENTA:** DESCONTOS FISCAIS-COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO-Não merece prevalecer o entendimento de que a Justiça do Trabalho não pode determinar a retenção da parcela do imposto de renda do reclamante. Tal matéria insere-se na competência desta Justiça especializada, como autorizado no artigo 114, da Constituição Federal. Nessa linha, a jurisprudência mais atual do TST, conforme apontado na Orientação Jurisprudencial nº 141 da SDI-I do TST. Partilha-se, assim, do entendimento do C. TST que, analisando a questão através da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, editou o Provimento nº 01-1996, no sentido de se deduzir na fonte a parcela relativa ao imposto de renda devido sobre os valores oriundos de decisões e acordos efetuados perante a Justiça do Trabalho (caput do artigo 46 da Lei 8.541-1992).

TRT-PR-01921-2003-660-09-00-4-ACO-00688-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): ANDERSON JESUS HARTMANN-AGUIA SISTEMAS DE ARMAZENAGEM S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARLON JOSE DE OLIVEIRA-STELLA OSTERNACK MALUCELLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO RECLAMANTE E DA RECLAMADA e das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. Por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para excluir o deferimento das férias em dobro, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01928-2003-014-09-00-6-ACO-00767-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES DE CURITIBA UNIMED
Recorrido(s): CRISTIANE GONDIM DE CASTRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): GUILHERME PEZZI NETO-PAULO ROBERTO KOEHLER SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ e correlatas contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para: a) declarar prescrito o direito de ação quanto aos haveres exigíveis anteriormente a 12.02.1998; b) excluir as diferenças salariais e reflexos consectários. Custas invertidas, calculadas sobre o valor da causa. **EMENTA:** EQUIPARAÇÃO SALARIAL – ÔNUS DA PROVA – IDENTIDADE DE FUNÇÕES – Eis o que reza o entendimento consubstanciado no Enunciado de Súmula da Jurisprudência Uniforme do C. TST Nº 68: "PROVA. É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.". Daí se extrai que é do autor o ônus da prova quanto à identidade de funções (caput do artigo 461 da CLT), competindo, então, ao Reclamado, apresentar a prova da inexistência de quaisquer das situações elucidadas no o 1º do retromencionado artigo, qual seja da ausência do "trabalho de igual valor" – prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, sendo labor de igual produtividade e mesma perfeição técnica, entre trabalhadores com menos de 02 anos de tempo de serviço "na função" – Enunciado de Súmula do C. TST nº 135. Deste modo se ausente a prova da identidade de funções já cai por terra a pretensão obreira de obter diferenças salariais sob o amparo do artigo 461 do Texto Consolidado.

TRT-PR-02049-2003-658-09-00-5-ACO-00769-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): MIGUEL VILA VITURINI
Recorrido(s): ARIOVALDO COSTA PAULO & CIA LTDA
ADVOGADO(S): CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE-IVO HARRY CELLI JUNIOR-ROBERTO BARRANCO-TELMAR CARLOS SCHOSSLER
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR e correlatas contra-razões. No mérito, por maioria de votos, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, vencido o Exmo. Juiz Ney Fernando Olivé Malhadas. Custas inalteradas. **EMENTA:** CONTRATO DE TRABALHO AUTÔNOMO – VÍNCULO DE EMPREGO – Remonta ao direito romano a figura jurídica do contrato de trabalho autônomo, onde existia o locatio operis faciendi, ou seja, a execução da tarefa ou da obra. Destarte, trabalho autônomo é precisamente um vínculo jurídico que se manifesta na busca de resultados e não da atividade profissional. Na subordinação jurídica inerente ao contrato de emprego, em contrapartida, o empregado se curva aos critérios diretivos do empregador, às suas determinações quanto ao tempo, modo e lugar da prestação de serviço, às suas determinações quanto aos métodos ou técnicas de execução do trabalho, conforme os usos próprios da empresa. Portanto, diferentemente de um trabalhador autônomo, o empregado não trabalha quando quer ou o tempo que quer, também não executa o serviço como lhe convém: toda a sua atividade profissional está condicionada às determinações daquele que o remunera.

TRT-PR-02097-2003-663-09-00-9-ACO-00752-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ROSELY DE FATIMA COSTA-CENTRO OURO BRANCO DE ASSISTENCIA AO MENOR
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): LUCIANA BETONI PAVANELLO-MARIA DORA MYSZKOWSKI ARRUDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões e, por igual votação, NÃO CONHECER DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMADO, por deserto. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de horas extras e férias. Custas inalteradas.

TRT-PR-02121-2003-024-09-00-8-ACO-00832-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): PONCIANO MENDES
Recorrido(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOAO ANTONIO PIMENTEL-JOSE ADRIANO MALAQUIAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões, mas NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", nos termos do Enunciado n.º 303, alínea "a", do TST. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Custas isentas.

TRT-PR-02175-2003-658-09-00-0-ACO-00694-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): DIRCEU APARECIDO DOS SANTOS
Recorrido(s): EPT ENGENHARIA E PESQUISA TECNOLOGICA S-A
ADVOGADO(S): GIOVANNA LEPRE SANDRI-LUIZ JORGE GRELLMANN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões da Reclamada. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02290-2003-024-09-00-8-ACO-00887-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): SONIA DO ROCIO DO CARMO
Recorrido(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-MARCIO HENRIQUE MARTINS DE REZENDE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-BASE DE CÁLCULO-A Constituição não declara que o adicional incidirá sobre a remuneração. Na lição de Amauri Mascaro Nascimento, refere-se ao adicional de remuneração e não adicional sobre a remuneração. Lembre-se, ainda, que no final do inciso XXIII do art. 7º, consta a expressão "na forma da lei". Ora, enquanto não houver nova regulação da matéria, a base de cálculo continua a ser o salário mínimo, consoante regra inscrita no artigo 192 da Consolidação.

TRT-PR-02336-2003-019-09-00-3-ACO-00709-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): CARREFOUR COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA
Recorrido(s): ROSANA CRISTINA DE SANTANA DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): LELIO SHIRAHISHI TOMANAGA-MIRIAN CIPRIANI GOMES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02370-2003-024-09-00-3-ACO-00885-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA-REMESSA EX OFFICIO-CLEON MESSIAS GOTECHILS
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-VANESSA RIBAS VARGAS GUIMARAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, porém EM NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", por incabível. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** MULTA DE 20% DO FGTS. INDEVIDA. O art. 22, da Lei nº 8036-90, fixa multa ao empregador inadimplente ou em mora na obrigação de recolher o FGTS, não determinando, entretanto, que o pagamento seja efetuado diretamente ao trabalhador. A multa incorpora-se diretamente ao Fundo, e não a uma conta vinculada específica, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, alínea "d", do retromencionado artigo, incumbindo ao Ministério do Trabalho a sua cobrança através do INSS, nos termos do artigo 54, do Decreto 99.684-90. Recurso da reclamante a que se nega provimento.

TRT-PR-02373-2003-024-09-00-7-ACO-00839-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA-REMESSA EX OFFICIO-SANDRA MARIA DE OLIVEIRA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-OSIRES GERALDO KAPP
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS e DA REMESSA "EX OFFICIO". No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RÉU e À REMESSA "EX OFFICIO" para, nos termos da fundamentação, determinar que no cálculo das horas extras sejam compensados os valores sob as rubricas denominadas a fl. 05 da petição inicial. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA AUTORA para, nos termos da fundamentação, determinar o divisor 100 para o cálculo das horas extras e condenar o réu a pagar à autora indenização equivalente à diferença entre o valor a ser por ela recolhido para o Imposto de Renda, e o que seria por ela devido, caso se observasse o critério de apuração mês a mês. Custas inexistentes.

TRT-PR-02407-2003-658-09-00-0-ACO-00807-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Recorrido(s): EMBALAGENS PANAMA LTDA
ADVOGADO(S): RAFAEL SAVARIS GHELLERE-ROSANO AUGUSTO KAMMERS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER O RECURSO DO INSS e, no mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-02420-2003-024-09-00-2-ACO-00886-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
Recorrido(s): EDISON CARLOS MAIA
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-OSIRES GERALDO KAPP
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, porém NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", por incabível. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** REMESSA "EX OFFICIO" NÃO CONHECIMENTO APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 303 DO TST É incabível a remessa necessária, quando a condenação for inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, por aplicação do disposto no Enunciado 303 do TST cuja redação toma por base o disposto no artigo 475, e parágrafos 2º e 3º, do CPC. As hipóteses destes parágrafos não guardam qualquer relação de interdependência entre si. Assim, também, não se conhece de remessa "ex officio" de causas cuja decisão estiver em consonância com o plenário do STF, Súmula do STF ou do TST, ou Orientação Jurisprudencial do TST, ainda que a condenação ultrapasse os 60 (sessenta) salários mínimos (o 3º do artigo 475 do CPC).

TRT-PR-02445-2003-095-09-00-3-ACO-00774-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): LINDAMIR ACCORDI
Recorrido(s): SANDRA STRAPAZZON DAWGAN-ME
ADVOGADO(S): LEANDRO DE OLIVEIRA-LUIZ CARLOS SBARAINI JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONCEDER À RECLAMANTE OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, dispensando-a do recolhimento das custas processuais. Por igual votação, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE, eis que satisfeitos os pressupostos de admissibilidade. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas, dispensadas. **EMENTA:** ADMISSIBILIDADE – JUSTIÇA GRATUITA – DISPENSA DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS – RECURSO CONHECIDO – O artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal prevê o direito à assistência judiciária aos que comprovarem insuficiência de recursos. O artigo 4º da Lei nº 1.060-1950 expressamente possibilita a concessão dos benefícios da assistência judiciária, exigindo apenas que a parte declare que não tem condições de pagar as custas do processo. O artigo 1º da Lei 7.115-1983 impõe a presunção de veracidade às declarações destinadas a fazer prova de pobreza, quando firmada pelo próprio interessado ou por seu procurador. Merece guarida o pleito da reclamante, eis que declarou ser desprovida de recursos para satisfazer as custas processuais. Entendimento em sentido contrário importaria em impedir o acesso do autor ao Poder Judiciário por insuficiência de recursos, em flagrante ofensa ao texto constitucional. Concede-se à reclamante os benefícios da justiça gratuita, dispensando-o do pagamento das custas processuais, devendo ser conhecido o recurso interposto.

TRT-PR-02529-2003-005-09-00-1-ACO-00642-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): PK CABLES DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrido(s): FLORIZE PEDROSO DA SILVA
ADVOGADO(S): DALVA MARLI MENARIM-EDSON FERNANDO HAUAGGE-ENRICO MIGUEL NICHETTI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões do Reclamante. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) determinar que a incidência do imposto de renda seja pelo valor total do crédito tributável da Reclamante, sem dedução da parcela de juros; b) excluir os honorários advocatícios da condenação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02631-2003-024-09-00-5-ACO-00821-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Recorrente(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
Recorrido(s): BEATRIS DE FATIMA MIRANDA DA ROSA
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-VANESSA RIBAS VARGAS GUIMARAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DO RÉU e, por igual votação, NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, por incabível. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RÉU, nos termos do fundamentado. Custas, para o recorrente, isentas (art. 790-A, inc. I, da CLT). **EMENTA:** Remessa de ofício. Limite da condenação. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a condenação imposta a ente público inferior a sessenta salários mínimos, que correspondem, atualmente, a R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). Este montante não será alcançado em se tratando de condenação restrita ao depósito do FGTS (8%) sobre a remuneração da autora, a qual correspondia, no período alcançado, a pouco menos de um salário mínimo, e honorários assistenciais (15%). Inteligência do art. 475, o 2º, do CPC e Súmula nº 303-C. TST.

TRT-PR-02750-2003-021-09-00-9-ACO-00544-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 24085-2004
EMBARGANTE RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANA S-A
Recorrente(s): LUIZ ROBERTO RABASSI-RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANA S-A-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): LAZARO VALTER MONTEIRO-PATRICIA FONTANA WEFFORT-WEDSON JOSE PIEROBON
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) prestar esclarecimentos; b) suprir a omissão no item relativo ao intervalo intrajornada.

TRT-PR-02760-2003-660-09-00-6-ACO-00849-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: DIRCEU PINTO JUNIOR
Recorrente(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA-REMESSA EX OFFICIO-ANTONIO GERSON DOS SANTOS
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-VANESSA RIBAS VARGAS GUIMARAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE E DO RECLAMADO, já que preenchidos os requisitos legais, mas NÃO CONHECER DA REMESSA DE OFÍCIO, por incabível. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO; por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, determinar que seja adotado o divisor 200 para apuração das diferenças de horas extras. Custas pelo reclamado, isentas de recolhimento na forma do artigo 790-A, inciso I, da CLT, conforme redação introduzida pela Lei nº 10.537-02.

TRT-PR-02801-2003-007-09-00-6-ACO-00748-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): JOSE DIAS PEREIRA
Recorrido(s): IRMAOS MAUAD S-A
ADVOGADO(S): JULIANA MARTINS PEREIRA-MIRIAN CIPRIANI GOMES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação o pagamento de horas extras; b) excluir da condenação o pagamento de multa por embargos protelatórios. Custas acrescidas sobre o valor arbitrado de R$3.000,00, no importe de R$60,00.

TRT-PR-02940-2003-007-09-00-0-ACO-00711-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): MARCOS HARDER
Recorrido(s): SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES DE CURITIBA LTDA UNIMED
ADVOGADO(S): GERSON WISTUBA-ODERCI JOSE BEGA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para determinar o retorno dos autos à Vara de
Origem para a apreciação do acordo protocolado e prosseguimento do feito, como de direito. Tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02996-2003-014-09-00-2-ACO-00664-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Recorrente(s): VERA LUCIA SOVINSKI DOS SANTOS-BANCO BANESTADO S-A e outro
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-EUGENIO DE LIMA BRAGA-MADELON RAVAZZI HEYLMANN-RODRIGO MARTINS TAKASHIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS, bem como das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS para

1) determinar a apuração das horas extras conforme os cartões-ponto acostados aos autos (fls. 164-169), inclusive quanto ao intervalo intrajornada, no período contratual de 01-09-2002 até a rescisão; 2) determinar a exclusão da condenação em horas extras decorrentes da violação do intervalo intrajornada, nos termos da fundamentação, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Luiz Celso Napp. Por maioria de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) determinar a devolução dos valores descontados do salário da Autora em favor da Assist. Médica, S.G.Azul – VG e vale transporte, até 05.02.2001 e seguro de vida em grupo, até 30.10.2001 e seguro de vida em grupo; b) determinar a devolução dos valores descontados a título de diferenças de caixa, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, quanto à fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-03174-2003-661-09-00-5-ACO-00783-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): MAJU TRANSBORDO RODOFERROVIARIO LTDA
Recorrido(s): FABIANO VIEIRA LIMA
ADVOGADO(S): CASSIA SIMONI ZANZARINI-ROBERTO JOAQUIM DE SOUZA-UMBERTO CARLOS BECKER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO – INEXISTÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA – IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DA JORNADA DE SEIS HORAS-Embora exista a possibilidade de afastar por negociação coletiva, a jornada de seis horas diárias em turnos ininterruptos de revezamento (conforme preceitua o artigo 7º, XIV, da CF e a Orientação Jurisprudencial nº 169 da SDI-I do TST), no presente caso, não existiu negociação coletiva celebrada entre as partes para tanto. Os ajustes coletivos invocados não dizem respeito a tal possibilidade, mas tratam apenas de implementação de sistema de compensação no regime de banco de horas, onde nada se menciona sobre elastecimento da jornada cumprida em turnos de revezamento.

TRT-PR-03664-2003-662-09-00-8-ACO-00773-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): CLAUDEMIR SERGIO ROSANI
Recorrido(s): ZACARIAS VEICULOS LTDA
ADVOGADO(S): JAIR ANTONIO WIEBELLING-JAIRO ANTONIO GONCALVES FILHO-JAMIL JOSEPETTI JUNIOR-JULIO CESAR DALMOLIN-MARCIA LORENI GUND
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para deferir o pagamento de diferenças relativas à multa de 40% do FGTS, conforme postulado na inicial, na forma da fundamentação. Custas, invertidas, pela reclamada. **EMENTA:** FGTS – EXPURGOS INFLACIONÁRIOS – REPERCUSSÃO SOBRE A MULTA DE 40% – LEI COMPLEMENTAR 110-2001 – AÇÃO PRINCIPAL INTERPOSTA NA JUSTIÇA FEDERAL-Sobrevindo a Lei Complementar nº 110-01, não mais se controverte sobre o direito obreiro em perceber as diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos percentuais dos planos econômicos não repassados na sua conta vinculada. A parte não necessita primeiro obter a responsabilização da CEF, na Justiça Federal, para a atualização monetária. A Justiça do Trabalho pode, e deve, apreciar a matéria "incidenter tantum". O direito à multa não se condiciona à efetiva correção, dependendo apenas do direito, hoje incontestável.

TRT-PR-03765-2003-664-09-00-1-ACO-00546-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 05ª VT LONDRINA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 23904-2004
EMBARGANTE PASTIFICIO SELMI S-A
Recorrente(s): SELMI E CIA LTDA-ROBSON DA SILVA LOPES-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELITON ARAUJO CARNEIRO-FERNANDA MICHELLE KHATER FONTES BRITO-GISELE ANDREA MARTINS NOGUEIRA-LUCIANA PISA QUEIROZ-MEIRE REGINA PALLA FONTES-ROSANGELA KHATER
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, prestar-lhes os devidos esclarecimentos.

TRT-PR-04220-2003-663-09-00-6-ACO-00640-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): BENEDITO APARECIDO DE GODOI
Recorrido(s): CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL PARA
ADVOGADO(S): FERNANDO RUMIATO-OSVALDO ALENCAR SILVA-PAULO JOSE OLIVEIRA DE NADAI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões do Reclamado. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, deferir o pagamento do multa de 40% de FGTS sobre os depósitos realizados antes da aposentadoria do reclamante. Custas pela Reclamada de R$ 50,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação de R$ 2.500,00.

TRT-PR-04236-2003-018-09-00-5-ACO-00714-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): JOSE JORGE PEREIRA-VEGA ENGENHARIA AMBIENTAL S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): LELIO SHIRAHISHI TOMANAGA-MARCOS LEATE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO RECLAMANTE E DA RECLAMADA, assim como das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Relator) e com ressalvas da Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert, quanto à fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, condenar a Reclamada ao pagamento das diferenças de adicional de insalubridade; sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. Custas, pela Reclamada, no importe de R$ 220,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 11.000,00.

TRT-PR-04570-2003-018-09-00-9-ACO-00775-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): IRMAOS MUFFATO & CIA LTDA
Recorrido(s): ALEX APARECIDO PEREIRA BARREIROS
ADVOGADO(S): CECILIA INACIO ALVES-MARIA ELIZABETH JACOB
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. Por igual votação, NÃO CONHECER DOS DOCUMENTOS DE FLS. 47-82 porque preclusa a oportunidade processual para a juntada de documentos (Enunciado 08 do TST). No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: 1) declarar prescritas as parcelas exigíveis anteriormente a 03.11.1998; 2) afastar a condenação para pagamento de horas extras nos períodos de férias (um mês a cada 12 meses dentro do período imprescrito) e no período de licença médica (de 03.12.2001 a 02.01.2002). Custas reduzidas pela reclamada, no importe de R$ 90,00, calculadas sobre R$ 4.500,00, valor ora arbitrado à condenação. **EMENTA:** PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL – ARGÜIÇÃO EM RECURSO ORDINÁRIO – Conforme reza o artigo 193 do CCB-2002, a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição. Neste escopo, deve ser declarada a prescrição qüinqüenal alegada no recurso ordinário da reclamada.

TRT-PR-05003-2003-663-09-00-3-ACO-00875-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): MUNICIPIO DE LONDRINA-REMESSA EX OFFICIO-PEDRO FERREIRA DE BRITO-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): GILCIMARY REGINA DE SOUZA-PAULO NOBUO TSUCHIYA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS, principal e adesivo, assim como das contra-razões. Sem divergência de votos, NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, por incabível. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, analisado preferencialmente. Por maioria de votos, parcialmente vencida a Exma. Juíza Rosalie Michaele Bacila Batista, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO, para restringir a condenação do Município reclamado na efetivação dos depósitos do FGTS relativamente ao lapso de 27-08-2001 a 06-12-2001, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-05308-2003-004-09-00-9-ACO-00777-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): EDNO SERIO
Recorrido(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO-BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ANA CAROLINA MULLER MOREIRA DE CARVALHO-EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO-JOELCIO FLAVIANO NIELS-TATIANE RAQUEL BASTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMANTES. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** FUNBEP – BANCO BANESTADO S-A – RESERVA DE POUPANÇA – RESTITUIÇÃO DE 100%-DIFERENÇAS NÃO APONTADAS-A restituição de 100% das contribuições vertidas para a denominada "Reserva de Poupança" é a Norma Interna nº 11 de 21-09-2000 (que alterou os critérios de apuração dos valores previstos na Norma Interna nº 01 de 21-12-98), com vigência a partir de 02-10-2000. Reconhecida como aplicável pelos reclamados e trazidos os cálculos dos valores recebidos, cabia aos reclamantes apresentar diferenças, ônus do qual não se desincumbiram, a teor do disposto nos arts. 818 da CLT e 333, I do CPC, nada sendo devido, portanto.

TRT-PR-05780-2003-008-09-00-7-ACO-00692-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S-A EMBRATEL
Recorrido(s): OLAVO LOPES MARTINS
ADVOGADO(S): ARIEL VENTURA ANDRADE-FLAVIO OBINO FILHO-GUSTAVO VILLAR MELLO GUIMARAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA e das contra-razões do Reclamante e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-06061-2003-909-09-00-3-ACO-00560-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 9935-2004
EMBARGANTE ESPIRACO CONSTRUCAO CIVIL LTDA
AUTOR(es): ESPIRACO CONSTRUCAO CIVIL LTDA
RÉU(s): CLAYTON ANTONIO FRANCA
ADVOGADO(S): CARLOS AUGUSTO OLIVE MALHADAS-EVARISTO STABILE NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para sanar o erro material, esclarecendo que a decisão rescindenda é da 1.ª VT Cascavel, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-06075-2003-009-09-00-3-ACO-00626-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): DAGRANJA AGROINDUSTRIAL LTDA-MARILUZ FRANCINE VELOZO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANE DE ARAGON FERREIRA-CASSIANA DE ABEN-ATHAR PIRES GOMES-FERNANDA BARAUNA DUARTE MEDEIROS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA E DO RECURSO DA RECLAMANTE, bem como das respectivas contra-razões e do documento de fls. 201. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Relator), DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA, analisado preferencialmente, para, nos termos da fundamentação: a) afastar a condenação ao pagamento de indenização decorrente da garantia de emprego; b) excluir da condenação o ressarcimento de despesas; sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas invertidas, sobre R$ 10.000,00.

TRT-PR-06233-2003-909-09-00-9-ACO-00866-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
AUTOR(es): BANCO DO BRASIL S-A
RÉU(s): JOSE AUGUSTO GALERA DA SILVA
ADVOGADO(S): LISIAS CONNOR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR a ação rescisória e, no mérito, por igual votação, JULGÁ-LA IMPROCEDENTE, nos termos da fundamentação. As custas, em princípio devidas pelo autor, calculadas com base no valor atribuído à ação (R$ 10.000,00), no importe de R$ 200,00, são dispensadas com base no art. 1º, I, combinado com o art. 3º, ambos da Portaria n.º 289, do Ministério da Fazenda, de 31.10.1997, com a redação atual dada pela Portaria n.º 248, também do Ministério da Fazenda, de 07.08.2000.

TRT-PR-06271-2003-909-09-00-1-ACO-00798-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
AUTOR(es): BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
RÉU(s): ARAMIS LOPES DO ROSARIO
ADVOGADO(S): ALEXANDRE NISHIMURA-ALVARO EIJI NAKASHIMA-FERNANDA ZANELATTO DOMINGUES-MARCUS ELY SOARES DOS REIS
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR a ação rescisória e, no mérito, por igual votação, JULGÁ-LA IMPROCEDENTE, nos termos da fundamentação. Custas dispensadas.

TRT-PR-06274-2003-909-09-00-5-ACO-00823-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NACIF ALCURE NETO
AUTOR(es): JOAO RODRIGUES FERREIRA
RÉU(s): COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTONOMOS DE CURITIBA COSMO-MUNICIPIO DE CURITIBA
ADVOGADO(S): JONAS ANTONIO DOS SANTOS-LIDSON JOSE TOMASS
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR a ação rescisória e, por igual votação, REJEITAR a preliminar de ilegitimidade de parte. No mérito, após consignado o voto do excelentíssimo juiz Roberto Dala Barba (2º vistor), no sentido de acompanhar o voto do excelentíssimo juiz revisor e, posterior reformulação deste voto passando a convergir ao do excelentíssimo juiz relator, por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos juízes Tobias de Macedo Filho (revisor), Lauremi Camaroski, Rosalie M. Bacila Batista, Luiz Celso Napp e Fátima T. Loro Ledra Machado, JULGAR PROCEDENTE o pedido de rescisão, por força do art. 485, VIII, do CPC, determinando-se, desde logo, seja reintegrado o Município na lide, para responder pelo crédito definido na conciliação, tudo consoante fundamentado. Isento de custas (art. 790-A, I, da CLT). Decorrido o prazo recursal, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal Superior do Trabalho para reexame necessário, independente de interposição de recurso voluntário pelas partes, conforme artigo 1º, V, Decreto-lei 779-69.

TRT-PR-07859-2003-004-09-00-7-ACO-00556-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 23958-2004
EMBARGANTE FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
BANCO BANESTADO S-A
Recorrente(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrido(s): NEIDE DE BORTOLI SILVA
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO-ISAIAS ZELA FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS RECLAMADOS e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO apenas para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-07945-2003-016-09-00-0-ACO-00557-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 23977-2004
EMBARGANTE WASHINGTON BUSATO
ADHEMAR CUNHA
Recorrente(s): ELIANE DALL´STELLA DA COSTA BUSATO
Recorrido(s): BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ANDREA CUNHA-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-MAURICIO MUSSI CORREA-RODRIGO MARTINS TAKASHIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO apenas para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-08082-2003-011-09-00-6-ACO-00861-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): ROSANGELA DE SOUZA-SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADEMILSON DE MAGALHAES-FRANCISCO CARLOS JORGE-LEO MARCOS PAIOLA-SILVIA LOURDES SOUZA DE BUENO GIZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER OS RECURSOS DAS PARTES. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RÉ para excluir da condenação: a) salário in natura; b) integração do prêmio assiduidade; c) os minutos residuais na apuração das horas extras pelos cartões, na forma da fundamentação. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, para acrescer à condenação o pagamento das horas extras decorrentes da violação do intervalo entrejornada, com reflexos; fixar a troca de uniforme em 15 minutos iniciais e 15 minutos posteriores à jornada; acrescer à condenação o pagamento do adicional noturno e repercussões; acrescer à condenação o pagamento de uma multa convencional por instrumento normativo violado. Tudo nos termos da fundamentação. Custas acrescidas pela ré, no importe de R$50,00, sobre R$2.500,00.

TRT-PR-08163-2003-001-09-00-9-ACO-00781-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): CONSORCIO QUEIROZ GALVAO PASSARELLI
Recorrido(s): JOSE LAURIVAL DOS SANTOS-DOBRAFER CONSTRUCOES E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO(S): ELENICE MERI DA ROSA AFONSO-ROSALINA MARIA DE QUADROS SCHEFFER-SORAYA DOS SANTOS PEREIRA-VALERIA CALIANI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** CONTRATO DE SUBEMPREITADA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EMPREITEIRA – ARTIGO 455 DA CLT – O artigo 455 da CLT assegura aos empregados da subempreiteira (primeira reclamada) o direito de reclamação também contra o empreiteiro principal (segunda reclamada, que responde, de forma solidária, pelo inadimplemento das obrigações da primeira.

TRT-PR-09702-2003-009-09-00-8-ACO-00718-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Recorrente(s): MARCIO MAURICIO GOMES MULINARI
Recorrido(s): BAYER S-A
ADVOGADO(S): PAULO EDUARDO MACHADO OLIVEIRA BARCELLOS-ROQUE PORFIRIO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar a devolução dos descontos realizados a título de uso de veículo. Custas na forma da lei.

TRT-PR-09981-2003-001-09-00-9-ACO-00724-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): ANDRESSA MARQUES ALVES
Recorrido(s): FOX ORIGINAIS GRAFICOS LTDA
ADVOGADO(S): DANILO EMILIO BERNARTT-FLAVIO DIONISIO BERNARTT-FLAVIO JULIO BARWINSKI-SANDRA LIA LEDA BAZZO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM DEFERIR à Autora os benefícios da Justiça Gratuita, com o fim único de isentá-la do recolhimento das custas processuais que lhe foram atribuídas. Por igual votação, ADMITIR O RECURSO DA RECLAMANTE e as contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos da fundamentação. Custas dispensadas.

TRT-PR-09996-2003-652-09-00-9-ACO-00756-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): AURI JOSE DE PAULA-BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA-MARCIA EIKO KIWARA-MARCIA JOKOWISKI
DECISÃO: recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA E DO RECLAMANTE. No mérito, por igual votação, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para: 1) excluir da condenação o pagamento das horas de sobreaviso e reflexos; 2) autorizar os descontos previdenciários do crédito do reclamante, conforme os critérios fixados na fundamentação. Sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para: 1) fixar o término da jornada normal do reclamante como sendo às 18h30; 2) determinar que as horas extras sejam apuradas pelo divisor 200; 3) acrescer à condenação o pagamento da "gratificação TCS" e reflexos; 4) fixar a jornada por acionamentos em 4 vezes na semana (de segunda à quinta-feira), por mais 3h diárias, além da jornada normal (18h30), na forma da fundamentação. Custas acrescidas pelo valor arbitrado da condenação em R$ 37.000,00, no importe de R$ 740,00. **EMENTA:** BRASIL TELECOM S-A – GRA-

TIFICAÇÃO TCS – PRINCÍPIO DA ISONOMIA-Não há qualquer violação ao princípio da isonomia quando a empresa paga a gratificação TCS àqueles empregados tidos como ocupantes de postos "chaves" da empresa. Não há impedimento para que se privilegie os empregados que entenda o empregador serem de maior importância. O que não pode ocorrer é que haja tratamento diferenciado entre empregados que exerçam a mesma função com salários diferenciados. Se isto ocorreu caberia postular a equiparação salarial, nos termos do art. 461 da CLT. Havendo, portanto, prova nos autos de que alguns dos empregados mencionados na inicial receberam a gratificação, tendo exercido as mesmas funções do reclamante, devido o pagamento da "gratificação TCS" no importe de R$ 1.773,76, mês a mês, a partir de 01-12-98 até a rescisão contratual, bem como reflexos em horas extras pagas e deferidas (por ser verba de natureza salarial), r.s.r. e, com este, em aviso prévio, férias + 1-3, 13º salário e FGTS. Indevidos reflexos em abono de férias de 70%, "abono de natal", "anuênio", "licença-prêmio", "PLR" e em "demais benefícios e vantagens".

TRT-PR-10014-2003-015-09-00-2-ACO-00784-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): ELUSIA VIANA RIBEIRO
ADVOGADO(S): ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA-CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA-EDNA TEREZINHA DEBASTIANI DIAS-MOACYR FACHINELLO-NELSON RAMOS KUSTER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** FGTS – EXPURGOS INFLACIONÁRIOS – REPERCUSSÃO SOBRE A MULTA DE 40% – LEI COMPLEMENTAR 110-2001-Sobrevindo a Lei Complementar nº 110-01, não mais se controverte sobre o direito obreiro em perceber as diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos percentuais dos planos econômicos não repassados na sua conta vinculada. A parte não necessita primeiro obter a responsabilização da CEF, na Justiça Federal, para a atualização monetária. A Justiça do Trabalho pode, e deve, apreciar a matéria "incidenter tantum". O direito à multa não se condiciona à efetiva correção, dependendo apenas do direito, hoje incontestável.

TRT-PR-10056-2003-012-09-00-4-ACO-00578-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
EMBARGADO V. Acordão n. 25019-2004
EMBARGANTE PHILIP MORRIS BRASIL S-A
EDISON MENDES MACHADO
Recorrente(s): PHILIP MORRIS BRASIL S-A
Recorrido(s): EDISON MENDES MACHADO-KRAFT FOODS BRASIL S-A
ADVOGADO(S): DENISE FILIPPETTO-MANOEL HERMANDO BARRETO-PATRICIA TOSTES POLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM ADMITIR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de ambas as partes. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO da Reclamada para prestar esclarecimetos. Por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO da Reclamante para prestar a informação solicitada, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-11059-2003-010-09-00-2-ACO-00888-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): LUIZ PAULO ROHLING
Recorrido(s): AORC SELHORST MATERIAIS E ARTEFATOS PARA CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO(S): CLEVERSON ALEX HERZ SELHORST-FABIANO MILANI PIECHNIK-PAULO CESAR SILVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** DIFERENÇAS SALARIAIS – PISO SALARIAL DA CATEGORIA – ÔNUS DA PROVA. Por ser fato constitutivo de seu direito, caberia ao reclamante comprovar o pagamento de salário em valor inferior ao previsto nos instrumentos normativos da categoria (art. 818, da CLT, c-c art. 333, I, do CPC. Não logrou êxito. Os instrumentos normativos acostados aos autos referem-se ao período de 1o-06-2003 a 31-05-2004 – com vigência posterior à rescisão contratual ocorrida em 22-07-2001. Não foram acostadas aos autos as Convenções Coletivas de Trabalho vigentes durante o pacto laboral. Recurso do reclamante a que se nega provimento.

TRT-PR-11554-2003-003-09-00-3-ACO-00890-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): SONIA REGINA RUCINSKI LOEPPER
Recorrido(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO(S): ANTONIO DILSON PEREIRA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-MOACYR FACHINELLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE, mas NÃO CONHECER dos documentos de fls. 268-272, por extemporâneos, bem como CONHECER dos documentos de fls. 245-267 e 274-281, apenas como subsídio jurisprudencial. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – PRESCRIÇÃO-PAMS-PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLEMENTAR-Correta a declaração de prescrição total do direito de ação pelo juízo de primeiro grau, tendo em vista que a reclamante tem dois anos após a extinção do contrato por adesão ao PADV, para postular a declaração de nulidade da condição relativa à limitação temporal de 24 meses do direito ao PAMS-Plano de Assistência Médica Suplementar. Inaplicável o Enunciado 327 do TST eis que não se trata de diferenças de complementação de aposentadoria. Recurso da reclamante a que se nega provimento.

TRT-PR-17508-2003-010-09-00-6-ACO-00765-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): VALDEMIR HATHY DOS SANTOS
Recorrido(s): HERTA LUISA LENHARDT
ADVOGADO(S): EUNICE MESSA GONZALES-JOSE CICERO DE CAMPOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR e correlatas contra-razões. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas dispensadas. **EMENTA:** VÍNCULO DE EMPREGO – DONO DA OBRA – PEQUENA EMPREITADA – A obra contratada por pessoa física que não exerce atividade lucrativa na construção civil, em propriedade destinada à residência e lazer trata-se de um pacto de natureza civil caracterizado como pequena empreitada. Dessarte, a pequena empreitada é precisamente o que emerge da contratação particular de serviços de construção ou reforma de imóveis residenciais por uma pessoa física. Notório, ademais, que o parágrafo primeiro do artigo 2º não faz alusão ao dono da obra, este que, na construção, não exerce atividade econômica, portanto, com fins lucrativos.

TRT-PR-17534-2003-012-09-00-7-ACO-00643-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): MARCELO VARGAS PAGANINI
Recorrido(s): ELECTROLUX DO BRASIL S-A
ADVOGADO(S): ADALBERTO CARAMORI PETRY-CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-CRISTIANE FERRERGUI ANTONIO DE ANDRADE MOREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões da Reclamada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-19018-2003-010-09-00-4-ACO-00629-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): NANCI GABARDO-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANNE CARLA GABRIEL-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-EDISON LUIS COLINSKI-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DOS RECLAMADOS para, na forma da fundamentação: a) afastar a condenação por dano moral; b) determinar que os descontos de imposto de renda sejam calculados ao final e sobre o valor total dos créditos tributáveis do Reclamante; c) determinar que atualização monetária incida a partir da exigibilidade das verbas deferidas; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-51169-2003-672-09-00-2-ACO-00818-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT WENCESLAU BRAZ-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): ROBERTA ELIANA UTIDA BARBOSA
ADVOGADO(S): JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA GUZZI-VALDOMIRO DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso do INSS, para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que o Juízo dê prosseguimento à execução previdenciária de acordo com o constante nas Portarias 515-03 e 11-04. Custas inexistentes.

TRT-PR-51258-2003-022-09-00-3-ACO-00671-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT PARANAGUA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): VALDIR NICOLLI
Recorrido(s): ASSOCIACAO MARINA DO SOL
ADVOGADO(S): CASEMIRO LAPORTE AMBROZEWICZ-RAFAEL TADEU MACHADO
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA PARTE AUTORA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, declarando a nulidade do processo a partir do encerramento da instrução, determinar o retorno dos autos ao Juízo de
Origem para, reabrindo a instrução, possibilitar-se às partes a produção de prova oral, pelas razões expostas na fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "ADMISSIBILIDADE – admite-se o recurso, porque presentes os pressupostos legais. MÉRITO – Nulidade processual – Argúi o reclamante nulidade processual, a partir de indeferimento do pedido de adiamento de audiência, quando o mesmo alegou que as suas testemunhas, apesar de convidadas, não compareceram. Indeferiu a Juízo "a quo" o pedido com fulcro na afirmação de que deveria o autor comprovar que convidou as testemunhas. Com razão o recorrente. Inicialmente, ressalvo posicionamento pessoal no sentido de que correta a julgadora de primeiro grau, eis que o autor deveria comprovar o convite às testemunhas que pretendia ouvir, nos termos do artigo 852, o 3º, da CLT. Ressalto ainda que o reclamante nem sequer identificou em audiência quais as testemunhas que supostamente convidou. Não obstante, prevalece nesta E. Turma posicionamento no sentido de que, mesmo em não havendo comprovação de realização de convite, o indeferimento do pedido de intimação das mesmas representa cerceamento de defesa. Nesse sentido, transcrevo as bem lançadas considerações da Exma. Juíza Ana Carolina Zaina, em recente julgado (

TRT-PR-51504-2003-023-09-40-8-ACO-00515-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 22498-2004
EMBARGANTE ANTONIO MOREIRA
Agravante(s): ANTONIO MOREIRA
Agravado(s): MARCILENE DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): BRUNO MOREIRA ALVES-NILSON GONCALVES COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-51524-2003-017-09-00-2-ACO-00523-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT JACAREZINHO-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
EMBARGADO V. Acordão n. 20211-2004
EMBARGANTE WALDOMIRO PAPA
Recorrente(s): WALDOMIRO PAPA
Recorrido(s): JULIO CESAR BURBULHO
ADVOGADO(S): DIRCEU ROSA JUNIOR-EDVALDO DE ALBUQUERQUE MELO
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos constantes da fundamentação da Exma. Juíza Relatora, a seguir: "ADMISSIBILIDADE-Admito os embargos de declaração, eis que regulares e tempestivos. MÉRITO-A embargante visa a prequestionar o tema relativo à negativa de prestação jurisdicional em que teria incorrido o MM. Juízo de origem, no tocante à análise do vínculo de emprego. Segundo entende, ainda que nada fosse suscitado neste sentido pelo recorrente em suas razões de recurso ordinário, a ausência de fundamentação da r. sentença de primeiro grau poderia ter sido apreciada ex officio pelo v. acórdão, em segundo grau de jurisdição, porque encerra manifesta ofensa ao art. 93, IX, da Magna Carta. Em virtude da percepção dos fatos, extraída da prova dos autos, conforme fundamentação constante do v. acórdão, entendeu resta e. Turma adequada a r. sentença de
Origem à hipótese sub judice. A conclusão desta E. Turma, que não vislumbra ausência de motivação no julgado primeiro, encontra-se amparada nos elementos de prova contidos no caderno processual que entendeu, a E. Turma, de maior relevância, com fundamentos na legislação que entende aplicável ao caso concreto, conforme lhe impõe-e permite-o princípio do livre convencimento motivado insculpido no artigo 130 do C.P.C., aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho (C.L.T., art. 769). Desse modo, conquanto o respeito devotado ao zelo demonstrado no patrocínio da causa, bem assim a boa-fé da parte, os fatos já passados e oriundos da conduta esposada pela ré, impõe a solução do conflito como posto, não vislumbrando esta e. Turma vilipêndio à dispositivo constitucional, tampouco hipótese legal que justifique manifestação de ofício deste Colegiado. Nego provimento. "

TRT-PR-51640-2003-089-09-00-5-ACO-00669-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 23071-2004
EMBARGANTE ARLETE BISPO DA COSTA SOUZA
Recorrente(s): ARLETE BISPO DA COSTA SOUZA
Recorrido(s): BANCO BRADESCO S-A
ADVOGADO(S): ANDREA MARIA SOARES QUADROS-SERGIO TESTA-SIMONE DE OLIVEIRA PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, imprimindo efeito modificativo, conhecer do recurso ordinário interposto pelo Reclamante, determinando a reinclusão dos autos em pauta de julgamento para apreciação do mérito.

TRT-PR-51725-2003-019-09-00-2-ACO-00516-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 22497-2004
EMBARGANTE COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL
Recorrente(s): COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL-REGINALDO GONCALES DA SILVA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS PRUENCIO E BUSSOLAN LTDA
ADVOGADO(S): DENISE CANOVA-FABIO RENATO DE ASSIS-JOSE FRANCISCO DE ASSIS-MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-51825-2003-095-09-00-1-ACO-00514-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 23072-2004
EMBARGANTE ELTO ZANETTI
Recorrente(s): ELTO ZANETTI
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-UNICON UNIAO DE CONSTRUTORAS LTDA
ADVOGADO(S): JOSE CARLOS BUSATTO-MARIANNE SILVA MALVEZZI-VILMAR CAVALCANTE DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-51877-2003-658-09-00-7-ACO-00892-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
EMBARGADO V. Acordão n. 20361-2004
EMBARGANTE MOACIR ANTONIO BERNARDI
Recorrente(s): MOACIR ANTONIO BERNARDI
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-ENGETEST SERVICOS DE ENGENHARIA S-C LTDA
ADVOGADO(S): MARIANNE SILVA MALVEZZI-VILMAR CAVALCANTE DE OLIVEIRA
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, porque incabíveis, nos termos da fundamentação da Exmª Juíza Relatora, a seguir: "A parte autora oferece embargos de declaração, pretendendo manifeste-se esta E. Turma sobre contradição que entende existir na análise do tema "prescrição das diferenças de multa do FGTS". Aduz contraditória a concepção de que a "actio nata" se deu quando da promulgação da Lei Complementar 110-2001, porque neste momento o autor desconhecia os valores que lhe seriam devidos (conhecidos apenas quando do creditamento do montante respectivo na conta vinculada). Requer manifeste-se, ainda, o e. Colegiado, sobre a aplicação analógica do o 5º do art. 23 da Lei 8036-90 e sobre a não aplicação do Enunciado 95 do TST, bem do art. 7º, I e art. 10 do ADCT da Magna Carta. Entretanto, releva sublinhar precipitados os embargos declaratórios, vez que houve pedido de vista regimental à fl. 138 e, recolocado o processo em julgamento, após reformulação do voto da Relatora, a E. Turma entendeu em admitir Incidente de Uniformização de Jurisprudência, restando determinada a suspensão do julgamento do mérito para regular processamento do Incidente, a fim de compor divergência de interpretação de dispositivo legal neste E. Regional sobre o tema em epígrafe. Não houve, portanto, julgamento do mérito do pedido, que aguarda solução do Incidente de Uniformização de Jurisprudência".

TRT-PR-52629-2003-006-09-00-5-ACO-00672-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): NILTON CESAR CASTRO MORAES-BRASIL-SAT HARALD S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS DOS SANTOS ROMAO-MARIA LUCIA WOOD SALDANHA
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, por deserto. Por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "ADMISSIBILIDADE. 1. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. DESERÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO ENTRE A GUIA DARF E O PROCESSO. A Reclamada alinhou, juntamente com suas razões recursais, os comprovantes de pagamento das custas processuais (guia DARF – fl. 156) e do depósito recursal (guia GFIP – fl. 157). A análise do conteúdo destes comprovantes, contudo, revela a deserção da insurgência recursal patronal. Isso porque não existe qualquer elemento na guia DARF que permita vincular o valor recolhido ao presente feito. Com efeito, a mesma traz, tão-somente, a identificação da Reclamada, a data do pagamento e o valor respectivo. Não há qualquer informação a respeito da parte adversa, que autorize o entendimento de que tal guia destinava-se ao pagamento das custas processuais da lide em tela. Acrescente-se a isso que a identificação dos números dos autos também revela descompasso com o feito. De fato, a guia em questão registra o vínculo com os autos de Procedimento Sumaríssimo n.º 01623-2003. Todavia, os presentes autos possuíam, em sua numeração original, o n.º 01629-2003. A sua numeração única, por outro lado, é 52629-2003-006-09-00-5. Assim, seja por qual ângulo se aborde a questão, não há qualquer elemento que permita firmar o vínculo entre o valor recolhido a título de custas processuais e o processo em tela, motivo pelo qual resta flagrante a deserção da insurgência recursal. Assim, não conheço o Recurso Ordinário da Reclamada, por deserto. Preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, conheço do Recurso Ordinário do Reclamante. MÉRITO. 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. FUNÇÃO DE ELETRICISTA. Requer o Reclamante a reforma da sentença de origem, que indeferiu o pedido de pagamento de adicional de periculosidade em favor do obreiro. Entendeu o juízo de primeiro grau (fl. 124), que o mero exercício da função de eletricista não basta, por si só, para garantir o pagamento do adicional de periculosidade respectivo, sendo essencial a prova de labor nas condições previstas pelo Decreto n.º 93.412-86. Contra tal entendimento insurge-se o Autor. Sustenta o Reclamante que sempre laborou em redes elétricas, em situações perigosas, sendo que na petição inicial pleiteou a produção de prova pericial, que não foi determinada pelo juízo de origem. Sem razão. O direito ao adicional de periculosidade não decorre do mero exercício da função de eletricista, mas que a mesma seja exercida nas condições perigosas de que trata o decreto n.º 93.412-86. Para isso é essencial a existência de prova que demonstre o labor em tais condições. Contudo, compulsando-se os autos, verifica-se que nenhum elemento probatório foi produzido neste sentido. Tratando-se de fato constitutivo do direito do Autor, incumbia ao mesmo o ônus da prova, do qual não se desincumbiu. Nem se alegue que houve pedido de produção probatória na peça inicial, eis que, como se extrai da audiência de instrução, encerrou-se a instrução processual sem que a mesma fosse determinada, razão pela qual tem-se que a parte desistiu de sua produção. Saliente-se que a ausência da determinação para produção da prova pericial sequer foi alegada em sede de razões finais. Inexistente, portanto, a produção probatória que ampare o pleito obreiro, e não tendo o mesmo pleiteado a produção de provas adicionais antes do término da instrução processual, não há o que ser deferido neste ponto. Mantenho. Custas inalteradas. "

TRT-PR-52880-2003-009-09-00-9-ACO-00673-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ESPOLIO DE ALCIDES CARDOSO
Recorrido(s): PIZZARIA PORAO ITALIANO LTDA
ADVOGADO(S): ALCEU MARCZYNSKI-ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO-LINCOLN LUIZ HERRERA ROCHA
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR e das contra-razões apresentadas. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO para re-

conhecer a existência de vínculo de emprego entre Alcides Cardoso e a ré, com prestação de serviços de 1º-04-88 a 15-06-96, devendo a reclamada promover a retificação da CTPS do mesmo, pelas razões expostas fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "ADMISSIBILIDADE – admite-se o recurso, bem como as contra-razões, porque presentes os pressupostos legais. MÉRITO – VÍNCULO DE EMPREGO – Recorre a parte autora (espólio) da sentença, que não conheceu o vínculo de emprego no período postulado (1º-04-88 a 15-06-96, sendo que na CTPS constou de 1º-04-88 a 21-08-91), entre o de cujus e a reclamada. Entendeu a Julgadora "a quo" que, do conjunto probatório, não há como se concluir pela existência do vínculo empregatício. Com razão o recorrente. Com efeito, afirmado pela parte autora o labor ininterrupto até junho-96, a ré admitiu apenas o trabalho, na condição de autônomo, nos últimos dois meses de 1993 e 1994. A testemunha Noemi, em que pese tenha se manifestado acerca de período além do postulado na exordial, confirmou que "ficou na ré até 06-96 e nessa época o autor trabalhava todos os dias" (fl. 28). Já a testemunha ALBARI asseverou que "o reclamante trabalhava direto ... que mais ou menos um ano antes de falecer, o reclamante só vinha trabalhar como extra" (fl. 28). Em tendo o trabalhador falecido em 11-12-97 (fl. 08), o depoimento está em consonância com a inicial, onde se pleiteia vínculo até junho-96. A própria testemunha da ré, ainda que tenha negado o labor, por parte do de cujus, durante a semana inteira, confirmou que o mesmo laborou em outros dias além daqueles reconhecidos em defesa, o que enfraquece a tese da reclamada. Assim, restou demonstrada a ocorrência de labor durante todo o período laborado. Ademais, as testemunhas do autor mantinham contato direto com o empregado (auxiliar de cozinha e pizzaiolo), ao passo que a testemunha patronal exercia o mister de motoqueiro, não tendo contato tão próximo com os garçons. Frise-se ainda que a alegação de que um trabalhador, anteriormente contratado como empregado, passou a laborar na condição de autônomo, exige prova contundente por parte da reclamada, em virtude da condição menos favorável a que foi submetido o mesmo. Assim, reformo a sentença, para reconhecer a existência de vínculo de emprego entre Alcides Cardoso e a ré, com prestação de serviços de 1º-04-88 a 15-06-96, devendo a reclamada promover a retificação da CTPS do mesmo, sob pena de fazê-lo a Secretaria da Vara de origem. Custas no mesmo valor, invertidas, pela reclamada. "

TRT-PR-53046-2003-009-09-00-0-ACO-00665-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrido(s): JUREMA PRESTES VENDRAMIN
ADVOGADO(S): INDALECIO GOMES NETO-ISAIAS ZELA FILHO-MARIANNE SILVA MALVEZZI
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir:"1. ADMISSIBILIDADE. Preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, CONHEÇO DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS. 2. MÉRITO. 1. INCOMPETÊNCIA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Alegam os Reclamados que esta Justiça Especializada não é competente para apreciar pedidos atinentes à complementação de aposentadoria após o término do contrato de trabalho. Afirmam que a pretensão obreira restringe-se à diferenças de sua complementação de aposentadoria, o que não guardaria qualquer relação com seu contrato de trabalho. Sem razão. A questão controvertida em torno da existência de diferenças a título de complementação de aposentadoria decorre exclusivamente da existência pretérita de um vínculo empregatício entre as partes, sem o qual não teriam os Reclamantes direito à complementação de aposentadoria cujas diferenças reclamam. Nesse sentido, a lide se trava em matéria decorrente do liame empregatício mantido entre as partes em determinado tempo, atraindo a competência desta Justiça Especializada nos termos do art. 114, da Constituição Federal. Nesse sentido já decidiu este Egrégio Tribunal, servindo de exemplo a seguinteEMENTA: "COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO – O teor da disposição contida no parágrafo 2º, do artigo 202, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional de nº 20, de 16 de dezembro de 1998 não afasta a competência material da justiça do trabalho, que continua disciplinada pelo seu art. 114. Tratando-se a segunda ré (ambev) de entidade fechada de previdência privada, constituída com a finalidade de instituir "planos privados de concessão de benefícios de pecúlios e-ou renda, incluindo benefícios suplementares e-ou assemelhados aos da previdência social, e de prestação de serviços de natureza assistencial, social e financeira aos empregados e diretores das patrocinadoras" e, considerando que uma das patrocinadoras é a companhia cervejaria brahma, empregadora do autor, depreende-se que, a relação jurídica existente entre o autor e a ambev decorreu da relação trabalhista havida com a patrocinadora desta. Inexistindo relação empregatícia entre o autor e a primeira ré (brahma), não haveria qualquer relação entre o autor e a ambev. Detém, portanto, a justiça do trabalho competência para dirimir controvérsia acerca de complementação de aposentadoria. (TRT 9ª R. – Proc. 07567-2002-009-09-00-5 – (17517-2003) – Relª Juíza Márcia Domingues – DJPR 15.08.2003)". Assim, por expressa previsão legal, consagrada na parte final do art. 114, da Constituição Federal, assiste competência a esta Justiça Especializada para apreciar o pleito na forma em que foi proposto. Mantenho. 2. NATUREZA SALARIAL DO ABONO CONCEDIDO AOS TRABALHADORES ATIVOS. EXTENSÃO AOS TRABALHADORES INATIVOS. Os Reclamantes pleitearam, na exordial, que lhes fosse concedido o abono de R$1.200,00 previsto no instrumento normativo da categoria, que, nos termos do pacto coletivo é devido apenas em favor dos trabalhadores ativos. Sustentaram que tal disciplina viola o Estatuto e o Regulamento do FUNBEP, além do próprio princípio isonômico, insculpido no "caput" do art. 5.º, da Constituição Federal. Os Reclamados insurgiram-se contra essas alegações, afirmando que os obreiros não foram prejudicados, eis que sujeitos a regime jurídico diverso. Acrescentaram que tal benefício não possui natureza salarial, além de ser impossível sua ampliação sem a consignação da fonte de custeio correspondente. Não obstante as alegações patronais, o juízo de
Origem acolheu a pretensão obreira, entendendo que o abono em questão possui natureza salarial, motivo pelo qual sua não-extensão aos trabalhadores inativos constitui atentado ao princípio da isonomia. Contra tal decisão insurgem-se os Reclamados, deduzindo as mesmas alegação apresentadas em sua defesa. Não assiste razão aos Réus. Forçoso manter a sentença como proferida, pois a despeito de todas as ponderações trazidas pelos reclamados, perfilho o mesmo entendimento exarado pelo Juízo a quo, sintetizado na lição trazida pelo ilustre doutrinador Maurício Godinho Delgado, in Curso de Direito do Trabalho, LTr, 3ª tiragem, setembro-2002, p. 712-714, especificamente sobre a parcela denominada de abono: "Os abonos consistem em antecipações pecuniárias efetuadas pelo empregador ao empregado. São adiantamentos salariais concedidos pelo empregador." E, mais adianta, esclarece: "Retomado o conceito próprio de abono, como antecipação salarial efetuada pelo empregador ao empregado, torna-se inquestionável sua natureza jurídica, como salário (art. 457, o 1º). A jurisprudência foi além, contudo: firmou-se no sentido de conferir à parcela todos os efeitos próprios ao salário básico – o que significa que prevalece no Direito brasileiro o entendimento de que o abono, depois de concedido, não pode ser retirado do contrato pelo empregador." Quer dizer, quando o reclamado, mediante instrumento normativo (Protocolo Prévio e Convenção Coletiva de Trabalho 2001-2002) se compromete a pagar parcela aos ativos e de acordo com o estatuto da FUNBEP, os participantes, ativos e inativos, têm o mesmo direito ao repasse de reajustes salariais, conforme dispõe o art. 38, não há como modificar o decisum neste particular. Veja-se a propósito, a disposição do Regulamento do Plano de Benefícios da FUNBEP (fls. 43): "Art. 38 – Para os participantes e Pensionistas Constituintes, as suplementações previstas neste Regulamento serão revisadas, na época e com base no acordo - dissídio coletivo e, quando ocorrer alteração no plano de cargos e salários da Empresa Patrocinadora de
Origem do participante. o 1º-Os reajustes salariais concedidos pelas Patrocinadoras a todos os empregados mesmo fora da database, serão repassados, nos mesmos índices, às suplementações de aposentadorias." Com efeito, a denominação de abono se deve ao fato de ter sido paga de uma só vez , o que não implica em dizer que foi paga uma vez. Coaduno integralmente dos fundamentos expendidos na decisão tomada pelo Exmo. Juiz Leonardo Vandelli, no RO 12823-2002, em que relatei recentemente, no sentido de que: "É de se ressaltar que a parcela em questão não tem qualquer nota de pagamento espontaneamente efetuado por liberalidade do empregador em caráter excepcional, mas se trata de obrigação cogente do empregador, decorrente de convenção coletiva e que em nenhum momento afasta os efeitos salariais da parcela. Ao contrário, expressamente prevê que seu valor será considerado para pagamento dos benefícios de complementação de auxílio doença convencionalmente previsto e será devido aos empregados afastados por motivo de licença previdenciária ou acidentária." Portanto, a própria norma coletiva (protocolo prévio à CCT 2001-2002 – cl. 7ª)^ dá as diretrizes relativas à natureza da verba, isto é, se o valor da parcela será considerado para efeitos de cálculo de benefício de complementação de auxílio doença, por certo que detém natureza salarial e não indenizatória como insiste a reclamada em afirmar. Este Regional já firmou posicionamento sobre o tema: "FUNBEP – FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO E BANCO BANESTADO S-A – ABONO SALARIAL PREVISTO NA CLÁUSULA 2ª DO ACT 99-00 – DEVIDO AOS INATIVOS – O abono destinado aos empregados ativos previsto na cláusula 2ª do act 99-00 apenas "mascarou" a verdadeira intenção dos acordantes, qual seja, destinar tal verba para quitação de reajuste salarial. Assim, tratando-se o referido abono de reajuste salarial, tal parcela deverá ser extensiva aos aposentados, como a reclamante, face ao princípio da isonomia, consubstanciado no art. 5º da CF-88. (TRT 9ª R. – ROPS 01098-2002 – (01545-2003) – Rel. Juiz Sergio Murilo Rodrigues Lemos – DJPR 24.01.2003)". Conclui-se assim, que o abono foi pago em contraprestação ao trabalho, tendo, portanto, natureza salarial. E ainda, o Regulamento do Plano de Benefícios comprova que restou estabelecido que as suplementações de aposentadoria dos participantes constituintes seriam revisadas na época e com base em acordo-dissídio coletivo, quando ocorresse alteração no plano de cargos e salários ou quando fossem concedidos reajustes fora da data base. Tudo conforme disposto expressamente no art. 38, caput e parágrafos e art. 39, do Regulamento. No que se refere à não inserção da parcela no salário-real-de-benefício, os parágrafo 5º do art. 13 do Regulamento, não se apresenta como óbice à pretensão dos autores, já que o abono não se trata de verba judicial, mas sim convencional. A parcela (abono) foi instituída por norma coletiva. De todo modo, ainda que assim não fosse, esta não inclusão de verbas no salário-real-de-benefício seria restrito a "direito novo", não aqueles já existentes e apenas declarados por sentença, como aliás, também se configura no caso em tela. Portanto, a própria norma coletiva dá as diretrizes relativas à natureza da verba, isto é, se o valor da parcela será considerado para efeitos de cálculo de benefício de complementação de auxílio doença, por certo que detém natureza salarial e não indenizatória como insiste a reclamada em afirmar. A extensão para os inativos dos benefícios concedidos aos empregados em atividade decorre de previsão do próprio regulamento da complementação de aposentadoria do FUNBEP, que se incorporou ao contrato de trabalho. Logo, não decorre da norma coletiva, motivo pelo qual os argumentos dos réus voltados a afastar a aplicação da norma coletiva ao FUNBEP não afetam o direito dos autores. Portanto, entendo que deve ser mantido o decisum, que determinou o pagamento do abono previsto no CCT 2001-2002, de R$1.100,00, pois mesmo que deva ser reconhecida a autonomia das partes para realizar autocomposições através de entes sindicais, não menos verdade que tais instrumentos não podem extrair direitos e benesses já conquistados, sob pena de violar o princípio da isonomia salarial, que in casu, está previsto no próprio regulamento de benefícios da FUNBEP. Quanto ao custeio, existe previsão no regulamento do Plano de Benefícios para que o empregador responda por sua parcela no custeio do fundo. Citando excelente decisão proferida pelo Juiz José Mario Kohler, na decisão proferida no RO 978-2002, julgando caso análogo: "Ao que atine a violação aos artigos 195, o 5º da CF-88, 125 da lei 8.213-91, o 1º, II e o único do Estatuto e 46 do Regulamento do Plano, a fonte de custeio é pré-existente e não se trata de benefício novo, portanto, não há que se falar em 'criar', 'majorar' ou 'estender' benefício novo, mas sim 'reconhecer'. Ademais o infortúnio do gerenciamento do fundo não pode ser repassado aos Autores, que aderiram a um fim diverso da realidade. Deve, e pode, o fundo lançar meios de outras formas de custeio como previsto no Estatuto (art. 46). Não se olvide que o o 4º do artigo 195 da CF-88 alue que a lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social." No que tange à previsão de fonte de custeio, a situação não se enquadra no óbice do o 3º do artigo 202 da Carta Magna, visto que é o próprio regulamento da primeira ré que prevê a extensão aos inativos dos benefícios concedidos aos ativos, tratando-se de critério de pagamento que vigorou durante todo o contrato de trabalho dos reclamantes, pelo que as contribuições dos empregados e patrocinadores foram estabelecidas com tal pressuposto. Mantenho. 3. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. Alegam os Reclamados que, tratando-se de direito de natureza previdenciária, não há que ser falar em aplicação da correção monetária ou dos juros de mora aplicáveis aos débitos trabalhistas. Sucessivamente, pleiteiam que sejam aplicados os parâmetros fixados no art. 459, da CLT, e da Orientação Jurisprudencial n.º 124, da SDI-1, do C. TST. O juízo monocrático autorizou a incidência de juros de mora e correção monetária, na forma da lei (fl. 339). Não procede a insurgência dos Reclamados, pois as verbas reconhecidas nesta ação têm seu nascedouro no contrato de trabalho. Não merece qualquer reparo o decisum, na medida em que transmudado o nome dado à parcela, atualmente denominada de "abono", quando em ocasiões outras como ocorreu quando da vigência do ACT 99-00, era o chamado reajuste de 5,5%, a parcela possui o mesmo caráter salarial de outrora, isto é, o que se constata é a intenção da reclamada de camuflar com rótulos variados, parcela remuneratória que interfere diretamente na suplementação de aposentadoria. Aqui não se discute se as diferenças são devidas ou não aos empregados inativos, mas apenas restringe-se ao caráter da parcela em epígrafe. Com efeito, a denominação atual (abono) se deve ao fato de ter sido paga de uma só vez , o que não implica em dizer que foi paga uma vez. Com essa denominação instituída pela CCT 2001-2002 (cl. 7ª), foi uma vez, mas sob outras rubricas vem sendo paga em anos anteriores, como já julgado por este relator inúmeras vezes. Coaduno integralmente dos fundamentos expendidos na decisão de primeiro grau no RO 6501-2002, da lavra do Exmo. Juiz Leonardo Vieira Vandelli no sentido de que: "É de se ressaltar que a parcela em questão não tem qualquer nota de pagamento espontaneamente efetuado por liberalidade do empregador em caráter excepcional, mas se trata de obrigação cogente do empregador, decorrente de convenção coletiva e que em nenhum momento afasta os efeitos salariais da parcela. Ao contrário, expressamente prevê que seu valor será considerado para pagamento dos benefícios de complementação de auxílio doença convencionalmente previsto e será devido aos empregados afastados por motivo de licença previdenciária ou acidentária." Portanto, a própria norma coletiva dá as diretrizes relativas à natureza da verba, isto é, se o valor da parcela será considerado para efeitos de cálculo de benefício de complementação de auxílio doença, por certo que detém natureza salarial e não previdenciária, como afirmam os Reclamados. Tendo em vista sua natureza salarial, está sujeita a mesma época de incidência da correção monetária e aos parâmetros de juros das demais verbas de idêntica natureza. Nesse sentido, correta a decisão do juízo de primeira instância, que determinou a atualização monetária a partir do mês subsequente ao laborado com relação às verbas salariais. A incidência dos juros e da correção monetária já foi fixada na forma da lei, bem como atendida a OJ n.º 124, da SDI-1, do C. TST, eis que o juízo de
Origem fixou como época própria de incidência da correção monetária o mês subseqüente ao de referência. Nada a reparar. 4. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. Alegam os Reclamados que os Autores não fazem jus à assistência judiciária gratuita, deferida pelo juízo de primeira instância. Observam que os Autores auferem complementação de aposentadoria superior a 5 vezes o salário mínimo, sendo que a declaração de pobreza constante na exordial foi firmada por patronos sem poderes específicos para tanto, não tendo o condão de produzir os efeitos reconhecidos pelo juízo de primeiro grau. Sem razão. Para que o obreiro faça jus à justiça gratuita, nos termos da Lei n. 1.060-50, art. 4º, parágrafo 1º^, com redação dada pela Lei n. 7.510-86, basta que alegue não dispor de recursos próprios que lhe permitam suportar os ônus financeiros do processo judicial, para que lhe seja concedido, a qualquer tempo, o benefício da justiça gratuita. O benefício atinge também os honorários advocatícios, quando o empregado está assistido pelo sindicato de sua categoria profissional (Lei 5.584-70). As dificuldades financeiras do empregado não podem impedir o acesso ao Poder Judiciário (artigo 4º, da Lei 1060-50, e art. 5º, inciso XXXIV e XXXV, da Constituição Federal^). Irrelevante para o deferimento da gratuidade da justiça que a declaração tenha sido firmada por procurador sem poderes específicos para tanto, uma vez que assim prevê o art. 1º, da Lei nº 7.115-83. Mantenho. Custas inalteradas. "

TRT-PR-53869-2003-005-09-00-0-ACO-00522-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
EMBARGADO V. Acordão n. 25114-2004
EMBARGANTE SERPRO SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
Recorrente(s): ELIZETE LINHARES SCHOLZ
Recorrido(s): SERPRO SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
ADVOGADO(S): AIRTON PEDRO DOS SANTOS-SANDRA CALABRESE SIMAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER dos embargos de declaração opostos pelo reclamado e, no mérito, por igual votação, EM NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-53934-2003-015-09-00-5-ACO-00517-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
EMBARGADO V. Acordão n. 6355-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrente(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrido(s): MARIA CLELIA VARGAS NETTO BOTARELLI
ADVOGADO(S): INDALECIO GOMES NETO-ISAIAS ZELA FILHO
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS RECLAMADOS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Relator, a seguir: "ADMISSIBILIDADE-Tempestivamente interpostos, conheço dos embargos de declaração apresentados. MÉRITO-1. OMISSÃO. FONTE DE CUSTEIO. Insurgem-se os Reclamados contra o conteúdo da decisão proferida por esta Egrégia 5.ª Turma, que manteve a sentença de
Origem quanto ao direito dos Reclamantes à percepção do abono concedido pelas Rés aos empregados ativos ou afastados temporariamente do serviço. Sustentam a existência de omissão na decisão, que não teria se manifestado a respeito da inexistência de fonte de custeio para o deferimento da pretensão obreira. Preliminarmente, convém ressaltar que os embargantes só possuem interesse jurídico em sua insurgência em relação à Reclamante Maria Clélia Vargas Netto Botarelli, posto que com relação aos demais Autores foi firmado acordo judicial na mesma data da publicação do Acórdão embargado (fls. 325-341), motivo pelo qual, com relação aos mesmos subsistem os termos da transação judicial. Por outro lado, não assiste razão à insurgência dos embargantes. Isso porque não há a omissão apontada pelos Reclamados. Conforme se infere da certidão de julgamento, a questão foi expressamente apreciada por esta Corte, ao assinalar que (fl. 321): "Foi o Reclamado quem se obrigou ao pagamento aqui deferido, de forma que a hipótese não encontra vedação no art. 1.º, II, parágrafo único do Estatuto, tampouco no art. 125 da lei n.º 8.213-91 ou nos artigos 195, o 5.º, 201, o 11, e 202, o 3.º, da Constituição da República." Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no exame da matéria, não se justifica a utilização dos Embargos de Declaração neste ponto. Tampouco há que se falar em necessidade de prequestionamento, posto que a tese jurídica encontra-se devidamente exposta na decisão embargada, ao assinalar que a própria Reclamada havia se comprometido a repassar os valores dos reajustes conferidos aos trabalhadores ativos também à importância paga a título de complementação da aposentadoria. Nada a reparar. "

TRT-PR-54141-2003-016-09-00-0-ACO-00815-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): TURISMO COSTA DO SOL LTDA
ADVOGADO(S): ALICE DE ANGELO M D GHISI-PAULO HENRIQUE PETROCINI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, determinar que o MM. Juízo a quo promova a execução das contribuições previdenciárias devidas pela ré, incidentes sobre os salários pagos durante o vínculo empregatício mantido com a autora e reconhecido no acordo de fls. 13-14, abatidas eventuais quantias comprovadamente recolhidas sob o mesmo título. Custas inalteradas.

TRT-PR-54908-2003-004-09-00-0-ACO-00521-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
EMBARGADO V. Acordão n. 25129-2004
EMBARGANTE OLIVERIO REIS GONCALVES NETO
BRASIL TELECOM S-A
Recorrente(s): OLIVERIO REIS GONCALVES NETO
Recorrido(s): BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ANANIAS CEZAR TEIXEIRA-FABIANO NEGRISOLI-LEANDRO HERLEINN MURI-MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA-MARI NEUZA GERWINSKI-WILSON RAMOS FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. No mérito, por igual votação, EM NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DO RECLAMADO. Sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DO AUTOR para fixar parâmetros para a execução, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-56243-2003-015-09-00-3-ACO-00675-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): MARIANGELA LEMIESZEK
Recorrido(s): BRASIL TELECOM S-A-CBCC COMPANHIA BRASILEIRA DE CONTACT CENTER
ADVOGADO(S): ANANIAS CEZAR TEIXEIRA-RAFAEL CORDEIRO DE MACEDO-WAGNER DE JESUS MAGRINI
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para acrescer à condenação o pagamento de diferenças salariais e reflexos, atinentes à equiparação salarial, tudo nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "ADMISSIBILIDADE – Admite-se o recurso, porque presentes os pressupostos legais. MÉRITO – RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE-1) EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Assevera a recorrente ter comprovado, com base no depoimento testemunhal, o exercício da mesma função do paradigma, com o qual trabalhou no mesmo setor. Afirma que o fato daquela testemunha ter laborado com a autora e paradigma, lado a lado, apenas em 01-2003 (a equiparação é postulada desde 12-2001), não é óbice ao reconhecimento do seu direito, pois o que deve ser considerado é o conhecimento dos fatos, que sempre foram os mesmos durante toda a contratualidade. Afirma, ainda, que o Relatório de Fiscalização do Ministério do Trabalho por ela juntado gera presunção favorável às suas alegações, pois revela a existência de disparidade salarial no exercício das mesmas atividades laborativas. Por fim, aduz que as rés não se desincumbiram de seu ônus processual, pugnando pelo reconhecimento da equiparação e conseqüente pagamento das diferenças salariais e reflexos. Em sentença, o Juízo rejeitou o pleito em razão da fragilidade da prova obreira, argumentando que a testemunha da autora não laborou com a mesma durante toda a contratualidade e nem em igual jornada; ademais, a testemunha patronal teria

evidenciado a diversidade funcional. Razão assiste à recorrente. Ao contestar a identidade funcional (fl. 86), a primeira ré (CBCC) aduz que a autora laborava inicialmente no setor de telecobrança, apenas recebendo ligações (receptiva), enquanto o paradigma trabalhava no "TELEPAB" e na "fidelização" (ativa-receptiva). Tal assertiva, além de confirmada pela testemunha obreira, a qual aduz que "a reclamante fazia atendimento de telecobrança, fazendo também ligações ativa e receptivamente", foi contrariada pela declaração da própria testemunha patronal, que classificou a reclamante como "ativa, ou seja, ligava para clientes cobrando faturas (...)" e o paradigma como receptivo, "sabendo apenas que o mesmo atuou no setor da fidelização , onde se atendia ligações de clientes que queriam cancelar as linhas telefônicas (...)". Note-se que o fato da testemunha da autora ter laborado na equipe da reclamante apenas em 01-2003 (portanto, após 12-2001 – que é o período indicado na exordial como início da equiparação), e de forma não concomitante, não representa óbice ao reconhecimento do direito durante toda a contratualidade, pois a mesma "tinha contato com os mesmos quando do término de sua jornada, vendo-os executarem suas atividades idênticas" (fls. 174-5), o que por si já basta para caracterizar a identidade funcional, mormente quando tal situação é de habitual ocorrência na reclamada (Relatório de Fiscalização de fls. 27-8). Há de se ressaltar que a testemunha Adriana, trazida pela empresa, confirmou a condição de "ativa" da autora (o que, pela defesa, só coubera ao paradigma), sendo que essa testemunha ingressou na empresa exatamente em 12-2001, termo inicial da equiparação. Nesse sentido, ainda, invoca-se – por analogia – , o disposto na OJ 233-TSTˆ, pelo qual se entende que "a decisão com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período". Por fim, devidamente comprovado que testemunha, autora e paradigma "submeteram-se ao mesmo treinamento", o que demonstra que estavam habilitados para o exercício das mesmas funções, sendo que "depoente, paradigma e paragonada exerciam idênticas funções e atividades, sem qualquer distinção de produtividade e perfeição técnica". Preenchidos, portanto, os requisitos do art. 461-CLTˆ. Ressalto que a ré, a seu turno, não comprovou a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo ao direito da autora (En. 68-TSTˆ). Devido o pagamento de diferenças salariais entre o salário pago à autora e o salário do paradigma Marco Antonio Rosa dos Passos, decorrentes da equiparação salarial, com reflexos em férias mais terço, 13o salário, aviso prévio e FGTS (11,2%). Descontos Previdenciários e fiscais: Considerando a condenação imposta, bem assim o pedido formulado em defesa e, ainda, o pleito da autora, aprecio a temática em torno das deduções previdenciárias e fiscais (artigo 515 do CPC). Nesse sentido, quanto às deduções previdenciárias, cuja competência material da Justiça do Trabalho exsurge do artigo 114, o3º, da C.F., é entendimento cediço desta douta Turma que a responsabilidade pelo pagamento das contribuições previdenciárias é tanto do empregado quanto do empregador, de acordo com o art. 195, incs. I e II, da CF-88, art. 11, parágrafo único, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8212-91 e os pertinentes à Lei 8620-93, não havendo amparo legal ao argumento de que cabe tão somente a este último, porque omisso no recolhimento do encargo no momento próprio. O artigo 5º do Provimento 02-93 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho esclareceu que o fato gerador da incidência da contribuição previdenciária, constitutiva do débito, é o pagamento de valores alusivos a parcelas de natureza remuneratória (salário-de-contribuição), integral ou parcelado, resultante de sentença condenatória ou de conciliação homologada, efetivado diretamente ao credor ou mediante depósito da condenação para extinção do processo ou liberação de depósito judicial ao credor ou seu representante legal". O réu, portanto, deve recolher apenas as contribuições previdenciárias por ele devidas (artigo 22 da Lei 8212-91), enquanto que o autor, mediante dedução do seu crédito, deve responder pelas contribuições previdenciárias que a lei lhe impõe (artigo 20 da Lei 8212-91). Quanto ao seu cálculo, deverá observar o regime de competência (mês-a-mês), cujas alíquotas deverão incidir sobre as parcelas salariais, observadas as tabelas e os limites legais, consoante artigos 198 e 276, o4º, do Decreto 3048-99. Em relação à dedução do imposto sobre a renda, a Justiça do Trabalho é competente para determiná-la, podendo inclusive, proceder sua apreciação ex officio, já que se trata de matéria que diz respeito à norma legal cogente. Também nesta esteira de entendimento as Orientações Jurisprudenciais 32 e 141 da SDI-TST, e o art. 46 da Lei 8.541-92. Destarte, deve-se autorizar o desconto do imposto de renda devido pela reclamante. No que diz respeito à forma de incidência, o art. 46, da Lei 8.541-92 estatui que os descontos fiscais devem incidir sobre o total da execução, deduzida a parcela previdenciária para, em seguida, acrescer os juros de mora. O próprio o 2º do referido artigo 46 estabelece que, "tratando-se de rendimento que se sujeita a aplicação da tabela progressiva, deve ser observada a tabela do mês em que ocorre o pagamento". Desta forma, o desconto é único e deve ocorrer sobre o total dos rendimentos tributáveis. Por fim, no que concerne à responsabilização pelo recolhimento, em sendo a reclamante a beneficiária da renda auferida, conclui-se ser a mesma a sujeita passiva da obrigação. Deste modo, autorizo os descontos previdenciários e fiscais, nos termos da fundamentação retro. Correção monetária e Juros: os juros são devidos desde o ajuizamento da ação; a correção monetária somente deve fluir a partir do momento em que a verba torna-se legalmente exigível, ou seja, a partir do mês subseqüente ao da prestação laboral, quanto ao salário, aplicando-se, na espécie, o que estatui o artigo 39, da Lei 8.177-91ˆ, de 01 de março de 1991, combinado com o artigo 459 da CLTˆ. Neste passo, a correção monetária, quanto às parcelas salariais de vencimento mensal, deve incidir a partir do mês subseqüente ao da prestação do serviço. Ressalva-se, tão-somente, que existem verbas que possuem épocas próprias distintas a serem observadas, como é o caso de férias (art. 145-CLTˆ), verbas de rescisão (o 6º, art. 477-CLTˆ), 13º salário (art. 1º, Lei 4.749-65ˆ) e FGTS. Custas invertidas, a cargo das rés, no importe de R$80,00, sobre o valor provisório arbitrado à condenação (R$4.000,00). "

TRT-PR-56290-2003-015-09-00-7-ACO-00518-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 25135-2004
EMBARGANTE INDUSTRIAS TODESCHINI S-A
Recorrente(s): INDUSTRIAS TODESCHINI S-A
Recorrido(s): SONIA MARIA ESKELSEN
ADVOGADO(S): LUCIANE MARIA JANTSCH-RENATA STRAPASSON-ROLAND KLASSEN
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Relator, a seguir: "ADMISSIBILIDADE-Tempestivamente interpostos, conheço dos embargos de declaração apresentados. MÉRITO-1. Prequestionamento – prorrogação tácita do contrato de trabalho por prazo determinado. Expõe a embargante seu entendimento de que há autorização legal para a prorrogação tácita do contrato de trabalho, com base no que dispõe o art. 451 da CLTˆ. Afirma que não há que se falar em em prova quando há autorização legal para a prática de determinado ato e que ao prorrogar a duração do contrato de experiência, nada mais fez do que seguir o dispositivo citado. Assim, para fins de prequestionamento, requer o embargante manifestação desta Corte a respeito, especialmente acerca da autorização tácita para a prorrogação do contrato de trabalho. O entendimento desta 2ª Turma acerca da matéria, contudo, já se encontra devidamente explicitado na decisão atacada. Constou expressamente no acórdão de fls. 71-72 que não há prova nos autos de que houve concordância das partes para a prorrogação do contrato de trabalho (nem tácita, nem expressa), o que não conflita com o teor do dispositivo legal mencionado. Nada a acolher. "

TRT-PR-57417-2003-007-09-00-0-ACO-00674-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EMATER-Recurso Adesivo-VALDA MILLEO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARCELO ALESSI-MAURO JOSE AUACHE-VICTOR BENGHI DEL CLARO-VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMADA e, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE, para condenar a reclamada, mediante execução direta, ao pagamento de diferenças nas parcelas do PDV; multas convencionais; e honorários assistenciais; tudo nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "ADMISSIBILIDADE-Presentes os pressupostos legais, admitem-se os recursos. MÉRITO – RECURSO ADESIVO DA RECLAMADA (ANÁLISE PREFERENCIAL, DIANTE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO) – Suspensão do Processo – A reclamada busca a suspensão do presente feito, aduzindo que tramita perante este E.Tribunal o dissídio coletivo nºTRT-PR 16042-2003-909-09-00-5, que versa sobre a mesma matéria. Não há que se falar em suspensão, porquanto a CCT 2003-2004, com o respectivo depósito no Ministério do Trabalho adquire plena vigência 03 dias após, a teor do artigo 614, o1º, da CLT. Eventual sentença normativa a ser proferida nos autos do dissídio coletivo em pauta (cuja instância foi instaurada após a entrada em vigor da CCT 2003-2004) somente vigorará a partir de sua publicação, consoante artigo 867, parágrafo único, alínea "a", da CLT, e com efeitos ex nunc. Mantenho. – RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE – Diferenças nas Parcelas do PDV – O termo de acordo firmado entre a autora e a reclamada, cuja cópia se encontra coligida à fl. 66, consigna em sua cláusula 2a que, verbis: "A EMATER se compromete a depositar mensalmente, na conta corrente nº xxxx do Banco xxxx Agência xxx, em nome do funcionário, juntamente com o pagamento dos funcionários em serviços, pelo prazo de 35 meses, o valor mensal de R$1.944,28 (hum mil, novecentos e quarenta e quatro reais, vinte e oito centavos), referente à parcela do Incentivo Financeiro PDV, calculado nos termos estabelecidos no PDV, cujo saldo devedor será corrigido na mesma época e pelos mesmos índices que incidirem sobre os salários dos empregados da ativa, nos respectivos acordos coletivos de trabalho ou decorrente de legislação pertinente no momento e nas mesmas condições em que os reajustes forem implantados na Folha de Pagamento da EMATER, mais R$500,00 (Quinhentos reais) na primeira parcela." – destaquei. Portanto, são devidas as diferenças incidentes sobre as parcelas do incentivo financeiro do PDV, decorrentes do reajuste implementado pela CCT 2003-2004, nos termos da sua cláusula 3a (fl. 86). Não prospera, outrossim, a argüição da reclamada, no sentido de que o termo de acordo do PDV alude apenas aos reajustes implementados por acordo coletivo de trabalho ou pela lei, sendo indevidos reajustes concedidos por Convenção Coletiva de Trabalho. Isso porque a ré não demonstrou que tenha firmado acordo coletivo com o sindicato da categoria profissional, motivo pelo qual as cláusulas da CCT são aplicáveis ao caso, na qualidade de "legislação pertinente", em face de sua natureza jurídica de fonte formal autônoma. Não fosse isso, o documento de fl. 26, traz expressamente que, verbis "As parcelas mensais serão corrigidas pelos mesmos índices de correção aplicados aos salários pagos aos funcionários ativos da empresa, por ocasião das convenções coletivas, quando da efetiva implantação na Folha de Pagamento da EMATER-Paraná." Também não prospera a insurgência voltada à limitação imposta pela LC 101-2000, porquanto a reclamada é pessoa jurídica (empresa pública) de direito privado, sujeita às obrigações trabalhistas, nos exatos termos do artigo 173, o1º, II, da C.F.. Ainda que assim não fosse, não há prova nos autos da aludida restrição orçamentária. Por fim, inadmissível o argumento voltado à quitação, visto que a quitação outorgada por meio do termo de acordo do PDV se refere apenas aos valores recebidos, detendo, portanto, natureza de recibo, restando inarredável o preceito fundamental de acesso à jurisdição (art. 5º, inciso XXXV, da C.F.). Demais disso, as parcelas vindicadas não se confundem com aquelas oriundas da extinta relação de emprego, porquanto são reflexas dos efeitos futuros do próprio incentivo financeiro do PDV. De tal arte, a reclamante faz jus às diferenças incidentes sobre as parcelas do incentivo financeiro do PDV, decorrentes da correção salarial concedida pela cláusula 3ª da CCT 2003-2004 da categoria (fl. 19, verso), no percentual de 18%, a partir de 01 de junho de 2003, aplicado sobre o valor da parcela do incentivo de maio de 2003, com efeitos vigorantes até a última parcela do PDV. Indeferem-se os reflexos postulados, pois ausente respaldo para tanto no termo de acordo. REFORMO a r.sentença, para condenar a ré ao pagamento das diferenças nas parcelas do PDV. – MULTA CONVENCIONAL – Infringida a cláusula 3ª da CCT 2003-2004, deferem-se à autora as multas vindicadas, objeto da cláusula 47ª do mesmo instrumento normativo, sendo uma multa por mês de infração. Observe-se o limite imposto pelo artigo 412 do CCB-2002. REFORMO a r.sentença, para condenar a reclamada ao pagamento das multas convencionais. – HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS – Os honorários assistenciais são devidos, visto que satisfeitos os requisitos das Leis 1060-50 e 5584-70, conforme Enunciado 219 e 329 do C.TST. Tal se dá diante do termo de credenciamento de assistência sindical de fl. 18 e da declaração de hipossuficiência estampada à fl. 09, não desconstituída em Juízo. Deste modo, condena-se a reclamada ao pagamento dos honorários assistenciais, no patamar de 15% sobre o valor da condenação, em prol do Sindicato assistente. – FORMA DE EXECUÇÃO – A reclamada é empresa pública estadual, com personalidade jurídica de direito privado, detendo patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. Ademais, explora atividade econômica no setor de prestação de serviços. Está equiparada aos particulares, na esteira do artigo 173, o1º, inciso II, da C.F. e inteligência da O.J. 87 da SDI-I do C.TST. Portanto, a execução se processará de forma direta, nos moldes do artigo 880 e seguintes da CLT. Precedentes da 2a Turma: ROPS nº 57287-2002-011-09-00-4 e RO 18194-2003-016-09-007. Custas invertidas, pela reclamada, devendo ressarcir a reclamante do valor já recolhido à fl. 158. "

TRT-PR-57734-2003-652-09-00-0-ACO-00512-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 21397-2004
EMBARGANTE R FRANCO ENGENHARIA LTDA
Recorrente(s): PAULO MACIEL DE LIMA
Recorrido(s): R FRANCO ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(S): CAPRICE ANDRETTA CHECHELAKY-MARCOS JOSE CHECHELAKY-PAULO VALTAIR RIBAS DA CRUZ
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para suprir omissão, nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Relator, a seguir:" ADMISSIBILIDADE-Tempestivamente interpostos, conheço dos embargos de declaração apresentados. MÉRITO-Preliminar – omissão da sentença – preclusão-Alega a embargante que o acórdão prolatado deixou de apreciar 10 (dez) dispositivos legais, reiterando a tese de ocorrência de preclusão do direito do autor em questionar a validade dos acordos de compensação firmados (com base na ausência de homologação sindical). Sem razão. Conforme se depreende da decisão atacada, houve adoção de tese explícita a respeito da matéria (o trecho correspondente restou, inclusive, colacionado nos próprios embargos), não havendo que se falar em prequestionamento. Com efeito, consta à fl. 102 que "Inicialmente, cumpre frisar que a reclamada, em contra-razões, alega a ocorrência de preclusão do direito da autora em questionar a validade do acordo individual de compensação de jornada em virtude da ausência de homologação sindical, eis que a matéria não restou apreciada em sentença. Não obstante a ausência de manifestação pelo Juízo "a quo", em razão do efeito devolutivo dos recursos há sim a possibilidade de apreciação desta matéria no presente momento, até porque diz respeito à validade, ou não, de fato apresentado como impeditivo do direito do autor.". Ressalte-se também que não cabe a esta Turma manifestar-se individualmente sobre dispositivos legais (no presente caso dez) que a parte entende desrespeitados, eis que há pronunciamento expresso a respeito da matéria discutida, além de não se prestarem os embargos de declaração para esse fim. Rejeito. Compensação de jornada de trabalho-Afirma a embargante a ausência de manifestação acerca de dispositivos legais, bem como da Orientação Jurisprudencial SDI-I nº 182, do C. TST, relativos à validade da compensação de jornada. Alega também a ausência de manifestação a respeito da aplicação do Enunciado 85 do C. TST, bem como a respeito do período em que o autor esteve afastado. Com parcial razão. No que concerne aos dispositivos legais, bem como à Orientação Jurisprudencial, denota-se dos embargos tratar-se de mero inconformismo da embargante em relação a pronunciamento que lhe foi desfavorável, eis que há tese explícita a respeito, em que se concluiu pela invalidade do sistema adotado pela embargante. Em relação ao Enunciado 85 do C. TST realmente há omissão, eis que a questão restou levantada em defesa e em contra-razões. Sanando tal omissão, esclarece-se que o referido Enunciado é aplicável apenas na hipótese de irregularidade meramente formal no acordo de compensação, o que não ocorreu no presente caso, em que se verificou a coexistência dos regimes de compensação e prorrogação (vício material). Supre-se, assim, a omissão, a qual não altera o provimento. No que concerne ao período de afastamento, também não houve manifestação. No entanto, a mesma é desnecessária, eis que os registros de horário não restaram elididos e serão utilizados em liquidação, sendo que nos dias sem labor (como é o caso daqueles correspondentes ao período de afastamento) não há horas extras. Não se esqueça, apenas, que há períodos em que não há labor mas há reflexos das horas extras, como DSR´s e férias. Acolho parcialmente, para suprir omissão. "

TRT-PR-58684-2003-001-09-00-7-ACO-00520-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
EMBARGADO V. Acordão n. 25115-2004
EMBARGANTE NEI VEIGA
Recorrente(s): BANCO BRADESCO S-A
Recorrido(s): NEI VEIGA
ADVOGADO(S): EVANDRO LUIS PEZOTI-FERNANDA ANDREAZZA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO para prestar esclarecimentos, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-71003-2003-002-09-00-2-ACO-00528-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 21022-2004
EMBARGANTE CURSO APOGEU S-C LTDA
Agravante(s): CURSO APOGEU S-C LTDA
Agravado(s): ESTEFANO KLIMIONT
ADVOGADO(S): IVO HARRY CELLI JUNIOR-JOSE MELQUIADES DA ROCHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para prestar os esclarecimentos necessários, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-71043-2003-019-09-00-6-ACO-00526-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 23323-2004
EMBARGANTE BENILDO BENTO DE OLIVEIRA
Agravante(s): RICARDO AKIRA HAYAMA
Agravado(s): BENILDO BENTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): ANA PAULA PAVELSKI-DANIEL MESSIAS MENDES-LUIS EDUARDO PALIARINI-PATRICIA GRASSANO PEDALINO-PAULO ROBERTO PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-71099-2003-513-09-00-3-ACO-00705-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): VITOR CUSTODIO
Agravado(s): MARCOS ROBERTO MENDES DE MELLO
ADVOGADO(S): CECILIO MAIOLI FILHO-ELEZER DA SILVA NANTES-JORGE WILLIANS TAUIL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-91027-2003-011-09-00-9-ACO-00891-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARNOR LIMA NETO
Recorrente(s): JOCKEY CLUBE DO PARANA-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS RECREATIVAS DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ORIENTACAO E FORMACAO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANA SENALBA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): GIL DUARTE SILVA-GLAUCO MACHADO REQUIAO-PAULO ROBERTO MAGNABOSCO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO SINDICATO-AUTOR E DO RECLAMADO. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, analisado preferencialmente, para, nos termos da fundamentação, determinar a incidência dos descontos previdenciários sobre o valor total da condenação e calculados ao final. Por igual votação, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO SINDICATO-AUTOR para, nos termos da fundamentação, estender a condenação em diferenças salariais e multas convencionais para todos os empregados integrantes do rol de substituídos de fls. 06-08. DETERMINA-SE a MM. Secretaria desta C. Quarta Turma que providencie a reautuação para que conste também o Reclamado como recorrente. Custas inalteradas, por ora. **EMENTA:** AÇÃO DE CUMPRIMENTO – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL – ALCANCE AOS NÃO ASSOCIADOS. O art. 8º, inciso III, da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 8.073-1990, contemplam a hipótese de legitimação ativa extraordinária, reconhecida como de substituição processual, que confere ao sindicato a possibilidade defender em juízo os interesses e direito individual e coletivo de toda a categoria, sem distinção entre associados ou não.

TRT-PR-00024-2004-094-09-00-2-ACO-00851-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT FRANCISCO BELTRÃO-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): ESTADO DO PARANA
Recorrido(s): DELACI RECHEMBAK CASANOVA-GESEL GERENCIAMENTO DE SERVICOS DE MAO DE OBRA
ADVOGADO(S): GAZZI YOUSSEF CHARROUF-NILO NORBERTO NESI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso ordinário do segundo reclamado Estado do Paraná, bem como das contra-razões. Por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO. Por igual votação, REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMADO para: a) determinar à ré a entrega das guias necessárias à viabilização do acesso pelo autor ao Seguro-desemprego, sob pena de execução pelo valor equivalente; b) excluir a verba honorária da condenação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00025-2004-072-09-00-0-ACO-00830-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT PATO BRANCO-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SANTINA GIACOMINI FERNANDES
Recorrido(s): JOSE FERREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADO(S): LAERCIO ANTONIO VICARI-PAULO CESAR LAGO DE ALMEIDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas dispensadas.

TRT-PR-00034-2004-017-09-00-9-ACO-00728-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT JACAREZINHO-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): LUCIMARE BACCON DE ARAUJO
Recorrido(s): CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES PREFERENCIAL DO NORTE PIONEIRO LTDA
ADVOGADO(S): FABIO AUGUSTO ORLANDI DE OLIVEIRA-JORGE COSTITCH ESTEVAM

DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO INTERPOSTO PELA AUTORA e contra-razões da ré. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00036-2004-659-09-00-9-ACO-00766-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT GUARAPUAVA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): MARCIO FERNANDES GOMES-COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS DAL POZZO LTDA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALAIR VALTRIN-ISMAEL LUIS DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR OS RECURSOS INTERPOSTOS PELO AUTOR e PELA RÉ, bem assim as contra-razões da ré. Em NÃO ADMITIR as contra-razões do autor. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR. Por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RÉ. Tudo na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** DIRIGENTE SINDICAL SUPLENTE-RENÚNCIA – ESTABILIDADE – INEXISTÊNCIA: A situação do empregado que renuncia (validamente, como é o caso) a cargo de dirigente sindical, evidentemente, não se equipara à do empregado que cumpre seu mandato até o termo final. Nesta, o empregado cumpre o papel para o qual foi eleito. Logo, permanecem intactas, aqui, as razões pelas quais o empregado passa a merecer este tipo de garantia legal, dentre elas e principalmente, o risco de eventual represália por parte do empregador. Naquela, no entanto, o empregado espontaneamente deixa de representar os interesses de sua categoria, não havendo razão para continuar a receber a proteção extra reservada àqueles que se enquadram na situação descrita na norma. O artigo 543, o 3º, da CLT, aliás, é bem claro ao consignar "após o final do seu mandato".

TRT-PR-00041-2004-666-09-00-0-ACO-00825-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT JAGUARIAIVA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): MUNICIPIO DE JAGUARIAIVA
Recorrido(s): SERGIO TOMAZ DE MIRANDA
ADVOGADO(S): LINCOLN FERREIRA DE BARROS-ROBERTO BALBELA
DECISÃO: por unanimidade de votos, DETERMINAR a retificação da autuação para constar como recorrido somente o reclamante. Sem divergência de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, bem como das contra-razões. Por igual votação, NÃO CONHECER DA REMESSA OFICIAL, por incabível. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO RECLAMADO para: a) excluir da condenação o pagamento da verba honorária; e b) determinar a efetivação dos descontos previdenciários e fiscais consoante os critérios fixados, nos termos da fundamentação. Custas, no importe de R$ 80, 00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R$ 4.000, 00, pelo primeiro reclamado e dispensadas pelo terceiro (CLT, artigo 790-A).

TRT-PR-00056-2004-660-09-00-0-ACO-00820-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Recorrente(s): JACINTA RAMOS GARCIA
Recorrido(s): INSTITUTO DE SAUDE DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-MARCIO HENRIQUE MARTINS DE REZENDE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA AUTORA e, por igual votação, NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, por incabível. No mérito, por unanimidade de votos, DAR-PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para acrescer à condenação a multa do art. 22 da Lei nº 8.036-90, incidente sobre os depósitos a serem efetuados em sua conta vinculada (8%), nos termos do fundamentado. Custas inalteradas. **EMENTA:** Remessa de ofício. Limite da condenação. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a condenação imposta a ente público inferior a sessenta salários mínimos, que correspondem, atualmente, a R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). Este montante não será alcançado em se tratando de condenação restrita ao depósito do FGTS (8%) sobre a remuneração da autora, a qual correspondia, quando admitido, a pouco mais de um salário mínimo acrescido de 20%, e honorários assistenciais (15%). Inteligência do art. 475, o 2º, do CPC e Súmula nº 303-C. TST. 2. Multa do art. 22 da Lei nº. 8.036-90. A multa de vinte por cento de que dispõe o caput do art. 22 da Lei nº 8036-90 é devida ao obreiro quando o empregador não efetua os depósitos do FGTS ou os recolhe a destempo, sendo esta justamente a hipótese dos autos, onde o Município-réu parcelou o débito junto ao órgão gestor.

TRT-PR-00062-2004-660-09-00-7-ACO-00852-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: DIRCEU PINTO JUNIOR
Recorrente(s): VIRMAIR COLODEL
Recorrido(s): INSTITUTO DE SAUDE DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-MARCIO HENRIQUE MARTINS DE REZENDE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, mas NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, por incabível. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Custas inalteradas, isentas de recolhimento na forma do artigo 790-A, inciso I, da CLT, conforme redação introduzida pela Lei nº 10.537-02.

TRT-PR-00072-2004-660-09-00-2-ACO-00819-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Recorrente(s): EVONILDE SCHERER
Recorrido(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOAO ANTONIO PIMENTEL-JOSE ADRIANO MALAQUIAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA AUTORA e, por igual votação, NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, por incabível. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO para acrescer à condenação a multa do art. 22 da Lei nº 8.036-90, incidente sobre os depósitos a serem efetuados em sua conta vinculada (8%), nos termos do fundamentado. Custas inalteradas. **EMENTA:** Remessa de ofício. Limite da condenação. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a condenação imposta a ente público inferior a sessenta salários mínimos, que correspondem, atualmente, a R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). Este montante não será alcançado em se tratando de condenação restrita ao depósito do FGTS (8%) sobre a remuneração da autora, a qual correspondia, quando admitida, a pouco mais de um salário mínimo acrescido de 20%, e honorários assistenciais (15%). Inteligência do art. 475, o 2º, do CPC e Súmula nº 303-C. TST. 2. Multa do art. 22 da Lei nº. 8.036-90. A multa de vinte por cento de que dispõe o caput do art. 22 da Lei nº 8036-90 é devida ao obreiro quando o empregador não efetua os depósitos do FGTS ou os recolhe a destempo, sendo esta justamente a hipótese dos autos, onde o Município-réu parcelou o débito junto ao órgão gestor.

TRT-PR-00072-2004-669-09-00-0-ACO-00762-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): MARIA ANTONIA BENEVIDES RUELA
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO DAS RÉS. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) autorizar os descontos previdenciários e fiscais, os quais incidirão na forma da OJ 228 da SDI-1-TST; b) restringir os honorários assistenciais ao percentual de 15% sobre o valor da condenação; e c) determinar que a correção monetária, referente a salário em sentido estrito, incida a partir do mês seguinte ao da prestação do trabalho, observando-se, quanto às demais parcelas, a época em que se tornaram legalmente exigíveis. Custas inalteradas. **EMENTA:** ENQUADRAMENTO SINDICAL-FILIAÇÃO A SINDICATO DIVERSO DAQUELE FIRMOU CONVENÇÕES COLETIVAS TRAZIDAS AOS AUTOS-O enquadramento sindical não se dá segundo a vontade do empregador em aplicar uma ou outra convenção coletiva, nem pela condição fática de estar o empregado associado a um ou outro sindicato. O mesmo tem lugar, à luz dos artigos 511 e 570, da CLT, segundo a atividade preponderante do empregador. E este último dispositivo, contrariamente ao alegado pela parte ré, restou recepcionado pela Constituição Federal de 1988, conforme já decidiu o E. STF (RMS 21305).

TRT-PR-00088-2004-073-09-00-2-ACO-00726-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT IVAIPORÃ-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): DYEISON BATISTA DE OLIVEIRA
Recorrido(s): EDSON PINTO DE GODOY
ADVOGADO(S): MARCELO VIEIRA JUSTUS-SERGIO LUIZ CANDEO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO APRESENTADO PELO DEMANDANTE, bem como as correlatas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR-LHE PROVIMENTO, consoante os termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00133-2004-657-09-00-9-ACO-00853-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Agravante(s): RENATO GEFFER
Agravado(s):
D A MARQUES CONSTRUCOES LTDA-MUNICIPIO DE RIO BRANCO
DO SUL-EMPRESA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DE RIO
BRANCO DO SUL-EMPROSUL
ADVOGADO(S): JOAO AMADEU STRESSER DA SILVA-JOSE ARI NUNES-RITA DE CASSIA TENCZUK
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DA REMESSA DE OFÍCIO, em razão do contido na alínea "a" e "b", da Súmula nº 303 do C. TST. Custas isentas.

TRT-PR-00134-2004-657-09-00-3-ACO-00844-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Agravante(s): KETTY JULLY DOS SANTOS
Agravado(s):
D A MARQUES CONSTRUCOES LTDA-MUNICIPIO DE RIO BRANCO
DO SUL-EMPRESA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DE RIO
BRANCO DO SUL-EMPROSUL
ADVOGADO(S): JOAO AMADEU STRESSER DA SILVA-JOSE ARI NUNES-RITA DE CASSIA TENCZUK
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", por incabível, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** REMESSA "EX OFFICIO" – NÃO CONHECIMENTO – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 303 DO TST-É incabível a remessa necessária, quando a condenação for inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, por aplicação do disposto no Enunciado 303 do TST cuja redação toma por base o disposto no artigo 475, e parágrafos 2º e 3º, do CPC. As hipóteses destes parágrafos não guardam qualquer relação de interdependência entre si. Assim, também, não se conhece de remessa "ex officio" de causas cuja decisão estiver em consonância com o plenário do STF, Súmula do STF ou do TST, ou Orientação Jurisprudencial do TST, ainda que a condenação ultrapasse os 60 (sessenta) salários mínimos (o 3º do artigo 475 do CPC).

TRT-PR-00139-2004-660-09-00-9-ACO-00833-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA-REMESSA EX OFFICIO-MIGUEL CERINEU SOARES DE LIMA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-MARCIA GOMES GUIMARAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, assim como das contra-razões ofertadas. Por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO RECLAMADO. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, para determinar a incidência do índice de correção monetária pertinente ao débito trabalhista quanto aos depósitos do FGTS, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00149-2004-909-09-00-2-ACO-00558-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 24520-2004
EMBARGANTE APTUS TRABALHO TEMPORARIO LTDA E OUTROS
IMPETRANTE(s): APTUS TRABALHO TEMPORARIO LTDA
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ EM EXERCICIO NA 16ª VT DE CURITIBA-
LITISC: LEILA ROSSETO-LITISC.: MARLON EDNER CORDEIRO
ADVOGADO(S): RODRIGO GASPAR TEIXEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, EM NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00161-2004-668-09-00-0-ACO-00883-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT MARECHAL CANDIDO RONDON-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 23660-2004
Recorrente(s): IVANETE ILIANE FISCHER
Recorrido(s): SIGNORE CAMISARIA LTDA
ADVOGADO(S): NESTOR HARTMANN-OSCAR ESTANISLAU NASIHGIL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar que a reclamada comprove, no prazo de cinco dias, o depósito dos valores atrasados do FGTS decorrentes do contrato de trabalho do autor, sob pena de execução. Custas inalteradas. **EMENTA:** DESCONTOS FISCAIS – FORMA DE CÁLCULO – TOTALIDADE DOS RENDIMENTOS-O quantum a ser retido na fonte, a título de imposto de renda, deve ser calculado sobre o total dos rendimentos. Além disto, o imposto incidirá no mês do recebimento, na forma prevista no artigo 56 do Decreto n.º 3.000-1999.

TRT-PR-00164-2004-657-09-00-0-ACO-00878-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Agravante(s): LEYSE NARA DO ESPIRITO SANTO
Agravado(s):
EMPRESA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DE RIO BRANCO DO
SUL EMPROSUL-D A MARQUES MATERIAIS DE CONSTRUCOES
LTDA ME-MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL
ADVOGADO(S): EDITH OLGA PETSCH-JOAO AMADEU STRESSER DA SILVA-JOSE ARI NUNES-RITA DE CASSIA TENCZUK
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO ADMITIR A REMESSA DE OFÍCIO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00195-2004-094-09-00-1-ACO-00785-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT FRANCISCO BELTRÃO-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Recorrente(s): PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Recorrido(s): EDSON BATISTA
ADVOGADO(S): ARNI DEONILDO HALL-FLAVIA MARIA RAMOS BETTEGA-MARIANA PAULA MUNOZ ARRUDA-MAXIMILIANO NAGL GARCEZ-RUDEMAR TOFOLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, porque regularmente interpostos, bem como das contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) determinar a dedução previdenciária sobre a totalidade da condenação, sem juros de mora; b) determinar a dedução dos descontos fiscais sobre o total dos valores devidos ao reclamante, com a inclusão dos juros de mora; c) excluir da condenação a multa de 1% por embargos protelatórios. Custas na forma da lei. **EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO PROTELATÓRIO. Não vislumbro a conduta da reclamada como atentatória à dignidade da Justiça. No exercício do direito de ação a ré não formulou pretensões com ciência de que destituídas de fundamento, com intuito protelatório, tanto que o MM. Juízo prestou esclarecimentos sobre pontos não enfrentados no julgado. Multa excluída da condenação.

TRT-PR-00275-2004-909-09-40-1-ACO-00908-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): PAULO ROBERTO ESPINOLA LEINIG
Agravado(s): EXMO SR JUIZ Relator: DR LUIZ EDUARDO GUNTHER
ADVOGADO(S): CARLEDES ELIAS DO CARMO
DECISÃO: por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO ao agravo regimental, nos termos do fundamentado. **EMENTA:** Agravo regimental. Manutenção de indeferimento de liminar em mandado de segurança. Efeito suspensivo a recurso. Apenas o efeito devolutivo, ou seja, a confiança a um órgão ou tribunal diferente daquele que proferiu a decisão impugnada da competência para o reexame da causa, é ínsito aos recursos em geral, dentre os quais se inclui o agravo de petição. A postulação, pois, não tem sede em mandado de segurança, porque não se pode cogitar de violação de direito líquido e certo pelo fato de a lei prever efeito meramente devolutivo a recurso. Somente a cautelar, para assegurar o resultado útil do pronunciamento judicial de julgamento do agravo de petição, teria a aptidão de, em tese, conferir o efeito suspensivo.

TRT-PR-00327-2004-018-09-00-2-ACO-00749-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): MARCOS CESAR FERREIRA DA SILVA
Recorrido(s): FLORIPARK EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR-ADT PROJEKTO E ENGENHARIA LTDA-METROKOLETA SANEAMENTO E SERVICOS LTDA-AMBIENTAL VIGILANCIA LTDA
ADVOGADO(S): MARCELO PAGNAN ESCUDERO-MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA
DECISÃO: sem divergência de votos, ADMITIR O RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR e respectivas contra-razões. Conheço dos documentos de fls. 227-260, nos termos do Enunciado 8 do C. TST. No mérito, sem divergência de votos, DAR-LHE PROVIMENTO para, na forma da fundamentação, determinar a devolução dos autos ao Juízo de 1o Grau para designação de audiência inicial, prosseguindo-se conforme entender de direito. Custas ao final. **EMENTA:** INÉPCIA-EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO-PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE-TUMULTO PROCESSUAL-A teor do art. 842 da CLT, que trata da reclamação plúrima, são requisitos para o acúmulo de reclamações num só processo apenas a identidade de matéria e o mesmo empregador. Na hipótese vertente, o que pede o autor é o reconhecimento da existência de um único contrato de trabalho, mantido com a 1ª ré, nada obstante postule a responsabilização solidária-subsidiária das demais integrantes do pólo passivo. O caráter mais trabalhoso, por outro lado, da instrução processual, tendo em vista a faculdade de cada parte ouvir até três testemunhas (art. 821, da CLT), não legitima o Julgador a deixar de apreciar o mérito da postulação inicial relativa à unicidade contratual. Eventual dificuldade, no caso, não é sinônimo de "tumulto". Oportuno ponderar que ao Estado incumbe, através de seu poder jurisdicional, solucionar os conflitos de interesses, de forma a restabelecer a paz social. E a extinção do processo sem julgamento do mérito, pela simples dificuldade da instrução processual, não atende a esse fim, eis que permanecerá intacto o conflito de interesses relativo à caracterização, ou não, da alegada unicidade contratual.

TRT-PR-00335-2004-909-09-00-1-ACO-00797-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
IMPETRANTE(s): INEPAR S-A INDUSTRIA E CONSTRUCOES
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ TITULAR DA 1A. VT DE CURITIBA-
LITISC: IZABEL CRISTINA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ETIANE CALDAS GOMES KUSTER
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança e, no mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança, nos termos da fundamentação. As custas, calculadas com base no valor atribuído à ação (R$ 10.000,00), no importe de R$ 200,00, são dispensadas com base no art. 1º, I, combinado com o art. 3º, ambos da Portaria n.º 289, do Ministério da Fazenda, de 31.10.1997, com a redação atual dada pela Portaria n.º 248, também do Ministério da Fazenda, de 07.08.2000.

TRT-PR-00361-2004-909-09-00-0-ACO-00867-2005
Órgão Julgador: ÓRGÃO ESPECIAL
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA
IMPETRANTE(s): PEDRO RIBEIRO TAVARES
IMPETRADO(s):
LITISC: UNIAO-EXMO SR JUIZ PRESIDENTE DO TRT DA 9ª REGIÃO
ADVOGADO(S): LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO-LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE-ROBERTO STOLTZ
VINCULADO-00361-2004-909-09-40-4-
ADV.PROC.VINC: SIDNEI SOARES DI BACCO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança, rejeitando a preliminar argüida pela Exma. Autoridade impetrada. No mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança. Custas pelo impetrante, no importe de R$ 20,00, calculadas sobre o valor atribuído para a causa (R$ 1.000,00), dispensadas.

TRT-PR-00365-2004-660-09-00-0-ACO-00842-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): VERA LUCIA APARECIDA DIAS DA SILVA
Recorrido(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-SUELI MARIA ZDEBSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE, porém EM NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", por incabível. No mérito, por igual votação, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE, para determinar que sejam utilizados os índices de correção monetária constantes na tabela expedida pela Assessoria Econômica do E. TRT da 9ª Região, na forma da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-MULTA DE 20% DO FGTS-INDEVIDA-O art. 22, da Lei nº 8036-90, fixa multa ao empregador inadimplente ou em mora na obrigação de recolher o FGTS, não determinando, entretanto, que o pagamento seja efetuado diretamente ao trabalhador. A multa incorpora-se diretamente ao Fundo, e não a uma conta vinculada específica, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, alínea "d", do retromencionado artigo, incumbindo ao Ministério do Trabalho a sua cobrança através do INSS, nos termos do artigo 54, do Decreto 99.684-90. Recurso da reclamante a que se nega provimento.

TRT-PR-00374-2004-663-09-00-0-ACO-00836-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT

Agravante(s): LOURDES APARECIDA MOREIRA
Agravado(s):
CMTU COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZACAO-
MUNICIPIO DE LONDRINA
ADVOGADO(S): ANA LUCIA BOHMANN-DORIVAL CARDOSO-IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", nos termos do Enunciado n.º 303, alínea "a", do TST. Custas isentas.

TRT-PR-00385-2004-909-09-00-9-ACO-00792-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
IMPETRANTE(s): COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA VT DE CORNELIO PROCOPIO-
LITISC: ROBERTO CARLOS SOTILLE
ADVOGADO(S): SERGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança e, no mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança, nos termos da fundamentação. As custas, calculadas com base no valor atribuído à ação (R$ 176,55), no importe de R$ 35,31, são dispensadas com base no art. 1º, I, combinado com o art. 3º, ambos da Portaria n.º 289, do Ministério da Fazenda, de 31.10.1997, com a redação atual dada pela Portaria n.º 248, também do Ministério da Fazenda, de 07.08.2000.

TRT-PR-00390-2004-909-09-00-1-ACO-00793-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
IMPETRANTE(s): COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA VT DE CORNELIO PROCOPIO-
LITISC: JOSE CAMPOS RODRIGUES
ADVOGADO(S): SERGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança e, no mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança, nos termos da fundamentação. Custas, pela impetrante, no importe de R$ 1.341,40, calculadas com base no valor atribuído à ação (R$ 67.070,27).

TRT-PR-00415-2004-909-09-40-1-ACO-00824-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): MUNICIPIO DE PORECATU
Agravado(s): EXMO SR JUIZ Relator: DR NEY JOSE DE FREITAS
ADVOGADO(S): LANERÉUTON THEODORO MOREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00417-2004-909-09-00-6-ACO-00794-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
IMPETRANTE(s): LENITA TEIXEIRA
IMPETRADO(s):
LITISC: MARIA RITA SOARES-
LITISC: PAULO SERGIO NOGAS-EXMO SR JUIZ EM EXERCICIO NA 2A. VT DE CURITIBA-
LITISC: MARIA DE FATIMA CUSTODIO MACHADO-
LITISC: FABIOLA GISELE SOARES PICELLI-ME
ADVOGADO(S): MIRALVA APARECIDA MACHADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança. No mérito, por igual votação, CONCEDÊ-LA PARCIALMENTE, nos termos do despacho que concedeu a medida liminar, no sentido da liberação dos valores bloqueados que excedam o valor atualizado da execução e determinar que a autoridade apontada como coatora se abstenha de fazer determinações semelhantes, tudo nos termos da fundamentação. As custas, calculadas com base no valor atribuído à ação (R$ 1.000,00), no importe de R$ 20,00, são dispensadas com base no art. 1º, I, combinado com o art. 3º, ambos da Portaria n.º 289, do Ministério da Fazenda, de 31.10.1997, com a redação atual dada pela Portaria n.º 248, também do Ministério da Fazenda, de 07.08.2000.

TRT-PR-00426-2004-909-09-40-1-ACO-00791-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): VIACAO AEREA SAO PAULO S-A VASP
Agravado(s): EXMO SR JUIZ Relator: DR NEY JOSE DE FREITAS
ADVOGADO(S): REGIANE ANTUNES DEQUECHE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00428-2004-909-09-40-0-ACO-00796-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): NELSON MERICI
Agravado(s): EXMO SR JUIZ Relator: DR NEY JOSE DE FREITAS
ADVOGADO(S): CRISTIANE STALBAUM-HUGO EDUARDO GIUDICE PAZ-JOSE UMBERTO BRACCINI BASTOS-JULIO CESAR DE LIZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00535-2004-660-09-00-6-ACO-00877-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): VERA LUCIA APARECIDA DIAS DA SILVA
Agravado(s):
MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): CLOVIS AIRTON DE QUADROS-JOSE ADRIANO MALAQUIAS-VIRGINIA TONIOLO ZANDER
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO" em razão do valor da condenação não exceder o valor de 60 salários mínimos (art. 475, parágrafo 2o do CPC e Súmula 303 do E. TST), nos termos da fundamentação Custas na forma da lei.

TRT-PR-01539-2004-005-09-00-0-ACO-00764-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): ANTONIO GILBERTO SIDRAL
Recorrido(s): BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA
ADVOGADO(S): CLAUDIA WORMSBECKER BARUZZO-ELIONORA HARUMI TAKESHIRO-ISIONE STEENBOCK FIM-MARLY DE CASSIA MENESES FRANCA REGIANI
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO INTERPOSTO PELO AUTOR, bem assim as respectivas contra-razões. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** ACORDO HOMOLOGADO EM AÇÃO ANTERIOR SUJEITO À COISA JULGADA-DIFERENÇAS DE MULTA DO FGTS-EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 110-2001-AUSÊNCIA DE DIREITO NOVO: Homologado acordo sobre o qual se operou o instituto da coisa julgada, e no qual a parte deu expressa quitação sobre o FGTS e multa, o advento da LC 110-2001 não se constitui em fundamento jurídico válido ao afastamento da referida preliminar. De plano, porque não é gênese de direito novo, consoante entendimento pacificado nos Tribunais Superiores sobre a controvertida matéria. Ainda que, por mera hipótese, se entendesse que referida LC criara direito novo, isto implicaria sua inaplicabilidade ao caso concreto, vez que inviável seria sua retroatividade para alcançar o denominado ato jurídico perfeito. Vale dizer, qualquer que seja o entendimento que se adote quanto à LC 110-2001 constituir-se ou não em gênese de direito novo, sua aplicação a hipótese como a do caso vertente desembocaria em violação do mesmo dispositivo constitucional (artigo 5º, XXXVI), seja em atenção à coisa julgada, seja em atenção ao ato jurídico perfeito.

TRT-PR-06018-2004-909-09-00-9-ACO-00790-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
AUTOR(es): BENEDITA LEITE KUFNER
RÉU(s): BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ALCIDES RODRIGUES-ANA CAROLINA MULLER MOREIRA DE CARVALHO-INDALECIO GOMES NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, JULGAR IMPROCEDENTE a ação rescisória, nos termos da fundamentação. Custas dispensadas. **EMENTA:** AÇÃO RESCISÓRIA. PROVA FALSA. CONFISSÃO. INTERPRETAÇÃO. É polêmica a questão de saber se a ação rescisória fundada em falsidade da confissão pode ser manejada pelo próprio confitente. Pondere-se que não há razoabilidade em permitir que, depois de confessar, a parte venha a Juízo retratar-se para se beneficiar da falsidade a que ela própria deu causa. Há que se considerar, portanto, com respaldo em lições doutrinárias, que o correto é não incluir a confissão no conceito de prova falsa. De toda sorte, não procede ação rescisória ajuizada com esse fundamento quando, na verdade, a confissão não foi o único suporte probatório da sentença. Ação rescisória julgada improcedente.

TRT-PR-06022-2004-909-09-00-7-ACO-00902-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
AUTOR(es): JACQUEMIN & CIA LTDA
RÉU(s): JUAN JOSE MENDOZA
ADVOGADO(S): MARIA JACIRA PEREIRA-ZOROASTRO DO NASCIMENTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR o pedido, indeferindo honorários assistenciais, nos termos do fundamentado. Custas, pela autora, calculadas sobre o valor da causa, no importe de R$ 200,00 (duzentos reais). **EMENTA:** Ação rescisória. Adicional de Insalubridade. Base de incidência. Não se acolhe rescisória fundada em violação literal de lei (CPC, art. 485, V) se a matéria é de cunho certamente controvertido (Súmula 83 do C. TST e 343 do E. STF).

TRT-PR-06055-2004-909-09-00-7-ACO-00910-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
AUTOR(es): SONIA MARIA DAMBROSKI DO VALE
RÉU(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): CLOVIS AIRTON DE QUADROS-JOSE ADRIANO MALAQUIAS-VIRGINIA TONIOLO ZANDER
DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR o pedido, julgando extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do fundamentado. Custas, pela autora, dispensadas. **EMENTA:** Ação rescisória. Adicional de Insalubridade. Base de incidência. Súmulas 83 do C. TST e 343 do Excelso STF. Há evidente dissenso jurisprudencial a respeito da base de cálculo do adicional de insalubridade (se o salário mínimo, se a remuneração ou se o salário contratual), daí a incidência, em ação rescisória, das Súmulas nº 83 do C. TST e 343 do Excelso STF, a atrar a improcedência do pedido.

TRT-PR-06104-2004-909-09-40-6-ACO-00559-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 23452-2004
EMBARGANTE STANDARD LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA
Agravante(s): STANDARD LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA
Agravado(s): EXMO SR JUIZ Relator: DR NEY JOSE DE FREITAS
ADVOGADO(S): LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA-MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-06127-2004-909-09-40-0-ACO-00795-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): WILSON TOMAZ FOLLMANN
Agravado(s): EXMA SRA Juíza RELATORA DRA MARLENE TEREZINHA FUVERKI SUGUIMATSU
ADVOGADO(S): PATRICIA TOSTES POLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo regimental do autor, e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas do agravo regimental inexistentes, e, da extinção da ação rescisória já arbitradas pela decisão de fl. 13.

TRT-PR-11044-2004-909-09-40-3-ACO-00906-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS
Agravante(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agravado(s): EXMO SR JUIZ Relator: DR JOSE APARECIDO DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ANA LUIZA MANZOCHI-MAURICIO GOMES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o agravo regimental; no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Sem custas.

TRT-PR-11044-2004-909-09-00-9-ACO-00865-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: JOSE APARECIDO DOS SANTOS
AUTOR(ES)CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RÉU(s): ESTELA MARI NOGUEIRA CORDEIRO
ADVOGADO(S): ANA LUIZA MANZOCHI-ERNESTO TREVIZAN-MAURICIO GOMES DA SILVA
VINCULADO: 11044-2004-909-09-40-3(AG-00029-2004)
ADV.PROC.VINC: ANA LUIZA MANZOCHI
MAURICIO GOMES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR a ação cautelar; no mérito, por igual votação, REJEITAR a pretensão. Custas no importe de R$120,00, pela requerente, calculadas sobre o valor atribuído à causa (R$6.000,00).

TRT-PR-42001-2004-909-09-00-5-ACO-00868-2005
Órgão Julgador: ÓRGÃO ESPECIAL
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ CELSO NAPP
SUSCITANTE 10ª VT DE CURITIBA
SUSCITADO
8A. VT DE CURITIBA
ADVOGADO(S):
DECISÃO: por unanimidade de votos, DECLARAR a competência da MM. 8a VT Curitiba para prosseguimento até decisão final nos autos da Reclamatória Trabalhista 15660-2003.

TRT-PR-51039-2004-026-09-00-0-ACO-00893-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: VT UNIAO DA VITORIA-PR
Relator: JOSE APARECIDO DOS SANTOS
Recorrente(s): GILSON ANTONIO CARVALHO
Recorrido(s): COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL
ADVOGADO(S): AROLDO P GUEDES JUNIOR-DENISE CANOVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO; no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para conceder ao Autor os benefícios da justiça gratuita e determinar o processamento do recurso ordinário; por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR por intempestivo. Custas inalteradas, dispensadas em vista do reconhecimento dos benefícios da justiça gratuita.

TRT-PR-51062-2004-018-09-00-0-ACO-00666-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ALEX FERNANDO ALVES
Recorrido(s): COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZACAO CMTU-LD
ADVOGADO(S): FRANCISCO MANOEL DO COUTO FERNANDES-IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR e das contra-razões apresentadas e não conhecer do documento de fl. 483 (ata de audiência realizada em outro feito, em data de 29-03-04), eis que, nos termos da Súmula 8 do C. TST, a "juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença", o que não ocorre no presente caso. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO para: condenar a reclamada ao pagamento de diferenças salariais, além dos reflexos das mesmas em férias, acrescidas do terço, 13º salários e FGTS (8%); juros na forma do artigo 883 da CLT e índices de correção monetária observando, quanto aos salários, o mês subseqüente, no mais, a época de sua exigibilidade; autorizados os descontos fiscais e previdenciários; pelas razões expostas na fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "ADMISSIBILIDADE – admite-se o recurso, bem como as contra-razões, porque presentes os pressupostos legais. MÉRITO-1. Diferenças salariais-Recorre o Reclamante, que exerce a função de agente municipal, da decisão que rejeitou o pedido de diferenças salariais. Alega ter havido ofensa ao princípio constitucional da isonomia, eis que realiza as mesmas atividades dos agentes de trânsito e agentes de postura, além de não haver diferenças de tempo superior a dois anos no exercício da função. Entendeu o Julgador de primeiro grau ser inaplicável ao presente caso o princípio da isonomia, sendo que o reclamante submeteu-se às regras do concurso público que prestou, estando desde logo ciente de suas condições. Ademais, há diferenças de serviço superior a dois anos entre o autor e os paradigmas. Com razão o recorrente. O reclamante foi admitido pela reclamada em 14.04.2003, após aprovação em concurso público, para exercer as funções de Agente Municipal (fl. 11). A tese obreira ampara-se na afirmação de que, anteriormente à criação do cargo de "Agente Municipal", o trabalho de fiscalização era exercido de forma descentralizada pelos Agentes de Posturas e pelos Agentes de Trânsito, sendo que essas funções foram unificadas em maio de 2002 (fls. 18-21), por meio de atos administrativos do Diretor da Reclamada, de modo que o Agente de Posturas também passou a fiscalizar o trânsito e vice-versa, no que diz respeito ao Agente de Trânsito. Assim, afirma que desde a sua contratação a fiscalização das posturas e do trânsito é feita indistintamente pelos agentes municipais. Tendo em vista o fato de que a sua contratação ocorreu em 14-04-2003, não há diferença superior a dois anos na função. A reclamada alegou em defesa que a contratação do reclamante estava vinculada às regras do concurso público regulamentado pelo Edital nº 001-2002 (Processo Administrativo nº 62-2002), o que, segundo a mesma, inviabiliza a equiparação salarial postulada. Ademais, não teriam sido preenchidos os requisitos do art. 461 da CLT, eis que os paradigmas possuíam diferença superior a dois anos de tempo de serviço, além de existir vedação à equiparação no art. 37, XIII, da Constituição da República. Inicialmente, ressalte-se que a sociedade de economia mista (como o é a reclamada-fl. 63), ao contratar empregados sob o regime da CLT, equipara-se ao empregador privado, conforme disposto no artigo 173, o 1º, inciso II, da Constituição Federal. Assim, não lhe é aplicável a vedação à equiparação salarial prevista no artigo 37, inciso XIII, da Constituição Federal, a qual se destina aos servidores públicos stricto sensu, sendo possível a aplicação do artigo 461 da CLT. Compulsando-se a defesa, verifica-se que a reclamada não negou a identidade de funções, não tendo alegado a existência de diferença de produtividade ou perfeição técnica. É gratuita a afirmação da ré no sentido de que os agentes de trânsito não podem aplicar sanção (fl. 117). Assim, considerando-se que as funções dos paradigmas foram agregadas em maio de 2002 e que o autor foi contratado em abril de 2003, não existem diferenças de tempo de serviço na mesma função superior a dois anos. Destarte, configurados os requisitos do artigo 461 da CLT, aplica-se o tratamento isonômico em relação aos paradigmas indicados na exordial (fl. 06), com o pagamento das diferenças salariais daí decorrentes, parcelas vencidas e vincendas, eis que o contrato mantém-se em vigor. Ressalte-se que a submissão do contrato às regras constantes no edital do concurso não pode obstar a aplicação do referido preceito legal. Devidos também os reflexos das diferenças em férias, acrescidas do terço, 13º salários e FGTS (8%). Juros na forma do artigo 883 da CLT. Quanto aos índices de correção monetária deve ser observado, quanto aos salários, o mês subseqüente, no mais, a época de sua exigibilidade. Autorizados os descontos fiscais e previdenciários. Custas no mesmo valor, invertidas, pela reclamada. "

TRT-PR-51073-2004-654-09-00-3-ACO-00683-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): TRANSPIOTTO LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA-TP PECAS E SERVICOS LTDA
Recorrido(s): FABRICIO MILESKI
ADVOGADO(S): ANDRE CARNEIRO DE AZEVEDO-MARINA MANGINI
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RÉS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para excluir a condenação ao pagamento de horas extras pelo labor em domingo; pelas razões expostas na fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "ADMISSIBILIDADE – admite-se os recursos, porque presentes os pressupostos legais. MÉRITO – Responsabilidade solidária-Recorre a 2ª ré da responsabilização solidária que lhe foi imposta, alegando que a mesma somente é possível nas hipóteses de direção, controle ou administração de uma empresa por outra, o que não ocorre no presente caso, em que as rés apenas funcionam no mesmo local e possuem sócios com o mesmo sobrenome. Concluiu a julgadora "a quo" que as rés possuem uma mesma administração, pelo que reconheceu a existência de grupo econômico. Sem razão a recorrente. Conforme restou admitido pelas prepostas em audiência, as rés operam em conjunto, sendo inafastável a conclusão apresentada pela Juíza de primeiro grau. Com efeito, afirmou a preposta da 1ª ré (que anotou a CTPS do autor) que "as duas empresas rés funcionam no mesmo espaço físico (...) quando é necessário os empregados da primeira ré prestam serviços para a segunda ré; a depoente não sabe porque o reclamante apesar de registrado pela primeira ré prestava serviços para a segunda ré" (fl. 63). Já a preposta da 2ª ré alegou não saber se o reclamante prestava serviços para a mesma, além de confirmar que a administração das rés ocorre de forma conjunta. Assim, verifico que as próprias rés assumiram o exercício de suas atividades de forma conjunta, no mesmo local de trabalho e com o emprego de trabalhadores comuns, restando evidenciado o grupo econômico. Ressalte-se também o fato de as rés serem constituídas por sócios com mesmo sobrenome, reforçando a conclusão ora apresentada. Mantenho. 2. Jornada de trabalho (análise conjunta dada a identidade das alegações) – Postulam as rés seja a jornada do autor fixada de acordo com o depoimento da testemunha MANOEL, que não sejam computados na jornada os intervalos para lanche, bem como seja excluída a condenação referente a um domingo e um feriado, eis que não havia labor nestes dias. Atribuiu a julgadora maior valor ao depoimento da testemunha LUIS, reconheceu o labor em um domingo e em um feriado, bem como incluiu na jornada os intervalos para lanche. Com parcial razão as rés. Conforme bem salientado em sentença, a testemunha LUIS demonstrou possuir maior conhecimento acerca da jornada do reclamante, mesmo em não trabalhando na mesma sala, declarando em quais horários o mesmo laborava, além de almoçar e pegar carona com o autor, ao passo que a testemunha patronal demonstrou expressamente desconhecer os horários praticados pelo recla-

mante. Assim, deve ser mantida a jornada delimitada na decisão "a quo". Em relação aos intervalos para lanche, que eram concedidos além do intervalo legal para almoço, nada a alterar, uma vez que decorre de mera liberalidade das rés, não havendo embasamento legal ao pedido de exclusão dos mesmos da jornada. Quanto ao labor em um domingo e um feriado (1º de maio), a testemunha MANOEL nada declarou, tendo a testemunha LUIS afirmado que nunca trabalhou aos domingos, mas que o mesmo e o autor trabalharam no feriado de 1º de maio. Verifica-se, portanto, ter restado provado apenas o labor no feriado, mas não no domingo. Assim, reformo, para excluir a condenação ao pagamento de horas extras pelo labor em domingo. 3. Multa do art. 477 da CLT (análise conjunta dada a identidade das alegações) – Alegam as rés que as verbas rescisórias foram quitadas no prazo legal. Sem razão. As partes firmaram contrato de experiência, tendo sido promovida, pela 1ª ré, a rescisão antecipada do contrato, em 16-05-02 (fl. 24). Em não havendo aviso prévio, o pagamento deveria ocorrer até o décimo dia, contado da data da notificação da rescisão (art. 477, o 6º, 'b'^), fluindo o prazo em 26-05-02. Tendo em vista que o cheque utilizado para o pagamento das verbas rescisórias foi devolvido pela instituição bancária (em 28-05-02 e 03-06-02-fls. 28-29), verifica-se o descumprimento do prazo legal, devendo, portanto, ser mantida a condenação aplicada em primeiro grau. Mantenho. 4. FGTS (análise conjunta dada a identidade das alegações) – Por se tratar de verba acessória, em sendo mantida a condenação ao pagamento de horas extras, devido o FGTS incidente sobre as mesmas. Mantenho. Custas inalteradas. "

TRT-PR-51211-2004-662-09-00-9-ACO-00670-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Agravante(s): TERCIO BOSSONI EMBALAGENS
Agravado(s): VALERIA LINO DA SILVA
ADVOGADO(S): LUIS CARLOS DA FONSECA-RUBENS PINHEIRO DA SILVA
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "I – ADMISSIBILIDADE. Preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, CONHEÇO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA. II – MÉRITO. EMPREGADOR. PESSOA JURÍDICA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. Insurge-se a agravante contra a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau, que negou seguimento ao Recurso Ordinário interposto pela Ré. Entendeu o juízo monocrático que o Recurso Ordinário encontra-se deserto, posto que ausente o recolhimento de custas processuais e depósito recursal. Observou a MM.ª juíza de primeiro grau que não se aplica aos empregadores o disposto no art. 14, da lei n.º 5.584-70 (fl. 175). Contra esta decisão insurge-se a Reclamada. Afirma que, por força do princípio da isonomia, há de ser conferidos os mesmos benefícios da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica que comprove não possuir condições de arcar com as despesas processuais. Assim, requer a reforma da decisão original a fim de que seja conhecida e provida sua insurgência recursal. Sem razão. Inicialmente, ressalvo meu entendimento no sentido de que a concessão da justiça gratuita está subordinada à insuficiência econômica da parte, podendo ser beneficiários não somente o reclamante, como também o empregador pessoa física, conforme se extrai dos artigos 2º, o único, e 4º, caput, da Lei 1.060-50, que condicionam o deferimento do benefício à existência de prejuízo do sustento da parte ou da família. Porém, nesta isenção – mesmo em sendo o empregador uma pessoa física-não está compreendido o depósito recursal, pois, objetiva "a garantia do Juízo"! A questão, todavia, deve ser analisada à luz do entendimento majoritário desta C. Turma, no sentido de que o benefício da gratuidade pode ser estendido ao empregador, mesmo em se tratando de pessoa jurídica. Prevalece também a tese de que a assistência judiciária abrange não somente o recolhimento das custas, mas também o depósito recursal. No entanto, exige-se que, por se tratar de excepcionalidade, além da declaração de impossibilidade de recolhimento, deve a reclamada comprovar tal situação, o que não ocorre no presente caso. No caso, contudo, a Reclamada não comprovou sua situação financeira deficiente. Com efeito, a Ré limitou-se a acostar aos autos uma declaração de dificuldades econômicas e financeiras da empresa, assinada por seu titular (fl. 174). A declaração em tela, diversamente do que ocorre com relação aos obreiros, não basta para gerar a presunção de deficiência econômica da empresa, eis que, tratando-se de medida de caráter excepcional, incumbia a Ré demonstrar concretamente a situação de penúria da empresa, encargo do qual não se desincumbiu. Frise-se que o direito de recorrer não resta desrespeitado por este entendimento, sendo apenas que cabe à parte recorrente preencher os requisitos legais, dentre eles, o de proceder ao depósito recursal e o recolhimento das custas. A previsão de realização de depósito recursal não se revela inconstitucional, existindo, inclusive, expressa manifestação do E. Supremo Tribunal Federal neste sentido, conforme Acórdão da lavra do Min. Rezek, 836-6-1993 e ADIn 884-6-DF. Não há, tampouco, infração ao princípio da isonomia posto que admite-se a possibilidade de sua concessão, conquanto que seja comprovada a situação deficitária da empresa, o que não ocorreu no presente feito. Mantenho. Custas inalteradas. "

TRT-PR-51256-2004-095-09-00-5-ACO-00677-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): ITAIPU BINACIONAL-ITAMON CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
Recorrido(s): JOAQUIM FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-MARIANNE SILVA MALVEZZI-NESTOR APARECIDO MALVEZZI-ZOROASTRO DO NASCIMENTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA ITAIPU e das contra-razões do reclamante; por igual votação, ACOLHER A PRELIMINAR DE DESERÇÃO suscitada em contra-razões e NÃO CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA ITAMON. Deixou a reclamada de proceder o depósito recursal e efetuar o pagamento das custas. Nem se diga que o depósito recursal e custas efetuado pela Itaipu lhe aproveita, na medida em que há pedido de exclusão desta ré da lide, ao argumento de que é parte ilegítima. O eventual acolhimento da pretensão recursal, importaria na devolução dos valores, permanecendo a reclamada Itamon no pólo passivo, sem, no entanto, estar garantido o juízo. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA ITAIPU para declarar a prescrição total do direito de ação do reclamante, extinguindo o feito com o julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, IV, do CPC, pelos seguintes fundamentos: 1 – Incompetência absoluta. Ilegitimidade Passiva: não tem razão de ser a pretensão da reclamada, pois a lide deriva da relação de emprego havida entre empregado e empregador. Inexiste ofensa a qualquer princípio constitucional o reconhecimento, por esta Justiça do Trabalho, de diferenças à multa de 40%, derivada de dispensa imotivada, cuja parcela é de responsabilidade exclusiva do empregador que pratica essa modalidade de rescisão-art. 18 da Lei n. 8.036-90. A ilegitimidade de parte suscitada não pode ser acolhida, pois a reclamada é parte legítima para figurar no pólo passivo da relação jurídica, pois nítido que há situação jurídica que as vincula ao autor. É certo que a Caixa Econômica Federal é a responsável pela atualização monetária e capitalização dos valores depositados, porém, é de responsabilidade do empregador o pagamento sobre os valores atualizados e capitalizados pela CEF e eventuais diferenças. Mantenho. 2 – Prescrição total: regra geral, configura-se a lesão do direito às diferenças da multa do FGTS, a partir do momento em que a verba se tornou exigível, vale dizer, com a edição da Lei Complementar 110, de 29.06.2001, publicada em 30.06.2001, que impôs créditos de complementos de atualização monetária nas contas vinculadas do FGTS (art.4º do referido diploma legal), sobre os saldos das contas mantidas no período de 01.12.88 a 28.02.89 e durante o mês de abril de 1990. Portanto, uma vez inexistente o direito em questão por ocasião da resilição contratual (15.10.90 – fl. 14), a prescrição em tela deveria ser contada da data em que ocorreu a lesão, ou seja, a partir de 30.06.2001, data da publicação da Lei Complementar em tela. Nesse sentido a orientação jurisprudencial nº 344 do E. TST. Argüida a prescrição e, na conformidade com o disposto no artigo 459, parágrafo único, da CLT e do inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal, caso fosse observada a data do ajuizamento da ação, qual seja, 29.1.2004 (fl. 03), verificar-se-ia, efetivamente, a prescrição alegada pela ré, porquanto o prazo limite para que fosse proposta a reclamatória teria se exaurido em 30.06.2003. A edição da referida Lei Complementar se deu especialmente em função de repetidas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal que determinaram a recomposição dos montantes do FGTS depositados em conta vinculada, decisões estas provenientes de ações próprias ajuizadas contra o gestor do FGTS (CEF) que forneciam a seus autores o direito que postulavam. Tais decisões surtiam efeitos apenas entre as partes, não tendo o condão de restaurar indistintamente todas as lesões perpetradas. A fim de se proteger os demais trabalhadores, que não integraram o pólo ativo destas ações específicas, foi editada a Lei Complementar 110-2001. Em face de expurgos inflacionários cabe ressaltar que o o1º do art.18 da Lei 8036-90 assegurou a indenização de 40% sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente, acrescidos dos respectivos juros, na hipótese de rescisão contratual por parte do empregador. No caso, a relação jurídica entre o autor e o empregador é distinta daquela entre autor e o agente operador (Caixa Econômica Federal). A decisão daquela, incidentalmente, no processo do trabalho, independe de ação do trabalhador em face da CEF e, portanto, eventual ação intentada em face da CEF não interrompe a prescrição, sendo irrelevante, portanto, a data do transito em julgado da decisão. Não há, pois, que se falar em prescrição trintenária da diferenças do FGTS. Ressalte-se, por fim, que a alegação posta na exordial de que o autor teria ajuizado reclamatória trabalhista anterior, que foi extinta sem julgamento do mérito, interrompendo a prescrição, além de não comprovada, a matéria não foi apreciada na r. decisão de primeiro, o que afasta a possibilidade de análise por este E. Tribunal. Do exposto, cumpre extinguir o processo com julgamento de mérito, face a prescrição (art. 269, IV, CPC), excluindo da condenação as diferenças da multa de 40% do FGTS e os honorários advocatícios, restando prejudicada a análise da responsabilidade subsidiária da segunda Reclamada. Reformo, nesses termos. 3-Assistência Judiciária Gratuita: a Lei n.º 1.060-50, estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. E o parágrafo único do art. 2º de referida lei define necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Na inicial, o autor declarou sua miserabilidade (fl. 11), o que se mostra suficiente, nos termos da lei 7115-83. Mantenho. Custas pelo reclamante, de R$ 11,21, calculadas sobre o valor da causa (R$ 560,89), dispensadas.

TRT-PR-51294-2004-096-09-00-4-ACO-00679-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT GUARAPUAVA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): JOAO CARLOS DE ALMEIDA
Recorrido(s): INDUSTRIAS ANDRADE LATORRE S-A
ADVOGADO(S): MARCOS CESAR DAS CHAGAS LIMA-MARIA LUIZA ALCANTARA SGUARIO
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO, eis que presentes os pressupostos legais de admissibilidade. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para reconhecer a aplicabilidade das Convenções Coletivas de Trabalho juntadas com a inicial (fls. 14-38); condenar a ré ao pagamento das diferenças salariais, considerando-se o valor recebido e o piso da categoria profissional constante nas CCT´s referidas; condenar a ré ao pagamento da multa convencional, nos termos da fundamentação da Exma. Juíza Relatora, a seguir: "ENQUADRAMENTO SINDICAL: Inicialmente ressalvo meu entendimento no viés de que a atividade desempenhada pelo autor não pode ser considerada como categoria diferenciada. Incontroverso que o obreiro dirigia caminhão toco, por meio do qual realizava o transporte das toras retiradas da fazenda da ré. O autor não laborava no ramo de transporte rodoviário, no qual o transporte se insere na atividade fim da empresa. No entanto, a Douta maioria desta E. Segunda Turma entendeu pelo acolhimento da tese do Exmo. Juiz Revisor, no que fico vencida, pela qual não há como concluir se o autor laborava apenas internamente, motivo pelo qual, em razão de que a categoria dos motoristas é categoria diferenciada, deve ter tratamento normativo a partir do respectivo instrumento juntado com a inicial. Sustentam a aplicabilidade destes instrumentos, em razão da condição de motorista desfrutada pelo autor e, desse modo, negar-lhe o direito posto naquelas convenções seria declarar a qualidade de profissional diferenciado, sem adicionar-lhe qualquer benefício remuneratório. Sublinham que o fato de a ré não figurar como signatária, através do ente patronal correspondente, não altera o entendimento acerca de serem devidas as diferenças, pois lhe cumpria trazer instrumento adequado à categoria diferenciada, na medida em que se dispôs a servir-se do trabalho de um motorista. Embora vencida, registro o decidido pela honrosa maioria dos meus pares. DIFERENÇAS SALARIAIS: Em razão da aplicabilidade das CCT´s juntadas com a inicial, persistem diferenças salariais em prol do obreiro, em razão de que não restou observado o piso da categoria. Devido também repercussão das diferenças em férias (+1-3); aviso prévio; trezenos; FGTS (+40%). MULTA CONVENCIONAL: Em razão do descumprimento das CCT´s da categoria, devido o pagamento da multa convencional previsto nos instrumentos normativos juntados com a inicial. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DE 12 MESES: O autor alega que desde 30.06.2004 esteve em tratamento médico, sendo que no dia 07.07.2004 sentiu-se mal no emprego, tendo se afastado por 15 dias para repouso. Disse que foi sumariamente dispensado, mesmo estando em tratamento. Há prova de que o autor se encontrava doente á época da dispensa. O atestado médico de fl. 11 demonstra que o autor vinha "realizando acompanhamento psiquiátrico desde 30.06.2003, estando no momento inapto ao trabalho". Esse atestado, datado de 19.08.2003 comprova que efetivamente o autor estava em tratamento médico quando da sua dispensa. Vide que todos os atestados juntados pelo autor são de períodos logo posteriores ao término do contrato, o que demonstra, em última análise, que o autor vinha sofrendo de mal que o acometia desde a época da vigência contratual. Cito, por exemplo, o período de 25.07.2003 a 03.08.2003, no qual o obreiro permaneceu internado. Há também prova de que o autor ficou afastado do trabalho por 30 (trinta) dias em razão da doença, conforma consta à fl. 10. Certo que não houve emissão da CAT, nem há prova de que a doença tenha sido causada em razão do trabalho, ou seja, não há nexo causal da doença em relação à atividade laboral desenvolvida, neste passo, vencida eu mais uma vez, a Douta maioria desta Turma sustenta não ser cabível a pretensão de reconhecimento da estabilidade de 12 meses prevista na Lei 8.212-91, que decorre tão somente do acidente de trabalho e da doença do trabalho, vale dizer, com nexo causal referente ao labor desenvolvido. Todavia, por outro lado não se pode admitir a dispensa sem justa causa nas condições em que se encontrava o autor. Trata-se de dispensa discriminatória, em razão de que o autor estava em tratamento de saúde. É uma exigência legal, prevista no artigo 168 da CLT, que a dispensa pressupõe empregado saudável. O documento de fl. 72 soa em desacordo com o histórico apresentado pelo autor, conforme demais atestados trazidos com a inicial e até mesmo com o documento de fl. 71, este acompanhando a defesa. Assim nos manifestamos, posto que é de conhecimento do homem médio não serem de fácil e célere recuperação os transtornos psiquiátricos. No entanto, no caso dos autos não há pedido de reintegração, mas tão somente de pagamento de indenização com fundamento na tese da existência de garantia no emprego por 12 meses amparada na Lei nº 8.212-91. Neste passo, rejeito o pedido. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: determino incidência da correção monetária, quanto aos salários, no mês subseqüente ao trabalhado. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS: determino os descontos previdenciários, calculados mês a mês, no que se refere à cota do empregado (a cota do empregador será por ele suportada), devendo ser observadas as épocas e tabelas próprias, os respectivos limites de contribuição, e a incidência sobre as verbas próprias, assim consideradas o principal corrigido monetariamente, excluídas parcelas de cunho indenizatório (STF, ADIN 1659-8, Lei 9.528-97 e Lei 8.212-91, art. 22. o 2º e alínea "b" do art. 28). Determino os descontos fiscais, apurados de uma só vez (regime de caixa – art. 55, XIV do Decreto 3.000-99 e art. 46 da Lei 8.542-92), observando-se, ainda, nos cálculos de liquidação, que os descontos não incidirão sobre as verbas indenizatórias, sobre os valores relativos ao FGTS, e parcelas previdenciárias (Lei 8.541-92, art. 46, parágrafo 2º e Lei 7.713-88, art. 6º, inciso V). Os juros moratórios não são excluídos. Custas inalteradas. "

TRT-PR-51350-2004-071-09-00-4-ACO-00684-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): JAIR NICOLAO
Recorrido(s): FUSOPAR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PARAFUSOS LTDA
ADVOGADO(S): CARLOS WALTER MOREIRA-CLEANDRO DA SILVA PADILHA-FIDELCINO TOLENTINO
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO para entender que a ausência injustificada da ré à audiência realizada implicou na sua confissão quanto à matéria de fato e para acolher a pretensão recursal relativa ao valor do salário pactuado e fixar a remuneração do autor em R$2.000,00 mensais, nos termos da fundamentação o Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "ADMISSIBILIDADE – Admite-se o recurso ordinário da parte autora, bem como as contra-razões, porque presentes os requisitos de admissibilidade. MÉRITO-RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE-1. Ausência de representação processual – preposto não empregado – Insurge-se o autor contra a r. decisão que entendeu desnecessário que o preposto fosse empregado do reclamado. Pretende a alteração da sentença nesse aspecto e em relação ao reconhecimento de que o salário pactuado importou em R$2.000,00. Assiste-lhe razão. Em conformidade com o entendimento majoritário desta 2ª Turma, em relação ao qual ressalvo posicionamento em sentido diverso, bem como em conformidade com o que dispõe a Orientação Jurisprudencial nº 99 do TST, exige-se a condição de empregado do preposto do empregador para que se tenha como válida a representação processual, exceto quanto ao empregador doméstico. No caso em análise, o preposto da reclamada afirmou em seu depoimento "que não é funcionário da reclamada, mas sim representante comercial" (fl. 45), razão pela qual reforma-se a decisão recorrida para se entender pela ausência injustificada da ré à audiência realizada, bem como pela sua confissão quanto à matéria de fato. Em conseqüência, acolhe-se também a pretensão recursal relativa ao valor do salário pactuado, para fixar a remuneração do autor no importe médio de R$2.000,00 mensais, conforme aduzido na inicial. Custas acrescidas sobre o valor arbitrado de R$4.000,00, no importe de R$80,00. "

TRT-PR-51354-2004-012-09-00-5-ACO-00519-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
EMBARGADO V. Acordão n. 25126-2004
EMBARGANTE SILMARA PRESTES DE OLIVEIRA
Recorrente(s): SILMARA PRESTES DE OLIVEIRA
Recorrido(s): RESTAURANTE ENGENHO DO SABOR LTDA
ADVOGADO(S): GUILHERME PEZZI NETO-KAROLINE LORENZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, sanar o erro material apontado e deferir a reclamante o pagamento do 13º salário, férias + 1-3 e FGTS + multa.

TRT-PR-51486-2004-069-09-00-8-ACO-00685-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): JEFFERSON RAIN
Recorrido(s): EMPRESA PIONEIRA DE TRANSPORTES LTDA.
ADVOGADO(S): CARLOS WALTER MOREIRA-JOAQUIM PEREIRA ALVES JUNIOR
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, concedendo ao Autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Márcio Dionísio Gapski (Relator), a seguir: "1. ADMISSIBILIDADE. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ISENÇÃO DE CUSTAS. A MM.ª juíza de primeira instância indeferiu a pretensão obreira, condenado o Reclamante a recolher as custas processuais, no importe de R$71,08, calculadas sobre o valor atribuído à causa pelo Reclamante. Contra tal decisão insurge-se o Reclamante, justificando a ausência do recolhimento das custas processuais em sua insurgência recursal por não dispor de condições financeiras para arcar com a referida importância sem prejuízo próprio ou de sua família. Apresentou juntamente com suas razões recursais uma declaração própria, em que alega trata-se de pessoa pobre, na acepção jurídica do termo (fl. 85). Merece acolhimento a insurgência recursal neste ponto. Para que o obreiro faça jus à justiça gratuita, nos termos da Lei n. 1.060-50, art. 4º, parágrafo 1º^, com redação dada pela Lei n. 7.510-86, basta que alegue não dispor de recursos próprios que lhe permitam suportar os ônus financeiros do processo judicial, para que lhe seja concedido, a qualquer tempo, o benefício da justiça gratuita. O benefício atinge também os honorários advocatícios, quando o empregado está assistido pelo sindicato de sua categoria profissional (Lei 5.584-70). As dificuldades financeiras do empregado não podem impedir o acesso ao Poder Judiciário (artigo 4º, da Lei 1060-50, e art. 5º, inciso XXXIV e XXXV, da Constituição Federal^). Apesar de não ter sido formulado pedido na exordial, a lei 1.060-50 autoriza a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, pedido que pode ser formulado a qualquer tempo, mesmo em razões recursais, desde que acompanhado da imprescindível declaração de pobreza. Preenchido, no presente caso, os requisitos para a concessão da Justiça Gratuita, merece provimento o apelo obreiro. Assim, defiro ao Reclamante os benefícios da assistência judiciária gratuita, dispensando-o do recolhimento de custas processuais. Preenchidos os requisitos legais de admissibilidade, CONHEÇO DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE. 2. MÉRITO. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. JUSTA CAUSA. O Autor afirmou, na exordial, que fora contratado pela Reclamada em 06-02-2000, para exercer a função de guariteiro de terminal, na qual permaneceu até 17-06-2004, quando foi dispensado por justa causa. Alegou o Autor que não cometeu nenhuma falta que justificasse a punição aplicada pela empresa, motivo pelo qual pleiteou a reversão da justa causa e o pagamento das verbas rescisórias oriundas da extinção do contrato de trabalho sem justa causa. A Reclamada contestou a alegação obreira, observando que o mesmo praticou, durante o curso da contratualidade, diversas infrações disciplinares, que foram punidas de acordo com a gravidade do caso, até culminar na dispensa por justa caso, face a ato de indisciplina, insubordinação e descumprimento das normas gerais da empresa cometido pelo Reclamante. O juízo de primeira instância entendeu caracterizada a indisciplina habitual do Reclamante em face das normas gerais da empresa, razão pela qual manteve a justa causa aplicada pela Reclamada (fls. 75-76). Contra tal decisão insurge-se o Reclamante. Alega que o motivo da sua dispensa é insubsistente, não sendo grave o suficiente para caracterizar a justa causa aplicada pela Reclamada, além de já ter sido punido com advertência pela mesma falta. Importa, portanto, verificar-se o pano de fundo fático da questão. O Autor não reconheceu, na exordial, a prática de qualquer falta grave que justificasse a dispensa sem justa causa. A Reclamada, em sua contestação, alegou a existência de prática contumaz de indisciplina por parte do Reclamante. Elencou, em sua defesa, prática de 06 faltas sucessivas no emprego, em um período de pouco mais de dois anos: 1) não aceitação de vale-transporte ofertado pela empresa; 2) ter interrompido o trajeto do ônibus para comprar pão de queijo em uma panificadora; 3) ter faltado ao trabalho sem justificativa; 4) recusa em fazer o cancelamento dos vales-transporte na época de prestação de contas; 5) ausência de comparecimento à escala da empresa e 6) descumprimento das normas protocolares relativas à utilização de uniforme e ofensas dirigidas as outros empregados (fls. 21-22). A Ré frisou que pelas cinco primeiras faltas o obreiro foi punido com advertência ou suspensão, culminando, a última falta, com a dispensa por justa causa. As faltas alegadas

pela Reclamada e a respectiva punição encontram-se devidamente documentadas nos autos, como se constata dos relatórios e avisos acostados aos autos em fls. 51-64. O Autor limitou-se, em sua impugnação aos documentos, a discordar da informação contida nos mesmos, não produzindo, contudo, qualquer prova em sentido contrário, motivo pelo qual tem-se que as informações constantes do mesmo refletem a realidade laboral. Saliente-se, aliás, que o próprio Reclamante reconheceu, em seu depoimento pessoal, a veracidade das informações constantes em diversas das punições recebidas (fl. 17). A testemunha da Reclamada, Aramis Reis, envolvido no incidente que culminou com a dispensa do obreira, afirmou que o obreiro havia comparecido sem o uniforme da empresa, calçando sapatos de cor diversa à constante no manual da empresa, bem como vestindo camiseta sem o uniforme com o logotipo da Reclamada, motivo pelo qual o depoente informou ao Reclamante que não poderia trabalhar naquele dia. Sustentou a testemunha em questão que o Autor, então, desandou a proferir palavrões de baixíssimo nível, confirmando as alegações patronais e do preposto da empresa. Não há dúvida, no caso em tela, que o fato isolado em questão não bastaria para ensejar a dispensa por justa causa, ante a desproporcionalidade da infração e da penalidade imposta pela empresa. Entretanto, como bem observou a MM.ª juíza de origem, em sua r. sentença, não se pode compreender tal infração isoladamente, mas apenas dentro do contexto da série de infrações às normas gerais da empresa cometidas no passado pelo obreiro. Nesse sentido, constata-se que a desobediência do empregado aos preceitos que regulam a prestação do seu serviço era contumaz, revelando insubordinação às ordens diretas da chefia e a indisciplina às regras gerais impostas pela empresa, o que, sem dúvida, compõe um quadro fático que culminou na dispensa do obreiro por justa causa. Não se pode acolher a tese do Reclamante de que houve dupla punição no caso em questão, eis que o obreiro foi meramente informado pelo seu supervisor que não poderia trabalhar da forma como se apresentara. Saliente-se que os próprios relatórios preenchidos pelo supervisor (e.g. fl. 66) revelam que o mesmo não possuía poderes de punição aos empregados, meramente relatando os fatos para a diretoria, solicitando providências. Não se pode, no caso, coadunar-se com a prática habitual de indisciplina às regras da empresa, às quais o empregado adere ao ser contratado, tampouco admitir-se que o empregado aja, no ambiente de trabalho, com desrespeito a seus colegas de labor, faltando com a civilidade e urbanidade que se espera das relações humanas, mormente no ambiente profissional. Correta a decisão de origem. Mantenho. Custas dispensadas. ”

TRT-PR-51487-2004-658-09-00-8-ACO-00681-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): GERALDO DE ANDRADE
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-ITAMON CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-NESTOR APARECIDO MALVEZZI-ZOROASTRO DO NASCIMENTO
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO da parte autora. Recolocado o processo em julgamento, no mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, pelas razões expostas na fundamentação do Exmo. Juiz Relator, a seguir: “ADMISSIBILIDADE – admite-se o recurso, bem como as contra-razões apresentadas pela Itaipu, porque presentes os pressupostos legais. Preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, em razão da matéria – Matéria de ordem pública, argüida em contra – razões, pela reclamada Itaipu Binacional (fl. 164). Rejeita-se. Tratando-se a discussão de pleito relativo a diferenças da multa do FGTS, verba decorrente da extinção do vínculo de emprego, detém competência esta Justiça Especializada para a apreciação da matéria, de acordo com o que dispõe o art. 114 da Constituição Federal. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. 1. Prescrição. O MM. Juízo de origem, acolhendo a prescrição, extinguiu o processo, com julgamento do mérito, na forma do Artigo 269,IV, do CPC (sentença, fl. 144), tendo-se por improcedente a reclamatória. Considerou ele, para o prazo prescricional, a edição da Lei Complementar 110, de 29.06.01. Merece manutenção a r. sentença. O prazo prescricional quanto às diferenças da multa do FGTS decorrentes da correção monetária prevista nos Planos Econômicos tem como marco a data da publicação da Lei Complementar nº 110-2001^, em 30-06-2001. Assim, aliás, decidiu o E. Tribunal Pleno deste Regional, quando do exame de incidente intramuros para compor divergência, reconhecendo o interesse público na assunção de competência acerca da matéria, nos termos do art. 55, I do Regimento Interno, conforme Certidão de Julgamento no processoTRT-PR 51068-2004-658-09-00-6 (ROPS 01436-2004), de 25.10.2004. A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, reconheceu as lesões praticadas e estabeleceu os índices devidos. Somente com a mesma restou reconhecido, pelo legislador, o direito dos trabalhadores à correção do FGTS pelos expurgos inflacionários relativos aos planos econômicos denominados “Collor I” e “Verão”. Ressalte-se, então, que o direito de ação, para os empregados dispensados anteriormente à égide da referida norma foi renovado, iniciando a fluência do prazo prescricional a partir da data da sua publicação. Apenas para os empregados dispensados após 30-06-01 o prazo inicia a contagem com o pagamento das verbas rescisórias. Tal entendimento encontra-se em consonância com a teoria da actio nata, adotado expressamente pelo Código Civil de 2002 (artigo 189^), no sentido de que o prazo inicia-se com o reconhecimento da violação do direito. Portanto, quando do ajuizamento da reclamatória em 20.02.2004, já transcorrera o biênio prescricional. Mantenho a r. sentença. Com a improcedência do principal, prejudicado o exame tanto da pretensão recursal de honorários assistenciais como das preliminares trazidas em contra-razões, pela empresa reclamada Itaipu Binacional, referentes a solidariedade-subsidiariedade, ilegitimidade de parte e compensação. Custas inalteradas. ”

TRT-PR-51555-2004-007-09-00-7-ACO-00513-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 21388-2004
EMBARGANTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): ROSANGELA PESTANA SANT’ANA
ADVOGADO(S): EDNA TEREZINHA DEBASTIANI DIAS-GUILHERME KIRTSCHIG-MAURICIO GOMES DA SILVA-NELSON RAMOS KUSTER
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do Exmo. Juiz Relator, a seguir: “ ADMISSIBILIDADE-Tempestivamente interpostos, conheço dos embargos de declaração apresentados. MÉRITO-Questiona a embargante se o acórdão prolatado, ao rejeitar a preliminar de coisa julgada trazida pela mesma, tendo em vista a adesão da reclamante ao PADV, não afrontou a ordem pública. Sem razão. Conforme se depreende da decisão atacada, houve adoção de tese explícita a respeito da matéria (item 03, fl. 156), concluindo-se, expressamente, que “a adesão ao programa de demissão incentivada não representa total quitação em relação ao contrato de trabalho” e que “o efeito liberatório da quitação passada pelo empregado restringe-se aos valores consignados no recibo e não às parcelas referidas”. A apreciação da matéria, inclusive, se deu com expressa menção a dispositivos legais trazidos pela embargante em contestação. Destarte, não há que se falar em prequestionamento. Rejeito. ”

TRT-PR-51663-2004-095-09-00-2-ACO-00678-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): ITAMON CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA-ITAIPU BINACIONAL
Recorrido(s): OLIVAL MAZINE
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-MARIANNE SILVA MALVEZZI-NESTOR APARECIDO MALVEZZI-ZOROASTRO DO NASCIMENTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA ITAIPU e das contra-razões do reclamante; por igual votação, ACOLHER A PRELIMINAR DE DESERÇÃO suscitada em contra-razões e NÃO CONHECER DO RECURSO DA RECLAMADA ITAMON. Deixou a reclamada de proceder o depósito recursal e efetuar o pagamento das custas. Nem se diga que o depósito recursal e custas efetuado pela Itaipu lhe aproveita, na medida em que há pedido de exclusão desta ré da lide, ao argumento de que é parte ilegítima. O eventual acolhimento da pretensão recursal, importaria na devolução dos valores, permanecendo a reclamada Itamon no pólo passivo, sem, no entanto, estar garantido o juízo. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA ITAIPU para declarar a prescrição total do direito de ação do reclamante, extinguindo o feito com o julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, IV, do CPC, pelos seguintes fundamentos: 1 – Incompetência absoluta. Ilegitimidade Passiva: não tem razão de ser a pretensão da reclamada, pois a lide deriva da relação de emprego havida entre empregado e empregador. Inexiste ofensa a qualquer princípio constitucional o reconhecimento, por esta Justiça do Trabalho, de diferenças à multa de 40%, derivada de dispensa imotivada, cuja parcela é de responsabilidade exclusiva do empregador que pratica essa modalidade de rescisão-art. 18 da Lei n. 8.036-90. A ilegitimidade de parte suscitada não pode ser acolhida, pois a reclamada é parte legítima para figurar no pólo passivo da relação jurídica, pois nítido que há situação jurídica que as vincula ao autor. É certo que a Caixa Econômica Federal é a responsável pela atualização monetária e capitalização dos valores depositados, porém, é de responsabilidade do empregador o pagamento sobre os valores atualizados e capitalizados pela CEF e eventuais diferenças. Mantenho. 2 – Prescrição total: regra geral, configura-se a lesão do direito às diferenças da multa do FGTS, a partir do momento em que a verba se tornou exigível, vale dizer, com a edição da Lei Complementar 110, de 29.06.2001, publicada em 30.06.2001, que impôs créditos de complementos de atualização monetária nas contas vinculadas do FGTS (art.4º do referido diploma legal), sobre os saldos das contas mantidas no período de 01.12.88 a 28.02.89 e durante o mês de abril de 1990. Portanto, uma vez inexistente o direito em questão por ocasião da resilição contratual (28.4.94 – fl. 12v), a prescrição em tela deveria ser contada da data em que ocorreu a lesão, ou seja, a partir de 30.06.2001, data da publicação da Lei Complementar em tela. Argüida a prescrição e, na conformidade com o disposto no artigo 459, parágrafo único, da CLT e do inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal, caso fosse observada a data do ajuizamento da ação, qual seja, 22-3-2004 (fl. 03), verificar-se-ia, efetivamente, a prescrição alegada pelos réus, porquanto o prazo limite para que fosse proposta a reclamatória teria se exaurido em 30.06.2003. A edição da referida Lei Complementar se deu especialmente em função de repetidas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal que determinaram a recomposição dos montantes do FGTS depositados em conta vinculada, decisões estas provenientes de ações próprias ajuizadas contra o gestor do FGTS (CEF) que forneciam a seus autores o direito que postulavam. Tais decisões surtiam efeitos apenas entre as partes, não tendo o condão de restaurar indistintamente todas as lesões perpetradas. A fim de se proteger os demais trabalhadores, que não integraram o pólo ativo destas ações específicas, foi editada a Lei Complementar 110-2001. Em face de expurgos inflacionários cabe ressaltar que o o1º do art.18 da Lei 8036-90 assegurou a indenização de 40% sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente, acrescidos dos respectivos juros, na hipótese de rescisão contratual por parte do empregador. No caso, a relação jurídica entre o autor e o empregador é distinta daquela entre autor e o agente operador (Caixa Econômica Federal). A decisão daquela, incidentalmente, no processo do trabalho, independe de ação do trabalhador em face da CEF e, portanto, eventual ação intentada em face da CEF não interrompe a prescrição, sendo irrelevante, portanto, a data do transito em julgado da decisão. Não há, pois, que se falar em prescrição trintenária da diferenças do FGTS. Do exposto, cumpre extinguir o processo com julgamento de mérito, face a prescrição (art. 269, IV, CPC), excluindo da condenação as diferenças da multa de 40% do FGTS e os honorários advocatícios, restando prejudicada a análise da responsabilidade subsidiária da segunda Reclamada. Reformo, nesses termos. 3-Assistência Judiciária Gratuita: a lei n.º 1.060-50, estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. E o parágrafo único do art. 2º de referida lei define necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Na inicial, o autor declarou sua miserabilidade (fl. 14), o que se mostra suficiente, nos termos da lei 7115-83. Mantenho. Custas pelo reclamante, de R$ 107,36, calculadas sobre o valor da causa (R$ 5.368,01), dispensadas.

TRT-PR-51672-2004-095-09-00-3-ACO-00667-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): MANOEL MESSIAS
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-UNICON UNIAO DE CONSTRUTORAS LTDA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-JOSE CARLOS BUSATTO-NESTOR APARECIDO MALVEZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para deferir ao reclamante os benefícios da assistência judiciária gratuita, isentando-o do pagamento de custas, pelos seguintes fundamentos.: a) assistência judiciária gratuita-O reclamante não concorda com a r. sentença que indeferiu seu pedido de assistência judiciária gratuita. Com razão. A lei n.º 1.060-50, ao estabelecer normas para a concessão de assistência judiciária gratuita, define necessitados (beneficiários diretos desta assistência – art. 2º, caput) como sendo todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (parágrafo único do art. 2º). Irrelevante, assim, para tal caracterização o fato do empregado vir a juízo assistido por advogado próprio, quando declara hipossuficiência econômica nos termos da lei. Na inicial, o autor declarou sua miserabilidade econômica (fl. 08), o que basta para o reconhecimento da condição descrita (lei 7.115-83). Em razão disso, reformo o julgado para deferir ao reclamante os benefícios da assistência judiciária gratuita, isentando-o do pagamento de custas. b) prescrição – Sustenta o autor que a prescrição não pode ser contada a partir da edição da Lei Complementar nº 110-2001. Afirma que a prescrição para reclamar diferenças da multa do FGTS é trintenária, nos termos da Súmula 95 do TST e Súmula 210 do STJ, as quais decorrem de interpretação do o 5º do art. 23, da Lei 8.036-90. Aduz que só é possível cogitar de prescrição total do direito de ação a partir de dois anos da data do depósito dos valores relativos aos expurgos na conta vinculada, o que ainda não ocorreu. Por fim, pleiteia, pelo menos, a aplicação da prescrição decenal de que trata o art. 205, do Código Civil. Aqui não assiste razão ao reclamante. No caso, configura-se a lesão do direito às diferenças da multa do FGTS, a partir do momento em que a verba se tornou exigível, vale dizer, com a edição da Lei Complementar 110, de 29.06.2001, publicada em 30.06.2001, que impôs créditos de complementos de atualização monetária nas contas vinculadas do FGTS (art. 4º do referido diploma legal), sobre os saldos das contas mantidas no período de 01.12.88 a 28.02.89 e durante o mês de abril de 1990. Portanto, uma vez inexistente o direito em questão por ocasião da resilição contratual (03.06.91, fl. 13), a prescrição em tela deve ser contada da data em que ocorreu a lesão, ou seja, a partir de 30.06.2001, data da publicação da Lei Complementar em tela. Argüida a prescrição e, na conformidade com o disposto no artigo 459, parágrafo único, da CLT e do inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal, observada a data do ajuizamento da ação, qual seja, 22.03.2004 (fl. 03), verifica-se, efetivamente, a prescrição alegada pelas reclamadas, porquanto o prazo limite para que fosse proposta a reclamação se exauriu em 30.06.2003. A edição da referida Lei Complementar se deu especialmente em função de repetidas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal que determinaram a recomposição dos montantes do FGTS depositados em conta vinculada, decisões estas provenientes de ações próprias ajuizadas contra o gestor do FGTS (CEF) que forneciam a seus autores o direito que postulavam. Tais decisões surtiam efeitos apenas entre as partes, não tendo o condão de restaurar indistintamente todas as lesões perpetradas. A fim de se proteger os demais trabalhadores, que não integraram o pólo ativo destas ações específicas, foi editada a Lei Complementar 110-2001. Em face de expurgos inflacionários cabe ressaltar que o o1º do art.18 da Lei 8036-90 assegurou a indenização de 40% sobre o montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente, acrescidos dos respectivos juros, na hipótese de rescisão contratual por parte do empregador. No caso, a relação jurídica entre o autor e o agente operador (Caixa Econômica Federal). A decisão daquela, incidentalmente, no processo do trabalho, independe de ação do trabalhador em face da CEF e, portanto, a ação intentada em face da CEF não interrompe a prescrição. Do exposto, cumpre manter a sentença que extinguiu o processo com julgamento de mérito, face a prescrição (art. 269, IV, CPC). A análise dos demais pedidos resta prejudicada em face da manutenção da decisão de primeiro grau que acolheu a prescrição. Custas inalteradas.

TRT-PR-51679-2004-658-09-00-4-ACO-00682-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): EDSON FERREIRA DA SILVA
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-ITAMON CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-NESTOR APARECIDO MALVEZZI-ZOROASTRO DO NASCIMENTO
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo, dispensado o relatório e tendo o I. Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO da parte autora. Recolocado o processo em julgamento, no mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, pelas razões expostas na fundamentação do Exmo. Juiz Relator, a seguir: “ADMISSIBILIDADE – admite-se o recurso, bem como as contra-razões apresentadas pela Itaipu, porque presentes os pressupostos legais. Preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, em razão da matéria – Matéria de ordem pública, argüida em contra – razões, pela reclamada Itaipu Binacional (fl. 171). Rejeita-se. Tratando-se a discussão de pleito relativo a diferenças da multa do FGTS, verba decorrente da extinção do vínculo de emprego, detém competência esta Justiça Especializada para a apreciação da matéria, de acordo com o que dispõe o art. 114 da Constituição Federal. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. 1. Prescrição. O MM. Juízo de origem, acolhendo a prescrição, extinguiu o processo, com julgamento do mérito, na forma do Artigo 269,IV, do CPC (sentença, fl. 149), tendo-se por improcedente a reclamatória. Considerou ele, para o prazo prescricional, a data de trânsito em julgado de decisão da Justiça Federal que reconheceu o direito à correção do saldo do FGTS, ou seja, em 02.02.01, conforme certidão de fl. 13. Merece manutenção a r. sentença, embora sob fundamento diverso. O prazo prescricional quanto às diferenças da multa do FGTS decorrentes da correção monetária prevista nos Planos Econômicos tem como marco a data da publicação da Lei Complementar nº 110-2001^, em 30-06-2001. Assim, aliás, decidiu o E. Tribunal Pleno deste Regional, quando do exame de incidente intramuros para compor divergência, reconhecendo o interesse público na assunção de competência acerca da matéria, nos termos do art. 55, I do Regimento Interno, conforme Certidão de Julgamento no processo-TRT-PR 51068-2004-658-09-00-6 (ROPS 01436-2004), de 25.10.2004. A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, reconheceu as lesões praticadas e estabeleceu os índices devidos. Com a mesma, restou reconhecido, pelo legislador, o direito dos trabalhadores à correção do FGTS pelos expurgos inflacionários relativos aos planos econômicos denominados “Collor I” e “Verão”. Ressalte-se, então, que o direito de ação, para os empregados dispensados anteriormente à égide da referida norma foi renovado, iniciando a fluência do prazo prescricional a partir da data da sua publicação. Apenas para os empregados dispensados após 30-06-01 o prazo inicia a contagem com o pagamento das verbas rescisórias. Tal entendimento encontra-se em consonância com a teoria da actio nata, adotado expressamente pelo Código Civil de 2002 (artigo 189^), no sentido de que o prazo inicia-se com o reconhecimento da violação do direito. Portanto, quando do ajuizamento da reclamatória em 22.03.2004, já transcorrera o biênio prescricional. Mantenho a r. sentença. Com a improcedência do principal, prejudicado o exame tanto da pretensão recursal de honorários assistenciais como das preliminares trazidas em contra-razões, pela empresa reclamada Itaipu Binacional, referentes a solidariedade-subsidiariedade, ilegitimidade de parte e compensação. Custas inalteradas. ”

TRT-PR-52099-2004-513-09-00-5-ACO-00668-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
Recorrente(s): VERA LUCIA DE MATOS
Recorrido(s): TSA INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA
ADVOGADO(S): LILIAM CRISTINA RIBEIRO-SERGIO EDUARDO CANELLA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMANTE e das contra-razões. Todavia, não conhecer do documento de fls. 98, por intempestivo. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, pelos seguintes fundamentos: a) estabilidade: Renova a reclamante a alegação de que a reclamada praticou ato discriminatório ao dispensá-la quando estava em situação de risco cirúrgico. A corroborar sua tese, invoca o atestado de fls. 98, o qual, saliente-se, não foi conhecido em face da intempestividade da juntada. No mais, não há como se acolher os argumentos da reclamante na medida em que não produziu qualquer prova no sentido de que a reclamada tinha conhecimento do estado de saúde precário da recorrente e da cirurgia a que seria submetida, não se configurando o ato discriminatório a que faz referência. Ressalte-se que não há como se aplicar a Lei nº 9.029-95 à hipótese, já que esta dispõe que “Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo,
Origem , raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal”. Ausente prova de que a dispensa tenha decorrido da doença alegada, não se vislumbra, ofensa à regra legal citada, assim como à preceito constitucional (art. 7º, inciso I), ou mesmo à norma celetária (art. 8º). Em verdade, a matéria posta em discussão deveria ter sido objeto de prova, o que, entretanto, não foi produzida pela reclamante, não cumprindo, assim, seu ônus processual; b) adicional por meta e seus reflexos nas demais verbas: Sustentando que “é notório que tal procedimento é peculiar às indústrias de confecções de roupas, a fim de estimular as costureiras contratadas a produzir mais peças em menor lapso temporal” (fls. 94), pugna a reclamante pela reforma do julgado que indeferiu o pagamento do adicional por metas e seus reflexos. Aqui também a situação deveria ter sido objeto de prova por parte da reclamante, não podendo se apegar a uma suposta notoriedade do procedimento. Ao contrário do que alega, a prova seria bastante simples, mormente se considerado o argumento da autora no sentido de que tal procedimento é adotado por todas as indústrias de confecções de roupas. Assim, a prova testemunhal , seria prova suficiente a sustentar o pagamento do adicional; c) descontos indevidos – faltas injustificadas: Não há como transferir à reclamada o ônus de comprovar que a autora apresentou os atestados referentes aos dias em que faltou ao trabalho, sob pena de imputar à recorrida o encargo de produzir provas em seu desfavor, de natureza negativa, ou seja, de que não há atestado médico a justificar faltas em discussão. Custas já dispensadas.

Curitiba, 18 de janeiro de 2005
CIRLEY LOEBLEIN
Diretora do Serviço de Acórdãos

PORTARIA SAJ/SGP/GP 2/2005, de 12 de janeiro de 2005.

A Juíza Vice-Presidente, no exercício da Presidência do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E:

CONVOCAR a Juíza deste Tribunal, MARLENE TERESINHA FUVERKI SUGUIMATSU, para atuar no Órgão Especial, no período de 1/2 a 30/6/2005, em virtude da *reconvocação* do Juiz deste Tribunal, *Altino Pedrozo dos Santos*, para atuar junto ao Tribunal Superior do Trabalho *(RA nº 1019/2004)*.

P U B L I Q U E - S E.

(a) WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA
Juíza Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Boletim da Justiça Federal

Varas Federais de Curitiba

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
VARA FEDERAL DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO
Av. Anita Garibaldi, 888, 7º Andar, Ahú, n/Capital

JUIZ FEDERAL MÁRCIO ANTONIO ROCHA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO FLÁVIO ANTÔNIO DA CRUZ

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N. 0001/2005

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 24/01/2005, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 15:30 HORAS.

CONSIGNATORIA

2003.70.00.026370-1 - RUTE LUIZA KUNTZE X BANESTADO S.A CREDITO IMOBILIARIO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 24/01/2005, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 16:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.019801-3 - RUI FERREIRA SASS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, EVERLY DOMBECK FLORIANI

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 24/01/2005, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 17:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.015868-5 - OLINDA LICERIA SANTOS X BANCO BANESTADO S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FLAVIA SANTIN, LEONEL TREVISAN JUNIOR, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 24/01/2004, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 13:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.026415-8 - LUIS SIDIMAR GOULART, IVONE RIBEIRO DE LIMA GOULART X BANCO BANESTADO CREDITO IMOBILIARIO S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, PAULO ROBERTO BARBIERI, CIRINEI ASSIS KARNOS

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 24/JANEIRO/2004, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.064605-1 - WALDOMIRO SQUEANO, GENY DEVECHI SQUEANO X BANCO BANESTADO S/A - CREDITO IMOBILIARIO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 25/01/2005, TERÇA-FEIRA, ÀS 13:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.010428-3 - DENIZE DE CASSIA COMANDULLI X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - BANESTADO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCUS ELY SOARES DOS REIS, INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO, LEONEL TREVISAN JUNIOR, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 25/01/2005, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.026533-6 - WALDEMIR SCHIMIDT X BANCO DE ESTADO DO PARANA S/A - BANESTADO
Adv. : Dr(s). MARCUS ELY SOARES DOS REIS, LEONEL TREVISAN JUNIOR, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 25/01/2005, TERÇA-FEIRA, ÀS 15:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.004969-7 - CLAUDIO LUIS PIENTA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, BANCO BANESTADO S/A
Adv. : Dr(s). MARIA APARECIDA RAMINA, MANOEL DINIZ PAZ NETO, TELMA GUTIERREZ DE MORAIS

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 25/01/2005, TERÇA-FEIRA, ÀS 16:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.001247-5 - GILMAR JOAO LANCONI X BANESTADO S.A CREDITO IMOBILIARIO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO BARBIERI, EDGAR LUIZ DIAS

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 25/01/2005, TERÇA-FEIRA, ÀS 17:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

92.00.13293-6 - NATAL FACINA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROBERTO PERALTO, MAURO VIGNOTTI, EVERLY DOMBECK FLORIANI

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 26/01/2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 13:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.013019-1 - ALTAIR JOSE BASSO E OUTRO X BANCO BANESTADO S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA, TELMA GUTIERREZ DE MORAIS, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 26/01/2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

99.00.25420-1 - JAIME RIBEIRO DE ALMEIDA E OUTRO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS QUEIROZ, PAULO ROBERTO BARBIERI, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 26/01/2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 15:30 HORS.

EXECUCAO DIVERSA

2000.70.00.029738-2 - BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A X DIRLEI LEME DA FONSECA
Adv. : Dr(s). INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO, LEONEL TREVISAN JUNIOR, JOSANE DALILA FERRAZ RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 26/01/2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 16:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.022907-9 - LUIZ CARLOS SIQUEIRA GUSSO E OUTRO X BANESTADO S/A CREDITO IMOBILIARIO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ZENICE MOTA CARDOZO PINTO, INAIA NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 26/01/2005, QUARTA-FEIRA, ÀS 17:30 HORAS.

CONSIGNATORIA

2003.70.00.004222-8 - VALDEMIR MIOTELLO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A CREDITO IMOBILIARIO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATO GALVAO CARRILLO, JULIO BARBOSA LEMES FILHO, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 27/01/2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 13:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.067385-6 - CLAUDIO RUIZ GUARDADO E OUTRO X BANCO BANESTADO S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATO GALVAO CARRILLO, WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR, CIRINEI ASSIS KARNOS

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 27/01/2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.016396-9 - WANDERLEY MELARA E OUTRO X BANCO DE ESTADO DO PARANA S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO ADRIANE DA SILVA, WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 27/01/2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 17:30 HORAS.

CONSIGNATORIA

98.00.16566-5 - LEONDIR BONILHA E OUTRO X BANCO BANESTADO S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR, EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 27/01/2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 16:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.025609-5 - SONIA REGINA SAAD CHECHELSKY X BANCO BANESTADO S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ALICE CARNEIRO FIGUEREDO, WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR, EVERLY DOMBECK FLORIANI

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 27/01/2005, QUINTA-FEIRA, ÀS 15:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.068776-4 - ARI JOAO TOSIN E OUTRO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A CREDITO IMOBILIARIO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ALICE CARNEIRO FIGUEREDO, WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes
DATA: 28/01/2005, SEXTA-FEIRA, ÀS 13:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.020526-2 - CRISTINA EIKO FUJIHARA E OUTRO X BANCO BANESTADO S/A - CREDITO IMOBILIARIO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, ALEXANDRE TORRES VEDANA, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 28/01/2005, SEXTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.069240-1 - FRANCISCO CARLOS CARDOSO E OUTRO X BANCO BANESTADO S/A - CREDITO IMOBILIARIO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). INDIANARA FARIAS DE CAMARGO, ALEXANDRE TORRES VEDANA, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 28/01/2005, SEXTA-FEIRA, ÀS 15:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.076694-9 - ISABEL CRISTINA DO NASCIMENTO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, BANCO BANESTADO S/A - CREDITO IMOBILIARIO
Adv. : Dr(s). MAURO CURY FILHO, CLAUDIA LORENA CARRARO VARGAS, ALEXANDRE TORRES VEDANA

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 28/01/2005, SEXTA-FEIRA, ÀS 16:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.071187-0 - EDSON THADEU DA SILVA GODOI E OUTRO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATO GALVAO CARRILLO, ALEXANDRE TORRES VEDANA, MANOEL DINIZ PAZ NETO

No(s) processo(s) abaixo, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) acerca da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR para solução amigável do litígio, mediante conciliação das partes:
DATA: 28/01/2005, SEXTA-FEIRA, ÀS 17:30 HORAS.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.035446-1 - HANS JURGEN FRANKE E OUTRO X BANESTADO CREDITO IMOBILIARO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ARTUR HERACLIO GOMES NETO, WALTER JOSE MATHIAS JUNIOR, MANOEL DINIZ PAZ NETO

CURITIBA, 12 de janeiro de 2005.

ANDREA VILATORE ASSEF
Diretora de Secretaria da Vara
Federal do Sist. Fin. da Habitação
- em exercício -

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
VARA FEDERAL DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO
Av. Anita Garibaldi, 888, 7º Andar, Ahú, n/Capital

JUIZ FEDERAL MÁRCIO ANTONIO ROCHA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO FLÁVIO ANTÔNIO DA CRUZ

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N. 0002/2005

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
" 2. Intime-se o Banco Bradesco S/A a esclarecer se o recurso interposto às fls. 271/287 abrange o feito ordinário.
Nesse caso, deverá comprovar o pagamento das custas recursais e porte de remessa e retorno referentes à presente consignatória, conforme explicitado no item anterior, bem como juntar cópia do referido recurso, nos autos de Ação Ordinária acima referidos.
Prazo: 05 (cinco) dias."
(Fl. 306)

CONSIGNATORIA

97.00.21673-0 - ANGELA SIMONS X BANCO BRADESCO S/A E OUTROS
Adv. : Dr(s). DANIEL HACHEM

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho/decisão de seguinte teor:
"1.Indefiro o pedido de antecipação da tutela, no que tange à inibição da execução extrajudicial, à suspensão do 1º Leilão Público marcado para o dia 14 de janeiro de 2.005 e ao depósito judicial dos encargos mensais nos valores que os autores entendem devidos.
(...) 6.É fato que o Novo Código Civil acabou por positivar princípios que já se encontravam espraiados pelo Direito, notadamente a defesa intransigente da boa fé objetiva (art. 422 do CC/02), e princípio do equilíbrio (art. 478,CC/02, e.g.). Contudo, mencionados princípios não outorgam ao devedor o direito de alterar o conteúdo de todo e qualquer contrato, sem demonstração cabal dos seus requisitos. Os mutuários assumiram o compromisso de pagar uma dívida, não trazendo ao conhecimento deste Juízo qualquer causa concreta, tal como doença familiar ou desemprego, que justifique o atraso.
7.Ademais, ausente também o requisito do periculum in mora, dado que os autores encontram-se inadimplentes desde janeiro de 2.003 (fl. 24).
8.Intime-se a parte autora a respeito.
9.Em relação ao pedido de inibição dos apontamentos do nome dos autores em cadastros restritivos ao crédito, seguindo posicionamento praticamente pacificado pelos Tribunais Regionais Federais, é fato que, estando a dívida sob discussão, não é dado ao agente financeiro incluir o nome do aventado devedor em cadastros restritivos ao crédito.
(...) 10. Intime-se a parte demandada para que se abstenha de lançar o nome dos autores em cadastros restritivos ao crédito e, na hipótese de já ter lançado, promova o levantamento no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação."

(Fls. 39/41 - em resumo)

ACAO ORDINARIA

2005.70.00.000871-0 - ALEXANDRE ZAMBERLAN E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO LUIZ DURIGAN

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"1. O pedido de assistência judiciária gratuita, nos moldes em que foi requerido no processo, não atende aos requisitos legais. A parte autora não firmou a declaração sob as penas da lei.
Concedo o prazo de 5 (cinco) dias para a parte adequar seu pedido de assistência judiciária, para que seja passível de deferimento."

(Fl. 55, item 1)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.039825-8 - ANTONIO DEIVOR ZANCO JUNIOR E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). RUBEN MADINI

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"1. Emende(m) o(s) autor(es) a inicial, sob pena de extinção, cumprindo o disposto no art. 50 da Lei 10.931/2004: (...).
Intime-se a parte autora. Prazo: 10 dias.

2.À parte autora para que, no mesmo prazo, traga aos autos a planilha evolutiva do contrato de mútuo habitacional em questão."

(Fl. 89)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.037048-0 - AROLDO ADAM JUNIOR E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RICARDO LUCAS CALDERON

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"1. Defiro os benefícios de prioridade na tramitação, nos termos do art. 1.211-A do CPC, veiculada pela recente Lei nº 10.173/2001, porquanto o autor possui mais de 65 anos de idade.
(...) Por oportuno, DEIXO AQUI ADVERTIDAS TODAS AS PARTES já envolvidas e que se envolverão com o presente feito, quanto à obrigatoriedade de cumprimento de todos os prazos, inclusive dilatórios, a fim de que o trâmite processual seja o mais ágil possível, cumprindo-se, nesse passo, o valor assegurado no art. 230 da Carta Republicana.

2. A parte alega a ocorrência de danos que, subsidiariamente ao pedido principal (outorga de quitação da dívida pela ativação do FCVS), pretende sejam ressarcidos pela mutuante. Assim, é pré-requisito para apreciação da validade da pretensão, que a parte comprove efetivamente a existência de tais danos.

Contudo, a fim de apreciar com justiça o pedido de realização de prova pericial, sobretudo no que tange a aferição, realmente, da sua necessidade, apresente a parte autora, desde logo, os quesitos a serem submetidos ao expert. Prazo: 05 dias. Na ocasião, poderá, querendo, manifestar-se a respeito dos documentos apresentados pela ré em fl. 152 dos autos.

3. Após a manifestação dos autores, voltem-me conclusos, de forma destacada dos demais autos."

(Fl. 194 - em resumo)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.018000-5 - ANTONIO NELSON CALAIDO E OUTRO X BANESTADO S/A CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCUS ELY SOARES DOS REIS

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"1. O pedido de assistência judiciária gratuita, nos moldes em que foi requerido no processo, não atende aos requisitos legais. A parte autora não firmou a declaração sob as penas da lei.

Concedo o prazo de 10 (dez) dias para a parte adequar seu pedido de assistência judiciária, para que seja passível de deferimento.

2. Emende(m) o(s) autor(es) a inicial, sob pena de extinção, cumprindo o disposto no art. 50 da Lei 10.931/2004: (...)

Intime-se a parte autora. Prazo: 10 dias."

(Fl. 106)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.040950-5 - ZEFERINO BATISTA DOS SANTOS E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ZENICE MOTA CARDOSO

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"1. À fl. 60 consta procuração dos mutuários Nestor José Mallmann e Odete Mallmann outorgando poderes a Darcy Hasper Rossi. Este substabeleceu seus poderes a Robert Lobo Galvanni (fl. 59) que, por sua vez, substabeleceu seus poderes para Israel Monteiro dos Santos (fl. 58), sendo este o representante dos mutuários nesta demanda. Verifico que a procuração de fl. 60 não confere poderes ad judica. Além disso, se trata de simples fotocópia sem a autenticação do Tabelionato em que foi lavrada. Desta forma, tal procuração não surtirá os efeitos pretendidos.
Intime-se a parte autora para que, em 10 (dez) dias, regularize a representação processual, trazendo aos autos procuração devidamente autenticada e que possua poderes para o autor representar os mutuários em juízo.

2. Intime-se a parte autora para que, no mesmo prazo, quantifique o valor incontroverso e discrimine as obrigações contratuais que pretende controverter nos presentes autos, nos termos do art. 50 da Lei 10931/04, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito."

(Fl. 80, itens 1/2)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.040408-8 - NESTOR JOSE MALLMANN E OUTRO X BANCO BANESTADO S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). RENATO GALVAO CARRILLO

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"1. Manifeste-se o Banco Banestado S/A sobre os fatos noticiados pela parte autora às fls. 275/337, em 05 (cinco) dias.

Intime-se, COM URGÊNCIA."

(Fl. 344, item 1)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.066354-5 - CLAUDIO MARQUES DE BARROS E OUTRO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). TELMA GUTIERREZ DE MORAIS

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho/decisão de seguinte teor:
"(...) Forte no exposto, reputo certa verossimilhança no pedido do mutuário quanto à necessidade de revisão da dívida, ainda que isto não implique no reconhecimento de que já pagou demais. Ao contrário, não há que se cogitar, no momento, que o devedor tenha pago valores maiores que o devido. O problema todo não está no que foi pago, mas no que ainda se deve (i.e., na dívida vincenda, escriturada como saldo devedor).
Não há como reputar que o mutuário pagou valores demais, se os montantes sequer correspondem à atualização da prestação mensal inicial (calculada para um período de 20 anos, recorde-se). Decorreram pouco mais de 159 prestações, de um total de 240.
De outro, note-se ainda que o encargo mensal total, já com acessórios, adimplidos em julho de 1.994 foi de apenas R$ 65,00, deveras baixo para pagar um empréstimo tal como o efetuado.
Assim, nos termos do art. 50 da Lei 10.931, recomendo à parte que continue a pagar a prestação mensal, tal como exigida pelo Banco. Aliás, o conveniente seria, inclusive, que aumentasse o encargo, de modo a reduzir mais a dívida (o que deve ser, aliás, a preocupação fundamental dos envolvidos. Não basta reduzir a prestação, se com tal encargo o mutuário não conseguir liquidar o empréstimo).
A revisão da apropriação dos valores pagos na dívida, inclusive quanto à validade da sistemática de amortização adotada, escapa do objeto presente, porquanto, diante do conteúdo declaratório, não surtirá efeitos imediatos sobre a situação do demandante (note-se que não há como antecipar efeitos meramente declaratórios ou constitutivos, cuja nota essencial demanda o caráter da indiscutibilidade).
Isso posto, diante da análise sumária, acima, defiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para o fim exclusivo de impedir que a CEF promova a execução extrajudicial da dívida, e o lançamento do nome do autor em cadastro de inadimplente, enquanto pender a discussão da evolução do contrato.
Advirto as partes que não foi suspensa a exigibilidade das prestações mensais, razão pela qual correm à custa do demandante os riscos de eventual inadimplemento (entre os quais: multas moratórias; juros, etc.).
É conveniente, em suma, que a parte mantenha regular pagamento da prestação mensal, diante da pouca probabilidade, ao que tudo indica, que os valores já pagos tenham bastado para liquidar o débito, por força da insignificância de tais valores se comparados com o custo inflacionário do período (art. 15 da Lei 8.692/93).
Intime-se a parte requerida, a respeito dos itens acima.
Intimem-se ambas as partes para que, querendo, especifiquem justificadamente as provas que pretendem produzir. Prazo: 10 dias.
No mesmo prazo a parte requerente, querendo, poderá ofertar réplica."

(Fls. 158/164 - em resumo)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.032542-5 - EVERTON LUIZ PENTER CORREA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LISIMAR VALVERDE PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho/decisão de seguinte teor:
"(...) Ante o exposto:

1. Determino ao Banco requerido que se abstenha, até ordem em contrário deste Juízo, de promover a cobrança extrajudicial do alegado crédito. Há verossimilhança nos argumentos da parte autora, conforme aferido acima;

2.Intime-se, concomitantemente, a parte autora para que atribua valor à causa adequado à pretensão deduzida (art. 259, V, CPC), e recolha as custas respectivas, sob pena de revogação da antecipação da tutela.

3.A medida poderá ser revogada a qualquer tempo, se acorrerem novos elementos que infirmem a convicção provisória, acima."

(Fls. 116/117)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.041274-7 - SERGIO DE OLIVEIRA SCHITZ E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ GASTAO MENDES LIMA FILHO

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"1. Primeiramente, intime-se a parte autora para que, em dez dias, emende a inicial, trazendo aos autos o contrato de financiamento em questão, por se tratar de documento essencial à propositura da ação.

2. À parte autora para que, no mesmo prazo, adeqüe o valor da o valor da causa nos termos do art. 259, V, do CPC e complemente o pagamento das custas iniciais.

Intime-se."

(Fl. 32)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.040893-8 - SERGIO IVANCHECHE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE MELLO SANTOS

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
"4. Apresentado o laudo complementar, às partes para manifestação, no prazo (...) de dez dias, ocasião em que poderão formular memoriais, manifestando-se a respeito dos atos processuais praticados, do substrato fático que reputam comprovado no feito, e reflexos jurídicos daí decorrentes.
Intimem-se."

(Fl. 266, item 4)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.078401-0 - CARMEN LUCIA FERNANDES X COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE CURITIBA - COHAB/CT E OUTRO
Adv. : Dr(s). SIMONE RITA ZIBETTI DE SOUZA

Processo(s) para intimação das partes para especificarem, de forma justificada, em 05 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir (art. 206, item V, do Provimento nº 005, de 20 de junho de 2003, da Corregedoria da Justiça Federal da 4ª Região).

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.023369-5 - SORAYA PERPETUA CORDOVA ESPOLIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA CIBELI CORREA RIBEIRO

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho de seguinte teor:
Fl. 130, item F:
"F. Apresentada as contestações independentemente de nova conclusão, intimem-se o(s) autor(es) para que, querendo, manifeste(m)-se sobre a(s) contestação(ões), no prazo do art. 327 do CPC."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.033951-1 - JOSE ANTONIO DE MELO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUCIOLA LOPES CORREA

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido sentença de seguinte teor:
"(...) ANTE O EXPOSTO,
Conheço o mérito do pedido, porquanto preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação. Julgo parcialmente procedente a pretensão em exame, com força nos arts. 269, inc. I, do CPC, a fim de reconhecer que os autores nada mais devem à instituição financeira por conta do contrato discutido nestes autos. Declaro também que o resíduo contratual deverá ser suportado pela Caixa Econômica Federal, não podendo haver habilitação junto ao Conselho Curador do FCVS, nos termos da fundamentação acima.
A sucumbência dos autores foi mínima, razão pela qual as custas são responsabilidade da CEF, bem como as despesas processuais, nos termos do art. 20 e 21, parágrafo único, do CPC. Condeno a CEF também ao pagamento de honorários advocatícios ao procurador dos autores, cujo montante fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, devidamente atualizado. Aplicável ao caso o art. 20, §4º, do CPC, atentando para o zelo dos requerentes e o valor da causa. (...)."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.079023-0 - FLAVIO ERNANI BARBIZAN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO CONCEICAO ANDRETTA

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido sentença de seguinte teor:
Fls. 157/169 - em resumo:
"Ante o exposto,
Conheço o mérito do pedido, porquanto preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação. Julgo parcialmente procedente a pretensão em exame, com força nos arts. 269, inc. I, do CPC, nos termos da fundamentação.
Declaro que os mutuários pagaram regularmente a prestação referente ao mês de maio de 2.000, conforme elucidado pelo perito judicial em fl. 116 dos autos. Reconheço também que os mutuários não se encontram em mora quanto às prestações relativas aos meses de junho e julho de 2.000, nos termos do art. 396 do Código Civil em vigor. Portanto, em fase de liquidação de sentença, deverão adimplir referidos encargos de forma atualizada, sem a incidência, porém, dos consectários moratórios previstos em contrato. Eventual sobra dos valores consignados deverá ser apropriada pelo Banco, para imputação no pagamento das demais prestações em atraso (art. 899, §1º, do CPC).
Quanto ao mais, o pedido improcede. Isto porque, como elucidado na sentença, a concessão do desconto de 100% não é cogente, nos termos do art. 11 da Lei 10.150/2.000 (conversão da MP 1.981-54/2.000).
Deste modo, tenho que a sucumbência das partes foi recíproca. Caberá a ambos os contendores suportar as custas e despesas processuais. De igual modo, as verbas sucumbenciais restam compensadas. Quanto aos autores, ademais, é aplicável a regra do art. 12 da Lei 1060/50. (...)"

CONSIGNATORIA

2001.70.00.017814-2 - RUDEY CREVELIM E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VINICIUS MOREIRA ZULIAN

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido despacho recebendo o recurso de apelação interposto pela Caixa Econômica Federal no duplo efeito e determinando a intimação da parte recorrida para contra-razões, no prazo legal.

(Fl. 321, itens 1/2)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.015401-8 - CESAR LUIZ ALEXANDINI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAURO CURY FILHO

CURITIBA, 12 de janeiro de 2005.

ANDREA VILATORE ASSEF
Diretora de Secretaria da Vara
Federal do Sist. Fin. da Habitação
- em exercício -

SECRETARIA DA PRCTBPR01

Boletim de intimação 0003/2005

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS MM. JUIZES DA VARA FEDERAL PREVIDENCIÁRIA E ATOS DE SECRETARIA CONFORME PORTARIA 02/98 E PROVIMENTO 22/99 DA CORREGEDORIA GERAL DO TRF DA 4ª REGIÃO.

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
" Altere-se a classe (execução). Intimem-seas partes da conta"

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.13027-8 - DEMOSTENES ZELA FILHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

Nos processos abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Manifeste-se a parte exeqüente, em 5 dias."

ACAO ORDINARIA

93.00.17341-3 - SILVIO MANOSSO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVIO LUIZ DE COSTA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Dado o silêncio da exeqüente, expeça-se precatório requisitório com adoção dos cálculos do INSS. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.00.01037-2 - MARIA IRONDINA FRANCISCA DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SERGIO ROBERTO DE OLIVEIRA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Manifeste-se a parte exeqüente sobre o valor indicado pelo INSS em 10 dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

94.00.04314-7 - JACOB KMITA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVIO LUIZ DE COSTA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Arquivem-se. Int."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.00.11371-6 - ELIZENA DE BIASI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

Nos processos abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Manifeste-se a parte exeqüente em 5 dias"

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

98.00.09341-9 - WALTER SOUZA DIAS - ESPOLIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NORBERTO TREVISAN BUENO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Fixo prazo de 30 dias para a juntada da documentação faltante. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.87740-9 - JOAO BIANCHETTI E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO

Nos processos abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se a parte autora para esclarecer, como requerido pelo INSS."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

90.00.08440-7 - CARLOS ERNESTO LOHMANN E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE DANTAS LOUREIRO NETO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...dê-se vista às partes pelo prazo sucessivo de trinta dias, a iniciar pelo exeqüente, oportunidade em que deve juntar planilha de requisição..."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

91.00.01090-1 - JOSE ANTONIO DIAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:

"Manifeste-se o autor em 15 dias."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.022034-2 - IDEMAR NATALINO CONSOLI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIZE SENES RIBEIRO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Assim, declino da competência para a Justiça Comum Estadual, para onde determino a remessa dos autos, com baixa na distribuição.Intime-se."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.037441-2 - DAIR DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCUS ELY SOARES DOS REIS

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Acolho a competência. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Especifiquem as partes, as provas que efetivamente desejam realizar, declinando quais fatos jurídicos querem demonstrar com cada modalidade escolhida."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.005212-3 - LAURO UKAN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se o autor a emendar a inicial, que, além de sequer assinada, não é compreensível. Deve adequá-la a todas as exigências do art. 282 do CPC, sob pena de indeferimento, em 10 dias."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.039702-3 - JOSE DA SILVA FREITAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO ANTONIO DABROWSKI

Nos processos abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Defiro pedido de Justiça Gratuita...julgo necessário produção de outras provas...pelo que, ao menos por ora, resta indeferida a tutela de urgência..."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.038100-3 - ORLANDO DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CRISTIANE MORAIS RIZZI CELLA

2004.70.00.039812-0 - DENIZE DO ROCIO MACHADO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO ANDRAUS

2004.70.00.040301-1 - JOSE DIAS IRMAO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VIRGINIA CLAUDIA DA CRUZ FERNANDES

2004.70.00.040677-2 - JOSE RODRIGUES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLEBER GIOVANI PIACENTINI

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"O considerável espaço de tempo entre a outorga do mandato e o ajuizamento da demanda desdiz a afirmada urgência da medida, razão pela qual indefiro o pedido de antecipação de tutela, sem prejuízo de novo requerimento, antes da sentença, desde que comprovada a premência..."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.040413-1 - NILZA PEDROZA WAGNER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RENATA CRISTINA WAGNER PANCHENIAK

No processo abaixo foi designada audiênci e proferido o seguinte despacho:
" Defiro a produção de prova testemunhal, requerida na fl. 131. Intime-se o autor para arrolar testemunhas, qualificá-las e dizer se virão com ou sem intimação. Prazo de 15 dias.
Designo audiência para dia 22/03/2005 às 15 horas, para oitiva das testemunhas arroladas. Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.008478-1 - ANIBAL SOARES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CHRISTIAN DA SILVEIRA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Após, dê-se vista ao autor, que na mesma oportunidade deve se manifestar sobre a contestação e processo administrativo juntado, especificando outras provas que pretende produzir; em caso de prova pericial, deverá formular os quesitos. Prazo de 10 dias."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.025881-3 - JULCY ANTONIO MUNIZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANA NAIR ROSCZINIAK KACHEL

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se a parte autora para dar início à execução provisória de sentença. Prazo: trinta dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.040890-2 - CATARINA PEDROSO OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADONIRAN PEDROSO DE OLIVEIRA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Então, excluo o CEFET da relação processual,...Indefiro o pedido de antecipação de tutela..."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.042302-2 - LUCIANO BARACHO ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. e Outro
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Ao embargado para, querendo, impugnar no prazo legal..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.042631-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X DILERMANDO MESSAGGI
Adv. : Dr(s). JULIANA M. CUNHA MARQUES

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Às partes, para que formulem quesitos e indiquem assistentes técnicos. Prazo de 5 dias."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.015218-0 - SANDRA REGINA CARNEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARMELINDA CARNEIRO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...abra-se vista ao autor por 5 dias (CPC, art. 398)."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.002825-0 - LUIZ DARIVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CELIO VITOR BETINARDI

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para manifestação em 10 dias..."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.018315-1 - UBIRATAN ZOCCOLI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DESIREE PASSOS DIAS

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"... indefiro o pedido. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.016823-0 - GENY LIRA CANONICO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE LUIZ BORGES

No(s) processo(s) abaixo foi exarado ato secretaria determinando a intimação do autor para se manifestar sobre a petição apresentada pela Autarquia no prazo de cinco dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.072370-7 - JOAO IZAIR DE MELO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE DANTAS LOUREIRO NETO

2003.70.00.016417-6 - BRUNO ALBERTO GUNHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERTO NOGUEIRA JUNIOR

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Quando da entrega do laudo pericial, dê-se vista às partes para se manifestarem, em 10 dias, a começar pelo autor..."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.069515-3 - JOSE TAVARES SOBRINHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AURELIO FERREIRA DOS SANTOS

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se o procurador do exeqüente para dizer se ratifica o requerimento da fl. 35, no prazo de dez dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.011869-1 - CIRO SIMIONI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). BENJAMIM PEDRO ZONATO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Com a resposta, às partes por 5 dias sucessivos."

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.039368-5 - MARIZA COSTA GABARRON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO PISCONTI MACHADO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Juntados os comprovantes, abra-se vista à parte autora..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.023118-9 - JOSE ACIR DE OLIVEIRA e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para manifestação em 10 dias..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.078187-6 - JOACIR FERNANDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RAQUEL ALBUQUERQUE DE SOUZA LIMA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Respondido, dê-se vista às partes por 5 dias sucessivos, iniciando pelo autor."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.079446-9 - NILSON MARTINS LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

CURITIBA, 13 de janeiro de 2005

ÍCARO GABRIEL CHAMMA
DIRETOR DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO
VARA FEDERAL PREVIDENCIÁRIA

**SEGUNDA VARA FEDERAL CRIMINAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ**

**Rua Anita Garibaldi, 888, 2ºandar,
bairro Ahu**

**MM. JUIZ FEDERAL:
DR. SERGIO FERNANDO MORO
MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO:
DR. GUEVERSON ROGERIO FARIAS**

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N. 04/2005

Nos autos do processo abaixo foranm expedidas as seguintes cartas precatórias, para oitiva das testemunhas de acusação, com prazo de 90 dias:
a) CP 04/2005: Brasília/DF - testemunha Eurico Monteiro Montenegro
b) CP 05/2005: Foz do Iguaçu/PR - testemunhas Anair, Adriana, Silvério, Odésio, Paulo e Claudemir;
c) CP 06/2005: Manaus/AM - testemunha Jodiberto Lemar Dall'oglio
d) CP 07/2005: Petrolina/PE - testemunha Jose Marques Sobrinho
e) CP 08/2005: Ituporanga/SC - testemunha Vilson Luiz Fagundes;
f) CP 09/2005: São Paulo/SP - testemunha Roberto Laufer

ACAO PENAL

2003.70.00.039529-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X CLAUDINEI LUIZ DAPPER E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROBERTO BRZEZINSKI NETO, LARISSA LEITE, DALIO ZIPPIN FILHO, MARCIO ROGERIO DE SOUZA, ABNER WANDEMBERG RABELO, ANDERSON VARGAS DE LIMA, RODRIGO MUNIZ SANTOS, JULIANO BREDA, RODRIGO OTAVIO DE BITTENCOURT DRUSZCZ, JOAO DONARIO NETO, LUCIANO FERNANDES MOTTA, MANOEL CELIO DZIEDZICK, RENE ARIEL DOTTI, ALEXANDRE KNOPFHOLZ, BENO FRAGA BRANDAO, SIMONE MARQUES SZESZ, ERIKA HIKISHIMA FRAGA, MIEKO ITO, ANTONIO MANOEL DE ALBUQUERQUE, EDSON SHOITI FUGIE, EDUARDO JOSE PEREIRA NEVES, EWERTON ZEYDIR GONZALEZ, HERBERT LEITE DUARTE, MARCIO ANTONIO SASSO, CLAUDIA MARA PADILHA, DARCI JOSE LEGNANI, LEONARDO DAVID, ANTONIO CELESTINO TONELOTO, ANA ELIETE BECKER MACARINI KOEHLER, PAULO MACARINI, JOSE BENTO VIDAL FILHO, RODRIGO TAGLIARI HELBLING

CURITIBA, 12 de janeiro de 2005.

IVANICE GROSSKOPF
Diretora de Secretaria da
2ª Vara Federal Criminal

**3ª VARA FEDERAL CRIMINAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
BOLETIM Nº 0001/2005**

**JUIZ FEDERAL:
DR. NIVALDO BRUNONI
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, em exercício:
DR. OZIEL FRANCISCO DE SOUSA**

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:

" (...) 3. Recebo em seu duplo efeito, o recurso de apelação interposto pelos réus Luiz Antonio (fl. 421) e Argemiro (fl. 428). Intimem-se para no prazo legal, apresentarem as razões de seu inconformismo. (...)".

ACAO PENAL

99.00.11119-2 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ARGEMIRO PEDRO DA LUZ, LUIZ ANTONIO GONCALVES, ARLINDO VENTURIM, VALDOMIRO JOSE VAINER
Adv. : Dr(s). VANESSA TEIXEIRA DOS SANTOS, JOSE FELDHAUS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:

" 1. Recebo em seu duplo efeito os recursos de apelação interpostos pelos (...) e defesas (fl. 479 e 484). (...) intimem-se as defesas de Argemiro e Luiz Antônio, com prazo sucessivo e pela ordem de autuação, para que apresentem suas razões de apelação (...)"

ACAO PENAL

2001.70.00.014881-2 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ARLINDO VENTURIM, VALDOMIRO JOSE VAINER, ARGEMIRO PEDRO DA LUZ, LUIZ ANTONIO GONCALVES
Adv. : Dr(s). VANESSA TEIXEIRA DOS SANTOS, JOSE FELDHAUS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:

" 1. Defiro o pedido da fl. 604. Intime-se a defesa do réu Argemiro para contra-razões. (...)".

ACAO PENAL

99.00.10091-3 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ARGEMIRO PEDRO DA LUZ, LUIZ ANTONIO GONCALVES, ARLINDO VENTURIM, VALDOMIRO JOSE VAINER, JOSE RIBEIRO DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). VANESSA TEIXEIRA DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:

" Quanto aos pedidos das fls. 48/52, é necessária a justificativa sobre sua pertinência em relação ao argumento de defesa. Ademais, saliento, que a prova cabe precipuamente à parte que faz a alegação, havendo intervenção judicial para requisitar informações quando comprovadamente for-lhe impossibilitado o acesso.(...)".

ACAO PENAL

2003.70.00.007260-9 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ERNANI MORENO SILVA, EVALDO LUIZ MORENO SILVA
Adv. : Dr(s). FABIO AMARAL ROCHA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:

" 1. Indefiro o pedido da fl. 66. Tal requerimento não tem relevância para o esclarecimento dos fatos. (...)".

ACAO PENAL

2001.70.00.013103-4 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X PAULO ROBERTO ALBERTI PIRES
Adv. : Dr(s). KIVAL DELLA BIANCA PAQUETE JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:

" (...) recebo em seu duplo efeito o recurso de apelação interposta pelo autor (fl. 123), em face da sentença das fls. 176/185. (...) 2. Intime-se a parte para que, no prazo legal, apresente as razões de seu inconformismo. (...)".

SEQUESTRO

2003.70.00.049904-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X EMERSON LUIZ DROPPA
Adv. : Dr(s). ITALO TANAKA JUNIOR, CLARICE ZENDRON DIAS, IVAN LELIS BONILHA, MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:

" (...) a defesa para que apresente a matrícula atualizada do imóvel situado na Rua Espírito Santo (...) no Município de Guaratuba, no prazo de 15 (quinze) dias. (...)".

SEQUESTRO

2003.70.00.049894-7 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ALDO DE ALMEIDA JUNIOR
Adv. : Dr(s). ALCIDES BITENCOURT PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:

" (...) indefiro o pedido de reconsideração da decisão proferida na fl. 515, formulada pela defesa da ré EVANISE (...) 2. O pedido de dilação de prazo para fornecimento do endereço atual da testemunha JORGE CORREIA, formulado pela defesa da ré EVANISE, na fl. 541, não encontra amparo legal. (...) intime-se para que apresente o endereço atual da testemunha ou indique outra em substituição no prazo de três dias, na forma do disposto no artigo 405 do Código de Processo Penal. 3. Intime-se a defesa da ré EVANISE, inclusive para que decline a correta qualificação da testemunha arrolada na fl. 217 como "ALBERTO EDUARDO PURIM", no prazo de 03 (três) dias, à vista da certidão lavrada na fl. 544."

ACAO PENAL

2000.70.00.031580-3 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X LUIZ ARY RADUNZ, INDIO DO BRASIL ARAUJO, ELCIO GOMES LOPES, JOSE CARLOS PIZZA, EVANISE LUCIANO GOULART, MAURI VITORIA
Adv. : Dr(s). OSCAR SILVERIO DE SOUZA, DANIELLE ROSA F DA COSTA

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:

" (...) julgo extinto o presente processo sem julgamento do

mérito, com fulcro no art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Custas "ex lege" (...)".

INCIDENTE CRIMINAL DIVERSO

2001.70.00.001425-0 - ARMANDO FALAT, CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, IRINEO ZANATTI, JOSE PIO MARTINS, JOSE TARCIZO FALCAO, PAULO AFONSO TELCK SCHAWARTZ, PEDRO GERALDO, VALMOR PICOLO, WALTER SENHORINHO X MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RENATO CARDOSO DE A ANDRADE

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:

" (...) JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por meio desta AÇÃO CAUTELAR para determinar, em caráter definitivo, o sequestro do automóvel GM/BLAZER (...) e dos valores depositados (...) Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais (...)".

SEQUESTRO

2003.70.00.049899-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ELIO POLETTO PANATO
Adv. : Dr(s). RENATO CARDOSO DE A ANDRADE, ANA CLAUDIA FINGER

No(s) processo(s) abaixo foi determinada a intimação da defesa para os fins do artigo 499 do CPP.

ACAO PENAL

2003.70.00.030811-3 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ELIAS RIBEIRO, CHARLES ANDREWS PORTO
Adv. : Dr(s). AYSLAN CUNHA ROCHA

CURITIBA, 12 de janeiro de 2005

ELIANE NISIHARA
Diretora de Secretaria
3ª Vara Federal Criminal

SECRETARIA DA PRCTB04
BOLETIM DE INTIMACAO NR:0009/2005

JUIZ: DR. FABIANO BLEY FRANCO
JUIZ FEDERAL EM EXERCICIO

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.01.00832-3 - VALMIR SPIASSI E OUTROS X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). EDEMAR ANTONIO ZILIO JUNIOR

sent. fls. 533

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.067230-0 - MOREL WITTIG BUENO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA

sent. fls. 134

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

94.00.00787-6 - GLACY GOMES MUSSI X UNIAO FEDERAL, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAURICIO S. MONTANHA TEIXEIRA, DOUGLAS VITORIANO LOCATELLI, LUIS RENATO SINDERSKI

sent.fls. 209

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Não há como prosperar o pedido do autor. A incidência de juros de mora pressupõe inadimplemento, o que não ocorreu, in casu, visto que não se pode imputar à União Federal a demora usual do processo, que encontrava-se aguardando o processamento regular dos Embargos à Execução. Ademais, o próprio autor optou por retardar a expedição de requisição de pagamento da diferença devida, nos termos da manifestação da fl. 174, eis que o trânsito em julgado dos Embargos ocorreu em 2001, mas o autor preferiu aguardar o pagamento total da parcela incontroversa, para só depois (em 2004) requerer o pagamento da diferença. Ante o exposto, cumpra-se o despacho da fl. 222, após a intimação das partes. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.96331-3 - LEVY DE MACEDO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA

desp. fl. 226

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Por questão de segurança jurídica, aguarde-se o trânsito em julgado da decisão dos embargos. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.021222-5 - NORTON NOHAMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CRISTIANE DE MATTOS JUNQUEIRA GASPARIN

desp. fl. 48

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo. 2. As contra-razões ao recurso já foram apresentadas. 3. Feitas as anotações cabíveis, subam os autos ao TRF/4ª Região."

"Avoco os autos. Não obstante o recebimento do recurso de apelação tenha ocorrido apenas no efeito devolutivo, este Juízo tem observado que, nos casos em que os autos de embargos são remetidos ao E. TRF da 4ª Região desacompanhados dos autos de execução, por várias vezes o E. Tribunal tem determinado a remessa destes àquela Corte. Assim, visando provilegiar a celeridade processual, tenho determinado que os autos de execução acompanhem os autos de embargos, visto que o desapensamento, nesta quadra processual apenas tumultuaria o trâmite, retardando, ainda mais, a decisão final. Dessa forma, remetam-se os autos ao E. TRF da 4ª Região."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.084136-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NORTON NOHAMA E OUTROS
Adv. : Dr(s). CRISTIANE DE MATTOS JUNQUEIRA GASPARIN

desp. fl. 128 e 129

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "...3. Cumpridos os itens anteriores, intime-se a parte exequente para que se manifeste acerca da satisfação de seu crédito. Prazo de 10 dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.071846-3 - JANDIRA DA GRACA OLIVEIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAQUELINE LUCINELI SKRABA, JANDIRA DA GRACA OLIVEIRA

desp. fl. 39

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "I) Diante da decisão do Agravo, intime-se o executado para pagar os honorários periciais. II) Após, prossiga-se nos termos dos itens "7" e "8" do r. despacho de fls. 156/157."

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.00.069758-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X IODETE IOLANDA ZUGE SCARPIN E OUTRO
Adv. : Dr(s). DIRCEU A ZANLORENZI

desp. fl. 178

NOS PROCESSOS ABAIXO:
Pedido deferido pela Portaria nº 01/04, deste Juizo da 4ª Vara Federal.

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.00.069303-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE RICARDO PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

Portaria 01/04

NOS PROCESSOS ABAIXO:
Pedido deferido pela Portaria nº 01/04, deste Juizo da 4ª Vara Federal.

EXECUCAO DIVERSA

2003.70.00.058073-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUCIANO JOSE DE SOUZA E OUTRO
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

Portaria 01/04

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Defiro o pedido da fl. 157, concedendo prazo de 60 dias."

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2002.70.00.064211-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X COMAZZI JUNIOR E CIA LTDA
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

desp. fl. 158

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Ao que tudo indica, houve, de fato, fraude à execução, pois o executado afirma ter alienado o veículo em março de 2004, data posterior à sua citação. Todavia, verifico que nem mesmo a referida alienação restou comprovada, visto que, consta da certidão do Detran que o executado permanece como proprietário do veículo. Assim, por ora, defiro apenas a expedição de ofício ao Detran, para fins de bloqueio do veículo FIAT/PALIO ED, placas AHI-4269, até decisão posterior. 2. Ainda, o veículo em questão encontra-se alienado fiduciariamente ao BANCO LLOYDS TSB SA. Deve-se considerar que enquanto vigente o regime de alienação fiduciária, o bem não integra o patrimônio do devedor, o que só ocorrerá depois do pagamento integral da dívida para com a instituição financeira credora. A penhora sobre bem dado em garantia fiduciária seria precária e inadequada à garantia da execução. Sendo assim, intime-se o exeqüente para que oficie ao credor fiduciário a fim de saber se o bem já foi quitado, juntando posteriormente a resposta do ofício aos autos. 3. Indefiro o pedido de ofício a Receita Federal, porquanto, a CEF não comprovou que tenha realizado todas as diligências ao seu alcance para localização de outros bens passíveis de penhora. Ademais, a quebra do sigilo fiscal é medida excepcional, consideravelmente gravosa ao devedor, somente admissível nos casos em que, comprovadamente, não seja possível a obtenção de informações por outros meios. No caso em questão, não há comprovação suficiente nos autos de que não seja possível a identificação de bens pela própria CEF. Assim, por ora, indefiro o pedido para expedição de ofício à Receita Federal, com o fim de obtenção de cópia das declarações de renda do executado. Ademais, a averiguação da venda do veículo não surtirá efeito através das declarações, uma vez que o veículo teria sido vendido em março de 2004. Sendo assim, somente constaria da declaração a ser feita no ano de 2005. Intime-se."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.051990-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X OSVALDO EZEQUIEL BRAND
Adv. : Dr(s). MARIA ADRIANA PEREIRA

desp. fl. 54/55

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "I) Devido à complexidade apontada, defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 120 dias. II) Quanto ao pedido de vista dos autos, defiro-o pelo prazo de 30 dias. ... Intime-se."

EXECUCAO DIVERSA

2002.70.00.050352-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X D B TOLEDO E CIA LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

desp. fl. 184

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Defiro o pedido de prazo formulado à fl. 85."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.049037-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NARA APARECIDA OLIVEIRA KOLLER
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

desp. fl. 87

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "I) Defiro o pedido de parcelamento dos honorários periciais como consignado à fl. 117. II) Havendo pagamento de 50% do valor, expeça-se alvará e intime-se o Sr, perito para dar início aos trabalhos."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.048986-7 - ADELIA LEMES POMPEU DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DANTE PARISI

desp. fl. 119

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Recebo a apelação de fls. 72/80 no duplo efeito. 2. Às contra-razões. 3. Após, com ou sem elas, independentemente de despacho, reme-tam-se os autos ao Egrégio TRF 4ª Região."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.044381-8 - FARMACIA KALIANE LTDA ME X CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF
Adv. : Dr(s). RODRIGO LUIZ MENEZES

desp. fl. 81

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Tratando-se de ação consignatória relativa a contrato que segue normas do SFH, competente é a Vara Especializada em Sistema Financeiro de Habitação desta Capital. Assim, sejam estes autos encaminhados à competente Vara Federal. Intimem-se."

CONSIGNATORIA

2004.70.00.042367-8 - LOACIR RIBEIRO DE MELLO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ GASTAO MENDES LIMA FILHO

desp. fl. 55

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "...Ocorre que, em mandado de segurança, por exigir situações e fatos comprovados de plano, todas as provas tendentes a demonstrar a liquidez e a certeza do direito devem acompanhar a inicial. Nessa esteira de entendimento, o que se exige é prova pré-constituída das situações e fatos que embasam o direito pleiteado. O suposto equívoco por parte da exportadora e da transportadora não se encontra demonstrado de plano, nos autos, fato que impede o deferimento liminar. Diante de tais considerações, indefiro o pedido de liminar. Vista ao Ministério Público Federal, após o que registre-se para sentença e voltem-me conclusos. Intimem-se."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.041477-0 - ELETROLUMEN LTDA X INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DE CURITIBA
Adv. : Dr(s). GERCINO BETT JUNIOR

desp. fl. 127/128

"Nos processos abaixo foi proferida sentença indeferindo liminarmente a petição inicial."

ACAO CAUTELAR

2004.70.00.041334-0 - CONSTRUTORA SERRA DA PRATA LTDA X DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUCAO MINERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). WILLIAM FREIRE

sent. fls. 99/100

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Recebo os embargos para discussão, suspendendo o curso da execução. Aos embargados, para impugnação no prazo legal."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.041324-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X SINDICATO DOS FISCAIS DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS NO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). JOSE HERIBERTO MICHELETO

desp. fl. 02

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Recebo os embargos para discussão, suspendendo o curso da execução. Aos embargados, para impugnação no prazo legal."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.041322-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MIRIAN MARCIA SILVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELLO TABORDA RIBAS

desp. fl. 02

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Recebo os embargos para discussão, suspendendo o curso da execução. Aos embargados, para impugnação no prazo legal."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.041320-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HELCIO DE SOUZA DANTAS
Adv. : Dr(s). ALBERTO FERREIRA ALVIM

desp. fl. 02

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Recebo os embargos para discussão, suspendendo o curso da execução. Aos embargados, para impugnação no prazo legal."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.041283-8 - CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - CRO X MARIA LUCIA PEIXOTO DE SOUZA
Adv. : Dr(s). ANDRE PEIXOTO DE SOUZA

desp. fl. 02

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Recebo os embargos para discussão, suspendendo o curso da execução. Aos embargados, para impugnação no prazo legal."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.041282-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ATTILIO CANTADOR E OUTRO
Adv. : Dr(s). GERSON MASSIGNAN MANSANI

desp. fl. 02

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "...ouça-se o impugnado em 5 dias."

IMPUGNACAO A PEDIDO DE ASSISTENCIA JUDIC

2004.70.00.041284-0 - UNIAO FEDERAL X ALMERY DE ALMEIDA
Adv. : Dr(s). EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS

desp. fl. 02

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "... A existência de divergências entre os valores recolhidos e declarados justificam a negativa de fornecimento de CND, porque, ao menos nesse juízo de cognição sumária, está a impetrante em débito com o fisco. ... Diante de tais considerações, indefiro o pedido de liminar. Após, abra-se vista ao MPF, registrando ao final para sentença. Intimem-se."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.041040-4 - CASSOL PRE-FABRICADOS LTDA X CHEFE DO POSTO FISCAL DO INSS DO MUNICIPIO DE CURITIBA
Adv. : Dr(s). GELSON BARBIERI

desp. fl. 788/789

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "...Após, vista à parte autora."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.010130-0 - BENIGNA FRANCISCONI MORENO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS FREDERICO REINA COUTINHO

desp. fl. 209

NOS PROCESSOS ABAIXO:
Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, decorreu o prazo de suspensão, manifeste-se a parte interessada.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.07762-8 - OSVALDO SOARES E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GRACIANE VIEIRA LOURENCO

Provimento 05/03

CURITIBA, 12 de janeiro de 2005

Lea Maria Otani
Diretora de Secretaria
4ª Vara Federal

SECRETARIA DA 5ª VARA FEDERAL
BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 0008/2005

Juízes:
DRª. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI
JUÍZA FEDERAL
DR. VICENTE DE PAULA ATAIDE JUNIOR
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

_____

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...DEFIRO PARCIALMENTE A LIMINAR POSTULADA..."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.037510-6 - AUTOMOLAS EQUIPAMENTOS LTDA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). NESTOR FRESCHI FERREIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...INDEFIRO A LIMINAR POSTULADA...
...DESEJANDO SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ATRAVÉS DE DEPÓSITO, NA FORMA ORIENTADA PELA SÚMULA 112 DO STJ, A EMPRESA IMPETRANTE DEVERÁ PROCEDÊ-LO JUNTO À CEF/PAB/JF, CONFORME OS TERMOS DO DECRETO Nº 2.850/98, JUNTANDO OS RESPECTIVOS COMPROVANTES AOS AUTOS, PARA CIENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE IMPETRADA..."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.040601-2 - ESCRITORIO CONTABIL ACAO S/C LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 267, DO CPC..."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.033847-0 - ARTECHE DO BRASIL LTDA X CHEFE DE FISCALIZACAO DA RECEITA FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALTIVO JOSE SENISKI

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido DESPACHO, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...DEFIRO A LIMINAR..."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.043336-2 - MARCELO RIBEIRO DOLENSE LIMA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
Adv. : Dr(s). BENEDITO JOSE PERBONI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...INDEFIRO A LIMINAR..."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.042272-8 - SERGIO CALEARE X TITULAR DA AGENCIA DO INSS EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). AURICEIA MEDEIROS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...recebo o apelo.
Às contra-razões...

...O PEDIDO DE F. 469 (REVISÃO DA SENTENÇA) NÃO TEM COMO SER ATENDIDO..."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.029533-0 - MASTER IMPORTACAO LTDA X INSPETOR DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). FABIO BETTAMIO VIVONE, TATIANA VALESCA VROBLEWSKI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...concedo à requerente o prazo de 15 dias para a juntada do mandadto..."

PROTESTO

2004.70.00.043212-6 - INDUSTRIA TEXTIL MONTECATINI LIMITADA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLEITON SACOMAN

No(s) processo(s) abaixo, foi proferidoDESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nosseguintes termos:
"...DEFIRO O DEPÓSITO DOS VALORES RELATIVOS AO-IMPOSTO DE RENDA..."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.043197-3 - CELSO GDLA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CIRO CECCATTO

2004.70.00.043351-9 - VALDIR RIBATSKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LEOPOLDO DE MACEDO CRUZ NETO

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...Pelos motivos invocados, julgo improcedente o pedido, e extinto o processo com apreciação do mérito, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil.
Condeno a requerente ao pagamento de honorários de advogado, que fixo em 10% do valor da causa.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.030501-3 - BS COLWAY PNEUS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCOS WENGERKIEWICZ

No(s) processo(s) abaixo, foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...INDEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA..."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.041073-8 - UNIMED DO ESTADO DO PARANA - FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS LTDA X AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
Adv. : Dr(s). MAURICIO KAVINSKI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...SOBRE A PROPOSTA DE HONORÁRIOS PERICIAIS, DIGAM AS PARTES...
...EM CASO DE CONCORDÂNCIA, PROVIDENCIE A PARTE AUTORA, O DEPÓSITO de 50% DO RESPECTIVO VALOR..."

DESAPROPRIACAO

2004.70.00.004211-7 - LORECY JOSE MACHADO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO ANTONIO THEODORO, RICARDO PREZUTTI

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...Pelos motivos invocados, julgo extinto o processo com apreciação do mérito, decretando a prescrição consumativa, na forma do art. 269, IV, do Código de Processo Civil.

Condeno os autores a pagar honorários de advogado, que fixo em 10% do valor da causa, conforme art. 20, par. 4º, do Código de Processo Civil. Deverá, no entanto, ser observada a suspensão da respectiva execução, face ao deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita (fl. 237).

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.050530-7 - ALCEU DACI MACHADO E OUTROS X ITAIPU BINACIONAL
Adv. : Dr(s). LEONARDO DA COSTA, ERICA MARTA GAVETTI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:

1. Considerando que o Dr. Sebastião Mendes da Silva não detém os poderes especiais de receber e dar quitação, bem como a juntada de nova procuração outorgada ao Dr. Reginaldo Baitler, contendo referidos poderes, determino que o valor principal pago à f. 236, seja levantado pelo novo procurador.
Expeça-se alvará.

2. Quanto aos honorários advocatícios, são devidos aos antigos mandatários, porquanto não se pode olvidar a garantia aos honorários em razão do serviço profissional. Com relação aos honorários contratados, indefiro, porquanto desvinculado dos autos, tendo o causídico condições de obtê-los por outros meios.
Assim, expeça-se alvará de levantamento referente aos honorários advocatícios, em favor de uma das signatárias da petição de fls. 244/245...

ACAO ORDINARIA

94.00.01432-5 - LUCIO AFONSO CZAJA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). SEBASTIAO MENDES DA SILVA, BETHINA PEREIRA DE SOUZA, IOLANDA MARIA GOMES, MARILYS GREIFFO ZETOLA, REGINALDO BAITLER, RICARDO BAITLER

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...Pelos fundamentos acima expendidos, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por NUTRIMENTAL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS, para o fim de tornar definitiva a medida liminar concedida às fls. 88-90, ficando ressalvada a possibilidade de reforço de penhora, caso se constate que o montante do débito supera o valor dos bens caucionados.

Considerando o caráter acessório da presente ação, por ocasião da execução fiscal respectiva deverá qualquer das partes informar sobre a garantia ora oferecida, para formalização específica do ato de penhora, com remessa dos autos à Vara de Execuções Fiscais respectiva.

Condeno a UNIÃO a reembolsar à autora as custas processuais adiantadas (artigo 4º, parágrafo único, Lei n.º 9.289/96).

Condeno a UNIÃO a pagar os honorários advocatícios da autora, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa.

Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório (artigo 475, I, CPC).

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.081695-7 - NUTRIMENTAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIO ASSIS GEHLEN

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...Pelos motivos invocados, julgo improcedente o pedido, revogando a liminar parcialmente concedida.
Condeno o autor a pagar honorários de advogado, que fixo em 10% do valor da causa, conforme art. 20, par. 4º, do Código de Processo Civil.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.026240-3 - JOSEANE PRELLVITZ X UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANA
Adv. : Dr(s). BERNARDO MOREIRA DOS SANTOS MACEDO, ISABELA MANSUR SPERANDIO

CURITIBA, 13 de janeiro de 2005

CELSO LUIZ DE PAULA XAVIER
Diretor de Secretaria

SECRETARIA DA 5ª VARA FEDERAL
BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 0009/2005

Juízes:
DRª. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI
JUÍZA FEDERAL
DR. VICENTE DE PAULA ATAIDE JUNIOR
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

_____

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...RECEBO O(S) RECURSO(S) DE APELAÇÃO NO DUPLO EFEITO...
...AO(S) RECORRIDO(S) PARA, QUERENDO, APRESENTAR (EM) SUAS CONTRA-RAZÕES..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.009356-0 - ROBERTO LUIS SCHERMACK X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIO MAGNABOSCO DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, nos seguintes termos:
"...Considerando os argumentos expostos no corpo dessa decisão:
a) extingo o processo com julgamento do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, no que se refere às prestações anteriores a 25 de abril de 1997;
b) julgo improcedente o pedido formulado pelos autores, em relação às prestações posteriores a 24 de abril de 1997, extinguindo o processo com julgamento de mérito, com base no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.
Condeno os autores ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, pro rata, em favor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, arbitrados em R$ 1.000,00 (um mil reais), com fulcro no artigo 20, § 4.º, do Código de Processo Civil, tendo em vista a natureza da causa e o trabalho realizado pelo procurador da autarquia.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.021956-2 - DOUGLAS PAULO BERTRAND RENAUX e Outros X CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARANA
Adv. : Dr(s). JOSE RONALDO CARVALHO SADDI

No(s) processo(s) abaixo fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do seguinte Ato de Secretaria:
"...ENCAMINHO ESTES AUTOS PARA INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) AUTORA/EXEQÜENTE PARA QUE SE MANIFESTE SOBRE SEU INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO..."

EXECUCAO DIVERSA

2002.70.00.073719-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERCLA COMERCIO DE COMBUSTIVEL
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

[B(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...Pelos fundamentos acima expendidos, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA..."

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2004.70.00.008502-5 - UNIAO FEDERAL E OUTROS X WILLIBALDO STEIN - ESPOLIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). CESAR AUGUSTO GULARTE DE CARVALHO, DANIELLE RAQUEL HACHMANN

[B(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pelo MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, nos seguintes termos:
"...Pelos fundamentos acima expendidos, JULGO IMPROCEDENTE A EXCEÇÃO DE INCOMPETENCIA RELATIVA ARGÜIDA PELO BANCO DO BRASIL..."

EXCECAO DE INCOMPETENCIA

2004.70.00.022077-9 - BANCO DO BRASIL S/A X WILLIBALDO STEIN - ESPOLIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). FABIO SPAGNOLLI, CESAR AUGUSTO GULARTE DE CARVALHO

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...Pelos fundamentos acima expendidos, JULGO IMPROCEDENTES OS PRESENTES EMBARGOS À EXECUÇÃO..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.006974-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X GREGORIO ROMAO HERMAN
Adv. : Dr(s). MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO

2004.70.00.008367-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LIDIA MIRETKI
Adv. : Dr(s). RAFAEL COSTA MONTEIRO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...DIGAM OS AUTORES SE OS REPASSES REALIZADOS PELA DEVEDORA (INCLUSIVE OS FEITOS PELA VIA ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DE ADESÃO) SATISFAZEM SEUS CRÉDITOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 794, I, DO CPC..."

DECLARATORIA

99.00.05394-0 - LUIZ CARLOS HITHER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MICHEL SALIBA OLIVEIRA, CINTIA MARIA ODPPIS SALIBA OLIVEIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido DESPACHO, pela MM. JUÍZA FEDERAL, nos seguintes termos:
"...INTIME-SE A PARTE EMBARGADA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A PETIÇÃO DA CEF..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.032065-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CESAR LUIZ ZARATH E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROSELI ZANLORENSI CARDOSO, CHRISTIAN MARCELLO MANAS, SIDNEI MACHADO

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, nos seguintes termos:
"...Ante o exposto, DENEGO A SEGURANÇA pleiteada por Jefferson Matias Bruggemann nos autos nº 2002.70.00.065779-6 e 2003.70.00.003589-3 em face de ato praticado pelo Superintendente da 7ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Paraná, extinguindo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil.

Custas de acordo com a Lei.

Sem condenação em honorários advocatícios (Súmulas 512 do STF e 105 do STJ).

Junte-se cópia do fax enviado pelo TRF da 4ª Região em 20/08/2003 nos autos nº 2003.70.00.003589-3.

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.065779-6 - JEFFERSON MATIAS BRUGGEMANN X SUPERINTENDENTE DA 7 SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). RAFAEL GUSTAVO CAVICHIOLO

No(s) processo(s) abaixo foi proferida SENTENÇA, nos seguintes termos:
"...Ante o exposto, DENEGO A SEGURANÇA pleiteada por Jefferson Matias Bruggemann nos autos nº 2002.70.00.065779-6 e 2003.70.00.003589-3 em face de ato praticado pelo Superintendente da 7ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Paraná, extinguindo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil.

Custas de acordo com a Lei.

Sem condenação em honorários advocatícios (Súmulas 512 do STF e 105 do STJ).

Junte-se cópia do fax enviado pelo TRF da 4ª Região em 20/08/2003 nos autos nº 2003.70.00.003589-3.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.003589-3 - JEFERSON MATIAS BRUGGEMANN X SUPERINTENDENTE DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). EUROLINO SECHINEL DOS REIS

CURITIBA, 13 de janeiro de 2005

CELSO LUIZ DE PAULA XAVIER
Diretor de Secretaria

SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL
BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 211/2004

Dr. FERNANDO QUADROS DA SILVA
Juiz Federal
Dra. ANA CAROLINA MOROZOWSKI
Juíza Federal Substituta

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: (...) 3. Primeiramente, defiro o pedido de prioridade de trâmite requerido à fl. 101 destes autos, nos termos da Lei nº 1.060/50. À Secretaria para que proceda às anotações necessárias. Na mesma ocasião deverá proceder
à anotação da concessão do benefício da gratuidade de justiça, conforme decisão da fl. 371, verso.

4. Apesar de já ter este juízo, outrora, acolhido a habilitação de MARIA IRES FAGUNDES como sucessora da sra. ANÁLIA CORDEIRO DOS SANTOS SILVA FAGUNDES, entendo que a mera alegação de que ela é única herdeira da de cujus não se faz suficiente para a regularização de sua representação processual.

Sendo assim, intime-se a exeqüente para que junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia da Certidão de Óbito da sra. ANÁLIA CORDEIRO DOS SANTOS SILVA FAGUNDES, bem como para que comprove que é inventariante no respectivo processo de inventário. Ainda, caso já tenha sido expedido formal de partilha, deverá a sucessora promover sobrepartilha nos termos do art. 1.040, II do CPC.

5. Considerando a anulação da sentença passo a apreciar o mérito da demanda. No tocante ao desconto do imposto de renda e da contribuição previdenciária do cálculo dos embargados entendo, ao contrário do alegado pela União, que não é de se promover a retenção do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária por ocasião da elaboração dos cálculos uma vez que somente após a ocorrência do fato gerador é que há que se falar em obrigação tributária. Assim, afastando tal pretensão, determino que o cálculo seja elaborado sem as ditas 'compensações tributárias' prévias. Ressalto que de maneira alguma esta decisão isenta a parte do recolhimento dos tributos respectivos, mas tão-somente que tal deverá se operar no momento oportuno.

6. No tocante à execução de honorários advocatícios sobre os valores recebidas administrativamente pelos autores que firmaram acordo com a Administração, tenho que tal procedimento não merece óbices, já que a verba honorária cabe tão-somente ao patrono da causa, não podendo a parte por ele representada, ou a própria União unilateralmente dela dispor, motivo pelo qual ainda que os embargados tenham em algum momento optado pelo recebimento de seus créditos antecipadamente (via administrativa) incólume restará o direito de seus patronos que com eles não se confunde. Vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL DEPOIS DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA FAVORÁVEL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS "28,86%".
(...)
- O acordo firmado na via administrativa não possui qualquer interferência na esfera judicial, salvo para excluir da condenação os valores percebidos, sobre os quais são devidos os honorários advocatícios para quem agiu em juízo na qualidade de procurador constituído, até porque o acordo foi firmado depois do trânsito em julgado da decisão de mérito, que reconheceu o direito às diferenças postuladas.
(...)"
(TRF da 4ª Região, Terceira Turma, AG 111416, Rel. Silvia Goraieb, DJ de 27.08.2003, p. 615)

Por esta razão, é que deverão incidir os honorários advocatícios sobre o crédito que seria devido nestes autos.

7. No atinente ao percentual a ser utilizado como diferença de percentual ainda devida aos embargados, entendo que se faz necessária a compensação do reajuste de 28,86% com o percentual de aumento decorrente dos reposicionamentos concedidos pela própria Lei nº 8.627/93, bem como a compensação com os percentuais concedidos pela Medida Provisória nº 1.704/98 e reedições. Todavia, os aumentos de remuneração decorrentes da simples progressão de nível dentro de um mesmo plano de carreira, se houver, não devem ser considerados para efeitos de compensação.

8. Ao cabo, não há que se acolher tampouco o pleito da União no que diz respeito à utilização dos dados constantes em sua ficha de evolução funcional. Entendo que para produção da conta deverão ser utilizados os dados e percentuais de aumento constantes das fichas financeiras dos exeqüentes pois estes é que refletem com mais propriedade a realidade fática.

9. Intimem-se as partes desta decisão e, decorrido o prazo recursal in albis, encaminhem-se estes autos à Contadoria para que produza o cálculo definitivo do crédito devido aos embargados, nos termos supra consignados.

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.025252-4 - UNIAO FEDERAL X AIRLE DA ROCHA SCOTTINI E OUTROS
Adv. : Dr(s). UMBERTO GIOTTO NETO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. Indefiro o pedido para que a parte autora especifique os pontos que alega serem ilegais nas resoluções atacadas, visto que esses já foram explicitados em petição de fls. 339/340, itens '1' e '2'. 2. Contudo, defiro o requerimento de que o autor traga aos autos uma relação das instituições que representa, devendo comprovar os respectivos cadastros junto ao Conselho Regional de Medicina. Em 30 (trinta) dias. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.023297-6 - SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DO ESTADO DO PARANA - SINDIPAR X CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM
Adv. : Dr(s). ANA PAULA KRETZSCHMAR E CONTI

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. AO IMPUGNADO, PARA MANIFESTAÇÃO, NO PRAZO LEGAL. (...)."

IMPUGNACAO A PEDIDO DE ASSISTENCIA JUDIC

2004.70.00.039591-9 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM X HELOISE CHRISTINA DA CUNHA E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS DA ROCHA

2004.70.00.039592-0 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM X ADRIANA PERPETUA BORGES E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS DA ROCHA

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2004.70.00.039593-2 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM X MARILENE BELIZARIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS DA ROCHA

2004.70.00.039594-4 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM X CLAUDENISSE APARECIDA DOS SANTOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS DA ROCHA

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03 (CONSOLIDAÇÃO), da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para manifestar-se sobre o prosseguimento.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.00.031589-6 - OSVALDO ALVES CEREAIS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CICERO BELIN DE MOURA CORDEIRO

2000.70.00.005529-5 - MAURO FERNANDES MARTINS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO INACIO CORDEIRO

EXECUCAO DIVERSA

2001.70.00.025210-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CELIO DRIESSEN
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.027323-8 - OSNEY VERIDIANO DE MIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MURIEL ANTONIO CARLOS MIRA

2003.70.00.044250-4 - FELISBERTO ANTUNES DE ARAUJO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO SAONETTI

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03 (CONSOLIDAÇÃO), da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para em 5 dias, falar sobre petições /documentos de fls. 291/299.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.030541-0 - CLEIDE LUZIA LANGOWSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELISABETE ROSA PIOTTO

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03 (CONSOLIDAÇÃO), da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para em 5 dias, falar sobre petições /documentos de fls. 176/179.

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.021282-0 - DAVID BARBIERI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELLO TABORDA RIBAS

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/03 (CONSOLIDAÇÃO), da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para em 5 dias, falar sobre petições /documentos de fls. 63 e seguintes.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.19026-0 - ARMINDA HENRIQUES GARRETT DE PAULA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CELIA INES DA SILVA

———————————————————————

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. RECEBO OS PRESENTES EMBARGOS PARA DISCUSSÃO. 2. INTIME-SE A PARTE EMBARGADA PARA QUE, NO PRAZO LEGAL, APRESENTE IMPUGNAÇÃO. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.030691-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADEVAIR SEBASTIAO DA SILVA E OUTRO
Adv. : Dr(s). TEOFILO L. SANTOS NETO

2004.70.00.037842-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X AUTO POSTO QUEOPS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA

2004.70.00.038832-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADEMIR ANTONIO DOS SANTOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003(Consolidação) da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para apresentar contra-fé para instruir mandado de citação.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.034544-8 - BRASOIL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). JARBAS AFONSO DE OLIVEIRA PEDROZA

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003(Consolidação) da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para apresentar cópia dos cálculos, a título de contra-fé a fim de instruir o mandado de citação.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.027613-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE CARVALHO FILHO
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

2004.70.00.028994-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALSEMIR RODRIGUES
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

———————————————————————

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) EXTINGO A PRESENTE EXECUÇÃO NOS TERMOS DO ART. 794, II DO CPC. (...)."

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.027524-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOÃO DO ROCIO ALVES
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS

———————————————————————

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) EXTINGO A PRESENTE EXECUÇÃO, COM FULCRO NO ART. 794, I, DO CPC. (...)."

ACAO ORDINARIA

98.00.17825-2 - IBIZA LABORATORIO FOTOGRAFICO LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003(Consolidação) da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora acerca da certidão do Oficial de Justiça.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.030553-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JUCIELI CASTILHO RODRIGUES
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

2004.70.00.017496-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SAMUEL NUNES MONTEIRO
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS

———————————————————————

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 267, VI DO CPC."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.036728-2 - SULAMERICANA TRANSPORTES LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE ALEXANDRE SARAIVA

———————————————————————

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "CIÊNCIA ÀS PARTES DA BAIXA DOS AUTOS. NADA SENDO REQUERIDO NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, ARQUIVEM-SE. INTIMEM-SE."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.018441-1 - FERMAX INDUSTRIA DE COMPONENTES PARA ESQUADRIAS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES

———————————————————————

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho deferindo o pedido de vista dos autos.

ACAO ORDINARIA

94.00.05382-7 - IVAN CAMPOS BORTOLETO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). OKSANDRO OSDIVAL GONÇALVES

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003(Consolidação) da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para falar sobre a contestação.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.000277-2 - BENEDITO RIBEIRO DA SILVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SANDRA APARECIDA STOROZ

———————————————————————

Em cumprimento a Portaria nº 03, de 22 de abril de 2003, deste Juízo, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para dizer, se ainda tem algo a requerer, em 30 dias, findos os quais serão arquivados os autos, salientando que a Emenda Constitucional nº 37/2002 vedou a expedição de precatório ou requisição complementar/suplementar de valor pago.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.24712-4 - CALCOAGRO-INDUSTRIA DE CALCARIOS LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ANTONIO IVANIR DE AZEVEDO

———————————————————————

Processo(s) com vista às partes para se manifestarem sobre a proposta de honorários apresentada pelo perito:

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.032178-6 - PAULETE SILVANIA TEM PASS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR

———————————————————————

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho determinando o arquivamento dos autos.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.017725-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MAURO FERNANDES MARTINS
Adv. : Dr(s). JOAO INACIO CORDEIRO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) 6. EM VISTA DO EXPOSTO, INDEFIRO A PRETENSÃO DA PARTE EMBARGANTE. INTIME-SE. 7. NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO DO BACEN, INTIME-SE A PARTE EMBARGADA PARA REQUERER O QUE DE DIREITO."

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.018782-9 - BANCO CENTRAL DO BRASIL X ANTONIO MONTES LUZ
Adv. : Dr(s). CLAUDIA GUEDES PEREIRA

———————————————————————

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho deferindo o prazo requerido.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.022381-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERGIO ARNO HOFSTAETTER
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

———————————————————————

Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003(Consolidação) da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para proceder à retirada dos autos em Secretaria.

NOTIFICACAO

2004.70.00.035118-7 - CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA -CRQ X ANA ALICE FACCIO
Adv. : Dr(s). RENATO ANTUNES VILLANOVA

———————————————————————

CARLA SARTURI
DIRETORA DE SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

BOLETIM 2004/209

07A VARA FEDERAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

JUIZ FEDERAL: "DR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO"
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: "DR. MAURO SPALDING"

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...), julgo improcedentes os presentes embargos à execução, com fundamento no art. 269, inciso I do CPC, devendo a execução prosseguir pelo valor de R$ 740,59 (setencentos e quarenta reais e cinqüenta e nove centavos) atualizados até janeiro/2001.

Condeno a CEF, ainda, no pagamento ao(s) embargado(s) de honorários advocatícios que fixo em 10%(dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos doa rt. 20, § 4º, CPC.
Sem custas, nos termos do art. 7º da Lei nº 9289/96.
(...).”

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.021617-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE SOUZA CRUZ FILHO
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No processo abaixo relacionado foi proferidodespacho nos seguintes termos: ....- CONSIDERANDO:
a)que em feitos dessa natureza(recomposição das contas de FGTS pelos expurgos inflacionários dos Planos Verão e Collor I) a CEF, condenada em sentença judicial transitada em julgado, vem reiteradamente requerendo nos autos prazo para cumprimento espontâneo do julgado, raramente cumprindo-o integralmente nosprazos que promete;
b)que os credores, na maioria das vezes em litisconsórcio ativo na ação de conhecimento,tampouco promovem a execução do julgado, in sistindo para que a CEF o cumpra independente de execução sob pena de multa ou para que apresente os extratos das contas fundiárias de modo a viabilizar a apuração do quantum debeatur;
c)a enxurrada de petições da CEF informando sobre a celebração de acordos extrajudiciaisfirmados por alguns credores para o recebimento das quantias que fazem jus nos termos da LC nº 110/2001, petições estas apresentadas sem qualquer organização, na qual a CEF requer a homologação de tais acordos pelo juízo,
d)que o Decreto nº 4.777/2003 dispensou a homologação judicial dos aludidos acordos extrajudiciais para fins de seu cumprimento pelaCEF, e uqe tal homologação não tem qualquer efeito pragmático porque:d1)não há processo instaurado, pelo que não há falar-se em extinção do processo(art.269,III CPC);d2)a partecredora pode obter os mesmos efeitos da homologação simplesmente deixando de promover a execução do julgado;d3)a CEF, caso seja citada em execução promovida por parte credora que celebrou o referido acordo extra judicialdispõe do embargos do devedor para suscit-á-los (art. 641,VI, CPC);
e)que são milhares de processos atualmente em trâmite nessa Vara na situação até aqui discorrida, sem que se tenha uma base processual instaurada, eis que o processo de conhecimento já se findou e o processo de execução não se inicia por inércia da parte credora e sua insistência no sentido de que a CEF-devedora cumpra o julgado independente de execução.
f)que a parte credora dispõe das informações necessárias para a liquidação do seu crédito mediante cálculo meramente aritmético(art.604, CPC), uma vez que os extratos, das contas vinculadas são disponibilizados pela CEF bvia internet(...), nos terminais de auto-atendimento ou nas agências credenciadas, o que não justifica o longo lapso de transcorrido desde o trânsito em julgado sem a promoção da execução da sentença condenatória;
g)que desde que essa opções passaram a mergulhar nesse verdadeiro caos processual, contribuindo para o descrédito no Poder Judiciário e para que o juiz, de certa forma, passasse a figurar como refém das partes, este Juízo já editou duas portaris traçando metas a serem seguidas para a solução do impasse(...), sem que tenham conseguido o resultado pretendido.
...DECIDO:
a)não conhecer de pedidos de homologação de acordos extrajudiciais antes de se instaurarprocesso de execução, assinalando que a providência deverá ser requerida pela CEF unica mente em sede de embargos eventualmente opostos;
b)não conhecer de requerimentos de prazo para cumprimento epontâneo do julgado;
c)determinar que a secertaria não faça mais conclusão destes autos em decorrência da juntada de termos de acordo e petições pleiteando sua homologação ou prazo para a satisfação espontânea da obrigação;
d)indeferir pedidos de imposição de multa pela ausência de cumprimento espontâneo do julgado;
e)indeferir requerimentos de apresentação deextratos pela CEF;
f)determinar que as execuções de cada título sejam propostas em litisconsórcio ativo abrangendo todos os credores da ação de conhecimento, tendo em vista que o litisconsórcio ativo na ação recomenda o litisconsórcio ativo também na execução nessas situações onde o tumulto processual tem imperado, ressalvada a hipótese de demonstração articulada de que od demais litisconsortes não tem interesse na execução por seu direito já estar satisfeito ou em caso de execução de honorários fixados na sentença exequenda, ocasiões em que a petição inicial de cada execução será autuada em apartado por desmembramento, devendo ser instruida com os documentos essenciais a sua propositura, dentre eles, os extratos representativos do crédito, sob pena de indeferimento;
g)determinar que os credores promovam a execução do julgado, inclusive quanto a eventuais diferenças de crédito realizados espontaneamente pela CEF, no prazo máximo de 30(trinat) dias, lapso temporal mais do que suficiente para as providências necessárias(art.177,CPC),ficando a parte autora advertida que a propositura de execução de ívida já paga(seja extrajudicialmente, em decorrência de acordos firmados, seja judicialmente, mediante depósito nas contas vinculadas dos credores informado nestes autos) ensejará a aplicação da multa prevista no art. 940 do Código Civil. O valor devido, se omissa a sentença condenatória exequenda, deverá sofrer correção nos mesmos moldes aplicados às contas do FGTS sem a incidência da Súmula nº 37 do TRF da 4ª Região, consoante jurisprudência daquela E. Corte.
h)determinar o arquivamento dos autos na hipótese do decurso do prazo fixado na alínea gsem a adoção da providência nela explicitada,independentemente de nova intimação, ficando as partes cientes que o posterior desarquivamento implicará a necessidade de recolhimento das cutas devidas;
i)Indeferir o pedido de dilação de prazo para a propositura da execução sem o arquivamento dos autos, assegurando-se a execução da sentença mediante futuro desarquivamento, respeitado o prazo prescricional vigente;
j)revogam-se todas as decisões proferidas nesses autos em sentido diverso do aqui estabelecido.
v)intimem-se as partes.

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.002283-6 - ALCIDES GEREMIAS E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENE MARIO PACHE

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho recebendo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo e determinando a intimação do recorrido para que tome ciência da sentença de fls. e apresente suas contra-razões:

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.001231-9 - ANDERSON DO AMARAL SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GUSTAVO BERTO ROCA

2004.70.00.020164-5 - EDELMI RODRIGUES LIMA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE BASILIO GUERRART

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:”(...).
(...), ante o pagamento dos valores devidos pela Fazenda nacional antes da desconstituição do título judicial que embasou esta demanda, pela procedência da ação rescisória proferida pelo E. STF no julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 382.298-2, julgo extinto o processo de execução, com fundamento no art. 794, inciso I, do CPC.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.001110-0 - PEDRO ROSINEK E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIME LUIZ SCHLUGA

2002.70.00.036629-7 - JOSE MARIA FRANCHETTI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos: “I - Considerenando o exposto às fls. 255/256, concedo à Caixa Econômica Federal o prazo de 60 (sessenta) dias, para que proceda às devidas apurações.
II - Findo tal prazo, deverá prestar a este Juízo os esclarecimentos cabíveis e, se nenhum dado novo açterar a sua condição de cessionária do crédito perseguido nos presentes autos, deve apresentar planilha do débito atualizada, sem prejuízo de outras diligências que lhe competem para que se possa dar andamento ao feito, aí se incluindo a determinação expressa no despacho de fl. 254.
(...)”
Fl. 257

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.014757-2 - BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A X PLANACOR GRAFICA E EDITORA LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: “(...) Posto isto, conheço dos embargos de declaração tão somente para suprir a omissão contida na sentença de fls. 31/36, declarando expressamente que a correção monetária deve ser feita conforme a súmula n° 37 do TRF 4ª Região.”
Fls. 42/43

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.014531-5 - ROMILDO FURLAN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ISABELLA ASSIS DA COSTA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: “...julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.
Custas pela exeqüente. Sem honorários haja vista a ausência da citação da parte executada.”
Fl.26

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.012281-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NILTON DE LIMA CAMARGO
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho recebendo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo e determinando a intimação do recorrido para que apresente suas contra-razões:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.11267-9 - JOSE APARECIDO ANTONIO ANTONIASSI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST

2002.70.00.011893-9 - LUIZ PAULI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, JAIR RIBEIRO

2002.70.00.041273-8 - SUELI ROSANE WECKERLIN E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CELSO PINTO

2002.70.00.045450-2 - CARLOS ZACARKIN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO HENRIQUE TEDESCHI

2002.70.00.053581-2 - JUAREZ SENNA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO NOGUEIRA ARTIGAS

2002.70.00.053591-5 - RUI BARBOSA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELTON SCHEIDT PUPO

2002.70.00.054346-8 - ARI LEONEL - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO MADEIRA

2002.70.00.054504-0 - SAMUEL JOSE QUERKE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO MADEIRA

2002.70.00.054507-6 - WILSON DA SILVA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO MADEIRA

2002.70.00.054523-4 - OLIVIO CARAIOLA CARNEIRO FILHO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO MADEIRA

Nos processos abaixo relacionados foi determinado a intimação das partes da baixa dos autos do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região para requererem o que entenderem de direito, em 15 (quinze) dias, apresentando. desde logo os cálculos, se for o caso; conforme o artigo 206 do Provimento 05/203 do TRF da 4ª Região.

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.066931-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERGIO CONFORTO
Adv. : Dr(s). AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO, ANTONIO VALMOR JUNKES

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.026293-9 - MAURI DOS SANTOS DIAS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). INAE BRUSTOLIN DE MELO

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos: “Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para que a parte exeqüente cumpra integralmente o despacho de fl. 87, advertindo-a desde logo que a não apresentação dos cotitulares das contas referidas naquela decisão importará na exclusão da lide de metade dos créditos perseguidos em relação a tais contas.”

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.018183-0 - JACOB BOARAO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIRCEU A ZANLORENZI

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos: “Indefiro o pedido de suspensão da presente execução, uma vez que a hipótese ventilada não se subsume a nenhuma das situações previstas no art. 791 do Código de Processo Civil.
Intime-se a Caixa Econômica Federal para que no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre o prosseguimento do feito.”
Fl. 34

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.015760-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CARLOS JUBERTO ROSALINO
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:”(...).
(...), ante o pagamento dos valores devidos pela Fazenda nacional antes da desconstituição do título judicial que embasou esta demanda, pela procedência da ação rescisória proferida pelo E. STF no julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 382.298-2, julgo extinto o processo de execução, com fundamento no art. 794, inciso I, do CPC.
Ainda, tendo em vista a inércia do procurador da parte exeqüente para regularizar a representação processual, conforme determinado à fl. 90, intimem-se pessoalmente, por AR, os coexeqüentes SYLVIO BERTI E AFONSO BEREZA, enviando cópia da presente decisão, para que, no prazo de 30 dias, agendem data para obtenção de alvará de levantamento dos valores depositados em seu favor. Saliento que, decorrido o prazo sem o levantamento dos referidos valores, estes serão devolvidos ao E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com o conseqüente arquivamento dos autos.”

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.029543-6 - SERGIO LUIZ KORGUT E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSE APPI

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: “ (...) julgo parcialmente procedente os embargos à ação monitória para, extinguindo o presente feito, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil, afastar da comissão de permanência a taxa de rentabilidade variável de até 10%.
Em virtude da sucumbência recíproca, cada parte pagará metade das custas, ficando automaticamente compensados os honorários advocatícios (art. 21, do CPC).”
Fls. 64/74

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.040633-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADALGISA MENDES
Adv. : Dr(s). ADALGISA MENDES

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:”(...).
(...), ante o pagamento dos valores devidos pela Fazenda nacional antes da desconstituição do título judicial que embasou esta demanda, pela procedência da ação rescisória proferida pelo E. STF no julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 382.298-2, julgo extinto o processo de execução, com fundamento no art. 794, inciso I, do CPC.
Oficie-se à Caixa Econômica Federal a fim de que proceda à transferência dos valores penhorados (fls. 30/31) depositados na conta vinculada a estes autos para uma conta a ser aberta à disposição do Juízo de Direito da 1ª Vara Federal de Curitiba-PR (autos de ação ordinária nº 1999.70.00.029507-1). Após, comunique-se ao Juízo responsável pela penhora.”
Fls. 50/52

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.038634-0 - LEONILDO BOHATCZUK E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLAUDIA LUCIA CAMARGO LOPEZ

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos: “I - Indefiro o pedido de suspensão, haja vista que a situação dos autos não se subsume a nenhuma das hipóteses prevista no art. 265 nem no art. 791 do CPC.
Concedo, todavia, o prazo de 60 (sessenta) dias para que a parte autora realize as diligências necessárias, a fim de dar prosseguimento ao feito.”
Fl. 373

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.037054-5 - ALZEMIRO STRAPASSOLA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FERNANDO JOSE BONATTO

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos: “I - Com a documentação apresentada às fls. 143/151 e 153/158, tem-se que, para sanar a irregularidade da representação processual de JOÃO GALDINO TAVARES, faz-se necessária a juntada de autorização e documentos pessoais dos seus herdeiros JOÃO e IZAÍAS, conforme se extrai da certidão de óbito de fl. 67.
II - Em relação à representação processual do espólio de JORGR POLAK, dou-lhe por regularizada.
III - Concedo dilação de prazo requerida à fl. 142, devendo a parte exeqüente cumprir integralmente o despacho de fl. 141 no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução dos valores (fls. 128/129) ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região relativamente ao(s) exeqüente que não sanar(em) a (s) irregularidade(s) apontada(s).”
Fl.159

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.050736-1 - JORGE POLAK - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE HERIBERTO MICHELETO

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos: “I - Indefiro, por ora, o pedido de expedição de ofício à Delegacia da Receita Federal (fl. 342/344), pois incumbe à parte exeqüente realizar diligências voltadas à localização de bens do devedor passíveis de penhora.
II - À CEF para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique bens penhoráveis ou comprove ter “exaurido” sem êxito as diligências efetuadas para esse fim.
III - Atendida a intimação, voltem-me os autos conclusos. Do contrário, decorrido o prazo acima sem manifestação, intime-se, pessoalmente, o representante legal da CEF acerca do contido à fl. 341.”
Fl. 345

EXECUCAO DIVERSA

00.00.97066-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X TASSO GOUVEIA E OUTROS
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos: “Intimem-se as partes para que se manifestam acerca das provas que pretendem produzir, justificando-as quanto à relevância para solução da lide, o prazo de quinze dias.
(...)”
Fl. 462

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084020-0 - UNIMADE - UNIAO MADEIREIRA INDUSTRIAL LTDA X CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIZ GEREMIAS DE AVIZ

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: “(...) julgo extinto o processo sem julgamento de mérito nos termos do art. 267, III, do CPC.
Condeno o autor a pagar os honorários advocatícios da ré, os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais) com base no art. 20, $4°, do CPC. Condeno ainda o autor ao ressarcimento das despesas processuais eventualmente despendidas pela ré, e ao recolhimento integral das custas processuais (art. 14, $ 1°, da Lei n° 9.289/96), as quais avalio no valor máximo da tabela de custas da Justiça Federal (R$ 1.915,38), tendo em vista o valor da causa fixado no incidente de impugnação, às quais devem ser deduzidos os pagamentos já efetuados às fls. 21 e 23, verso.”
Fl. 53/54

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.003248-0 - JOAO SITNIKI FILHO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCO AURELIO RODRIGUES MOREY

No processo abaixo relacionado foi determinado a intimação das partes para que se manifeste sobre a certidão de oficial de justiça. Conforme o artigo 206 do Provimento 05/2003 do TRF da 4ª Região

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.001478-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FABIANO MESADRI
Adv. : Dr(s). MARIA ADRIANA PEREIRA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: (...) não conheço dos embargos de declaração ante a inexistência de omissão no julgado embargo, nos termos da fundamentação."
Fl. 271/273

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.024399-8 - PEQUENO COTOLENGO DO PARANA DOM ORIONE X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM
Adv. : Dr(s). UMBERTO GIOTTO NETO

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) indefiro a petição inicial com fulcro no art. 284, parágrafo único, do CPC, julgando extinto o processo, sem exame do mérito, na forma do art. 267, I, do referido diploma legal.
Sem condenação em honorários advocatícios, porquanto incabíveis à circunstância e à espécie.
Custas pelo impetrante, para recolhimento nos termos da lei."
Fl. 35

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.036062-0 - SM MADEIRAS E LAMINADOS LTDA X TECNICO AMBIENTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
Adv. : Dr(s). JADER ALBERTO PAZINATO

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) julgo extinto o processo de execução, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil."

ACAO ORDINARIA

94.00.12666-2 - ANA MARIA HERONDINA SCHIRMER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS

EXECUCAO DIVERSA

95.00.07962-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HISASHI FURUIE
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, MARCOS AURELIO N MACHADO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.075347-5 - NATALINO FLORINDO PEROTTI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RICARDO ANTONIO TONIN FRONCZAK

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) considero satisfeito o crédito da parte autora representado pelo título judicial exequendo, pelo que julgo extinta a execução proposta, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.24990-7 - AREAL BOZZA LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WALDEMAR PONTE DURA, MARCELO DE OLIVEIRA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo improcedentes os presentes embargos à execução, com fundamento no art. 269, inciso I do Código de Processo Civil, reconhecendo a legitimidade ativa ad causam do(s) embargado(s) no processo executivo apenso, a existência de título executivo em seu favor e a aptidão da petição inicial da execução em apenso. Entendo como correto o valor exeqüendo no exato montante perseguido na execução aqui embargada.
Reconheço que CEF litigou com má-fé ao fazer uso da presente ação com intuito meramente protelatório, vez que os embargos não versam apenas sobre o excesso de execução, mas também sobre argumentos já superados, pelo que a condeno ao pagamento em favor do(s) embargado(s) na multa equivalente a 1% (um por cento) do valor exeqüendo, o que faço nos termos do art. 17, inciso IV, c.c. o art. 18, CPC.
Condeno a CEF, ainda, no pagamento ao(s) embargado(s) de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor exeqüendo atualizado, nos termos do art. 20, § 3º, CPC, sem prejuízo daqueles já fixados na execução apensa.
Sem custas, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.289/96.
Transitada em julgado, translade-se cópia da presente decisão e da respectiva certidão para os autos principais, desapensando-se e arquivando-se os presentes autos.
FLs 50/61

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.023102-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ SCROCCARO E OUTRO
Adv. : Dr(s). YURIKO ANDO

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, extinguindo a presente ação nos termos do art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil, nos seguintes termos:
a) improcedente quanto ao pedido de revisão do termo de Confissão de Dívida entabulado pelo Município autor com a CEF, declarando sua plena validade e eficácia, em todos os seus termos, inclusive quanto à forma de pagamento (retenção do FPM), critérios de correção monetária utilizados sobre os valores devidos e valores confessados e nele envolvidos; b)Procedente apenas e tão-somente quanto à declaração de inexigibilidade de contribuição ao FGTS relativamente aos empregados públicos que gozam de estabilidade (não aplicável ao Termo de Confissão de Dívida mencionado no item anterior), em virtude da inconstitucionalidade parcial do art. 15, § 2º, da Lei nº 8.036/90, que exclui da obrigatoriedade de recolhimento daquela exação tão-somente os servidores sujeitos ao regime estatutário.
Ficam assegurados à entidade arrecadadora a fiscalização e a constituição de créditos referentes aos empregados não estáveis que prestem eventual, temporária ou de modo especial, serviços à municipalidade, ou, ainda, relativamente aos empregados que, contratados antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, não tenham sido alcançados pela regra do art. 19 do ADCT.
Fica revogada a tutela antecipada anteriormente deferida (fls. 331/333).
Em face da sucumbência mínima da ré, condeno o autor no pagamento de honorários advocatícios em favor dos patronos da requerida, nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil, os quais arbitro (considerando que os mesmos serão arcados pela Fazenda Pública Municipal - art. 20, § 4º CPC) em R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Isento de custas (Lei nº 9.289/96).
Sentença sujeita ao reexame necessário, na forma do art. 475 do diploma processual civil, ante a decisão contrariar interesse da Fazenda Pública Municipal.
FLS 483/497

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.032087-6 - MUNICIPIO DE CALIFORNIA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO GONCALVES ANDREOLI

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...), rejeito a preliminar argüida pela CEF, e, no mérito, julgo procedentes os pedidos formulados, pelo que condeno a CEF a creditar nas suas contas vinculadas o valor correspondentes a correção monetária, descontando-se os índices já creditados nos respectivod períodos.
Na hipótese de contas fundiárias já encerradas, a diferença deverá ser paga diretamente ao titular ou seus sucessores, mediante cálculo do rendimento do trimestre/mês correspondente e, reflexamente, dos períodos subsequentes, até a data do saque.
As diferenças apuradas deverão ser corrigidas monetariamente desde a data em que eram devidas, acrescidas de juros de mora de 0,5% ao mês a partir de 02 de julho de 2004(data da citação-fl 55, verso) até o efetivo pagamento, para as contas movimentadas ou não, consoante súmula nº 71 do E.TRF da 4ª Região.
sem custas, em virtude do parágrafo único do art. 24-A da Lei nº 9.028/95, com redação dada pela MP nº 2102-30.
Deixo de condenar a ré no pagamento de honorários advocatícios com fulcrono art. 29-C da Lei nº 8036/90, acrescido pela MP nº 2164-41, o qual foi considerado constitucional,....
(...).
Fls 63/68

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.017610-9 - LUIS ERNESTO CARRANO DE ALMEIDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCIA ELIZABETE DE OLIVEIRA TORNESI

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...), rejeito as preliminares de ilegitimidade ativa e, confirmando a liminar, julgo procedente o pedido, extinguindo a presente ação nos termos do art. 269, inc. I, do CPC, para o fim de determinar ao Estado do Paraná que providencie a aquisição e o fornecimentogratuito dos medicamentos arrolados na portaria SAS/MS nº 255/2002 e Portaria GM/MS nº 1.318/2002 aos portadores do Mal de Alzheimerem todo o Estado do Paraná, independentemente de diagnóstico, tratamento e acompanhamento por profissionais dos Centros de referência integrantes da rede Estadual de assistência à Saúde do Idoso, quando inexistente instituição de saúde habilitada para tal fim no domicílio do paciente acometido da enfermidade.
Quando ausente Centro de Referência no local em que reside o portador do Mal de Alzheimer, os medicamentos necessários ao tratamento deverão ser fornecidos tão-somente depois de diagnosticada a moléstia por qualquer neurologista, psiquiatra ou geriatra, da rede pública ou privada de saúde, e mediante declaração do profissional médico de que, ao elaborar o diagnóstico, foram obervadas as idretrizes constantes do "Protocolo Clínico e diretrizes Terapêuticas"(Portaria SAS/MS nº 843/2002).
Caso sejam necessários recursos adicionais ao cumprimento da presente decisão competirá à União o repasse das respectivas verbas, devendo a mesma, nos termos do art. 16, inc. XVII, da Lei nº 8.080/90, tomar as providências que lhe incumbem junto ao Estado do Paraná para efetivar as diretrizes traçadas pelas Portarias GM/MS nº 702/2002 e 703/2002. Fica o Estado do Paraná advertido que a falta de recursos financeiros não poderá ser opost a como fundamento válido para o descumprimento dessa sentença, devendo, conforme o caso, creditar-se à conta do tesouro Nacional e buscar os recursos necessários junto à União Federal pela via adequada. Em outras palavras, a prestação de serviço de saúde(fornecimento de medicamento necessário) caberá ao Estado do Paraná, às custas da União federal (em caso de insuficiência orçamentária).
Por sua vez, o Estado do Paraná deverá tomar todas as medidas necessárias para que os portadores do Mal de Alzheimer, depois de identificada a doença nos termos especificados nesta decisão, recebam os medicamentos mencionados pela unidade do Sistema Único de Saúde existente na localidade em que o mesmo é residente.
Caberá ao Estado do Paraná e à União federal, ainda, dar ampla publicidade à presente decisão no prazo de 30(trinta) dias, devendo os respectivos gastos serem rateados entre os réus.
Em caso de descumprimento da presente decisão, arbitro desde logo, nos termos do art. 12, da Lei da Ação Civil Pública, combinado com o art. 461, do CPC, multa de R$ 5.000,00(cinco mil reais) para cada ato omissivo noticiado e comprovado nestes autos, a ser suportado pelo Estado do Paraná, aumentado de 10(dez) vezes em caso de reincidência em relação a um mesmo paciente preterido. Saliento que a multa aqui prevista será vertida em favor do fundo a que se refere o art. 13 da Lei nº 7.347/85.
Sem honorários advocatícios e sem custas (art. 4º, I , da Lei nº 9.289/96).
(...).
FLS 222/235

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

2004.70.00.005223-8 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). VERA GRACE P CUNHA

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho Deferindo o pedido de tutela antecipada, para o fim de determinar à autoridade impetrada que se abstenha de inscrever em Dívida Ativa os valores pertinentes aos débitos ora discutidos, bem como que se abstenha de inscrever o nome do autor no CADIN ou, caso isso já tenha acontecido, que efetue a correspondente exclusão.Ficando facultado à ré o lançamento do crédito em comento, evitando-se, desse modo, a decadência de evetual direito à constituição do mesmo.
FLS 92/95

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.042396-4 - FERRAGENS NEGRAO COMERCIAL LTDA X INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUAL INDAL INMETRO
Adv. : Dr(s). MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho Indeferindo a liminar requerida.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.043253-9 - CENTRO MEDICO ATHENA LTDA E OUTRO X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). JACIR DOMINGOS CAVASSOLA

2005.70.00.000722-5 - CENTRO DE IMUNOLOGIA CLINICA DE CURITIBA LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). MARCIO KRUSSEWSKI

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho Deferindo o pedido de liminar para o fim de determinar à autoridade impetrada:a) que efetue a inscrição dos impetrantes no Sistema CFMV/CRMVs em a exigência de prévia aprovação no Exame Nacional de certfiicação Profissional; e b) que se abstenhade incluir nas respectivas carteiras qualquer tipo de restrição ao exercício da profissão, inclusive de que a mesma foi fornecida por força de medida judicial.Todas as demais exigências necessárias ao cmprimento dessa decisão, tais como apresentação de documentos e pagamento de eventuais taxas, deverão ser providenciadas pelo(s)impetrante(s).

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.043142-0 - ANAMARIA MORELATTO E OUTRO X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
Adv. : Dr(s). ALINE FATIMA MORELATTO

2004.70.00.043327-1 - BRUNO ROMEU BOGONI X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
Adv. : Dr(s). BENEDITO JOSE PERBONI

2005.70.00.000705-5 - DENNIS CHRISTIAN MAGALHAES E OUTROS X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
Adv. : Dr(s). CAMILA MARIA ALCANTARA

KELY CRISTINA LAURENTINO SILVEIRA
DIRETORA DE SECRETARIA-07ª VARA FEDERAL

SECRETARIA DA 8ª VARA FEDERAL
Boletim de Intimação nº 0001/2005

DESPACHOS e DECISÕES
Juíza Federal Titular: Dra. Vera Lúcia Feil Ponciano
Juíza Federal Subst.: Dra. Danielle Perini Artifon

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Os honorários advocatícios, por serem de sucumbência, conforme estabelecido na sentença, constituem-se em direito autônomo do advogado que atuou no processo de conhecimento, em razão do que apenas este possui direito ao seu levantamento, nos termos do art. 23, da Lei 8.906/94.
Desse modo, indefiro o pedido de expedição de alvará para levantamento dos honorários advocatícios em nome do advogado signatário da petição da fl. 148, uma vez que este passou a atuar no feito tão-somente no processo executivo.
Intime-se"
(fl. 149)

ACAO ORDINARIA

00.01.08649-9 - NATAIR DA SILVA MADALOSSO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...indefiro os pedidos formulados nos itens "a" e "b" das fls. 625/626. Intime-se
III. Após, anote-se para sentença os autos de Embargos à Execução, em apenso."
(fl. 637)

DECLARATORIA

97.00.23953-5 - ANTONIO DA CRUZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Reitere-se a intimação da autora para cumprir o despacho da fl. 447, sob pena de extinção do feito."
(fl. 451)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.031700-3 - INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES FRIGOSANTOS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROMILDO NUNES FERREIRA

———————————————
No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação, em cinco dias, sobre a petição apresentada pela parte requerida.
(Prov.05/03,art.206,VI)
(fl. 119-120)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.039737-7 - LUIS ANTONIO RODERJAN MANFRONI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEY PINTO VARELLA NETO

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Após, intimem-se os advogados Rogério Bueno da Silva e Maurício R. Pinheiro da Costa para promoverem a execução, apresentando memória discriminada de seu crédito (art. 604 CPC)."
(fl. 196, II)

ACAO ORDINARIA

1999.70.00.031041-2 - FUNDACAO PAPA PAULO VI - FUNALIBER X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO PINHEIRO DA COSTA, ROGERIO BUENO DA SILVA

———————————————
No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação sobre a contestação, no prazo de dez dias, bem como para especificar as provas que pretende produzir, justificando-as.
(Prov.n.05/03, art.206, V)
(fl. 239-244)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.028015-6 - TITO JERONIMO ADALBERTO ALFARO SERRANO E OUTROS X UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). ROOSEVELT MAURICIO PEREIRA

———————————————
No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação acerca da satisfação do crédito, no prazo de 10 dias.(Prov.05/03,art.206,XXX).
(fl. 277)

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.005743-0 - ROSELI DROZDEK ABDON E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). OLGA GURGINSKI

———————————————
No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação, em cinco dias, sobre a petição e os documentos apresentados pela parte requerida.
(Prov.05/03,art.206,VI)
(fl. 339-384)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.011507-3 - JOSE CLAUDIO MOREIRA DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CELIA INES DA SILVA, KARINA MARIA MEHL

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Defiro o pedido das fls. 121/122. Intime-se o autor para efetuar espontaneamente o pagamento da verba honorária requerida pela União, no prazo de 10 (dez) dias."
(fl. 125, I)

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.005628-0 - GENESIO ESPINDOLA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO CESAR DE SIQUEIRA CASTRO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, ACOLHO o processamento do presente incidente e DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO nele deduzido, fixando o valor da causa em R$ 15.601,00 (quinze mil, seiscentos e um reais).
Traslade-se cópia para os autos principais.
Sem honorários, por se tratar de mero incidente.
Intimem-se a União e os autores, estes, inclusive, para efetuarem o pagamento das custas complementares.
Decorrido o prazo preclusivo, desapensem-se e arquivem-se, após as baixas necessárias."
(fl.87-88)

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2004.70.00.030206-1 - UNIAO FEDERAL X GERALDO CASTELLANO BISCAIA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Diante do exposto, não conheço de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos Termos de Adesão juntados ou que venham a ser juntados aos autos, que não tenham ainda sido homologados, bem como, pelo mesmo motivo, não conheço, por ora, de qualquer pedido de desistência ou alegação de invalidade de aludidos acordos. (...) II. Apresentados os extratos pela CEF, concedo à parte autora prazo de 30 (trinta) dias para promover a execução do julgado, na forma do art. 652 do Código de Processo Civil, caso entenda ainda haver crédito em seu favor. (...) IV. Ressalto que não será admitida a execução parcial do julgado, devendo todos os autores figurar, em conjunto, na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado. (...) VII. Decorrido o prazo concedido sem propositura da execução, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica a perda pela parte do direito de promover a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo prescricional. Intimem-se"
(fl. 359-360)

DECLARATORIA

98.00.07849-5 - REINALDO LUBBNOV E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANDREA REJANE DE ARAUJO GOES

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"VI. Após, dê-se vista às partes, pelo prazo sucessivo de 10 (dez) dias."
(laudo contadoria)

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.037765-9 - UNIAO FEDERAL X MARIA DE FATIMA BORGES VIEIRA E OUTROS
Adv. : Dr(s). PATRICIA LOUISE SATO

2003.70.00.027146-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DOMINGOS ANTUNES LOURENCO E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOREIRA DE MOURA FERRO JUNIOR

2004.70.00.011175-9 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARANA-CEFET/PR X ALMIR CORREIA E OUTROS
Adv. : Dr(s). CREUZA CARVALHO SADDI

2004.70.00.011176-0 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARANA-CEFET/PR X ALMIR CORREIA E OUTROS
Adv. : Dr(s). CREUZA CARVALHO SADDI

2004.70.00.019384-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JULIA NADROVSKI ZAINCZ
Adv. : Dr(s). LUIS ANTONIO REQUIAO

2004.70.00.020633-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X IREO SMANIOTTO - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). SERGIO BACILA SALUM

2004.70.00.021258-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LIA VIEIRA ABUD
Adv. : Dr(s). ANDRE LUIZ SAAD VIEIRA

2004.70.00.021577-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ORACIO TAKIGUCHI E OUTRO
Adv. : Dr(s). JONATAS PIRKIEL

2004.70.00.022118-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADALBERTO AMERICO PIETRUZA WALGER
Adv. : Dr(s). MARCIO CLEMENTINO SOARES

2004.70.00.022123-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANGELO BIZINELLI MAGNANI E OUTROS
Adv. : Dr(s). GERMANO LAERTES NEVES

2004.70.00.022128-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LEDA IZIDORO PEREIRA MITCZUK
Adv. : Dr(s). JOAO MARCOS CREMASCO

2004.70.00.023148-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DASIO SPISILA
Adv. : Dr(s). GLORIA MATUCHEWSKI

2004.70.00.024329-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NILSON TELES RODRIGUES E OUTROS
Adv. : Dr(s). JORGE DURVAL DA SILVA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Intime-se o autor, por meio de seu advogado, para efetuar o pagamento espontâneo da verba honorária a que foi condenado nesses autos, no prazo de 10 (dez) dias."
(fl. 293, I)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.008224-6 - NEWTON RICARDO SZCYMCSZYN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO GILBERTO VAZ RODRIGUES

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Indefiro o pedido de arresto do crédito que o réu possui na ação nº 99.00.23159-7, da 1ª Vara Federal desta subseção, uma vez que não há título executivo que autorize tal medida.
II. Esclareça a CEF, no prazo de 10 (dez) dias, o pedido de citação por edital, tendo em vista a informação constante na certidão da fl. 34-verso, de que o réu teria falecido.
Intime-se."
(fl. 46)

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.048572-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HOSSEM HASSEM MESSMAR
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, ACOLHO o processamento do presente incidente e DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO nele deduzido, fixando o valor da causa em R$ 15.601,00 (quinze mil, seiscentos e um reais).
Traslade-se cópia para os autos principais.
Sem honorários, por se tratar de mero incidente.
Intimem-se a União e os autores, estes, inclusive, para efetuarem o pagamento das custas complementares.
Decorrido o prazo preclusivo, desapensem-se e arquivem-se, após as baixas necessárias."
(fl. 26-27)

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2004.70.00.031735-0 - UNIAO FEDERAL X JOSEMAR NUNES E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELO COLLEONE

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Defiro o pedido de expedição de precatório do valor incontroverso (fls. 689-698), tendo em vista que a execução deve prosseguir em relação à parte não embargada, com fulcro no artigo 739, § 2º, do Código de Processo Civil, mormente porque aguardar o trânsito em julgado da decisão final a ser proferida nos embargos é providência desnecessária, que adia ainda mais o pagamento de quantia incontroversa. (...) Entretanto, da análise da inicial dos Embargos à Execução, o valor incontroverso é de R$ 57.883,25, atualizado até fevereiro de 2003, e não o informado na petição das fls. 689/698.
II. Intimem-se as partes.
III. Transcorrido o prazo recursal, expeça-se precatório pelo valor de R$ 57.883,25 (cinqüenta e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos)."
(fl. 706 e 707)

E também o seguinte despacho:
"I. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos (fls. 706/707).
II. Intimem-se os autores quanto à decisão supra referida.
III. Aguarde-se a apreciação pelo Tribunal, do pedido de concessão de efeito suspensivo do Agravo de Instrumento interposto.
IV. Sendo denegado tal efeito, cumpra-se integralmente a decisão das fls. 706/707."
(fl. 721)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.08245-8 - ADRIANA MARIA CAMARGO REZENDE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURO CAVALCANTE DE LIMA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Intime-se a autora para oferecer Contra-Razões, no prazo legal."
(fl. 238)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.001009-4 - MONTE SINAI COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA X CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S A ELETROBRAS E OUTRO
Adv. : Dr(s). MAURICIO ANTONIO PELLEGRINO ADAMOWSKI

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...II. O pedido de levantamento de valores não pode ser atendido neste momento...Assim, indefiro o pedido. Intime-se.
III.Diante do exposto, por analogia ao art. 265, inciso IV, alínea "a", do CPC, SUSPENDO O PROCESSO até o trânsito em julgado da aludida decisão do STF, conforme já determinado pela Portaria nº 03/2004 deste Juízo."
(fl. 26)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.042338-4 - ANTONIO BENTO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DAL AGNOL

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Intime-se o autor para se manifestar sobre as contestações, no prazo de 10 (dez) dias, bem como para dizer se pretende a produção de provas, devendo especificá-las e justificá-las."
(fl. 130,I)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.067484-8 - CLINIPAM CLINICA PARANAENSE DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA X AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
Adv. : Dr(s). EDGAR LENZI

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Intime-se a parte autora para esclarecer quanto à execução dos demais autores, visto que não será admitida execução parcial, conforme item V do despacho da fl. 149/151."
(fl. 178)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.022625-9 - JOSE ADAO PEREIRA DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ZILA CORREA VEIGA

Curitiba, 12/01/05

José Penia
Diretor de Secretaria da 8ª Vara.

SECRETARIA DA 8ª VARA FEDERAL
Boletim de Intimação nº 0002/2005

DESPACHOS e DECISÕES
Juíza Federal Titular: Dra. Vera Lúcia Feil Ponciano
Juíza Federal Subst.: Dra. Danielle Perini Artifon

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intimem-se os autores para, em 15 (quinze) dias, esclarecerem a informação constante nas fls. 316/318, de que os cálculos foram elaborados com base nos dados da Carteira de Trabalho, e não nos extratos das contas vinculadas ao FGTS, uma vez que esses documentos já se encontram juntados aos autos (fls. 245/314), bem como são os únicos hábeis a embasar a elaboração de cálculos de liquidação do julgado, por informarem os saldos de que dispunham as mencionadas contas vinculadas."
(fl. 319)

ACAO ORDINARIA

99.00.13879-1 - SERGIO CARLOS DE QUEIROZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação acerca da satisfação do crédito, no prazo de 10 dias.(Prov.05/03,art.206,XXX).
(fl. 271-274)

ACAO ORDINARIA

98.00.04745-0 - SILVIO VALDIR NASCIMENTO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ISABELLA ASSIS DA COSTA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I.Indefiro o pedido das fls. 294/295, uma vez que a CEF não tem mais cumprido espontaneamente, diante dos diversos pedidos posteriores de execução do julgado.
II. Renove-se a intimação dos autores para que cumpram os itens III e seguintes do despacho das fls. 286/287.
Intime-se"
(fl. 297)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.018988-3 - MARCOS DANTAS DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROMULO FERREIRA DA SILVA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Defiro o pedido da fl. 346. Concedo aos autores prazo de 30 (trinta) dias para promoverem a execução do julgado, na forma do art. 652 do Código de Processo Civil.
II. Caso não haja a deflagração da execução, arquivem-se os autos, observando a ressalva constante no item VII do despacho das fls. 343/344.
(fl. 348)

ACAO ORDINARIA

98.00.16430-8 - MARCOS ROBERTO GOMES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação, em cinco dias, sobre a petição apresentada pela parte requerida. (Prov.05/03,art.206,VI)
(fls. 301-313)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.005023-6 - FERNANDO DE SOUZA BRAZIL RAMOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS

———————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"III. Diante do exposto, JULGO EXTINTA a presente execução, com fulcro nos arts. 295, V, 267, VI, 598 e 583, todos do CPC.
Condeno a exeqüente nas custas processuais e em honorários advocatícios, fixados estes em R$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 20, §4º, do CPC.
P. R. I.
IV. Transitada em julgado, intime-se o executado para requerer o que de direito, no prazo de 10 (dez) dias."
(fl. 28-29) PARTES

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.017383-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HILBER GOMES BARROS
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA, CLEBER EDUARDO ALBANEZ

No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação sobre a contestação, no prazo de dez dias, bem como para especificar as provas que pretende produzir, justificando-as.
(Prov.n.05/03, art.206, V)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.015962-8 - JOSE EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA e Outro X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). SERGIO RENATO COSTA FILHO

———————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO deduzido na inicial, para o fim de declarar a inexigibilidade do Imposto de Renda Pessoa Física, incidente sobre as parcelas percebidas pelos autores a título de conversão em pecúnia do ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS, LICENÇA-PRÊMIO e AUTORIZAÇÃO PARA AUSÊNCIAS PERMITIDAS, inclusive quando tais direitos trabalhistas são inde-nizados na rescisão do contrato de trabalho, razão pela qual CONDENO a UNIÃO a restituir aos autores os valores recolhidos indevidamente a título do imposto mencionado, no período posterior a 14.05.19 94, descontando-se eventual restituição na efetuada na esfera administrativa ou compens ação por ocasião da entrega da declaração de ajuste anual, tudo a ser apurado na fase de liquidação.
Os valores referentes aos créditos dos autores deverão ser atualizados desde a data do pagamento indevido, de acordo com a UFIR (até 31.12.1995) e, a partir de janeiro de 1996, taxa SELIC (art. 39, § 4°, da Lei 9.250-95, e artigo 73, da Lei nº 9.532-97), sem a incidência de juros de mora.
Condeno a União ao ressarcimento das custas processuais despendidas pelos autores e hon orários advocatícios, os quais fixo em 10 % (Dez por cento) sobre o valor da causa.
Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição.
P.R.I."
(fl.222-226)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.019178-0 - MASSAKO MIYAKODA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Diante do exposto, não conheço de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos Termos de Adesão juntados ou que venham a ser juntados aos autos, que não tenham ainda sido homologados, bem como, pelo mesmo motivo, não conheço, por ora, de qualquer pedido de desistência ou alegação de invalidade de aludidos acordos. (...) II. Concedo à parte autora prazo de 30 (trinta) dias para promover a execução do julgado, na forma do art. 652 do Código de Processo Civil, caso entenda ainda haver crédito em seu favor. (...) VII. Decorrido o prazo concedido sem propositura da execução, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação.
Saliento que o arquivamento não implica a perda pela parte do direito de promover a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo prescricional.
Intime-se"
(fl. 431-432)

ACAO ORDINARIA

97.00.18887-6 - LEANDRO RODRIGUES DE BARROS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLY DE CASSIA MENESES FRANCA REGIANI

———————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, ACOLHO os presentes embargos à execução e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para o fim de fixar o valor da execução em R$ 22.752,61 (Vinte e dois mil, setecentos e cinqüenta e dois reais e sessenta e um centavos), atualizado até o mês de agosto de 2003.
Tendo em vista que a exeqüente decaiu de parte mínima do pedido, condeno a UNIÃO ao pagamento de honorários advocatícios à embargada, que fixo em R$ 300,00 (trezentos reais).
P. R. I.

Por economia processual, a execução da verba de sucumbência deverá ser processada nos autos principais.
Traslade-se cópia dos cálculos e desta sentença para a ação principal. Transitada em julgado, desapensem-se e arquivem-se, após as baixas necessárias."
(fl. 26-27)

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.075437-0 - UNIAO FEDERAL X COMERCIAL AGRICOLA E TRANSPORTE DE CEREAIS KUSDRA LTDA
Adv. : Dr(s). GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO deduzido na inicial.
Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios à União, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado, tendo em vista a natureza da ação e a ausência de dilação probatória.
P.R.I."
(fl. 155-158)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.003936-2 - JABENATO AUDITORES ASSOCIADOS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DEBORA CRISTINA DE GOIS MOREIRA LOBO

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Defiro o pedido da fl. 326. Concedo aos autores prazo de 30 (trinta) dias para promoverem a execução do julgado.
II. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se."
(fl. 328)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.02529-6 - ADEMIR EOLARIO DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLY DE CASSIA MENESES FRANCA REGIANI

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"III. Diante do exposto, excluo a Caixa Econômica Federal da relação processual, motivo pelo qual, em relação a ela, julgo o processo extinto sem apreciação do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.
Condeno o autor ao pagamento de honorários advocatícios à CEF, fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista a natureza da causa e a ausência de dilação probatória.
Conseqüentemente, restando o ABN - AMRO Arrendamento Mercantil S.A no presente feito, pessoa jurídica de direito privado, com fulcro no art. 109, inc. I, da CF, e da Súmula 150, do STJ, declino da competência em favor da Justiça Estadual desta Comarca.
IV. Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao Juízo da 21ª Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, após as baixas necessárias."
(fl. 450-451) - AUTOR E ABN

ACAO CAUTELAR

2001.70.00.032991-0 - IRAK DE SOUZA MACHADO X ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). SERGIO PAULO FRANCA DE ALMEIDA, KARINE SIMONE POFAHL WEBER

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"III. Diante do exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, e NEGO-LHES PROVIMENTO."
(fl.279-280)

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.037747-3 - ROMANI INDUSTRIA E COMERCIO DE SAL S/A X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LAERDIO PAVESI ESTEVES

———————————————————-
No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação, em cinco dias, sobre a petição apresentada pela Ministério Público Federal. (Prov.05/03,art.206,VI)

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2004.70.00.029552-4 - LAYALI ADEL WAKED X Adv. : Dr(s). FABIO AMARAL NOGUEIRA

———————————————————-
No processo abaixo abre-se vista ao requerente acerca do retorno da carta pecatória não cumprida, tendo em vista o Ofício da Comarca de São Borja. Prov.05/03,art.206,XVI).
(fl. 120)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.049280-1 - ALOISIO GOMES DE FARIAS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MOYSES GRINBERG

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo(s) foi proferido despacho determinando a intimação dos Embargados para apresentarem impugnação, no prazo legal.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.032859-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALACIR DA ROSA GASPAR E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCIA ELIZABETE DE OLIVEIRA TORNESI

2004.70.00.033045-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X VICENTE KOTELAK E OUTROS
Adv. : Dr(s). ISABELLA ASSIS DA COSTA

2004.70.00.033047-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROGERIO PINTO PINHEIRO
Adv. : Dr(s). ALCENICE MARINA SWAROWSKI

2004.70.00.033053-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA DE LOURDES SILVA DE MORAES
Adv. : Dr(s). AGOSTINHO BONIN JUNIOR

2004.70.00.033074-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROMILDO CULPI PAULIN E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK

2004.70.00.033541-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HAMILTON IANOSKI E OUTROS
Adv. : Dr(s). ISABELLA ASSIS DA COSTA

2004.70.00.033543-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FERNANDO FLEUKHAUS E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

2004.70.00.033547-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NEUZA DE FATIMA MERCHIORI E OUTROS
Adv. : Dr(s). VILSON GUDOSKI

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Este processo foi redistribuído da antiga 7ª Vara Federal, conforme Resolução nº 44/04 do Presidente do TRF da 4ª Região.
Melhor analisando os autos, verifico que a decisão das fls. 08-10 não se encontra assinada, não havendo como suprir a falta, por ter sido proferida por outro juízo. Assim, referida decisão é inexistente. (...) III. Intimem-se as partes.
IV. Após, voltem os autos conclusos para ser proferida nova decisão."
(fl. 23) PARTES

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2003.70.00.008099-0 - COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL - CBEE X BRITANIA ELETRODOMESTICOS S/A E OUTROS
Adv. : Dr(s). EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMIRES, MARCOS WENGERKIEWICZ

Curitiba, 12/01/05

José Penia
Diretor de Secretaria da 8ª Vara.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SECRETARIA DA 9A. VARA FEDERAL
RUA ANITA GARIBALDI, 888, 6º ANDAR

JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA EM EXERCÍCIO:
DRA. IVANISE CORRÊA RODRIGUES

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 0003/2005

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do autor para, no prazo de 10 dias, comprovar o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.043199-7 - CONDOMINIO RESIDENCIAL ILHA DO MEL X DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). ANTONIO GERALDO SCUPINARI
(desp. da fl. 31)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do autor para, no prazo de 10 dias, comprovar o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.038439-9 - FRANCISCA BERENICE DIAS GIL X UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). SERGIO PAULO FRANCA DE ALMEIDA
(certidão da fl. 315)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho: Indefiro o pedido de antecipação de tutela.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.042418-0 - ALBINO BORA, ORLANDO BOSQUETTO, ALICE MIYOKO LENZ, LIDIA RODRIGUES MARCON, ALCIDES GOMES DA ROCHA X BRASIL TELECOM SA, AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
Adv. : Dr(s). ANDRESSA RABELLO FERREIRA
(desp. de fls. 41/42)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho: Indefiro o pedido de antecipação de tutela.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.040663-2 - IRENE PAIVA OGG, TEREZA OLIVEIRA IGERSKI GALVAO, ADAIR GONÇALVES DOS SANTOS, BARAO DEMIL CORES, ALCIDIA ALENSKI HADDAD X BRASIL TELECOM, ANATEL
Adv. : Dr(s). JONAS BORGES
(desp. de fls. 44/45)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do procurador do autor para assinar a petição inicial.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.042358-7 - MOTOMCO MUNDI INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA X UNIAO FEDERAL, CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
Adv. : Dr(s). ADYR RAITANI JUNIOR
(desp. da fl. 226)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do autor para emendar a inicial, esclarecendo o valor atribuído à presente demanda, apresentando planilha de cálculo que justifique o valor encontrado.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.042355-1 - NELSON POMMERENING X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO NUNES NASCIMENTO
(desp. da fl. 79)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos autores para, no prazo de 10 dias, comprovarem não estarem formulando nestes autos pedido idêntico ao formulado em outros autos, através de documento, contendo, em especial, objeto, causa de pedir, qualificação das partes, CPF, bem como atual fase do processo.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.040881-1 - CASSIO IASSUO SHIOKAWA, JUAN FERNANDEZ LIZARAZU, OTAVIO KAZUO OKADA, SILVIO XAVIER, WALDOMIRO KOLOZWA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JANAINA BAPTISTA TENTE
(desp. da fl. 118)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do autor para proceder a atualização dos cálculos, pois o pedido foi protocolado em 26/11/04, e a atualização foi realizada para o mês de junho/03.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.039738-2 - ELIZABETE DE PONTES MULLER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ERALDO LACERDA JUNIOR
(desp. da fl. 22)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho: Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.038195-7 - PARANA CLINICAS PLANOS DE SAUDE SA X AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
Adv. : Dr(s). AMILTON FERREIRA DA SILVA, ANGELIANE MARIA ACHEJELINSKI, OLAVO PEREIRA DE ALMEIDA
(desp. da fl. 4303)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido sentença homologando o acordo firmado entre as partes, tendo sido julgado extinto o processo, com julgamento do mérito. Cada qual arcará com os honorários advocatícios de seu patrono, sendo que o autor arcará também com as custas processuais, nos termos do referido acordo.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.035960-5 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA X EDITORA VENEZA DE CATALOGOS LTDA
Adv. : Dr(s). RENATO FARTO LANA, EROULTHS CORTIANO JUNIOR, ERICA DE SOUZA MORAES
(sent. de fls. 71/72)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido sentença julgando parcialmente procedente o pedido, condenando a União Federal ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ora fixados.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.034961-2 - JEFFERSON TEIXEIRA, ANTONIO CEZAR ZENI VIEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO GILBERTO M CARRIJO, ALEXSANDRA MARILAC BELNOSKI
(sent. de fls. 146/155)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do autor para, no prazo de 05 dias, comprovar o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.033811-0 - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CRUZEIRO DO OESTE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JANAINA BAPTISTA TENTE
(desp. da fl. 107)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A ELES NEGO PROVIMENTO, conforme fundamentação.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.024197-7 - ROBERTO SCHONENBORN, CARLOS PAES DE CAMPOS, ALBERTO RICARDO MARTINS CORREA, ANTONIO BARBOSA, CELSO SOARES MACHADO, JORGE DAMASCENO DA SILVA, OSMIR CHAVES DE MELLO, ZULMA DO NASCIMENTO ASSUNCAO, DEBORA MARIZA DE OLIVEIRA MAIER, CLEOPATRA AGGE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GUSTAVO ALBERTO WEBER
(sent. de fls. 102/103)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A ELES NEGO PROVIMENTO, conforme fundamentação.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.023600-3 - MARCOS CIDNEI DROSDEK X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANE MAGNABOSCO DA SILVA, MARCIO MAGNABOSCO DA SILVA
(sent. de fls. 63/64)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A ELES NEGO PROVIMENTO, conforme fundamentação.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.001233-2 - FABIO FERREIRA, FERNANDO ZAVIERUCHA, JOSE VALDIR MACARIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIUS GHEBUR, GUSTAVO BERTO ROCA, HAMILTON BONATTO
(sent. de fls. 118/119)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A ELES NEGO PROVIMENTO, conforme fundamentação.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.079082-8 - IVETE ALVES DA ROCHA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO BELMIRO DOS SANTOS, ALINE ALVES DOS SANTOS
(sent. de fls. 78/79)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A ELES NEGO PROVIMENTO, conforme fundamentação.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.049860-1 - ARACIDES MACIEL X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANE MAGNABOSCO DA SILVA, MARCIO MAGNABOSCO DA SILVA
(sent. de fls. 67/68)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A ELES NEGO PROVIMENTO, conforme fundamentação.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.000581-5 - HELIO CASSOL, IRINEU BRACHTVOGEL X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). PETRUSKA LAGINSKI
(sent. de fls. 89/90)

——————————————————— Nos autos abaixo relacionados intima-se a parte da baixa dos autos e para requerer o que de direito, em 10 dias, apresentando cálculo de liquidação, se for o caso. (Port. nº 08/02, art. 18)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.050434-7 - ANA MARIA LECHINSKI RODRIGUES, EUDE CARVALHO RIBEIRO, MILTON HOPPEN, ROSE MARIE HAYASHI ABREU X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER

2002.70.00.076123-0 - JOSE MARQUES RIBEIRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

2003.70.00.004871-1 - LUIZ ANTONIO DEPICULI NETO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIEGO MARTINS GASPARY

2003.70.00.009573-7 - ADHEMAR CUNHA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANDREA CUNHA

2004.70.00.022320-3 - IGOR LORENO DOMIT EMPINOTTI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE BASILIO GUERRART

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferido sentença julgando parcialmente procedente o pedido, condenando as partes, tendo em vista a sucumbência recíproca, ao pagamento de custas proporcionais pro rata, devendo cada uma arcar com os honorários advocatícios de seus procuradores.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.021300-3 - SERGIO HASSI ANTUNES DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANE MAGNABOSCO DA SILVA, MARCIO MAGNABOSCO DA SILVA
(sent. de fls. 47/58)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferido sentença julgando parcialmente procedente o pedido, condenando as partes, tendo em vista a sucumbência recíproca, ao pagamento de custas proporcionais pro rata, devendo cada uma arcar com os honorários advocatícios de seus procuradores.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.045794-5 - ANAIR BAGE MEDEIROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS
(sent. de fls. 57/66)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi indeferido o pedido de apresentação de documentos, pois constitui ônus do autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito; e de realização de prova pericial, uma vez que a matéria em discussão é exclusivamente de direito.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.019735-6 - PARISINE TECIDOS E DECORACOES LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DANIELLE ROCHA BRASIL
(desp. da fl. 48)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: JULGO PROCEDENTE o pedido, conforme fundamentação. Condeno a ré ao pagamento de honorários, ora fixados, bem como ao pagamento das custas processuais. Foi determinada a intimação do autor para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.018054-0 - ANTONIO JOSE CATTO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARISI MARA ARPINI MIGUEL
(sent. de fls. 49/52 e desp. da fl. 61)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: JULGO PROCEDENTE o pedido, conforme fundamentação. Condeno a ré ao pagamento de honorários, ora fixados, bem como ao pagamento das custas processuais. Foi determinada a intimação do autor para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.013386-0 - RUI GERBER ESPOLIO, EOLITA CECATTO TONELLI, HAMILTON RODRIGUES DE LIMA, JOSE PORFIRIO DE SOUZA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GISELE AGOSTINI BUQUERA
(sent. de fls. 102/105 e desp. da fl. 114)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: JULGO PROCEDENTE o pedido, conforme fundamentação. Condeno a ré ao pagamento de honorários, ora fixados, bem como ao pagamento das custas processuais. Foi determinada a intimação do autor para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.006896-9 - ANTONIO DINIVAL PEREIRA DE SOUZA, GILDARDO TOMICH, JOAO BATISTA REIKDAL DE LIMA, JOAO OLIVIO DA SILVA, MARIA SALETE MINOTTO TAVARES, MARIA ELSA DA SILVA, MATHILDE STREMEL MASSINHAM, PAULO MASSACAZU OGAWA, SANDRA MARA REIKDAL, THEREZINHA DE PAULA X UNIAO FEDERAL, FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS
(sent. de fls. 74/82 e desp. da fl. 100)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: JULGO PROCEDENTE o pedido, conforme fundamentação. Condeno a ré ao pagamento de honorários, ora fixados, bem como ao pagamento das custas processuais. Foi determinada a intimação do autor para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.003473-0 - LUIZA MORIBE, LUIZ ANTONIO DE PIERI, MARIA CATARINA ALEXANDRE, REGINA MARIA MENDES NOGUEIRA, ROSA LILIR FRAGOSO, SHEILA THEREZINHA GALLIANO, SOLANGE FALCAO BRANDAO CORTES GOBBO, TEREZINHA ZELINDA WERLANG X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS
(sent. de fls. 67/75 e desp. da fl. 93)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: JULGO PROCEDENTE o pedido, conforme fundamentação. Condeno a ré ao pagamento de honorários, ora fixados, bem como ao pagamento das custas processuais. Foi determinada a intimação do autor para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.003471-6 - ANTONIO CARLOS MANHAES, CRISTIANE REGINA ANDRADE PEREIRA, EDNA MARA AMERICO, ELENIR DACROCE DALLAPICCOLA, ELIANE FERREIRA DE SALES, ELISABETE HARUMI MORIKAWA, EPAMINONDAS PRODLIK BUTURI, GELCEI TEREZINHA LAGO BROCARDO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS
(sent. de fls. 67/75 e desp. da fl. 93)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: JULGO PROCEDENTE o pedido, conforme fundamentação. Condeno a ré ao pagamento de honorários, ora fixados, bem como ao pagamento das custas processuais. Foi determinada a intimação do autor para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.082837-6 - ETA - ENGENHARIA DE TRATAMENTO DE AGUAS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIO ASSIS GEHLEN
(sent. de fls. 216/222 e desp. da fl. 231)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: JULGO PROCEDENTE o pedido, conforme fundamentação. Condeno a ré ao pagamento de honorários, ora fixados, bem como ao pagamento das custas processuais. Foi determinada a intimação do autor para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.039986-6 - MARIA DAS GRACAS RIGONI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA
(sent. de fls. 68/71 e desp. da fl. 87)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.018005-8 - ESPEDITO SCORSIN, JACY MARCHIORI, JOAO VALERIANO MENDES DO PRADO, JUAREZ BATTISTI, LOURIVAL DA SILVA KERN, LUIZ ALBERTO STELLE, PAULO LEONIDAS BUZATO, OSMAR XAVIER DA COSTA, OTAVIO BISCAIA, PEDRO JAKUBIAK X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE BASILIO GUERRART
(desp. da fl. 143)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.013064-0 - ADELMO FREITAS DA SILVA, EDMAR PAULO SCHERER, JOAO MARIA ALVES RIBEIRO, JOAO SADY GODOY, PERI BORGES DAS CHAGAS, TANGER DA COSTA GUIMARAES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE BASILIO GUERRART
(desp. da fl. 221)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.010825-6 - DIRCEU CARNEIRO E MELLO, IZABELINA SOARES BUENO RIBAS, MARIA DOS SANTOS SILVA, ODINEI MIRANDA DE FARIAS, YARA D'AMICO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELIANA MEIRA NOGUEIRA
(desp. da fl. 159)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084745-0 - ODETE BELINSKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICARDO RUSSO
(desp. da fl. 92)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.083362-1 - ALBERTO GOMIG, AURELIO RODRIGUES DE SOUZA, DANIEL RIBAS DALALIBERA, JORGE LUIZ DO AMARAL GOMES, JOSE AUGUSTO MARANHAO JUNIOR, LUCIANO SCHULTZ, LUIZ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA, MAURO COSTA, NELSON CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA, ROBSON RODOLFO RODRIGUES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIO CEZAR SAMPAIO TEIXEIRA
(desp. da fl. 145)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.019015-1 - MASAO MINEHIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA
(desp. da fl. 205)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.016484-0 - SONIA MARA HECKE HINTZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA, MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA
(desp. da fl. 259)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.015385-3 - ELLEN HASS DE OLIVEIRA PEDROZA, PAULO AFONSO TELCK SCHAWARTZ, SONIA MARIA MIOTTO KIAPUCHINSKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ GIL DE ALMEIDA, RICARDO PREZUTTI
(desp. da fl. 261)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.014789-0 - RUBENS DE SIQUEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA
(desp. da fl. 176)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.004948-0 - AUTO POSTO EUROPA LTDA X AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP
Adv. : Dr(s). ROBERLEI ALDO QUEIROZ
(desp. da fl. 190)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.003703-8 - CEZAR ANTONIO KNACK X UNIAO FEDERAL, CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A
Adv. : Dr(s). LINCOLN TADEU CERKUNVIS
(desp. de fls. 268 e 274)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.066895-2 - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DO PARANA LTDA S/C X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLEITON SACOMAN, WELLINGTON TREUMANN PEDROSO
(desp. da fl. 190)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.018412-0 - MARIA TERESINHA MARTINI SORGI, MARLI WOLSKI SIQUEIRA CORTES, OLGA MARIA HILGENBERG DE ARAUJO, VINICIO BRUNI X DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA NONA REGIAO
Adv. : Dr(s). MAURO CAVALCANTE DE LIMA
(desp. da fl. 161)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação das partes para dizerem se concordam com o valor dos honorários propostos pelo perito, no prazo de 5 dias.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.017087-9 - RIBEIRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E INCORPORACOES LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). EMERSON RODRIGUES DA SILVA, LUCIUS MARCUS OLIVEIRA
(desp. da fl. 279, item 5)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação das partes para especificarem, de forma justificada, em 5 dias, as provas que pretendem produzir. (Prov. 22/99, artigo 3º, item 5)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.000650-9 - MARIO KOLLING, MARIO LANGER, MARTIM ALBRECHT, MARTIN KLIEMANN, MARTINOS HAHN, MENARIO ARMELINDO LUDWIG, MIGUEL CIPRIANO, MIGUEL GUILHERME WERLANG, MIGUEL SESTAK, MILTON KIRSTEN X UNIAO FEDERAL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, BANCO DO BRASIL S/A
Adv. : Dr(s). CLARICE AMELIA MARTINS C. TEIXEIRA

2004.70.00.015189-7 - HILBERTO VOIGT, VILMAR FULBER, WALDOMIRO GERGHAHN FULBER X UNIAO FEDERAL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, BANCO BRASIL S.A
Adv. : Dr(s). FABIO SPAGNOLLI

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos autores para esclarecerem objetivamente se pretendem a realização da prova pericial para a comprovação de fatos constitutivos de seu direito. Observo que o laudo técnico eventualmente apresentado com a inicial não goza da presunção de imparcialidade advinda da realização de perícia em juízo, entretanto, pode ser utilizado como elemento probatório a ser sopesado conjuntamente com as demais provas constantes dos autos.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.013492-9 - JOAO CARLOS DE LIMA, NELSON FERNANDES DE LIMA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO CARLOS DE LIMA
(desp. da fl. 104)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferido despacho acolhendo a competência e ratificando os atos anteriormente praticados. Foi determinada a intimação das partes para especificarem, de forma justificada, em 5 dias, as provas que pretendem produzir.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.009902-4 - PEDRO ROMANOVSKI, HENRIQUE OPALINSKI, EDUARDO WIERZBICKI, BRUNO ZEPECHOKA, LAURO NEGRELLI, LUIZ GERVASIO ZEPECHOUKA X AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL, TELEPAR BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). MARICLEIA DO ROCIO SANTOS
(desp. da fl. 322)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferido despacho acolhendo a competência e ratificando os atos anteriormente praticados. Foi determinada a intimação das partes para especificarem, de forma justificada, em 5 dias, as provas que pretendem produzir.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.010917-7 - ANTONIO TEMIRCIO CAPISTRANO, PEDRO ALVACY NEGRELLI, EDUARDO DZIKOWICZ, MARIA JOSE DOS SANTOS, LEONARDO MARQUES X AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL, TELEPAR - BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). MARICLEIA DO ROCIO SANTOS
(desp. da fl. 266)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da autora para esclarecer se ajuizou a presente demanda em face da União Federal ou do INCRA, tendo em vista a indicação de ambas as pessoas jurídicas na petição inicial.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084859-4 - CINTYA BUCH MELFI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CINTYA BUCH
(desp. da fl. 53)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: Declaro prescrita a parcela relativa à competência de agosto/93, extinguindo o processo com julgamento do mérito. Julgo improcedente o pedido em relação à contribuição do INCRA. E julgo parcialmente procedente o pedido no que tange à exclusão da multa de mora. Condeno o autor ao pagamento da metade das custas processuais e em honorários advocatícios em favor do INCRA. No que tange à relação processual entre o autor e o INSS, dada a sucumbência recíproca, compensam-se reciprocamente os honorários advocatícios de seus procuradores. O INSS arcará com a outra metade das custas processuais.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.049368-8 - SUCESSORES DE DORIVAL RIBEIRO LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS., INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
Adv. : Dr(s). FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA
(sent. de fls. 439/458)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a reiteração da intimação dos autores para procederem ao desmembramento do feito em relação ao autor Nicolau Gebran do Nascimento, conforme determinado na decisão de fls. 98/105.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.037224-1 - ARMANDO DIAS, JOSE RAIMUNDO RIBAS, LUIZ PLACIDO MORAES DA CUNHA, ANTONIO CESAR DE ANDRADE VILSEKI - ESPOLIO, NAURO DE OLIVEIRA CASTRO, NICOLAU GEBRAN DACHEUX DO NASCIMENTO, ROSELI CONCEICAO GABARDO, SYLVIO ROCHA NOGUEIRA, VALDIVIO ANTONIO VICENTE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MITSUYO FUGIMOTO STONOGA
(desp. da fl. 114)

——— Nos autos abaixo relacionados foi proferido despacho decidindo não conhecer de pedidos de homologação de acordos extrajudiciais antes de se instaurar processo de execução; não conhecer de requerimentos de prazo para o cumprimento espontâneo do julgado; indeferir pedidos de imposição de multa pela ausência de cumprimento espontâneo do julgado; indeferir requerimentos de apresentação de extratos pela CEF; determinar que as execuções de cada título sejam propostas em litisconsórcio ativo abrangendo todos os credores da ação de conhecimento, ressalvada a hipótese de demonstração articulada de que os demais litisconsortes não têm interesse na execução por seu direito já estar satisfeito, ou em caso de execução de honorários fixados na sentença exeqüenda; determinar que os credores promovam a execução do julgado, inclusive quanto a eventuais diferenças de crédito realizados espontaneamente pela CEF, no prazo máximo de 30 dias, sendo que o valor devido, se omissa a sentença condenatória exeqüenda, deverá sofrer incidência da súmula 37 do TRF da 4ª Região; determinar o arquivamento dos autos na hipótese do decurso de referido prazo sem a adoção da providência explicitada, independentemente de nova intimação; e indeferir pedido de dilação de prazo para a propositura da execução sem o arquivamento dos autos, assegurando-se a execução da sentença mediante futuro desarquivamento, respeitado o prazo prescricional vigente.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.032244-4 - LUIZ FERNANDO DE SOUZA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SILVESTRE DIAS DOS REIS, DANIELE DIAS DOS REIS
(9desp. de fls. 83/85)

——— Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: Conheço os presentes embargos de declaração e a eles dou provimento, nos termos da fundamentação exposta. Foi revogado o despacho da fl. 92, que recebeu o recurso de apelação da CEF, em razão da sua intempestividade.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.010617-6 - ALDEMIR WANDERLAY BORGES DE REZENDE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA
(sent. de fls. 96/98)

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do autor para se manifestar acerca da petição da CEF de fls. 105/108.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.002088-9 - ALAIR ANTONIO GONCALVES, VANIA MARIA DOS REIS GONCALVES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADRIANA GONÇALVES

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da autora para comprovar o depósito da 2ª parcela dos honorários periciais, uma vez que não foi juntado qualquer comprovante.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.077707-8 - ANA CRISTINA PIRES PEREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos exeqüentes para se manifestarem sobre a satisfação de seu crédito, no prazo de dez dias. Observo que o silêncio será interpretado como satisfação da obrigação.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.069851-8 - GEANIR DE MELLO CAVALHEIRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIEGO MARTINS CASPARY
(desp. da fl. 76)

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos exeqüentes para se manifestarem sobre a satisfação de seu crédito, no prazo de dez dias. Observo que o silêncio será interpretado como satisfação da obrigação.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.067486-1 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA X COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE MACHADO DA SILVA
(desp. da fl. 112)

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos exeqüentes para se manifestarem sobre a satisfação de seu crédito, no prazo de dez dias. Observo que o silêncio será interpretado como satisfação da obrigação.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.065830-2 - MILTON ROBERTO FERNANDES ALHADAS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO FERRAZ BATISTA
(desp. da fl. 116)

——— Nos autos abaixo relacionados foi deferido o pedido de prazo, conforme requerido.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.068107-5 - HUGO MEES, JACIR ADOLFO ERTHAL, MANOEL BATISTA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SILVANA SANTOS TURIN

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinado o desarquivamento do processo, pelo prazo de cinco dias, após efetuado o pagamento das custas pertinentes pelo interessado, com a conseqüente vista, e, nada sendo requerido, o retorno ao arquivo.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.066766-2 - NEUSA MOREIRA ROCHA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELLO TRAJANO DA ROCHA

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação das partes para se manifestarem sobre o prosseguimento do feito, tendo em vista o desapensamento dos autos de embargos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.066375-9 - LUIZ CARLOS FONSECA FILHO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SAMANTHA SADE, GIOVAN VENDRUSCOLO, JOHNSON SADE

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos autores para se manifestarem sobre a petição e documentos apresentados pela CEF às fls. 154/179.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.060819-0 - LUIZ TOMAZ DE OLIVEIRA, ROSA SHIMAZAKI DE OLIVEIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EROS BELIN DE MOURA CORDEIRO, RODRIGO AGUSTINI, ROOSEVELT ARRAES
(desp. da fl. 180)

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para se manifestar sobre o ofício da fl. 114, o qual devolveu a carta precatória expedida por não ter sido provado o recolhimento das custas.

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.00.030330-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LEONIDO VARGAS ANTUNES DE OLIVEIRA JUNIOR
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES, GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE

——— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do impetrante para complementar o valor das custas processuais.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.043334-9 - RICARDO LUIZ MAGGI ZANETTE X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
Adv. : Dr(s). BENEDITO JOSE PERBONI
(desp. da fl. 14)

——— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho indeferindo a liminar pleiteada.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.039711-4 - DATAPROM SMART CARDS - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR
(desp. de fls. 337/338)

CURITIBA, 13 de janeiro de 2005

MARCIA MARIA DIAS COLLIN
DIRETORA DE SECRETARIA

Varas Federais de Foz do Iguaçu

SECRETARIA DA PRFOZ01

BOLETIM DE INTIMAÇÃO NR. 003/2005

Sentenças proferidas pela MMa. Juíza Federal SILVIA REGINA SALAU BROLLO e pelo MM. Juiz Federal Substituto RAPHAEL CAZELLI DE ALMEIDA CARVALHO, ambos da 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível da Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu-Pr.

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Trata-se de execução da sentença proferida nestes autos de Ação Ordinária.
Citada nos termos do art. 652, do CPC, a CEF efetuou o pagamento, com o qual a parte autora concordou.
Diante do exposto, declaro extinta a execução, com fundamento no art. 794, I do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se, com baixa na distribuição.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.10.12540-2 - SIZELDA CALEGARI CAVALI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Trata-se de execução da sentença proferida nestes autos de Ação Ordinária.
Citada nos termos do art. 730, do CPC, a União concordou com o valor relativo ao principal, mas ofereceu embargos quanto ao valor dos honorários.
Recebido os valores requisitados, a parte autora restou silente, pressupondo sua satisfação com o pagamento.
Ademais, quanto os honorários, porque expedida Requisição de Pequeno Valor, a Lei nº 10.259 de 12.07.01, ao instituir os Juizados Especiais Federais, conceituou como obrigações de pequeno valor aquelas não excedentes a 60 (sessenta) salários mínimos, prevendo mecanismo de pagamento mais célere do que os precatórios requisitórios. No entanto, em seu art. 17, § 3º, vedou expressamente a complementação dos valores requisitados.
Diante do exposto, declaro extinta a execução, com fundamento no art. 794, I do CPC.

ACAO ORDINARIA

99.10.11744-4 - GROFF & CIA LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AGNALDO CHAISE, MOHAMED TARABAYNE

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Trata-se de execução da sentença proferida nestes autos de Ação Ordinária.
Citado nos termos do art. 730, do CPC, a INSS concordou com o valor exeqüendo.
Recebido os valores requisitados, a parte autora restou silente, pressupondo sua satisfação com o pagamento.
Ademais, a Lei nº 10.259 de 12.07.01, ao instituir os Juizados Especiais Federais, conceituou como obrigações de pequeno valor aquelas não excedentes a 60 (sessenta) salários mínimos, prevendo mecanismo de pagamento mais célere do que os precatórios requisitórios. No entanto, em seu art. 17, § 3º, vedou expressamente a complementação dos valores requisitados.
Diante do exposto, declaro extinta a execução, com fundamento no art. 794, I do CPC.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.10.11767-3 - MOVEIS LAR LTDA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGELICA SANSON DE ANDRADE

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Trata-se de execução de sentença, em que a exeqüente manifesta-se satisfeita com o pagamento efetuado, requerendo a extinção da execução (fl. 266).
Configura-se a hipótese prevista no artigo 794, I do Código de Processo Civil, razão pela qual declaro extinta a presente execução.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se, com baixa na distribuição.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.02.003874-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO X IVONE MARIA TEIXEIRA
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Trata-se de execução da sentença proferida nestes autos de Ação Ordinária.
Citada nos termos do art. 730, do CPC, a União concordou com o valor exeqüendo.
Recebido os valores requisitados, a parte autora restou silente, pressupondo sua satisfação com o pagamento.
Ademais, a Lei nº 10.259 de 12.07.01, ao instituir os Juizados Especiais Federais, conceituou como obrigações de pequeno valor aquelas não excedentes a 60 (sessenta) salários mínimos, prevendo mecanismo de pagamento mais célere do que os precatórios requisitórios. No entanto, em seu art. 17, § 3º, vedou expressamente a complementação dos valores requisitados.
Diante do exposto, declaro extinta a execução, com fundamento no art. 794, I do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se, com baixa na distribuição.

Trata-se de execução da sentença proferida nestes autos de Ação Ordinária.
Citada nos termos do art. 730, do CPC, a União concordou com o valor exeqüendo.
Recebido os valores requisitados, a parte autora restou silente, pressupondo sua satisfação com o pagamento.
Ademais, a Lei nº 10.259 de 12.07.01, ao instituir os Juizados Especiais Federais, conceituou como obrigações de pequeno valor aquelas não excedentes a 60 (sessenta) salários mínimos, prevendo mecanismo de pagamento mais célere do que os precatórios requisitórios. No entanto, em seu art. 17, § 3º, vedou expressamente a complementação dos valores requisitados.
Diante do exposto, declaro extinta a execução, com fundamento no art. 794, I do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se, com baixa na distribuição.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.02.001306-0 - ISRAEL TURISMO LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLEDY GONCALVES SOARES DOS SANTOS

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) declaro extinta a execução, com fundamento no art. 794, I, do CPC. Transitada esta em julgado, arquivem-se estes autos dando-se baixa na distribuição."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.02.005800-6 - JOSE NEWTON MALGARISE FONTANELLA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIRO MOURA

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Não é possível sequer cogitar de contradição solucionável em embargos. Isto porque a contradição que deve ser aclarada pelos embargos de declaração é aquela contida no próprio corpo da sentença embargada. Não é o caso dos autos.
Se cogita o INSS de erro na conclusão a que chegou a sentença, aí já não é questão que possa ser resolvida por meio de embargos, desafiando recurso diverso, dirigido à Superior Instância para alteração do julgado.
Importante salientar que a revisão administrativa foi protocolizada na esfera administrativa antes da propositura da demanda principal, mas o mérito foi decido em data posterior.
O fato de o INSS já ter efetuado o pagamento das verbas reconhecidas como devida não implica na improcedência do pedido de revisão, apenas resulta na desnecessidade de se executar a sentença.
Diante do exposto, conheço dos embargos de declaração porque tempestivos e os rejeito no mérito, pois ausentes as hipóteses do art. 535 do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, conforme determinado na sentença.

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.006642-8 - NESIA PAES RODRIGUES E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) declaro extinta a execução, com fundamento no art. 794, I, do CPC. Transitada esta em julgado, arquivem-se estes autos dando-se baixa na distribuição."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.02.000222-4 - MARCIO HIDEKI OGAWA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GISELLE LOPES DE SOUZA

——————————————————————————

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Dessa forma, diante da impossibilidade de verificação da regularidade da compensação, e considerando-se que a impetrante confessou seu débito ao declará-lo em DCTF's, fica afastada a presença do fumus boni iuris, devendo a liminar ser indeferida. Não vejo razões para alterar a decisão porque compartilho do mesmo entendimento supra transcrito.
3. Dispositivo
Em virtude do exposto, denego a segurança.
Custas pela impetrante.

Sem honorários advocatícios, conforme súmulas 512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a começar pela impetrante.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.02.004417-0 - GL ASUPEL ASUNCION DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA X PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM FOZ DO IGUACU-PR
Adv. : Dr(s). FABIO ROGERIO HARDT

_____

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Dessa forma, porque afastados os argumentos do impetrante, seu pedido deve ser julgado improcedente.
3. Dispositivo
Em virtude do exposto, denego a segurança.
Custas pelo impetrante.
Sem honorários advocatícios, conforme súmulas 512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a começar pelo impetrante.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.02.005172-0 - HOTEL CARIMA LTDA X GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM FOZ DO IGUACU-PR
Adv. : Dr(s). FABIO ROGERIO HARDT

_____

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Em virtude do exposto, julgo extinto o processo, sem exame do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Custas pelo impetrante. Sem honorários advocatícios, conforme súmulas 512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente, arquivem-se.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.02.005173-2 - PLUMA CONFORTO E TURISMO S.A X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU - PR
Adv. : Dr(s). MIGUEL FERNANDO LOPES DO COUTO

_____

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Em virtude do exposto, indefiro a petição inicial, conforme dispõe o art. 283 do Código de Processo Civil c/c o art. 6º da Lei nº 1.533/51 e extingo o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, I, do Código de Processo Civil.
Custas pela impetrante. Honorários incabíveis na espécie.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a começar pela impetrante.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.02.005532-4 - AB COMERCIO DE INSUMOS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU - PR
Adv. : Dr(s). CARLOS JOSE DAL PIVA

_____

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Por outro lado, verifico a existência do interesse processual, uma vez que a CEF requereu segredo de justiça em relação aos dados relativos ao cartão premiado, de maneira que é plausível a alegação de que se recusou a fornecê-la na via administrativa.
3. Dispositivo
Em razão do exposto, afasto a preliminar argüida e julgo procedente a demanda para condenar a CEF a prestar as informações perseguidas pelos Autores, as quais já estão contidas na resposta (fls. 18-22).
Considerando que a Ré prestou as informações já na contestação, deixo de condená-la ao pagamento das custas e honorários advocatícios.
Determino que o feito prossiga em segredo de justiça, a fim de proteger as informações relativas ao único cartão reconhecido pela Ré como vencedor do concurso. Anote-se na capa dos autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a começar pelos Autores. Apresentado recurso ou decorrido o prazo para tanto, intime-se a CEF da sentença e para contra-arrazoar, se o caso.

ACAO CAUTELAR

2004.70.02.006028-9 - ALCIDES ASTRISSI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO WORDELL GUBERT, JOEL ROBERTO MAUENSTEIN

_____

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os embargos, para fixar o valor devido à embargada Mailde Maria Fandin Campos em R$ 154,87 (cento e cinqüenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), válido para fevereiro/2004.
Condeno os embargados Ilse Maria dos Santos, Manoel Vindilino da Silva e Valério Teza ao pagamento dos honorários advocatícios ao patrono da embargante que fixo, respectivamente, em R$ 178,00, R$ 22,00 e R$ 97,00. Sem custas.
Oportunamente, traslade-se cópia desta decisão para o apenso, desapensem-se e arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, iniciando-se pelos embargados. Apresentado recurso, ou decorrido o prazo, intime-se a parte embargante da sentença e para contra-razões, se o caso.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.02.006819-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ILSE MARIA DOS SANTOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR

_____

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) A parte embargada não impugna o cálculo da União. Ademais, a União elaborou seus cálculos, conforme planilha da fl. 16, segundo o INPC e sem incidência de juros de mora, o que está correto.
Em razão do exposto, acolho o pedido para reduzir o valor ora executado para R$ 675,90 (seiscentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), em valores de julho/2004.
Condeno a parte embargada ao pagamento de honorários advocatícios que, em razão do pronto reconhecimento, fixo em 5% sobre a diferença entre o valor pleiteado e o efetivamente devido, que deverá ser descontado quando da expedição da requisição. Sem custas (art. 7º da Lei 9.289/96).
Com o trânsito em julgado, traslade-se cópia desta decisão para o apenso.
Oportunamente, desapensem-se e arquivem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.02.007128-7 - UNIAO FEDERAL X MARIO ALBERTO MERCHUK
Adv. : Dr(s). BRUNO FERNANDO MARTINS MIGLIOZZI

FOZ DO IGUAÇU, 15/12/2004

Wagner Caetano Bruginski
Diretor de Secretaria
1a Vara Federal e Juizado Especial
Federal Cível de Foz do Iguaçu-Pr

SECRETARIA DA PRFOZ01

BOLETIM DE INTIMAÇÃO NR. 004/2005

Intimações de acordo com o art.206, do Prov. 05, de 20/06/03, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 4ª Região."

_____

"Conforme Provimento nº 05 de 20/06/2003 artigo 206,item 32 :"Intimação para vista dos autos e nada sendo requerido, o retorno ao arquivo. "

ACAO ORDINARIA

1999.70.02.003350-1 - JANUARIO MAGGI DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

99.10.11985-4 - SEBASTIAO MOREIRA DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

_____

"Conforme Provimento nº 05 de 20/06/2003 artigo 206,item 27 :"Retornando os autos da Instância Superior, intimar as partes para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, apresentando desde logo os cálculos de liquidação, se for o caso"

ACAO ORDINARIA

2001.70.02.000296-3 - HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA LUZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO ALCI OLIVEIRA PADILHA

2001.70.02.001710-3 - DISTRIBUIDORA DE FRIOS ALVORADA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO MONTEIRO DE BARROS VIEIRA

2001.70.02.002525-2 - DEPOSITO DE MADEIRAS PALOTINA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO MONTEIRO DE BARROS VIEIRA

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.02.004299-0 - J H HUNDEBERT LAVANDERIA BONANCA E OUTRO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). WILLIAM SIMOES

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.02.002283-1 - PUNHO ADMINISTRADORA DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA X TECNOLIMP CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). RAFAEL CRISTIANO BRUGNEROTTO, JULIANA MATUCK DE REZENDE, CARLOS ROBERTO MENOSSO, MONIA XAVIER GAMA

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.005543-5 - GEROCI PEIXOTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). HELDER ZAGO

2003.70.02.006667-6 - SYLVESTRE ESTEVES GALERA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JORGE ANDRE MENEZES

2003.70.02.007807-1 - MAGNO LUIZ VARELA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO TANURI MENDES

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.02.001114-0 - ANGISTUR TURISMO LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU - PR
Adv. : Dr(s). LUDEMIR CLEBER MOZER

_____

"Conforme Provimento nº 05 de 20/06/2003 artigo 206,item 32 :"Efetuado o pagamento das custas do desarquivamento pelo interessado, intimação para vista dos autos, e, nada sendo requerido, o retorno ao arquivo."

ACAO ORDINARIA

98.10.15144-6 - ALAOR SCHUCK E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO, MARCELO HONJO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.02.002712-1 - ALAOR SCHUCK E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.02.003186-0 - FAZENDA NACIONAL. X ALAOR SCHUCK E OUTROS
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

_____

"Processo(s) para intimação de advogado(s) para:"

Intimação da parte para recolher custas judiciais: custas referente a Carta Precatória nr 2003/04 expedida ao Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Passos/MG.".

ACAO ORDINARIA

2004.70.02.003181-2 - TATIANA NUNES DE SOUZA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). BRUNO FERNANDO MARTINS MIGLIOZZI

_____

"Processo(s) para intimação de advogado(s) para:"

manifestar-se, em 10(dez) dias, sobre a contestação apresentada às fls.50-103(art.206°, item 5, Prov. 05, de 20/06/03).

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2004.70.02.003829-6 - SEBASTIAO LUIZ DOS SANTOS X ANTONIO DE TAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROGERIO MARTINS ALBIERI

FOZ DO IGUAÇU, 15/12/2004

Wagner Caetano Bruginski
Diretor de Secretaria
1a Vara Federal e Juizado Especial
Federal Cível de Foz do Iguaçu-Pr

SECRETARIA DA 2ª VARA FEDERAL E JEF PREVIDENCIÁRIO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 0005/2005

JUIZ FEDERAL: RONY FERREIRA
JUIZ FED. SUBSTITUTO: CESAR AUGUSTO VIEIRA

========== Nos processos abaixo, ficam os advogados intimados para/sobre:

_____
vistas sobre os documentos juntados pelo INSS. Prazo: 05 dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.10.12095-6 - ARISTIDES JACOB CEMIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERALDO JOSE WIETZIKOSKI

_____ vistas sobre os documentos juntados pelo Banco do Brasil. Prazo: 05 dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.10.10418-3 - TARCISO DALCIN X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). WASHINGTON LUIZ STELLE TEIXEIRA

_____ a audiência designada para o dia 21/02/2005, às 14:00h, para oitiva da testemunha Carlos Spada.

ACAO DIVERSA

2000.70.02.001983-1 - ITAIPU BINACIONAL X GILVAN ROBSON SPADA E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUCIANO EURICO DE SIQUEIRA CAVALCANTI VERAS, ANTONIO MANOEL DE ALBUQUERQUE, ADEMIR FONTANA

_____

a baixa dos autos. Prazo: 15 dias.

DECLARATORIA

93.10.10728-6 - HTV COMUNICACOES LTDA, ASSOCIACAO DE MORADORES DA VILA B -VIBAM X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Ass. : COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA-COPEL
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, MATEUS PEDRO TURRA, ELISEU LUCIANO DE ALMEIDA FURQUIM

_____
impugnar a contestação, no prazo de 10 dias, especificando, na mesma oportunidade, as provas que pretende produzir, justificando-as.

ACAO ORDINARIA

2004.70.02.005354-6 - TREBOL SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIO ESPEDITO OSTROVSKI

_____
emendar a inicial, trazer aos autos cópia, (frente e verso), do Documento Único de Transferência do veículo, a fim de que se possa verificar a legitimidade ativa para a ação, no prazo de 10 dias. Ficam ainda intimados para comprovar o recolhimento das custas processuais no prazo de 30 dias, sob pena de ser cancelada a distribuição do feito.

ACAO ORDINARIA

2005.70.02.000021-2 - DILBERTO LEONARDI SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CICERO CEZAR Q FERNANDES

_____
o recebimento do recurso de apelação em ambos os efeitos e para os embargantes, querendo, oferecerem contra-razões no prazo legal.

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.02.003426-9 - JULIO CESAR GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CLAUDIOMIR MARTINI

_____
a sentença de parcial procedência, bem como acerca da petição protocolada pela CEF.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.02.003714-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CENTRO DE FORMACOES DE CONDUTORES PRINCESA S/C LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO FERREIRA FRANCA

_____
se manifestar acerca da alegação de fraude à execução.

EXECUCAO DIVERSA

2001.70.02.001686-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X THABA ASSESSPORIA IMOBILIARIA S/C LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). NEWTON SCHIMMELPFENG

_____
o despacho de seguinte teor: "1. Haja vista a discordância da CEF (fl. 131) com a proposta de acordo aduzida pelos executados (fl. 130), cumpra-se integralmente o despacho da fl. 129.(...)"

EXECUCAO DIVERSA

2001.70.02.004482-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X KAFA MANNAH E CIA LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). CLAUDIOMIR MARTINI

_____
trazer aos autos os extratos com valor atualizado do débito exequendo, correspondente às custas e honorários advocatícios: prazo: 10 dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.02.005894-1 - JOAO NARDELLI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO GOMES SALGADO

_____
a sentença de parcial procedência.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.02.001834-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO ACCORDI E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO GOMES SALGADO

_____
querendo, manifestar-se sobre a exceção de pré-executividade oposta pelo INSS, no prazo de 10 dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.10.16428-9 - JOSE PAULO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERALDO JOSE WIETZIKOSKI

_____ vistas, pelo prazo de 15 dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.10.14141-6 - MARIA FERREIRA JACIK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JANYTO O.S. DO BOMFIM

---

regularizar a procuração, constando poderes para receber e dar quitação.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.10.14056-8 - E STEIN & CIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AGNALDO CHAISE

---

querendo, manifestar-se sobre o depósito informado pela CEF, no prazo de 05 dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.10.10345-0 - JOSE GERALDO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JANYTO O.S. DO BOMFIM

---

o despacho que não admitiu o apelo de João Amauri Viana e José Carlos de Oliveira, indeferiu a petição das fls. 356/364 vez que o seu objeto já foi apreciado. Ficam intimados, ainda, da sentença de extinção em relação aos autores Antonio Blange, Pedro Weber de Oliveira e Valdemar Cardoso de Oliveira.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.10.10276-3 - PEDRO WEBBER DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JANYTO O.S. DO BOMFIM

FOZ DO IGUAÇU, 13 de janeiro de 2005.

DANIEL JANUÁRIO
DIRETOR DE SECRETARIA

SEGUNDA VARA FEDERAL CRIMINAL DE FOZ DO IGUAÇU
Juiz Federal Substituto em exercício: CESAR AUGUSTO VIEIRA

No processo abaixo mencionado, por meio da publicação deste boletim, fica a Defesa intimada para que, em 05 (cinco) dias, junte aos autos documentos comprobatórios da apreensão do veículo requerido e das razões ensejadoras dessa apreensão.
Incidente de Restituição de Coisas Apreendidas nº 2004.70.02.008398-8
Partes: (Lorena Cover X MPF)
Advogados:
Juarez José da Silva - OAB/PR 9734
Genebél Almeida Godoy da Silva - OAB/PR 25031

No processo abaixo mencionado, por meio da publicação deste boletim, fica a Defesa intimada para apresentar instrumentos de mandato atualizados onde constem poderes especiais para receber e dar quitação, porquanto aqueles juntados às fls. 32 e 64 dos autos em apenso foram outorgados há mais de 03 (três) anos.
Ação Penal nº 2001.70.02.001563-5
Partes: (MPF X Fausto Vargas Burgos e outros)
Advogado(a): Bruno Fernando Martins Migliozzi - OAB/PR 19497

No processo abaixo mencionado, por meio da publicação deste boletim, fica a Defesa intimada para, em 24 (vinte e quatro horas), querendo, impugnar o termo de transcrição da audiência realizada no dia 25.08.2004, porquanto o mesmo foi juntado aos autos após o prazo legal. Ademais, fica intimado para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal, cujo prazo iniciar-se-á após decorrido o prazo para eventual impugnação do termo de transcrição.
Ação Penal nº 2003.70.02.005350-5
Partes: (MPF X Jorge de Souza e outro)
Advogado(a): Erivaldo Carvalho Lucena - OAB/PR 28725

No processo abaixo mencionado, por meio da publicação deste boletim, fica a Defesa intimada para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal.
Ação Penal nº 2002.70.02.002512-8
Partes: (MPF X Silvio José Dourado)
Advogado(a): Jairo Moura - OAB/PR 22362

No processo abaixo mencionado foi proferido o despacho a seguir transcrito, do qual fica a Defesa intimada por meio da publicação deste Boletim: "*Consoante os fundamentos expostos na manifestação ministerial vista às fls. 787-788, os quais adoto como razão de decidir, indefiro os requerimentos formulados pelo defensor do réu Mariano Zubeldia Chaparro. A reunião dos feitos em trâmite na Seção Judiciária (Foz do Iguaçu e Curitiba), como aduzido pela defesa do denunciado, na atual conjuntura, resta inviável, porquanto ocasionaria transtornos processuais, prejudicando, sobremaneira, o regular trâmite dos processos. No que concerne aos decretos prisionais, consigno que não há como este Juízo verificar a existência ou não destas medidas em outros Juízos, bem como deliberar a respeito. Ressalto, ademais, que nos presentes autos não foi decretada a prisão preventiva do denunciado Mariano Zubeldia Chaparro. Caso seja do interesse do denunciado, este Juízo designará data e horário para a realização de audiência, na qual poderá prestar esclarecimentos pertinentes acerca dos fatos em apuração. Intime-se o advogado.*"
Ação Penal nº 2002.70.02.006549-7
Partes: (MPF X Mariano Zubeldia Chaparro e outros)
Advogado(a): João Onésimo de Mello - OAB/PR 29853

No processo abaixo mencionado, por meio da publicação deste boletim, fica a Defesa intimada para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal.
Ação Penal nº 2004.70.02.002518-6
Partes: (MPF X Gilmar Ribeiro da Silva e outro)
Advogados:
Oswaldo Loureiro de Mello Junior - OAB/PR 5195
Fernanda Prugner - OAB/PR 31527
Vanessa das Neves Picouto - OAB/PR 34728

No processo abaixo mencionado foi proferida a sentença (parte conclusiva) a seguir transcrita, da qual fica a Defesa intimada por meio da publicação deste Boletim: "*Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade de Marli Pimentel Soares Colaço, com fundamento no § 5º do artigo 89 da Lei n.º 9099/95, relativamente ao fato narrado na denúncia, então classificado como o crime previsto no artigo 308 do Código Penal... Publique-se. Registre-se. Intimem-se.*"
Ação Penal nº 2000.70.02.002944-7
Partes: (MPF X Odete dos Santos e outro)
Advogado(a): Aurora Zilio - OAB/PR 20615

No processo abaixo mencionado, por meio da publicação deste boletim, fica a Defesa intimada para, no prazo de 08 (oito) dias, apresentar as razões ao recurso de apelação interposto.
Ação Penal nº 2003.70.02.001731-8
Partes: (MPF X Claudinei Moreira Rocha)
Advogados:
Ariane Dias Teixeira Leite da Motta - OAB/PR 32179
Eliane Dávila Savio - OAB/PR 32216

No processo abaixo mencionado, por meio da publicação deste boletim, fica a Defesa intimada para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal.
Ação Penal nº 2001.70.02.003395-9
Partes: (MPF X Sergio Bif e outro)
Advogado(a): Naudé Pedro Prates - OAB/PR 15660

No processo abaixo mencionado, por meio da publicação deste boletim, fica a Defesa intimada para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal
Ação Penal nº 2002.70.02.006508-4
Partes: (MPF X Arquimedes Fernandes Carneiro e outros)
Advogados:
Fernando Luiz de Nadai Wrobel - OAB/PR 34978
Aquile Anderle - OAB/PR 17677
Elaine Ribeiro de Souza Anderle - OAB/PR 24987

Foz do Iguaçu, 13 de janeiro de 2005.

JOSÉ ROBERTO LOPES
Diretor de Secretaria em exercício

Varas Federais de Francisco Beltrão

JUSTIÇA FEDERAL- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ- **VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR- EDITAL DE CITAÇÃO Nº 58/04**- PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS- A Doutora **VANESSA DE LAZZARI HOFFMANN,** Juíza Federal Substituta da Vara Única de Francisco Beltrão, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, com a finalidade de tornar público, perante este Juízo Federal e Secretaria respectiva, tramitam os autos da **AÇÃO MONITÓRIA nº 2003.70.07.004707-0,** movida por **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF** contra **EDITE DA APARECIDA MARTINS.** Constatando dos autos que o (a)(s) requerido(s) encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, sito na Rua Tenente Camargo, 1660, Ed. Banestado, CEP 85.601-610, Francisco Beltrão/PR, **CITA (O)(A)(S) REQUERIDO(A)(S) EDITE DA APARECIDA MARTINS, CPF nº 898.797.969-87,** nos termos dos artigos 231 e seguintes do CPC, para, nos termos da presente ação, conforme artigos 1102b e 1102c do CPC, efetue o pagamento do valor de R$ 4.734,82 (quatro mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), atualizado até 29/08/2003, acrescidos de juros legais e atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do prazo do presente edital ou, querendo, ofereça embargos, independentemente de segurança do Juízo, ficando advertido que, em não havendo pagamento do valor nem a interposição dos embargos, constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial e, sendo efetuado o pagamento integral do débito fica o réu isento de custas e honorários advocatícios. **DADO E PASSADO** nesta cidade de Francisco Beltrão, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro. Eu,(a), Angélica Mamie Saito, Supervisora de Execução de Sentença, digitei e conferi. E eu ,(a), Fabio Weschenfelder, Diretor de Secretaria o reconferi.-(a) VANESSA DE LAZZARI HOFFMANN- Juíza Federal Substittuta

R$ 180,00

Varas Federais de Guarapuava

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
VARA FEDERAL DE GUARAPUAVA

EDITAL DE CITAÇÃO nº 087/2003

EXECUÇÃO FISCAL Nº 2003.70.06.000649-6
CITANDO: TREE LOG COMERCIAL EXPORTADORA LTDA, na pessoa de seu representante legal, devedora que se encontra em lugar incerto e não sabido.
CNPJ: 02509676/0001-30
PRAZO DO EDITAL: 30 (trinta) dias.
CREDORA: União Federal
OBJETO: pagar em 05 (cinco) dias a quantia de R$ 3.004,86 (três mil e quatro reais e oitenta e seis centavos), em Junho/2003, devendo ser acrescido as demais cominações legais, neste Juízo, situado na Rua Saldanha Marinho, 1321, Guarapuava (PR), ou no mesmo prazo, garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto em tantos bens quantos bastem para a satisfação do débito exeqüendo.
NATUREZA DA DÍVIDA: IRPJ/2000
NÚMERO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA: 90 2 00 001327-09
DATA DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA: 11.07.2000
PRAZO PARA EMBARGOS: 30 (trinta) dias.
E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente edital.
EXPEDIDO nesta cidade de Guarapuava, ao primeiro (1) dia do mês de julho (7) do ano dois e três (2003). Eu, (MLD), Técnico Judiciário, digitei e conferi. E eu, (Gisele Quintão Paschoal Pucinelli), Diretora de Secretaria, reconferi e subscrevo.

original assinado
Flavia da Silva Xavier
Juíza Federal

JUSTIÇA FEDERAL- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ- VARA FEDERAL DE GUARAPUAVA- Rua Saldanha Marinho, 1321- Centro- CEP: 85010-290- Guarapuava- Paraná- Fone/Fax: (42) 623-4107- E-mail: prgua01sec@jfpr.gov.br- **EDITAL DE CITAÇÃO Nº 106-2004- PRAZO: 15 DIAS- PROCESSO Nº 2003.70.06.002404-8 –AÇÃO MONITÓRIA- EXEQÜENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF**- EXECUTADOS: CLODOALDO HAUER ANDREOLA - C.P.F. Nº 787.636.819-20- **FINALIDADE:** Citação dos executados, para que, em 15 (quinze) dias, contados após o prazo de publicação deste Edital, compareçam neste Juízo, na Rua Saldanha Marinho, 1321, Centro, Guarapuava, Paraná , no horário da 13:00 às 16:00 horas, e efetue o pagamento de R$ 5.100,09 (cinco mil, cem reais e nove centavos), em 30.05.2003, o qual será devidamente atualizado por ocasião de seu efetivo pagamento, acrescido de custas judiciais e despesas decorrentes deste edital, ou, no mesmo prazo ofereça embargos com a respectiva matéria de defesa, sob pena de constituição de título executivo judicial. Guarapuava, Estado do Paraná, em 03 de setembro de 2004.- (a) FLÁVIA DA SILVA XAVIER- Juíza Federal.

R$ 90,00

Varas Federais de Londrina

SECRETARIA DA PRLONSH01
Boletim nº 30/04

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA VARA FEDERAL DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA:
Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Entendo conveniente ao caso a realização de audiência de conciliação (art. 125, IV do CPC), ficando o dia 23/02/2005, às 13:45 horas, para a realização do ato. Intimem-se os procuradores das partes acerca da designação supra, os quais, não obstante a intimação a ser eventualmente realizada pelo Juízo, ficam encarregados do comparecimento destas ao ato, munidas de propostas de acordo, a serem apresentadas em audiência para a devida análise pela parte contrária. ... Na hipótese de as partes vislumbrarem acordo, os respectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais, no caso de a procuração constante nos autos não os outorgar. Deverão as partes informar ao Juízo, até a data a audiência, acerca de eventual execução e/ou outras ações, além daquelas que ora estão apensadas, tendo como objeto o contrato destes autos, inclusive quanto à fase em que se encontram.

EXECUCAO DIVERSA

2000.70.01.003337-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NILSON GASPARINO E OUTRO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Entendo conveniente ao caso a realização de audiência de conciliação (art. 125, IV do CPC), ficando o dia 21/02/2005, às 09:15 horas, para a realização do ato. Intimem-se os procuradores das partes acerca da designação supra, os quais, não obstante a intimação a ser eventualmente realizada pelo Juízo, ficam encarregados do comparecimento destas ao ato, munidas de propostas de acordo, a serem apresentadas em audiência para a devida análise pela parte contrária. ... Na hipótese de as partes vislumbrarem acordo, os respectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais, no caso de a procuração constante nos autos não os outorgar. Deverão as partes informar ao Juízo, até a data a audiência, acerca de eventual execução e/ou outras ações, além daquelas que ora estão apensadas, tendo como objeto o contrato destes autos, inclusive quanto à fase em que se encontram.

ACAO ORDINARIA

98.20.11530-2 - ROBERTO BERGER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO BRANDALIZE

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Entendo conveniente ao caso a realização de audiência de conciliação (art. 125, IV do CPC), ficando o dia 24/02/2005, às 09:30 horas, para a realização do ato. Intimem-se os procuradores das partes acerca da designação supra, os quais, não obstante a intimação a ser eventualmente realizada pelo Juízo, ficam encarregados do comparecimento destas ao ato, munidas de propostas de acordo, a serem apresentadas em audiência para a devida análise pela parte contrária. ... Na hipótese de as partes vislumbrarem acordo, os respectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais, no caso de a procuração constante nos autos não os outorgar. Deverão as partes informar ao Juízo, até a data a audiência, acerca de eventual execução e/ou outras ações, além daquelas que ora estão apensadas, tendo como objeto o contrato destes autos, inclusive quanto à fase em que se encontram.

EXECUCAO DIVERSA

2003.70.01.010179-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X WILSON ANTONIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). SORAIA ARAUJO PINHOLATO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Entendo conveniente ao caso a realização de audiência de conciliação (art. 125, IV do CPC), ficando o dia 23/02/2005, às 09:15 horas, para a realização do ato. Intimem-se os procuradores das partes acerca da designação supra, os quais, não obstante a intimação a ser eventualmente realizada pelo Juízo, ficam encarregados do comparecimento destas ao ato, munidas de propostas de acordo, a serem apresentadas em audiência para a devida análise pela parte contrária. ... Na hipótese de as partes vislumbrarem acordo, os respectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais, no caso de a procuração constante nos autos não os outorgar. Deverão as partes informar ao Juízo, até a data a audiência, acerca de eventual execução e/ou outras ações, além daquelas que ora estão apensadas, tendo como objeto o contrato destes autos, inclusive quanto à fase em que se encontram.

EXECUCAO DIVERSA

2000.70.01.003464-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PAULO APARECIDO DA SILVA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE MONTEIRO GONCALVES

Londrina, 13/01/2005.

JOSÉ WILLY NETO
DIRETOR DE SECRETARIA

SECRETARIA DA PRLON01

Boletim de Intimação nº 05/2005

DESPACHOS/DECISÕES/EXPEDIENTES PROFERIDOS/AUTORIZADOS PELO MM. JUIZ FEDERAL DR OSCAR ALBERTO MEZZAROBA TOMAZONI E PELA MM. JUIZA FEDERAL SUBSTITUTA DRA. NAIR CRISTINA CORADO PIMENTA DE CASTRO

No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206,XXVII, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o(s) procurador(es) da(s) parte(s) acerca da baixa dos autos do E. TRF da 4a. Regiao, bem como para que requeiram o que de direito no prazo de 15(quinze) dias".

ACAO ORDINARIA

96.20.15157-7 - NATALINO NARDI e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLITO THOME DA SILVA JUNIOR

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

97.20.15075-0 - ENOY VELLOSO MARCONDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SUSANA TOMOE YUYAMA

ACAO ORDINARIA

97.20.15207-9 - TAKETUNE YOSHIY e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SANDRA MARIA KAIRUZ YOSHIY

98.20.11005-0 - OSMAR DAMIAO X BANCO CENTRAL DO BRASIL e Outro
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ

MANDADO DE SEGURANCA

98.20.14592-9 - ALBA TIEKO YUHARA SATO X CHEFE DO POSTO DO INSS - EM APUCARANA - PR
Adv. : Dr(s). ALBINA MARIA DOS ANJOS

ACAO ORDINARIA

99.20.11287-9 - PEDRO CAETANO DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ZAQUEU VILELA BERBEL

99.20.11613-0 - NBR INDUSTRIA DE GALVANIZACAO LTDA X UNIAO FEDERAL e Outros
Adv. : Dr(s). ANDRE LUIZ M. E SILVA

2000.70.01.003923-7 - CARNAUBA E CIA LTDA E OUTROS

X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GABRIELA MARIA HILU DA ROCHA PINTO, MIGUEL HILU NETO

2000.70.01.011657-8 - NILSON MENDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO

2000.70.01.012369-8 - BENEDITO GABRIEL ROBELTO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

MANDADO DE SEGURANCA

2001.70.01.000348-0 - LABORATORIOS VENCOFARMA DO BRASIL LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.000714-9 - APARECIDO DONIZETI DA SILVA e Outro X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JACIRA ROSA TONELLO

MANDADO DE SEGURANCA

2001.70.01.001303-4 - ZENIR BARBOSA CORDEIRO X CHEFE DO POSTO DO INSS EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). WOLNEY CESAR RUBIN

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.005034-1 - SANDRA GARCIA X CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA -CRQ
Adv. : Dr(s). RENATO ANTUNES VILLANOVA

ACAO CAUTELAR

2001.70.01.010834-3 - JOEL ANDRES QUEZADA BURGOS X UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO - UNOPAR
Adv. : Dr(s). LUCIANA APARECIDA T DE ALMEIDA, JOAO ALBERTO GRACA

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.010965-7 - JOEL ANDRES QUEZADA BURGOS X UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO - UNOPAR
Adv. : Dr(s). JOAO ALBERTO GRACA

2002.70.01.004457-6 - DINARDI ENGENHARIA CIVIL E CONSTRUCOES LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA ITAPARY

2002.70.01.013964-2 - ENIO ANTONIO ZUNTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO ARANDA GARCIA DE SOUZA

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.01.023063-3 - NADIR MINERA CRISPIM X CHEFE DO SERVICO DE BENEFICIO DO INSS
Adv. : Dr(s). MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.023550-3 - ISRAEL MOVEIS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVIO FERREIRA PRIMO

2002.70.01.029733-8 - LUCI MARTINS GUANDELINE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2003.70.01.001607-0 - JOSE CARLOS VITORINO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE LUCIO PEDREZINI, MARCELO ELENO BRUNHARA, SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.009658-1 - MARIA JOSE MAGALHAES PINHEIRO X CHEFE DE SERVICO DE BENEFICIOS DA AGENCIA LONDRINA SHANGRI-LA
Adv. : Dr(s). CESAR BESSA

2003.70.01.009879-6 - BENEDITO PEDRO DE ALMEIDA X CHEFE DO SERVICO DE BENEFICIOS DO INSS
Adv. : Dr(s). MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.014549-0 - BRUCI JORDAO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). TAIS MARIA ZANONI

2003.70.01.015952-9 - BRAULINO QUINTINO DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

2003.70.01.016458-6 - MARIA DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). TAIS MARIA ZANONI

2003.70.01.016828-2 - LORENA E DALLAMUTA CONSTRUCOES CIVIS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR

Londrina, 16 de dezembro de 2004.

FERNANDO JOSÉ FORTI SILVA
Diretor da Secretaria
da 1a. Vara Federal de Londrina

VARA FEDERAL CRIMINAL DE LONDRINA-PR
Avenida do Café, 543, Bairro Aeroporto - CEP 86038-000

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 01/2005

DESPACHOS E SENTENÇAS PROFERIDOS PELA MMª JUÍZA FEDERAL DRA. ÉRIKA GIOVANINI REUPKE DA VARA FEDERAL CRIMINAL DE LONDRINA/PR.

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Trata-se de requerimento formulado pelo réu Marcos Roberto Vrenna. fornecendo o endereço da testemunha Alvaro Carlos Decarolli, a fim e que seja expedida nova precatória para a sua inquiriçao, já que não foi localizada anteriormente (fls. 238 e 241). O pedido deve ser indeferido. É que as testemunhas arroladas pelo réu, Neuza Nascimento Marques Takahashi e Francisco Sérgio Gil (fl. 62) foram inquiridas, conforme consta às fls. 136 e 148. Alvaro Carlos Decarolli foi incluído indevidamente pelo réu por equivoco, ou por má fé (fl. 218), o que levou o Juízo a proferir o despacho da fl. 219. Não localizada a referida pessoa (fls. 238 e 241), insistiu a defesa em seu depoimento (O. 257), o que foi acolhido (fl. 258), estabelecendo-se o prazo de 03 dias. A defesa foi intimada em 11/11/2004 (fl. 259). No entanto, somente manifestou-se após expirado o prazo processual, em 22/11/2004 (fl. 260). Assim, por não ter sido arrolada na fase apropriada pela defesa. nem justificada a razão de sua inclusão, nao há razão para a inquirição... Isto Posto, indefiro o pedido de expedição de nova carta precatória (fl. 260). 2. Manifestem-se as partes na fase do artigo 500 do artigo 500 do Código de Processo Penal..."
Autos n.º 2000.70.01.003943-2 – Ministério Público Federal x Marcos Roberto Vrenna e outro.
Advogados: Dr. Marcos Roberto Vrenna, OAB/PR 18097 e Dr. Paulo Celso Costa, OAB/PR 19692

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Intime-se a defesa para, em 05 dias, comprovar suas alegações (fls. 51/52), conforme solicitado pelo Ministério Público Federal"
Autos n.º 2003.70.01.013326-7 – Ministério Público Federal x Vanderson Gonçalves Prieto.
Advogados: Dr. Antônio Venâncio Martins Neto, OAB/SP 43346; Dr. Antônio Augusto Venâncio Martins, OAB/SP 124916 e Dr. José Carlos Nogueira Mazzei, OAB/SP 202122

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "Nada obstante a presença do defensor do réu Maurício Dias da Silva ao ato de fl. 49, intime-se-o para que apresente a defesa prévia, no prazo legal, bem como de que houve a revogação do benefício concedido consistente na suspensão processual (fl. 96)"
Autos n.º 2003.70.01.016811-7 – Ministério Público Federal x Ana Paula Ferreira Peixoto e Maurício Dias da Silva
Advogado: Dr. Carlos Eduardo Pereira da Silva, OAB/SP 216985

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Manifestem-se as partes (defesa) na fase do artigo 499 do Código de Processo Penal..."
Autos n.º 2001.70.01.010641-3 – Ministério Público Federal x Antonio Akito Yamaguti e Edson Massanori Yamaguti
Advogado: Dr. Armando C. D. S. e Guadanhini, OAB/PR 11287

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "Recebo os recursos de apelação interpostos pelos sentenciados José Brene (fl. 795) e Demerval Bicalho de Carvalho (fl. 816). Intimem-se os defensores para a apresentação das razões recursais, no prazo de 08 (oito) dias..."
Autos n.º 2000.70.01.001110-0 – Ministério Público Federal x Demerval Bicalho de Carvalho, José Brene, Cezar Martini, Hamilton José Borges de Sampaio e outros.
Advogados: Dra. Soraia de Araújo Pinholato, OAB/PR 19208 e Dr. Braulino Bueno Pereira, OAB/PR 11365

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "I. Recebo o recurso de apelação interposto pelo réu às fls. 102; II. Intime-se a defesa para apresentar as razões recursais no prazo legal de 08 (oito) dias, nos termos do artigo 600, caput, do Código de Processo Penal..."
Autos n.º 2002.70.01.001958-2 – Ministério Público Federal x Claudinei Aparecido Alves.
Advogado: Dr. Marcelo Lupoli Guissoni, OAB/PR 23063

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "... Recebo os recursos de apelação interpostos pelos réus Benvenuto Luiz Gusso (fl. 1173), Antônio Jairo Palma Abreu, já acompanhado das razões de apelo (fl. 1174/1180), Sérgio Schlobach Salvagni (fl. 1260) e Mário Ferreira Martins (fls. 1261/1262). Intimem-se os respectivos defensores para a apresentação das razões recursais, no prazo de 08 (oito) dias..."
Autos n.º 94.20.12746-0 – Ministério Público Federal x Benvenuto Luiz Gusso, Antônio Jairo Palma Abreu, Sérgio Schlobach Salvagni e Mário Ferreira Martins.
Advogados: Dr. João dos Santos Gomes Filho, OAB/PR 16214; Dr. Reinaldo Ignácio Alves, OAB/PR 8499; Dr. Alvino Aparecido Filho, OAB/PR 10147

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "Expeça-se nova carta precatória ao Juízo Criminal de Apucarana/PR, com cópias das peças necessárias, inclusive do despacho de fls. 73 e 73-verso, rogando a designação de nova audiência de proposta de suspensão condicional do processo, a fim de que sejam estabelecidas ao réu Luiz Antônio Herculano, as condições ali expendidas. Intime-se o defensor da expedição". No processo abaixo foi expedida carta precatória à Comarca de Apucarana/PR, para realização de audiência conciliatória e fiscalização do cumprimento das condições aceitas pelo réu Luiz Antônio Herculano.
Autos n.º 2004.70.01.005184-0 – Ministério Público Federal x Geni de Oliveira Basílio e Luiz Antônio Herculano.
Advogado: Dr. Emerson Luz, OAB/PR 18909

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Trata-se de Procedimento Criminal Diverso, em que figura como interessados Rubem Siqueira que teria utilizado recibos falsos emitidos por Marcos Antônio Andrello, visando omitir tributos. O Ministério Público Federal manifestou pelo arquivamento dos autos, tendo em vista que o contribuinte efetuou o pagamento do débito (fls. 69/72). O pagamento integral do débito encontra-se comprovado pelo ofício juntado à fl. 68...; 2. No mesmo sentido, decidiu o Egrégio Supremo Tribunal Federal, entendendo necessária: 'a satisfação integral do débito, não apenas o seu parcelamento'... Comprovada a quitação integral do débito, acolho o parecer do Ministério Público Federal das fls. 69/72 e determino o arquivamento dos autos, ressalvando-se o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal..."
Autos n.º 2003.70.01.017327-7 – Ministério Público Federal x Rubens Siqueira e Marcos Antônio Andrello.
Advogado: Dr. Wolney César Rubin, OAB/PR 24811

No processo abaixo foi prolatada a seguinte sentença: "... Julgo improcedente a denúncia, para absolver o réu Luís Fernando Biaggi Junior, da imputação de crime capitulado no artigo 355, parágrafo único, c/c o artigo 29, do Código Penal, com fulcro no artigo 386, inciso VI, do Código de Processo Penal...Sem custas"
Autos n.º 2000.70.01.000904-0 – Ministério Público Federal x Luís Fernando Biaggi Junior.
Advogado: Dr. Odair Martins, OAB/PR 24901

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se a defesa para se manifestar acerca da certidão de fl. 43"
Autos n.º 2004.70.01.005766-0 – Ministério Público Federal x João Edson Danzinger.
Advogado: Dr. Rômulo Augusto Fernandes Martins, OAB/PR 35094 e Dra. Aline Mara Lustoza Fedato, OAB/PR 35864

No processo abaixo foi prolatada a seguinte sentença: "... Julgo extinta a pena restritiva de direito imposta ao sentenciado Marcos Aurélio Vicente na ação penal n.º 2001.70.01.003857-2..." **e também foi proferido o seguinte despacho:** "1. Recebo o recurso interposto como Agravo em Execução Penal, somente no efeito devolutivo, nos termos do artigo 197 da LEP; 2. Não há, in casu, que se formar instrumento, uma vez que a decisão é extintiva, e sendo assim o recurso poderá subir nos próprios autos; 3. Intime-se o recorrido, na pessoa de seus defensores (fls. 58 e 59), para apresentação de contra-razões"
Autos n.º 2003.70.01.008358-6 – Ministério Público Federal x Marcos Aurélio Vicente.
Advogados: Dr. Francisco Carlos Melatti, OAB/PR 11714 e Dra. Joana D'Arc Ferraz do Prado, OAB/PR 3943

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "I. Considerando que a carta precatória n.º 1139/2003 retornou antes do cumprimento do ofício expedido à fl. 183, conforme informação de fl. 195, expeça-se nova precatória à Subseção Judiciária de Ribeirão Preto/SP, para inquirição da testemunha Rosa Maria Gouvêa, determinando seja conduzida, se necessário...". No processo abaixo foi expedida carta precatória à Subseção Judiciária de Ribeirão Preto/SP, para inquirição da testemunha Rosa Maria Gouvêa, arrolada pela defesa.
Autos n.º 2001.70.01.001594-8 – Ministério Público Federal x Marcos Riva de Castro e Lademir Vidor.
Advogados: Dr. Édison Roberto Massei, OAB/PR 10212 e Dra. Shirleny Maria dos Santos Massei, OAB/PR 15978

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "De acordo com a denúncia, o réu, com vontade livre e consciente, em conluio com urna pessoa conhecida apenas por Marcelo, importou. provavelmente da Argentina ou Paraguai, medicamentos que não possuem o devido registro no órgão de vigilância sanitária competente, vindo a ser preso em flagrante no Terminal Rodoviário desta cidade, quando desembarcava de um ônibus procedente de Foz do Iguaçu/PR. Por tal conduta, o réu foi denunciado pelo artigo 273, § 10-B, inciso I, do Código Penal. No entanto, creio que o réu. ao assumir o compromisso de transportar os medicamentos de Foz do Iguaçu a Londrina, para pessoas de identidade ignorada, não agiu com as cautelas necessárias, pois qualquer pessoa. em idênticas circunstâncias, poderia antever que tais substâncias adentraram clandestinamente no pais, maxime porque o tal Marcelo é argentino e exerce suas atividades no Paraguai, sendo possivel ao acusado ainda prever que esses medicamentos têm restrição de uso no Brasil. Em suma, o réu pode. em tese, ter agido com culpa, e o tipo penal em comento, em seu parágrafo 2º, prevê a modalidade culposa, que aliás, não tem caráter de crime hediondo, com reprimendas bem mais brandas; 1 a 3 anos de detenção e multa. Assim, ante a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em conseqüência de prova existente nos autos de circunstâncias elementares não contidas, explícita ou implicitamente, na denúncia, intime-se a defesa para, no prazo de 08 (oito) dias, manifestar-se nos termos do artigo 384, caput, do Código de Processo Penal. E, considerando a nova capitulação jurídica vislumbrada por este Magistrado, bem como a ausência dos requisitos que ensejariam a decretação da prisão preventiva (o réu é primário e tem residência fixa no Brasil) não se justifica mais a manutenção da sua prisão, a qual perdura desde o dia 12 de setembro de 2004, devendo ser colocado imediatamente em liberdade. mediante alvará de soltura, se por outro motivo não estiver preso. Não havendo prova a ser produzida, registrem-se os autos conclusos para a sentença"
Autos n.º 2004.70.01.009626-3 – Ministério Público Federal x Júlio Cesar Dutra Fonseca.
Advogado: Dr. João Luiz do Prado, OAB/PR 35390

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Intime-se a defesa para adequar o rol de testemunha ao número previsto no artigo 398 do Código de Processo Pena, bem como justificar a necessidade de inquirição das testemunhas residentes no exterior em face das dificuldades na expedição de cartas rogatórias, alertando-a da possibilidade de que as declarações abonatórias poderão ser apresentadas por escrito. 2. Quanto á alegação de nulidade da decisão que revogou os beneficios da suspensão condicional do processo (fl. 61). não assiste razão à defesa. A decisão, embora sucinta, encontra-se fundamentada no artigo 89, § 3º, da Lei n.º 9.099/95. Ademais, conforme mencionado pelo Ministerio Público Federal (fls. 106/107), o próprio STF já decidiu no mesmo sentido. 3 Intime-se. 4. Aguarde-se a audiência designada à fl. 85".
Autos n.º 2002.70.01.011695-2 – Ministério Público Federal x Antônio Martins da Costa.
Advogado: Dr. Alvino Aparecido Filho, OAB/PR 10147

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "Intimem-se as defesas para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal"
Autos n.º 2001.70.01.002272-2 – Ministério Público Federal x Silvana de Souza e José Braz Faila.
Advogada: Dra. Renata de Souza Poleti, OAB/PR 33557

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Baixo os autos em diligência; 2. Defiro o requerimento de vista dos autos n.º 932013174-0, já arquivados, em conjunto com os autos n.º 982011602-3, no entanto, tal vista será pelo prazo de 03 (três) dias; 3. Após, registrem-se estes autos para sentença e voltem conclusos"
Autos n.º 98.201.1602-3 – Ministério Público Federal x Maurício Youssef Parizzoto
Advogado: Dr. Marcelo Gaya de Oliveira, OAB/PR 31275

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Intime-se o defensor para, em 03 (três) dias, assinar as alegações finais das fls. 136-144, sob pena de desentranhamento; 2. Após, cumprido o ato, registre-se para sentença e voltem conclusos"
Autos n.º 1999.70.01.007723-4 – Ministério Público Federal x Nivaldo Wanderley Brandi e Odair Montesso de Paiva.
Advogado: Dr. Airton José Margarido, OAB/PR 10707-B

No processo abaixo foi prolatada a seguinte sentença: "... Julgo improcedente a denúncia, para absolver os réus Tertuliano Moreira da Costa e Gilberto Fernandes, da imputação que lhes foram dirigidas, com fulcro no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal 'não constituir o fato infração penal'. Sem custas..." **e também foi proferido o seguinte despacho:** "1. Recebo o recurso de apelação interposto pela acusação à fl. 95; ... 3. Intime-se a defesa para apresentar as contra-razões, no prazo de 08 (oito) dias..."
Autos n.º 2003.70.01.016748-4 – Ministério Público Federal x Tertuliano Moreira da Costa e Gilberto Fernandes.
Advogado: Dr. Zaqueu Sutil de Oliveira, OAB/PR 23320

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Manifestem-se as partes na fase do artigo 499 do Código de Processo Penal..."
Autos n.º 2002.70.01.016847-2 – Ministério Público Federal x Ailton Gabriel.
Advogado: Dr. Raul Honório Felipe, OAB/PR 8678

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. O réu AGENOR PINHEIRO requer, em sede do artigo 499 do Código de Processo Penal, a reunião de vários processos a que responde (fls. 222/223); o pedido não merece acolhimento; 2. Observa-se que somente alguns dos processos mencionados às fls. 224/233 são ações penais, e nem todos são da competência deste Juízo; 3 As circunstâncias que envolvem cada ação penal demonstram a necessidade de tramitação distinta, tendo em vista que os processos não se encontram todos na mesma fase processual e atingem réus diversos; 4 - Com efeito, inviável é a reunião dos feitos, sob pena de se provocar tumulto processual. Além disso, prevê o Código de Processo Penal a faculdade da separação dos processos quando seja conveniente para o bom desenvolvimento processual (CPP, art. 80), sendo que nada impede a posterior unificação das penas, em fase de execução, na hipótese de eventual sentença condenatória contra os agentes. 5. Indefiro, portanto, o pedido de reunião dos processos formulado pela defesa. 6. As partes (defesas) para apresentação de alegações finais"
Autos n.º 1999.70.01.007713-1 – Ministério Público Federal x Odair Montesso de Paiva, Agenor Pinheiro, Joaquim Geraldo do Couto e Adalberto Sebastião de Santana.
Advogados: Dra. Cilene Benassi Perozim, OAB/PR 26848; Dr. Paulo Roberto Belo, OAB/PR 16521

No processo abaixo relacionado foi consignado o seguinte expediente: "Intime-se a defesa para, no prazo do artigo 405 do Código de Processo Penal, manifestar-se sobre a diligência negativa verificada em relação à testemunha Márcio Guimarães Costa, não-encontrada pelo Oficial de Justiça"
Autos n.º 2003.70.01.004047-2 – Ministério Público Federal x Aloysio Guarinello de Araújo Moreira.
Advogado: Dr. Marcos José Miranda Fahur, OAB/PR 132943

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Acolho a manifestação do Ministério Público Federal à fl. 67 e, por conseguinte, designo a realização da audiência admonitória para a data de **23/02/2005, às 14 horas**. 2. Intime-se o sentenciado e seu procurador..."
Autos n.º 2004.70.01.006078-5 – Ministério Público Federal x Wesley Nogueira Bisikirskas.
Advogado: Dr. Nilton Roberto da Silva Simão, OAB/PR 28180-A

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: "1. Defiro o requerimento de substituição das testemunhas Rosa Xavier Matias e Lázaro da Costa Matias (fl. 123), as quais foram substituídas pelo termo de declaração juntado à fl. 131. 2. Manifestem-se as partes (defesas) na fase do artigo 499

do Código de Processo Penal...”
Autos n.º 2003.70.01.016749-6 – Ministério Público Federal x Mário Andrade Paiva e Edgar Miguel de Araújo.
Advogado: Dr. Celso Paulo da Costa, OAB/PR 12549

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “Expeça-se carta precatória para inquirição das testemunhas arroladas pela defesa (fl. 52), com o prazo de 60 dias. Quanto à inquirição do gerente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), depreque-se sua oitiva ao Juízo Criminal da Seção Judiciária do Paraná (Curitiba), anexando-se as peças necessárias e inclusive o documento de fl. 81-dos autos de IPL em apenso. Intimem-se, réu e defensor”. No processo abaixo foram expedidas cartas precatórias à Comarca de Arapongas/PR (inquirição de Jorge Luiz Rodrigues, Adelcides Garcia Vaeza e Silvio Luiz Pinetti) e à Subseção Judiciária de Curitiba/PR (inquirição do Gerente Comercial do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE).
Autos n.º 99.201.0232-6 – Ministério Público Federal x Natal Lachi.
Advogado: Dr. Edson Laerte de Moraes, OAB/PR 19503

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1. Expeça-se carta precatória para inquirição das testemunhas arroladas pelo réu Agenor Pinheiro (fls. 69/70); 2. Indefiro a inquirição dos co-réus Agenor Pinheiro e Odair Montesso de Paiva, na qualidade de testemunhas arroladas por Raimundo Luciano dos Santos (fls. 140/141). É que as referidas testemunhas são co-réus e já prestaram seus depoimentos nos autos, não havendo razão para reinquiri-los...”. No processo abaixo foram expedidas cartas precatórias às Comarcas de Ivaiporã/PR (inquirição de José Carmelindo Rocha, Wagner Pinheiro), de Novo Mundo/MS (inquirição de Roberto Rocha) e à Subseção Judiciária de Curitiba/PR (inquirição de João Nilson Schmitd), todas testemunhas arroladas pela defesa.
Autos n.º 1999.70.01.007583-3 – Ministério Público Federal x Raimundo Luciano Fernandes, Agenor Pinheiro e outros.
Advogado: Dr. Paulo Roberto Belo, OAB/PR 16521

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1. Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Ministério Público Federal (fls. 70/82), em face da decisão de fls. 62/65, que determinou a Suspensão do Processo e da Prescrição, em relação ao réu Osmar Pavesi, pela prática do crime previsto no artigo lº, Inciso I, da Lei n.º 8.137/90, c/c o artigo 69, do Código Penal, uma vez que o denunciado teria suprimido tributo federal mediante a omissão de informações em suas respectivas Declarações de Ajuste Anual. Apresentadas as contra-razões ao Recurso em Sentido Estrito (fls.86/88), vieram os autos conclusos para eventual juízo de retratação, conforme previsto no artigo 589. do Código de Processo Penal. 2. Neste passo, analisando melhor os autos. entendo por bem reformar a decisão recorrida. O oficio de fl. 83, enviado pela Delegacia da Receita Federal, em Londrina, traz informações inequívocas de que o prazo recursal à disposição do denunciado foi esgotado, quando então a decisão tornou-se definitiva na esfera administrativa. Informa, ainda, o mesmo oficio, que ‘passado o prazo de cobrança amigável sem pagamento, o processo foi encaminhado à inscrição em Dívida Ativa em 20.09.04’. Isto posto, havendo informações suficientes e seguras de que o processo administrativo se encerrou, em juízo de retratação, reformo a decisão recorrida e determino o prosseguimento da ação penal em seus ulteriores atos. Às partes, para a fase do artigo 500, do Código de Processo Penal”
Autos n.º 2004.70.01.001289-4 – Ministério Público Federal x Osmar Pavesi.
Advogado: Dr. Jefferson do Carmo Assis, OAB/PR 4680

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “I. Levando-se em conta o teor do acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região às fls. 400/418, por meio do qual se reconheceu a incompetência absoluta da Justiça Federal para o processo e julgamento do feito, remetam-se os autos, após as devidas baixas, à Justiça Estadual da Comarca de Cambé/PR”
Autos n.º 99.201.2962-3 – Ministério Público Federal x Henrique Faudon Henrique, Gilberto Berguio Martin, Anwar Hauly, Eder Jorge Hauly, Carlos Alberto Serpeloni, David Maireno, Eglodir Eli Aliano, Gilberto Carlos Sanches Camacho, João Sanches Camacho, Erasmo de Paula Machado e João Dalmácio Pavinoto.
Advogados: Dr. José Alceu Bissoqui, OAB/PR 5540; Dr. Jefferson do Carmo Assis, OAB/PR 4680; Dr. Carlos Alberto Grolli, OAB/PR 16208; Dra. Cláudia Cristina S. Grolli, OAB/PR 36676; Dr. Ricardo Augusto Serra, OAB/PR 23682; Dr. Walter Barbosa Bittar, OAB/PR 20774; Dr. Antônio Edson Martins Nogueira, OAB/PR 28850 e Dr. Marcos Roberto Boeing, OAB/PR 19874

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “Tendo em vista a informação de novo endereço da testemunha Silvio Roberto Romanelli (fl. 298), designo o **dia 05/05/2005, às 14:00 horas,** devendo ser conduzido coercitivamente, consoante deliberação de fl. 292, atentando-se também ao outro endereço constante do instrumento de mandato de fl. 271. Intimem-se”
Autos n.º 2003.70.01.005237-1 – Ministério Público Federal x Roberto Luiz Todeschini.
Advogado: Dr. Domingos José Perfetto, OAB/PR 7848

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “Intimem-se as defesas para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal”
Autos n.º 1999.70.01.007169-4 – Ministério Público Federal x Antônio de Pádua Dias e Odair Montesso de Paiva.
Advogado: Dr. Marcelo Lupoli Guissoni, OAB/PR 23063

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “... 4. Por outro lado, no que tange á parte incontroversa do lançamento, reconhecida pelo próprio contribuinte e objeto de parcelamento junto ao processo administrativo n0 10930.002010/2004-74 (fls. 08/13, 41/46, 104 e 109), determino a SUSPENSÃO UA PRETENSÃO PUNiTiVA ESTATAL E DO PRAZO PRESCRICIONAL enquanto o referido débito estiver incluído no regime de parcelamento. nos termos do artigo 15, da Lei n.º 9.964, de 10 de abril de 2000 e do art. 9º. §§ 1º e 2º da Lei 10.684/03. Comunique-se à Receita Federal o teor deste despacho, devendo esta informar imediatamente este Juízo acerca do pagamento integral do débito parcelado junto ao processo administrativo n.º 10930.00201 0/2004.-74, inclusive acessórios, para fins de ulterior extinção da punibilidade em favor do contribuinte RUBENS PAVAN (CPF n.º 143.104.069-04), na forma do § 3º, artigo 15, da Lei n’ 9.964/2000 e do § 2º, artigo 9º, da Lei n? 10.684/2003, bem como informar qualquer inadimplemento da obrigação assumida, o que ocasionara a revogação deste despacho e o prosseguimento do feito...” ***e também foi proferido o seguinte despacho:*** “1. Recebo por tempestivo o recurso em sentido estrito interposto pela acusação à fl. 118; ... 3. Intime-se o contribuinte para que apresente as contra-razões ao recurso interposto pelo Ministério Público Federal, no prazo de 02 (dois) dias, nos termos do artigo 588, caput, do Código de Processo Penal...”
Autos n.º 2004.70.01.004917-0 Ministério Público Federal x Rubens Pavan.
Advogado: Dr. Rubens Pavan, OAB/PR 6165

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1. Trata-se de requerimento da defesa, na fase do artigo 499 do Código de Processo Penal, no sentido de inquirir o Sr, Everaldo, vulgo “brinquinho”. Ocorre que esta pessoa já é falecida conforme informação do ministério Público Federal (fl. 168), tendo sido, inclusive, homologada a desistência de sua oitiva, na presença do ilustre defensor, que não se opôs, conforme se verifica à fl. fl. 175. Indefiro, portanto, tal pedido. 2. Oficie-se ao Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina solicitando certidão de antecedentes do réu, bem corno certidao explicativa acerca de eventuais ações penais existentes. 4. .... Manifestem-se as partes (defesa) na fase do artigo 500 do Código de Processo Penal”
Autos n.º 2000.70.01.002002-2 – Ministério Público Federal x Osmar Rodrigues Tudisco.
Advogado: Dr. Casemiro Framil Filho, OAB/PR 15608

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1 Na fase do artigo 499 do Código de Processo Pena], a defesa do réu Antonio Carlos Monta requer a expedição de oficio ã Receita Federal visando obter a relação dos valores de forma detalhada e atualizada, referente aos impostos auferidos pelo réu e as respectivas multas aplicadas, bem como cópia dos recibos emitidos pelo réu e a forma de cobrança utilizada pelo Fisco. O pedido deve ser indeferido. É que os valores, objeto da denúncia, encontram-se descritos na Representação Fiscal para Fins Penais em apenso. bem como as fls. 27/37. juntados pela própria defesa. Ademais, não justificou a necessidade e imprescindibilidade de tais provas, nem a impossibilidade de obtë—las por seus próprios meios. A prova que se revele impertinente protelatória ou irrelevante para o desfecho da causa pode e deve ser de pronto indeferida pelo Magistrado, a fim de não tumultuar o regular trâmite do processo, traduzindo-se como verdadeiro principio de economia processual... Nos termos do artigo 157 do Código de Processo Penal: ‘O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova’. Vige. assim, no Direito Processual Penal, o principio do Livre Convencimento Motivado. As provas não são previamente valoradas. Nã.o vigorando o critério da prova tarifária, onde cada prova tem, a priori, um valor previamente lixado em lei, pois o julgador tem liberdade de valorar as provas de acordo com sua consciência ou convencimento, desde que motivadamente e não extrapolando o que consta do processo. Assim. o princípio do livre convencimento motivado diz respeito ao poder do juiz de valorar a prova sem estar preso a valores previamente fixados em lei, mas devendo pra tal motivar a sua conclusão na aferição probatória. E, no caso dos autos, numa análise perfunctória acerca das provas existentes não vislumbro necessidade nem utilidade na solicitação dos documentos mencionados... Destaco, ainda, que não é esta a fase apropriada para requerimento de amplas provas, mas tão somente daquelas surgidas durante a instrução processual, o que não é o caso dos autos. 2. Intime-se;”.
Autos n.º 2003.70.01.007107-9 – Ministério Público Federal x Antônio Carlos Morita.
Advogado: Dr. João Luiz do Prado, OAB/PR 35390

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1. Manifestem-se as partes (defesa) na fase do artigo 499 do Código de Processo Penal...”
Autos n.º 2003.70.01.013321-8 – Ministério Público Federal x José Gilvan Santos.
Advogado: Dr. Edson Souza de Jesus, OAB/SP 96640

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “Intimem-se as defesas para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal”
Autos n.º 2002.70.01.004243-9 – Ministério Público Federal x Odair Montesso de Paiva
Advogados: Dr. Fábio Gomes Margarido, OAB/SP 229.214 e Dr. Airton José Margarido, OAB/PR 10707-B

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1. Expeça-se novo mandado de intimação das testemunhas Paulo Caetano e Gabriela Meneguetti...; 2. Defiro o pedido de desistência da oitiva da testemunha Fernanda Arruda Leite”, **bem como foi consignado o seguinte expediente:** “Intime-se o defensor dos réus Ailton Zambon, Ely Ferreira de Siqueira, João Antônio da Silva e Marta Regina Ceribelli, para se manifestar, no prazo do artigo 405 do Código de Processo Penal, acerca da diligência negativa verificada em relação à testemunha Francisco Xavier, não-encontrada pelo Oficial de Justiça
Autos n.º 2004.70.01.004182-1 – Ministério Público Federal x José Trindade de Oliveira, Francisco Carlos de Melo Filho, Ailton Zambon, Ely Ferreira de Siqueira, João Antônio da Silva e Marta Regina Ceribelli e outros.
Advogados: Dr. Wilson Lopes da Conceição, OAB/PR 21643 e Dr. Francisco Carlos Melatti, OAB/PR 11714

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “Intimem-se as defesas para os fins do artigo 499 do Código de Processo Penal”
Autos n.º 98.201.4634-8 – Ministério Público Federal x Benedito Miguel Schauff, Edivaldo Domingues de Oliveira, Evandro Gil dos Reis, Edson Luiz Gil dos Reis, Joel Feijolli Bispo, José Rogério Lourenço Nunes, Leandro José da Costa Neto, Alcir Venancio da Silva, Luiz Antonio Rampazo e Cláudio Aparecido Favaro.
Advogados: Dr. João dos Santos Gomes Filho, OAB/PR 16214; Dr. Otávio Rufino Gomes, OAB/PR 19062; Dr. Divaldo Espiga, OAB/PR 4880; Dr. Walter Espiga, OAB/PR 6705; Dr. Mauro Cominatto Men, OAB/PR 23904; Dr. José Bolivar Bretas, OAB/PR 5117-B; Dr. Osmar Fernando de Medeiros, OAB/PR 16747; Dra. Desirée Lobo Muniz Santos Gomes, OAB/PR 15959 e Dr. Luiz Tavanaro Gaya, OAB/PR 3558

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1. Recebo, por tempestivo, os recursos de apelação interpostos por cota nos autos pelos réus Maria Inês Crotti (fl. 1078-verso); José Pessoa (fl. 1080-verso) e Raimundo Firmino dos Santos (fl. 1092); 2. Intimem-se os seus defensores para apresentar as razões de recurso no prazo legal de 08 (oito) dias, nos termos do artigo 600, caput, do Código de Processo Penal...”
Autos n.º 95.201.2184-6 – Eduardo da Silva, Maria Inês Crotti, Edo Ricci, José Pessoa e Raimundo Firmino dos Santos.
Advogados: Dr. Eliézer Castro de Queiroz, OAB/PR 18443 e Dra. Fátima Aparecida Lucchesi, OAB/PR 8849

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1. Recebo, por tempestivo, os recursos de apelação por cotas nos autos pelos réus Maria Inês Crotti (fl. 856-verso); José Pessoa (fl. 860-verso) e Raimundo Firmino dos Santos (fl. 866). Deixo, no entanto, de receber o recurso interposto por Edo Ricci à fl. 857-verso, por não ter sido condenado, mas intimado equivocadamente de sentença condenatória; 2. Intimem-se os respectivos defensores para, no prazo legal, apresentar as razões do recurso, nos termos do artigo 600, caput, do Código de Processo Penal...”
Autos n.º 95.201.2190-0 – Ministério Público Federal x Antônio Massambani da Silva, Maria Inês Crotti, Edo Ricci, José Pessoa e Raimundo Firmino dos Santos.
Advogados: Dr. Eliézer Castro de Queiroz, OAB/PR 18443 e Dra. Fátima Aparecida Lucchesi, OAB/PR 8849

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “Intimem-se as partes (defesa) para os fins do artigo 500 do Código de Processo Penal”
Autos n. 94.201.3484-9 – Ministério Público Federal x Marcelo Gonçalves da Silva e Sérgio Carvalho de Souza.
Advogado: Dr. João Ademar Menta, OAB/PR 8984

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “Intimem-se as partes (defesas) para os fins do artigo 500 do Código de Processo Penal”
Autos n.º 94.201.3000-2 – Ministério Público Federal x Sidney Calijuri, Dionísio Gomiero e Ernesto Benedito Nogueira.
Advogados: Dr. Domingos José Perfetto, OAB/PR 7848 e Dr. Zaqueu Vilela Berbel, OAB/PR 8274

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “Intimem-se as partes (defesa) para os fins do artigo 500 do Código de Processo Penal”
Autos n.º 97.201.3611-1 – Ministério Público Federal x Vanderlei Aparecido Surano, Almiro de Souza Moreira, Mauro Aparecido de Almeida e José Roberto de Souza Moreira.
Advogados: Dr. João Dionysio Rodrigues Neto, OAB/PR 8626; Dr. Julio Cesar Rodrigues, OAB/PR 17530; Dr. Jackson Luiz Bordin, OAB/PR 12596; Dr. Eliel José Albertin Bertinotti, OAB/PR 18573 e Dr. Marcos Rogério Schmidt, OAB/PR 21939-B.

No processo abaixo relacionado foi proferido o seguinte despacho: “1. Em relação ao petitório de fl. 110, defiro tão-somente vista dos autos em cartório, porquanto o feito encontra-se em fase de diligências, devendo ser observado o disposto no artigo 20 do Código de Processo Penal”
Autos n.º 2004.70.01.004472-0 – Ministério Público Federal x outro.
Advogado: Dr. Walter Barbosa Bittar, OAB/PR 20774,

Conferido e subscrito pelo Diretor de Secretaria _____, ***Shin Henrique Sato***, da Vara Federal Criminal. Londrina, 12 de janeiro de 2005.

Varas Federais de Maringá

SECRETARIA DA PRMAR01
BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 02/05

1ª VARA FEDERAL DE MARINGÁ
JUIZ FEDERAL: DR. JOSÉ JÁCOMO GIMENES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão abrindo vista à parte autora para, querendo, no prazo de 30 dias, formalizar execução nos moldes dos artigos 652 e seguintes do CPC.

ACAO ORDINARIA

95.30.10584-3 - ELIAS JUNIOR RODRIGUES DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE LUCAS DA SILVA

98.30.13437-7 - VALDOMIRO SIVIERO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROGERIO VERDADE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta ato de secretaria abrindo vista à parte exeqüente para que se manifeste, no prazo de 15 dias, sobre a exceção de Pré-Executividade.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.03.001112-3 - GUSTAVO JOAO GALLETTE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DULCILENE DE FATIMA RODRIGUES BRAMBILLA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho determinando a intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, informar ao Juízo quanto à efetivação ou não do acordo encaminhado em audiência.

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.006439-0 - OTTO FORTES E OUTRO X BRADESCO SUL S.A CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). FABIO HENRIQUE XAVIER

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte decisão: “... A sentença exeqüenda determinou o pagamento dos honorários de sucumbência ao autor. Logo esta verba pertence à parte autora... Entendo e declaro inconstitucionais os arts. 22 e 23 do Estatuto da Advocacia, Lei nº 8.906/94... 2. Intime-se, ainda, o procurador da parte autora/exeqüente para, no prazo de 10 dias, promover a execução em nome da parte autora/exeqüente...”

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.006074-8 - BATISTA E IZEPE LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSEMAR CAETANO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão determinando a intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar-se quanto à informação de fl. 151.

ACAO ORDINARIA

98.30.13509-8 - AUTO CONSTANTE LIMITADA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANGELICA SANSON DE ANDRADE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão rejeitando os embargos de declaração.

ACAO ORDINARIA

95.30.10720-0 - LEONOR MARIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ARLINDO MOREIRA BARBOSA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta ato de secretaria abrindo vista à parte autora para que requeira o que de direito nos autos desarquivados, no prazo de 05 dias, sendo que, esgotado este prazo, retornarão ao arquivo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.30.10269-6 - EXITUS ESCRITORIO DE CONTABILIDADE S/C LIMITADA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). EDILSON JAIR CASAGRANDE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando extinto o processo, com fulcro no art. 794, inciso I, do CPC.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.03.005814-6 - LINEA D ARTE MOVEIS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão declinando da competência para apreciar e julgar a demanda, com fulcro no inciso I, do art. 109 da Constituição Federal.

ACAO ORDINARIA

2001.70.03.006258-0 - CARLOS ALBERTO VICENTE DAS NEVES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANTONIO ELSON SABAINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão determinando a intimação da parte autora para que se manifeste, no prazo de 10 dias, acerca dos documentos apresentados pela CEF.

ACAO ORDINARIA

1999.70.03.005075-1 - ROSITA FATIMA BIASSI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: “Considerando a certidão de fl. 164 que informa a existência de Agravo no STF, aguarde-se o julgamento definitivo...”

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.005427-0 - FARMACIA BRASILIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AGNALDO CHAISE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando improcedente o pedido e declarando extinto o processo com julgamento de mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do CPC.

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.03.005939-5 - NEUZA ROSA MARTINS CAMILO E

OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADELINO GARBUGGIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença acolhendo apenas em parte os embargos de declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes.

ACAO ORDINARIA

98.30.13375-3 - VALDEMAR VICTOR E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAURO VIGNOTTI

EMBARGOS A EXECUCAO

99.30.13150-7 - VALDEMAR VICTOR E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAURO VIGNOTTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença denegando a segurança e julgando extinto o processo, com julgamento do mérito (art. 269, I, CPC).

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.03.002684-9 - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS SAO JOSE LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM MARINGA
Adv. : Dr(s). LUIS HENRIQUE A DA ROSA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão determinando a intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca da contestação.

ACAO ORDINARIA

2004.70.03.005903-0 - JORGE DE PAULA CARVALHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GIOVANNA PRICE DE MELO

2004.70.03.005904-1 - RENATO OHASHI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

2004.70.03.006249-0 - ALICE DE SOUZA DANTAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CLAUDIO MAXIMIANO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando procedente o pedido, recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo e determinando a intimação do apelado para, querendo, apresentar contra-razões no prazo legal.

ACAO SUMARIA

2003.70.03.001845-9 - IRACEMA CANDEO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADELINO CANDEO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta ato de secretaria abrindo vista à parte impetrante para que recolha o valor de R$ 25,00 referente às custas de preparo do recurso de apelação e R$ 8,00 referente ao porte de retorno/remessa.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.03.004719-1 - MARIA ALICE GOMES SILVA X CHEFE DO POSTO DO INSS EM CIANORTE
Adv. : Dr(s). RUBENS PEREIRA DE CARVALHO

2004.70.03.005872-3 - LAIDE FURLAN ARDENGHI X CHEFE DO POSTO DO INSS DE CIANORTE
Adv. : Dr(s). RUBENS PEREIRA DE CARVALHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho abrindo vista à parte autora para que se manifeste, no prazo de 10 dias, acerca dos cálculos apresentados pelo INSS.

ACAO SUMARIA

2001.70.03.001317-9 - ODETE GONCALVES PARRON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AIRTON JOSE MARGARIDO

MARINGÁ(PR), 13/01/2005.

SONIA MARA ELIAS GOMES
DIRETORA DE SECRETARIA

PODER JUDICIÁRIO- JUSTIÇA FEDERAL- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ- 2ª VARA FEDERAL DE MARINGÁ- EDITAL DE CITAÇÃO N.º 138- PRAZO: 20 (VINTE) DIAS- O JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARINGÁ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI.- FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Federal de Maringá, sito na Av. XV de Novembro, 734, 1º andar, se processam os autos de Ação Monitória n.º 2003.70.03.004900-6, em que é exeqüente a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e executados: JULIOMAR FRANCISCO DOS SANTOS e ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS- com CPF/MF n.º 834.142.829-68 e CPF/MF n.º 035.955.659-08, respectivamente, constando dos autos que os mesmos se encontram em local incerto e não sabido. Por este edital ficam os executados CITADOS para pagar ou depositar, em 15 (quinze) dias, a quantia de R$ 5.349,93 (cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos) correspondentes ao saldo da dívida atualizada até junho de 2003, caso em que ficará isento de custas e honorários advocatícios, fixados, desde logo, em 10% sobre o valor atribuído à causa (art. 1.102c, §1º do CPC); podendo, no mesmo prazo oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial", convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, nos termos do art. 1.102c do CPC. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei.- EXPEDIDO nesta cidade de Maringá – PR, em 13 de dezembro de 2004. Eu,(a) Rutilde N. dos Reis, Técnica Judiciária, o expedi. Eu,(a) Edna de Góes, Diretora de Secretaria, o conferi e subscrevo.- (a) JOSÉ CARLOS FABRI- Juiz Federal Substituto

R$ 162,00

EDITAL DE CITAÇÃO N.º 102/04- PRAZO: 20 DIAS - O JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARINGÁ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI.- FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Federal de Maringá, sito na Av. XV de Novembro, 734, 1º andar, se processam os autos de Execução Diversa n.º 2004.70.03.001182-2, em que é exeqüente a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e executado(s): JAIR DE JESUS CARLOTTI (CPF/MF nº 474.340.829-68) e LUCIENE DE SOUZA SILVA (CPF/MF nº 004.173.799-78), constando dos autos que o(s) executado(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido. Por este edital fica(m) o(s) executado(s) CITADO(S) para pagarem ou depositarem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (arts. 652 e seguintes do Código de Processo Civil), a quantia de R$ 16.161,23 (dezesseis mil, cento e sessenta e um reais e vinte e três centavos), atualizada até 01/2004, acrescida dos encargos legais e contratuais, honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, custas processuais e demais cominações legais, ou oferecer bens a penhora, sob pena de serem penhorados tantos quantos forem necessários para a garantia da execução. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei.- EXPEDIDO nesta cidade de Maringá-PR, em 17 de setembro de 2004. Eu, (a) Rutilde N. dos Reis, Técnica Judiciária, o expedi. Eu, (a)Edna de Góes, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. (a)LEDA DE OLIVEIRA PINHO- Juíza Federal

R$ 126,00

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ 2ª VARA FEDERAL DE MARINGÁ EDITAL Nº 053/04 DE CITAÇÃO PRAZO: 20 DIAS O JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARINGÁ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ , NA FORMA DA LEI. FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, em especial a AURINO BATISTA DE MORAES JUNIOR, CPF nº 029.211.319-60 e CI/RG nº 8.137.345-0 SSP/PR, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Federal de Maringá, sito na Av. XV de Novembro, 734, 1º andar, se processam os autos de Ação Monitória nº 2003.70.03.013950-0, em que é exeqüente a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF e executado AURINO BATISTA DE MORAES JUNIOR, constando dos autos que o(a,os,as) mesmo (a,os,as) se encontra(m) em local incerto e não sabido. Por este edital fica(m) o(a,os,as) executado(a,os,as) CITADO(A,OS,AS) para pagar(em) ou depositar(em), em 15(quinze) dias, a quantia de R$ 14.775,56 (quatorze mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), atualizada até 24/09/2003, caso em que ficará isento de custas e honorários advocatícios(art. 1.102c, § 1º do CPC); podendo no mesmo prazo oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos "constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial" (art. 1.102c do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Expedido nesta cidade de Maringá-PR, em 08 de junho de 2004. Eu, (a) Rutilde N. dos Reis, Técnica Judicial, o expedi. Eu, (a) Edna de Góes, Diretora de Secretaria, da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Maringá, Seção Judiciária do Paraná, conferi e subscrevo.(a) JOSÉ CARLOS FABRI– Juiz Federal Substituto/ 2ª Vara
R$ 162,00

SECRETARIA DA PRMAR03
BOLETIM Nº 0001/2005
3ª VARA FEDERAL DE MARINGÁ

MM. JUIZ FEDERAL: DR. ERIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS
MM.JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. ALEXEI ALVES RIBEIRO

No(s) processo(s) abaixo ficam a(s) parte(s) intimada(s):

Vista a parte exeqüente para que se manifeste sobre o Ofício à fl. 148.

EXECUCAO DIVERSA

98.30.12773-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERGIO RICARDO DE ALCANTARA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROSEMERY BRENNER DESSOTTI

À exeqüente para assinar o auto de adjudicação.

EXECUCAO DIVERSA

1999.70.03.004932-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FAHID FARES
Adv. : Dr(s). ROSEMERY BRENNER DESSOTTI

Vista à parte exeqüente do retorno da Carta Precatória, e para manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça.

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.03.003376-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MIZUE MIURA
Adv. : Dr(s). LIANA CLAUDIA BORGES PAULINO

2004.70.03.003540-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA DO CARMO DE SOUZA E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROSEMERY BRENNER DESSOTTI

Vista à parte exeqüente para manifestar-se sobre a petição às fls. 125-127.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.03.012597-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO ROBERTO DRUGOWICK
Adv. : Dr(s). MARCELO DANTAS LOPES

Intime-se a parte autora para apresentar cópia da inicial, para servir de contrafé à citação da parte executada.

ACAO ORDINARIA

2004.70.03.007731-6 - ANTONIO MARQUES BARBOSA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e Outro
Adv. : Dr(s). WILSON LUIZ DARIENZO QUINTEIRO

No(s) processo(s) abaixo foi(ram) proferida(s) decisão(ões):

"O pedido à fl. 541, quanto à expedição de ofício à agência da CEF de Manaus, para constatação do valor atualizado do depósito lá efetuado, não merece, por ora, ser deferido. Não há razão de se proceder a penhora desse valor nesse momento, uma vez que foram penhorados bens neste Juízo suficientes a garantir a execução (fl. 545). Esses bens não são divisíveis, impossibilitando a penhora de parte deles. Assim, em primeira análise, incabível eventual interesse do executado em substituição da penhora efetivada pelo depósito realizado no Juízo de Manaus. Intime-se."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.03.005831-7 - FAZENDA NACIONAL. X JOAIR MARCONDES PEREIRA
Adv. : Dr(s). CASSIA DENISE FRANZOI

"1. Gonzales e Sendeski Ltda impetra o presente mandado de segurança contra o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA. Alega que já se encontra filiada junto ao Conselho Regional de Química e que não pode ser compelida e muito menos autuada em processo administrativo visando o seu enquadramento junto a Conselho diverso das suas atividades principais. Pede a concessão de liminar para que a autoridade coatora seja proibida de efetivar a cobrança indevida da multa imposta e compelida a cancelar e posteriormente arquivar o processo administrativo sob nº 2000/7-053071-5/SCP, cessando desse modo a abusividade da imposição de filiação.Tratando-se de mandado de segurança, deve figurar no pólo passivo a autoridade que, por ação ou omissão, deu causa à lesão jurídica relatada na inicial e é detentora de atribuições funcionais próprias para fazer cessar a ilegalidade alegada. Dessa forma, intime-se a parte impetrante para que emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, indicando corretamente o pólo passivo da ação, sob pena de extinção. 2. Quanto ao pedido de liminar, nos termos do art. 7º, II da Lei nº 1533/51, a medida no mandado de segurança é provimento cautelar, admitido quando sejam relevantes os fundamentos da impetração e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da ordem judicial. A liminar deve ser concedida quando observados dois requisitos legais, quais sejam, a relevância dos motivos em que se fundamenta o pedido inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante, caso o direito venha a ser reconhecido apenas na sentença de mérito. Outrossim, é necessário o fumus boni juris e o periculum in mora. No caso presente, a multa cuja cobrança se quer obstar teve vencimento em 29/08/2004, o que configura a ausência de urgência da medida. Ademais, eventual sentença de procedência não tem seus efeitos reduzidos ou obstados, em face de sua eficácia imediata, afastando a exigibilidade da inscrição impugnada. Nessas condições, indefiro o pedido de liminar. Intime-se."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.03.008016-9 - GONZALES E SENDESKI LTDA X CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA
Adv. : Dr(s). KELLY CRISTINA DE SOUZA

".. não está presente a verossimilhança da alegação. Assim, indefiro o pedido de antecipação de tutela."

ACAO ORDINARIA

2004.70.03.007724-9 - ANTONIO CARLOS NEGRI RECREACOES - ME X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROBERTO DE MELLO SEVERO

"Mantenho a decisão à fl. 670, por seus próprios argumentos. Prossiga-se. Intime-se."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.03.007853-9 - ASSOCIACAO BENEFICENTE BOM SAMARITANO X SECREARIO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MARINGÁ E OUTRO
Adv. : Dr(s). IVAN APARECIDO RUIZ

"Ausente a parte embargante, inviável a conciliação. Não obstante a falta de manifestação da embargante quanto à impugnação apresentada pela CEF, e da sua ausência nesta audiência, concedo-lhe nova possibilidade de rebater as alegações da CEF, demonstrando claramente que os valores recolhidos nas guias juntadas aos autos estão contidos no lançamento efetuado, e não foram abatidos posteriormente. Deverá também demonstrar, se for o caso, o quantum a ser reduzido do lançamento efetuado. Prazo de 15 (quinze) dias."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.03.002743-6 - W RADUY E CIA LTDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VICENTE DE PAULO RUSSO

"A decisão à fl. 267 indeferiu a produção de prova pericial, entendendo ser caso de julgamento antecipado da lide. Irresignada, a embargante interpõe agravo retido (fls. 268-277), pedindo a retratação da decisão impugnada. A embargada apresenta as contra-razões (fls. 280-281). Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Estabelecido o contraditório, restará ao Tribunal Regional a apreciação, eventualmente, do recurso interposto. Intimem-se as partes".

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.03.006126-2 - TROPICAL CLUBE COMPLEXO DE LAZER S/C LIMITADA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SIDNEY SAMUEL MENEGUETTI

"À embargante, para que se pronuncie, em 10 (dez) dias, sobre os documentos trazidos pela embargada em sede de contestação."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.03.005802-4 - F T INDUSTRIA DE MATRIZES E ARTEFATOS PLASTICOS LIMITADA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FRANCISCO DE ASSIS PRAXEDES

"Em face do escoamento do prazo requerido à fl. 725, intime-se a executada para que, em 5 (cinco) dias, junte aos autos a via original do substabelecimento referido."

EXECUCAO FISCAL

97.30.12444-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CURTUME CENTRAL LIMITADA E OUTRO
Adv. : Dr(s). EDISON FREITAS DE SIQUEIRA, ALINE BRAGA

".. Intime-se a CEF para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) apresentar todos os extratos referentes à conta do requerido/embargante; b) trazer aos autos demonstrativo com o significado por extenso das siglas utilizadas em seus extratos; c) trazer aos autos planilha indicando as taxas de juros cobradas referentes aos meses em que o requerido/embargante teve saldo devedor."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.03.009945-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DOUGLAS CAMILLO DE SOUZA
Adv. : Dr(s). MARCELO DANTAS LOPES

"Ocorrendo a hipótese dos arts. 326 e/ou 327 do CPC, ou havendo apresentação de documentos com a contestação, dê-se vista ao autor, prazo de 10 (dez) dias e, em seguida, registre-se para sentença."

ACAO ORDINARIA

2004.70.03.005385-3 - FRANCISCO DE CANINI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE DANTAS LOUREIRO NETO

"2. Verifico, por meio dos documentos a serem juntados, que, além do valor devidamente depositado pela ora executada (fl. 56 - R$ 1.382,90), nos autos de carta precatória nº 2002.70.06.004029-3 - o qual tramitou perante o Juízo Federal de Guarapuava - foi depositado cheque administrativo, também no valor de R$ 1.382,90. Resta, pois, quitado o débito com o INSS e o FNDE. Constato, inclusive, que no processo de origem desta carta precatória (nº 2002.34.00.027901-0) foi prolatada sentença, julgando extinto o processo, nos termos do art. 794 do CPC. Destarte, não há que se falar com continuidade da presente execução. Intimem-se."

CARTA PRECATORIA

2002.70.03.013666-0 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FNDE E OUTRO X COOPERATIVA DE LATICINIOS DE MARINGA LTDA
Adv. : Dr(s). JULIO ASSIS GEHLEN, ANDERS FRANK SCHATTENBERG

ELSION GOEDERT
Diretor de Secretaria

Varas Federais de Ponta Grossa

SECRETARIA DA 1A VARA FEDERAL DE PONTA GROSSA/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELA MM. JUIZA FEDERAL DA 1A VARA DE PONTA GROSSA, DRA. SILVIA REGINA SALAU BROLLO, BEM COMO PELA MM JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA, DRA. PEPITA DURSKI TRAMONTINI MAZINI.
———————————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intime-se Márcio Filus, para que, no prazo de cinco dias, comprove a propriedade do bem tratado nestes autos, reconhecendo as firmas apostas no documento da fl. 06, assim como colacione aos autos as informações acerca da propriedade do veículo junto ao DETRAN/PR...

INCIDENTE DE RESTIT/ COISAS APREENDIDAS

2004.70.09.005233-6 - MARCIO FILUS X Adv. : Dr(s). OTTO CARLOS POHL

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intime-se a CEF para, no prazo de cinco dias, juntar cópia da petição inicial dos Embargos nº 2003.70.09.010247-5, com respectiva planilha de cálculos...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.09.001090-7 - JUAREZ JUSTUS E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO CORREA SOBANIA

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Defiro em parte o pedido formulado pela parte autora às fls. 164/166. Assim, autorizo a CEF a movimentar, no prazo de quinze dias, a conta "Garantia de Embargos" em relação ao autor Paulo Robert Junqueira, transferindo os valores a ele devidos para uma conta vinculada ao FGTS, para que este faça o recebimento, administrativamente, desde que presentes as hipóteses autorizadas de saque, previstas na Lei 8.036/90...Deverá a CEF, no mesmo prazo, comprovar a este Juízo que procedeu a movimentação da referida conta e manifestar-se com relação ao saldo remanescente...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.09.002318-5 - PAULO ROBERTO JUNQUEIRA AZEVEDO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAKERLI DO ROCIO ROCHA, CESAR AUGUSTO DE LARA KRIEGER

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de cinco dias, acerca dos cálculos apresentados pela contadoria...

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.09.003506-5 - UNIAO FEDERAL X CARLOS ANTONIO BARROS
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA

2004.70.09.004309-8 - UNIAO FEDERAL X PEDRO PAULO DILGER
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intime-se a parte executada para que pague, no prazo de cinco dias o valor calculado pela contadoria...

EXECUCAO DIVERSA

2001.70.09.000130-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ODERLEI PEREIRA SCHEIDT E OUTRO
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO FRANCO WANDERLEY

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Tendo em vista que a ré não depositou, espontaneamente, o valor referente aos honorários advocatícios, intime-se novamente a parte autora para que, no prazo de dez dias, requeira o que entender pertinente ao prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento...

ACAO ORDINARIA

2000.70.09.003234-4 - GISLENE BATISTA ROSA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intime-se a CEF para apresentar os extratos das contas vinculadas dos autores: Sbyszek Poterala; Antonio da Silva; Lucas Antoneche; Joel Vieira da Rosa; José do Carmo da Silva; Waldeney Ferreira Teixeira; José Dantas Justiniano e Valdemar Santos, no prazo de vinte dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 25,00, por dia de atraso no cumprimento desta determinação...

ACAO ORDINARIA

99.90.12839-1 - SBYSZEK POTERAIA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SANDRA REGINA DE MATTOS BERTOLETTI

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão:"

...Julgo extinto o presente processo, com relação ao exeqüente Nelson Bozzi...Intime-se a parte autora para que, no prazo de trinta dias, querendo, apresente procurações com poderes especiais para desistir, tendo em vista o contido na petição de fls. 167/168...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.09.006152-3 - ACYR LEPINSKI E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE ELI SALAMACHA

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intime-se a CEF para que, no prazo de dez dias, tendo conhecimento, informe a este Juízo o atual endereço dos executados...

EXECUCAO DIVERSA

1999.70.09.003533-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MAURICIO DIOGENES DE CASTRO E OUTRO
Adv. : Dr(s). AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de dez dias, acerca dos cálculos apresentados pela contadoria...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.90.12741-7 - JORCELINO DA LUZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE SCHELL JUNIOR, VALDECI MARIA DE OLIVEIRA MILAN, ANTONIO CARLOS DA VEIGA

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intime-se a CEF para, querendo, embargar a execução. Na mesma oportunidade, para que junte aos autos os comprovantes dos créditos relativos aos autores Joaquim Oliveira de Lima e Sebastião Valdecir Rodrigues...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.09.003470-1 - VANDERLEI VIANTE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VIRIATO XAVIER DE MELO FILHO

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intime-se a parte autora acerca do prosseguimento do feito, no prazo de dez dias...

ACAO ORDINARIA

99.90.12746-8 - MARINA PAES RIBEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA, MARCOS R DOS SANTOS

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte ato:"

...A requisição de pagamento foi rejeitada pelo TRF, tendo em vista que o CPF informado não pertence à parte autora...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.011095-2 - AMILCAR JOSE ZANETTI E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AURORA LILIA COMEL BUSATO

2003.70.09.013813-5 - MARGARIDA HELENA GOMES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AURORA LILIA COMEL BUSATO

PONTA GROSSA, 13 de janeiro de 2005

WAGNER CAETANO BRUGINSKI
Diretor de Secretaria
1º Vara Federal e JEF Criminal e Previdenciário
de Ponta Grossa

SECRETARIA DA 1A VARA FEDERAL DE PONTA GROSSA/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 007

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELA MM. JUIZA FEDERAL DA 1A VARA DE PONTA GROSSA, DRA. SILVIA REGINA SALAU BROLLO, BEM COMO PELA MM JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA, DRA. PEPITADURSKI TRAMONTINI MAZINI.
"No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

2. Junte-se a petição apresentada pela União Federal e intime-se o autor para que sobre ela se manifeste no prazo de 5 dias.

ACAO ORDINARIA

2004.70.09.003515-6 - LAURA STELLA DE ARAUJO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

2004.70.09.003518-1 - LIDIA GONCALVES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

2004.70.09.003519-3 - ODAIR MORGADO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

2004.70.09.003522-3 - MANOEL FERREIRA DE MELO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

2004.70.09.003528-4 - LUCIANO HUK X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

2004.70.09.003531-4 - NELSON KUNS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

2004.70.09.003538-7 - TELMO LUIS DAS NEVES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

2004.70.09.003544-2 - LEONI DOS SANTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

2004.70.09.003567-3 - ISOLINA PEREIRA DE OLIVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GLAUCIO ANTONIO PEREIRA

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte ato , nos termos do artigo 206, inciso XXVII do Provimento n.º 05/2003 do TRF da 4.ª Região:"

Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de quinze dias.

CONSIGNATORIA

1999.70.09.003661-8 - JOACI FERNANDES PORTELA e Outro X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA

ACAO CAUTELAR

1999.70.09.003662-0 - JOACI FERNANDES PORTELA e Outro X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO FAGUNDES CUNHA

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.09.003298-8 - JOAQUIM DO CARMO RUIVO e Outro X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO FRANCO WANDERLEY

2003.70.09.000486-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADIR ANTONIO LUCEK
Adv. : Dr(s). LUIS RENATO SINDERSKI

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

... suspendo o curso deste processo, com base no porder geral de cautela, até deliberação ulterior.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.09.004149-4 - JOSE ALBERTO BLUM & CIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FLAVIA NAPOLI VALENTIM BAIER

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

1. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 10 dias, emende a inicial juntando aos autos documento que demonstre sobre qual título executivo recai a presente demanda...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.09.004904-0 - ADEMIR BATISTA DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIANO JARONSKI

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

1. Intime-se a impetrante para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se acerca do contido na petição de fls., requerendo o que entender pertinente ao prosseguimento do feito.

MANDADO DE SEGURANCA

1999.70.09.003572-9 - BEBIDAS L DYNIEWICZ LTDA e Outro X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PONTA GROSSA
Adv. : Dr(s). ZOFIA JACEK

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

1. Aceito a competência. Intime-se as partes acerca da redistribuição do feito.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.012985-7 - WALTER DIEDRICHS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVAN SECCON PAROLIN FILHO

2004.70.09.001224-7 - DIVONZIR MACHADO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). HAMILTON CUNHA GUIMARAES JR

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

1. Defiro em parte o pedido formulado ... e concedo 60 dias para o fim pretendido.

ACAO ORDINARIA

2001.70.09.002690-7 - SERGEI IVANOFF X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). JOSE ALTEVIR M. BARBOSA DA CUNHA

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

3. Ausente o pressuposto autorizador da concessão da liminar, indefiro-a.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.09.006102-7 - MASISA DO BRASIL LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PONTA GROSSA
Adv. : Dr(s). WALDIR SIQUEIRA

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"

Denego a ordem de segurança

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.09.003894-7 - MADEIREIRA LAJUFER LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL
Adv. : Dr(s). GILBERTO DA ROSA

2004.70.09.004130-2 - METALURGICA THOMS E BENATO LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PONTA GROSSA
Adv. : Dr(s). MARCIO ARI VENDRUSCOLO

2004.70.09.004842-4 - NEREU RODRIGUES E CIA LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PONTA GROSSA
Adv. : Dr(s). VIRGILIO CESAR DE MELO

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"

Diante do exposto julgo improcedente o pedido, extinguindo o processo com exame de mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil.

Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, com fulcro no art. 20, § 4º do CPC. No entanto, suspendo a execução destas verbas, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50, em face dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, que ora concedo.

ACAO ORDINARIA

2004.70.09.003426-7 - VALDOMIRO LEMES X Adv. : Dr(s). LUIS RENATO SINDERSKI

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"

Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os presentes embargos, extinguindo o processo nos termos do art. 269, I do CPC, para determinar que a execução prossiga pelo valor dado pela Contadoria Judicial, ou seja, R$ 2.939,64 (dois mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), para o mês de julho de 2002.

Diante da sucumbência mínima do embargado, condeno a embargante ao pa-gamento de honorários advocatícios, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro no art. 20, §§ 3º e 4º do CPC.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.09.001285-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ORLINDO SANTOS
Adv. : Dr(s). LUIS RENATO SINDERSKI

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"

Diante da concordância manifestada pelo embargado, resta configurado o reconhecimento da procedência do pedido, razão pela qual julgo extinto o processo com exame do mérito, nos termos do art. 269, inciso II, do Código de Processo Civil.

Sem custas (Lei nº 9.289/96, art. 7º).

Com base no art. 20, § 3º, do CPC, condeno o embargado ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da embargante, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído a esta causa.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.09.004707-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AMILTON FERREIRA
Adv. : Dr(s). ROMAO GOLAMBIUK

PONTA GROSSA, 12 de janeiro de 2005

WAGNER CAETANO BRUGINSKI
Diretor de Secretaria
1º Vara Federal e JEF Criminal e Previdenciário
de Ponta Grossa

2ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível de Ponta Grossa

EDITAL de CITAÇÃO nº 001/2005
PRAZO: TRINTA DIAS
(Art. 8º, IV, da lei 6.830/80)

EXECUÇÃO FISCAL : 2003.70.09.009629-3
EXEQÜENTE : FAZENDA NACIONAL
EXECUTADOS : RAÍZES PROMOÇÕES ARTÍSTICAS E PUBLICIDADE LTDA e outro
(Antonio Carlos dos Santos)
VALOR DO DÉBITO : R$ 3.645,45 em 30/06/2004, mais acréscimos legais.

FINALIDADE : CITAÇÃO do responsável tributário, Sr. AN-

TONIO CARLOS DOS SANTOS, CPF 184.493.289-34, para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da dívida, ou indicar bens à penhora, tantos quantos bastem para a garantia da dívida e demais atos da execução, na forma do artigo 8º da lei 6.830/80.

ENDEREÇO DO JUÍZO : Rua Theodoro Rosas, 1125 - 7º andar - centro - Ponta Grossa – PR - telefone (42) 222-4343, com atendimento ao público no horário das l3 às l8 horas.

NATUREZA DA DÍVIDA : Tributária, conforme certidão de dívida ativa n° 90.2.03.000514-45, inscrita em 11/02/2003, período de apuração 01/1994 a 12/1998.

PRAZO : 30 (trinta) dias - artigo 8º, IV, da lei nº 6.830/80.

EXPEDIDO nesta Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de janeiro do ano dois mil e cinco (11/01/2005). Eu _____ Venício Toscan, Técnico Judiciário, redigi e digitei e eu _____ Gélson Pacheco, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi este edital, que vai assinado pelo MM. Juiz Federal Substituto em plenas titularidade nesta Vara.

original assinado
Augusto César Pansini Gonçalves
Juiz Federal Substituto em plena titularidade

2ª Vara Federal de Ponta Grossa

EDITAL de CITAÇÃO nº 002/2005
PRAZO: TRINTA DIAS
(Art. 8º, IV, da lei 6.830/80)

EXECUÇÃO FISCAL : 2004.70.09.004250-1
EXEQÜENTE : FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO : GERALDO MACHADO DE ANDRADE
VALOR DO DÉBITO : R$ 19.351,60 em 28/06/2004, mais acréscimos legais.

FINALIDADE : CITAÇÃO do executado Sr. GERALDO MACHADO DE ANDRADE, CPF 043.442.088-38, para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da dívida, ou indicar bens à penhora, tantos quantos bastem para a garantia da dívida e demais atos da execução, na forma dos artigos 10 e 11 da lei 6.830/80.

ENDEREÇO DO JUÍZO : Rua Theodoro Rosas, 1125 - 7º andar - centro - Ponta Grossa – PR - telefone (42) 222-4343, com atendimento ao público no horário das l3 às l8 horas.

NATUREZA DA DÍVIDA : Tributária, conforme certidão de dívida ativa n° 90.1.04.002073-34, inscrita em 02/04/2004, período de apuração 2000/2001.

PRAZO : 30 (trinta) dias - artigo 8º, IV, da lei nº 6.830/80.

EXPEDIDO nesta Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de janeiro do ano dois mil e cinco (11/01/2005). Eu _____ Venício Toscan, Técnico Judiciário, redigi e digitei e eu _____ Gélson Pacheco, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi este edital, que vai assinado pelo MM. Juiz Federal Substituto em plena titularidade nesta Vara.

original assinado
Augusto César Pansini Gonçalves
Juiz Federal Substituto em plena titularidade

2ª Vara Federal e Juizado Especial federal Cível de Ponta Grossa

EDITAL de CITAÇÃO nº 003/2005
PRAZO: TRINTA DIAS
(Art. 8º, IV, da lei 6.830/80)

EXECUÇÃO FISCAL : 2002.70.09.009729-3
EXEQÜENTE : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRMV
EXECUTADO : JOSÉ WILSON REIS DA COSTA
VALOR DO DÉBITO : R$ 574,84 em 16/10/2002, mais acréscimos legais.

FINALIDADE : CITAÇÃO do executado, Sr. JOSÉ WILSON REIS DA COSTA, CPF 201.284.360-34, para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da dívida, ou indicar bens à penhora, tantos quantos bastem para a garantia da dívida e demais atos da execução, na forma dos artigos 10 e 11 da lei 6.830/80.

ENDEREÇO DO JUÍZO : Rua Theodoro Rosas, 1125 - 7º andar - centro - Ponta Grossa – PR – telefone (42) 222-4343, com atendimento ao público no horário das l3 às l8 horas.

NATUREZA DA DÍVIDA : Não tributária, conforme certidão de dívida ativa nº 2644, inscrita no livro de inscrição da dívida ativa nº 0009, folha 0244, em 16/10/2002, período de apuração 2000/2001.

PRAZO : 30 (trinta) dias - artigo 8º, IV, da lei nº 6.830/80.

EXPEDIDO nesta cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de janeiro do ano dois mil e cinco (12/01/2005). Eu _____ Venício Toscan, Técnico Judiciário, redigi e digitei e eu _____ Gélson Pacheco, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi este edital, que vai assinado pelo MM. Juiz Federal desta Substituto desta Vara.

original assinado
Augusto César Pansini Gonçalves
Juiz Federal Substituto

Varas Federais de Umuarama

1ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UMUARAMA - PARANÁ
BOLETIM DE INTIMAÇÃO nº 002/2005

DECISÕES PROFERIDAS PELO JUIZ FEDERAL DR. LUIZ CARLOS CANALLI.

.....
Processos para intimação da parte autora acerca da baixa dos autos da Superior Instância e para requerer o que entender de direito no prazo de quinze dias, e, se for o caso, apresentar memória atualizada e discriminada do cálculo junto à petição inicial de execução. (inciso XXVII do art. 206 do Provimento nº 05/2003, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 4ª Região).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.50.10628-6 - ORLANDO MILAN e Outro X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IDAIR BITENCOURT MILAN

96.50.10807-6 - IEDA APARECIDA DE OLIVEIRA RECH X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IDAIR BITENCOURT MILAN

96.50.10994-3 - ROSA ALVES DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADELIO DRUCIAK

ACAO ORDINARIA

98.50.11808-3 - BIELA FREDERICO LTDA. X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO ADRIANO PAULATTI FREDERICO

2001.70.04.002067-3 - COFEOL - MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). EDSON LUIZ DAL BEM

2001.70.04.003178-6 - JOSELITO OLIVEIRA DE ALMEIDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAQUIM BASTOS

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ 1. Preliminarmente - visando a economia e a celeridade processual - intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
2. Não havendo o pagamento, cite-se conforme o disposto nos artigos 652 e seguintes do Código de Processo Civil, com base na petição de execução de sentença de f.443-446.”

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.50.11213-3 - UNIAO FEDERAL X INSTITUTO DE OLHOS UMUARAMA S/C LTDA.
Adv. : Dr(s). CESAR FELIX RIBAS

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ A União Federal pleiteia (f. 226-230) a execução de honorários advocatícios de sucumbência a que fora condenado o autor.
Verifico, todavia, que o autor é beneficiário da assistência judiciária gratuita, conforme decisão de f. 17, circunstância que, aliás, não passou despercebida (f. 215) pela relatora do acórdão.
Assim, tendo em vista a falta de comprovação de que o sucumbente tenha perdido a condição legal de necessitado, nos termos da Lei nº 1.060/50, indefiro a petição de execução de sentença.
Arquivem-se os autos.”

ACAO ORDINARIA

96.50.10029-6 - EMANUEL CARLOS DE ARRUDA BOTELHO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO TRENTO

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ 1. Intime-se a parte autora para, tendo inesse no prosseguimento do feito, requerer o que entender de direito, no prazo de 30 (trinta) dias.
2. Nada sendo requerido, arquivem-se os autos.”

ACAO ORDINARIA

97.50.13439-7 - HOSPITAL E MATERNIDADE UMUARAMA LTDA. X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO SERGIO TRENTO

99.50.10027-5 - G. OLIVEIRA & CIA. LTDA. E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDILSON JAIR CASAGRANDE

.....
No processo abaixo foi proferida a seguint e decisão:
“ 1. Intime-se a parte impetrante para, tendo interesse no prosseguimento do feito, requerer o que entender de direito, no prazo de 30 (trinta) dias.
2. Nada sendo requerido, arquivem-se os autos.”

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.04.000153-1 - ZUKOVSKI E PARENTE S/C LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE UMUARAMA - PR
Adv. : Dr(s). LUIS CARLOS DE SOUSA

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ O presente pedido deverá ser formulado em ação própria junto ao Juizado Especial, se for o caso.”

DECLARATORIA

97.50.15509-2 - RENI ALVES DO PRADO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SANDRA HELENA VERONA DI BENEDETTO, ELIRANI DE SOUSA CHINAGLIA, LUIS IRAJA NOGUEIRA DE SA JUNIOR

.....
No processo abaixo foi proferida sentença com o seguinte dispositivo:

“... Ante o exposto, julgo parcialmente proces os presentes embargos, Determinando o prosseguimento da execução pelo valor de R$ 44.964,00, já acrescido das custas processuais e honorários advocatícios deferidos na execução, com validade para janeiro de 2004, e declarando extinto este processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.
Tendo decaído de maior parte do pedido, condeno a parte embargada ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R$ 110,00, sopesadas as diretrizes do artigo 20, § 4.º, do Código de Processo Civil. Visando a economia processual, determino, desde logo, sejam estes honorários compensados com os valores devidos à embargada nos autos principais.
Feito isento de custas (art. 7.º da Lei n.º 9.289/96).
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado, traslade-se cópia desta decisão para os autos de execução em apenso e arquivem-se, após as baixas necessárias.”

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.04.001170-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X OLGA CALDENA DOS SANTOS
Adv. : Dr(s). NEIDE APARECIDA DA SILVA ALVES

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ 1. Visando a economia e a celeridade processual no que diz respeito à liberação dos valores depositados para pagamento do valor exeqüendo, retiro das contas indicadas no demonstrativo de transferência retro a qualidade de “depósito judicial à ordem do Juízo”, para que os correspondentes saldos sejam livremente levantados por seus respectivos titulares, devendo ser expedido ofício nesse sentido à Caixa Econômica Federal.
2. No prazo de 30 (trinta) dias, manifeste-se a parte exeqüente acerca da satisfação da obrigação, ou, tendo interesse no prosseguimento do feito, requeira o que entender de direito.
3. Nada sendo requerido, arquivem-se os autos.”

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.50.17409-5 - LEO LUIZ CANAL X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ENIMAR PIZZATTO

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ 1. Considerando que os danos ocorridos não comprometem a legibilidade ou a integridade dos autos, dispensável a restauração dos mesmos.
2. Verifica-se, nas ações da espécie, que freqüentemente a parte autora tem deixado de dar por satisfeita a obrigação: a) ou porque discorda dos valores pagos/disponibilizados, via de regra sem fundamentar tal discordância e sem apresentar seus próprios cálculos, e, em muitos casos, sem levar em consideração que o provimento obtido na ação refere-se a apenas um dos índices (“Plano Verão” ou “Plano Collor I”) ou que não havia saldo na conta de FGTS em uma ou em ambas as datas em questão; b) ou porque requer outras providências, tais como: intimação da Caixa para que junte os demonstrativos dos cálculos; intimação da Caixa para que junte extratos de contas (desconsiderando o fato de que esses extratos podem ser obtidos gratuitamente em suas agências); intimação da Caixa para efetuar o pagamento de honorários de sucumbência (às vezes até quando sequer houve tal condenação); remessa dos autos à Contadoria do Juízo para apuração do valor devido; intimação da Caixa para informar o valor pago/disponibilizado (embora, em princípio, a parte já tenha conhecimento desse valor); intimação da Caixa para comprovar a alegação de adesão aos termos da LC 110/01 (providência que só teria utilidade para dirimir, se fosse o caso, controvérsia instaurada a partir de inequívoca contestação da veracidade dessa alegação); intimação da Caixa para depositar/liberar o Considerando, todavia, que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, não é cabível o deferimento de pedidos de natureza dos acima especificados que porventura tenham sido ou venham a ser formulados.
3. Isto posto:
a) manifeste-se a parte autora acerca da satisfação da obrigação, ou se for o caso, acerca da inexistência de obrigação a ser satisfeita; ou,
b) nos casos em que a Caixa tenha indicado que, por falta de dados, deixou de cumprir integralmente o julgado, a parte autora, preferindo evitar a execução, poderá, antes de iniciá-la, juntar extratos comprovando a existência de contas de FGTS com saldo nas épocas em questão. Nessa hipótese, far-se-á nova vista dos autos à Caixa para manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias, e, na seqüência, a parte autora, independentemente de novo despacho/intimação, manifestar-se-á acerca da satisfação da obrigação; ou,
c) caso entenda que a obrigação não esteja integralmente satisfeita, poderá a parte autora - atentando para o disposto no artigo 940 do Código Civil - promover a execução do julgado pela via processual adequada. Visando a economia e a celeridade processual, eventual execução deverá ser proposta simultaneamente por todos os litisconsortes, exceto, evidentemente, por aqueles em relação aos quais haja manifestação de que a obrigação tenha sido satisfeita.”

ACAO ORDINARIA

98.50.10141-5 - TEREZINHA CUNHA DOS SANDES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GELSI FRANCISCO ACADROLLI

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ 1. Reitere-se a intimação da parte exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o recolhimento das custas referentes à carta precatória para citação (R$ 10,64).
2. Decorrido o prazo sem a providência, arquivem-se os autos.”

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.04.006478-4 - ACADEMIA DE GINASTICA ALL WINNER LTDA X CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA - 9 REGIAO
Adv. : Dr(s). GELSI FRANCISCO ACADROLLI

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ Intime-se o Banco Central do Brasil acerca do depósito efetuado para pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais, e para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.”

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.50.10299-8 - BANCO DO ESTADO DO PARANA - BANESTADO, BANCO CENTRAL DO BRASIL X ESPOLIO DE ALFREDO HENRIQUE NOREMBERG
Adv. : Dr(s). MARCIA REGINA FERREIRA, LILIANE MARIA BUSATO BATISTA

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ Intimem-se as partes acerca da baixa dos autos da Superior Instância e para requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias.”

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.04.002473-3 - EDSON VICENTE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MILTON PIRES MARTINS, ADENILSON CRUZ

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.04.004704-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDSON VICENTE
Adv. : Dr(s). ADENILSON CRUZ, MILTON PIRES MARTINS

.....
No processo abaixo foi proferida a seguinte decisão:
“ Defiro a suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme requerido através da petição de f. 238. Decorrido esse prazo, manifeste-se em 10 (dez) dias a parte exeqüente, caso tenha interesse no prosseguimento do feito. Não havendo manifestação, arquivem-se os autos.”

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.50.10489-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO X DAVI DE SOUZA E OUTROS
Adv. : Dr(s). DELFER DALQUE DE FREITAS

.....
No processo abaixo foi proferida sentença com o seguinte dispositivo:
“ Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, determinando o prosseguimento da execução pelo valor de R$ 19.308,54 (dezenove mil trezentos e vinte e oito reais e cinqüenta e quatro centavos), com validade para agosto de 2003, e declarando extinto este processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.
Tendo decaído de maior parte do pedido, condeno a parte embargada ao pagamento de honorários advocatícios, correspondentes a 10% sobre o valor de sucumbência (R$ 254,83), sopesadas as diretrizes do artigo 20, § 4.º, do Código de Processo Civil. Visando a economia processual, determino, desde logo, sejam estes honorários compensados com os valores devidos à embargada nos autos principais.
Feito isento de custas (art. 7.º da Lei n.º 9.289/96).
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado, traslade-se cópia desta decisão e do cálculo de fls. 25-26 para os autos de execução em apenso e arquivem-se, após as baixas necessárias.”

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.04.000006-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X JOSEFA PEREIRA DOS SANTOS
Adv. : Dr(s). SONIA MARIA BELLATO PALIN

.....
No processo abaixo foi proferida sentença com o seguinte dispositivo:
“ Posto isso, julgo improcedente o pedido inicial, acolhendo como corretos os cálculos apresentados pelas exeqüentes/embargadas (fls. 298-304 dos autos principais), determinando o prosseguimento da execução pelo valor de R$ 29.233,31 (vinte e nove mil duzentos e trinta e três reais e trinta e um centavos), com validade para julho de 2003, e declarando extinto este processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, I,

do Código de Processo Civil.
Condeno o embargante ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), em atendimento ao disposto no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Por medida de economia processual, determino sejam estes honorários incluídos no valor executado nos autos principais.
Feito isento de custas (art. 7.º da Lei n.º 9.289/96).
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado, traslade-se cópia desta decisão para os autos de execução em apenso e arquivem-se, após as baixas necessárias."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.04.000243-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X RADIO GRAUNA DE PALOTINA LTDA. E OUTROS
Adv. : Dr(s). JAIME ANTONIO MIOTTO

.....
Nos processos abaixo foi proferida a seguinte decisão:
" Intime-se a parte exeqüente acerca da efetivação do depósito do(s) valor(es) referente(s) à Requisição de Pagamento, podendo ser requerida a expedição do(s) respectivo(s) alvará(s) de levantamento."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.50.15286-7 - JANIO DA SILVA SANTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURILIA BONALUMI SANTOS

ACAO ORDINARIA

1999.70.04.002163-2 - COMERCIO DE BICICLETAS ORTOLAN LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JAIME ANTONIO MIOTTO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.50.11126-9 - CERPA - COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO RURAL DE PALOTINA LTDA. X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIME ANTONIO MIOTTO

2002.70.04.001226-7 - MORTEAN EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LDTA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JABES ADIEL DANSIGER DE SOUZA

Umuarama - PR, 11/01/2005.

Josiane Elias
Diretora de Secretaria
(Boletim enviado via SIAPRO)

Editais Judiciais

Capital

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE CURITIBA

EDITAL COM PRAZO 20 DIAS PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: HILÁRIO NARCISO DE CARVALHO.

O Exmo. Sr. Dr. JEFFERSON ALBERTO JOHNSSON, MM Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.

FAZ SABER a quem conhecimento desta haja pertencer, especialmente do Sr HILÁRIO NARCISO DE CARVALHO, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, se processam os autos n.º 2958/2003 de ORDINÁRIA DE DIVÓRCIO, em que é requerente SONIA MARIA PEREIRA DA SILVA E CARVALHO e requerido HILÁRIO NARCISO DE CARVALHO.

Sendo o presente objeto de citação e intimação da parte requerida, para que conteste a presente ação, nos termos da petição inicial, querendo em 15 (quinze) dias.

DESPACHO DE FLS. 56 "Autos n.º 2958/2003. Cite-se a parte requerida via edital, com prazo de 20 dias, para, querendo, apresentar contestação em 15 dias, mediante procurador habilitado nos autos. Expeça-se edital de citação. Data supra. JEFFERSON ALBERTO JOHNSSON – Juiz de Direito".

E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta capital para a citação e intimação de HILÁRIO NARCISO DE CARVALHO.

Não contestando a presente, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (art. 285, do CPC);

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 07 de dezembro de 2.004. Eu _____, emp. Juramentada, datilografei e subscrevi.

JEFFERSON ALBERTO JOHNSSON
JUIZ DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CIVEL DA COMARCA DE CURITIBA - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
CITANDO E INTIMANDO: CELSO ROBERTO MENDES, brasileiro, solteiro, professor, portador do CPF/MF nº 147.627.819-91 e RG nº 835.445-6. PRAZO: 30 dias. PROCESSO Nº 1232/2003 DE COBRANÇA EM FASE DE EXECUÇÃO. CREDOR: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ESPERANTO. DEVEDOR: CELSO ROBERTO MENDES OBJETIVO: Pagar em 24 horas, após o prazo do edital, quando não pago o arresto feito converter-se-á em penhora e o devedor terá mais 10 dias para embargar (art. 669 e 736 do CPC). VALOR: R$ 5.057,27 mais acessórios. TÍTULO: Taxas condominiais em atraso referente aos meses de março de 2002 até outubro de 2003 e da demais vencidas no curso da ação. BEM ARRESTADO: "Apartamento sob nº 07, no 1º andar do Edifício Esperanto, sito à av. Visconde de Guarapuava, nº 3090, ex nº 3102, nesta cidade, com área de 75,04m2., e a respectiva fração ideal do solo, correspondente a 1/18 ávos ou seja 5,705% do terreno cujo todo mede 700,00m2., medindo 17,50m de largura, por 40,00m de extensão da frente aos fundos em ambos os lados, retangular, localizado na parte dos fundos do terreno que tem 17,80m. de frente para a av. Visconde de Guarapuava, por 70,00m de fundo em ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha o mesmo, com o imóvel de indicação fiscal 11-141-15000, pelo lado esquerdo confronta com o imóvel de indicação fiscal 11-141-18000. Indicação fiscal do apto. 11-141-016020-1. Matrícula nº 24.051 do Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição desta Capital". Curitiba, 17 de dezembro de 2004. Eu, (a) (Davi Moreira) Empregado Juramentado, o digitei e subscrevi. (a) JOÃO LUIZ MANASSES DE ALBUQUERQUE FILHO - Juiz de Direito

R$ 144,00

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA, COM INTERVALO DE DEZ (10) DIAS.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório tramitam os autos de INTERDIÇÃO nº 597/2002, em que é requerente MARIA CÂNDIDA GOMES DE SOUZA e requerido MARIA RITA DE CÁCIA MELLO. Tem o presente edital, a finalidade de tornar pública a r. decisão proferida nos autos, a qual segue transcrita em resumo a seguir: "Vistos... Diante do exposto, julgo procedente o pedido para o fim de decretar a interdição de Maria Rita de Cácia Mello, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nos termos do artigo 5º, II, do Código Civil/1916, e, de acordo com o artigo 454, § 1º do Código Civil/1916, nomeio-lhe curador a Requerente, Maria Cândida Gomes de Souza, que deverá prestar o compromisso legal. Considerando que a interditanda não possui bens, dispenso a especialização da hipoteca legal, com fulcro no artigo 1.190, do Código de Processo Civil. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 12, III, do Código de Processo Civil/1916, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se no imprensa local e Órgão Oficila, três vezes, com intervalo de 10 dias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Curitiba, 18 de Março de 2004. Maria Roseli Guiessmann - Juíza de Direito". Curitiba, 07 de dezembro de 2.004. Eu, (a) (ELCIO VIEIRA) - Escrevente Juramentado, o subscrevi.
(a) ELIZABETH M. F. ROCHA - Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo: 30 Dias. O DOUTOR MARCELO FERREIRA, MM. JUIZ DE DIREITO DESIGNADO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DE CURITIBA, PARANÁ, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório da Vigésima Vara Cível se processam os termos da ação revisional de aluguel Sob n.º 1179/2002, requerida por Ubirajara Sperli Motta e Marcos Aurélio Alves de Lima contra Rosa dos Santos, e em atendimento ao que dos autos consta, fica a parte requerida ROSA DOS SANTOS, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º 750.155/SC, CITADA para os termos da ação, conforme peça inicial em resumo e despacho abaixo transcritos, bem como para comparecer na audiência de conciliação designada para o dia 08 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 13:30 HORAS, na sede deste Juízo, ocasião em que poderá apresentar defesa escrita ou oral e produzir provas. ADVERTÊNCIA: Na audiência supra mencionada, caso não ocorra a conciliação, deverá a parte requerida apresentar defesa através de advogado legalmente habilitado, sendo que, caso não compareça, ou comparecendo não apresentar defesa, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora. PEÇA INICIAL EM RESUMO: "Os autores e a ré firmaram pacto locativo comercial do imóvel localizado na rua Bento Viana, n.º 451, nesta Capital, com início em 10 de agosto de 1998, com valor de aluguel de R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). Todavia, com base em laudo técnico exarado pela Câmara de Valores Imobiliários que apurou o valor mensal de R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) para o aluguel do imóvel, vem como a presente requerer a redução do valor mensal do aluguel. Diante disso, foi requerida tutela antecipada para que os aluguéis fossem depositados em juízo, no valor apurado pela Câmara de Valores Imobiliários, sendo deferido nos seguintes termos "Com base no artigo 68, I e II da Lei do inquilinato, fixo o aluguel provisório em R$ 783,00 (setecentos e oitenta e três reais), o que faço com base na média aritmética dos laudos apresentados às fls. 121 e 124, pois o patamar sugerido pelo autor na exordial baseia-se em um laudo elaborado há três anos atrás"". DESPACHO: "Designo nova data para audiência conciliatória, a saber dia 08 de agosto de 2005, às 13:30 horas. Visando a citação, expeça-se novo edital. Expeça-se novo edital, como requerido. Int. Em, 15 de dezembro de 2004. (as) Dra. Rosicler Maria Miguel Vigna Mandorlo - Juíza de Direito." E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Curitiba, 03 de janeiro de 2005. Eu, (a), escrevente juramentado, que o digitei, subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz (Portaria 001/88).
(a) Irineu Machado de Lima Junior - escrevente juramentado

R$ 234,00

JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 672, 9º andar, Centro – CEP 80.010-130
fone/fax 322-9577 e 233-2801.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DO RÉU: JUSCELINO PEREIRA, COM O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

A DOUTORA SUZANA M. H. LORETO DE OLIVEIRA, MMª. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA OITAVA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de Processo-Crime nº **1997.936-0** que a Justiça Pública desta Comarca promove contra: **JUSCELINO PEREIRA**, brasileiro, solteiro, ex-servidor publico municipal, de matricula nº 81.977-X, onde ocupava o cargo/função de fiscal, classe III, padrão 05, referencia "B", sendo lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, portador do CI/RG: 1.903.515-8 – SSP/PR, e do CIC/CPF: 514.638.909-92, foi o mesmo por sentença deste Juízo, condenado como incurso na(s) pena(s) do(s) artigo(s) 317, caput do Código Penal, ao cumprimento da pena de **02 (dois) anos e 02 (dois) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, regime aberto, substituído por pena restritiva de direitos, a critério da VEPMA**. Publique-se. Registre-se e Intime-se. (a) Maria Mercis Gomes Aniceto. Curitiba, 15/3/04. E, constando dos autos que o réu encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente edital de intimação da sentença, com o prazo de 90 (noventa) dias, para o fim de intimá-lo da mencionada decisão, começando a fluir o prazo na data em que este for publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, aos 12 de janeiro 2.005. Eu, _____, Escrivã Designada, o digitei.

SUZANA M. H. LORETO DE OLIVEIRA
JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL COMARCA DE CURITIBA – PARANÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO 90 (NOVENTA DIAS)
RÉU: ANDRÉ FOLCH
AÇÃO PENAL Nº 2002.1997-0

A DRA. ANA LÚCIA LOURENÇO, MM. JUIZA DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa dias), ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente da Sentença imposta ao réu **ANDRÉ FOLCH**, filho de Guy Francisco Folch e Ana Tereza Figueiredo Folch, ora em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica intimado de que foi condenado a pena de 01 ano e 02 meses de reclusão em regime Aberto, por sentença datada de 25/11/04, nas sanções do Art. 171, c/c: Art. 14, inc. II (2X), ambos combinados com Art. 71 caput, do C.Penal. Expediu-se o presente Edital pelo que, vencido o prazo deste, terá 05 (cinco) dias para, requerendo, interpor recurso e/ou apelação, junto à Instância Superior, depois do que terá transitado em julgado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 10 de janeiro de 2005. Eu, _____ , Escrivão, o subscrevi.

ANA LÚCIA LOURENÇO
Juíza de Direito

JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL COMARCA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU
LUIZ CARLOS PEREIRA
PRAZO: 15 DIAS
PROCESSO Nº 2003.12013-3

A Drª. ANA LÚCIA LOURENÇO, Juíza de Direito da 9º Vara Criminal da Comarca de Curitiba Estado do Paraná etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) **LUIZ CARLOS PEREIRA**, filho de José Vitor Pereira e Maria Aparecida Pereira, sem endereço fixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente cita-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Fórum Criminal, sito a Avenida Marechal Floriano Peixoto, 672, 10 andar, Curitiba/PR no dia 11 de fevereiro de 2005, às 14:00 horas, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(m) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 157, parag. 3°, segunda parte e 344 caput, todos do C.P. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de janeiro do ano de 2005. Eu, Escrivã, o subscrevi.

ANA LÚCIA LOURENÇO
Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL COMARCA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU
LUIZ ANTONIO NEGRETTI
PRAZO: 15 DIAS
PROCESSO Nº 2001.10459-2

A Drª. ANA LÚCIA LOURENÇO, Juíza de Direito da 9º Vara Criminal da Comarca de Curitiba Estado do Paraná etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) **LUIZ ANTONIO NEGRETTI**, filho de João Carlos Negretti e Rubia Omara Dolato Negretti, sem endereço fixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente cita-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Fórum Criminal, sito a Avenida Marechal Floriano Peixoto, 672, 10 andar, Curitiba/PR no dia 11 de fevereiro de 2005, às 14:30 horas, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(m) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 180 caput, todos do C.P. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de janeiro do ano de 2005. Eu, Escrivã, o subscrevi.

ANA LÚCIA LOURENÇO
Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL COMARCA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU
ADRIANA ROSA DA SILVA
PRAZO: 15 DIAS
PROCESSO Nº 2002.4975-5

A Drª. ANA LÚCIA LOURENÇO, Juíza de Direito da 9º Vara Criminal da Comarca de Curitiba Estado do Paraná etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) **ADRIANA ROSA DA SILVA**, filha de João Silvério da Silva e Carmen da Silva, sem endereço fixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente cita-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Fórum Criminal, sito a Avenida Marechal Floriano Peixoto, 672, 10 andar, Curitiba/PR no dia 11 de fevereiro de 2005, às 13:45 horas, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(m) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 155 caput, c/c: art. 14, II ambos do C.P. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de janeiro do ano de 2005. Eu, Escrivã, o subscrevi.

ANA LÚCIA LOURENÇO
Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL COMARCA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU
CELIA DE MELLO
PRAZO: 15 DIAS
PROCESSO Nº 1999.7135-2

A Drª. ANA LÚCIA LOURENÇO, Juíza de Direito da 9º Vara Criminal da Comarca de Curitiba Estado do Paraná etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) **CELIA DE MELLO**, filha de Berenice Barros de Mello, sem endereço fixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente cita-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Fórum Criminal, sito a Avenida Marechal Floriano Peixoto, 672, 10 andar, Curitiba/PR no dia 11 de fevereiro de 2005, às 14:15 horas, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(m) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 288 e Art. 155, parag. 4°, inc. III e IV, e Art. 311, caput c/c: Art. 29 caput e 69 caput, todos do C.P. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de janeiro do ano de 2005. Eu, Escrivã, o subscrevi.

ANA LÚCIA LOURENÇO
Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL COMARCA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU
JEFERSON RENATO SIEVERDT
PRAZO: 15 DIAS
PROCESSO Nº 2003.2730-3

A Drª. ANA LÚCIA LOURENÇO, Juíza de Direito da 9º Vara Criminal da Comarca de Curitiba Estado do Paraná etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) **JEFERSON RENATO SIEVERDT**, filho de Renato Augusto Sieverdt e Maria Luiza Sieverdt, sem endereço fixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente cita-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Fórum Criminal, sito a Avenida Marechal Floriano Peixoto, 672, 10 andar, Curitiba/PR no dia 11 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(m) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 155, caput, c/c: art. 14, II todos do C.P. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de janeiro do ano de 2005. Eu, Escrivã, o subscrevi.

ANA LÚCIA LOURENÇO
Juiz de Direito

Comarcas do Interior

Apucarana

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ. CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL, COMÉRCIO E ANEXOS PAULO CELSO CORREA ROCHA LOURES – ESCRIVÃO Rua Miguel Simião, nº 350 – Fórum, CEP: 86800-260 – Apucarana/Pr- Telefone 422-0115- Ramal 204 EDITAL DE CITAÇÃO DE ADEVAIR GABRIEL, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. O Doutor MARCELO MAZZALI, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a ADEVAIR GABRIEL (CPF nº 568.568.149-68), por este Juízo e Cartório se processam autos de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO sob nº144/04, em que é requerente BANCO ABN AMRO REAL S/A e requerido ADEVAIR GABRIEL, ficando o requerido CITADO nos termos dos referidos autos, cujo resumo é o seguinte: Alega a autora que foi celebrado entre as partes um contrato de financiamento sob nº 39/20007599718, datado de 20/03/2003, vencendo-se a primeira parcela em 20/04/2003 e a ultima em 20/03/2005, totalizando 24 parcelas. O referido contrato teve como garantia fiduciária o seguinte bem: " Motocicleta marca Honda, modelo CG TITAN KS, cor vermelha, ano 2003, à gasolina, placa AKU- 8744, chassi 9C2JC30103R197874". Tendo o requerido descumprido com as suas obrigações, ingressou o autor com a referida ação, na qual foi deferida liminarmente a busca e apreensão do bem, conforme despacho proferido pelo MM Juiz a seguir transcrito: " Autos nº 144/04. Demonstrada se encontra a mora. Outrossim, a alienação fiduciária encontra-se comprovada, por escrito acostado neste processado. Isto posto, nos termos do art. 3º e parágrafos, do DI. 911/69, concedo a liminar de BUSCA E APREENSÃO. Expeça-se pois, mandado consignando-se nele o sr. Meirinho encarregado de realizar a apreensão deverá registrar em seu auto, o nome da pessoa em poder da qual a coisa fora arrebatada. Efetivada a medida, Cite-se a parte passiva, na forma da lei e com as advertências de praxe. Diligencias necessárias. Apucarana, 02 de abril de 2004. (a) Marcelo Mazzali. Juiz de Direito" ADVERTENCIA: Ficando ainda ciente, o mesmo, de que poderá apresentar contestação, ou caso já tenha pago mais de 40% do valor do bem, purgar a mora, no prazo de 03 (três) dias, por intermédio de advogados, sendo que não o fazendo presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, é o presente edital afixado no local de costume no Edifício do Fórum e publicado na Imprensa Oficial na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatro. Eu, (a), (Silmara Simone Strazzi Barretos), Funcionária Juramentada da 1ª Vara Cível, o fiz digitar e subscrevi. MARCELO MAZZALI – Juiz de Direito

R$ 234,00

Arapongas

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPONGAS - PR

Edital de Intimação do réu
Eduardo Fernandes Chineider,
com prazo de 15(quinze) dias.

O Doutor Aurênio José Arantes de Moura, MM. Juiz Supervisor do Juizado Especial Criminal da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei etc...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem que os autos nº 41/2001 de Ação Penal que a Justiça Pública desta Comarca move contra **Eduardo Fernandes Chineider**, por infração ao artigo 129, "caput", 147 " caput " do CP e art. 21 da LCP, este Juízo às fls. 139, proferiu despacho, determinando a intimação do réu para que compareça no prazo de 05 dias no Edifício do Fórum sito à Rua Eurilemos esq. c/ Flamingos s/nº, a fim de participar de audiência admonitória, o réu Eduardo Fernandes Chineider, é filho de Mauro Chineider e Maria Dina Ravazzi Fernandes Chineider, nascido aos 01/05/1981, **atualmente em lugar incerto e não sabido**, expede-se o presente edital, com prazo de 15 dias, para o fim de intimá-lo do despacho supra, dentro do prazo de 05 dias, a contar do dia seguinte ao término do prazo fixado neste edital, sendo que o prazo fixado neste edital, de quinze dias, começará a fluir do dia seguinte ao que for este edital afixado na sede deste Juízo, lugar de costume, à porta do Edifício do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Arapongas, aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e quatro. Eu _____ (Alessandra Cristina Cangussú Dantas Liberatti) Secretária, digitei e subscrevi.

Aurênio José Arantes de Moura
Juiz Supervisor

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível desta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público o bem abaixo descrito, penhorado aos Executados, nos autos n. 1026/01 relativos às Execuções Fiscal que a Fazenda Pública do Estado do Paraná promove contra MR RODRIGUES BIJUTERIAS e MARCO ROBERTO RODRIGUES, visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 2338796-4, 2352230-6, 2364659-5, 2376354-0, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: MOTONETA marca HONDA C 100 DREAM, ano 1997, cor vermelha, chassi n. 9C2H050MVR015985, placa AHV-0233, avaliada em R$.1.600,00, em 04.11.2003.

VALOR DO DEBITO: R$.1.863,32, em 20.10.2004.

DEPOSITO: Marco Roberto Rodrigue, Rua Urutau, 424, Jd. S. Carlos.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.
LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Débitos pendentes de IPVA, licenciamento e seguro: R$.690,97.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público os bens abaixo descritos, penhorados à Executada, nos autos n. 120/04 relativos à EXECUÇÃO FISCAL que a FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ promove contra ROQUE A. BORRASCA E CIA. LTDA., visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 2725945-6 e 2728989-4, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DOS BENS: nove (09) metros cúbicos de madeira de PINOS, tábuas de 2,50 x 15 x 2,50 x 10 x 2,5. AVALIAÇÃO: R$.2.240,00 EM 26.03.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.2.042,48, em 14.06.2004.

DEPOSITO: Roque A. Borrasca, Depositário Fiel, Rua Bentererê do Peito Cinza n. 205, Jardim Bandeirantes, nesta cidade.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.

LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.

INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.

NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 03 de novembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público os bens abaixo descritos, penhorados à Executada, nos autos n. 128/02 e apensos (107/02) relativos às EXECUÇÕES FISCAIS que a FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ promove contra GRANIFIX INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA., visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 2.563.595-7, 2.593.256-0 e 2.601.867-6, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DOS BENS: 21 (vinte e um) PILARES DE CONCRETO pré-moldados, dimensão 18 cm x 40 cm x 5 m de altura, usados para formação de estrutura de barracões industriais. AVALIAÇÃO: R$.440,00, cada pilar, no total de R$.9.240,00, em 26.7.04.

VALOR DO DEBITO: R$.5.409,64 em 17.08.2004.

DEPOSITO: Odair P. Silva, Depositário Fiel, Rua Juriti Vermelha n. 39.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.

LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.

INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.

NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 03 de novembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público os bens abaixo descritos, penhorados à Executada, nos autos n. 142/04 relativos à EXECUÇÃO FISCAL que a FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ promove contra PICCINI E CIA. LTDA., visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 2.733.363-0, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: noventa e um (91) metros cúbicos de PEDRA RACHÃO, avaliado em R$.18,00 o metro cúbico, totalizando R$.1.638,00.

VALOR DO DEBITO: R$.1.460,71 em 13.07.2004.

DEPOSITO: César Augusto Piccini, Depositário Fiel, Rua Rouxinol n. 2882.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.

LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.

INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.

NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público o bem abaixo descrito, penhorado à Executada, nos autos n. 144/04 e apensos (135/04) relativos às EXECUÇÕES FISCAIS que a FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ promove contra SILVIO CAETANO DA SILVA - SERRARIA, visando a quitação das certidões de dívida ativa ns.2643249-9, 2649947-0 e 2737633-9, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: MÁQUINA DE FAZER MARAVALHA, marca FORTEX, cor azul, com dois motores elétricos de 12,5 cv, e um motor de elétrico de 3,5 cv, em bom estado de conservação e funcionamento. AVALIAÇÃO: R$.7.000,00, EM 04.06.04.

VALOR DO DEBITO: R$.5.864,67, em 14.09.2004.

DEPOSITO: Silvio Caetano da Silva, Depositário Fiel, rodovi PR-218, Km.14, Sabáudia.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.

LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.

INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.

NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 04 de novembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAPONGAS – PARANÁ

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Única Vara Cível desta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, o bem abaixo descrito, penhorado à Executada, nos autos n.170/99 e 172/99, de Execuções Fiscais promovidas pela União Nacional contra Indústria de Doces Relâmpago Ltda. (Massa Falida), visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 90 6 98 013964-05 e 90 6 98 013088-08, sendo Advogada e Procuradora da Exequente a Dra. Valéria Luciani Nunes, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:30

horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita:

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 16 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: CAMIONETA IMPORTADA, marca KIA BESTA 3V, cor azul, ano de fabricação/modelo 1993, movida à diesel, placas AEU-7233, chassi n.KNCTA2452PS311004, tipo furgão, modelo simples, sem vidros elétricos, havendo somente o banco dianteiro, lataria e pneus em regular estado, necessitando de alguns reparos, com motor precisando de retífica ou troca. AVALIAÇÃO: R$.6.500,00, em 13.09.2004.

OBSERVAÇÃO: Em cumprimento da Portaria n. 262, de 11.06.2002, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o valor da arrematação poderá ser pago em até 30 parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$.50,00 cada uma, atualizadas pela taxa referencial SELIC, ficando vedado o reparcelamento. No caso de inadimplência do arrematante no pagamento das parcelas, sobre o valor remanescente incidirá multa de 50% e será ele inscrito em dívida ativa.
VALOR DO DEBITO: R$.138.199,68, em 24.10.02.

DEPOSITO: Sérgio Schneider, representante legal da empresa S. Schneider Ltda., Síndica da Massa Falida. O veículo encontra-se na sede da Falida.
LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Átrio do Fórum local, Praça Pio XII, nesta cidade.
LEILOEIRO: Odarli Canezin, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte executada; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.
ÔNUS: Dos autos nada consta.
INTIMAÇÃO: Caso a Executada não sejam encontrada para intimação pessoal, fica, pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.
Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público os bens abaixo descritos, penhorados à Executada, nos autos n. 214/03 relativos à EXECUÇÃO FISCAL que a FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ promove contra AZULBRAS - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇAO LTDA., visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 2658189-3, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;
EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DOS BENS:
1. PLAINA DESENGROSSADEIRA, marca INVICTA-DELTA, com motor, modelo RC 51, cor cinza, sem plaqueta de indentificação, com boca de 50 cm., em bom estado e em pleno uso, AVALIADA em R$.2.800,00;
2. Oito (08) MÁQUINAS DE COSTURA, marca SUN STAR, de costura reta industrial, com bancada e motor elétrico, modelo KM-340 (BL), em regular estado, AVALIADAS em R$.1.200,00, cada, no total de R$.9.600,00;
3. MÁQUINA PARA DE CORTE DE ESPUMA, marca SCHMUZIGER, série n. M-0521, ano 1980, tipo V11A 1500, largura de trabalho 1.280, 05x10x8.200, cor laranja e amarelo, em regular estado, AVALIADA em R$.4.300,00;
4. SERRA FITA, marca INVICTA-DELTA IB-80, com motor, n. 2221, data de 03/90, com volantes de 80 cm., cor cinza, em pleno uso e em bom estado, AVALIADA em R$.3.300,00;
5. COMPRESSOR DE AR, marca WAYNE WETZEL, W 96010 HC3, data de fabricação 12/96, modelo 960 HC3, série J63282, 175 psi, RPM 710, 15 cv, com motor Eberle de 7,5 cv, cinco pistões, em pleno uso e em bom estado, AVALIADO em R$.3.200,00;
6. LAMINADORA VERTICAL, modelo V-1500A, máquina de corte de espuma Schmuziger, ano 1997, largura de trabalho 1260, 05x12x8200, cor laranja e amarelo, em uso, em regular estado, AVALIADA em R$.6.000,00;
7. PLAINA DESENGROSSADEIRA, marca INVICTA, antiga, sem plaqueta de identificação, provavelmente em torno de 40 anos, boca de 50 cm., em pleno uso e regular estado, em R$.2.000,00;
8. Treze (13) GRAMPEADORES DE MONTAGEM pneumáticos, marca MIRUNA, com todos os componentes, modelo 1445, em pleno uso e regular estado, AVALIADOS em R$.400,00, cada, totalizando R$.5.200,00;
SOMA DAS AVALIAÇÕES: R$.36.400,00 em 31.08.2004.
VALOR DO DEBITO: R$.88.698,75 em 31.08.2004.
DEPOSITO: Sebastião A. Batista, Depositário Fiel, Rodovia PR-444.
LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.
LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.
ÔNUS: Dos autos nada consta.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.
Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, pelo Leiloeiro Oficial, no Átrio do Edifício do Fórum, sito à Praça Pio XII, a parte ideal do imóvel abaixo descrito, penhorado ao executado José Antonio Pereira, nos autos n. 214/99 e apensos (164/99, 213/99) das EXECUÇÕES FISCAIS promovida pela UNIAO NACIONAL contra D.A. TOLEDO & CIA. LTDA. e JOSÉ ANTONIO PEREIRA, visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 90.6.98.016526-81, 90.6.97.013721-05 e 90.6.97.013720-24, sendo Procuradora da Exequente a Dra. Valéria Luciani Nunes, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 16 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: parte ideal correspondente a 1/6 (um sexto) da Data de terras n. 03, da quadra n.138, com área de 589,85m2, situada nesta cidade e comarca, com as seguintes divisas e confrontações: divide-se com a rua Caviuna ao NO, numa frente de 15m; com a data 04 ao NNE, na distância de 36,32m; com partes das datas 08 e 09 ao ENE, com 16,16m, e finalmente com a data 02 ao SSO, num extensão de 42,34m. Imóvel matriculado sob n. 11.252 no Segundo Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca. Benfeitorias: duas casas de alvenaria
AVALIAÇÃO: Somente a parte ideal penhorada: R$.25.000,00, em 12.01.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.8.212,77, em 30.11.1998.

OBS: Em cumprimento da Portaria n. 262, de 11.06.2002, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conste do edital que o valor da arrematação poderá ser pago em até 30 parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$50,00 cada uma, atualizadas pela taxa referencial SELIC, ficando vedado o reparcelamento. No caso de inadimplência do arrematante no pagamento das parcelas, sobre o valor remanescente incidirá multa de 50% e será ele inscrito em dívida ativa.

LEILOEIRO: Odarli Canezin, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

DEPOSITO: Depositário Público desta Comarca.
ÔNUS: Dos autos nada consta.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 01 de novembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAPONGAS - PR
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: 43-252-2203

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, pelo Sr. Leiloeiro contratado pelo INSS, no Átrio do Edifício do Fórum, sito à Praça Pio XII, nesta cidade, o bem abaixo descrito, penhorado aos Executados, nos autos n. 330/98 e 334/98 de Execuções Fiscais promovidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS contra Indústria e Comércio de Móveis Gravena Ltda., Ismael Martins Gravena e Ilson Martins Gravena, visando a quitação das certidões de dívida ativa n. 55.682.464-4 e 55.619.436-5, sendo Advogado e Procurador da Exequente o Dr. Luís Henrique Fernandes Hidalgo, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 03 de fevereiro de 2005, às 14:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita:
EM SEGUNDO LEILÃO: dia 17 de fevereiro de 2005, às 14:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: COLADEIRA DE BORDA, marca GIBEN, cor verde, com painel eletrônico, com oito motores, n. 78005178, 220 volts, tipo ALFA 5, em torno de 4,00 m de comprimento, há muito tempo parada, sem uso, guardada no interior do barracão da produção da Executada. AVALIAÇÃO: R$.2.300,00, em 16.09.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.14.485,38, em 20.09.2004.

DEPOSITO: Ilson Martins Gravena, como Depositário Fiel, Rodovia BR-369, saída p/ Apucarana.
LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Átrio do Fórum, Praça Pio XII, nesta cidade.
LEILOEIRO: LUIZ CARLOS MARTINS, leiloeiro contratado pelo Exequente, arbitrado os seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte executada; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.
INTIMAÇÃO: Caso os Executados não sejam encontrados para intimação pessoal, ficam, pelo presente edital, intimados das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.
Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, pelo Leiloeiro Oficial, no Átrio do Edifício do Fórum, sito à Praça Pio XII, a parte ideal do imóvel abaixo descrito, penhorada ao executado Otávio de Assumpção Loureiro, nos autos n. 393/98 de EXECUÇÃO FISCAL promovida pela UNIAO NACIONAL contra SORRILAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA., LOURIVAL CANTARUTI PIERRIN e BENEDITO PIERRIN, visando a quitação da certidão de dívida ativa n. 90.7.97.002.193-86, sendo Procuradora da Exequente a Dra. Valéria Luciani Nunes, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 16 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO: 50% da DATA DE TERRAS sob n. 1/2, da quadra n. 13, com área de 936,00 m2, situada na Vila Industrial, nesta cidade, contendo dois armazéns de alvenaria medindo 260 m2 e 390 m2, com as seguintes divisas e confrontações: principiando em um marco cravado confrontando com a Av. Maracanã, segue confrontando com a data 04, com distância de 31,20m até outro marco; reflete a esquerda, confrontando com parte da data 03, com distância de 30m, até outro marco, deflete a esquerda confrontando com a Rua Alcatraz, com a distância de 31,20m, até outro marco e, finalmente deflete a esquerda confrontando com a Av. Maracanã, com distância de 30,00 m; até o marco onde deu-se início a esta descrição. Imóvel matriculado sob n. 4145 do 1º Serviço Registral de Imóveis desta Comarca. Benfeitorias: barracão industrial antigo com 750 m2, tratando-se do imóvel de n. 768 da Av. Maracanã, esquina com Rua Alcatraz. AVALIAÇÃO: R$.52.500,00, somente a parte ideal penhorada, em 17.02.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.5.105,11, em 18.02.2004.
OBS: Em cumprimento da Portaria n. 262, de 11.06.2002, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conste do edital que o valor da arrematação poderá ser pago em até 30 parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$50,00 cada uma, atualizadas pela taxa referencial SELIC, ficando vedado o reparcelamento. No caso de inadimplência do arrematante no pagamento das parcelas, sobre o valor remanescente incidirá multa de 50% e será ele inscrito em dívida ativa.
LEILOEIRO: ODARLI CANEZIN, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.
DEPOSITO: Benedito Pierrin, fiel depositário, Av.Maracanã, 768.
ÔNUS: Débitos de IPTU no valor de R$.33.276,01, atualizado em 09.10.03.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 17 de março de 2003. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, pelo Leiloeiro Oficial, no Átrio do Edifício do Fórum, sito à Praça Pio XII, a parte ideal do imóvel abaixo descrito, penhorada ao executado Otávio de Assumpção Loureiro, nos autos n. 403/99 e apensos (398/99, 399/99, 400/99, 401/99, 402/99) das EXECUÇÕES FISCAIS promovidas pela UNIAO NACIONAL contra BRASITAL COMERCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA. e ANTONIO ARAÚJO DA SILVA, visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 90.6.99.004321-16, 90.6.99.004320-35, 90.6.99.009546-78, 90.2.99.003785-54, 90.7.99.000864-36 e 90.2.99.001592-40, sendo Procuradora da Exequente a Dra. Leila Patrícia Donadel, pela forma seguinte:
EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;
EM SEGUNDO LEILÃO: dia 16 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.
DESCRIÇÃO: cincoenta por cento (50%) de 1/6 (um sexto) da DATA DE TERRAS sob n. 03, da Quadra n. 138, com a área de 589,885 m2, situada nesta cidade e comarca, com as seguintes divisas e confrontações: divide-se com a Rua Caviuna ao N.O., numa frente de 15,00 metros; com a data n. 4, ao N.N.E. na distância de 36,32 metros; com partes das datas n. 8 e 9 ao E.N.E., com 16,16 metros, e, finalmente com a data n. 2, ao S.S.O., numa extensão de 42,34 metros. Imóvel matriculado sob n. 11.252 do Primeiro Serviço Registral de Imóveis desta Comarca. Referida parte ideal pertencente à Nilce Pereira de Araújo, esposa do executado Antonio Araújo da Silva. AVALIAÇÃO: R$.10.666,50 em 04.02.2004.
VALOR DO DEBITO: R$.45.928,27, em 24.06.2002.
OBS: Em cumprimento da Portaria n. 262, de 11.06.2002, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conste do edital que o valor da arrematação poderá ser pago em até 30 parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$50,00 cada uma, atualizadas pela taxa referencial SELIC, ficando vedado o reparcelamento. No caso de inadimplência do arrematante no pagamento das parcelas, sobre o valor remanescente incidirá multa de 50% e será ele inscrito em dívida ativa.
LEILOEIRO: Odarli Canezin, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.
DEPOSITO: Depositário Público.
ÔNUS: Dos autos nada consta.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.
Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, pelo Leiloeiro Oficial, no Átrio do Edifício do Fórum, sito à Praça Pio XII, a parte ideal do imóvel abaixo descrito, penhorada ao

executado Otávio de Assumpção Loureiro, nos autos n. 413/99 e apensos (409/99, 410/99, 411/99, 412/99) das EXECUÇÕES FISCAIS promovidas pela UNIAO NACIONAL contra RABITO ENGENHARIA REPRESENTAÇÕES E TURISMO LTDA. e MILTON RABITO, visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 90.6.99.004327-01, 90.6.99.004328-92, 90.2.99.001587-83, 90.2.99.001596-74 e 90.7.99.000869-40, sendo Procuradora da Exequente a Dra. Leila Patrícia Donadel, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 16 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO: AUTOMÓVEL marca FORD, modelo FIESTA, ano de fabricação/modelo 1997, cor branca, movido à gasolina, placas AGZ-8748, chassi n. 9BFZZZFHAVB118619, motor 1.0 EFI, modelo básico, sem opcionais, quatro portas, em bom estado de conservação e funcionamento. AVALIAÇÃO: R$.9.300,00, em 23.8.04.

VALOR DO DEBITO: R$.80.791,85, em 27.02.2004.

OBS: Em cumprimento da Portaria n. 262, de 11.06.2002, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conste do edital que o valor da arrematação poderá ser pago em até 30 parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$50,00 cada uma, atualizadas pela taxa referencial SELIC, ficando vedado o reparcelamento. No caso de inadimplência do arrematante no pagamento das parcelas, sobre o valor remanescente incidirá multa de 50% e será ele inscrito em dívida ativa.
LEILOEIRO: Odarli Canezin, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.
DEPOSITO: Milton Rabito, Depositário Fiel, Rua Pombas n.1412.
ÔNUS: Dos autos nada consta.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.
Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
*** Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - ((43) 252-2203**

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, pelo Leiloeiro Oficial, no Átrio do Edifício do Fórum, sito à Praça Pio XII, a parte ideal do imóvel abaixo descrito, penhorada ao executado Nestor da Costa, nos autos n. 427/02 das EXECUÇÃO FISCAL promovida pela UNIÃO NACIONAL contra NESTOR DA COSTA, visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 90.1.01.001919-20, sendo Procuradora da Exequente a Dra. Leila Patrícia Donadel, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 16 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: LOTE DE TERRAS sob n. 365/B-2-E, com área de 2.940,00 m2, situado na Gleba Pirapó, neste município e comarca de Arapongas, com as seguintes divisas e confrontações: "iniciando num marco de madeira cravado na divisa do lote n. 365/B-2A, segue confrontando com o lote n. 365/B-2-D, com o rumo SW.50º46'NE., medindo 70,00 metros até um outro marco; deste ponto, confrontando com o lote n. 365/B-2 com o rumo NW.39º14'SE, medindo 42,00 metros; até um outro marco; deste ponto confrontando com o lote n. 365/B-2-F com o rumo NE.50º46'SW., medindo 70,00 metros, até um outro marco; e finalmente deste ponto, confrontando com o lote n. 365/B-2-A, com o rumo SE.39º14'NW, medindo 42,00 metros, até o ponto de partida. Matrícula n. 14.159 do 2º Serv. Reg. Imóveis desta Comarca. Sem benfeitorias, terreno vinculado ao aeroporto municipal, paralelo à pista, no alinhamento onde há hangares construídos, apenas com cerca de alambrado. AVALIAÇÃO: R$.15.000,00 em 23.09.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.9.146,41, em 13.05.2004.

OBS: Em cumprimento da Portaria n. 262, de 11.06.2002, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conste do edital que o valor da arrematação poderá ser pago em até 30 parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$50,00 cada uma, atualizadas pela taxa referencial SELIC, ficando vedado o reparcelamento. No caso de inadimplência do arrematante no pagamento das parcelas, sobre o valor remanescente incidirá multa de 50% e será ele inscrito em dívida ativa.
LEILOEIRO: Odarli Canezin, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado no prazo de 05 dias antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

DEPOSITO: Com Nestor da Costa, fiel depositário.
ÔNUS: Consta dos autos informação sobre débitos de IPTU no valor de R$.3.275,59, em 29.07.04.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 01 de novembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, pelo Leiloeiro Oficial, no Átrio do Edifício do Fórum, sito à Praça Pio XII, o bem abaixo descrito, penhorado ao executado Paulo Botelho, nos autos n. 509/03 da EXECUÇÃO FISCAL promovida pela UNIÃO NACIONAL contra BOTAFLEX IND. COM. DE CALÇADOS LTDA. ME e PAULO BOTELHO, visando a quitação da certidão de dívida ativa n.90.4.02.012842-84, sendo Procuradora da Exequente a Dra. Leila Patricia Donadel, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 16 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: veículo marca GM, modelo MONZA SL/E 1.8, cor vermelha, movido à álcool, ano 1989, chassi 9BGJK11ZZKKB077438, placa ACH-0822, Renavam n. 52.310552-5, em regular estado de conservação e uso. AVALIADO em R$.4.500,00, em 01.07.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.3.947,79, em 30.09.2002.

OBS: Em cumprimento da Portaria n. 262, de 11.06.2002, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conste do edital que o valor da arrematação poderá ser pago em até 30 parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$50,00 cada uma, atualizadas pela taxa referencial SELIC, ficando vedado o reparcelamento. No caso de inadimplência do arrematante no pagamento das parcelas, sobre o valor remanescente incidirá multa de 50% e será ele inscrito em dívida ativa.
LEILOEIRO: Odarli Canezin, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

DEPOSITO: Paulo Botelho, Rua Tucano do Bico Verde, 140.
ÔNUS: Alienação fiduciária junto a Araucária Administradora de Consórcios Ltda., com débito pendente de R$.623,37.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 04 de novembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público os bens abaixo descritos, penhorados à Executada, nos autos n. 523/01 relativos à EXECUÇÃO FISCAL que a FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ promove contra GRANIFIX INDUSTRIA METALURGICA LTDA., visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 2.430.442-6, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: nove (09) PILARES DE CONCRETO pré-moldados com secções, se a parte da fundação, altura livres de 5,00 metros, usados para formação de estrutura de barracões industriais. AVALIAÇÃO: cada pilar em R$.440,00, no total de R$.3.960,00, em 12.04.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.3.200,49 em 13.07.2004.

DEPOSITO: Odair Ponciano da Silva, Depositário Fiel,R.Juriti Vermelha,39.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.

LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.

INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.

NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público os bens abaixo descritos, penhorados à Executada, nos autos n. 546/03 relativos à EXECUÇÃO FISCAL que a FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ promove contra G. P. MORAES - INFORMATICA, visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 2.677.785-2, 2.677.786-0 e 2.711.644-2, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DOS BENS: dezessete (17) CARTUCHOS PARA IMPRESSORA, marca EPSON, originais, modelo SO 20193, capacidade de 30 a 40 mls., com tinta colorida, avaliados em R$.60,00, cada, no total de R$.1.020,00, em 31.08.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.1.295,02, em 22.06.2004.

DEPOSITO: Gustavo Polizeli Moraes, Depositário Fiel, Rua Araras,179.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.

LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.

INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.

NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PARANÁ
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível desta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público os bens abaixo descritos, penhorados à Executada, nos autos n. 74/00 e apensos (347/99) relativos às Execuções Fiscal que a Fazenda Pública do Estado do Paraná promove contra S. C. de Souza Henrique & Cia. Ltda., visando a quitação das certidões de dívida ativa ns. 2.325.334-8, 2.333.220-5, 2.347.440-9, 2.354.103-3, 2.366.057-1, 2.372.770-6, 2.377.306-6, 2.384.452-4, sendo procurador da exequente o Dr. Marco Aurélio Barato, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 14 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 28 de fevereiro de 2005, às 12:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DOS BENS:
a) cento e vinte (120) mesas de centro, em madeira, padrão mogno, com 0,83 cm. de comprimento, 0,53 cm. de largura e 0,34 cm. de altura, tampo todo em madeira MDF, pés em forma de cantoneira, avaliadas no total de R$.5.400,00;
b) cento e vinte (120) mesas laterais, modelo Parati, em madeira padrão mogno, medindo 0,47 cm. de comprimento, largura 0,47 cm., altura 0,41 cm., tampo de madeira MDF e pés em foram de cantoneira, avaliadas no total de R$.4.560,00
SOMA DAS AVALIAÇÕES: R$.9.960,00, em 13.05.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.7.271,32, em 17.05.2004.

DEPOSITO: Silvana C. Souza Henrique, Fiel Depositário, R. Biguatinga,502.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Rua Águias n.1.453, nesta cidade.
LEILOEIRO: Fernando Martins Serrano, leiloeiro oficial, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado antes da efetivação dos leilões, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.
INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DE ARAPONGAS
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: (43) 252-2203

Edital de Leilão

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que serão vendidos em leilão público o bem abaixo descrito, penhorado aos Executados, nos autos n. 76/99 relativos à EXECUÇÃO FISCAL que o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS move contra AUTO POSTO 369 LTDA. e PAULO CÉSAR MAFIOLETTI, visando a quitação da certidão de dívida ativa n. 55.679.894-5, sendo procurador da exequente o Dr. Luís Henrique Fernandes Hidalgo, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 03 de fevereiro de 2005, às 14:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita;

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 17 de fevereiro de 2005, às 14:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: 19.000 (dezenove mil) LITROS DE GASOLINA, tipo comum "C"amarela, avaliado cada litro em R$.2,00, no total de R$.38.000,00, em 18.11.2004.

VALOR DO DEBITO: R$.32.212,55, em 16.03.1999.

DEPOSITO: Massauyki Sérgio Saito, Rodovia BR 369, km. 181.

LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Atrio do Edifício do Fórum.

LEILOEIRO: LUIZ CARLOS MARTINS, leiloeiro oficial, fone: 43-3328-3396, arbitrando seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo remitente; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.

ÔNUS: Dos autos nada consta.

INTIMAÇÃO: Caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal, fica pelo presente edital, intimada das datas acima mencionadas.

NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAPONGAS - PR
Edifício do Fórum - Caixa Postal 60 - Fone: 43-252-2203

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor Evandro Luiz Camparoto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será vendido em leilão público, pelo Sr. Leiloeiro contratado pelo INSS, no Átrio do Edifício do Fórum, sito à Praça Pio XII, nesta cidade, o imóvel abaixo descrito, penhorado aos Executados, nos autos n. 71/99 e 77/99 das Execuções Fiscais promovidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS contra Sorelli Ind. e Com. de Equipamentos Rodoviários Ltda., Valdenir Sestario e Osvaldo Sestario Filho, visando a quitação das certidões de dívida ativa n. 32.567.558-9 e 32.567.236-9, sendo Advogado e Procurador da Exequente o Dr. Luís Henrique Fernandes Hidalgo, pela forma seguinte:

EM PRIMEIRO LEILÃO: dia 03 de fevereiro de 2005, às 14:30 horas, pelo preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita:

EM SEGUNDO LEILÃO: dia 17 de fevereiro de 2005, às 14:30 horas, pelo maior lanço, desde que não seja vil, assim considerado o lanço inferior a 50% da avaliação corrigida.

DESCRIÇÃO DO BEM: Lote de terras sob n. 2-F/2-G/3/1-I/1-H/1-G-1-B, com área de 6.000 m2, situado na Gleba Bandeirantes do Norte, neste município e comarca, com as seguintes divisas e confrontações: "principiando num marco cravado na Faixa de Domínio da Rodovia BR-369, com o lote n. 2-F/2-G/3/1-I-A; desse ponto, segue confrontando com o dito lote n. 2-F/2-G/3/1-I-A, no rumo NW 50º41'54"SE, com a distância de 170,00 metros; desse ponto, segue confrontando com parte do lote n. 2-F/2-G/3/1-I/1-H/1-G-1, no rumo SW 47º12'42"NE, com a distância de 36,97 metros; desse ponto, segue confrontando com o lote n. 2-F/2-G/3/1-I-H/1-G-1/B-1, no rumo SE 51º08'19"NW com a distância de 164,05 metros; desse ponto, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Rodovia BR-369, no rumo NE 56º40'18"SE, com a distância de 36,97 metros, até encontrar o ponto de partida onde se deu início a presente descrição. Matrícula n. 6486 do 1º Serv. Reg. Imóveis desta Comarca, de propriedade de Sorelli Ltda. Benfeitorias: barracão industrial com 900 m2 na parte da frente, ocupado por uma oficina para caminhões denominada "Renato de Lima" e uma loja denominada "Acessórios Girotto", e aos fundos uma casa de alvenaria com 208 m2. Referido imóvel localiza-se ao lado do antigo Posto Tanaka III (lateral esquerda), hoje denominado Auto Posto Pra Frente Brasil II, às margens da BR-369, km.181, saída para Rolândia. AVALIAÇÃO: R$.420.000,00 em 15.12.2003

VALOR DO DEBITO: R$.11.972,36, em 12.02.2004.
DEPOSITO: Depositário Público.
LEILOEIRO: LUIZ CARLOS MARTINS, leiloeiro contratado pelo Exequente, arbitrado os seus honorários na seguinte forma: em caso de arrematação: 5% sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante; em caso de adjudicação, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte exequente; em caso de remição, 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte executada; e em caso de acordo ou pagamento da dívida, 2% sobre o valor da transação/pagamento.
ÔNUS: a) Escritura Pública de Confissão de Dívida em Garantia Hipotecária, pela qual a proprietária do imóvel dá o mesmo em primeira, única e especial hipoteca a Fate do Brasil Comercial Importadora e Exportadora de Autopeças Ltda., em garantia de R$.340.000,00, em 22.01.96; b) débitos de IPTU junto à Prefeitura de Arapongas no valor de R$.27.982,71, em 09.10.2003; c) Penhora na Vara do Trabalho de Arapongas, na Reclamação Trabalhista n. 386/97, que Jair Guelfi e outros promovem contra Sorelli Ltda. e outros, no valor de R$.89.238,55.
INTIMAÇÃO: Caso os Executados não sejam encontrados para intimação pessoal, ficam, pelo presente edital, intimados das datas acima mencionadas.
NOTA: Se por justo motivo o 1º e 2º leilão não se realizar nas datas aprazadas, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, mesmo horário.
Dado e passado nesta cidade de Arapongas, Estado do Paraná, em 04 de novembro de 2004. Eu, _____ (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da Vara Cível, que digitei e subscrevo.

Evandro Luiz Camparoto
Juiz de Direito

Campina Grande do Sul

FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – VARA CÍVEL E ANEXOS

EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO DA REQUERIDA CONCEIÇÃO SERVILHA DUARTE, PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS.

FAÇA SABER a todos que o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível e Anexos, processou-se os autos de **INTERDIÇÃO,** autuado sob **n. 359/2004,** requerido por **MARILENE DUARTE PIGNANELLI, JOSÉ ÊNIO SERVILHA DUARTE e MOACYR SERVILHA DUARTE,** em favor de **CONCEIÇÃO SERVILHA DUARTE,** e por sentença proferida em data de 01 de Outubro de 2004, devidamente transitada em julgado, foi **DECRETADO A INTERDIÇÃO** da requerida **CONCEIÇÃO SERVILHA DUARTE,** brasileira, viúva, nascida em 12/02/1919, filha de José Servilha Romero e de Francisca Eugênia Alves, portadora da CI/RG nº 9.496.751/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 090.019.768-40, residente e domiciliada à Rua 25 de Janeiro, nº 013, Condomínio Pousada Quatro Barras, Jardim Menino Deus, Quatro Barras – PR, por ser portadora de patologia sob CID 10: I 63.9 (Seqüelas de infarto cerebral), em caráter permanente, o que a torna **TOTALMENTE INCAPAZ** para exercer os atos da vida civil, a não ser que seja representada por sua filha **MARILENE DUARTE PIGNANELLI**, brasileira, casada, do lar, portadora da CI/RG nº 2.820.457-8/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 082807138-16, residente e domiciliada juntamente com a requerida. E para que chegue ao conhecimento de terceiros e interessados, e no futuro não aleguem ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no átrio do Fórum e publicado no Diário da Justiça deste Estado e no Jornal União desta Comarca, **POR TRES (03) VEZES COM INTERVALO DE DEZ (10) DIAS,** na conformidade do artigo 1.184 do Código de Processo Civil. **CAMPINA GRANDE DO SUL, aos 10 dias do mês de Dezembro do ano de 2004.** Eu(a)(Maria Regina D'Almeida Berno) Escrivã, o digitei e subscrevi. (a) **MARIA REGINA D'ALMEIDA BERNO Escrivã Autorizada por Portaria**

Carlópolis

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CARLÓPOLIS-PARANÁ

Edital de Notificação para Conhecimento de Terceiros com prazo de 20 dias.-

A Doutora JUREMA CAROLINA DA SILVEIRA GOMES, MM. Juíza Substituta da Comarca de Carlópolis, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER que pelo presente edital com o prazo de (vinte) 20 dias, NOTIFICA todos os ausentes, incertos e desconhecidos, que por parte de ANTONIO JOÃO DE OLIVEIRA, foi proposta uma AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS sob n.º 216/2004, em que é requerido FELIPE JOSÉ MAZETO DE OLIVEIRA e FRANCINE MARIA MAZETO DE OLIVEIRA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Carlópolis, Estado do Paraná, aos 02 de Janeiro de 2005. _____(Cleide Nunes Santos Camargo), Escrivã que o digitei e subscrevo. JUREMA CAROLINA DA SILVEIRA GOMES, Juíza de Direito

R$ 90,00

Cascavel

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS CASCAVEL - PARANÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU: FERNANDO TEIXEIRA DE SOUZA
PRAZO: VINTE (20) DIAS
CADASTRO: 128.916

A Doutora **SANDRA REGINA BITTENCOURT SIMÕES,** Juiza de Direito Substituta da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 20 (vinte) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o sentenciado FERNANDO TEIXEIRA DE SOUZA, filho de José Benedito de Souza e de Izabel Luiza Teixeira de Souza, natural de Céu Azul/PR, sem residência, pelo presente edital INTIMA-O e CHAMA-O, à comparecer, perante este Juízo, no dia **24/FEVEREIRO/2005 às 16:30 horas**, no Edifício do Fórum, sito à Avenida Tancredo Neves, 2320, a fim de ser advertido das condições impostas no regime aberto, referente aos autos de Processo Crime nº 58/1997, do Juízo da 1ª Vara Criminal de Cascavel/PR, sob pena de regressão para regime mais rigoroso.
Dado e passado nesta cidade e comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 14 de janeiro de 2005. Eu_____,Marley Ferreira de Castilhos, escrivã, digitei.

SANDRA REGINA BITTENCOURT SIMÕES
JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA

Cianorte

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ CARTÓRIO DA VARA CÍVEL
Bel. Virgilino Ferreira Varella
Escrivão
Adilson Rodrigues Fernandes Noeli Aparecida Barros Luchelli
Empregados Juramentados

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): JOAO MARIANO SOARES - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação do(a/s) executado(a/s): JOAO MARIANO SOARES, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 405,21, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 751/1997, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000313/1998 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra JOAO MARIANO SOARES que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000313/1998. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 18/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): JOAO LEMOS DE OLIVEIRA - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação do(a/s) executado(a/s): JOAO LEMOS DE OLIVEIRA, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 2.301,25, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 4605/2002, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000353/2003 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra JOAO LEMOS DE OLIVEIRA que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000353/2003. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 01/11/2004. (a) Cesar Gzhizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): AGRIPINO ALVES DOS SANTOS - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação do(a/s) executado(a/s): AGRIPINO ALVES DOS SANTOS, atualmente em lugar ignorado, para que PA GUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de R$1.140,02, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s), 199/2001ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000376/2001 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra AGRIPINO ALVES DOS SANTOS que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000376/2001. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 01/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): LINDANIR GRANATTO - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação do(a/s) executado(a/s): LINDANIR GRANATTO, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de R$2.118,84, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 4838/2002, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000437/2003 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra LINDANIR GRANATTO que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000437/2003. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 18/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): MANOEL JOSE DA SILVA - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação do(a/s) executado(a/s): MANOEL JOSE DA SILVA, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 2.452,38, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 4901/2002, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000515/2003 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra MANOEL JOSE DA SILVA que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000515/2003. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos. Cianorte, 18/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): MARIA LUIZA BATISTA - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação do(a/s) executado(a/s): MARIA LUIZA BATISTA, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 1.608,59, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 1861/2002, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000534/2002 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra MARIA LUIZA BATISTA que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000534/2002. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 18/11/2004. (a) Cesar Ghizoni Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): JUVENAL ANDRADE ALECRIM - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação do(a/s) executado(a/s): JUVENAL ANDRADE ALECRIM, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 3.050,19, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 300/2001, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000535/2001 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra JUVENAL ANDRADE ALECRIM que tramita na

Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000535/2001. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 18/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): OLIVEIRA E BARELA LTDA - ME (CGC/MF 82235797000170), na pessoa de seu representante legal DIVANIL BARELA DE OLIVEIRA E ELIANE MARIA DE OLIVEIRA - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

Edital de citação do(a/s) executado(a/s): OLIVEIRA E BARELA LTDA – ME na pessoa de seus representantes legais DIVANIL BARELA DE OLIVEIRA E ELIANE MARIA DE OLIVEIRA, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 971,67, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 1892/2002, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000559/2002 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra OLIVEIRA E BARELA LTDA - ME que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000559/2002. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 01/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): ROSANGELA APARECIDA DA SILVA - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

Edital de citação do(a/s) executado(a/s): ROSANGELA APARECIDA DA SILVA, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 4.608,28, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 1221/1997, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000608/1998 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra ROSANGELA APARECIDA DA SILVA que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000608/1998. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 01/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): RICARDO ERNESTO VICENCONI - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

Edital de citação do(a/s) executado(a/s): RICARDO ERNESTO VICENCONI, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de R$329,19, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 900/2001, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000982/2001 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra RICARDO ERNESTO VICENCONI que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000982/2001. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 18/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Intimação
Do(a/s) executado(a/s) ANTONIO ALONSO, e de seu cônjuge se casado for – com prazo de trinta (30) dias.

Edital de intimação do(a)(s) executado(a)(s) ANTONIO ALONSO, e de seu cônjuge se casado for, atualmente em lugar ignorado, acerca da(s) PENHORA(S) efetivada(s) nestes autos sob nº 000049/1998 de EXECUCAO FISCAL, promovida por FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE contra ANTONIO ALONSO, que tramita nesta Única Vara Cível desta Comarca de Cianorte, Paraná, constante do(s) bem(ns) a saber: "Data n. 014, da quadra n. 018, do loteamento do patrimônio Vidigal, situado no perímetro urbano do Distrito de Vidigal, desta Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, com área de 559,71 metros quadrados, com 14,17 metros e frente e aos fundos, e 39,50 metros nas laterais, o imóvel faz frente para a Rua Dr. Álvaro Vidigal, Distrito de Vidigal, Município de Cianorte, Paraná", para querendo, oferecer embargos no prazo de trinta (30) dias, tudo de conformidade com o r. despacho de fls. a seguir transcrito: "Autos nº 000049/1998. Defiro o pedido de fls. 30, expeça-se edital. Cianorte, 18/11/2004. (a) Cesar Ghizoni –Juiz Substituto". Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): J.F. MONTEIRO E CIA LTDA,(CGC/MF 03314056/0001-09) , O PRIMEIRO NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL JOSÉ FLORIANO MONTEIRO E JOSE FLORIANO MONTEIRO (CPF/MF 634.469.289-87) e REGINA REIKO HAYASHI MONTEIRO (CPF/MF 787.903.799-34)- COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

Edital de citação do(a/s) executado(a/s): J.F. MONTEIRO E CIA LTDA na pessoa de seu representante legal JOSÉ FLORIANO MONTEIRO, JOSE FLORIANO MONTEIRO e REGINA REIKO HAYASHI MONTEIRO, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 1.160,36, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s), 02613087-5, 02645169-8, 02651714-1, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 001090/2002 que FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA move contra J.F. MONTEIRO E CIA LTDA, JOSE FLORIANO MONTEIRO e REGINA REIKO HAYASHI MONTEIRO que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 001090/2002. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 02/12/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): CRISTOVAO RUFINO DOS SANTOS - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

Edital de citação do(a/s) executado(a/s): CRISTOVAO RUFINO DOS SANTOS, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de R$261,65, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 525/1997, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000163/1998 que FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE move contra CRISTOVAO RUFINO DOS SANTOS que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000163/1998. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 18/11/2004. (a) Cesar Ghizoni. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Edital de Citação
DO(A/S) EXECUTADO(A/S): LE GUTIE IND.E COM.DE MALHAS E CONFECCOES LTDA (CGC/MF 81691552) o primeiro na pessoa de seu representante legal ELENITA GUTIERREZ e de ELENITA GUTIERREZ (CPF/MF 814.337.278-20)- COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

Edital de citação do(a/s) executado(a/s): LE GUTIE IND.E COM.DE MALHAS E CONFECCOES LTDA na pessoa de seu representante legal ELENITA GUTIERREZ e de ELENITA GUTIERREZ, atualmente em lugar ignorado, para que PAGUE(M), dentro de cinco (5) dias, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor de 21.279,71, representado pela(s) certidão(ões) sob nº(s) 90201001985-90, 90601006411-32, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR, nos autos de EXECUCAO FISCAL, sob nº 000173/2002 E 000185/2002 que FAZENDA NACIONAL move contra LE GUTIE IND.E COM.DE MALHAS E CONFECCOES LTDA e ELENITA GUTIERREZ que tramita na Única Vara Cível de Cianorte, Estado do Paraná, sito à Travessa Itororó, nº 221, Edifício do Fórum. DESPACHO: Autos nº 000173/2002 E 000185/2002. Cite-se , pois, o executado, por edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80, que deverá ser publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, consignando tão somente a indicação da exeqüente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia dívida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no registro da dívida, a data o número da inscrição no registro da dívida ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo, e, ainda, o despacho inicial constante destes autos.. Cianorte, 02/12/2004. (a) Fernando Swain Ganem. Cianorte, 13 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Única Vara Cível e Anexos
Travessa Itororó, 221 – fone [0xx44] 629-2703
Bel. Virgilino Ferreira Varella - Escrivão
Noeli Aparecida Barros Luchelli
Adilson Rodrigues Fernandes
Empregados Juramentados

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000104/1997, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-C.E.F. e executado(a)(s): SIMONO E SIMONO LTDA - ME e KAZUO SIMONO.
DESCRIÇÃO DO BEM: "A)25, kit´s multiuso, em madeira. B)210 jogos do produto/dominó multi – alfabeto, de fabricação da executada, cada jogo contendo 155, peças de 03x05 cm, confeccionado em M.D.F.".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: FRANK KAZUHIRO SIMONO – Depositário Particular
AVALIAÇÃO: A) R$3.298,51. B) 2.194,90, atualizada em 03/08/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$5.044,43, atualizada em 03/08/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) SIMONO E SIMONO LTDA - ME e KAZUO SIMONO, o primeiro na pessoa de seu representante legal Kazuo Simono, o segundo em nome próprio, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000105/2002, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-C.E.F. e executado(a)(s): D.L. BAILI CONFECCOES-ME.
DESCRIÇÃO DO BEM: "A) Uma arara niquelada com sessenta expositores para calça e com mesa de vidro. B)Uma mesa de passar industrial de madeira trabalhada. C) Treze bancas de ferro para exposição de mercadorias, pintura preta fosca com fundo de madeira".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: DJALMA LUCIO BAILI – Depositário Particular
AVALIAÇÃO: A) R$ 530,50. B) R$212,20. C) R$2.758,56, atualizada em 08/11/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 4.341,77, atualizada em 08/11/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) D.L. BAILI CONFECCOES-ME na pessoa de seu representante legal DJALMA LUCIO BAILI, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 04 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000107/2000, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA NACIONAL e executado(a)(s): MANOEL DANTAS SOBRINHO.
DESCRIÇÃO DO BEM: "50% de 1/3 do imóvel constituído pela Data de terras sob nº 15 e 16, da quadra nº 16, da zona 01, situado no perímetro urbano da cidade de Cianorte, Paraná, com área de 980,00 m2.Divisas: Com a Avenida Goiás no rumo NO 58º00 numa frente de 28,00 metros, com a data nº 17 no rumo NE 32º00 no distância de 35,00 metros; com as datas 7 e 8 no rumo SE58º00 na largura de 28,00 metros e, finalmente, com a data nº 14 no rumo SO 32º00 numa extensão de 35,00 metros, contendo benfeitorias".
ÔNUS: Autos nº 99/1995 – Execução de Título Extrajudicial, exeqüente: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO x MANOEL DANTAS SOBRINHO. Autos 141/1995 – Execução, exeqüente: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO x MANOEL DANTAS SOBRINHO. Autos 175/1995 de Execução, exeqüente: Banco Mercantil de São Paulo S/A e executado: K´amuflagem Ind. E Com. de Confecções Ltda, Ceila Wanda do Lago Dantas, Manoel Dantas Sobrinho. Autos 172/1995 – exeqüente: Banco Mercantil de São Paulo S/A e executado: K´amuflagem Ind. E Com. de Confecções Ltda, Ceila Wanda do Lago Dantas, Manoel Dantas Sobrinho. Autos 173/1995 exeqüente: Banco Mercantil de São Paulo S/A e executado: K´amuflagem Ind. E Com. de Confecções Ltda, Ceila Wanda do Lago Dantas, Manoel Dantas Sobrinho. Autos 199/1995, exeqüente: Roberto Aparecido Lima e executado: Manoel Dantas Sobrinho. Autos 551/1995. exeqüente: Banco do Brasil S/A e executado: K´amuflagem Ind. E Com. de Confecções Ltda, Ceila Wanda do Lago Dantas, Manoel Dantas Sobrinho. Autos 921/1996. exeqüente: Banco Mercantil de São Paulo S/A x K´amuflagem Ind. E Com. de Confecções Ltda, Ceila Wanda do Lago Dantas, Manoel Dantas Sobrinho. Autos 922/1996. exeqüente: Banco Mercantil de São Paulo S/A x Manoel Dantas Sobrinho. Autos 924/1996 exeqüente: Banco Mercantil de São Paulo S/A x Manoel Dantas Sobrinho. Autos 107/2000. Fazenda Nacional x Manoel Dantas Sobrinho. Autos 157/1997, exeqüente: Fazenda Publica do Estado do Paraná x Ceila Wanda do lago Dantas e François do Lago Dantas. Autos 220/2001 – Carta Precatória, extraída dos autos de Execução Fiscal da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba-PR. Exeqüente: Fazenda Pública do Estado do Paraná e executado: Frigorífico Iguatemi Ltda.
DEPÓSITO: em mãos do Depositário Público desta Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.
AVALIAÇÃO: R$ 127.411,14, atualizada em 08/09/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 9.567,79, atualizada em 08/09/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) MANOEL DANTAS SOBRINHO, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 07 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 001180/1998, 1209/1998, 023/1999, 102/1999, 191/1999, 276/1999, 311/1999, 060/2000, 181/2000, 022/1999, 349/1999 de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): LIDIA PERES LANARO-EPP.
DESCRIÇÃO DO BEM: "Autos 1180/1998 - A) 16.000 telhas francesas de 1ª. B) 40.000 telhas romanas de 1ª. C) 45.000 lajotas de seis furos de 1ª. Autos nº 102/1999 – D) 5.000 telhas francesas de primeira. Autos 102/1999 – E)6.800 telhas francesas de primeira. Autos 191/1999 – F) 7.000 telhas francesas de primeira. Autos 276/1999 – G)11.000 telhas francesas de primeira. Autos 060/2000 – H)42.000 lajotas de 6 furos de primeira. I) 38.000 lajotas de 6 furos de primeira. Autos 181/2000 – J)17.000 lajotas de 6 furos de primeira. Autos 349/1999 – K) 7.000 telhas francesas de primeira.
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: A,B,C,D,E,F,H,J,K - GENELSON PERES – Depositário Particular. G,I, Lídia Peres Lanaro – Depositária Particular
AVALIAÇÃO: Autos 1180/1998 - A)Valor de mercado R$0,40 a unidade x ,16.000 = R$6.400,00. atualizada em, devendo ser atualizado por ocasião dos leilões. B) Valor de mercado R$0,40 a unidade x 40.000 = R$16.000. C) Valor de mercado R$0,20 x 45.000 = R$9.000,00. D) Valor unitário R$0,40 x 5.000 = R$2.000,00. E) Valor unitário R$0,40 x 6.800 = R$2.720,00. F)Valor unitário R$0,40 x 7.000 = R$2.800,00. G) Valor unitário R$0,40 x 11.000 = R$4.400,00. H) Valor unitário R$0,20 x 42.000 = R$8.400,00. I) Valor unitário R$0,20 x 38.000 = R$7.600,00. J)Valor unitário R$0,20 x 17,00 = R$3.400,00. K)Valor unitário R$0,40 x 7.000 = R$2.800,00.
VALOR DO DÉBITO: Autos 1180/1998 - R$7.860,57. Autos 1209/1998 – R$4.510,93. Autos 023/1999 – R$4.848,98. Autos 102/1999 – R$4.253,82. Autos 191/1999 – R$5.021,90. Autos 276/1999 – R$7.167,03. Autos 311/1999 – R$5.358,09. Autos 060/2000 – R$8.281,48. Autos 181/2000 – R$2.716,80. Autos 022/1999 – R$3.422,65. Autos 349/1999 – R$4.440,87, atualizados até 22/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) LIDIA PERES LANARO-EPP na pessoa de seu representante legal LIDIA PERES LANARO, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 05 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 001012/2003, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): PRINCY'S INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "Imóvel: Lote 373-B remanescente-1 (subdivisão do Lote nº 373-B-R), da Gleba Patrimônio Cianorte, situado neste Município e Comarca de Cianorte, com área de 1.400,00 metros quadrados ou sejam 0,14 hectares, ou ainda 0,06 alqueires paulistas,com as Divisas Confrontações e Benfeitorias constantes da matrícula n. 15.019, devidamente registrado no CRI-2º Ofício, desta cidade e Comarca de Cianorte/PR".
ÔNUS: Autos 516/1998 de Execução Fiscal, exeqüente: Fazenda Pública do Estado do Paraná x Princy's Industria E Comercio De Confecçoes Ltda. Autos 1024/1998, em trâmite da Vara do Trabalho desta Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, exequente: Solange Rodrigues de Moura x Princy's Industria E Comercio De Confecçoes Ltda. Autos 331/2001. Exequente: Fazenda Nacional x Princy's Industria E Comercio De Confecçoes Ltda.. Autos 143/2002. exequente: Fazenda Nacional x Princy's Industria E Comercio De Confecçoes Ltda. Autos 039/1999, Execução Fiscal, exequente: Fazenda Pública do Estado do Paraná x Princy's Industria E Comercio De Confecçoes Ltda. Autos 426/1998, Execução, exequente: Banco Mercantil de São Paulo S/A x Princy's Industria E Comercio De Confecçoes Ltda. Autos 516/1998 de Execução, exequente: Banco Mercantil de São Paulo S/A x Princy's Industria E Comercio De Confecçoes Ltda.
DEPÓSITO: em mãos do Depositário Público desta Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.
AVALIAÇÃO: R$27.979,07, atualizada em 10/09/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 2.363,61, atualizada em 10/09/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) PRINCY'S INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA, na pessoa de seu representante legal Idalina Barela Pazinato e do Síndico Maurício Gonçalves Pereira, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 07 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000060/2002, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): IND.CERAMICA ARGILAR LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "9.000 telhas de barro, tipo Romana/Duplan, sem uso, as quais encontram-se armazenadas na Firma Indústria Cerâmica Argilar".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Marisa Frazato Vagetti-Depositária Particular.
AVALIAÇÃO: R$ 1.163,83, atualizada em 10/09/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$3.622,48, atualizada em 13/09/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) IND.CERAMICA ARGILAR LTDA na pessoa de seu representante legal MARISA FRAZATO VAGETTI, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000066/2002, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): TANIA REGINA BULLA PERES.
DESCRIÇÃO DO BEM: " 50 % que a executada possui sobre o imóvel constituído pelo Apartamentonº 1004, localizado no 12º pavimento denominado 11º andar, do edifício Rui Barbosa, situado na Rua Constituição n. 310, nesta cidade, com área de 156,28 metros quadrados, correspondente ao seguinte: a)117,01m2 da unidade autônoma "apartamento"; b) 23,24m2 de uso comum; c)16,03m2 da garagem de uso exclusivo sob nº 1004; localizada no segundo Pavimento denominado 1º andar do edifício.Confronta-se: Frente com o recuo junto as datas de nº 12 e 13; na lateral direita com o apartamento nº 1003, nos fundos com a área de iluminação interna, e na lateral esquerda com o recuo lateral junto a data nº 09". Esse Edifício foi construído sobre as datas de terra nº 10 e 11 da quadra nº 32, da zona 01, situadas no perímetro urbano desta cidade e Comarca de Cianorte, Estado do Paraná., pertencendo ao apartamento ora matriculado uma fração ideal de terreno de 22,15m2. O referido imóvel encontra-se registrado no 1º CRI sob nº 12.687.
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Tânia Regina Bulla Peres
AVALIAÇÃO: R$26.748,66, atualizada em 21/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 2.918,65, atualizada em 21/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) TANIA REGINA BULLA PERES na pessoa de sua representante legal TANIA REGINA BULLA PERES, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 05 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000067/1999, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "1.040 bermudas em Jeans, femininas e masculinas, nos tamanhos 36 a 54, sem uso, marcas Yonder´s, Be Eight, Next, Yfts".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Admir Nabhan – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO: R$35.463,75, atualizada em 25/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 89.450,31, atualizada em 25/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA, na pessoa de seu representante legal Admir Nabhan, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000161/2002, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): TANIA REGINA BULLA PERES.
DESCRIÇÃO DO BEM: "38.000 mil telhas romana,/duplan, cor vermelha, de primeira, novas".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: TANIA REGINA BULLA PERES – Depositária Particular
AVALIAÇÃO: R$ 13.018,36, atualizada em21/10/2004
VALOR DO DÉBITO: R$ 2.851,24, atualizada em 21/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) TANIA REGINA BULLA PERES, na pessoa de seu representante legal TANIA REGINA BULLA PERES, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000167/2000, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "A)350 calças Jeans em Lycra, femininas,várias cores e modelos, tamanhos 36 a 48, novas, marcas Yonders e Be Eight. B) 300 calças femininas em Jeans Canatiba OZ novas, tamanhos 34 a 60, marcas Yonders e Be Eight, grades variadas. C) 250 bermudas femininas em Jeans, tamanhos 36 a 54, marcas Yonders e Be Eight".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: ADMIR NABHAN – Depositário Particular
AVALIAÇÃO: A) R$17.985,89. B)R$12.525,89. C) R$8.297.06, atualizada em 21/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 78.949,29 atualizado em21/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA na pessoa de seu representante legal ADIMIR NABHAN, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 04 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000179/2002, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA NACIONAL e executado(a)(s): ABATEDOURO DE AVES PALADAR LTDA e MAURO ANDREO SORRENTINO.
DESCRIÇÃO DO BEM: "01 máquina Chiller com capacidade de 2.500 litros, com rosca e redutor, em inox, com motor acoplado, de maio HP, fabricado em Maringá-PR".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: MAURO ANDREO SORRENTINO.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 7.059,06 (sete mil, cinqüenta e nove reais e seis centavos), atualizada em 12/05/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$8.052,09 (oito mil, cinqüenta e dois reais e nove centavos), atualizada até 11/05/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) ABATEDOURO DE AVES PALADAR LTDA e MAURO ANDREO SORRENTINO, o primeiro na pessoa de seu representante legal o segundo em nome próprio, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 05 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000231/1999, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-C.E.F. e executado(a)(s): SIMONO E SIMONO LTDA - ME.
DESCRIÇÃO DO BEM: "Um imóvel constituído pela data de terras sob n. 09, (subdivisão das datas 02 e 03), da quadranº Z-I-I (zona industrial "Um") O, situada no loteamento "Parque das Industrias, no perímetro urbano desta cidade e Comarca de Cianorte, com área total de 2.2298,38m2, Divide-se: "Com a rua Um no rumo SW-02º02'53', numa frente de 15,00 metros,

ainda com a Rua Um no rumo NW 87º57'07, numa extensão de 93,87 metros, com o desvio 02 da R.F.R.S.A no rumo NE 02º02'53 numa largura de 24,00 metros, e finalmente com a data nº 08 no rumo SE 87º57'07 numa extensão de 96,37 metros. O referido imóvel encontra-se registrado no 2º CRI desta Comarca, matrícula sob nº 09.631".
ÔNUS: Consta os seguintes ônus sobre o imóvel acima descrito: Hipoteca Cedular de Primeiro Grau – Credor: Banco de Desenvolvimento do Paraná. Hipoteca Cedular de Segundo Grau - Credor:Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. Penhora: Autos 1223/1994. Execução Fiscal que é exeqüente: Fazenda Nacional e executado: Simono e Simono Ltda. Autos: 231/1999. Execução Fiscal que é exeqüente: Caixa Econômica Federal – CEF e executado: Simono & Simono Ltda.
DEPÓSITO: Kazuo Simono –Depositário Particular
AVALIAÇÃO: R$ 113.676,49, atualizada em 03/08/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$8.741,72, atualizada em 03/08/2004
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) SIMONO E SIMONO LTDA – ME na pessoa de seu representante legal Kazuo Simono, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 05 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000335/1999, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "54 bermudas Jeans, em tamanhos variados P M e G. B)240 blusas femininas marca Yonders e Be Eight, P, M e G, diversas cores modelos e estampas, novas".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: ADMIR NABHAN – Depositário Particular
AVALIAÇÃO: A) R$ 1.717,98. B)R$ 7.451,30, atualizada em 22/10/2004
VALOR DO DÉBITO: R$ 11.011,45, atualizada em 22/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA, na pessoa de seu representante legal Admir Nabhan, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 07 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000483/2002, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE CIANORTE e executado(a)(s): L.G. DE OLIVEIRA LANCHONETE.
DESCRIÇÃO DO BEM: "A) Um Freezer de uma porta, cor branca, marca cônsul, n. 0110576994, em regular estado de uso e conservação. B) Um freezer de duas portas, cor branca,com duas portas n. 766961, em regular estado de uso em conservação. C) Um expositor de bebidas, com porta de vidro, contendo cinco gavetas, da cor branca, sem marca, e sem numero, em regular estado de uso e conservação".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: LUIZ GODINHO DE OLIVEIRA – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO: A)314,77. B) 314,77. C) 226,64, atualizada em R$856,18.
VALOR DO DÉBITO: R$ 777,48 (setecentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) atualizada até 08/11/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) L.G. DE OLIVEIRA LANCHONETE na pessoa de seu representante legal Luiz Godinho de Oliveira, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 04 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000526/2003, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): CLAUDINEI CELLA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "01 máquina de costurar botinas, marca Nissin, modelo NS n. 810, de cor cinza, com motor elétrico trifásico, marca Weg, m perfeito estado de uso e conservação".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Claudinei Cella – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$2.498,53, atualizada em 21/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$2.900,52, atualizada em 21/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) CLAUDINEI CELLA na pessoa de seu representante legal Claudinei Cella, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000745/2003, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): CONSTRUTORA GROLAJES LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "05 (cinco) arcos metálicos, medindo 15,00 metros cada, para construção de Barracão Pré-moldados".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Valcemir Bataglia – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO: R$ 2.657,57, atualizada em 10/09/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 3.234,15, atualizada em 10/09/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) CONSTRUTORA GROLAJES LTDA, na pessoa de seu representante legal VALCEMIR BATAGLIA, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 07 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000069/1999, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "A) 22 corsários em jeans – feminino, vários tamanhos e modelos. B) 60 jaquetas femininas em veludo strech, tamanhos P,M e G, diversas cores, marca Yonder´s".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Admir Nabhan – Depositário Particular
AVALIAÇÃO: A)634,81, B) 3.622,23, atualizada em 22/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$5.098,74, atualizada em 22/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA, na pessoa de seu representante legal Admir Nabhan, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 07 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000111/1996, de EXECUCAO FISCAL - I.N.S.S. em que é(são) exequente(s): FAZENDA NACIONAL e executado(a)(s): ALDEIA - INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "A) Lote de terras sob n. 259-C (subdivisão do lote 259), da Gleba Bolívar, situada neste município e Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, com área de 6.776 metros quadrados ou sejam 0,6776 hectares ou ainda 0,28 alqueires paulistas. Com suas metragens, divisas, confrontações descritas, na matrícula n. 6113 do CRI 2º Ofício. B) Lote de terras sob n. 259-B1 (desmembrado do lote 259-B), da Gleba Bolívar, situada neste município e Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, com área de 6.655,00 metros quadrados ou sejam 0.6655 hectares ou ainda 0,275 alqueires paulistas. Com suas metragens, divisas, confrontações descritas na matrícula n. 6.716 do CRI – 2º Ofício. C) Lote de terras sob n. 734-A-1 (subdivisão do lote 734-A_ da Gleba Patrimônio Cianorte, situado neste Município e Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, com área de 18.582,17 metros quadrados ou sejam 0,7679 alqueires paulistas. Com suas metragens, divisas, confrontações descritas na matrícula n. 9688 do CRI 2º Ofício".
ÔNUS: Autos 110/1996, Execução Fiscal, exeqüente: Fazenda Nacional e executado: Aldeia – Indústria de Alimentos Ltda. Autos 115/1997, Execução Fiscal exeqüente:Fazenda Nacional e executado: Infacil – Indústria de Alimentos Ltda. Autos 1080/1998, Execução Fiscal, exequente: Fazenda Nacional, executado: Infacil – Indústria de Alimentos Ltda. Autos nº 132/2000, execução fiscal, exequente: Fazenda Nacional e executado: Infacil – Indústria de Alimentos Ltda. Autos 330/1999 de Execução Fiscal, exequente: Fazenda Nacional, executado: Infacil – Indústria de Alimentos Ltda. Autos 961/1998, execução fiscal, exequente: Fazenda Nacional e executado: Infacil Indústria de Alimentos Ltda.
DEPÓSITO: Depositário Público da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$133.912,61 atualizada em 08/09/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$82.229,52, atualizada em 08/09/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) ALDEIA - INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, na pessoa de seu representante legal Vilmar Martinho da Silva, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 07 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 13:30 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 001142/1998, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "850 calças demininas e masculinas, em tecido Jeans, nos tamanhos 34 a 60, sem uso, todas de fabricação da firma executada, das marcas Yonder's, Be Eight, Next, Yfts".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Admir Nabhan – Depositário Particular
AVALIAÇÃO: R$ 32.670,14, atualizada em 10/09/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 88.203,25, atualizada em 10/09/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA, na pessoa de seu representante legal Admir Nabhan, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 07 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000763/2003, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "25 calças marca Yonder's, tecido Jeans, tamanhos 36 a 66".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Admir Nabhan – Depositário Particular
AVALIAÇÃO: R$ 1.070,16, atualizada em 21/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$ 1.369,31, atualizada em 21/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA, na pessoa de seu representante legal ADMIR NABHAN, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000836/2003, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): S.G.LARANHAGA ME.
DESCRIÇÃO DO BEM: "01 compressor de ar industrial, mar-

ca Presure, de 40 pés, capacidade de 400 litros, em bom estado de uso e conservação ".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Sandra Garçom Laranhaga – depositária particular.
AVALIAÇÃO:R$3.000,00, atualizada em 03/05/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$2.168,24 (dois mil cento e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos, atualizado em 22/10/2004
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) S.G.LARANHAGA Me na pessoa de seu representante legal SANDRA GARÇOM LARANHAGA, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 04 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000887/2002, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): WILLIANS CESAR PEREIRA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "A)Um guarda roupas de 02 portas, em cerejeira, no valor. B) Um guarda roupas de quatro portas, em madeira colonial ".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: WILLIANS CESAR PEREIRA – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 731,70, atualizada em 21/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$940,08, atualizada em 21/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) WILLIANS CESAR PEREIRA, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000961/1998, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA NACIONAL e executado(a)(s): INFACIL IND.DE ALIMENTOS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "Lote nº 259-C (subdivisão do lote 259) da Gleba Bolívar, situado neste município e Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, com área de 6.776 metros quadrados ou sejam 0,6776 hectares ou ainda 0,28 alqueires paulistas, com as divisas, confrontações e benfeitorias constantes da matrícula 06.113, devidamente registrado no CRI – 2º Ofício, Comarca de Cianorte, Paraná".
ÔNUS: Consta os seguintes ônus sobre o imóvel acima descrito: Autos 115/1997 de Execução Fiscal, exeqüente: Fazenda Nacional e executado: Infacil Indústria de Alimentos Ltda. Autos 1080/1998 de Execução Fiscal, exeqüente: Fazenda Nacional e executado: Infacil – Indústria de Alimentos Ltda. Autos 132/2000 de Execução Fiscal, exeqüente: Fazenda Nacional e executado: Infacil Indústria de Alimentos Ltda. Autos 330/1999, Execução Fiscal, exeqüente: Fazenda Nacional e executado: Infacil Indústria de Alimentos Ltda. Autos 110/1996 de Execução Fiscal, exeqüente: Fazenda Nacional e executado: Aldeia Indústria de Alimentos Ltda. Autos 111/1996 de Execução Fiscal, exeqüente: Fazenda Nacional e executado: Aldeia Indústria de Alimentos Ltda
DEPÓSITO: Vilmar Martinho da Silva – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO: R$200.775,00, atualizada em 05/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$41.988,06, atualizada em 05/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) INFACIL IND.DE ALIMENTOS LTDA na pessoa de seu representante legal Vilmar Martinho da Silva, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 05 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000070/1999, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "900 calças Jeans, masculino, tamanhos 36 a 60, sem uso, no valor unitário, todas de fabricação da firma executada, das marcas Yonder's, Be eight, next, UYfts".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: Admir Nabhan – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO: R$29.636,41, atualizada em 22/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$78.621,44, atualizada em 22/10/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) A.D.C.IND.E COM.DE ROUPAS LTDA, na pessoa de seu representante legal Admir Nabhan, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000078/2000 e 0079/2000, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): DE MARQUI GIL E CIA LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "Autos 078/2000 – A) 100 peças de engenho para cana D – 901, novas, de fabricação da devedora. Autos 079/2000 – B) 25 peças de engenho para cana DM – 1 HP, novas, sem motor, de fabricação da devedora.
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: José Eduardo de Marqui – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO: A) Total R$7.745,37. B) Total R$6216,68, atualizados em 21/10/2004.
VALOR DO DÉBITO: Autos 078/2000 – R$6.620,98. Autos 079/2000 – R$5.726,06.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) DE MARQUI GIL E CIA LTDA na pessoa de seu representante legal José Eduardo de Marqui, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 06 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000079/2002, de CARTA PRECATORIA – CIVEL, oriunda do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Mourão – Estado do Paraná, extraída dos autos sob n. 050/1997 de Execução Fiscal em que é(são) exequente(s): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA e executado(a)(s): DALMIR BARBOSA E BARBOSA LTDA e DALMIR BARBOSA MELLO.
DESCRIÇÃO DO BEM: "Um veículo marca Ford Del Rey GLX, ano de fabricação 1984, combustível a álcool, cor prata ABV 9760, chassi 9BFCXXLB2CELI 755, Renavam n. 520589408, em regular estado de conservação, manutenção e funcionamento".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: DALMIR BARBOSA MELO – Depositário Particular.
AVALIAÇÃO: R$3.432,43, atualizada em 12/11/2004.
VALOR DO DÉBITO: R$5.986,30, atualizada em 12/11/2004.
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) DALMIR BARBOSA E BARBOSA LTDA e DALMIR BARBOSA MELLO, o primeiro na pessoa de seu representante legal DALMIR BARBOSA MELLO e o segundo em nome próprio, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 04 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: 25/02/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada. Sendo negativo a venda será feita em:
SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: 09/03/2005, às 14:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação, que deverá ser atualizada.
Obs: Se por justo motivo o 1º ou 2º leilão não se realizarem nas datas aprazadas, por inexistir expediente forense, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, centro, em Cianorte, Estado do Paraná.
PROCESSO: Autos sob nº 000087/2002, de EXECUCAO FISCAL em que é(são) exequente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-C.E.F. e executado(a)(s): RANIEL PRINCIPE CONFECCOES LTDA.
DESCRIÇÃO DO BEM: "160 camisas 100% algodão, manga curta, fio tinto estampado xadrez, pala dupla, com bolso, nos tamanhos PMG e GG, novas".
ÔNUS: não consta nos autos ônus sobre os bens.
DEPÓSITO: ADRIANE LUCIANE V.C.Pio, Depositária Particular.
AVALIAÇÃO : R$7.164,16, atualizada em 12/05/2004
VALOR DO DÉBITO: R$10.682,00, atualizada em 11/05/2004
LEILOEIRO: Sr. FERNANDO MARTINS SERRANO.A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante e terá valor equivalente a 5% do valor da arrematação; em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação, a ser paga, no primeiro caso pelo próprio exeqüente, e, nos últimos, pelo executado.
INTIMAÇÃO: fica desde logo intimado o(a)(s) executado(a)(s) RANIEL PRINCIPE CONFECCOES LTDA na pessoa de seu representante legal ADRIANE LUCIANE V.C. PIO, se porventura não for(em) encontrado(a)(s) para intimação pessoal.
CONCLUSÃO: E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e principalmente do (s) Executado(s), na pessoa de seu representante legal, é o presente edital publicado na imprensa sob as formas da Lei e afixado por cópia na sede deste Juízo em local próprio para tal fim.
Cianorte/PR, 04 de janeiro de 2.005. Eu, _____(Bel. Virgilino Ferreira Varella), Escrivão, que digitei e subscrevi.

CESAR GHIZONI
Juiz Designado

Fazenda Rio Grande

JUÍZO DE DIREITO DA VARACÍVEL E ANEXOS da COMARCA DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PR
Rua Cesar Careli, n.º 365, bairro Pioneiros, fone 627-2281, CEP: 81.820-000

EDITAL DE CITAÇÃO INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A AREA USUCAPIENDA E DOS SUCESSORES DE MARCOLINO ANGELINO CARDOSO também conhecido por MARCOLINO ANGELINO FRAGOSO e de FRANCISCO DA CRUZ FRAGOSO, ; COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos n.º 731/2004 de Usucapião, em que são requerentes PEDRO DURAU E OUTROS, tendo por objeto o seguinte imóvel: *" área de terras rurais, medindo 251.124,60 m2, ou sejam (10 alqueires 15 litros 49,60 m2,), situado no lugar denominado Chimboveiro, Mandirituba, "* ficam pelo presente edital citados da presente ação, os interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, daquele em cujo nome porventura esteja transcrita a área usucapiencia. O prazo de contestação é de quinze (15) dias, contados da publicação do presente edital. Advertidos de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. (art. 285 do Código de Processo Cível). Fazenda Rio Grande aos dezoito (18) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e quatro (2004).E eu_____ Luanda A Matheus da Silveira – E Juramentada, o subscrevi.

Douglas Marcel Peres
Juiz de Direito

R$ 126,00

Foz do Iguaçu

COMARDA DE FOZ DO IGUAÇU
2ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor Gláucio Marcos Simões, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que fica(m) pelo presente citado(s) para se ver(em) processar, e intimado(s) a comparecer(em) neste Juízo, sito na Av. Pedro Basso, 1.001, no dia e horário abaixo especificados, a fim de ser(em) interrogado(s), e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(m), como incurso nas sanções do(s) artigo(s) abaixo transcrito(s).

Processo Crime: **2004.3853-9**
Data e horário: **10/03/2005, às 13h.00min**.
Acusado(a)(s): **MARCOS BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, descarregador de caminhão, nascido aos 13/06/1984 em Foz do Iguaçu/PR, RG nº 8.824.276-9/PR, filho de Bordenir da Silva e de Luíza Bezarra da Rocha atualmente em lugar incerto e não sabido.
Artigo: art. 16, da Lei 6368/76.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A Doutora Daniele Miola, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, para justificar, no prazo de 05 (cinco) dias, o descumprimento das condições impostas na suspensão dos autos de Processo Crime 2001.1911-3 (155/2001), sob pena de revogação do benefício.

Réu(s): **JOSUÉ RAMALHO DA SILVA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 31/05/1981 em Foz do Iguaçu/PR, filho de Cícero Ramalho da Silva e de Zilma Rech, atualmente, em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

A Doutora Daniele Miola, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que pela sentença datada de 01/09/2004, exarada nos autos de Processo Crime 1998.346-8, movida pela Justiça Pública desta Comarca, foi(ram) o(s) mesmo(s) condenados(s) às penas de 03 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, como incurso no art. 228, § 1º e 3º do Código Penal, pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços a comunidade, ficando pelo presente intimado(s) para, querendo, apelar(em) da decisão, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do término do prazo do presente edital.

Sentenciado(a)(s): **SALETE RODRIGUES,** brasileira, casada, R.G. 7.994.587/PR, nascida aos 27/10/1971 em Ibema/PR, filha de Manuel Maria Rodrigues e demaria Gomes, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

A Doutora Daniele Miola, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que pela sentença datada de 01/09/2004, exarada nos autos de Processo Crime 2004.941-5, movida pela Justiça Pública desta Comarca, foi(ram) o(s) mesmo(s) condenados(s) às penas de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 30,8 (trinta inteiros e oito décimos) dias-multa, como incurso no art. 14 da Lei 10.826/03 e art. 16 da Lei 6.368/76, c/ c art. 69 do Código Penal pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços a comunidade, ficando pelo presente intimado(s) para, querendo, apelar(em) da decisão, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do término do prazo do presente edital.

Sentenciado(a)(s): **PAULO TEIXEIRA DOS SANTOS TERRA,** brasileiro, solteiro, pedreiro, R.G. 2.424.582/PR, nascido aos 05/07/1978 em Santo Antonio do Sudoeste/PR, filho de Hermes dos Santos Terra e de Lucídia Teixeira Terra, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

A Doutora Daniele Miola, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que pela sentença datada de 01/09/2004, exarada nos autos de Processo Crime 2000.577-3, movida pela Justiça Pública desta Comarca, foi(ram) o(s) mesmo(s) condenados(s) às penas de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão e 45 (quarenta e cinco) dias-multa, como incurso no art. 10, § 2º, da Lei 9.437/97, pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços a comunidade e pagamento de cesta básica, ficando pelo presente intimado(s) para, querendo, apelar(em) da decisão, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do término do prazo do presente edital.

Sentenciado(a)(s): **JAQUEU DE SOUZA,** brasileiro, convivente, comerciante, R.G. 6.823.153-1/PR, nascido aos 14/11/1976 em Medianeira/PR, filho de Lázaro Cândido de Souza e de Aliete da Silva de Souza, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A Doutora Daniele Miola, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, que pela sentença datada de 01/09/2004, exarada nos autos de Processo Crime 2002.658-7, que totalizam R$ 209,61 (duzentos e nove reais e sessenta e um centavos).

Réu(s): **ANSELMO PEREIRA ALVES,** brasileiro, solteiro, motorista, nascido aos 28/06/1980, natural de Santa Tereza do Oeste/PR, filho de Elias Alves e de Rosaria Pereira Alves, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A Doutora Daniele Miola, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, para efetuar, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento da multa e das custas processuais a que foi condenado nos autos dos autos de Processo Crime 1999.365-6, que totalizam R$ 505,14 (quinhentos e cinco reais e quatorze centavos).

Réu(s): **BATISTA VELOSO ANTUNES,** brasileiro, casado, pedreiro, nascido aos 05/06/1972, natural de Renascença/PR, filho de Henrique Veloso Antunes e de Maria Rodrigues Veigas, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A Doutora Daniele Miola, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, para efetuar, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento da multa e das custas processuais a que foi condenado nos autos dos autos de Processo Crime 2003.1196-5, que totalizam R$ 294,38 (duzentos e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos).

Réu(s): **FERNANDO BEZERRA,** vulgo "Goiabinha", brasileiro, solteiro, R.G. nº 2.436.034, nascido aos 02/09/1981, natural de Foz do Iguaçu/PR, filho de Nilvo Bezerra e Éster Gomes da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A Doutora Daniele Miola, Juíza de Direito Designada da 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, etc..
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s) abaixo nominado(s) e qualificado(s), que encontra(m)-se atualmente em lugar incerto, para efetuar, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento da multa e das custas processuais a que foi condenado nos autos dos autos de Processo Crime 2002.2910-2, que totalizam R$ 294,47 (duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos).

Réu(s): **MARCELO CAMARGO DA SILVA,** vulgo "Fela", brasileiro, solteiro, pedreiro, nascido aos 10/11/1979, natural de Uberlândia/MG, filho de Antonio Camargo da Silva e de Ana Maria da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 12/01/2005.Eu,_____Rosângela A. G. Monzon, Escrivã, subscrevo.

ROSÂNGELA A. G. MONZON
Escrivã
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
CARTÓRIO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL

EDITAL DE VENDA JUDICIAL

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) à venda e arrematação em primeiro e segundo leilão, o(s) bem(s) de propriedade da(o) executada(o): PEREYRA & GRIGNET LTDA., na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: Dia 08 de março de 2005, às 13:30 horas, por preço superior à importância da avaliação.
SEGUNDO LEILÃO: Dia 22 de março de 2005 às 13:30 horas, para arrematação, pelo maio preço oferecido, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Pedro Basso, 1001 - Polo Centro.

PROCESSO N.º 159/1999 de EXECUCAO FISCAL.
EXEQÜENTE(S): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA.
EXECUTADO(S): PEREYRA & GRIGNET LTDA., ROSA LYDIA PEREYRA GRIGNET e PAULO EDUARDO PEREYRA GRIGNET

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S):

· 01 (um) balcão expositor de roupas, medindo aproximadamente 4,00m de comprimento x 1,00m de altura x 0,50 m de fundos, em fórmica na base e laterais, de cor de rosa, com vidros na parte superior, frontal e duas prateleiras. Avaliado por R$ 1.000,00 (mil reais).
· 01 (um) balcão expositor de roupas, medindo aproximadamente 3,00m de comprimento x 1,00m de altura x 0,50 m de fundos, em fórmica na base e laterais, de cor de rosa, com vidros na parte superior, frontal e duas prateleiras. Avaliado por R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 1.750,00 (hum mil, setecentos e cinquenta reais).
VALOR DA DÍVIDA: R$ 3.629,27 (três mil, seiscentos e vinte e nove reais, vinte e sete centavos).

DEPOSITÁRIO DO BEM: Em mãos da fiel depositária Rosalidea Pereira Grinet, sito na Av. J.K., esquina c/ República Argentina, loja de roupas para bebês.

ÔNUS: Nada consta nos presentes autos.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s): PEREYRA & GRIGNET LTDA., ROSA LYDIA PEREYRA GRIGNET e PAULO EDUARDO PEREYRA GRIGNET, se porventura não for(em) encontrado(s) para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado.

FOZ DO IGUAÇU, em 22 de dezembro de 2.004.- Eu, ____, Silene Beatris Junges, Auxiliar Juramentada, o digitei e subscrevi.

STEWALT CAMARGO FILHO
JUIZ DE DIREITO DESIGNADO

EDITAL DE VENDA JUDICIAL

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) à venda e arrematação em primeira e Segunda praça, o(s) bem(s) de propriedade da sócia da executada: SALETE DE LIMA LARA, na seguinte forma:

PRIMEIRA PRAÇA: Dia 23 de fevereiro de 2005, às 14:15 horas, por preço superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 09 de março de 2005, às 14:15 horas, para arrematação, pelo maior preço oferecido, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Pedro Basso, 1001 - Polo Centro.
AUTOS N.º: 16/2003, de CARTA PRECATÓRIA - CÍVEL, expedida dos autos sob nº 126.857/98 – EXECUTIVO FISCAL, oriunda da 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba/PR.
EXEQÜENTE(S): FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EXECUTADA(S): SUNNY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRO ELETRÔNICOS LTDA. E OUTROS.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S):
Uma sala comercial denominada LOJA Nº 12, com mezanino, piso de mármore, escada de acesso ao mezanino de ferro, com corrimão tubular, revestida de madeira, porta de alumínio vidro liso, janela em alumínio e vidro liso, com a parede frontal externa em mármore decorativa, em bom estado de conservação e acabamento, situada no pavimento térreo do SHOPPING CENTER MERCOSUL, dentro do empreendimento CENTRO EXECUTIVO MERCOSUL, com a área bruta de 61,08058m2, sendo 20,91m2 de área de uso exclusivo, e 40,17058 de área de uso comum e área de terreno de 10,23147m2 ou 0,28421% de fração ideal do terreno, com direito a uma vaga de garagem no estacionamento coletivo, localizado no 1º subsolo do prédio, cuja construção está localizada no quadrante 10, quadrícula 01, setor 37, quadra nº 05, lote nº 0270, dentro do quadro urbano desta cidade. com a superfície de 3.598,16m2, com as divisas, metragens e confrontações constantes da Matrícula nº 50960 do Registro Imobiliário loca, 1ª circunscrição. AVALIADO em 13/03/2003, por R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).

VALOR DA DÍVIDA: R$ 3.334,44 (TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS, QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), atualizada até 30/11/04.

DEPOSITÁRIO: Em mãos da depositária fiel e sócio da empresa executada Sra. SALETE DE LIMA LARA.

ÔNUS: Débito junto a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu-Pr., no valor de R$ 2.290,27, referente a certidão positiva nº 9778/2003, em nome de SALTE DE LIMA LARA.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) SUNNY COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRO ELETRÔNICOS LTDA, na pessoa de seu representante legal, SALETE DE LIMA LARA e YAN CHI FOR, se porventura não for(em) encontrado(s) para sua intimação pessoal, por ocasião do cumprimento do mandado.

FOZ DO IGUAÇU, em 15 de Dezembro de 2004.- Eu, _____, SILENE BEATRIS JUNGES, AUXILIAR JURAMENTADA, o digitei e subscrevi.

STEWALT CAMARGO FILHO
JUIZ DE DIREITO DESIGNADO

Francisco Beltrão

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS DA COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU JORGE MORAES DE BRITO, VULGO "PRETO", COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal e Anexos, move os termos dos autos de Processo Crime nº 162/03, em que é réu: JORGE MORAES DE BRITO, vulgo "Preto", brasileiro, solteiro, natural e Capitão Leônidas Marques -,Pr., nascido em data de 04/12/1982, filho de Norival Moraes de Brito e de Alzira dos Santos Brito, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, incisos I e II, c.c. 14, II, todos do Código Penal. E, como consta dos autos que o réu se encontra em lugar incerto, mandou expedir o presente edital, com prazo de vinte (20) dias, pelo qual fica CITADO a comparecer perante este Juízo, na sala das audiências em o Fórum local no dia 28 de FEVEREIRO de 2.005, às 16:30 horas, para ser interrogado perante este Juízo. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o referido edital que será afixado no lugar publico de costume e publicado no diário da Justiça do Estado do Paraná. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, aos onze (11) dias do mês de Janeiro (01) do ano de dois mil e cinco (2.005). Eu _____ (Ivo de Aquino), Escrivão, o digitei e subscrevi.
(Fls. 01)

CAROLINA ARANTES DA CONCEIÇÃO,
Juíza Substituta.

COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO/PARANÁ
VARA CRIMINAL E ANEXOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU ANDERSON MOREIRA DE OLIVEIRA, COM PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal e Anexos, tramitam os termos dos Autos de Execução de Pena nº 323/04 em apenso aos autos de Processo Crime nº 128/03 que a Justiça Pública move contra o réu **ANDERSON MOREIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, solteiro, diarista, natural de Francisco Beltrão - Pr., filho de Lúcia Moreira de Oliveira, nascido em 07/03/1984, RG. nº 9.705.251-4-Pr., atualmente em lugar incerto, ficando o mesmo INTIMADO a comparecer perante este Juízo,. na sala das audiências, em o Fórum local, sito à Rua Tenente Camargo, nº 2112, no **dia 23 de março de 2005, às 09:00 horas, para a audiência Admonitória**. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar público de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, aos onze (11) dias do mês de Janeiro (01) do ano de dois mil e cinco (2.005). Eu,_____(Ivo de Aquino), Escrivão, o digitei e subscrevi.

CAROLINA ARANTES DA CONCEIÇÃO,
JUÍZA SUBSTITUTA

Londrina

JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Duque de Caxias nº 689 – FORUM –
Centro Administrativo
C.E.P.: 8 6 0 1 5 – 9 0 2 Londrina – PR.

EDITAL DE CITAÇÃO DE ANTONIO PEREIRA DE ALMEIDA E RÉUS AUSENTES E EVENTUAIS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

Edital de citação de ANTONIO PEREIRA DE ALMEIDA e réus ausentes e eventuais interessados, para contestarem, dentro do prazo de **QUINZE (15) DIAS**, por intermédio de advogado, a **AÇÃO DE USUCAPIÃO**, autuada sob nº **1154/2004**, movida por **ARI VESPÚCIO DE OLIVEIRA** contra **ANTONIO PEREIRA DE ALMEIDA**, que tramita por este Juízo, através da qual o autor pleiteiam a propriedade do seguinte bem móvel: ***"Cavalo Trator, marca e modelo Scânia/T 113 H/4X2, ano e modelo de fabricação 1997, capacidade/potência/cilindro 360 Cv/30 Ton/6CC, cor Branca, motor 7507880, caixa de câmbio 6544594, carroceria 9783, combustível Diesel, chassi 9BSTH4X2ZV0428913"***. **ADVERTÊNCIA**: Caso não seja apresentada defesa, dentro do prazo supra estipulado, presumir-se-ão como verdadeiros todos os fatos narrados pelo autor, decretando-se a(s) sua(s) completa(s) revelia(s). Londrina, aos 01 de dezembro de 2004. Eu,_____(Regiane Rossi), Escrevente juramentada, que o digitei e subscrevi.

JOSÉ RICARDO ALVAREZ VIANNA
Juiz de Direito

R$ 108,00

JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA – ESTADO DO PARANÁ – EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA DANIELA PEREIRA TOYODA – CPF/MF 037.400.039-52, COM PRAZO DE 20 DIAS. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível, tramitam os autos nº 72/2003, de BUSCA E APREENSÃO, em que é autor o BANCO FINASA S/A, onde o mesmo alega o seguinte: Que tornou-se credor da mesma pela importância de R$ 10.678,32 (dez mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), atualizado em 22/01/2003, pelo não pagamento das obrigações assumidas pelo financiamento do veiculo VW, modelo GOL/MI, branco, ano de fab/mod. 1998/99, gasolina, chassi nº 9BWZZZ373WT118989, placas CDL-6183, Renavam nº 70.187837-1. Ficando ciente de que tem o prazo de três dias para oferecimento de contestação e advertência de que não sendo contestado o pedido, presume-se aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor na exordial. Desta forma como se encontra em local incerto e não sabido, a pedido do autor determinou-se a expedição do presente edital para CITAÇÃO da requerida DANILELA PEREIRA TOYODA CPF/MF 037.400.039-52, do teor da presente ação, para que no prazo de três (03) dias, contados do

prazo de dilação deste edital, apresente contestação ao feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial pelo autor –Art. 319 do CPC, ficando, ainda, ciente, de que em data de 18/08/2004, o bem supra fora apreendido através de Carta Precatória expedida à Comarca de Maringá-PR, e depositado em mãos da Sra. Maria Angélica da Silva, tudo em conformidade com o seguinte despacho: "1.Tendo em vista que o pedido de Busca e Apreensão atendeu os requisitos exigidos pelo art. 3º do Decreto Lei nº 911/69, quais sejam, a comprovação do inadimplemento e a constituição em mora do devedor, é inafastável o deferimento da liminar. 2. Expeça-se mandado de Busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, depositando-o em nome do rep. Legal do autor, que ficará na condição de fiel depositário. 3- Concedo ao Sr. Oficial de Justiça os benéficos do art. 172 do CPC. 4- Executada a liminar, cite-se a ré para, em três dias, apresentar contestação ou, se já tiver 40% (quarenta por cento) do preço financiado, requerer a purgação da mora (1º do art. 3º do Decreto Lei nº 911/69). 5. Int. Em 30/01/2003 – (a) ALVARO RODRIGUES JUNIOR – Juiz de Direito". DADO E PASSADO nesta Comarca de Londrina-PR, aos 08/11/2004. EU, (a) (ELZA MARTINS OLIVEIRA Emp. Juramentada), fiz digitar e subscrevi. (a) MARIO NINI AZZOLINI – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

R$ 216,00

Matinhos

JUÍZO DE DIREITO DA SERVENTIA CÍVEL E ANEXOS
COMARCA DE MATINHOS - PR
JUSTIÇA GRATUITA

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO HELLY PAQUETE ESPINOLA JUNIOR, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem especialmente o requerido **HELLY PAQUETE ESPINOLA JUNIOR**, que tramita por este Juízo e Serventia Cível e Anexos, os autos de **ACAO DE COBRANCA** sob n.º **000243/2002**, em que é requerente **MIRIAM BITSCHINSKI** e, de conformidade com o respeitável despacho de fls. 86, foi determinada a expedição do presente edital para o fim de **CITAR** o requerido **HELLY PAQUETE ESPINOLA JUNIOR**, atualmente em lugar incerto, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, oferecer contestação, sob pena de não o fazendo, serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 285, parte final e 319, ambos do C. P. C.). **MINUTA DA INICIAL**: EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MATINHOS – PARANÁ. MIRIAM BITSCHINSKI, brasileira, solteira, do lar, residente e domiciliada em Pontal do Paraná, vem mui respeitosamente perante V. Exa. interpor, AÇÃO DE COBRANÇA C/C PEDIDO INDENIZATÓRIO, Em face de JACSON ELIAS CORDEIRO & CIA LTDA. E HELLY PAQUETE ESPÍNOLA JUNIOR, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos: O filho da autora foi vítima fatal de sinistro. Os réus foram contratados pra os serviços funerários, pelo valor de R$ 1200,00. os réus receberam o DPVAT e deveriam abater o valor devido pelo serviço. Os réus não pagaram o saldo remanescente do valor recebido pelo DPVAT, pois houve pagamento com cheques sem fundos. A autora sofreu dano patrimonial e moral. Ex positis, requer, além da procedência da Ação: A condenação dos réus na obrigação de pagar o valor recebido pelo DPVAT; condenação dos réus na obrigação de pagar os danos morais que a autora sofreu; Após, a citação dos Requeridos; inversão do ônus da prova; A produção de todas as provas em direito admitidas; benefício da justiça gratuita, ciência ao MP dos fatos; A condenação dos réus no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Dá a causa o valor de R$102.777,00 (cento e dois mil e setecentos e setenta e sete reais). NTPD. DANIEL GILBERTO LEMOS PEREIRA, OAB/PR 25947. **DESPACHO**: "Intime-se a parte autora para que promova a citação por edital do segundo requerido." Matinhos, 04/11/04. (as.) Mariana Gluszcynski Fowler – Juíza Substituta." – DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Matinhos, Estado do Paraná, aos 26/11/04. Leandro Ferreira do Nascimento, Funcionário Juramentado, o digitei. Eu, (AIRTON JOSE VENDRUSCOLO), Titular, o conferi e subscrevo.

Airton Jose Vendruscolo
Titular da Serventia
Por autorização Judicial da Portaria n.º 002/99

Paranaguá

1° VARA CRIMINAL, TRIBUNAL DO JURÍ E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE PARANAGUÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DE AUDIÊNCIA– PRAZO DE 15 DIAS.

A Doutora Patricia de Almeida Gomes Bergonse, M.M. Juíza de Direito da Comarca de Paranaguá – Paraná.
F A Z S A B E R, a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de quinze (15) dias, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa de Elison de Oliveira Gabriel da Silva, nascido em 03.12.1972, filho de Edson Gabriel da Silva, brasileiro, casado, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITE-O, para comparecer no cartório desta 1° Vara Criminal ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e cinco, às 13:30 horas, para realização da audiência de interrogatório. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Paranaguá – Paraná, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro. (30. 12. 2004), Eu Roberson Geraldo Taques, escrivão designado o digitei e o subscrevi.

PATRICIA DE ALMEIDA GOMES BERGONSE
JUIZA DE DIREITO.

1° VARA CRIMINAL, TRIBUNAL DO JURÍ E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE PARANAGUÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DE AUDIÊNCIA– PRAZO DE 15 DIAS.

A Doutora Patricia de Almeida Gomes Bergonse, M.M. Juíza de Direito da Comarca de Paranaguá – Paraná.
F A Z S A B E R, a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de quinze(15) dias, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa de Otoniel dos Santos , nascido em 18.03.1974, filho de Matil dos Santos e Nair Felisbino dos Santos, brasileiro, amasiado, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITE-O, para comparecer no cartório desta 1° Vara Criminal ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e cinco, às 16:00 horas, para realização da audiência de interrogatório. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Paranaguá – Paraná, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro.(30. 12. 2004), Eu Roberson Geraldo Taques, escrivão designado o digitei e o subscrevi.

PATRICIA DE ALMEIDA GOMES BERGONSE
JUIZA DE DIREITO.

1° VARA CRIMINAL, TRIBUNAL DO JURÍ E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE PARANAGUÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA – PRAZO DE 30 DIAS.

A Doutora Patricia de Almeida Gomes Bergonse, M.M. Juíza de Direito da Comarca de Paranaguá – Paraná.
F A Z S A B E R, a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de trinta (30) dias, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa de Everson da Costa, natural de Curitiba– Paraná, nascido em 10.06.1968, filho de Luis Cesar da Costa e Roseli Cordeiro da Costa, brasileiro, amasiado, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O, para comparecer no cartório desta 1° Vara Criminal afim de tomar ciência da r. Sentença proferida nos autos de Ação Penal n° 22/89, foi denunciado pelo Ministério Público, como incurso no art. 155, "caput" do Código Penal – crime de furto simples, sendo que, a denuncia recebida em 13 de Fevereiro de 1989, onde ocorreu a **primeira interrupção** do curso da prescrição – art. 117, inciso I do C.P. A **segunda interrupção** da prescrição ocorreu na data da prolação da sentença condenatória 9art. 117, IV do CP), ocorrida em data de 30.04.92, enquadrado o réu no art. 155, do C. Penal. Na sentença condenatória foi reconhecida a primariedade e, bons antecedentes criminais do réu. Observa-se que a sentença definitiva transitada em julgada ocorreu em 08.10.96, que foi a segunda causa de interrupção da prescrição, portanto dessa data até a presente data, transcorreram-se mais de 04 anos, obviamente está, de que ocorreu a prescrição da pretensão executória da pena. Declaro a prescrição da pretensão executória da sentença contra o réu embasado no art. 107, inciso IV, ainda art. 110, § 1°, art.109, inciso V,art. 117, inciso IV todos do Código Penal, finalmente pelo art. 61 do Código de Processo Penal.
DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Paranaguá – Paraná, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro.(30. 12. 2004), Eu Roberson Geraldo Taques, escrivão designado o digitei e o subscrevi.

PATRICIA DE ALMEIDA GOMES BERGONSE
JUIZA DE DIREITO.

1° VARA CRIMINAL, TRIBUNAL DO JURÍ E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE PARANAGUÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRAZO DE 15 DIAS.

A Doutora Patricia de Almeida Gomes Bergonse, M.M. Juíza de Direito da Comarca de Paranaguá – Paraná.
F A Z S A B E R, a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de quinze (15) dias, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa de Willian Ewerton Costa, natural de Santos– SP, nascido em 25.12.1982, filho de Maria Mara Assunção, brasileiro, solteiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITE-O, para comparecer no cartório desta 1° Vara Criminal aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, ás 14:30 horas, para realização da audiência de interrogatório. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Paranaguá – Paraná, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro. (30. 12. 2004), Eu Roberson Geraldo Taques, escrivão designado o digitei e o subscrevi.

PATRICIA DE ALMEIDA GOMES BERGONSE
JUIZA DE DIREITO.

1° VARA CRIMINAL, TRIBUNAL DO JURÍ E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE PARANAGUÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRAZO DE 30 DIAS.

A Doutora Patricia de Almeida Gomes Bergonse, M.M. Juíza de Direito da Comarca de Paranaguá – Paraná.
F A Z S A B E R, a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de trinta (30) dias, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa de Jose Urbano de Azevedo Junior, natural de Paranaguá – Paraná, nascido em 11.09.1983, filho de José Urbano de Azevedo e Aurea Célia Ferreira de Azevedo, brasileiro, solteiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O, para comparecer no cartório desta 1° Vara Criminal aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às 16:30 horas, para realização da audiência de suspensão. DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Paranaguá – Paraná, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro.(30. 12. 2004), Eu Roberson Geraldo Taques, escrivão designado o digitei e o subscrevi.

PATRICIA DE ALMEIDA GOMES BERGONSE
JUIZA DE DIREITO.

1° VARA CRIMINAL, TRIBUNAL DO JURÍ E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DA COMARCA DE PARANAGUÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PRAZO DE 30 DIAS.

A Doutora Patricia de Almeida Gomes Bergonse, M.M. Juíza de Direito da Comarca de Paranaguá – Paraná.
F A Z S A B E R, a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de trinta (30) dias, que não sendo possível intimar pessoalmente a pessoa de Everson da Costa, natural de Curitiba– Paraná, nascido em 10.06.1968, filho de Luis Cesar da Costa e Roseli Cordeiro da Costa, brasileiro, amasiado, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O, para comparecer no cartório desta 1° Vara Criminal afim de tomar ciência da r. Sentença proferida nos autos de Ação Penal n° 22/89, foi denunciado pelo Ministério Público, como incurso no art. 155, "caput" do Código Penal – crime de furto simples, sendo que, a denuncia recebida em 13 de Fevereiro de 1989, onde ocorreu a **primeira interrupção** do curso da prescrição – art. 117, inciso I do C.P. A **segunda interrupção** da prescrição ocorreu na data da prolação da sentença condenatória 9art. 117, IV do CP), ocorrida em data de 30.04.92, enquadrado o réu no art. 155, do C. Penal. Na sentença condenatória foi reconhecida a primariedade e, bons antecedentes criminais do réu. Observa-se que a sentença definitiva transitada em julgada ocorreu em 08.10.96, que foi a segunda causa de interrupção da prescrição, portanto dessa data até a presente data, transcorreram-se mais de 04 anos, obviamente está, de que ocorreu a prescrição da pretensão executória da pena. Declaro a prescrição da pretensão executória da sentença contra o réu embasado no art. 107, inciso IV, ainda art. 110, § 1°, art.109, inciso V,art. 117, inciso IV todos do Código Penal, finalmente pelo art. 61 do Código de Processo Penal.
DADO E PASSADO, nesta Cidade e Comarca de Paranaguá – Paraná, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro.(30. 12. 2004), Eu Roberson Geraldo Taques, escrivão designado o digitei e o subscrevi.

PATRICIA DE ALMEIDA GOMES BERGONSE
JUIZA DE DIREITO.

Pinhão

COMARCA DE PINHÃO

Edital de Arrematação e Intimação

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira e segunda praças, o bem penhorado nos autos abaixo transcrito, pertencente ao Executado **Joel de Jesus Rocha**, na seguinte forma:
Venda em primeira arrematação: **Dia 03 de fevereiro de 2005 às 13:00 horas**, por preço não inferior à avaliação.
Venda em segunda arrematação: **Dia 17 de fevereiro de 2005 às 13:00 horas**, para a venda a quem mais der, não sendo aceito o preço vil (Art. 692 do CPC).
Local: Vara Cível de Pinhão-Pr, sito na Rua XV de Dezembro, nº 157, centro, edifício do Fórum.
Processo: Autos nº 036-2002 de **Executivo Fiscal**, em que é Exequente **Município de Pinhão** e Executado **Joel de Jesus Rocha**.
Bens: "a) 01 (um) lote urbano, nº 02 (dois), da quadra nº 10 (dez), com área de 585,20m², situado no Loteamento Vila Nova, no imóvel "Invernadinha – Vila Nova", desta Cidade e Comarca, com as divisas, metragens e confrontações seguintes: 14,00m de frente a rua XV de Novembro; 41,80m na lateral direita, de quem olha o terreno de frente, confrontando com o lote nº 01; 40,80m na lateral esquerda, confrontando com o lote nº 03 e 14,00m na linha de fundos, confrontando com terrenos do Loteamento Nossa Senhora Aparecida; na quadra formada pelas ruas: XV de Novembro, Trajano Ferreira dos Santos, Lauro Ferreira Caldas e terreno do Loteamento Nossa Senhora Aparecida. Matrícula nº 89/1.465, do Registro de Imóveis desta Comarca. Com 671,76m² de área edificada (casa de madeira, a qual não está averbada)".
Ônus: O referido imóvel também encontra-se penhorado nos Autos nº 126/2000 de Reclamação, em que é Requerente João Praxedes de Oliveira Neto.
Recurso: Não há recurso pendente.
Depósito: Em mãos e poder do executado **Joel de Jesus Rocha - Depositário Particular**.
Avaliação: Valor Primitivo: R$ 15.000,00 - em data de 21/05/2003 - **Valor atualizado: R$ 16.523,41, em data de 29/10/2004.**
Dívida: Valor Primitivo: R$ 3.670,56 - em data de 27/12/2001 - **Valor atualizado: R$ 9.079,66, em data de 29/10/2004.**
Observação: a) As custas processuais serão suportadas pelo arrematante. Caso não haja expediente forense nas datas aprazadas, o ato Judicial de praceamento do bem penhorado fica, desde logo transferido para o primeiro dia útil subsequente àquele anteriormente designado, em mesmo horário.
Intimação: Pelo presente edital fica o Executado **Joel de Jesus Rocha, bem como seu respectivo cônjuge, se casado for**, desde já intimado(s), caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça, podendo remir a execução, querendo, até antes da arrematação, nos termos dos Art., 651 e 687, parágrafo 3º do CPC.
Juiz do feito: Mauro Monteiro Mondin – Juiz de Direito. Pinhão, 16 de novembro de 2004. (a) **Samuel Rubens Nogueira, Auxiliar Juramentado do Cível e Anexos**, que o fiz, datilografei e assino. **(a) Luiz Carlos Arruda – Escrivão. Subscrição por ordem do MM. Juiz. Autorizada pela Portaria nº 012-91.**

COMARCA DE PINHÃO

Edital de Arrematação e Intimação

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira e segunda praças, os bens penhorados nos autos abaixo transcrito, pertencente a empresa Executada **ZAMBRUSKI & CASTRO LTDA**, na seguinte forma:
Venda em primeira arrematação: **Dia 03 de fevereiro de 2005 às 13:30 horas**, por preço não inferior à avaliação.
Venda em segunda arrematação: **Dia 17 de fevereiro de 2005 às 13:30 horas**, para a venda a quem mais der, não sendo aceito o preço vil (Art. 692 do CPC).
Local: Vara Cível de Pinhão-Pr, sito na Rua XV de Dezembro, nº 157, centro, edifício do Fórum.
Processo: **Autos nº 007-2001 de Executivo Fiscal, em que é Exequente Fazenda Pública do Estado do Paraná e Executado(a) Zambruski & Castro Ltda.**
Bens: "**2.600 (dois mil e seiscentos) quilos de erva-mate (cancheada e ensacada), em bom estado de conservação, avaliado em R$ 1,00 (um real) o quilo, totalizando a importância de R$ 2.600,00 (dois e seiscentos reais). Os referidos bens encontram-se no Parque Industrial desta Cidade, em poder do representante legal da empresa executada Sr. Adelino Zambruski**".
Ônus: Dos presentes autos nada consta.
Recurso: Não há recurso pendente.
Depósito: Em mão e poder do Sr. Adelino Zambruski - Depositário Particular.
Avaliação: Valor Primitivo: R$ 2.600,00 - em data de 27/11/2003 - **Valor atualizado: Não houve alteração no valor de mercado.**
Dívida: Valor Primitivo: R$ 1.644,09 - em data de 01/02/2001 - **Valor atualizado: R$ 4.426,71, em data de 17/11/2004.**
Observação: As custas processuais serão suportadas pelo arrematante. Caso não haja expediente forense nas datas aprazadas, o ato Judicial de praceamento do bem penhorado fica, desde logo transferido para o primeiro dia útil subsequente àquele anteriormente designado, em mesmo horário.
Intimação: Pelo presente edital fica a Executada **ZAMBRUSKI & CASTRO LTDA, na pessoa de seu representante legal, Sr. ADELINO ZAMBRUSKI**, desde já intimado(a), caso não seja encontrada pelo Sr. Oficial de Justiça, podendo remir a execução, querendo, até antes da arrematação, nos termos dos Art., 651 e 687, parágrafo 3º do CPC.
Juiz do feito: **Mauro Monteiro Mondin – Juiz de Direito**. Pinhão, 03 de dezembro de 2004. **(a) Samuel Rubens Nogueira, Auxiliar Juramentado do Cível e Anexos**, que o fiz, datilografei e assino. **(a) Maria Elizete de Morais – Auxiliar Juramentada. Subscrição por ordem do MM. Juiz. Autorizada pela Portaria nº 012-91.**

COMARCA DE PINHÃO

Edital de Arrematação e Intimação

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira e segunda praças, o bem penhorado nos autos abaixo transcrito, pertencente à empresa Executada **IND. COM. DE MADEIRAS ALBERMATTOS LTDA**, na seguinte forma:
Venda em primeira arrematação: **Dia 03 de fevereiro de 2005 às 14:00 horas**, por preço não inferior à avaliação.
Venda em segunda arrematação: **Dia 17 de fevereiro de 2005 às 14:00 horas**, para a venda a quem mais der, não sendo aceito o preço vil (Art. 692 do CPC).
Local: Vara Cível de Pinhão-Pr, sito na rua XV de Dezembro, nº 157, centro - edifício do Fórum.
Processo: **Autos nº 070-1999** de **Execução Fiscal**, em que é Exequente **Fazenda Pública do Estado do Paraná** e Executado(a) **Ind. e Com. de Madeiras Albermattos Ltda**.
Bens: "a) **10,00m3 (dez metros cúbicos) de madeira de imbuía, tipo aproveitamento, com as seguinte dimensões: diversas bitolas de 30 centímetros acima; teor de umidade: seca; classificação comercial: segunda, que encontra-se em poder do representante legal da executada, tendo sido avaliado em R$ 200,00, o metro, totalizando R$ 2.000,00, em data de 02/03/2004**".
Ônus: Dos presentes Autos nada consta.
Recurso: Não há recurso pendente.
Depósito: Em mão e poder do Sr. Amandio de Mattos - Depositário Particular.
Valor da avaliação: Valor Primitivo: R$ 1.500,00 – em data de 16/11/1999 – **Valor atualizado: R$ 2.000,00, em data de 02/03/2004.**
Valor da Dívida: Valor Primitivo: R$ 1.077,94 - em data de 09/08/1999 - **Valor atualizado: R$ 128,90, em data de 02/03/2004**.
Observação: As custas processuais serão suportadas pelo arrematante. Caso não haja expediente forense nas datas aprazadas, o ato Judicial de praceamento do bem penhorado fica, desde logo transferido para o primeiro dia útil subsequente àquele anteriormente designado, em mesmo horário.
Intimação: Pelo presente edital fica a Executada **Ind. Com. de Madeiras Albermattos Ltda, na pessoa de seu representante legal**, desde já intimada, caso não seja encontrada pelo Sr. Oficial de Justiça, podendo remir a execução, querendo, até antes da arrematação, nos termos dos Art., 651 e 687, parágrafo 3º do CPC.

Juiz do feito: **Mauro Monteiro Mondin – Juiz de Direito**. Pinhão, 23 de novembro de 2004. **(a) Samuel Rubens Nogueira, Auxiliar Juramentado do Cível e Anexos**, que o fiz, datilografei e assino. **(a) Luiz Carlos Arruda – Escrivão. Subscrição por ordem do MM. Juiz. Autorizada pela Portaria nº 012-91.**

COMARCA DE PINHÃO

Edital de citação, com prazo de 30 (sessenta) dias.

Edital de citação do(s) acusado(s) ausente(s), , brasileiro, casado, WILLIAM RODRIGUES RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, artesão, portador da CI-RG nº 763666-1/PR, filho de Elio Jose Ribeiro da Silva e Ana Rodrigues Ribeiro da Silva, residente à época dos fatos na rua dos Trabalhadores, 82, Prudentópolis-Pr, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O a comparecer perante este Juízo, no Edifício do Fórum local, sito à Rua XV de Dezembro, 157, centro, no dia 24 de fevereiro de 2005, às 13:30 horas, a fim de assistir à audiência de inquirição da testemunha da denúncia, nos autos de Processo Crime nº 005/2001, em que é autor o MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e acusado(s) Martin Heleno Sekula Filho e Willian Rodrigues da Silva, a que responde(m) como incurso nas sanções do artigo 12, "caput" da Lei 6.368/76, na modalidade oferecer para consumo, c/c art. 29, "caput" do Código Penal e ainda, art. 1º da Lei 2.252/54, c/c art. 29 "caput", na forma do art. 69 do Código Penal Brasileiro. Juiz do Feito: Dr. Mauro Monteiro Mondin. Pinhão, 16 de dezembro de 2004. Eu (Telma Ap. Gawron Stresser), Escrivã Designada, que o digitei e subscrevi. Subscrição por ordem do MM. Juiz. Autorizada pela Portaria 012/91

Piraí do Sul

Juízo de Direito da Comarca de Piraí do Sul - Paraná.

EDITAL DE CITAÇÃO, com prazo de trinta (30) dias, de réus ausentes, incertos e desconhecidos e terceiros interessados.

EDITAL de citação de réus ausentes, incertos e desconhecidos, para contestarem ação de USUCAPIÃO, nº. 000800/2004, em que é requerente HAROLDO MACIEL DE SOUZA E SUA ESPOSA, tramitando por este Juízo, referente a UMA ÁREA DE TERRAS COM 9.585,71 M2., OU 0,39 ALQUEIRES, OU 0,95 HECTARES, LOCALIZADA NO BAIRRO DAS BROTAS NESTE MUNICÍPIO, TENDO AS SEGUINTES CONFRONTAÇÕES: ESTRADA MUNICIPAL, NAOR EMERICK, MITRA DA DIOCESE DE PONTA GROSSA, ELOIDES MACIEL DE SOUZA E ADILSON MACIEL DE SOUZA, CONTENDO BENFEITORIAS. O prazo para contestação é de quinze (15) dias, ficando advertidos de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 285 do C.P.C.). Dado e passado nesta cidade e comarca de Piraí do Sul, Estado do Paraná, aos 15 de novembro de 2.004. Eu, _____ (EMILIO HEIN), ESCRIVÃO, que o datilografei e subscrevi.

Emilio Hein - Escrivão Cível.
Autorizado pela portaria 04/92.

R$ 108,00

Piraquara

EDITAL DE LEILÃO COM PRAZO DE CINCO DIAS

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira e segunda praça, o imóvel de propriedade do devedor ARTIPLASTIC BETTEGE LTDA IND. COM. IMP. EXP., na seguinte forma;
Primeira praça: Dia 01/04/05, às 14:30 horas, por preço não inferior ao da avaliação;
Segunda praça: Dia 20/04/05, às 14:30 horas, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil.
Local: Átrio do Fórum da Comarca de Piraquara – Vara Cível e Anexos, sito a Av. Getulio Vargas 1417, Edifício do Fórum, Piraquara/Pr.
Processo: 424/99 - Execução Fiscal promovido pela CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 9ª REGIÃO contra ARTIPLASTIC BETTEGE LTDA IND. COM. IMP. EXP.
BEM:ASSESSORIO PARA MOVEIS – PÉ REGULAVEL 1/4 x 1/26 CM. SEM BUCHA – NUM TOTAL DE 13 MIL PEÇAS.
Avaliação: R$ 3.969,47 (três mil, novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos), datada de 20/12/2004.
Ônus: Nada consta.
Intimação: Fica desde já intimado o devedor ARTIPLASTIC BETTEGE LTDA IND. COM. IMP. EXP., se por ventura não for encontrado para a intimação pessoal. Piraquara, 12 de janeiro de 2005. Eu, _____ (Luiz Antonio Siqueira), Escrivão, o fiz digitar, subscrevo e assino por ordem, do MM. Juiz.

Luiz Antonio Siqueira
Escrivão

Pitanga

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PITANGA -PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O DOUTOR JAIME SOUZA PINTO SAMPAIO, MM. JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FÓRUM DA COMARCA DE PITANGA-PR.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos 004/2004 de Processo Administrativo, em que figura como acusado **VALENTIN PERON, Titular do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público da Comarca de Pitanga-PR** e em atendimento ao que dos autos consta, fica o acusado **VALENTIN PERON** e seu procurador, **DR. LUIZ CLAUDIO SEBRENSKI, INTIMADOS** da audiência de oitiva de testemunhas a ser realizada neste Juízo em data de **09/02/2005, às 14:30 horas**. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Pitanga-PR. Aos 13 de janeiro de 2005. Eu, _____ MARILDA DA C. P. KLETICOSKI – Secretária da Direção do Fórum que o digitei e subscrevi.

JAIME SOUZA PINTO SAMPAIO
JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FÓRUM

R$ 108,00

Umuarama

SEGUNDA VARA CÍVEL DA COMARCA DE UMUARAMA – PR.
Rua Dês. Antônio F. F. Costa, s/n.º, Ed. do Fórum, Centro Cívico - CEP 87501-200
Tel. n.º (044) 622 2520 - Ramal n.º 35
Umuarama - Paraná

JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS

A DOUTORA GABRIELLE BRITTO DE OLIVEIRA, MM. JUÍZA SUBSTITUTA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente ***INTIMA*** os **TERCEIROS INTERESSADOS**, de que por este Juízo e cartório tramitam os autos de Protesto Contra Alienação de Bens, sob nº 319/2004, onde é requerente Marcos Luiz Poltronieri e requerido Fernando Reis Costa, nos termos da petição inicial a seguir transcrita resumidamente: "*O autor, no dia 23 de agosto de 1999, por volta das 06:40 horas da manhã, foi vítima de acidente automobilistico ocorrido na Rodovia PR 580, no trecho entre Serra dos Dourados/ Umuarama, tendo como causa danos materiais e ferimentos gravíssimos (perna praticamente dilacerada).Consta no boletim de ocorrência de acidente de trânsito lavrado sob nº 342/99, pela 4ª Companhia de Polícia Rodoviária, datado de 23/agosto/1999, que por volta das 06:40 horas da manhã o veículo de nº 01, chassi 420, tipo agrícola, marca Susim, modelo "Elefantinho", ano 1985, de cor cinza, não possuindo placas, contendo o seu condutor e ainda, mais 07 passageiros . que realizava o trajeto"Serra dos Dourados à Umuarama", e trafegava o veículo 2, também no sentido " Serra dos Dourados à Umuarama", e ao atingir o local do evento, abalroou longitudinalmente o veículo nº 01, que na ocasião cruzava a pista de rolamento à direita para à esquerda. O condutor do veículo tipo agrícola, que levada 07 trabalhadores sobre sua carreta, era conduzido pelo funcionário do ora requerido, que, sem observar cruzou a pista de rolamento causando o grave acidente que vitimou o ora autor, que estava indo de motocicleta para trabalhar em Umuarama, que ficou com graves seqüelas para sempre e em toda sua vida. De outro lado. O ora requerente,devido ao acidente sofrido, e de natureza grave, e ainda, pela perturbação, dor, ajuizou ação de reparação de danos, que tramita pela 2ª Vara Cível da Comarca de Umuarama, cujo auto está sob nº 354/2000. No referido processo, foi proferida sentença condenando o ora requerido ao pagamento de verbas referente À pensão e danos morais e ainda por sucumbência e custas. Pois bem, o autor ora requerente, receia que o requerido Fernando Reis Costa e sua esposa, que, recusam a pagamento das indenizações noticiadas e outras verbas, venha a alienar seus bens, para esquivar-se de suas responsabilidades. De outro lado, a fim de dar-lhes solene ciência de que se opõe a qualquer transferência fraudulenta de seus bens e para prevenir terceiros da existência da ação de indenização e das responsabilidades em que fora condenado o ora requerido Fernando Reis Costa, quer formalizar o presente protesto contra alienação de bens, o qual é proprietário dos seguintes bens: " lotes nº 27/Q, 27/Q 1 e 27/R, da subdivisão do lote nº 27, da Gleba nº 12, Jaborandi, e dos lotes 4/W, 4/W-1 e 4/X, da subdivisão do lote nº 04, da Gleba nº 14 – Figueira, todos do Núcleo Cruzeiro, Município de Umuarama-PR, com área total de 29,04 hectares, ou sejam, 290.400,00 metros quadrados, com as confrontações que se encontram descritas na matrícula autuada sob nº 15512, junto ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício desta cidade de Umuarama-PR; Lotes nº 04, da subdivisão do lote nº 04, da Gleba nº 16, do Núcleo Cruzeiro, Município de Umuarama-PR., com área total de 237,16 hectares, ou sejam, 2.371.600 metros quadrados, com as confrontações que se encontram descritas na matrícula, autuada sob nº 15513, junto ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Umuarama-PR; Lotes nº 09-A, destacada do lote nº 09, do Núcleo Cruzeiro, Município de Umuarama-PR., com área total de 12,00 alqueires, ou sejam, 290.400,00 metros quadrados, com as confrontações que se encontram descritas na matrícula, autuada sob nº 15514, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício desta cidade e Comarca de Umuarama-PR. e Lotes nº 193, 194, 195, 196 e 197, da Gleba Figueira, da Colônia Serra dos Dourados, Município de Umuarama-PR., com área total de 50 alqueires, ou sejam, 21,00 hectares, com as confrontações que se encontram descritas na matrícula, autuada sob nº 15515, junto ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício desta cidade e Comarca de Umuarama-PR. Requerimentos de praxe*" e por todo conteúdo do r. despacho a seguir transcrito: "Autos n. ° 319/2004. 1. Trata-se de medida cautelar de protesto contra alienação de bens, proposta por Marcos Luiz Poltronieri contra alienação de bens de propriedade do Requerido, sob a alegação de dar ciência aos requeridos, de que se opõe a alienação à terceiros, uma vez que tramita, neste juízo, ação de reparação de danos oriundos de acidente automobilístico, e que tais bens seriam a garantia de que ter efetividade a referida demanda. Ante a documentação juntada a inicial, bem como pelos argumentos expendidos, as fls. 59 houve o deferimento do pedido do Requerente, determinando a expedição dos editais, com intuito de dar conhecimentos a terceiros sobre a referida ação de indenização. Mesmo diante do contido no artigo 871, o qual veda a defesa, bem como pedido contraposto pelo Requerido, O mesmo, por sua vez, formulou nos autos pedido de reconsideração (fls. 61 a 77) da referida decisão, requerendo o indeferimento da inicial ou, caso deferida, a redução do protesto no equivalente a 5,5 alqueires. Fundamentando-se para tanto, em síntese, que é proprietário de um patrimônio equivalente a R$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), valor superior ao da condenação, que é pessoa idônea e não tem interesse em desfazer de se patrimônio com intuito de não arcar com a indenização. Juntou ainda, documentos que estão acostados às fls. 78/101. Quanto ao pedido de indeferimento da inicial, esse não pode prosperar, posto que a mesma encontra-se devidamente fundamentada e instruída com os documentos necessários para tanto. Cumpre salientar, que a presente medida não retira a propriedade do Requerido, sendo útil apenas para advertir possível comprador quanto à existência de débito em nome do alienante. Assim, não traz maiores prejuízos aos direitos patrimoniais do Requerido, uma vez que as propriedades objeto da presente, continuam livres e desembaraçadas. De tal sorte, mantenho a decisão de fls. 59 pelos seus próprios fundamentos. A requerida Maria Zélia Reis Costa, vem informar nos autos (fls. 102/103) que não é parte legítima no pólo passivo da referida medida cautelar, uma vez que não foi parte na ação indenizatória, na qual se respalda o protesto, conforme comprova cópia da referida ação, juntada aos autos (fls. 15/53). Alega ainda, que os imóveis objeto da presente cautelar não são de sua propriedade, e comprova com os documentos acostados às fls. 105/109. Tais bens pertencem a esfera do patrimônio particular de seu cônjuge, uma vez que forma adquiridos antes de se casarem, e como o fizeram sob o regime de comunhão parcial de bens, os bens adquiridos antes do casamento não se comunicam. 2. Assim, diante dos documentos acostados aos autos, defiro o pedido de fls. 102/103 determinando a exclusão de Maria Zélia Reis Costa do pólo passivo da presente. 3. Expeçam-se novos editais com as devidas correções. 4. Certifique-se o Sr. Escrivão quando da publicação dos editais. Intimem-se. Umuarama, 10 de novembro de 2004. (as) Gabrielle Britto de Oliveira, Juíza Substituta". E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Umuarama, 16 de novembro de 2004. Eu,_____, Antonio de Oliveira Menezes, Escrivão que o fiz datilografar e subscrevo.

GABRIELLE BRITTO DE OLIVEIRA
JUÍZA SUBSTITUTA

Departamento de Imprensa Oficial

Imprensa Oficial

GOVERNO DO PARANÁ

Senhores Usuários

A Imprensa Oficial apresenta a lista de materiais utilizados pelas escolas, que são confeccionados em nosso parque Gráfico e estão disponíveis a venda em nosso setor de Expedição de Materiais, ou pelo telefone (41) 313-3265.

Lista de Materiais

Valor Unitário	Especificação	Formato
R$ 0,25	Pasta Individual do aluno	365 X 550
R$ 0,10	Relatório Final Ensino Fundamental e Médio	298 X 420
R$ 0,07	SERE - 4	310 X 295
R$ 1,55	Registro de classe ens. Fundamental de 1ª à 4ª Série	240 X 300
R$ 1,55	Registro de classe ens. Fundamental e Médio 5º a 8º	240 X 300
R$ 0,07	Histórico Escolar - ens. Fundamental	220 X 320
R$ 0,19	Capas de processo de Registro de Diplomas	325 X 460
R$ 25,00	Livro de controle de entrega de diplomas/certificados	230 X 320
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno ens. 2º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Histórico Escolar ens. 1º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Histórico ens. 2º Grau supletivo	320 X 440
R$ 0,10	Relatório final - Ens. 1º Grau Supletivo	320 X 440
R$ 0,07	Ficha de acompanhamento semestral do aluno CBA	320 X 440
R$ 0,10	Parecer Parcial Ciclo Básico CBA 04 anos-G. Transfer.	220 X 325
R$ 0,07	Histórico escolar - ens. Médio	292 X 410
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno Ens. Médio	292 X 410
R$ 0,07	Hist. esc. educ. de jovens e adultos curso supl. de ens. Fun.	220 X 320
R$ 0,07	Hist. esc. educ. de jovens e adultos curso supl. de ens. Médio	220 X 320
R$ 0,50	Diploma Padrão 1001/1045/1050	230 X 320

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná
Rua dos Funcionários, 1645 - Cabral
80.035-050 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41-313-3200
www.pr.gov.br/dioe

Imprensa Oficial

GOVERNO DO PARANÁ

Senhores Usuários

A Imprensa Oficial apresenta os impressos do Governo que estão disponíveis para venda as Secretarias de Estado, Autarquias e empresas administradas pelo Governo em nosso setor de Expedição de Materiais ou pelo telefone (41) 313-3265.

Lista de Impressos

Valor Unitário	Especificações	Formato
R$ 6,00	Bloco Pedido/Estorno de empenho 25 X 4	210 X 230
R$ 0,50	Bloco de recado 50 X 1	108 X 150
R$ 2,80	Bloco Memorando sem pauta - 100 X 1	148 X 210
R$ 2,80	Bloco Memorando com pauta - 100 X 1	148 X 210
R$ 1,90	Bloco Papel Jornal - 100 X 1	210 X 230
R$ 3,00	Bloco Ordem de Abastecimento - 50 X 2	148 X 210
R$ 0,23	Envelope Saco grande timbrado 147	310 X 410
R$ 0,19	Envelope Saco médio timbrado 148	260 X 360
R$ 0,23	Capa de Processo - Uso Geral	324 X 460
R$ 0,04	Comprovante de protocolo integrado	076 X 110
R$ 1,50	Bloco Guia de tramitação - 100 X 1 GT pequeno	130 X 140
R$ 3,05	Documento de arrecadação municipal	100 X 210
R$ 0,08	Bandeira do Paraná	145 X 235
R$ 1,00	Envelope especial p/ convite relevo	115 X 160

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná
Rua dos Funcionários, 1645 - Cabral
80.035-050 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41-313-3200
www.pr.gov.br/dioe